

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Disputas pelo direito à cidade: mais novos personagens

São Paulo, 2019

Paolo Colosso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Celso Fernando Favaretto

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C683d Colosso, Paolo
Disputas pelo direito à cidade: mais novos
personagens / Paolo Colosso ; orientador Celso F.
Favaretto. - São Paulo, 2019.
327 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Filosofia. Área de concentração:
Filosofia.

1. movimentos sociais urbanos. 2. Direito à
Cidade. 3. São Paulo. 4. Henri Lefebvre. I.
Favaretto, Celso F., orient. II. Título.

paolocosso@gmail.com

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela lampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo.[...] o dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. **BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história, p. 243.**

O filósofo especulativo interroga o possível, apreende neste a revelação do real. A verdade e o sentido encontram-se lá à frente. A categoria do possível torna-se prioritária nele e suplanta o original, o originário, o primordial, o adquirido, o equilíbrio etc” **LEFEBVRE, H. O fim da história, p. 279.**

Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem sua concretização. É neste sentido que tenho dito em diferentes ocasiões que sou esperançoso não por teimosia, mas por imperativo existencial. É aí também que radica o ímpeto com que luto contra todo fatalismo” **FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis, p. 78.**

Dedico este trabalho à Otilia Vieira Avancini e a Achilles Avancini, a quem devo muito dos sentimentos que não dizem 'eu'.

Agradecimentos

É preciso agradecer de saída à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio na pesquisa e no estágio junto à École des Hautes Études em Sciences Sociales. Tão importante fora o acompanhamento constante de meu orientador Celso Favaretto, que sempre permitiu liberdade nas pesquisas e ao mesmo tempo dedicou leituras rigorosas a meus textos. Agradeço à acolhida receptiva de Michael Löwy, muito importante para a estada em Paris. À generosidade de Ermínia Maricato, cuja capacidade de escuta e de abertura de espaços foram inéditas para mim. Não menos calorosos e dispostos aos diálogos, João Whitaker, Margareth Mati Uemura, Lizetíssima Rubano, Carina Serra, Thereza Herling, Kazuo Nakano, Ernesto Nunes e Karina Leitão. À Ana Fani A. Carlos, quem me incentivou a fazer um trabalho não somente sobre Lefebvre, mas “um trabalho mais lefebvrano”. Além disso, vem de Fani a inspiração de uma leitura não-fragmentária deste autor. Agradeço à toda a companheirada do Levante da Juventude, mas em especial Luiza Troccoli, leitora cuidadosa, Brunão e Albi, amigos do peito. À Vera Pallamin, pela análise sistemática e rigor conceitual. Agradeço às mulheres de luta da FLM, em especial Helô, Welita, Jana e Carmen, que abriram as portas de seus condensadores sociais e me colocaram em suas vidas. Agradeço também ao João e a Cassinha da UMM pelas visitas aos canteiros e, ainda, à Alana Moraes pela troca de impressões. No MTST, é preciso agradecer as lideranças de Batoré e Moisés. Aos amigos de longa data, Rodrigo Lima, Fabiano Sartori e Luiz Recaman. Agradeço também a companheiros que dão respaldo a meus deslocamentos: Marina Colosso, Paulo Couto, José Carlos Rodrigues e Cidoca. Também estão nos suportes fundamentais a mãe de todos os pós-graduandos da Filosofia da USP, Geni Ferreira Lima, além de Mariê e Luciana. Agradeço a Antonio de Pádua Colosso pelos momentos de reforço e por colocar em mim uma agressividade necessária. À Maria Iolanda Avancini Colosso pelo exemplo de generosidade infinita e de desejo de vida, cujo lugar mereceria um livro inteiro. À Jéssica Omena, companheira de toda hora, figura que me desperta o livre jogo entre intelecto e sensibilidade, além dos impulsos de comunhão e subversão.

Resumo: A década 2010 é atravessada por inquietações que estremecem o solo de grandes cidades da Tunísia à Islândia, do Egito à Espanha, dos EUA ao Brasil, da Índia à França. Os levantes irromperam a partir de eventos situados, por causas contextuais, muitos imprevisíveis até então, mas a crise deflagrada pelo colapso financeiro em 2007-2008, cujas medidas de estabilização econômica levaram ônus sociais para todos os cantos da aldeia global, certamente aproximou tais fenômenos. Outro tópico menos trabalhado, mas não despercebido, diz respeito a aspectos urbanos dessas insurgências, que Paolo Gerbaudo entende por “movimento das praças” e David Harvey denomina “Cidades Rebeldes”. No Brasil, estes ânimos insurgentes se estenderam até a segunda metade dos anos 2010. Tendo a cidade de São Paulo como recorte, este trabalho retorna ao início dos anos 2000 para compreender o período marcado por intensa modernização e reprodução das relações sociais, mas também pela entrada em cena de atores sociais cujo repertório de ação tem o espaço urbano não apenas como pauta, mas que o disputam e se reapropriam de suas infraestruturas e centralidade. Subsidiados por contribuições sobretudo do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, defendemos a tese de que, se quisermos dar respostas à altura desses bloqueios e possibilidades, é necessário formular uma teoria social sensível às contradições do espaço urbano.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos, Direito à Cidade, São Paulo, Henri Lefebvre

Abstract: The decade 2010 is crossed by mobilizations in large cities from Tunisia to Iceland, from Egypt to Spain, from the USA to Brazil, from India to France. The uprisings erupted from contextual events, many unpredictable, but the crisis triggered by the financial collapse in 2007-2008, whose economic stabilization measures carried social burdens to all corners of the global village, certainly brought such phenomena closer. Another issue concerns urban aspects of these insurgencies, which Paolo Gerbaudo calls "square movement" and David Harvey calls "Rebel Cities." In Brazil these insurgencies extended until the end of 2010's. Taking the city of São Paulo as object, this work returns to the early 2000s to understand the period marked by intense modernization and reproduction of social relations, but also by the entrance of social actors whose repertoire of action is urban. With the theoretical framework of Henri Lefebvre, we defend the thesis that if we want to give answers of these contradictions, it is necessary to formulate a social theory more sensitive of the urban space.

Keywords: urban movements, Right to the City, São Paulo, Henri Lefebvre.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	8
Introdução.....	10
CAPÍTULO I- Contradições sociais e crise de legitimidade política na era da urbanização global	
.....	18
Feições urbanas da emergência: do global ao local, do local ao global.....	18
O fenômeno junho: classes, ideologias cruzadas e abertura societária	28
Visões do Sul global: o cenário brasileiro da ascensão à crise do “lulismo”	33
Lutas sociais como disputas no e pelo espaço urbano	39
A virada espacial das teorias sociais e o tempo do espaço	42
O lugar da crítica em projetos de transformações radicais.....	48
CAPITULO II –Disputas no cotidiano urbano: da vida bloqueada às reinvenções do vivido	51
Cotidiano urbano: a reprodução das relações sociais.....	53
Acessos restritos e o mal-estar na cidade-camarote (aviso de incêndio)	60
A mobilidade como bem fundamental e em disputa.....	72
Passe Livre: de disparador a símbolo da cultura urbana insurgente	79
Pós-junho: ânimos transbordam para organizações da juventude	89
Secundaristas e a rua como sala aberta.....	97
Conexões geracionais.....	105
“Espírito de carnaval”: o êxtase no viver juntos a cidade aberta	111
Intervenções estético-políticas no cotidiano: prazer destituente, liberação subjetiva e vida urbana.....	117
Conflitos centro x periferia na juventude organizada.....	123
Conhecimento e ação coletiva: os cursinhos populares para jovens periféricos	126
Acolhimento e reforços recíprocos: temporalidades de um espaço tecido coletivamente	132
Para dentro e para fora: cultura democrática nas organizações jovens.....	137
Ações convergentes, diversidade solidária e inteligência de enxame	142
Resiliência e crescimento organizativo em tempos ameaçadores	146
Considerações sobre mobilidade sócio-espacial em tempos vindouros.....	150
Considerações sobre formas urbanas de “constituir classe”	151
EXCURSO – Por que o cotidiano urbano	154
O conhecimento multidimensional/ multi-escalar	156
Dissociações psicossociais na modernidade burguesa	161
Um outro cotidiano: uso ótimo das técnicas e participação efetiva.....	166
Reapropriação: uma outra estrutura da sensibilidade.	175

Considerações: o cotidiano como critério da mudança qualitativa.....	180
CAPÍTULO III – A luta pela terra urbana: entre a cidade como negócio e o Direito a reinventar a Cidade.....	184
Crescimento, modernização e reprodução da periferia.....	185
Origens dos movimentos de moradia e sem teto em São Paulo.....	194
Cenário e percursos dos sem-teto nos anos 2000.....	199
UNMP, continuidades e desdobramentos.....	204
FLM, enfrentamento do judiciário e condensadores sociais.....	208
Projeção nacional do MTST e reconfiguração no campo dos sem-teto.....	212
Paradigmas dos movimentos sem-teto e o risco dos mundos incomunicáveis.....	217
“Quem não luta, tá morto”: da autculpabilização à luta que mantém a vida.....	221
Espaço urbano e subjetivações políticas.....	226
Arranha-céu como condensador social.....	231
Ocupação como repertório partilhado e cultura urbana.....	233
Considerações sobre a intensificação da vida urbana insurgente paulistana.....	239
CAPÍTULO IV - Elementos para uma teoria social espacializada.....	242
Um diagnóstico da modernidade sensível ao espaço.....	244
Lefebvre e os conteúdos utópicos do Direito à Cidade.....	250
A experiência do direito à cidade como confronto político.....	261
Sociedade urbana e as condições históricas de realização da filosofia.....	267
Um humanismo revolucionário para a sociedade urbana.....	275
O lugar do espaço na produção da sociedade e nos processos de subjetivação.....	279
Desdobramentos da crítica da economia política do espaço urbano: do dirigismo tecnocrata ao empresarialismo do big business.....	285
Outras conexões geracionais: da tecnopolítica e seus desvios.....	294
Outras formas urbanas de constituir classe: técnica da montagem e paralaxe.....	299
Considerações finais.....	301
Bibliografia Lefebvre.....	304
Artigos de Lefebvre.....	305
Bibliografia geral: livros, capítulos de livros e pesquisas.....	306
Artigos.....	315
Sites consultados.....	319
Lista de imagens.....	321
Anexos.....	322

Introdução

A década de 2010 é marcada por inquietações sociais que estremecem o solo de grandes cidades da Tunísia à Islândia, do Egito à Espanha, dos EUA ao Brasil, da Índia à França. Os levantes irromperam a partir de eventos situados, por causas contextuais, muitos imprevisíveis até então, mas a crise deflagrada pelo colapso financeiro em 2007-2008, cujas medidas de estabilização econômica levaram ônus sociais para todos os cantos da aldeia global, certamente aproximou tais fenômenos. Se há outro elemento comum entre tais insurgências é o caráter urbano dessas, o que levou intelectuais como David Harvey as denominarem “Cidades Rebeldes” e Paolo Gerbaudo como “movimento das praças”¹

Nas grandes cidades brasileiras não foi diferente². Embaladas pelos ânimos internacionais, em 2011 já se registravam as “ocupas”, além de greves de setores precarizados. Mas é em junho de 2013 que a luta por mobilidade urbana se torna estopim para os protestos mais massivos dos últimos trinta anos. Seus significados ambivalentes ainda estão em disputa, mas em São Paulo seu impacto na política urbana foi imediato, com revalorização do transporte coletivo e mobilidades ativas. Em 2014, desponta um protagonismo de movimentos de moradia na crítica ao espetáculo dos megaeventos e em defesa da aprovação de um Plano Diretor mais progressista. Nos anos seguintes, é a vez de estudantes secundaristas fazerem dos “espaços híbridos”³ – entre redes e ruas – seu canal de pressão por educação pública e, em seguida, encamparem a demanda da “vida sem catracas” que explodira em 2013. Ainda que no fim da década a política institucional tenda ao estreitamento de horizontes, esses anos formam um caldo de cultura que marca parte expressiva de uma geração, cujos traços comuns são o uso e a reapropriação dos espaços públicos – ruas, praças e plenárias –, a organização em multicamadas e a disputa pelo sentido do urbano.

Essas turbulências suscitam imediatamente a retomada de trabalhos capazes de compreender o fenômeno urbano em suas contradições – bloqueios e virtualidades. Vem à

¹ O termo é usado por Paolo GERBAUDO, ao analisar mobilizações recentes, em *The mask and the flag—populism, citizenship and global protest*. Oxford/New York: Oxford Press, 2017

² Cf. A respeito do contexto brasileiro, conferir por exemplo CARLOS, Ana Fani. « A luta é urbana, o caminho está ainda sendo construído. ». 2013b. Disponível em : <http://gesp.fflch.usp.br/node/197> . Também MARICATO, Ermínia. “ É a Questão Urbana, estúpido”. In: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013. O livro de Harvey é o “Cidades Rebeldes” e do GERBAUDO *The mask and the flag—populism, citizenship and global protest*. Oxford/New York: Oxford Press, 2017.

³ Essa noção é trabalhada por Manuel Castells em *Redes de Indignação e Esperança*.

tona o fato de que as regiões urbanizadas ganham proporções planetárias, mas ao mesmo tempo os modelos hegemônicos de urbanização reforçam desigualdades e segregação, estigmas e violência, de modo a fraturar a vida social. As grandes cidades das democracias capitalistas são geridas como ambientes favoráveis aos negócios com o solo urbano – juros, lucros e rendas para um circuito de capitais imobiliário, da construção civil e financeiro –, mas pouco atentas à extensão de direitos fundamentais.

Também vem à tona a constatação de que autores tão diversos como Henri Lefebvre, Michel Foucault, Edward Soja e Fredric Jameson chamaram a atenção, cada um à sua maneira, para o fato de nosso momento histórico se caracterizar predominantemente por suas coordenadas espaciais, mais do que pelas temporais.

Tendo a cidade de São Paulo como recorte, este trabalho reconstitui marcos fundamentais de sua *história cultural* recente⁴, entre 2003 e 2016, com um duplo objetivo. Compreender como se dera a reprodução de desigualdades e segregação mesmo num período com crescimento econômico (2003-2014), o que somente se acentua no anos de recessão e estagnação (2014-2016). O segundo é mostrar que os personagens que entraram em cena nesse período, quando disputam o direito à cidade, não tem o espaço urbano somente como agenda, mas se reapropriam das infraestruturas e recursos deste, absorvendo-o em seus repertórios de ação coletiva.⁵ Tais práticas não são apenas resistências, mas sim esforços por disputar o sentido do fenômeno urbano, desejos coletivos que produzem uma vida social inventiva e, com isso, geram marcos na experiência coletiva e na cultura urbana. Desses mais novos personagens, seus papéis ainda não sabemos exatamente quais serão, mas suas práticas e imaginação política já são identificáveis.⁶

⁴ Ainda nesta introdução, justificaremos por que razão a ideia de história cultural nos permitirá realizar um trabalho indisciplinar e, no entanto, ancorado no campo da filosofia materialista.

⁵ Não vamos nos alongar no resgate terminológico da noção de “repertório de ação”, mas apenas lembrar que ele provem de uma linha da ciência política ligada à análise de movimentos sociais e à relação entre política e cultura. Seus marcos iniciais se encontram nos trabalhos de Charles Tilly. Angela Alonso faz uma boa reconstituição em “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito”. Numa definição seminal de Tilly, podemos dizer que: “o termo repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta”. Em TILLY, C. “Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834”. In: TRAUGOTT, M. (org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 26. O termo foi desenvolvido nas análises do conflito político entre Estado e sociedade, por Sidney Tarrow, em *O Poder em Movimento*. No Brasil, torna-se termo fecundo em trabalhos de Dagnino e do laboratório NEPAC da Unicamp.

⁶ Essa não é uma hipótese extravagante, mas de algum modo também já se encontra no texto de MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: expressão popular, 2015, pp.47-ss. São esses mesmos sujeitos marcados pela explosão de 2013 que Maricato denomina “novíssimos personagens”, também fazendo menção ao texto seminal de Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena*, de 1988. Nessa pesquisa, desenvolveremos uma análise desses mesmos sujeitos coletivos, mas denominando-os de “mais novos personagens”, para evitar uma divisão entre os “novíssimos” e aqueles que foram os novos para Sader. Isso pra evitar um raciocínio em que prevaleça uma impressão de substituição, mas acentue que há acúmulos, desvios e frustrações históricas a serem

O duplo objetivo se traduz numa tese mais geral e ampla, qual seja, se quisermos dar respostas à altura desses processos sociais concretizados na metrópole paulistana, é necessário formular uma teoria social mais sensível às contradições urbanas, em seus bloqueios e possibilidades. Ou dito de outro modo, *é preciso dar centralidade ao espaço na leitura da realidade social – sem recair na fragmentação das ciências*. Isso nos permitirá compreender, primeiro, que os bloqueios da modernização brasileira desse período se tornam mais evidentes quando se traz à tona o cotidiano vivido no espaço urbano. O segundo ganho epistemológico é obtido ao compreendermos que os grandes centros urbanos, por serem historicamente lugar de concentração de infraestruturas, reunião e aglutinação de sujeitos sociais, uma concentração de recursos e oportunidades, podem se tornar condensadores de inteligência coletiva para a radicalização democrática. Delimitaremos melhor esses percursos logo abaixo, ao tratarmos dos momentos da pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, deslindar os impactos recíprocos entre essas escalas – o local, o nacional e o global – somente se torna possível se compreendermos que o espaço urbano é uma “mediação privilegiada”⁷, ou noutros termos, uma escala qualitativa de análise.⁸ Isto é, a pesquisa adentra o fenômeno urbano em seus processos, suas contradições peculiares, mas sem recair numa fixação temática. O urbano é a embocadura a partir da qual se explora tanto o nível do vivido prático-sensível, do cotidiano e do habitar, quanto a escala das relações sociais mais abstratas.

Esses procedimentos analíticos revelam referências. A pesquisa reservará momentos nos quais tais paradigmas teóricos e marcos conceituais são reconstituídos, no intuito de enriquecer o campo reflexivo de nossa investigação e ao mesmo tempo sermos fidedignos aos autores que contribuem conosco. A mais fundamental das referências é Henri Lefebvre, na medida em que o filósofo e sociólogo consegue forjar o que podemos considerar uma *teoria social espacializada*, capaz de compreender em que medida cotidiano e espaço urbano são mediações fundamentais entre processos locais (a “ordem próxima”) e dinâmicas mais gerais (a “ordem distante”). Isso tanto para desvelar as contradições da produção do espaço urbano

avaliadas. Terá de haver deslocamentos e trocas necessárias, inclusive geracionais, entre os sujeitos que pretendem construir um novo ciclo de democratização do país e das cidades. A trajetória dos movimentos de moradia e sem-teto tornará mais concretas essas afirmações.

⁷ Essa noção do urbano como mediação privilegiada e os três níveis também já trazem uma inspiração lefebvriana. Encontra-se no capítulo “Níveis de realidade e de análise”, n’*O Direito à Cidade*. Com pequenas variações, também em “Níveis e dimensões” d’*A Revolução Urbana*. Há uma passagem interessante do primeiro: Há também, como se tentou mostrar, os processos gerais(globais), a cidade como especificidade e nível intermediário, depois as relações de imediaticidade (ligadas a uma maneira de viver, de habitar, de modular o cotidiano”. *Droit à la ville*, p. 58

⁸ Esse esforço de espacializar uma análise social sem recair nos saberes fragmentados, mas apontando para uma totalidade aberta e movente da sociedade, já vem sendo empreendido, por exemplo, pelo grupo GESP - Geografia Urbana Crítica Radical. Conferir CARLOS, Ana Fani A(org). *Crise Urbana*. São Paulo: ed. Contexto, 2015.

como força ativa no acúmulo de capital, mas também para pensar os esforços das ações coletivas que lutam por Direito à Cidade, com seus transbordamentos de energias inventivas que desaguam nas ruas e espaços públicos como vida urbana insurgente. A potência e atualidade desse pensamento se deve, em grande medida, ao que já notara José de Souza Martins. Para o sociólogo brasileiro, Lefebvre consegue – através de uma retomada *sui generis* de Marx – reaver “ a relação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o viver”, o que é “uma relação vital (e datada) na grande aventura de fazer do homem protagonista de sua própria História”⁹.

As considerações de Martins serão úteis também para compreendermos o modo como as noções e teses lefebvrianas sobre o cotidiano urbano se inserem num solo social onde a modernização não somente não se completa, mas também convive com e se alimenta de arcaísmos diversos. Nos termos de Martins, “efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações que são, ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais”.¹⁰ Uma modernidade disjuntiva, conservadora, que conta com o poder do atraso; sociedade na qual resíduos de não-incluídos (ou perversamente incluídos), os vencidos, indesejados, ainda são muitos; o que nos impõe ao mesmo tempo maiores dificuldades e maiores possibilidades na invenção de caminhos outros.¹¹ Portanto, para evitar um conceitualismo desterritorializado, a reconstituição consistente do pensamento de Lefebvre é acompanhada do esforço de torná-la sensível às singularidades da modernização brasileira.

O percurso é dividido em quatro capítulos e um excursão. O primeiro capítulo apresenta um diagnóstico de época, com os marcos históricos e conceituais que delineam um enquadramento para a pesquisa. Reconstitui brevemente as condições sócio-espaciais globais formadas após a crise econômica, política e cultural deflagrada pelo colapso financeiro de 2007-2008, com a tônica no caráter urbano das instabilidades e tensões geradas; o cenário brasileiro e paulistano são incluídos nessa reorganização. Em seguida, retomamos a denominada “virada espacial” de teorias sociais críticas da segunda metade do século XX. Com isso, montamos o problema a ser enfrentado e a via a ser defendida na tese.

⁹ MARTINS, José de Souza et al. *Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo:ed. Hucitec, 1996, p. 9.

¹⁰ MARTINS, José de Souza.[1998]. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: ed. Contexto, 2008, p. 20

¹¹ Ainda com Martins: “foi o mundo industrial que criou a periferia em todas as partes, que fez da classe trabalhadora uma classe espacialmente residual, relegada aos espaços inferiores das terras baratas, dos territórios poluídos e pobres de infraestrutura, de serviços, de bens públicos, de equipamentos culturais”. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: ed. Contexto, 2008, p. 145. Não nos alongaremos no debate sobre a acepção dos resíduos sociais, mas é válido apontar também para as contribuições de sociólogos da cultura como Lucien Goldmann e Raymond Williams, que se valem das noções de “cultura residual”, em contraste com “cultura dominante”.

O segundo capítulo vai analisar mais detidamente contradições sociais recentes da metrópole São Paulo, do ponto de vista da reprodução das relações sociais, numa camada mais objetiva, material, mas também na camada de construtos simbólicos, o que denominamos aqui a *cidade camarote*. Revelar aspectos do cotidiano bloqueado lança luz para a cidade a ser negada, isto é, aquilo a que se opõem os esforços coletivos de reorganizar uma política do cotidiano, as experimentações por formas cooperativas e horizontalizadas de sociabilidade e de subjetivação, definidas pela abertura de espaços de reforços recíprocos, e por uma gramática de feições populares ligada às ruas – algo que Paulo Arantes denomina um “espírito de carnaval”¹². O argumento central desse momento é o de que as lutas por mobilidade urbana do Movimento Passe Livre transbordam para movimentos de juventude – o *Levante Popular da Juventude*, o *Juntos* e o *Rua*. Além de reconstituir a trajetória dessas forças sociais, buscamos explicitar suas conexões geracionais, com as quais se percebemos que, embora os movimentos não tenham unidade, confluem em determinadas ações, com práticas partilhadas e, tendo em comum, uma política do cotidiano que não prescinde dos afetos e da sensibilidade.

Em seguida, em tom de excursão lançaremos luz sobre o potencial explicativo e político de uma crítica do cotidiano. Na chave aberta por Henri Lefebvre, tal categoria nos ajuda a compreender a reprodução de uma formação econômico-social desigual, que inclui o domínio do tempo livre, das necessidades e formas de júbilo. Ainda com Lefebvre, essa mesma crítica já traz consigo aspectos de um projeto transformador para a sociedade, que vão reaparecer mais amadurecidos nos estudos urbanos.

O terceiro capítulo volta à análise das contradições do fenômeno urbano paulistano e seus sujeitos residuais, mas agora com ênfase na disputa pela terra urbana e em movimentos da população sem-teto. Isso para entender sobretudo três pontos: i) no período entre 2003 e 2016, mesmo em tempos de crescimento econômico, tivemos um acirramento nas condições de vida da classe trabalhadora urbana, em grande medida por conta de um boom imobiliário inédito; ii) analisaremos transformações no campo dos movimentos de moradia e sem-teto, com ênfase para à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Frente de Luta por Moradia (FLM) e o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST); iii) entenderemos de modo mais enraizado elaborações desses sujeitos coletivos.

No quarto capítulo convocamos novamente o pensamento lefebvriano, na medida em que o autor colabora para compreender possibilidades de uma sociedade urbana e, do ponto de vista do conhecimento, consegue construir uma “teoria unitária do espaço”, o que é

¹² Cf. ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014, p.406.

fundamental para defendermos o que denominamos aqui de uma *teoria social especializada*. Com essa contribuição, cremos pavimentar um conhecimento crítico capaz de superar saberes parcelares sobre o fenômeno urbano, fragmentados ora em aspectos mais técnicos, ora mais humanos e sociais aplicados. Dito de modo concreto, o percurso aborda os seguintes pontos: i) um diagnóstico especializado da modernidade atenta para seu duplo processo, qual seja, avanço das forças produtivas e urbanização; ii) a potência do “Direito à Cidade”, quando compreendido como uma ideia-força com a qual sujeitos coletivos reinvertem – em termos práticos e simbólicos – uma ordem hegemônica e, nesse esforço, buscam retomar as condições de sua autodeterminação; iii) analisamos os conteúdos utópicos do “Direito à Cidade”, iv) por fim, trazemos atualizações da crítica à economia política do espaço empreendida por Lefebvre.

O método de análise das dinâmicas do cotidiano urbano paulistano recente traz outras inspirações lefebvrianas, além das já citadas acima. Primeiro, na medida em que compreende esses movimentos sociais como “resíduos” deixados pelos processos dominantes, entendidos em sua relação conflitual com a urbanização segregadora e desigual que se impõe como forma de vida bloqueada.¹³ Como lembra Martins, ao comentar Lefebvre, “nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser”.¹⁴ A segunda inspiração decorre da primeira, na medida em que trata do presente em aberto e do virtual como o campo do “possível-impossível”, lugar por excelência para a “transdução”. De acordo com Lefebvre, a transdução “elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível e isso a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade”, o que “pressupõe um feed-back incessante entre o quadro conceitual utilizado e as observações empíricas.”¹⁵ Podemos dizer, de outro modo, o sujeito do conhecimento é retirado da posição cômoda de registrar o que já está consolidado e assentado, mas tampouco pode projetar na realidade seus próprios anseios; é preciso

¹³ Sobre o que Lefebvre entende pelos resíduos, ou mesmo o método dos resíduos, vale conferir *Metaphilosophie*, pp.31, 112, 138, 274-275, 287. Também opera nessa chave CARLOS, Ana Fani A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: ed. Contexto, 2008, p. 107. Também em “As temporalidades da história na dialética de Lefebvre”. In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: ed. Hucitec, 1996, p. 23.

¹⁵ DV, p. 100

compreender virtualidades nas forças vivas, linhas tendenciais de processos em aberto, o que implica fazer apostas de risco.¹⁶

Ainda para elucidar uma constelação de marcos teóricos, vale lembrar que o espaço urbano tem sido uma mediação fundamental para compreender uma história cultural mais ampla da modernidade. Suas origens se encontram na relação de Walter Benjamin com a Paris do século XIX¹⁷, mas os trabalhos de Henri Lefebvre nos anos 1960 e 1970 podem ser lidos sob esse prisma. Entre os denominados estudos culturais, Fredric Jameson é um autor que confere ênfase ao espaço. Em nosso solo histórico-social, autoras como Otilia Arantes e Vera Pallamin operam nessa chave¹⁸. No nosso caso, é relevante adicionar que, quando voltamos nossas atenções para movimentos sociais, as práticas de uma política do cotidiano se reaproximam dos desejos de forjar uma cultura não-hegemônica, a tal ponto em que tais elementos são intercambiáveis. Nesse sentido, cultura, espaço urbano e política formam um campo em comum. Isso explica porque o trabalho pode ser lido por diversas portas de entrada.

¹⁶ No tocante especificamente a uma análise de movimentos sociais, vale trazer definições que nos auxiliam. A primeira de Sidney Tarrow, para quem “movimento social” tem quatro propriedades fundamentais: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada.¹⁶ A esses elementos, é preciso salientar que se trata de um confronto enfrentado por pessoas que não tem acesso regular às instituições de poder, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafiam autoridades e elites. A nosso ver, esses podem ser traços bem definidos do que Lefebvre entende pelos sujeitos residuais, mantidos para fora das promessas da modernidade. Ao analisar confrontos políticos históricos, afirma Tarrow: “Nem todos esses eventos merecem o nome de movimentos sociais, que reservo para designar as sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos”. TARRROW, Sidney. *O Poder em movimento*, pp.18-ss. Há pontos relativamente implícitos na definição de Tarrow, dos quais podemos destacar considerações de Maria da Glória Gohn, para quem os confrontos e a organização sustentada temporalmente dos movimentos sociais são referenciadas pela luta por igualdade de condições sociais num dado contexto histórico¹⁶. Nesse sentido, mesmo os movimentos sociais ligados às lutas pelo reconhecimento de diferenças, tem no horizonte uma universalização de direitos baseada na equidade; do contrário, seriam buscas por outros privilégios, ou então, tornariam-se “simplesmente criadores de comunidades auto-referenciadas”¹⁶. CF GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: ed. Loyola, 2008, p. 14-15 Um outro aspecto relevante é o de que os atuais movimentos sociais constituem redes de movimentos. Este ponto não vai ser problematizado, mas assumido nas análises empíricas dos objetos, seguindo contribuições já dadas por autores como Castells (1999; 2013), autoras como Jean Cohen(2003) e Ilse Scherer-Warren(1999; 2003). Tais redes são potencializadas, em grande medida, pelo uso mais intensivo das denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

¹⁷ Preciso agradecer, em especial, Michael Löwy por reforçar para mim este ponto. Ao comentar Benjamin, destaca Löwy: “o espaço urbano como lugar do combate entre as classes tem sido um aspecto seguidamente negligenciado pelos trabalhos eruditos sobre o tema da cidade em *Passagens*. Ele, entretanto, é central nesse projeto inacabado”. “A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes: insurreições, barricadas e haussmanização de Paris nas *Passagens* de Walter Benjamin. In: LÖWY, Michael et. BENSÁID, Daniel. *Centelhas de Esperança*. São Paulo: ed. Boitempo, 2017.

¹⁸ Para avançar nessas questões, vale lembrar de ARANTES, Otilia; COLOSSO, Paolo. “Entrevista com Otilia Arantes: mediações entre Teoria Crítica, arquitetura e cidades”. *Paralaxe*, v.2 n1, 2014. Nesta a filósofa é bastante assertiva ao lembrar que “mesmo quando pareço me ater à prática urbanística, como ao falar de ‘planejamento estratégico’, penso estar refletindo sobre o que seja hoje ‘fazer cidade’ em continuidade com virtual capítulo urbano-arquitetônico da Teoria Crítica”. *Op.cit.*, p. 101.

CAPÍTULO I- Contradições sociais e crise de legitimidade política na era da urbanização global

A dialética está novamente em pauta. Mas, já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx já nao era mais a de Hegel(...) A Dialética de hoje já não se apegua à historicidade e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como 'tese-antítese-síntese', ou 'afirmação-negação-negação da negação' (...) Reconhecer o espaço, reconhecer o que 'está acontecendo ali' e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço. **LEFEBVRE**,

A metrópole é a fábrica para o produção do comum. **Michael Hardt e Antonio Negri**. *Commonwealth*, p. 250



1) Indignados na Puerta del Sol, Madrid 2011. Fonte: ficheiros. publico.es

“Era como se os Soviets tivessem ido ao Woodstock” (frase de um ativista turco)¹⁹

A bolha imobiliária estourada no centro dinâmico do capitalismo tem impacto imediato em bancos europeus, evolui para uma desaceleração generalizada das economias, atingindo também a China e, em especial, os países exportadores de *commodities*. Fora o intervencionismo dos estados nacionais que salvara a fração financeira das classes dominantes e o sistema em colapso. Mas talvez por conta da proximidade entre tais Estados nacionais e essas mesmas forças sociais geradoras da crise, as saídas propostas foram planos de austeridade econômica que transferem para a população comum o ônus da crise, levam inevitavelmente à piora nas condições de vida dos cidadãos comuns e classes trabalhadoras, produzindo revoltas populares diversas.

Nosso diagnóstico aqui se dá em sobrevôo, sem a pretensão da minúcia em cada um dos contextos nacionais, mas destaca esses aspectos partilhados que nos permitem percebê-los como globais.²⁰

¹⁹ A frase é lembrada em Paolo GERBAUDO, ao analisar mobilizações recentes, em *The mask and the flag—populism, citizenship and global protest*. Oxford/New York: Oxford Press, 2017, p. 170.

Na Espanha, o programa de cortes não somente não conduz a uma retomada da economia como aumenta o desemprego, que atinge a casa dos 20% e, entre os jovens, 40%.²¹ Sem conseguir pagar suas hipotecas, muitas famílias perdem suas casas, outras veem suas condições de vida se acirrare. As mobilizações começaram em grupos de discussões em redes sociais, nos protestos contra a execução de despejos em círculos de ativistas do “V de Vivienda”, em seguida somados à “Plataforma de Afetados pela Hipoteca” (PAH), bem como em círculos de jovens desempregados como o “Juventude Sem Futuro” e, ainda, entre os cidadãos inspirados no caso da Islândia, onde meses antes a população deliberara por não salvar os bancos responsáveis pela crise. Em meados de maio escrevem o manifesto *Democracia Real Ya* pedindo a observância de direitos básicos – moradia, trabalho, saúde, educação – e uma negação expressa dos imperativos econômico-partidários na gestão da crise.²² No dia 15 de maio, 20 mil pessoas vão às ruas em Barcelona, em Madrid 50 mil pessoas ocupam as principais avenidas, acampam em torno do marco Puerta del Sol e formam suas comissões de debates, a título de compartilhar experiências, qualificar posições e estudar propostas. Mais de cem cidades espanholas seguiram o exemplo dos então denominados 15-M (em menção ao 15 de maio) e em poucos dias um movimento de ocupações e encontros públicos foi difundido por cerca de oitocentas cidades do mundo.²³ O diagnóstico dos ativistas era compartilhado por outras mobilizações que tomaram os ativistas do 15-M como exemplo: a desconfiança em relação à democracia representativa, à forma partido e a necessidade de abertura de espaços de participação. As saídas, no entanto, não apareciam com a mesma clareza, devido a multiplicidade de integrantes dos grupos e a amplitude das mudanças necessárias. Em 2011, a crítica da política institucional e a ausência de saídas efetivas teve efeito reverso nas eleições parlamentares e o partido mais conservador ganhou espaço com o descrédito geral, o que levou a mídia a crer que a população em geral recusava os expedientes do 15-M. O programa de austeridade se manteve, assim como o nível do desemprego entre os jovens, a parca reação da economia e o clima de intensa agitação nas cidades. Entre 2007 e o fim de 2011, corriam cerca de 350 mil processos de execuções hipotecárias na Espanha. Segundo dados do Poder Judiciário, em cada dia de 2011 abriam-se 212 novos processos.²⁴

²⁰ Este tópico e o seguinte refazem, em grande medida, o diagnóstico já colocado em COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed. Annablume, 2017.

²¹ Essa reconstituição segue as linhas gerais daquelas de Castells em *Redes de indignação e esperança*, op. cit., pp. 90-120.

²² O manifesto *Democracia Real Ya* está disponível em: <www.democraciarealya.es/manifiesto-comun>.

²³ CASTELLS, op. cit., p. 93.

²⁴ Para uma reconstituição do período entre o estouro da bolha imobiliária dos anos 2000 e a resposta coletiva da Plataforma de Afectados por la Hipoteca, vale conferir COLAU, Ada; ALEMANY, Adrià. *Vidas hipotecadas – de la burbuja inmobiliaria al derecho a la vivienda*. Barcelona: Angle Editorial, 2012. De lá também vem os dados citados.

Em 2014, o grupo denominado Observatório Metropolitano de Madrid, um coletivo híbrido de pesquisas e intervenção urbana, lança na internet o texto “A aposta municipalista – a democracia começa pelo próximo”. Os autores reconstituem as estratégias e os ônus sociais do modelo de empreendedorismo urbano, mas apostam sobretudo, como o título já evidencia, que a retomada do protagonismo coletivo nas decisões políticas e a observância dos direitos humanos básicos – o resgate de uma democracia real – se inicia nas instâncias mais imediatas e tangíveis de poder: nos municípios.²⁵ É a partir desta esfera que se constroem formas mais diretas da gestão de bens públicos e de patrimônio ambiental, além de modelos horizontais de um empreendedorismo ligado ao tecido local. Para os municipalistas, a democracia não diz respeito apenas à forma de instituições, mas depende do envolvimento direto, do exercício de imaginação política e de disposição ativa para o autogoverno, que incide nesse domínio mais à mão que é o espaço urbano.

Municipalistas retomam, agora com um ponto bem concreto e os ânimos bem direcionados, as esperanças do 15-M.²⁶ Em alguma medida, é da órbita desses mesmos sujeitos que nas eleições locais de 2015 nascem as propostas de um novo municipalismo. Os programas foram vitoriosos em grandes cidades como Madri, Barcelona, Zaragoza e La Coruña, com figuras diretamente ligadas a movimentos por moradia e pautas levantadas pelas organizações da sociedade civil após a onda de protestos. As administrações ditas municipalistas lidam com dificuldades provenientes da política institucional e das correlações de forças, mas marcam um novo ciclo de esforços pela democratização desde as cidades, com programas redistributivos, renovação nos canais de participação e densidade de vida pública.²⁷

As mobilizações estadunidenses conhecidas como *Occupy* foram em grande medida inspiradas pelos levantes do 15-M espanhol, cujas causas estruturais eram parecidas. Quando a crise imobiliária estoura, centenas de milhares não conseguem pagar as hipotecas e perdem suas casas, milhões de outras veem os preços de seus imóveis despencarem e, sob medidas de austeridade, assistem ao sistema financeiro – os agentes quase consensualmente reconhecidos

²⁵ Nos termos dos autores: “A aposta municipalista compreende uma hipótese que poderíamos resumir da seguinte maneira: ‘se tomamos as instituições que resultam mais imediatas aos cidadãos, os municípios, e os convertimos em âmbitos de decisão direta, podemos tornar realidade uma democracia digna de tal nome’”. OBSERVATÓRIO METROPOLITANO. *La Aposta Municipalista – la democracia empieza por lo cercano*. Madri: Traficantes de Sueños, 2014, p. 143.

²⁶ Essa relação entre os municipalistas e o movimento 15M é estabelecida em *ibid.*, p. 71.

²⁷ Análises dos desdoramentos mais recentes podem ser encontradas em SUBIRATS, Joan et al. *Innovación Social y Políticas Urbanas en España— experiencias significativas en las grandes ciudades*. Barcelona: Icaria, 2015. Também em MORÓN, Antonio Antón. *Movimiento popular y cambio político – nuevos discursos*. Barcelona: UOC, 2015.

como responsáveis por detonar a crise – ser socorrido pelo governo federal. As contradições capitalistas se tornam gritantes.²⁸

Em 1976, 1% de pessoas mais ricas concentrava 9% da riqueza estadunidense, em 2007, esse número saltou para 23,5%. O crescimento cumulativo de produtividade entre 1998 e 2008 subiu 30%, mas os salários não cresceram nem um décimo disso. Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2%, enquanto a renda dos 5% mais ricos subiu 42%. Em 1980, o salário de um diretor executivo era 50 vezes maior que o do trabalhador médio, em 2010, era 350 vezes. Tais números reforçam a constatação, já compartilhadas entre economistas como Joseph Stiglitz e Thomas Piketty, de que nos últimos quarenta anos, o centro dinâmico mas também o mundo em geral conviveu com crescimento econômico e regressão em termos de igualdade social, o que acarretou danos diversos às democracias liberais. Tendo em vista esta migração das riquezas ao topo e a crescente desigualdade de oportunidades, conclui Stiglitz em termos contundentes: “existe pouca mobilidade dos rendimentos – a ideia dos EUA enquanto terra de oportunidades não passa de um mito”²⁹

Essas tendências de acirramento de abismos ganharam um rosto concreto nos grandes contingentes de população insubordinada às instituições. Ativistas digitais de plataformas como AmedStatus e Anonymous publicizavam muitos desses fenômenos, de cujos ânimos o Twitter e o Facebook reverberaram. Em 13 de julho de 2011, a revista de crítica cultural *Adbusters* posta em seu blog a seguinte convocação: *#occupywallstreet*. O texto conclama o uso das experiências na praça Tahrir e dos Indignados da Espanha na superação da “empresocracia”, em nome de uma democracia renovada. Esta foi, lembra Castells, a centelha dos movimentos de protestos que se seguiram, ocupando Wall Street, o Zucotti Park, e depois se difundindo por Chicago, Boston, Washington, São Francisco, Los Angeles, Nova Orleans, Cleveland, Nova Jersey entre outras cidades.

É na chave dos “espaços híbridos” – entre redes e ruas -- e da autonomia comunicativa que Castells entende o movimento *Occupy*. De acordo com este, a forma de existência material do movimento foi a ocupação do espaço público, “um espaço em que os manifestantes podiam reunir-se e formar uma comunidade para além de suas diferenças. Um espaço de convivência. Um espaço de debate”.³⁰ Esta é, argumenta o sociólogo, a nova forma de uma cultura de autonomia comunicativa que relança no horizonte a possibilidade de uma democracia real. Castells defende ainda que “o movimento *Occupy* construiu uma *nova forma de espaço*, uma

²⁸ Essa reconstituição do período é de CASTELLS, op. cit., pp. 121-22.

²⁹ STIGLITZ, Joseph. [2013] *O Preço da Desigualdade*. Lisboa: Bertrand Editora, 2016, p. 85

³⁰ Ibid., p. 132.

mistura de espaço de lugares, num determinado território, e espaço de fluxos, na internet”; e destaca: “um não conseguia funcionar sem o outro; esse espaço híbrido é que caracterizava o movimento”.³¹ Castells não se exalta numa visão idealizada da mobilização que se esgotou após alguns meses sem grandes conquistas imediatas. No entanto, não deixa de apontar diversas contribuições desses fenômenos em termos de experiência de politização e empoderamento para os envolvidos, de experimentação de práticas transformadoras e de injeção de ânimos na cultura urbana das grandes cidades conectadas globalmente.³²

Num esforço de compreender esses fenômenos descritos aqui, salienta Manuel Castells, “uma vez que o espaço público institucional – e o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite a internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos”.³³ Quando David Harvey analisa o *Occupy Wall Street* e suas semelhanças com outros movimentos contemporâneos de outras cidades, o geógrafo o compreende numa chave próxima daquela de Castells. Harvey salienta que as táticas do *Occupy* são “tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em espaço político de iguais”.³⁴ Essa tática, lembra Harvey, multiplicou-se pela praça Tahrir, no Cairo, praça do Sol, em Madri e pela praça Syntagma, em Atenas. Com essas experiências, fica claro para o autor “como o poder coletivo dos corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado”.³⁵ E, com isso em vista, reforça que “a praça Tahrir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos na ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam”.³⁶ Tampouco para Harvey o *Occupy* se torna um modelo de ação duradoura e, com o passar dos anos, torna-se claro que os movimentos das praças são iniciadores, mas os anseios igualitaristas exigem movimentos derivados com maior repertório de ação, mais agenciamentos de militâncias e mais inserções em instâncias políticas. Entre outras, porque o sentimento de indignação social é difuso, pode se tornar reativo e até autoritário. Ainda não temos uma distância histórica suficiente do

³¹ Ibid., p. 132.

³² A tese de Castells não é descolada das forças sociais efetivas. Suas teses já figuram, por exemplo, numa publicação coletiva feita por ativistas. *Ativismo no contexto urbano – diagnóstico para ação nas cidades*. Creative Commons, p. 20.

³³ Ibid., p. 18.

³⁴ HARVEY, D. “Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis”. Em: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012, p. 60.

³⁵ Ibid., p. 61.

³⁶ Ibid., p. 61.

evento *Occupy*, mas talvez algumas lições já possamos extrair. A primeira é a de que nas atuais condições socioespaciais, movimentos societários locais podem gerar efeitos e encontrar reverberações por todos os cantos do globo.³⁷ Segunda lição: onde a democracia liberal funcionou melhor – na potência econômica mundial – é também onde foram centrifugados, como resíduos, “os outros 99%”.³⁸ Tendo isso em vista, continua verdadeira a asserção de Slavoj Žižek no calor da hora, segundo a qual os manifestantes são considerados sonhadores, “mas os verdadeiros sonhadores são os que pensam que as coisas podem continuar indefinidamente como estão, apenas com algumas mudanças cosméticas”.³⁹

Paolo Gerbaudo analisa as continuidades e descontinuidades dessas mobilizações em relação ao ciclo de lutas antiglobalização dos anos 1990. Uma das inflexões -- especialmente importante para essa tese -- é a relevância ganha pelas táticas de acampar em espaços públicos de forte centralidade. Nesse sentido afirma que as “acampadas” deixaram de ser uma tática acessória, “passando de uma estrutura de apoio logístico para outras táticas à principal forma de protesto empreendida por esses movimentos.”⁴⁰ Ainda segundo Gerbaudo, o êxito dessas ocupações de espaço públicos se deve também a um caráter mais inclusivo, uma “identidade popular” simpática aos cidadãos comuns: “se os acampamentos de anti-globalização tinham conotações militantes que provavelmente assustariam muitos participantes em potencial, os acampamentos de 2011 foram marcados por um olhar amistoso e tranquilizador que foi fundamental para atrair muitos participantes para uma primeira experiência de ação de protesto.”⁴¹ Com essa abertura e palavras de ordem que remetem à ideia de maioria – os 99% --, as acampadas pretendiam se tornar, nos termos de Gerbaudo, uma nova “ágora”.

Alain Badiou, por sua vez, salienta que as democracias capitalistas “sempre nos fez pagar umas poucas décadas de prosperidade ferozmente desigualitária com crises em que quantidades astronômicas de dinheiro desaparecem, com expedições punitivas sangrentas em todas as zonas que ele considera estratégicas ou ameaçadoras e com guerras mundiais com

³⁷ Balanços recentes mais detidos e situados do movimento se encontram em WELTY, Emily [et al]. *Occupying political science – Occupy Wall Street from New York to the World*. Nova York. Palgrave Macmillan, 2013.

³⁸ Estudos importantes atestam que, entre os anos 1970 e os primeiros anos dos 2000, caminharam lado a lado crescimento econômico, concentração de riqueza e aumento de desigualdade social. Ainda que as pesquisas tenham focos e encontrem causas relativamente distintas, neste ponto são convergentes os relatórios da ONG da Universidade de Oxford (Oxfam), as análises do economista estadunidense Joseph Stiglitz (*O Preço da Desigualdade*. Lisboa: ed. Bertrand, 2013) e as do economista francês Thomas Piketty.(*O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: ed. Intrínseca, 2014). No Fórum Econômico Mundial de 2017 em Davos, a então diretora-geral do Fundo Monetário Internacional Christine Lagarde reconhece que um crescimento econômico sustentável exige diminuir desigualdades. Cf: <https://www.theguardian.com/business/2017/jan/18/middle-classes-imf-christine-lagarde-davos-2017-joe-biden>

³⁹ Discurso de Žižek que se tornou o artigo “O violento silêncio de um novo começo”. Em: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012, p. 17

⁴⁰ GERBAUDO, op.cit., p. 159

⁴¹ GERBAUDO, p. 159

que ele refaz as energias”.⁴² Dessa realidade, reforça Badiou, é preciso extrair sua “força didática”.⁴³ As considerações de Badiou, feitas a quente, de fato se verificam. A crise global se estende pela segunda metade dos anos 2010 e as saídas encontradas pelos Estados nacionais não fogem dos marcos discursivos hegemônicos. Não escapam da combinação entre desmonte de direitos e de políticas redistributivas, uso de recursos públicos na estabilização de grandes agentes financeiros e setores parceiros, persistência de índices significativos de desemprego, de desigualdades sociais e regionais.⁴⁴ O quadro de acirramento das condições de vida gera novas dinâmicas migratórias e uma nova onda de fechamento de fronteiras e de conflitos étnicos. Em alguns casos, como no próprio Estados Unidos da América, em 2016 o presidente eleito monta uma pauta bastante alinhada a um nacionalismo xenofóbico e elogioso ao armamentismo.

Os ônus das políticas de austeridade econômica, sentidos sobretudo pelas classes trabalhadoras e pelas camadas jovens, voltam a levar grandes contingentes de pessoas às ruas em 2016. Na França, ficaram conhecidas como *Nuit Debout* as insurgências que, por meio de rádio online, transmissões simultâneas (*streaming*) e ocupações de espaços públicos, rapidamente se espalham pelo país e constituem uma ampla rede de trocas de experiências entre as cidades mobilizadas.⁴⁵ Seria ingênuo não notar a reverberação desses fenômenos estético-políticos – inclusive o caráter de espaço híbrido dos movimentos das praças – numa exposição na galeria parisiense *Jeu de Paume* denominada *Sublevações [Soulèvements]*. Sob curadoria de Georges Didi-Huberman, a exposição gira em torno dos efeitos psíquicos, corporais e sociais do insurgir-se, em seus elementos desencadeados pela recusa coletiva que toma os espaços, pelos gestos que dizem “não”, pelas palavras expressas no levantar-se, pelo desejo indestrutível de insubmissão.⁴⁶

No mês de setembro de 2016, a Índia registra uma greve geral que contou com algo entre 150 e 180 milhões de cidadãos, parando fábricas e ocupando as ruas. Em número de pessoas, é

⁴² BADIOU, A. A Hipótese Comunista, p. 57

⁴³ BADIOU, A. A Hipótese Comunista, p. 57.

⁴⁴ Vale conferir o prefácio à segunda edição de *O preço da desigualdade* do economista Joseph Stiglitz. E também de BLYTH, Mark. *Austeridade, a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: ed. Autonomia Literária, 2017

⁴⁵ Cf. <<https://nuitdebout.fr>>. Vale conferir uma “wikipédia do nuit debout” montada pelos próprios participantes, com explicações de acesso rápido às motivações, à localização dos núcleos em diferentes cidades, às formas de engajamento e colaboração, bem como aos modelos de ação e de federação. Disponível em: <<https://wiki.nuitdebout.fr/wiki/Accueil>>. Há também um importante balanço do Nuit Debout na edição de dezembro 2016 da revista *Les Temps Modernes*.

⁴⁶ DIDI-HUBERMAN, George (Org.). *Soulèvements*. Paris: Gallimard/ Jeu de Paume, 2016. Disponível em: <<http://soulevements.jeudepaume.org/exposition/>>.

a maior greve de todos os tempos.⁴⁷ Ainda que tenhamos poucos estudos a respeito deste contexto, vale lembrar de considerações feitas por Harvey em 2012, quatro anos antes dessa irrupção, acerca de um quadro de pauperização e concentração de renda no período pós-2008: “enquanto a Índia vem acumulando um respeitável índice de crescimento ao longo dessa crise, por exemplo, o número de bilionários saltou de 26 para 69 nos três últimos anos, enquanto o número de favelados quase dobrou na última década”⁴⁸

Generaliza-se nas vozes dos “99%” globais a sensação de “não nos representam” das populações aos detentores do poder político e econômico. Há risco e tendências de vias autoritárias e violentas, pois os momentos de desesperança e ausência de saídas coletivas para o destino partilhado levam à multiplicação de saídas individuais – algumas evasivas e melancólicas, outras beligerantes -- e, ainda, para ascensão de figuras autorrepresentadas como protagonistas únicas de um poder de salvação nacional. Há ainda os discursos de políticos que se autodenominam não-políticos, na tentativa de se colocarem de fora da arena implodida das democracias representativas.

Ao refletir sobre o ciclo de mobilizações recentes, Ruy Braga lembra com Harvey uma “ transformação em termos de protagonismo político que, apesar de perder o foco na produção, alcançou certa relevância *ao conectar-se à esfera da vida cotidiana das classes subalternas em diferentes contextos nacionais.*”⁴⁹ Tal transformação, lembra Braga, impulsiona inclusive renovações no associativismo sindical. Outro ponto notado por Braga é o de que as insurgências se voltam não somente contra a classe capitalista e suas frações, mas também e sobretudo contra os governos que gerenciam a crise. Tais intuições também serão importante para tratarmos, nessa tese, de transformações na composição de classe nas contestações sociais e, sobretudo, no seu repertório de ação. Por ora, importante voltarmos a outros fenômenos engendrados nesse período.

Na segunda metade dos anos 2010 se mantém esse quadro de efervescência contraditória, mas o cenário esperançoso dá lugar a outro mais adverso, onde o pólo conservador, reativo e repressivo ganha força. Ainda que com diferenças, na Líbia e na Síria os protestos populares de 2011 descambaram para revoltas armadas e guerra civil. No Egito, poder militar e poder judiciário assumem o controle de uma democracia fragilizada. Segundo Mona Abaza, difunde-

⁴⁷ Até a conclusão desta tese, não tivemos acesso a estudos mais detidos acerca do fenômeno na Índia, apenas análises conjunturais. Cf. <<https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/na-%C3%ADndia-a-maior-greve-geral-do-mundo-180-milh%C3%B5es-cruzaram-os-bra%C3%A7os-53c12db71951#.soqb2y47d>>.

⁴⁸ HARVEY, D. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, p. 166.

⁴⁹ BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: ed. Boitempo, 2017, p. 34, grifo nosso.

se pelas ruas o sentimento de que “nos castigam por ter feito a revolução”.⁵⁰ Nos países do Norte ganham espaço discursos xenófobos, nacionalismos racistas, separatismos; a “guerra contra o terror” se torna motivo para uma nova onda de militarização da vida cotidiana. Um cenário de maior polarização se instaura em diversos países, refletindo-se em eleições onde crescem os extremos. A eleição de Donald TRump nos EUA é o maior exemplo, mas não o único.

Por outro lado, no campo progressista mesmo o quadro adverso continua a unificar grupos e classes espoliadas, a abrir espaços de experimentação e de restituição democrática. A política deixa os gabinetes, passa massivamente às ruas e ao cotidiano. Crescem também posições de acordo com as quais a política radical de protestos necessita criar novas institucionalidades⁵¹. As energias coletivas se convertem no desejo e no esforço por tomar nas próprias mãos o destino partilhado, reaver diariamente as possibilidades de construção de formas mais salubres de associação e convívio, no trabalho produtivo e no tempo livre, pautadas pela horizontalização e pelos vínculos solidários que caracterizariam um mundo humano. Todos e todas estão, obviamente, expostos a lidar com a correlação de forças dada numa conjuntura adversa, mas reúnem em torno de si vozes e aspirações de novas multidões.⁵²

Se os anos 1990 foram marcados pela crença segundo a qual a combinação entre economias liberais e sistemas representativos eram a forma mais acabada das democracias, e a literatura crítica via uma implosão e esvaziamento dos espaços públicos, os dez anos após o colapso de 2007-2008 deslocam em muito aquele enquadramento. O período turbulento mostra que apenas perspectivas ou muito generosas ou ideologicamente intoxicadas denominam “democracia” tais regimes políticos e econômicos.⁵³ Como salienta Badiou, estes governos mostram a verdade já dita por Marx, a saber, as democracias capitalistas são “fundos de poder do capital”, ou noutra expressão, são o governo do “capital-parlamentarismo”⁵⁴.

⁵⁰ O artigo de Abaza está em BRINGEL, PLEYERS. *Protesta y Indignación Global – los movimientos sociales en el nuevo orden global*. Buenos Aires: CLACSO / Río de Janeiro: FAPERJ, 2017, p.105-ss. Nessa obra os autores reconstituem a onda de repressão

⁵¹ Ainda que tenham diferenças substanciais, é nessa linha que vão o *Não basta dizer não* de Naomi Klein; as considerações de Hardt e Negri em *Assemblée*; o artigo “After the Riot? Rancière, Hamilton, and Radical Politics” de Lawrence Piper.

⁵² Outras obras recentes que reconstituem essa onda mundial de levantes, com perspectivas distintas mas em grande medida confluentes, encontram-se em BRINGEL, B; PLEYERS, G(org). *Protesta y indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO / Río de Janeiro: FAPERJ, 2017; e também em GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest*. Oxford University Press, 2017.

⁵³ ver, por exemplo, a entrevista de Alain Badiou em : https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/04/1875585-geopolitica-atual-lembra-vespera-da-primeira-guerra-mundial-diz-filosofo.shtml%60&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gws_rd=cr&ei=VwflWI7DDoyLwgTxpIX4Bg

⁵⁴ BADIOU, A. *A Hipótese Comunista*, p. 58 e p.59.

Deflagra-se, na realidade, uma disjuntiva entre democracia e formação econômico-social capitalista. Wendy Brown fala numa “desdemocratização”,⁵⁵ Dardot e Laval seguem tal diagnóstico e salientam, após a crise global está claro que o “Estado mínimo” é o “guardião da propriedade privada” -- aquele que em situações de crise resguarda as condições de acúmulo de capital.⁵⁶

Outro ponto tornado evidente neste período é o de que o *turn point* nos exige entender as condições sócio-espaciais não mais em termos de consenso, implosão e esvaziamento, mas sim de emergência, de *efervescência conflitual*, de transbordamentos e nebulosidade,⁵⁷ onde o melhor e o pior convivem e disputam os rumos do destino em comum. Este último aspecto, em especial, deve ficar mais claro à medida que tratarmos dos fenômenos urbanos recentes.

O fenômeno junho: classes, ideologias cruzadas e abertura societária

No Brasil, uma série de mobilizações toma as ruas, a partir de eventos situados, com sentidos diversos.⁵⁸ Em 2011, a cidade de São Paulo já assistia a manifestações das ocupações de praças, o #OcupaSampa, mais ligadas ao movimento global. Mas foram no mês de junho de 2013 os levantes que marcam a virada societária para os tempos convulsivos. Nem de longe esgotaremos as contendas acerca de junho, mas vale destacar alguns marcos, no intuito de defender que, a despeito da conjuntura do final da década, junho segue como o evento contraditório por excelência⁵⁹

Os protestos se estenderam por quase três semanas, em três fases bem distintas, para as quais vale atentarmos, pois ali ainda aparecem nos mesmos espaços forças sociais que se

⁵⁵ Outros dois livros de grande envergadura vão nesse tom da crise das democracias. LEVITSKY,S; ZIBLATT, D. *How Democracies Die* e, ainda, RUNCIMAN, D. *How Democracy Ends*, ambos de 2018

⁵⁶ LAVAL,C; DARDOT, P. *Nova Razão do Mundo*. São Paulo:ed. Boitempo, 2017

⁵⁷ Se quisemos novamente nos remeter ao campo das artes, autor que capta esses deslocamentos é Guilherme WISNIK em *Dentro do Nevoeiro*. São Paulo: ed. Ubu, 2018.

⁵⁸ Cf. Por exemplo, CARLOS, Ana Fani. « A luta é urbana, o caminho está ainda sendo construído. ». 2013b. Disponível em : <http://gesp.fflch.usp.br/node/197> . Também MARICATO, Ermínia. “ É a Questão Urbana, estúpido”. In: *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013. CASTELLS, rede de Indignação e esperança. HARVEY,D. *Cidades Rebeldes*.

⁵⁹ Nossa leitura sobre Junho vai seguir, em linhas gerais, o que já notara SINGER, André. “Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos*, n.97, nov 2013. Também avaliamos como acertada a ideia de “abertura societária” colocada por BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. “Junho de 2013: dois anos depois – polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. *Nueva Sociedad*, out 2015. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf . Em linha próxima se mantém a de Marcos NOBRE em “Junho, Ano V”. Piauí, ed.141, junho de 2018. Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/junho-ano-v> . Podemos dizer que nossa leitura de Junho se alinha também à de Ruy Braga, para quem : “ Livertar as Jornadas

dividiram e disputaram o rumo das ruas nos anos seguintes.⁶⁰ A eclosão se dá no dia 06 de junho, com algumas centenas pessoas no Rio de Janeiro e cerca de 2mil em São Paulo, com um claro protagonismo do Movimento Passe Livre(MPL) e um repertório de confronto de feições autonomistas – deliberação por consenso, negação de lideranças, performances cênicas, jograis, estética contracultural urbana, ação direta. Houve ato no dia 10 e, no dia 11, já se assistia ao que Alonso denomina uma “diversificação”, com a adesão de movimentos feministas, de juventude, negro e pequenos partidos de esquerda.⁶¹ Nessa etapa, o objetivo estava claro: a redução da tarifa do transporte público.

O ato de quinta-feira, 13, foi um ponto de virada. A demonstração contava com 5 mil segundo a policia, já segundo os organizadores, eram 20 mil. Os manifestantes caminhavam na Rua da Consolação quando foram impedidos de seguir até a Av. Paulista. O bloqueio deflagra o conflito com a PM, que imprime uma forte repressão, tornando a rua uma batalha campal. Diante da violência com civis e jornalistas, a grande imprensa, que até então deslegitimava os acontecimentos, passa a dar relevância e legitimidade aos protestos.

Segundo muitos dos comentadores, essas imagens da violência de Estado geraram o efeito rebote que levou à massificação e nacionalização dos levantes. No próximo ato, dia 17 de junho, foram às ruas cerca de 75mil pessoas em São Paulo, segundo o DataFolha.⁶² Ato se multiplicam espontaneamente para muitas outras capitais, sobretudo onde se iniciava a Copa das Confederações. O crescimento exponencial do número de corpos nas ruas significa também a proliferação das pautas. Agora, demandam melhores serviços públicos – com destaque para saúde e educação –, voltam-se contra a corrupção e por melhores condições de vida nas cidades. Como lembra Singer, “quase um cartaz por manifestante”⁶³. No dia 19 de junho, o prefeito de São Paulo e governador do Estado suspenderam o aumento da tarifa, mas a população não recua.

Na quinta-feira, 20, em tom de comemoração as manifestações atingem seu pico, com atos em mais de 100 cidades, totalizando cerca 1,5 milhões de pessoas. Aderiram torcidas organizadas, associações de moradores e muitos cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes virtuais e pela mídia.⁶⁴ Esse setor ativou o que Alonso denomina “repertório patriota”,

⁶⁰ Esse é um ponto consensuado em André Singer, Ruy Braga, Marcos Nobre, Angela Alonso e Pablo Ortellado.

⁶¹ ALONSO, Angela. “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, ed. Especial, junho 2017, p. 51.

⁶² Sobre o dia 17, afirma Braga: “os jovens expressaram seu desejo de inventar outra metropole, um lugar onde as diferenças pudessem ser acolhidas, os serviços públicos funcionassem a contento para a ampla maioria e a cidade não permanecesse como propriedade de uns poucos privilegiados”. BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado*, p. 224.

⁶³ SINGER, A. “Classes e ideologias cruzadas”, p.

⁶⁴ Pesquisa IBOPE no dia 20 aponta que 46% dos que foram às ruas nunca tinham ido a uma manifestação.

de grupos com símbolos, cores, hino e slogans nacionais⁶⁵. Entre esses, atravessados pela pauta contra a corrupção, estavam os ligados às pautas liberais (o Estado enxuto e eficiente, “padrão Fifa”), o conservadorismo pró-intervenção militar, outros tantos movidos por uma indignação difusa contra o *mainstream* político em geral e, ainda, os que já traziam os germes do anti-petismo que cresceria nos anos seguintes.⁶⁶

Com a entrada desses últimos, os atos perderam claramente o controle e as feições iniciais desenhadas pelo MPL. Estes grupos e repertórios diversos que ocuparam o espaço urbano disputariam o sentido de junho, inclusive de modo violento a partir dos dias 20 e 21. Por isso Singer trata esse último momento como o de “fragmentação”.⁶⁷ As passeatas seguiram até o início de julho. Ao sintetizar Junho, Singer o descreve como um fenômeno de “classes e ideologias cruzadas”; Alonso, por sua vez, o caracteriza como um “ciclo mosaico”⁶⁸

Com Singer, Braga, Alonso, Bringel e Nobre⁶⁹, pode-se perceber os sentidos múltiplos e em disputa de junho, *sem idealizá-lo nem esvaziá-lo, mas sim como ponto de viragem para um período de conflitos abertos, com transbordamentos em múltiplas direções*. Se quisermos usar os termos de Bringel, trata-se de uma “abertura societária” da qual “emergiram novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e a um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas”.⁷⁰ As considerações de Braga vão em linha parecida ao defender que, para evitarmos uma análise empobrecida do fenômeno, é preciso compreender que “ a articulação entre os diferentes modos de mercantilização do espaço urbano e do trabalho oferece indícios mais sólidos a respeito de como interpretar a nova constelação política surgida em junho de 2013”.⁷¹ Em última instância, mais importante do que rastrear o perfil dos sujeitos que o conformaram, é compreender que aquelas energias coletivas funcionaram como

⁶⁵ Vale salientar que Alonso denomina “patriota” o repertório de confronto e linguagem, pois é de se perguntar se tais grupos, que encabeçaram o impeachment, podem ser ditos patriotas.

⁶⁶ ALONSO, op.cit., p. 52

⁶⁷ SINGER, Classes e ideologias cruzadas.

⁶⁸ ibidem, p. 51

⁶⁹ Cf. NOBRE, M. Choque de democracia: razões da revolta. São Paulo:ed. Companhia das Letras, 2013, p.15. “Classes e ideologias cruzadas”, p. 27, Singer denomina tais sujeitos de “novo proletariado”. Já Braga tem uma descrição bastante próxima, mas vai deonominá-los de “preariado urbano”, em *A Rebeldia do Precariado*.

⁷⁰ BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. “Junho de 2013: dois anos depois – polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. Nueva Sociedad, out 2015, p. 6.

⁷¹ BRAGA, A Rebeldia do precariado, p. 235. Vale trazer o argumento completo: “libertar as Jornadas de Junho da miséria do debate político polarizado entre o PT e o PSDB implica interpretar os protestos à luz do recente ciclo de lutas sociais associado à espoliação do espaço urbano, somado à maior onda grevista da história brasileira e que revelou o aprofundamento da mercantilização do trabalho”.

encorajamento das “classes e ideologias cruzadas” ali presentes.⁷² Nesse sentido Singer afirma, em texto mais recente, ter havido simultaneamente “dois junhos de classe nas mesmas ruas”⁷³

Os levantes de junho reverberaram noutros círculos de luta social por direitos. Grupos ativistas de Recife, por exemplo, relatam que os meses seguintes foram de explosão das lutas sociais ligadas à cidade. Irrompeu em junho, mas se estendeu por 2014 a luta por participar do projeto urbano de uma área importante da cidade, chamada Cais Estelita, o que deu nome ao movimento #OCUPEESTELITA. Tal movimento ficou conhecido por questionar o modelo corporativo de gestão urbana local, organizar acampamentos com atividades educativas e culturais diversas e, depois de removidos do antigo Cais, ocupar a Prefeitura local exigindo diálogo e participação: “a cidade deveria ser para as pessoas e também pelas pessoas. Nós estávamos tomando o debate em nossas mãos, estávamos gritando e estávamos criando as condições de sermos ouvidos. Estávamos mudando o jogo”.⁷⁴

Ainda no fim de junho, a presidente afirma em rede nacional a importância de “ouvir a voz das ruas”, o que conferiu legitimidade às mobilizações;⁷⁵ em seu pronunciamento, afirma que chamará uma Assembleia Constituinte para deliberar com cidadãos reformas estruturais, tentativa que é abafada por grupos conservadores diversos – da oposição mas também da base governista, do Legislativo e do Judiciário.⁷⁶ Entre junho e julho, as atividades do Legislativo contaram com o que ficou conhecida como “agenda positiva”: projetos parados há anos foram analisados com dinamismo pouco comum -- ainda que algum tempo depois a boa vontade tenha se tornado encenação⁷⁷.

Como lembra Ruy Braga, em 2013 assistimos a “uma onda grevista inédita na história do país, somando 2.050 greves”, superando o declínio sindical das últimas duas décadas. Isso significou, em relação ao ano anterior, um aumento de 134% do número de greves e de 28% do número de horas paradas. Formam-se, nesse caldo, “novas coalizões políticas”⁷⁸. As mais

⁷² Contribuições mais recentes se somam às anteriores em ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: ed. Boitempo, 2018, sobretudo entre as páginas 245 a 255. Entre as causas, Antunes identifica a mercadorização de serviços públicos ruins num momento de vultosos investimentos com megaeventos, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Lembra também da onda internacional de sublevações.

⁷³ SINGER, A. Crise do Lulismo, p. 109.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 142.

⁷⁵ A edição brasileira de Redes de Indignação e Esperança conta com um posfácio de Castells acerca do caso brasileiro. Cf pp. 182-186

⁷⁶ Pouco depois foi publicada uma obra coletiva onde se retoma o percurso histórico da pauta da reforma política e, ainda, a importância de uma reforma com participação popular efetiva. Cf. RIBAS, Luiz Otávio(org). *Constituinte Exclusiva: um outro sistema político é possível*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2014

⁷⁷ Cf., por exemplo, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1307596-vitrines-da-agenda-positiva-do-congresso-estao-no-papel.shtml>

⁷⁸ BRAGA, R. A rebeldia do precariado, p. 239.

evidentemente ligadas a junho foram greves de agentes de limpeza pública – conhecida como a Greve dos Garis --, de trabalhadores dos transportes coletivos no Rio de Janeiro e de professores da rede pública em São Paulo⁷⁹.

Em 2014, os megaeventos, que já geravam insatisfação difusa nos cartazes que pediam “Escola padrão FIFA”, tornam-se um objeto de repulsa de setores populares organizados contra a Copa do Mundo, cujas obras levavam consigo a especulação imobiliária, o desalojamento de moradores dos entornos, ora pela alta de preços ora pelas próprias remoções. Faixas dos manifestantes questionavam “Copa pra quem?” Outras enuncianvam: “Copa sem povo, tô na rua de novo”.

Já nos meses seguintes as reverberações de junho eram sentidas nos círculos do movimento estudantil como uma “janela de oportunidades”, mas em 2015 uma ala ainda mais jovem deflagra uma ação coletiva imprevista, que trouxe esperança mesmo nos mais céticos: as ocupações secundaristas. Contra um programa que previa fechar 90 unidades escolares sem consulta prévia às famílias impactadas, estudantes tomaram mais de 200 escolas em cerca de três semanas. Das escolas, foram às ruas. Performances com mesas e carteiras escolares bloquearam a cidade e novamente a capital paulista assistiu a uma explosão de inventividade estético-política insurgente; o programa de “Reorganização Escolar” foi suspenso e o Secretário de Educação do Estado destituído do cargo. Em 2016, nova onda secundarista, agora iniciada no Paraná, espalha-se por cerca de mil escolas pelo Brasil.

Compreender junho em suas contradições significa lembrar que ali também estiveram indignações difusas, ideologias cruzadas de onde, alguns anos depois, despontara um novo conservadorismo. Todavia, tal ofensiva não seria possível sem uma operação do Ministério Público compassada com o noticiário da grande mídia – denominada Operação Lava Jato --, naquele momento focada no Partido dos Trabalhadores, fez crescer as bases de oposição ao governo.

Do ponto de vista da mudança na correlação de forças, ainda mais decisivo foram as eleições presidenciais de 2014, quando se acirra o clima polarizado, mas que Rousef ainda vence por pequena margem. Logo nos dias seguintes, a oposição derrotada passa a questionar a legitimidade do pleito, gerar instabilidades institucionais e perscrutar oportunidades de inviabilizar a presidente eleita. Ali sim junho já reaparece instrumentalizado e invertido, como risco aos parâmetros democráticos. Pouco a pouco a narrativa da luta contra corrupção, que embora generalizada tendia a focar-se no governo, encontra-se com a da responsabilidade pela

⁷⁹ Braga reconstitui boa parte delas em *ibidem*, p. 239-ss.

crise econômica e cria assim a realidade necessária à destituição da presidente e assunção de seu vice, já amparado pela oposição.⁸⁰

Esse quadro de emergência generalizada, no qual os conflitos sociais estão acirrados, com recomposições no campo progressista e também no campo conservador, marcou o fim de um período de crescimento econômico e manutenção relativamente estável do pacto social entre capital e trabalho.

Visões do Sul global: o cenário brasileiro da ascensão à crise do “lulismo”

O Brasil recente traz as marcas das reestruturações produtivas do dito mundo global, encarnando a tensão entre sua posição semi-periférica na divisão internacional do trabalho, uma modernização contraditória e o esforço por um projeto próprio de desenvolvimento nacional. Podemos voltar a esses entroncamentos sob o marco denominado “lulismo”⁸¹, pois explica ao mesmo tempo o clima de ganha-ganha do início do século, a possibilidade de diminuir os impactos locais no pós-crise mundial e, ainda, o consenso rompido em 2016.⁸²

O lulismo remonta à chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003. Às camadas populares aplicaram-se as medidas de valorização de salários, de ampliação do crédito popular, mitigação da pobreza extrema e do problema da fome. Embalado por um bom crescimento do PIB, a política econômica desses anos fortaleceu o consumo, o que satisfizera a fração da burguesia industrial e classes médias. O setor financeiro também se mantinha satisfeito, pela manutenção das altas taxas de juros. Com isso, conseguiu ao mesmo tempo manter o tripé do receituário liberal. De um ponto de vista político mais estrito, o lulismo empreendeu um modo de regulação descrito por Singer como “arbitragem de cima”⁸³, na medida em que se tratava da manutenção de um pacto social por meio de expedientes da máquina pública, com um distanciamento das bases historicamente mais orgânicas ao Partido dos Trabalhadores, portanto alinhadas ideologicamente com esse. Singer fala ainda numa “segunda alma” forjada pelo PT.

No mundo no trabalho, o crescimento econômico permitira políticas de valorização do salário

⁸⁰ Os momentos decisivos desse processo também foram reconstituídos em Singer, A. *O lulismo em crise*, p. 161-ss

⁸¹ As primeiras formulações sobre a noção de lulismo se encontra em SINGER, A. “Raízes ideológicas do lulismo”. *Novos estudos CEBRAP*, 2006. É desenvolvida no livro *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: ed. Boitempo, 2016. E já com delimitações bem claras a respeito de suas ambiguidades, em “A ideia de lulismo”, no compêndio *Cinco mil dias: o Brasil na era do Lulismo*. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.

⁸² Optamos pela noção de “Sul Global”, pois além de deixar ver esse estágio de modernização mundial, ele deixa ver, lembra Braga “uma maneira de localizar as lutas sociais que ocorrem em regiões e países semiperiféricos submetidos às políticas de espoliação impostas pela globalização financeira”. BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁸³ Em SINGER, A. “A ideia de lulismo”. Em: *Cinco mil dias: o Brasil na Era do Lulismo*. São Paulo: ed. Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017, p. 26.

mínimo, ampliação dos empregos formais de baixa remuneração e maior grau de terceirização e precarização – alta rotatividade, contratos temporários e com ônus à saúde. Entre 2004 e 2010 a renda per capita dos brasileiros cresceu em média 3,3% ao ano, a da força de trabalho cresceu 5,5% ao ano. A participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8% e o grau de desigualdade na distribuição da renda reduziu-se em 10,7%.⁸⁴ O aumento na renda do trabalho se deu, no entanto, nas ocupações de até 1,5 salários mínimos --, numa taxa de 6,2% em média ao ano, um ritmo 2,4 vezes maior que o conjunto dos postos de trabalho. Isso significou uma incorporação de 2,1 milhões de trabalhadores por ano no mercado formal e, entre esses, apenas 100 mil eram acima do 1,5 salários. As ocupações com rendimento de 5 ou mais salários mínimos mensais sofreram redução líquida de 3,3% no mesmo período.⁸⁵

A maioria desses postos de salário de base foram ocupados por jovens na faixa etária entre 25 e 34 anos; 77,2% para a população dita “não-branca” e, ainda, 60 % de mulheres, o que denota uma feminilização da força de trabalho.⁸⁶ Ainda no que diz respeito a esses postos, eles estiveram nesse período dos anos 2000 concentrados no setor de serviços (6,1 milhões de postos), no comércio (2,1 milhões) e na construção civil (2 milhões) e indústria têxtil e vestuário(1,3 mi).

Destaca-se, ainda, uma crescente escolarização e o aumento dos empregos terceirizados a uma taxa de 13,1% ao ano, entre 1996 e 2010; no Estado de SP, por exemplo, em 1995 eram 100 mil terceirizados, passados 15 anos eram mais de 700 mil.⁸⁷ Ainda de acordo com Pochmann, essa ampliação dos postos tercerizados não esteve tão ligado ao aumento da produtividade e da taxa de investimento, mas fundamentalmente à redução de custos de contratação de trabalhadores. Nesse sentido, a oferta de empregos traz consigo traços das reestruturações produtivas globais combinados às características de um capitalismo periférico.

Ao atentar pra esses dados nacionais e tendências globais, Ruy Braga defende que nesse período se dera a consolidação do denominado “precariado”⁸⁸. Uma classe subalterna formada no pós-fordismo, que vai atender às demandas do setor de serviços, com cidadania salarial em retração. Os empregos são flexíveis, com maior grau de terceirização, rotatividade e

⁸⁴ POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?* São Paulo: ed. Boitempo, 2012, p. 19. A paginação segue a versão digital do livro, disponível em: <http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2017/02/Nova-Classe-media - Marcio-Pochmann.pdf>

⁸⁵ *ibidem*, p. 32.

⁸⁶ POCHMANN, p. 38

⁸⁷ *ibidem*, p. 115.

⁸⁸ BRAGA, Ruy. *A política do precariado -- do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2013. O trabalho empírico desenvolvido por Braga está nos empregos do denominado *call center*. A respeito das diferenças entre Braga e Singer a respeito do lulismo, pelos menos uma vale destaque. Para Singer, o lulismo é uma mudança das bases sociais dos governos petistas em direção à fração subproletária, de mais baixa renda e não organizada. Já para Braga o modelo de desenvolvimento lulista tornou possível a formação do precariado urbano, essa classe de subalternos própria do regime pós-fordista altamente urbanizado.

intermitência e onde se registram as maiores taxas de doenças advindas do trabalho. No nosso caso, trata-se daquela juventude urbana não-branca, que além das piores condições de trabalho arca também com a espoliação cotidiana das metrópoles espraiadas, que perdem horas no transporte e não raro moram mal.⁸⁹

Não menos relevante desses anos fora a ampliação do acesso à educação, com aumento significativo no aporte de recursos do ensino básico ao superior.⁹⁰ Em 2002, 3,4 milhões de jovens ingressavam no ensino superior; em 2015, eram 8 milhões.⁹¹ Nesse período, o país passou de 45 universidades federais em 148 campus para 65 universidades com 327 campus; somente nessas o número de matrículas passou de 512 mil para 1,06 milhões⁹². Foram construídos também centenas de Institutos Federais de formação superior, profissional e técnico. Sobretudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e pelo Fies, o investimento em bolsas e subsídios para financiamento estudantil -- via isenções fiscais para universidades privadas -- cresceu ainda mais, aumentando em 95% o número de matrículas entre 2004 e 2014 (de 3 milhões para 5,86 milhões).⁹³ Do ponto de vista do orçamento para a pasta, os repasses para o setor privado foram os que mais cresceram no período; formam-se conglomerados de empresas privadas que figuram entre os maiores do mundo no setor de educação. A esta “forma híbrida de expansão” somaram-se ainda políticas afirmativas de cotas sociais e raciais -- esta última se torna lei federal em 2012.

Essa democratização do ensino superior transforma o perfil das classes trabalhadoras, seus horizontes de expectativas, bem como a relação desta com o restante da sociedade⁹⁴. Ao mesmo

⁸⁹ Vale lembrar do importante estudo de FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp, 2011, p 114-115/124 na tese. A transformação está retratada nas famílias periféricas: “nenhum tem a estabilidade que os pais tiveram no trabalho e, assim, o trabalho torna-se quase um fim em si mesmo -- realização profissional vincula-se à realização pessoal de modo mais direto. Na família operária, ao contrário, o trabalho era mais claramente um meio para o fim, privado, de manutenção e ascensão social da família. Agora individualiza-se mais o projeto: o trabalho se desregulariza e se precariza, mas torna-se ainda mais central para os projetos individuais. As drogas, a violência e o crime apresentam-se para a família, abordam-na, e é na rede de solidariedade familiar que se lida com eles. A família muda, mas segue no centro da representação de segurança individual. (...) Das ruínas do sonho operário, regular, traduzido em tantos projetos individuais de ascensão, emerge todo um mundo social novo, a conhecer.

⁹⁰ A ampliação de recursos ao ensino básico se deram sobretudo por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). O acesso ao ensino superior privado, que até 2017 representa 75% das matrículas, deu-se via incentivos fiscais às empresas de educação e bolsas parciais e totais, com os programas Prouni e Pronatec. Andrea Caldas e Luiz Araújo fazem o balanço dessa “forma híbrida de expansão” do ensino em “Na educação, avanços e limites”. In: *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Fundação Lauro Campos/ Boitempo, 2017.

⁹¹ VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013.

⁹² MERCADANTE et al(org). *O Legado dos governos do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, pp.30-31. O autor lembra ainda que o orçamento da pasta tem, nesse período, um aumento real de mais de 200%. No caso de Dilma, o investimento em educação foi de R\$54 bilhões acima do piso constitucional.

⁹³ CALDAS, Andrea e ARAÚJO, Luiz. “Na educação, avanços e limites”. In: *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. Org. de Gilberto Maringoni e Juliano Medeiros. São Paulo: ed. Boitempo, 2017.

⁹⁴ VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo,

tempo, essa mesma juventude mais escolarizada é aquela cujo primeiro emprego se dá sob os marcos da precarização⁹⁵.

Do ponto de vista das dinâmicas urbanas, mudanças expressivas se deram a partir de 2005, com a entrega do recém-criado Ministério das Cidades a um partido cujos quadros tinham pouco ou nenhum envolvimento com a defesa da Reforma Urbana. Com isso, tendem a perder força pautas que, nos anos 1980, foram centrais para a agremiação de comunidades de bairro, movimentos de moradia diversos – contra os cortiços, pela regularização de loteamentos e favelas –, além de religiosos de esquerda e o então novo sindicalismo⁹⁶.

De todo modo, o período de crescimento acompanhado de aumento do poder aquisitivo das camadas populares criou as condições para que, mesmos nos anos pós-crise global, o lulismo mantivesse um desempenho econômico razoável, tendo em vista as médias internacionais. Sob o comando de Dilma Rousseff – como chefe da Casa Civil e depois como presidente, implementa-se um expressivo plano de medidas contracíclicas e de investimentos em setores considerados estratégicos, o que Singer denomina de “ensaio desenvolvimentista”⁹⁷, Boito de “neodesenvolvimentismo”⁹⁸ e Carvalho de “agenda FIESP”.⁹⁹

Do ponto de vista dos estudos urbanos, desde 2007 se tem investimentos maciços com impactos nas cidades, em infraestrutura e construção civil, sobretudo com dois programas fundamentais.¹⁰⁰ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos créditos se destinam à construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas e, com a notícia de que o Brasil sediaria dois grandes eventos esportivos, também às obras de estádios e infraestruturas necessárias. O

2013.

⁹⁵ Cf. BRAGA, Ruy. “Terra em transe”, sobretudo entre as páginas 75 e 81. In: SINGER, A. As contradições do lulismo. São Paulo: ed. Boitempo, 2016.

⁹⁶ Não custa lembrar que essa história do ciclo de lutas sociais que culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores se encontra no já célebre livro de Éder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*.

⁹⁷ Cf. *O Lulismo em crise – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2018. De acordo com Singer, os pilares do ensaio desenvolvimentista foram: 1) redução da taxa básica de juros (SELIC) e pressão para diminuição do spread de bancos privados, 2) uso intensivo do BNDES, com abertura de crédito subsidiado a empresas; 3) política de reindustrialização, com redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); 4) desonerações fiscais; 5) Plano de investimento em infraestrutura; 6) Reforma do setor elétrico, que reduziu tarifa de eletricidade; 7) Desvalorização do real em relação ao dólar; 8) controle na entrada de capitais estrangeiros; 9) proteção ao produto nacional.

⁹⁸ Apenas a título de nos situarmos nos debates, vale pontuar essa diferença. Boito justifica o prefixo “neo”, por “ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal”. Isto significa, lembra o autor, que tal política tem um crescimento mais modesto do que o velho desenvolvimentismo; atribui menor importância ao mercado interno e ao desenvolvimento do parque industrial; aceita os contrangimentos da divisão internacional do trabalho, reativando a função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; é dirigido por uma fração burguesa que não age como força anti-imperialista, ou seja, não aposta que haja uma “burguesia nacional” como outrora se acreditou que existisse. Cf. *Reforma e Crise Política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: ed. Unicamp, 2018, p. 160-161.

⁹⁹ Laura Carvalho acirra a crítica, defendendo que esta nova matriz não nos conduzira tanto a um avanço, mas “um passo para o lado” da política econômica realizada por Lula, na medida em que nem sempre os subsídios ao setor secundário retornaram como investimentos na produção. Em *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: ed. Todavia, 2018.

¹⁰⁰ Do ponto de vista dos estudos urbanos, há uma boa reconstituição dessas políticas em MARICATO, Ermínia.

segundo é o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), voltado à construção de habitações. Com essa alavancagem, os setores imobiliário e da construção civil, juntos da agroindústria e setor de serviços, lideram o crescimento do PIB num regime de acumulação predominantemente pós-fordista com maior presença de capitais financeiros¹⁰¹.

Outro setor na ponta dessas transformações foi o dos transportes. Há uma retomada dos investimentos nos modais ferroviários, embora em menor escala em relação ao dos transportes individuais. Para esses últimos, aplicam-se uma desoneração fiscal no consumo de automóveis e subsídios que mantêm o preço de combustíveis. Num estudo de 2012, Eduardo Vasconcellos atesta que o transporte individual recebe isenções e subsídios da ordem de R\$ 16 bilhões por ano, o transporte coletivo, por sua vez, recebe R\$ 2 bilhões; em termos de prioridade, a relação é de 8 para 1.¹⁰²

Mas como lembra Singer, já em 2012 a política econômica não satisfazia as expectativas da fração industrial do empresariado.¹⁰³ Relatórios de grandes bancos, centros de pesquisa e mídias orgânicas a esses vinham reportando desapontamento com o “intervencionismo na economia”, cujo PIB oscilava entre 1,9% em 2012, 3,0% em 2013 e fechou em 0,5% em 2014.

Segundo Singer, mesmo entre os mais beneficiados pelo “ensaio desenvolvimentista” de Dilma Roussef houve um “movimento pendular” de desconfiança. Diferente do que foi pactuado em 2011, o empresariado industrial não se contentava mais com os estímulos à produção e voltou-se a uma agenda estritamente neoliberal. Com esse deslocamento, “completou-se a unidade capitalista em torno do corte de gastos públicos, da queda no valor do trabalho e da diminuição da proteção dos trabalhadores”¹⁰⁴. As frações da burguesia, antes dividida entre fração produtiva e fração rentista, encontram-se agora em bloco.

O descontentamento dos capitais com as medidas constricções acirrou o clima de polarização política, mas não fora suficiente para evitar a reeleição de Dilma em 2014. Roussef vence por pequena margem e, logo nos dias seguintes, forma-se um movimento de não-aceitação do resultado do pleito.

¹⁰¹ É Pochmann também quem lembra que, nesse início do século XXI “somente o setor terciário tem registrado aumento em relação ao PIB. Entre 1980 e 2008, o setor terciário aumentou seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e secundários perderam 44,95% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB”. Op.cit, p. 20. As páginas seguintes desenvolvem esse argumento.

¹⁰² VASCONCELLOS, Eduardo. *A Política de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente*. São Paulo, 2012

¹⁰³ SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma(2011-2016)*. São Paulo: Cia das Letras, 2018, pp. 39-ss. Em termos mais precisos, Singer entende pela “coalizão rentista” o setor financeiro e a classe média tradicional, enquanto a “coalizão produtivista” seria composta pelos empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora. Essas coalizões deixam de ser concorrentes a partir de 2012 e 2013, quando mesmo os mais beneficiados se insatisfazem com certo “estatismo”.

¹⁰⁴ SINGER, idem, p.61

A empreitada foi encabeçada inicialmente pela oposição vencida, do Partido Social Democrata do Brasil (PSDB), em especial a ala do candidato vencido, que pretendia pedir novas eleições. Outras duas alas do partido se mantiveram ambivalentes, querendo desgastar Dilma e, alguns meses depois, mais propensos a defender um governo interino do vice. Outro ator decisivo para queda fora o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Desde seu primeiro mandato, Dilma trocava indicados do PMDB em postos-chave – ministérios, presidência de grandes empresas públicas – por figuras de perfil técnico, o que desagradava o partido.¹⁰⁵ Desde lá Cunha passou a aglutinar descontentes e, num cálculo preciso, em 2015 o deputado rompeu o pacto tácito de rodízio com o PT na Câmara e se tornou presidente, sabendo que teria consigo o ponto de apoio de Dilma, isto é, ele é quem acolheria ou não os pedidos de impeachment.

A movimentação pela deposição de Dilma consegue bases mais amplas nos setores fisiológicos do legislativo, pois a presidente não dava conta de estancar a sangria das denúncias de corrupção que penetrava todo o sistema político,¹⁰⁶ e a narrativa neoliberal, por sua vez, ganhava forças na grande mídia. A crise institucional culmina na destituição da presidente em abril de 2016, seguida da assunção de seu vice já amparado pela oposição.¹⁰⁷

Esses marcos ainda permanecerão em disputa. Com essa ruptura institucional, as políticas de austeridade até então aplicadas com moderações passam ao centro da agenda, com corte de direitos sociais, corte em programas educacionais e habitacionais, venda de empresas públicas de setores estratégicos, ao mesmo tempo perdão de dívidas e isenções para grandes empresas, além de uma reforma que flexibiliza ainda mais as relações de trabalho e desestabiliza sindicatos.¹⁰⁸ Tais medidas foram mobilizadas pela aposta de que, com elas, rapidamente se retomaria o crescimento econômico, o que na realidade não ocorreu nos anos 2017 e 2018. A nova onda neoliberal encarna claramente o diagnóstico de Laval após a crise global, segundo o qual o “Estado mínimo” é antes de tudo o “guardião da propriedade privada”, aquele que em situações de crise resguarda as condições de acúmulo de capital.¹⁰⁹

¹⁰⁵ Interessante lembrar, como faz Singer, o relato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre como o PMDB desde lá costumava negociar policamente no nível da “chantagem”. À esta empreitada de Dilma Singer denomina de um “ensaio republicano”.

¹⁰⁶ Os momentos decisivos desse processo também foram reconstituídos em Singer, A. *O lulismo em crise*, p. 161-ss

¹⁰⁷ Os momentos decisivos desse processo também foram reconstituídos em Singer, A. *O lulismo em crise*, p. 161-ss

¹⁰⁸ Estima-se que, em 2018, o perdão a dívidas de empresas foi a maior em dez anos, chegando a R\$ 47,4 bilhões. Cf. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-perdoou-r-47-4-bi-de-dividas-de-empresas-maior-anistia-em-10-anos,70002687574>

¹⁰⁹ LAVAL, C.; DARDOT, P. *Nova Razão do Mundo*. São Paulo:ed. Boitempo, 2017

Podemos completar que, sob esses marcos, “responsabilidade fiscal” e “austeridade” coincidem com o que Wendy Brown denomina de “desdemocratização”¹¹⁰.

Daqui em diante, reconstituiremos esse período recente do lulismo no sul global, tendo como ponto ancoradouro e mediação a produção do espaço urbano e, mais especificamente, o da cidade de São Paulo. É a partir de dinâmicas espaciais urbanas que a tese compreende como se deram as continuidades e descontinuidades que mantiveram uma urbanização dividida e tensionada. Uma primeira cidade é o lugar de oportunidades de negócios com o solo urbano, a realização dos capitais, na forma de lucros, rendas e juros. A segunda cidade é aquela destinada à reprodução da população força de trabalho, que foi historicamente remunerada em baixos salários, mas atualmente também se distribui pelos trabalhos temporários, instáveis, flexíveis e precarizados.

Lutas sociais como disputas no e pelo espaço urbano

Nesse período de crise econômica e política, marcado por instabilidades, resistências e esforços de superação, voltam à tona considerações já feitas por Lefebvre nos anos 1970 e reforçada por autores como Soja(1993), Harvey, James Holston (2013), Andy Merrifield (2014) e, no contexto brasileiro, Ana Fani A. Carlos (2013b), Ermínia Maricato(2013) e Vera Pallamin(2015), segundo as quais em nosso quadro de urbanização intensa e planetária as lutas sociais são predominantemente lutas espaciais urbanas.

As cidades espacializam as contradições sociais na forma de uma urbanização profundamente desigual. Constituem-se áreas de forte centralidade, com concentração de infraestruturas, pessoas, informações e serviços, o que as torna um entroncamento de redes econômicas, de conhecimentos, de inovações técnico-científicas, além de núcleo de atividades administrativas do terciário. Por outro lado, os grandes centros se tornam força centrífuga às classes assalariadas e a grupos historicamente subalternos em termos de oportunidades e de direitos. O baixo poder aquisitivo lança essas camadas precarizadas para as periferias distantes, onde as dificuldades materiais se somam aos ônus dos deslocamentos, à escassez de infraestruturas, de oportunidades de trabalho e, ainda, às estigmatizações e violência institucional. Em suma, esses sujeitos são destituídos da centralidade do espaço urbano onde garantiriam seu desenvolvimento e, portanto, estão privados do Direito à Cidade.¹¹¹

¹¹⁰ BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution*. MIT Press, 2015

¹¹¹ Há uma passagem de Lefebvre bastante elucidativa em *Espace et Politique*, pp.21-22, que relaciona o Direito à Cidade e a centralidade: “Se é verdade que as palavras e conceitos: “cidade”, “urbano”, “espaço”, correspondem a

Nos países do sul global, mas também em países como Espanha e EUA, essas adversidades são vividas com mais agudeza em moradias irregulares e insalubres. A reprodução da vida se dá abaixo do nível da dignidade. Os poderes públicos, por sua vez, não tem assegurado a cidadania e a justiça sócio-espacial quanto resguardado o bom funcionamento da urbanização como ambiente de negócios que acirra as desigualdades.

Nos momentos de crise de legitimidade dos representantes políticos e das frações de classe gestoras da austeridade econômica, o espaço urbano e sua centralidade – com todos seus recursos – se torna o epicentro de insatisfações sociais. Foi o que fizeram a Plataforma dos Afetados pela Hipoteca na Espanha, os #Occupy, o Nuit Debout francês, mas também em levantes brasileiros. Pelo fato das grandes cidades estarem amplamente conectadas e contarem com visibilidade internacional, o contágio entre esses eventos é ainda maior.

As populações bloqueadas e ejetadas voltam aos centros urbanos cobrar transformações que recoloquem as decisões coletivas no rumo de uma democracia digna de tal nome. Estes movimentos societários tem clareza -- alguns mais outros menos -- de que o espaço urbano é produto de um conflito entre a cidade como ambiente de negócios e uma cidade pela qual se luta para viver com dignidade. Não por outra razão o “Direito à Cidade” se torna uma ideia-força difundida entre movimentos por moradia, entre os movimentos por mobilidade, os agenciamentos por espaços públicos de uso comum, mas também entre ONG’s, entidades técnicas e juventudes urbanas de linhas diversas.

Ao analisar esse contexto pós-2008, David Harvey lembra que Lefebvre foi o primeiro marxista a salientar o caráter urbano e espacial das lutas sociais desde o século XIX, quando retratara a Comuna de Paris. Nesse sentido, adiciona Harvey, Lefebvre estava ciente de que “a classe trabalhadora revolucionária era formada por trabalhadores urbanos, e não exclusivamente por operários fabris”¹¹². Há aí um deslocamento decisivo no modo como se concebe a formação de classe, ou se quisermos, a composição das contestações e o repertório da ação coletiva. Esta não se dá apenas por sua condição no trabalho, mas por suas condições

uma realidade global(que não se confunde com um dos níveis definidos acima) e não designam um aspecto menor da realidade, o direito à cidade se refere à globalidade assim visada. Não é um direito natural, certamente, nem contratual. Em termos “positivos”, ele significa o direito dos cidadãos cidadãos e de grupos que eles constituem(sobre a base das relações sociais) a figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas. O que não depende nem de uma ideologia urbanística, nem de uma intervenção arquitetônica, mas de uma propriedade essencial do espaço urbano: a centralidade [...]” Nesse mesmo contexto argumentativo continua Lefebvre: “Exclure [exclure] do ‘urbano’ grupos, classes, indivíduos é também excluí-los da civilização, senão da sociedade. O Direito à Cidade legitima a recusa de se deixar remover [écarter] da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregacionista. [...] Ele [Direito à Cidade] estipula igualmente o direito de reencontro e reunião; lugares e objetos devem responder à certas ‘necessidades’ geralmente ignoradas [méconnus], à certas ‘funções’ desdenhadas e aliás transfuncionais: a ‘necessidade’ de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdica, a função simbólica do espaço”.

¹¹² HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: ed. Martins Fontes, p. 16

de vida nas cidades. Nessa chave de análise, desde o século XIX as lutas sociais já eram lutas espaciais – no e pelo espaço urbano.

Em autores que analisam os novos movimentos sociais o espaço urbano é novamente colocado em pauta. Quando reflete sobre um novo paradigma dos movimentos contemporâneos, Maria da Glória Gohn afirma: “os sujeitos deste novo paradigma tem feito das cidades o palco de suas manifestações”¹¹³. Como salienta, através da cidade se atinge a sociedade. Nesse sentido desenvolve: “a cidade é o espaço próximo e possível da luta. Discrimina-os, mas também ela pode ser reapropriada por suas ações. Entretanto, a cidade não é só objeto de agressão. Ela é também sujeito, palco de ações coletivas que a reconstroem dando-lhe novos usos e significados.”¹¹⁴ Essas considerações, que Gohn desenvolve pouco, serão de grande valia.

Ao refletir sobre relações entre arte, contracultura e cidade, Pallamin nos traz contribuições bastante certeiras: “a luta por espaços urbanos coletivos e a representação das diferenças nestes espaços são elementos indispensáveis para o avanço da espacialização da democracia”¹¹⁵. Logo em seguida, completa a autora, que tais disputas “introduzem novos sujeitos políticos e novas regras na vida social e cultural, e criam possibilidades de ampliar o exercício da cidadania do domínio abstrato da nação-Estado para o domínio concreto dos espaços urbanos”¹¹⁶. Nessa formulação fica clara a mediação, em mão dupla, entre a disputa pelo espaço urbano e pelos rumos coletivos partilhados.

Mesmo entre autores críticos cuja trajetória está para além dos estudos urbanos, o tópico ganha relevância. É nesse sentido que Paulo Arantes, ao analisar as turbulências sociais recentes no Brasil, destaca: “como se está percebendo, o nervo dessa insurgência – inusitada apenas no emprego inesperado da palavra – é urbano, e graças a ela os trabalhadores pobres garantiram nada mais, nada menos, que seu direito à cidade, hoje no epicentro da convulsão nacional que se sabe”¹¹⁷. O autor vai rastrear a presença de um série de novos operadores das ações coletivas, entre as quais já vale destacar a ideia de “insurgência”. Arantes traz tal noção para a chave da “cidadania insurgente”, com a qual James Holston compreende organizações populares nas periferias de São Paulo das últimas décadas.¹¹⁸ Como destaca Arantes, com Holston, o impulso predominante dos cidadãos insurgentes procede da longa batalha pela

¹¹³ GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias de Movimentos sociais*, p. 122.

¹¹⁴ GOHN, op.cit., p.122

¹¹⁵ PALLAMIN, Vera. *Arte, cultura e cidade – aspectos estético-políticos contemporâneos*. São Paulo: ed. Annablume, 2015, p. 135

¹¹⁶ *ibidem*, p. 135

¹¹⁷ ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. Sao Paulo:ed. Boitempo, 2014, p. 381

¹¹⁸ ARANTES, Paulo. *Novo Tempo do Mundo*. São Paulo, Boitempo, 2014, p. 381.

democratização do solo urbano e marca um deslocamento em relação ao imaginário trabalhista forjado na Era Vargas e assentado sobre um certo mito libertador da carteira de trabalho.¹¹⁹ Esse deslocamento, lembra Arantes ainda com Holston, já se desenha desde os anos 1970. A novidade do “Espírito de Junho” está no choque, na intensidade que se viu entre o regime de cidadania insurgente e o entrincheirado; este entrechoque do qual pode emergir um novo oponente¹²⁰

Novamente Harvey, na intenção de mapear as inovações das lutas urbanas pós-crise de 2008, faz ponderações importantes sobre reestruturações produtivas do capital que engendraram mudanças também no enquadramento das lutas sociais. O autor lembra que o valor é produzido no processo de trabalho, e é um aspecto muito importante da luta de classe. Mas o valor se realiza no mercado através da venda, e uma grande parte da resistência à acumulação do capital se exprime nessa esfera da realização do valor. Em termos mais concretos: “o principal centro de descontentamento no quadro das dinâmicas capitalistas se desloca em direção à esfera de realização do valor, em direção às políticas que impactam sobre a vida cotidiana na cidade”¹²¹. É também nessa chave da vida cotidiana nas cidades que Harvey entende muitas das mobilizações e resistências dos últimos cinco anos¹²².

Em nossa chave, esses sujeitos não apenas usam do espaço urbano como palco e local de suas práticas, mas como parte do processo da luta, isto é, reapropriam-se do espaço como tática no avanço do movimento. Com isso, disputam o sentido do urbano.

A virada espacial das teorias sociais e o tempo do espaço

A relação entre construir sociedades igualitárias e cidades democráticas, vindas à tona nesse período de crise econômica, social e política, não se esgota no entanto em questões de escala urbana, mas remete-nos a processos sociais mais abstratos e mesmo globais. Já nos anos 1960 e 1970 Lefebvre, ao buscar compreender a sobrevivência do capitalismo desde sua forma

¹¹⁹ Ibidem, p. 385

¹²⁰ ibidem, p. 387-388.

¹²¹ A tradução da entrevista, originalmente publicada na revista Jacobin de julho de 2016, encontra-se disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/07/contrarrevolucao-neoliberal-harvey-acumulacao-capital/>

¹²² Continua Harvey: “um conflito como o do Parque Gezi, em Istanbul, não foi uma luta operária, o descontentamento incidia sobre a política cotidiana, a falta de democracia e o modo de tomada de decisões. Nas manifestações das cidades brasileiras, em 2013, foram mais uma vez os problemas da vida cotidiana que fizeram elas explodir: os transportes e as despesas suntuosas pra construção de grandes estádios em detrimento de escolas, hospitais e moradia. As manifestações que nós vimos em Londres, em Paris ou em Estocolmo não diziam respeito a processos de trabalho, mas sobre a vida cotidiana”.

industrial competitiva da época de Marx, passando pelo capitalismo oligopolista controlado pelo Estado, compreendeu o papel central da organização da vida cotidiana e em seguida da produção do espaço nas reestruturações produtivas de então:

O capitalismo descobriu-se capaz de atenuar (se não resolver) durante um século suas contradições internas e, conseqüentemente, logrou alcançar um ‘crescimento’ durante esse século, após a redação d’ *O Capital*. A que preço? Não podemos calcular. Por que meios? Nós o sabemos: *ocupando o espaço, produzindo um espaço*.¹²³

A modernização do século XIX tinha como tônica a aceleração do tempo, por meio da otimização racional da produção e da exploração do tempo da força trabalho. No entanto, esses avanços técnico-produtivos não foram suficientes para conter as crises de superprodução e subconsumo. Há um limite para a do tempo. Dessa maneira, Nos Estados europeus do século XX, o espaço se insere gradativamente nessa racionalidade estratégica da modernização produtiva através da planificação urbana e regional. Essa modernização facilita o acesso à recursos, o escoamento da produção e abre novas fronteiras de acumulação. Nos termos de Lefebvre, “ocupar e produzir o espaço”.

O que a perspectiva critica lefebvriana vai expor é o fato de esses avanços não serem meramente um progresso técnico, mas operados no interior de uma economia politicado espaço. Isso significa compreender que nessa modernização o espaço é produzido predominantemente com vistas ao acúmulo de capitais e a reprodução da divisão social das atividades, atribuições e competências, isto é, a divisão social do trabalho.

Há alguns desdobramentos importantes dessa perspectiva que valem ser adiantados desde já. Primeiro, o espaço é um elemento central na reprodução das relações sociais de produção. Um segundo desdobramento, que projeta Lefebvre entre os autores fundamentais para explicar a modernização do século XXI é o fato do capitalismo “não ter se mantido senão se expandindo por todo o espaço”.¹²⁴ Esse é um insight decisivo para explicar a geopolítica da abertura de fronteiras, do crescimento econômico pelo deslocamento da produção aos países periféricos, pela multiplicação de capitais através da circulação mais rápida de fluxos, em suma, características do capitalismo mundializado, informacional e financeiro.

¹²³ La Survie, p. 15

¹²⁴ LEFEBVRE, *Espace et politique*, p. 110: “Donc, le capitalisme ne s’est maintenu qu’en s’étendant à l’espace entire (en débordant les lieux de sa naissance, de sa croissance, de sa puissance,: les unites de production, les entreprises, les firmes nationales et supranationales)

Um terceiro desdobramento é o de que o espaço -- através do investimento em infraestruturas e do setor imobiliário -- pode ser um meio de estabilização de capitais excedentes, uma estratégia importante para momentos de turbulências. Mas também pode ser uma forma segura de extração de renda sem produção, o que segundo o próprio autor tende a se tornar predominante no capitalismo contemporâneo. Por isso afirma Lefebvre: “de tal modo que o ‘imobiliário’ (produção e especulação) oscila entre uma função subordinada de recuperação econômica, uma função de diversão, uma função de regulação, uma função dominante”¹²⁵.

Essas reestruturações produtivas de ordem mundial impactam, obviamente, a produção de conhecimento. Um quarto desdobramento é o de que o espaço passa a ser a mediação privilegiada na legibilidade das contradições sociais. Donde a frase seminal de acordo com a qual “a luta de classes, atualmente mais do que nunca, é lida no espaço”.¹²⁶

Estes insights anunciados por Lefebvre, nos quais a análise da modernização incorpora a coordenada do espaço e por vezes coloca neste a dominância, não apenas ganharam uma fortuna crítica substantiva. Foram considerados por Edward Soja, por exemplo, uma “virada espacial”[spatial turn] das teorias sociais. Seguindo a análise de Perry Anderson sobre o marxismo ocidental, Soja argumenta que Lefebvre foi, com uma obra original e ainda pouco analisada, “a fonte primordial do ataque ao historicismo e da reafirmação do espaço na teoria social crítica”¹²⁷. Mas segundo Soja, Anderson não conseguiu extrair os potenciais explicativos dessa virada engendrada por Lefebvre. O projeto teórico de Soja será absorver as contribuições de Lefebvre, mas também de Foucault e Bourdieu, para construir um materialismo histórico-geográfico. É nesse sentido que conclui : “ a interpretação materialista da história e a interpretação materialista da geografia são inseparavelmente entremeadas e teoricamente concomitantes, sem nenhuma priorização intrínseca de uma em relação a outra”¹²⁸.

Não vem ao caso adentrar na “ontologia espacializada” de Soja, mas mapear no panorama contemporâneo essa “virada espacial”. Ao analisar as transformações sócio-econômicas e culturais do último quartel do século XX, Fredric Jameson assumiu-a para analisar o que denominou um “pós-moderismo: a lógica cultural do capitalismo tardio”. Segundo Jameson, o momento de dominância espacial é importante, obviamente, para entender o estágio do capitalismo global e urbanizado. Mas nas ditas sociedades de informação e consumo a

¹²⁵ LEFEBVRE, *Espace et politique*, p. 112. “De telle sorte que l ‘immobilier’(production et speculation) oscille entre une fonction subordonnée de reliance économique, une fonction de diversion, une fonction de régulation, une fonction dominante”.

¹²⁶ Lefebvre, H. 1973, p. 68.

¹²⁷ SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*, p. 54.

¹²⁸ SOJA, op.cit., p. 159

profusão de signos e a vinculação de imagens e narrativas à mercadorias constroem imaginários coletivos onde há um achatamento do tempo histórico e uma multiplicação de dispositivos espaciais. Do ponto de vista cultural, a história se esvazia pelo desenraizamento e deslocamento de conteúdos de seus contextos originários para os círculos de valorização de capitais e circulação de mercadorias. É o caso da onda “neo” em arquitetura, da moda retrô e, de modo mais geral, é o que ocorre nas narrativas da indústria cultural, da publicidade e propaganda que permeiam a vida cotidiana. Por isso afirma Jameson que a dimensão retrospectiva indispensável para qualquer reorientação vital de nosso futuro “transformou-se em uma vasta coleção de imagens, um enorme simulacro fotográfico”; ou mais, um “conjunto de espetáculos empoeirados”.¹²⁹

Jameson encontra outras versões da tendência pós-moderna à “desistoricização” e “especialização”. Na economia, lembra que a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo global é, se quisermos operar em metáforas construtivas, uma passagem dos tijolos ao balão. Com isso, confere a tônica para o caráter mais dinâmico e instável decorrente da financeirização da economia.¹³⁰ Mas lembra também que os anos agitados de 1960 podem ser lidos como a ascensão de movimentos que se aglutinam espacialmente e tem o espaço como objeto: movimentos de vizinhança, étnicos, de gênero e ecológicos. Para Jameson, muitos podem ser considerados “utopias espaciais”, na medida em que “as transformações das relações sociais e das instituições políticas se projeta na visão do lugar e da paisagem que inclui o corpo humano”.¹³¹

Jameson confere um lugar privilegiado à teoria social lefebvriana na compreensão da atualidade. Primeiro por mostrar “a correlação entre as categorias organizacionais”, isto é, o espaço e o tempo, mostrando como esses são vividos histórica e socialmente, diferente do que pensava Immanuel Kant. Segundo porque Lefebvre, ao mostrar suprir o déficit espacial das teorias sociais e mostrar o caráter global e urbano do capitalismo, Lefebvre introduziu um “novo tipo de imaginação espacial, capaz de confrontar o passado de uma forma nova e ler seus segredos menos tangíveis a partir dos moldes de suas estruturas espaciais – o corpo, o cosmos, a cidade” e, mais ainda, “como estes marcam a organização intangível da cultura e da economia libidinal, e das formas linguísticas”.¹³² Esse é um ponto crucial nas análises culturais materialistas das quais se vale Jameson, tanto para compreender a espacialidade pós-moderna quanto para imaginar transformações sociais que impliquem outros espaços.

¹²⁹ JAMESON, F. *Pós-modernismo: lógica cultural do capitalism tardio*, p. 46.

¹³⁰ Conferir “O tijolo e o balão”.

¹³¹ JAMESON, F. *Pós-modernismo: lógica cultural do capitalism tardio*, 177

¹³² JAMESON, *ibidem*, p. 364.

Essas considerações a respeito da espacialização da cultura orientam, em grande medida, a aposta jamesoniana para novas armas da crítica, a saber, uma “estética do mapeamento cognitivo”. Nos termos do autor, trata-se de forjar uma cultura política e pedagógica que permita “a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente irrepresentável que o conjunto das estruturas da sociedade como um todo”.¹³³ Para Jameson, a ideia de “mapeamento cognitivo” pode gerar uma ampliação nas possibilidades de leitura e reconquista do espaço, além de cartografar processos sociais mais abstratos que reposicionem os indivíduos num ordenamento global¹³⁴

Jameson é enfático em lembrar que estes expedientes epistemológicos pautados pelo mapeamento devem visar um longo alcance. Tem como ponto de partida a transformação na experiência dos sujeitos sociais, mas estendem-se como “modelo cultural”¹³⁵ de manifestações estéticas, de práticas políticas e, ainda, devem ter uma função “na moldura mais estreita da vida cotidiana na cidade”.¹³⁶ Quanto às práticas estéticas, Jameson enfatiza a importância do caráter didático e pedagógico das artes – seu exemplo é Brecht. A respeito de práticas políticas o autor cita, como um exemplo sugestivo, eventos ocorridos na cidade de Detroit no fim dos anos 60, mobilizados pela *League of Black Revolutionary Workers*. A Liga, lembra Jameson,

conquistou o poder no local de trabalho, especialmente nas fábricas de automóveis, abriu um espaço substancial no monopólio informativo das mídias através de um jornal de estudantes; elegeu juízes e, finalmente, por muito pouco perdeu a chance de eleger o prefeito e assumir o controle do aparelho de poder da cidade¹³⁷

Em seguida, a liderança da Liga passou a divulgar notícias em outras cidades, viajou para Suécia e Itália, explicando seu modelo e conhecendo outros; outras lideranças foram à Detroit investigar novas estratégias. Para Jameson, ainda que o êxito da mobilização no governo local tenha durado pouco tempo, este é um caso de “enorme realização política”, uma vez que incluiu iniciativas “nos diferentes níveis sociais do processo de trabalho, da mídia e da cultura,

¹³³ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* [1991]. Trad. de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996, p. 77.

¹³⁴ Já há uma literatura que, partindo da premissa da “virada especial” de Jameson, desenvolve a “espacialidade”, os mapeamentos e cartografias como ideias-força das atuais condições socioespaciais. Cf. TALLY, Robert. *Spatiality – The New Critical Idiom*. Nova York: Routledge, 2013. Para estudos de casos e as apropriações diversas nas artes e nas ciências, vale acompanhar <<http://www.cartographicperspectives.org/index.php/journal/index>>.

¹³⁵ é o termo com o qual caracteriza o mapeamento cognitivo, em *ibidem*, p. 76.

¹³⁶ É válido retomar no contexto argumentativo do autor: “a função exata que o mapeamento cognitivo deve ter na moldura mais estreita da vida cotidiana na cidade: permitir a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente irrepresentável que é o conjunto das estruturas da sociedade como um todo”. Cf. *ibidem*, p. 77

¹³⁷ *ibidem*, p. 409.

do aparato jurídico e da política eleitoral”¹³⁸. Foi uma mobilização “amarrada à própria forma da cidade” e, ao mesmo tempo, passível de generalização. Para Jameson, tal mobilização compreendeu a questão espacial aí envolvida, qual seja, “como desenvolver um movimento político *nacional* com base em uma estratégia e em uma política de *cidade*”¹³⁹. Foi ilustrativa no sentido de compreender que mudanças radicais tem como ponto de partida a realidade local da cidade e, ao mesmo tempo, são passíveis de generalização por meio do espaço.

Em nossa perspectiva, a paisagem contemporânea traz continuidades em relação àquela descrita por Jameson, sobretudo na inteligência de um capitalismo cognitivo e cultural que visa absorver para o interior do imaginário liberal burguês as tentativas de resistência e de criação de alternativas práticas e simbólicas. Mas a crise ocorrida em 2007-2008 na maior potência mundial (o dito centro dinâmico), que reverberou pelo mundo com impactos por toda a década de 2010, é um marco significativo da falência das democracias capitalistas, bem como das tentativas de sua salvação por medidas paliativas. Há aí uma descontinuidade importante que não pode ser escamoteada e que se revela, por todo o globo, em tensões espaciais urbanas.

Autoras contemporâneas no debate brasileiro, a partir da geografia, da sociologia e dos estudos culturais urbanos também reforçam a necessidade de conferir uma tônica ao espaço na análise da realidade social. A socióloga Fraya Frehse reúne mais recentemente uma série de contribuições teóricas da segunda metade do século XX, nas quais o espaço é não apenas fundamental, mas a coordenada determinante na explicação das dinâmicas sociais¹⁴⁰.

Preocupações bastante convergentes aparecem nos trabalhos de Ana Fani Alessandri Carlos, quando desenha uma perspectiva teórico-metodológica para uma geografia que supere a condição de saber parcelar e, ao mesmo tempo, consiga tratar do panorama constituído após as manifestações massivas que eclodiram por todo o globo e no país em junho de 2013. Trata-se, nos termos da autora, de uma “Metageografia”. Carlos lembra que, mais do que nunca, é preciso construir um “quadro de referência que permita a reflexão sobre a crise urbana, colocando a dialética no centro da questão”, uma vez que “a produção do espaço é imanente à produção da vida e, portanto, as relações sociais teriam como exigência um espaço e tempo”¹⁴¹. A premissa fundante na tese de Carlos é a da indissociabilidade entre a produção do humano e a produção do espaço. Para a autora, tal premissa nos permite compreender tanto

¹³⁸ Ibidem, p. 409

¹³⁹ Os grifos são do autor. Ibidem, p. 409.

¹⁴⁰ FREHSE, F(org). "O Espaço na Vida Social". In: Estudos Avançados, 27 (79). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2013.

¹⁴¹ CARLOS, Ana Fani. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, dez. 2015, p.9

a centralidade do ordenamento espacial no regime global de acumulação capitalista, quanto os impactos desse ordenamento na vida cotidiana daqueles e daquelas que padecem nas cidades vividas como privação.

As contribuições acima são absorvidas em dois eixos fundamentais dessa tese. Primeiro, quando assumimos que o espaço urbano é uma coordenada fundamental para entender bloqueios que reproduzem relações sociais e, na realidade brasileira, mantém a modernização combinada com o atraso. Nisso está incluído compreender a contradição na qual, mesmo num período de crescimento econômico, como o de 2003 a 2014, pode haver um tensionamento nas condições de vida nos grandes centros. Segundo momento da tônica no espaço se dá quando argumentarmos que o repertório de ação dos movimentos sociais recentes se deslocam da intervenção no tempo e ritmo da produção, do trabalho, para uma intervenção no cotidiano urbano, ou melhor, nos espaços que bloqueiam seus ritmos e, ainda, na abertura de espaços que criam outros regimes de decisão e socialização. Há uma espacialização das lutas sociais e seus raciocínios: a organização pelo espaço, a ideia de “ocupação” como matriz, a intervenção pontual com grande efeito multiplicador, os deslocamentos dos corpos enquanto uma técnica que desloca os significados comumente partilhados. Isso enquanto tônica e dominância, não enquanto substituição das formas anteriores.

O lugar da crítica em projetos de transformações radicais

Em um ponto precisamos concordar sem mais com Zizek. Sonhadores são os que, falando dos centros do poder político e econômico, acreditam recolocar as democracias capitalistas nos eixos apenas com mudanças cosméticas – essas que salvo raras exceções tem sido aplicadas na década de 2010.¹⁴² Os trinta e cinco anos que precederam a crise de 2008 já fornecem material histórico suficiente para sabermos que, no interior desses marcos, o melhor do cenário é aquele que conjuga crescimento e aumento de desigualdade social, além de frustração com as classes políticas imiscuídas ao poder econômico e, ainda, uma galopante crise ambiental. Os atores

¹⁴² ZIZEK em op.cit. p. 17

crentes nessa saída operam com uma responsabilidade pública próxima à do bordão atribuído a Luís XV e sua amante, Mme. Pompadour: *après moi, le déluge*; depois de mim o dilúvio.

Uma resposta à altura das regressões que nos cercam não pode exigir apenas rearranjos institucionais no sistema político representativo e medidas de estabilização das economias de mercado altamente financeirizadas, predatórias e improdutivas. É tarefa do conhecimento crítico formular transformações que reestruturem instituições e relações sociais, desde as interações diárias no trabalho e no tempo livre, nas condutas privadas e nas decisões sobre o que é comum e partilhado, com uma nova gramática para ação política e para o vivido. Em última instância, trata-se de revolver desde as raízes as formas de sociabilidade e de subjetivação dominantes e apresentar a possibilidade de reinvestir nas práticas coletivas o horizonte de uma sociedade livre, igualitária e inventiva para todos e todas. De tal modo que possam se multiplicar experimentações coletivas que se concatenem num movimento societário amplo e global.

Em nosso ver, uma formulação com essa radicalidade somente pode ser concebida como um pensamento filosófico integrado entre teoria e prática mas, sobretudo, atento às dinâmicas histórico-sociais e às forças vivas. Portanto, um pensamento consistente e fecundo voltado ao presente, capaz de ativar imaginação política, criatividade social, o que inclui disposição para ação.

CAPITULO II –Disputas no cotidiano urbano: da vida bloqueada às reinvenções do vivido

“O cotidiano possui o privilégio de arcar com o fardo mais pesado. Se o poder ocupa o espaço que gera, o cotidiano é o solo sobre que se erigem as grandes arquiteturas da política e da sociedade”

(LEFEBVRE, H. *La survie du capitalisme – reproduction des rapports sociaux*, p. 85

O processo revolucionário começa pelo abalo [l'ébranlement] da cotidianidade e termina em seu restabelecimento. **LEFEBVRE, Mai68, *L'Irruption de Nanterre au sommet*. , p.80**

Harvey, Castells, Paolo Gerbaudo mas também autoras/es brasileiros reforçam o diagnóstico segundo o qual, nesses tempos de indignação massiva e insubmissão às relações sociais capitalistas, o transbordamento de energias coletivas tem um caráter predominantemente urbano. Isso se dá ora como suspensão da vida cotidiana, ora como intervenção no cotidiano das cidades, mas também como busca por repactuar outra cotidianidade desde as relações diárias até novas instituições. Esses ensaios por reinventar o cotidiano são visíveis nos momentos efervescentes dos acampamentos nas praças, nas ocupações dos estudantes secundaristas brasileiros, mas também permanecem como esforços organizados em movimentos de juventude, por mobilidade e por moradia. Podemos dizer, para sintetizar, que se trata do anseio por assumir coletivamente um destino em comum, o que une a dimensão do cotidiano a uma *participação na história*¹⁴³

Este capítulo analisa traços do cotidiano urbano da metrópole paulistana, com um duplo objetivo. O primeiro é mostrar que o padrão dominante de urbanização tem reproduzido relações sociais marcadas pela periferização, espoliação e segregação, pela valorização do privado e privativo, por uma certa cultura do medo e violência, que reforçam discriminações de classe, raça e gênero. Reiteram assim uma cidade desigual e vivida como bloqueio feito de muros, catracas e camarotes. Tais aspectos explicam em grande medida a emergência de uma miríade de mobilizações que se opõem à São Paulo bloqueada e tem o urbano como pauta e como objeto dos desejos coletivos por uma sociabilidade aberta, mais horizontal e inventiva. Reapropriam-se justamente, em termos literais e simbólicos, do urbano que cotidianamente lhes é privado.

Para tanto, a exposição se ancora em alguns pontos fundamentais, no seguinte percurso: i) tratamos dos indicadores objetivos e de construtos simbólicos que reproduzem a cidade bloqueada; ii) reconstituímos a trajetória de sujeitos que de certo modo entram em cena em 2013, cujos papéis ainda não sabemos quais serão e cuja pauta continua em aberto. Devemos mostrar o transbordamento da pauta mobilidade para juventudes de espectros diversos sem produzir uma unidade organizativa, mas conexões geracionais; iii) salientamos aspectos de um repertório compartilhado e desafios comuns; iv) argumentamos que, em nossas condições sócio-espaciais, a mobilidade se torna cada vez mais um valor fundamental na experiência de liberdade dos indivíduos e coletividades.

¹⁴³ CVQII[1962] 2009, p.242.

Neste período entre meados dos anos 2000 e meados de 2010, a urbanização paulistana é marcada por continuidades que a colocam numa situação de impasse. Insiste-se na modernização desigual que incorpora o atraso em sua própria marcha, ainda que com melhoras diversas¹⁴⁴. Isso significa que, mesmo no epicentro do dinamismo econômico do país, largas parcelas da população – a força de trabalho – se reproduzem agora não somente no quadro de “baixos salários” do setor industrial, mas também em trabalhos precarizados.¹⁴⁵ Condições espoliativas também no transporte coletivo e, ainda, na moradia distante. Tais processos mantem essas frações das classes subalternas alheias ao grosso dos recursos urbanos – infraestruturas, equipamentos e serviços -- socialmente produzidos e expropriados da possibilidade de seu pleno desenvolvimento.¹⁴⁶ Consagra-se, com isso, um pensamento urbano que são “ideias fora do lugar” e mantem lugares fora das ideias¹⁴⁷

Vale pontuar algumas dessas dinâmicas na Região Metropolitana. Esta continua a concentrar cerca de metade da riqueza produzida no Estado. A cidade de São Paulo se mantém como município-pólo, mas perde levemente participação no PIB da Região do ABCDOG.¹⁴⁸ Seguindo tendências dos anos 1980, a Região como um todo assiste a uma reestruturação produtiva e no mercado de trabalho, com processo de desindustrialização, crescimento da participação do comércio e complexificação dos serviços – para empresas e para pessoas. Em 1985, 41,6% de trabalhadores estavam empregados nas indústrias, em 2012 esse número cai para 22%.¹⁴⁹ Nesse mesmo período, os empregos no comércio variaram de 11, 2 % para 18,4%; e nos serviços de 46, 4% para 59,4%. O movimento em direção ao terciário foi parecido no município-polo. Como lembram Serrao e Dias, esse deslocamento enseja mudanças na qualidade do emprego. No terciário, as relações de trabalho tendem a ser mais flexíveis, com menos garantias, além de média mais baixa dos salários.¹⁵⁰

¹⁴⁴ O debate sobre os bloqueios ao desenvolvimento brasileiros está bem reconstituído em MARTINS, J.S. O poder do atraso. São Paulo: ed. Hucitec, 1994, sobretudo entre as páginas 52 a 59.

¹⁴⁵ Cf. BRAGA, Ruy em *A política do precariado*. São Paulo: ed. Boitempo, 2015.

¹⁴⁶ Compreender uma cotidianidade bloqueada já traz um raciocínio de extração lefebvriana. É o autor que estende a noção de alienação ao cotidiano e a compreende em termos de bloqueio das potencialidades dos sujeitos sociais. Cf. sobretudo *Critique de la vie Quotidienne II*.

¹⁴⁷ Expressão foi usada por MARICATO, em “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”. In: *A cidade do pensamento único*. VAINER, Carlos(org). São Paulo:ed. Vozes, 2000.

¹⁴⁸ GASPAR, Ricardo et. al. “A Metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna”. Em: *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Bógus e Pasternak(org). Letra Capital. São Paulo, 2015, pp. 27-ss. A perda de participação é pequena, passa de 66% em 2002 para 63% em 2010, *ibidem* p. 42

¹⁴⁹ SERRAO, Rafael S; DIAS, João Marcus P. “A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho”. Em: *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Bógus e Pasternak(org). Letra Capital. São Paulo, 2015, p. 66

¹⁵⁰ *ibidem*, p. 74.

No que diz respeito à matriz de mobilidade, tem-se nesse período a consolidação do processo de motorização individual.¹⁵¹ O automóvel, que chegara ao mercado e às cidades nos anos 1950 como promessa de liberdade -- um protagonista da modernização sob o slogan dos cinquenta anos em cinco --, fora um elemento central na conformação das cidades dispersas, na configuração dos modos de vida urbana e, justamente por isso, tornara inviáveis as mesmas cidades. Funcionou bem enquanto restrito às classes mais favorecidas, mas na medida em que se torna mais necessário -- por conta da precariedade do transporte coletivo --, gera exatamente o seu contrário: o bloqueio quase completo do ir e vir pela cidade, além de poluição e distúrbios psíquicos.

Numa série histórica que analisa 12 metrópoles brasileiras, verificou-se que em 2003, o número de automóveis era de 23,7 milhões e, em 2013 era o dobro disso (45,5 milhões). Nesse mesmo período e nessas mesmas cidades, o número de motos passou de 5,3 milhões para 18,1 milhões. Do ponto de vista urbano e ambiental, esse persistente incentivo ao automóvel é desastroso. Em São Paulo de 2012, o tempo médio dispendido em viagens em São Paulo já era de 2h42min. Para 1/3 da população esse tempo é de mais de 3 horas; e mais de 4 horas para 1/5 dos habitantes da cidade. Em transporte público e sob condições normais, um(a) morador(a) do bairro do Grajaú -- no extremo sul -- por exemplo, dispende 2h30 para chegar até a Sé. Um morador de Perus -- no extremo norte -- e um de Guaiunazes -- extremo leste -- dispendem duas horas até esse marco zero. Os congestionamentos chegam a 763,79 km de vias. A velocidade média dos automóveis entre 17h e 20h é próxima da caminhada a pé (7,6km/h) e entre 17h e 20h, a média é de 20,6km/h, o mesmo que o de uma bicicleta. Nesse sentido conclui a urbanista Ermínia Maricato: “uma parte da vida é vivida nos transportes, seja ele um carro de luxo ou num ônibus ou trem superlotado—que atinge a maior parte da população e moradores da periferia metropolitana”¹⁵² Não por acaso, transtornos de ansiedade, depressão e estresse, que acometem 29,6% da população paulistana, são em grande medida atribuídos às más condições de trânsito.¹⁵³

Até meados dos anos 2010, permanecem atuais as ponderações de Vasconcellos, segundo as quais há uma profunda iniquidade no tratamento dos transportes.

A disponibilidade do transporte público não significa necessariamente bons serviços, mas apenas que o serviço disponível transporta os trabalhadores de suas casas até os postos de trabalho. Desde que as

¹⁵¹ VASCONCELLOS, Eduardo A. Políticas de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente. Barueri: ed. Manole, 2014.

¹⁵² MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*.

¹⁵³ SALDIVA, Paulo. Nossos doentes pneumopatas e a poluição atmosférica. *Jornal Brasileiro de Pneumol*, São Paulo, vol.34, n.1, jan 2008.

condições efetivas de transporte sejam aceitas pelos trabalhadores e que não ocorram movimentos de aumentos de salário para compensar os custos de transporte, o capital não tem motivos para melhorar o transporte. Mesmo quando as pressões ocorrem, o Estado pode ser chamado a usar recursos públicos para melhorar os serviços, livrando o capital de investimentos adicionais¹⁵⁴.

Há mais números esclarecedores dessa hegemonia do automóvel e submissão dos transportes coletivos. Em 2014, os investimentos públicos com mobilidade no Brasil são estimados em R\$ 12,1 bilhões por ano, sendo 77% relacionado ao uso dos modos individuais, sobretudo destinados à manutenção de vias e a acidentes.¹⁵⁵ Todavia o transporte individual não é o que realiza mais viagens: essas se dividem entre 36% a pé, 4% de bicicleta, mais 29% transporte coletivo e 31% em transporte individual. Em termos de distância, 60% é em transporte coletivo, 35% em transporte individual (carro e moto)¹⁵⁶. No que diz respeito à emissão de poluentes locais -- CO, óxidos de nitrogênio e enxofre--, o total de veículos emite 528 mil toneladas por ano; desse total, 59% são emitidos por automóveis e apenas 21% por ônibus. Tais números mostram que o automóvel ainda é prioridade em termos de investimentos públicos, tem maior impacto ambiental, mas não é o meio mais utilizado pela população em geral, tampouco é mais eficiente em termos de deslocamento. Essa ainda é uma tendência se percebermos que, no total de viagens, a participação do transporte coletivo caiu 1,5% entre 2003 e 2014; no mesmo período o transporte individual aumentou 2,2%.¹⁵⁷

A política de mobilidade continua a trazer à tona no espaço urbano conflitos mais fundamentais da formação econômico-social capitalista. E é nesse sentido que se pode falar numa reprodução das relações de produção: o transporte não é visto como fator de ampliação da cidadania e condição para o desenvolvimento humano das camadas populares, *mas tão somente para que essas estejam disponíveis em seus postos de trabalho*.¹⁵⁸ Isto é, o transporte público garante a reprodução da força de trabalho e os rendimentos do capital. Essa é a prioridade e limite do funcionamento dessa política urbana.

¹⁵⁴ VASCONCELLOS, Eduardo. Espaço urbano, equidade. 2001, p. 190.

¹⁵⁵ Relatório ANTP 2016, p. 19. Disponível em: <http://www.antp.org.br/sistema-de-informacoes-da-mobilidade/apresentacao.html>

¹⁵⁶ ibidem. Gráficos estão, respectivamente, na p.6 e p.38

¹⁵⁷ Também em Relatório da ANTP(2016), este mede as transformações entre 2003 e 2014.

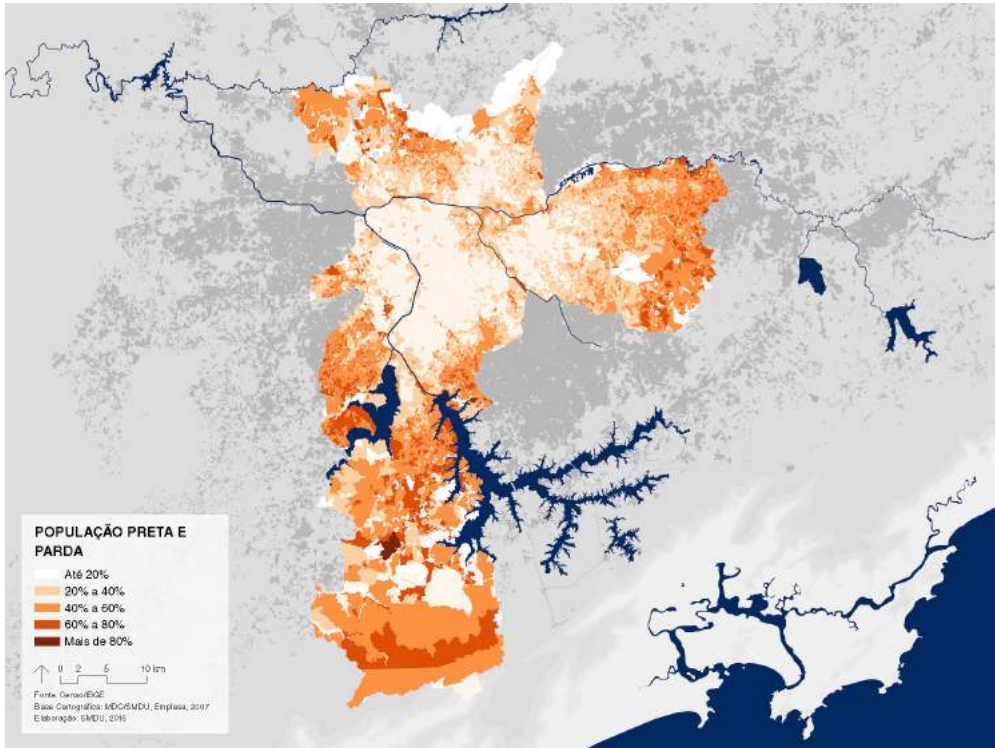
¹⁵⁸ Como salienta Vasconcellos: “De um ponto de vista econômico restrito, o capital agiliza sua rotatividade para aumentar a velocidade de acumulação. Duas condições de transporte são necessárias para alcançar este objetivo. Primeiro, a entrega rápida de materiais e produtos acabados precisa ser garantida por meios adequados de transporte e circulação. Segundo, a força de trabalho precisa estar disponível nos postos de trabalho durante a jornada útil, o que é garantido pela disponibilidade de meios públicos de transporte e de meios privados para grupos selecionados”. É desse ponto de vista estritamente econômico que se orientam as políticas de transporte.

Mas para retratar de modo justo tal quadro sobre essa reprodução cotidiana, é preciso lembrar que, nos pós-junho, a gestão municipal percebe as pressões sociais por mobilidade como uma oportunidade política para engendrar uma reorientação na matriz de mobilidade, com uma clara perspectiva de valorização do transporte coletivo de massa e formas alternativas de deslocamento em pequenas e médias distâncias. Entre 2013 e 2016, são construídos cerca de 55 km de corredores de ônibus, além de 400km de faixas exclusivas e outros mais de 400km de ciclovias e ciclofaixas¹⁵⁹ No entanto, um período de quatro anos é insuficiente na transformação de um padrão de urbanização erigido em décadas.

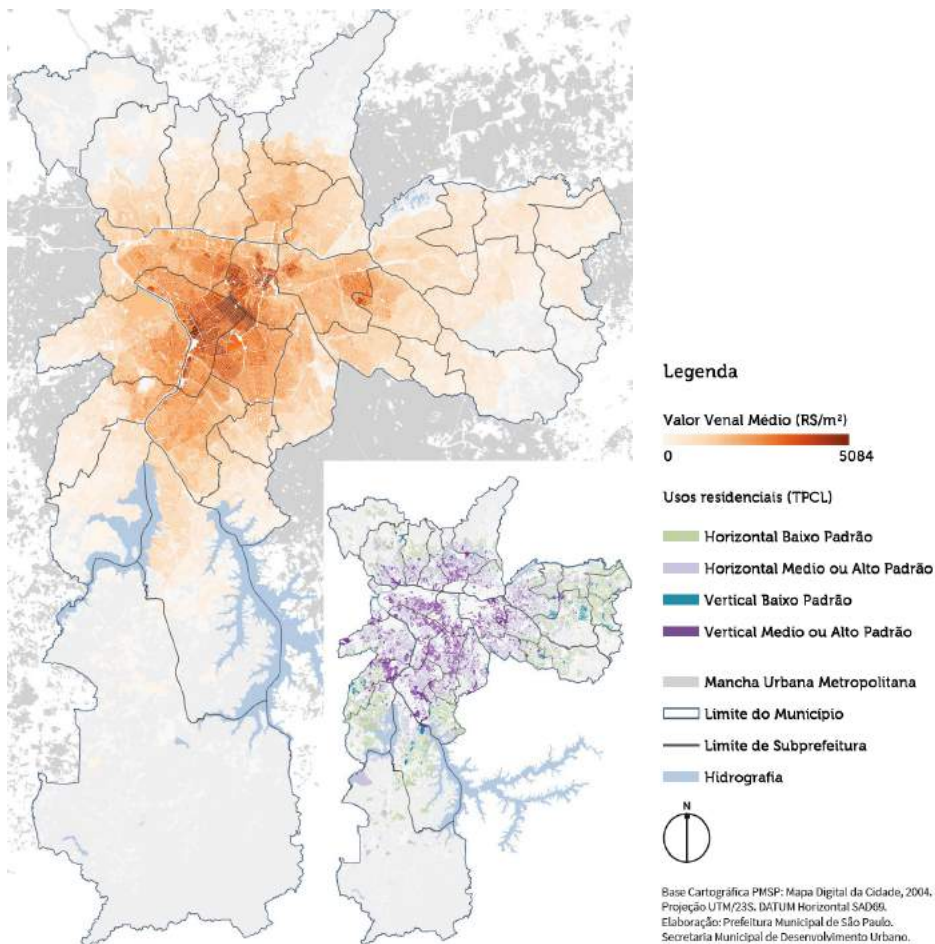
Ao que tudo indica, até o momento de término dessa tese, nos anos seguintes (2017-2020) o pêndulo retorna com entusiasmo ao paradigma do rodoviarismo, com cortes de investimentos em corredores e faixas exclusivas, cortes no passe livre estudantil, corte em linhas de ônibus e aumento de velocidade em vias expressas (marginas Pinheiro e Tietê). Tal reorientação se insere nas políticas de austeridade com a cidadania e reaquecimento do mercado imobiliário sob a narrativa oficial da modernização e progresso.

Outros fatores na reprodução das relações sociais estão ligados às condições do habitar, sobre as quais discorreremos adiante, quando tratarmos dos conflitos no solo urbano entre, de um lado, a geração de rendas, lucros e juros e, de outro, a luta por moradia digna. Por ora, não entraremos nesse tópico, mas compreenderemos em que medida o padrão de periferização revela uma desigualdade sócio-espacial com múltiplas camadas sobrepostas entre classe, raça e gênero, o que, do ponto de vista do cotidiano urbano, reflete-se concretamente nas múltiplas adversidades às populações mais vulneráveis.

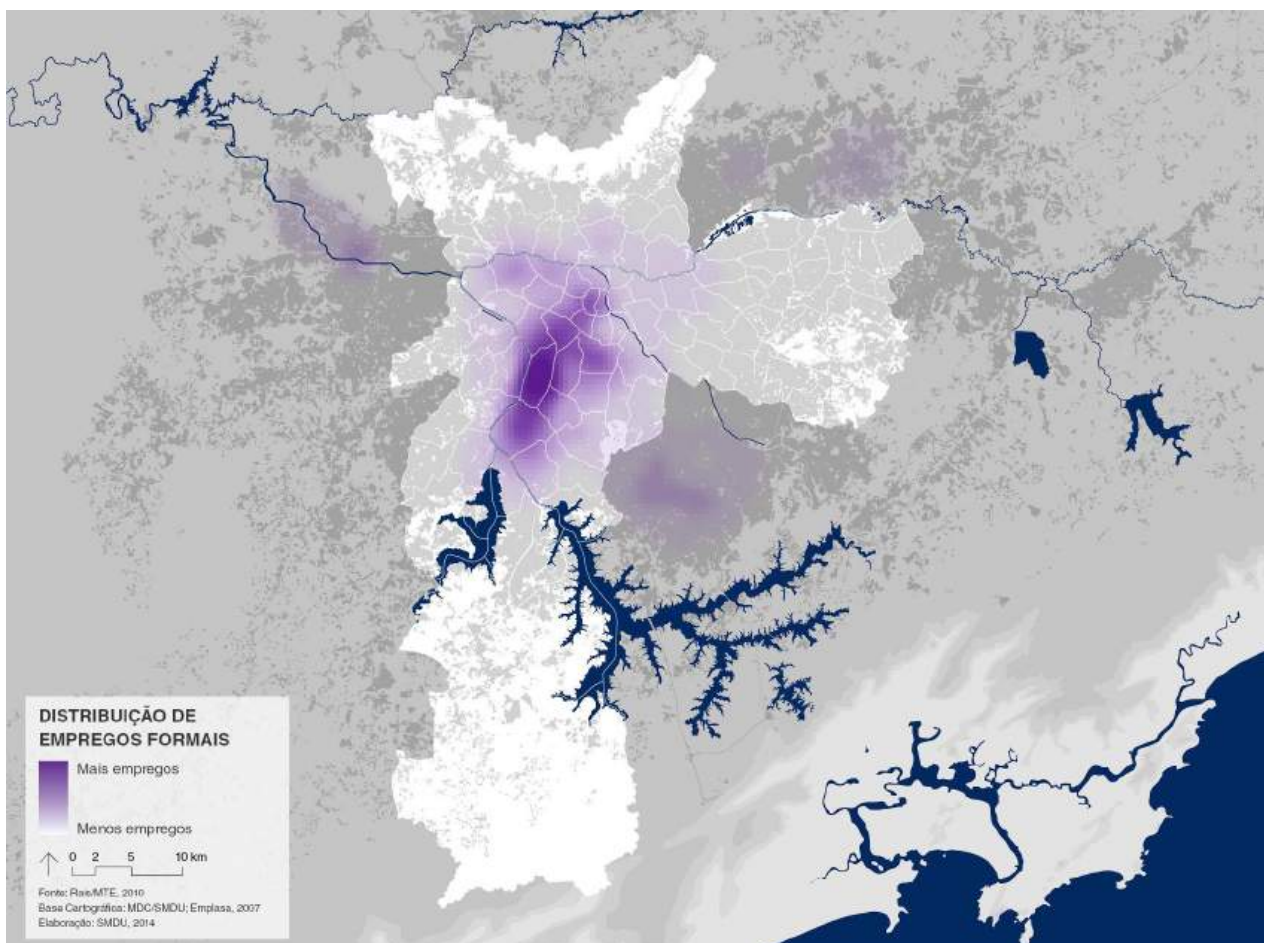
¹⁵⁹ <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/06/haddad-supera-meta-de-faixas-exclusivas-de-onibus-em-mais-de-100-9428.html>



2) Mapa população “preta e parda” na cidade de São Paulo. Fonte: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>



3) Mapa valor venal de imóveis na cidade de São Paulo. Fonte: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>



4) Mapa da distribuição de empregos formais em São Paulo. Fonte: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>

Os mapas acima mostram, respectivamente, o local de moradia do que o IBGE denomina “população preta e parda”, o preço do metro quadrado de terrenos e imóveis no município de São Paulo e a concentração de empregos no município de São Paulo. A realidade que esses 3 mapas estampam é a seguinte. A oferta de empregos continua localizada no centro expandido, entre rios, com leve extensão à Zona Sul. Com pequenas variações, os imóveis com maior valor venal estão concentrados nas mesmas áreas. Já a população negra tende a habitar sobretudo as periferias. Desse quadro, alguns desdobramentos são dignos de nota.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Em alguma medida, essa análise já foi feita em MARICATO, E; COLOSSO, P. “São Paulo: da cidade segregada à cidade insurgente”. Outras Palavras, 11 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>

Primeiro, o espaço urbano tem centralidades em disputa, por acesso e participação; a população de mais baixa renda obviamente está em desvantagem nesse conflito. A radical desigualdade de renda se converte numa distancia geográfica das classes de mais baixa renda aos territórios mais bem providos de infraestrutura, serviços e empregos. Desse modo, os que ganham menos são os/as mesmos/as que moram longe das centralidades. Por conseguinte, as maiores taxas de desemprego estão no extremo da Zona Sul e extremo da Zona Leste.¹⁶¹ Essas camadas sobrepostas de adversidades constituem um alto índice de vulnerabilidade e tem impactos, inclusive, na expectativa de vida. No bairro dos Jardim Paulista – área nobre mais conhecida como Jardins -- é de 79 anos; já no Jardim Ângela, na periferia Sul, a expectativa é de 55 anos.¹⁶²

Segundo desdobramento. A desigualdade no acesso à centralidade urbana tem um aspecto de classe, mas se sobrepoõe ao étnico-racial. As populações periféricas são, predominantemente, afrodescendentes. É digressivo mas não arbitrário lembrar que essas populações até 1888 eram submetidas ao regime escravista, em condições desumanas de trabalho. Lembrar também que mesmo os libertos sofriam bloqueios institucionais no acesso aos mercado de trabalho, além de serem impedidos do acesso à terra pela Lei de Terras (1850) e do acesso à educação com a Reforma Couto Ferraz de regulamentação do ensino reforçou esse ponto em 1854¹⁶³. Essa herança escravista da sociedade brasileira está espacializada no mapa acima. Nas franjas urbanas, mais de 50% das pessoas são negras; nos bairros centrais de maior poder aquisitivo esse número fica entre 1% e 20%. Essa espacialização da desigualdade racial se vê nos lugares do habitar mas também nos deslocamentos pela cidade. Isso explica, também, por que na exposição “Galeria Grafitti” de 2011 -- uma parceria entre SESC Santo Amaro e Metrô -- o artista Bruno Perê resgata do Museuafro de SP a imagem de uma embarcação do Séc XIX, que transportava escravos, e adiciona a frase: “todo vagão tem um pouco de navio negreiro”.¹⁶⁴ A obra, exposta na estação, causou polêmica e em alguns dias foi removida por funcionários do Metrô sem aviso prévio à curadoria.

¹⁶¹ Cf. em “Mapa da Desigualdade 2017”, Rede Nossa São Paulo, p. 15. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/tags/mapa-da-desigualdade>

¹⁶² Dados de 2016, também do “Mapa da Desigualdade 2017”, Rede Nossa São Paulo, p. 25.

¹⁶³ Não custa lembrar do clássico de Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*. Texto que relata bem a expulsão da população negra do centro de SP é o de Carolina de Jesus, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Sobre os bloqueios institucionais sofridos pelos negros libertos ao mercado de trabalho, vale lembrar também de *Sociologia do negro brasileiro*, de Clóvis Moura, em especial no tópico “estratégias do imobilismo social”. Sobre o acesso à educação formal, vale conferir o artigo de ALMEIDA, Marco A. B e SANCHEZ, Livia. “Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil”. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

¹⁶⁴ Tal relato consta e é desenvolvido na pesquisa de SANTARÉM, Paulo Henrique. A cidade Brasília (DFE) : conflitos sociais e espaciais significados na raça. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2014. O artista Bruno Perê

Com dados de outras pesquisas sobre índices de violência, sabemos que ser negra/o também impõe conteúdos discriminatórios graves a essas populações. No Estado de São Paulo, o número de homicídios de população considerada branca caiu 12,2%. Entre os negros, o índice aumentou 18,2%. Há variações em relação a outros Estados, mas a tendência é análoga. No Brasil, os negros tem risco 23% maior de serem assassinados; de cada 100 pessoas mortas por homicídio, 71 são negras.¹⁶⁵ Com isso em vista o relatório do IPEA salienta que “jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra”¹⁶⁶.

O que os mapas não dão conta de mostrar, mas pesquisa organizada pela Rede Nossa São Paulo revela, é a abissal concentração da propriedade do solo urbano. No município de São Paulo, 1% dos proprietários – 22.400 pessoas – concentra 25% de todos os imóveis registrados na cidade, o que significa 45% do valor imobiliário municipal – R\$ 749 bilhões. Considerando somente esses dados, tais proprietários possuem, em imóveis urbanos, uma média de R\$ 34 milhões por pessoa, em torno de 600 vezes a média nacional de distribuição de patrimônio¹⁶⁷

A reconstituição desses dados sobrepostos aos mapas acima deve deixar mais claro em que medida os fatores que, por vezes aparecem isolados, entre desigualdades classe e raça, espacializam no cotidiano urbano tensionado de conflitos. Os ônus diversos da espoliação recaem de maneira sobreposta sob os ombros da fração da classe trabalhadora, eminentemente negra, que vive em trabalhos precários, dispense horas em transporte, e padece de altos riscos de violência.

Acessos restritos e o mal-estar na cidade-camarote (aviso de incêndio)

“Daí derivam as fantasmagorias do intérieur: este representa para o homem privado o universo. Aí ele reúne as regiões longínquas e as lembranças do passado. Seu salão é um camarote no teatro do mundo”. (Benjamin, W. Passagens, p. 59)

relata o caso ao Movimento Passe Livre em: <http://tarifazero.org/2012/01/19/entrevista-com-bruno-pere-autor-do-trabalho-todo-vagao-tem-um-pouco-de-navio-negreiro/>

¹⁶⁵ IPEA, *Atlas da Violência 2017*. Os dados estão disponíveis em: http://www.ipea.gov.br/porta1/imagem/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf

O tema da violência institucional e genocídio da população negra talvez seja o mais recorrente. Não temos condições de desenvolvê-lo nesse momento. Cabe lembrar de um exemplo importante, Gabriel Feltrin. Fronteiras de tensão – política e violência das periferias de São Paulo.

¹⁶⁶ IPEA, *Atlas da Violência 2017*, p. 32.

¹⁶⁷ O estudo foi apresentado em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,1-dos-donos-de-imoveis-concentra-45-do-valor-imobiliario-de-sao-paulo,10000069287>

A análise anterior nos ajuda a esclarecer aspectos objetivos de uma urbanização que reproduz um padrão de periferização, com piora nas condições de mobilidade, além das intersecções no espaço entre desigualdades de classe, etnia e gênero. Essa reprodução se dá mesmo em períodos de aparente progresso, com crescimento econômico (2003-2014); e se acentua no período de recessão e estagnação (2014-2016).

Essa tese sobre a reprodução de um cotidiano bloqueado na última década avança, se passarmos dessas contradições objetivas para construtos simbólicos da cidade, que marcam sensibilidades, orientam práticas e decisões e, nesse sentido, perpassam tendências na sociedade, no poder público e no mercado. Essa é a tarefa aqui. Se quisermos falar com Lefebvre, agora passaremos a um nível de análise que evidencia mediações entre um espaço social urbano, objetivado, e um “espaço vivido”,¹⁶⁸ feito de representações, o que podemos entender na chave dos estudos culturais como um *imaginário urbano*.

A análise que explora essas camadas simbólicas nos permite vislumbrar em que medida o espaço objetivado engendra formas de sociabilidade e processos de subjetivação marcados pela hierarquização, restrição de acessos, controle e fragmentação do tecido social, condições extremamente desiguais de deslocamento e desenvolvimento. Reforça-se uma cultura anti-urbana. E como os números acima atestam, essas contradições urbanas produzem elementos residuais que são, na realidade, majorias. Quanto mais intensos se tornam os desejos de seletividade e a valorização especulativa do solo, maior se torna o mal-estar na multidão espoliada, que em algum momento decide não aceitar a subalternidade material e simbólica.

Desse modo, entendemos melhor por que razões a luta social pela tarifa zero conseguira aglomerar uma rede grande de atores e, em seguida, fez explodir uma miríade de pautas irmãs ligadas ao “Direito à Cidade”: o cicloativismo, a demanda por circular a pé em médias distâncias, aquelas relacionadas à *abertura* de espaços públicos, de espaços verdes e, ainda, de espaços de representação da cultura negra periférica. Isso porque tais pautas tem comopositor uma imagem-síntese, qual seja, a da cidade bloqueada, o que denominamos aqui de *cidade-camarote*. Mesmo que tais atores não sejam leitores/es assíduos de Lefebvre, remetem-se ao Direito à Cidade significados ligados à sociabilidade do encontro, da reunião, da participação coletiva na produção do urbano, portanto da horizontalidade e convívio com diferença.

¹⁶⁸ LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*.

Para compreender este percurso da cidade bloqueada a uma cidade insurgente, é necessário retomar as análises que compreendem a vida social em São Paulo marcada por medo, violência, discriminação étnica e de classe, além de valorização do que é privado e privativo. Isso se desenrola em espaços fortificados, com dispositivos diversos de controle e segurança privada. Um bom ponto de partida é retomar, portanto, a “Cidade de Muros” de Teresa Caldeira.

A antropóloga argumenta que a segregação sócio-espacial por parte das elites econômicas é um processo que remonta às origens da cidade de São Paulo, mas que nos anos 1980 ganha uma nova espacialidade através dos denominados “enclaves fortificados”. Segundo Caldeira, essa nova tipologia urbana se legitima e justifica, em grande medida, por meio de discursos e práticas capilarizadas na vida social. São os discursos do medo, da proteção contra a violência, o que a autora entende por “a fala do crime”. Esse conjunto de expedientes cria mecanismos que “também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados”. Nesse sentido afirma Caldeira que “tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e *restringem os movimentos*”¹⁶⁹. Caldeira vai mais longe, relacionando esses dispositivos de segregação sócio-espacial com processos mais gerais do Brasil dos anos 80. Entende-os como uma reação à abertura democrática e à recessão econômica. Um quadro, portanto, marcado pela coexistência mais chocante de pauperização e concentração de riqueza, escassez e abundância.

Um desdobramento crucial para Caldeira é o crescente uso de serviços de segurança privada, ligado a uma descrença em instituições, o que traz como pano de fundo e como desdobramentos um sentimento difuso de abandono do que é público.

Não menos importante é o fato de que a denominada “fala do crime”, ligada a uma certa preocupação com a decadência social, desenvolve nos moradores uma disposição seletiva à convivência: “os moradores não mostram tolerância a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos.”¹⁷⁰ Pelo contrário, adotam técnicas mais sofisticadas de distanciamento e divisão social.

¹⁶⁹ Caldeira, p. 9. Grifo nosso em “restringem os movimentos”.

¹⁷⁰ Vale trazer uma passagem que sintetiza o argumento: “É uma cidade de muros em que a qualidade do espaço público está mudando imensamente e de maneiras opostas àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política. De fato, a segregação e o processo de ostensiva separação social cristalizada nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade” (Caldeira, p.255)

Os números e estatísticas levantadas no tópico anterior são suficientes para nos mostrar que os anos 2000 reproduzem e multiplicam o modelo de urbanização e sociabilidade orientado pelos ditos enclaves fortificados, que são o modo como camadas urbanas médias e altas moram, trabalham e investem seu tempo de lazer. Vale voltar a Caldeira, para lembrarmos das características básicas dos enclaves:

são propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho, são espaços autônomos, independentes do seu entorno¹⁷¹.

Além de voltarem-se para o interior e criarem uma sociabilidade *sui generis*, distinta do espaço público, os enclaves tendem a ser homogêneos: “aqueles que escolhem viver nesses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas”. Por isso, continua Caldeira, os enclaves privados e fortificados “cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação”. Eles transformam a natureza do espaço público e a qualidade das interações, tornando-as cada vez mais marcadas por “suspeita e restrição”. Criam status, meios para afirmação de distância e desigualdades sociais: “ demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social”¹⁷². E nessa mesma linha conclui: “os enclaves são, portanto, opostos à cidade (...) supõe que condomínios fechados sejam mundos separados”¹⁷³

A argumentação de Caldeira ganha força explicativa ao evidenciar que elementos desse padrão de urbanização e sociabilidade se tornam tendências sociais, ou dito simplesmente, tornam-se hegemônicas. O paradigma do enclave é o condomínio distante, mas seus signos anexos – o controle, a segurança, a seletividade e a negação do público – são levados aos edifícios de padrão médio e mesmo populares. Em todos a altura dos muros tende a ser maior,

¹⁷¹ Caldeira, p. 258

¹⁷² Caldeira, Cidade de muros. p.259

¹⁷³ *ibidem*, p. 265.

assim como o número de grades, câmeras e os gastos com guardas. O enclave se torna a tipologia do desejo de prestígio e distinção.

Caldeira ganha atualidade quando nos anos 2000 o modelo dos enclaves é em grande medida levado, não sem ajustes, também para as periferias, onde vivem os subalternos precarizados. Dito concretamente: o enclave é repudorado sob a forma do condomínio popular financiado pelo Estado e construído pela iniciativa privada. Mantém-se o “exclusivo” e “diferenciado” como alibis, os estímulos ao privado e privativo, o muro como resolução fictícia, a segregação como resultante¹⁷⁴, mas agora com materiais de segunda qualidade e mão-de-obra também precária, numa franja urbana com pouca infraestrutura, serviços, vida urbana e sociabilidade,¹⁷⁵ onde os de dentro e os de fora na realidade ocupam frações muito próximas na estrutura de classes.

Mais recentemente essa cidade de muros, pautada pelo modelo do enclave fortificado, foi compreendida pelo psicanalista Christian Dunker como uma racionalização hegemônica em nosso solo histórico-social, o que o autor entende por uma “lógica do condomínio”.¹⁷⁶ O campo disciplinar de Dunker permite dar ao termo o estatuto de um operador que associa os sintomas psíquicos às condições sócio-espaciais de nossa brasilidade.

Dunker estende e enriquece a tese aberta por Caldeira, segundo a qual o enclave é um abandono da cidade, uma indisposição em relação aos rumos partilhados e às contradições sociais: “as diferenças de classe e de raça não foram tocadas, mas ‘resolvidas’ por meio de um sutil código de circulação e de convivência apartada entre os serviços e os moradores”, o que para Dunker é uma “forma de vida comum sem uma verdadeira comunidade”¹⁷⁷.

O psicanalista reitera aspectos entrevistados anteriormente, como um “uso higienista da razão”, o desejo por “uma vida planejada, ascética e controlada”, cuja premissa é excluir o que está fora dos muros. Um espaço vivido como “falso universal”, justamente porque “resolve” contradições de modo fictício; enquanto se abstém, reforça os conflitos urbanos e seus estigmas. Para Dunker, a lógica do condomínio segue os três momentos de fantasias neuróticas: idealização, na qual se suspende a diferença entre real e ideal; ii) sentimento de

¹⁷⁴Para entender a reprodução da cidade de muros nas periferias contemporâneas, vale conferir SHIMBO et. al. *Minha Casa... e a cidade?* Sobretudo o capítulo de RUFINO, Beatriz. “Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos”

¹⁷⁵ Vale conferir um caso que ganhou notícia e é bastante paradigmático. No contexto de crise social e econômica, em 2017, uma criança passa fome na escola. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1938516-bairro-de-menino-que-desmaiou-de-fome-sofre-com-falta-de-estrutura.shtml>

O urbanista Nabil Bonduki falou sobre o tema: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2017/11/1938756-o-desmaio-do-menino-de-brasilia-expos-os-equivocos-da-politica-urbana.shtml>

¹⁷⁶ DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: ed. Annablume, 2015.

¹⁷⁷ P.50

esvaziamento e frustração na repetição cotidiana; iii) o que é respondido com “montagens compensatórias”.

Com Caldeira e com Dunker, podemos reforçar o argumento de que a cidade de muros não é apenas um padrão de urbanização, mas *um imaginário social que orienta práticas e representações corriqueiras, mas também instituições e decisões políticas*. Em suma, a cidade de muros organiza uma vida social cotidiana, diariamente reproduzida e reiterada.

O que se pretende evidenciar aqui, com os números anteriormente citados, é o quanto a primeira década dos anos 2000 operou em continuidade com esses processos históricos. Não somente fatores objetivos, mas sobretudo os intersubjetivos que caracterizam a vida urbana, em suas práticas e valorações, mudaram muito pouco: o reforço do enclave como tipologia e objeto de desejo das elites econômicas, a fala do crime como fundamento para a evitação, além de estigmatização da pobreza e implosão do público. Isto se converte em dispositivos de segregação, segurança, controle e criminalização da população negra periférica¹⁷⁸, mesmo num contexto de valorização de salários, ampliação de créditos populares, redução de pobreza extrema.

Essa tese enfatiza, por sua vez, que a cidade de muros, como sinalizara Caldeira, “restringe movimentos”,¹⁷⁹ isto é, dificulta deslocamentos, evita contatos, bloqueia acessos, físicos e simbólicos. E como na lógica do condomínio de Dunker, a “resolução” dos conflitos se dá por um escamoteamento dos mesmos, mantendo “ideias fora do lugar e lugar fora das ideias”.¹⁸⁰ Essa sociabilidade e gestão urbanas constituem outras formas espaciais, a saber, a cidade das *catracas e camarotes*.

A *catraca assim como o camarote* nos servem a explicar a manutenção de *um padrão de periferização* que define, com gramáticas e expedientes diversos, zonas bem equipadas, com grande visibilidade (tornadas a imagem da “cidade global”). Em tais zonas de solo supervalorizado, o ingresso é seletivo a apenas determinadas classes. Ao mesmo tempo, reproduz-se para fora desses perímetros a população força de trabalho, aqueles que vivem de

¹⁷⁸ Há mapas bastante elucidativos nesse sentido, mostrando a coincidência entre nível de renda, local de moradia periférica e a população denominada “pretos e pardos”. Cf. MARICATO, E. e COLOSSO, Paolo. “São Paulo: da cidade segregada à cidade insurgente”. Outras palavras, 11 dez 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>. Acesso em janeiro de 2018.

¹⁷⁹ Ao se referir à dita “fala do crime que legitima os muros, afirma Caldeira: “Tanto simbólica quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos”. Em op.cit, p.9. Mais adianta, na página 27: “a fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu uni- verso de interações”. Mais uma vez na página 28: Essas narrativas e práticas impõem separações, constroem muros, delineiam e encerram espaços, estabelecem distâncias, segregam, diferenciam, proibições, multiplicam regras de exclusão e de evitação, e restringem movimentos.

¹⁸⁰ Expressão é de Maricato, no capítulo ao livro *Cidade do pensamento único*.

baixos salários, precarizadas em empregos instáveis e que, ainda, arcam com os ônus sociais de uma cidadania de segunda categoria.

A *catraca e o camarote* constituem novas camadas para uma lógica mais antiga do que Lúcio Kowarick denominou, há décadas, de “espoliação urbana”.¹⁸¹ Podemos tomar como uma definição suficiente do termo a seguinte: “é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta”.¹⁸² Em São Paulo, as manifestações dessa situação espoliativa são diversas: “vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade da vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, de poluição ambiental, de erosão e das ruas não pavimentadas”.¹⁸³ Kowarick pensava na “metrópole do subdesenvolvimento industrializado”¹⁸⁴, mas com os dados trazidos no tópico anterior, difícil não reconhecer sua atualidade, ainda que tenhamos descontinuidades. Reforça o autor:

espoliação urbana não é apenas outra faceta do trabalhador pauperizado. Ela decorre, convém insistir, do processo de acumulação do capital mas também da dinâmica das lutas e reivindicações em relação ao acesso à terra, habitação e bens de consumo coletivo. Dessa forma, a questão fundamental reside na capacidade dos vários grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado esses elementos básicos para sua sobrevivência nas cidades.¹⁸⁵

A composição da dita classe trabalhadora pode ter ganhado novos perfis com as atividades flexíveis, mas o conflito de classes pelo espaço urbano tem continuidades importantes. Conforme salienta o autor, esse padrão espoliativo de produção do espaço gera “zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo: nelas, a um custo econômico alto corresponde o ônus social – medido em termos de infraestrutura e serviços públicos – praticamente nulo.”¹⁸⁶ Por outro lado, “nas zonas onde esses elementos são praticamente inexistentes – que são as únicas a que a população

¹⁸¹ Outro autor que se vale da noção de espoliação urbana para explicar as inquietações urbanas recentes é Ruy Braga, em *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*. São Paulo: ed. Boitempo, 2017, p.32, p.233 e 235.

¹⁸² KOWARICK, *Escritos Urbanos*, pp. 22-23

¹⁸³ KOWARICK, *Escritos Urbanos*, pp. 22-23

¹⁸⁴ KOWARICK, *ibidem*, p. 30

¹⁸⁵ KOWARICK, *Escritos Urbanos*, pp. 22-23

¹⁸⁶ KOWARICK, *Escritos Urbanos*, p. 28

pauperizada tem acesso --, o custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus social medido em termos de espoliação é extremamente alto”¹⁸⁷.

A *catraca* remete imediatamente ao preço crescente do transporte, que por vezes se torna um dos três maiores custos familiares. Mas ela está presente também nos dispositivos de controle das portarias de prédios residenciais e de serviços. A *catraca* significa precificar o acesso, mas também o medo e desconfiança institucional.

A *catraca* implica pagar para despender longas horas no transporte, necessárias para o ida ao trabalho e o retorno no fim do dia. Ela se associa a um tempo que mantém a população espoliada no dito “exílio da periferia”, o tempo que restringe seu universo de interações. Se dissermos em termos concretos que esse número chega a 4 horas diárias, a *catraca* pode ser considerada não somente um sobre-esforço e um bloqueio, mas uma violência cotidiana que recai sob os corpos fatigados das trabalhadoras e trabalhadores, majoritariamente negras e negros.

O *camarote*, por sua vez, combina a estratificação e restrição de pessoas com um regime de extrema visibilidade aos de dentro e invisibilização dos de fora.¹⁸⁸ É mesmo um regime de partilha do espaço urbano. Ou dito de outro modo, o *camarote* é uma espacialização desigual e combinada: espetacularização do que fica para dentro, invisibilização e estigmatização do que está para fora.

O *camarote* é uma categoria, mas está bem definido no território. Por ser o lugar do destaque e prestígio, no objeto *camarote* se focam narrativas do senso comum e das mídias corporativas, concentram-se nele as políticas decorativas do poder público, os negócios “inovadores” do mercado e a crença na modernização. Como concentra os holofotes dos investimentos públicos e do mercado, passa por uma curva de valorização bastante mais acentuada do que das outras zonas, o que o permite extrair maiores rendas diferenciais da terra. Os produtores do *camarote* sabem explorar a sensibilidade e as fantasias desejosas de enclave: seu imaginário é excitado pelo “exclusivo”, o “diferenciado”, o “VIP” (o termo em inglês para *very important person*), signos para o anseio persistente pelo privado e privativo. Sua tipologia mais recente é a do “condomínio-clubes”

Assim como os muros de Caldeira, a sociabilidade do *camarote* não está desligada de mudanças mais gerais. É reforçado por um mecanismo psíquico de defesa, compensatório,

¹⁸⁷ KOWARICK, Escritos Urbanos, p. 28

¹⁸⁸ Há aqui uma remissão a ideia de “partilha do sensível” de Jacques Rancière, para quem essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, de tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum (aqui o espaço urbano) se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. A partilha do sensível, lembra o autor, “define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc”

reativo à ascensão social de camadas populares ocorrida no período. Trata-se de um novo esforço de distinção social, que demarca um isolamento, já que as distâncias anteriores diminuíram. Por isso, se pudéssemos escolher uma formulação sintomática para a forma camarote, estaria na voz de uma célebre colunista paulistana, que em artigo para o maior jornal do país, pergunta-se: “como se diferenciar do resto da humanidade, se todos têm acesso a absolutamente tudo, pagando módicas prestações mensais?”¹⁸⁹ No fim dos anos 2010, outro caso sintomático: uma excursão de crianças entre 6 e 10 anos de escola pública é barrada numa exposição no interior de um shopping em área nobre de São Paulo.¹⁹⁰

Em nível mais avançado, a sociabilidade dos camarotes é reforçada por mitologias tecnicamente formuladas e operacionalizadas pelos centros de decisão e grandes *players* de parcerias, como a da São Paulo “cidade global”.¹⁹¹ O mecanismo é homólogo, áreas escolhidas entram num novo ciclo de investimentos públicos, recriando nova onda de valorização do espaço e especulação, sob a narrativa oficial de reforçar o caráter cosmopolita da maior metrópole da América do Sul. Mas uma simples visita pelas periferias deixa ver o descolamento do mito em relação à realidade, isto é, a cidade dita global é para poucos.

O outro do camarote é o que foi colocado abaixo, que permanece na escamoteação e, justamente por isso, deixa de existir para as narrativas oficiais e nas políticas públicas: refere-se à ampla parcela que não acessa o mercado formal de moradia, os mesmos e mesmas que se encontram em trabalhos instáveis e precarizados. Esses/as invisibilizados/as passam por inexistentes, porque o camarote é a parte da cidade tomada como todo, como numa operação metonímica. Nesses espaços para fora, o Estado está presente na forma de seu braço armado, a força física militar.

¹⁸⁹ Poderíamos elencar inúmeras manifestações desse fenômeno, mas há um texto de uma “intelectual” que torna público esse horizonte em tom de naturalidade. Numa coluna para a Folha de S. Paulo, Danuza Leão abre seu texto: “Ir a Nova York já teve sua graça, mas, agora, o porteiro do prédio também pode ir, então qual a graça?” Algumas linhas abaixo, segue a argumentação: “Queremos todas as brincadeiras eletrônicas, que acabaram de ser lançadas, mas qual a graça, se até o vizinho tiver as mesmas? O problema é: como se diferenciar do resto da humanidade, se todos têm acesso a absolutamente tudo, pagando módicas prestações mensais?” Ainda a mesma autora, no parágrafo seguinte adiciona: “As viagens, por exemplo: já se foi o tempo em que ir a Paris era só para alguns; hoje, ninguém quer ouvir o relato da subida do Nilo, do passeio de balão pelo deserto ou ver as fotos da viagem -e se for o vídeo, pior ainda- de quem foi às muralhas da China. Ir a Nova York ver os musicais da Broadway já teve sua graça, mas, por R\$ 50 mensais, o porteiro do prédio também pode ir, então qual a graça? Enfrentar 12 horas de avião para chegar a Paris, entrar nas perfumarias que dão 40% de desconto, com vendedoras falando português e onde você só encontra brasileiros -não é melhor ficar por aqui mesmo?”. “Ser especial”. Folha de São Paulo, 25 de nov. De 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/80046-ser-especial.shtml>. Fenômeno não menos interessante é o do “Rei do Camarote”, que a despeito de atributos físicos goza de estatuto de galanteador nas noites paulistanas por ter condições materiais de acessar os mais custosos camarotes. Essa narrativa ganha notoriedade em meios de grande circulação, como revista Veja São Paulo.

¹⁹⁰ “Excursão de escola pública é barrada em shopping de SP e educadora acusa discriminação”. G1 Globo, março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/03/20/excursao-de-escola-publica-e-barrada-em-shopping-de-sp-e-educadora-acusa-discriminacao.ghtml>. Acesso em 22 de março de 2019.

¹⁹¹ Cf. FERREIRA, João W. *O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: ed. Vozes, 2007.

Como os enclaves de Caldeira, o camarote se torna um paradigma urbano, digamos anti-urbano, cujos signos – espetacularização do que está dentro e anulação dos que não podem pagar por ele – se estendem para os espaços de trabalho e os modos de desfrute do tempo livre. Formam um código de distinção que pessoas de todas as classes sociais entendem, usam para elaborar e dar significado a seus próprios espaços e lugares sociais.¹⁹² Aqueles e aquelas que estão pra fora tendem a acolher para si a posição de estar abaixo e portanto ter de se submeter às agruras impostas pelo regime hierarquizado de produção do espaço. Forma-se um consenso tácito de que os bairros e zonas desses podem permanecer subequipados, suas moradias podem ser subdimensionadas, o acesso desses à centralidade urbana pode levar duas horas, porque são cidadãos de segunda categoria, que não pagaram o acesso ao camarote.¹⁹³

A *cidade-camarote* é um regime desigual marcado pelo contraste entre extrema visibilidade e invisibilização social, mas não podemos recair numa leitura simplista de um antagonismo entre os de dentro versus os de fora. Na teia de relações e interações sociais que a torna possível há sempre a mediação fundamental do Estado, que historicamente viabilizou a urbanização marcada de um lado por espoliação, subcidadania, segregação e, de outro, pela facilitação ao uso do solo como fator de valorização do espaço — ou se quisermos termos mais abstratos, de reprodução do valor. O bloco no poder local, ao compartilhar das estratégias de mercado de valorização do espaço, decide o destino da alocação de recursos públicos, monta os quadros institucionais que garantem a reprodução de capital de uma modernização conservadora, atravessada por um patrimonialismo clientelista.¹⁹⁴

A conjuntura nacional mais conservadora formada depois de 2016, que tem seus rebatimentos nos governos locais, é didática para entendermos o perfil do modelo de governança da *cidade-camarote*. As tomadas de decisão se dão nos arranjos entre gabinetes, grandes *players* e entidades patronais – composições do capital da construção civil, da infraestrutura e do setor imobiliário frequentemente financeirizado --, basicamente sob a alegação de que esses são os agentes capazes de modernizar, gerar crescimento e progresso¹⁹⁵.

¹⁹² Aqui nós só estendemos o raciocínio de Caldeira em *idem*, p. 284.

¹⁹³ O sociólogo Ruy Braga traz outro sintoma social bastante elucidativo do camarote como forma de sociabilidade e subjetivação, ao lembrar de uma figura *sui generis* que ficou conhecida nos meios de comunicação como “Rei do Camarote”. Cf. *A pulsão plebeia*. São Paulo; ed Alameda, 2015, p.169-ss.

¹⁹⁴ Falando em termos mais concretos, vale lembrar de FERREIRA, João W. no artigo “Cidades para poucos ou para todos?”: “Em geral, os empresários imobiliários estabeleceram acirrada competição entre si – apoiados em lobbies no governo – para assegurar o privilégio de ter sua “frente” de atuação escolhida como a centralidade a ser promovida pelas políticas urbanas”. Em: *Hegemonia às avessas*, p. 199.

¹⁹⁵ Uma notícia de 2018 merece destaque. A prefeitura lança um projeto de revisão extemporânea na Lei de Zoneamento, presente no Plano Diretor Estratégico, de modo a torná-la mais atrativa ao mercado imobiliário. Para justificar tecnicamente a revisão, a gestão usa dados fornecidos pelo próprio SECOVI. Analisamos isto em COLOSSO, P. “São Paulo: o novo ataque dos especuladores”. Outras Palavras, 21 de ago de 2018. <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/o-novo-ataque-dos-especuladores/>

Com isso, a *cidade-camarote* pode talvez retomar expressividade em números brutos do PIB, o que reforça a narrativa oficial de êxito. Ao mesmo tempo, a cidade real se reproduz em sua irracionalidade e precariedade.

Mas o mal-estar nessa *cultura anti-urbana* não se fecha se não lembrarmos da posição do automóvel, o meio de transporte que em grande medida torna possível deslocar-se entre muros e camarotes da cidade dispersa e, em grande medida, mantém as outras formas de mobilidade secundarizadas – já que a alocação de recursos públicos reitera o rodoviarismo.

Desde o fim dos anos 1960 Lefebvre já salientara que o automóvel é um “objeto-rei”, uma “coisa piloto”, que regia múltiplos comportamentos, da economia aos discursos com os quais se concebem o espaço urbano. É ainda Lefebvre quem destaca que “no trânsito automobilístico, as pessoas e as coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar. É um caso surpreendente de simultaneidade sem troca, ficando cada um na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça”.¹⁹⁶ Isso contribui, lembra ainda o autor, para a “psicose do motorista”. Por outro lado, o automóvel “é um resto de aventura no cotidiano, um pouco de prazer sensível, um pouco de jogo” e, nesse sentido, um “álibi” para um sistema de valorações que cai em pedaços assim que o descobrimos¹⁹⁷. A esse quadro de práticas e instituições podemos chamar de rodoviarismo.

Mais recentemente, quando Michael Löwy analisa o que está em jogo nas reivindicações do Movimento Passe Livre, o autor é bastante categórico: “o automóvel continua sendo, desde o fordismo até hoje, a mercadoria de destaque do sistema capitalista mundial; conseqüentemente, as cidades estão completamente organizadas em função da circulação de automóveis.”¹⁹⁸

Nesse sentido, o automobilismo como utopia e fantasia vinda das potências industrializadas, avalizada e replicada pelos poderes públicos locais, reforça os os elementos-chave da cidade bloqueada. Está nesse hall dos desejos pelo privativo, o exclusivo que, ironicamente, leva a uma cidade inviável, tanto para seus proprietários quanto para os que arcam com os ônus de se submeterem às formas secundarizadas de mobilidade.

Como já sinalizamos acima, a cidade feita de *muros, catracas, camarotes e carapaças* encarna uma partilha desigual do espaço urbano. Como em Jacques Rancière, essa cidade fixa um comum partilhado e partes exclusivas, que é uma repartição de espaços, tempos e tipos de atividades. Tal divisão determina a maneira como um comum urbano se presta à participação e,

¹⁹⁶ LEFEBVRE, *A Vida cotidiana no mundo moderno*, p. 111.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 111

¹⁹⁸ Löwy, Michael. “ *Movimento pelo transporte gratuito no Brasil*”, MPL-RJ, 2014. Disponível em: <https://mplrio.wordpress.com/2014/01/16/o-movimento-pelo-transporte-gratuito-no-brasil-michael-lowy/>

sobretudo, a maneira como uns e outros tomam parte nessa partilha. Há os que dominam o tempo e os que não tem tempo para se dedicar a outra coisa que não seja o trabalho; esses também não podem estar em outro lugar que não o trabalho, pois o trabalho não espera. Essa partilha desigual do espaço urbano “faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce”. Assim, podemos dizer, “ter esta ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc”.¹⁹⁹ No nosso caso, uma partilha do espaço urbano caracterizada pela exposição espetacularizada daquilo que é privativo, o “exclusivo” sobrevalorizado e especulado. Ao mesmo tempo tal partilha desigual torna residual ou indigno de ser reconhecido, sobretudo porque invisível, tudo aquilo que está nos patamares inferiores. Nessa partilha, parcela muito pequena toma parte nas decisões sobre os rumos coletivos e nos investimentos que a princípio são públicos e comuns. A esta mesma pequena parcela é dado o tempo, o espaço e os postos de trabalho que permitem a reprodução da partilha desigual.

O que precisamos ter claro é que essa *cidade bloqueada*, cuja sociabilidade é hegemonicamente estratificada por muros, catracas e camarotes é também, no vivido daqueles e daquelas que restaram para fora dessas estruturas, uma *cidade estranhada*. Isso porque, de fato, tanto em termos simbólicos quanto materiais tal cidade não foi feita para esses de fora. Esses homens e mulheres não se sentem pertencentes à cidade camarote, pelo contrário, são renegadas pela espacialização discriminatória e estigmatizante.

No cotidiano urbano, essa *cidade estranhada* se reproduz como se suas características fossem naturais desde tempos imemoriais, mas há ocasiões em que essa naturalização é posta em xeque, ou mais, esta cidade é tida como insurportável. Quando isso ocorre, *corpos coletivos visam justamente pular muros, destruir catracas, colocar nas ruas e instituir nas plenárias outro modo de viver juntos*.

Ai estão afinidades de uma série de fenômenos que, em alguma medida, rompem a divisão sócio-espacial, abrem rasgaduras e produzem transbordamentos. O maior deles certamente é Junho de 2013, mas outro caso interessante diz respeito aos denominados “rolezinhos”, ocorridos poucos meses depois, sem aparante relações. Grupos de jovens periféricos, predominantemente negras e negros, decidiram fazer encontros festivos em shopping centers cujo nicho é a elite paulistana; houve tamanha reação dos usuários e

¹⁹⁹ RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: ed. 34, p. 16.

proprietários que a associação de shoppings conseguiu uma liminar impedindo os passeios.²⁰⁰ O mesmo se pode dizer de uma ocupação no início de 2017, quando um movimento de moradia monta seu acampamento com barracas de lona preta num dos centros terciários da metrópole, a avenida Paulista.

Na mesma linha, é contra essa mesma cidade que se aglutina um arco amplo de sujeitos que demandam “direito à cidade”.²⁰¹ Ora, se há afinidade entre as estruturas espaciais dos muros, catracas e camarões, é de se esperar que haja simpatia entre seus detratores: o movimento por romper catracas, os sem-teto, os coletivos de ocupação de praças, as redes por espaços verde, a afirmação da cultura negra periférica, os cicloativismos e por circulação à pé, a juventude que não se submete às distinções do mundo burguês, os profissionais mais ligados ao interesse público, os/as apoiadores/as e meramente simpatizantes dessas causas que, num momento mais efervescente, somam-se aos anteriores. Esses atores não tem um vínculo forte entre si, mas conectam-se na experiência de viver São Paulo como insuportável e pelo desejo ainda difuso de uma outra cidade.

A mobilidade como bem fundamental e em disputa

Liberdade significa, em sentido próprio, a ausência de oposição (entendo por oposição os impedimentos externos do movimento) [...]. Porque de tudo o que estiver amarrado ou envolvido de modo a não poder mover-se senão dentro de um certo espaço, sendo esse espaço determinado pela oposição de algum corpo externo, dizemos que não tem liberdade de ir mais além. (HOBBS, T. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, p.129).

Este tópico suspende o recorte espacial e o arco temporal no qual vínhamos trabalhando, sem no entanto perder de vista um solo histórico-social no qual se formaram indivíduos do fim do século XX e início do XXI. Elevamos um grau em termos de abstração, a fim de expor a centralidade da mobilidade nas condições produtivas pós-fordistas mais gerais, que implicaram

²⁰⁰ Ana Fani A. Carlos vai no mesmo sentido: “Ao tomarem espaços que não lhes são próprios, questionam seus acessos hierarquizados, numa sociedade de classes, com seus lugares e regras específicas. Essas manifestações desnudam para a sociedade que, ao contrário de sua representação social, os shoppings da metrópole não são espaços públicos, mas privados, com regras específicas e guarda particular. Os “rolezinhos”, mesmo submetidos aos signos do consumo e da cintilação da mercadoria, pretendem consumir improdutivamente o espaço, e, mesmo incompletamente, satisfazem desejos envoltos pelos signos da mercadoria”. *GEOUSP (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 472 – 486, set/dez 2014, p. 481

²⁰¹ Obviamente essas explicações são necessárias, mas não são suficientes. É sempre bom lembrar que de junho saíram ânimos que, em 2014, recrudesceram a oposição a ponto de esta, junto com o poder comunicativo das grandes corporações midiáticas e de federações patronais, investirem pesadamente num bloqueio político que culmina na inviabilização do governo da presidente eleita.

inovações diversas em tecnologias de informação e comunicação, um novo patamar nas trocas e fluxos de capitais, conhecimentos e pessoas, além de uma outra divisão internacional do trabalho, na qual a produção migra para as periferias e os países centrais se concentram nas atividades de gestão, pesquisa e design. É neste quadro que as possibilidades de descolamento e acesso, portanto de mobilidade, tornam-se um bem fundamental, objeto de necessidade, de desejo e de disputa dos sujeitos sociais.

Antes de tudo, é preciso compreender com Eduardo Vasconcellos que a mobilidade urbana não é apenas possibilidade de movimentar-se no espaço de acordo com condições físicas e de renda. É mais elucidativo tratar “mobilidade urbana” de um modo “que relacione a mobilidade no sentido tradicional [o deslocar-se] a um outro conceito mais amplo de acessibilidade. Esta é aqui entendida como a mobilidade para satisfazer as necessidades, ou seja, a mobilidade que permite à pessoa chegar aos destinos desejados”²⁰². Nesse sentido, a mobilidade no espaço urbano está diretamente ligada às possibilidades de interações no trabalho, na vida social e, ainda, na disputa na correlação de forças políticas.

É preciso nos valeremos dessas considerações de Vasconcellos para elevá-las agora à discussão sobre a mobilidade ao nível mais geral da formação econômico-social capitalista contemporânea. Este cenário é o que Boltanski e Chiapello chamam de um “mundo conexionista”. Nesse, a possibilidade dos agentes – pessoas físicas e jurídicas – serem bem-sucedidos está diretamente ligada a seu potencial de deslocamento e estabelecimento de conexões promissoras. Além disso, o acesso às redes infraestruturais é uma condição de possibilidade à cidadania e ao pleno desenvolvimento das classes subalternas, mantidas sob o risco de fixidez, isolamento e bloqueio.

Como lembram Boltanski e Chiapello, esse “novo espírito do capitalismo” envolve transformações nas relações de trabalho, nas justificativas ao engajamento na vida para acúmulo de capital, na relação com o dinheiro e propriedades, na importância do acesso a informação e saberes, além de um baralhamento entre vida privada e vida profissional.²⁰³ Esses são alguns dos aspectos de um mundo orientado pela lógica das redes, no qual o tempo é uma raridade a ser gerida²⁰⁴, a moral do trabalho é pautada não tanto pelo ascetismo racional weberiano, *mas pela*

²⁰² Vasconcellos. *Transporte urbano, espaço e equidade*. São Paulo: ed. Annablume, 2001, p. 40-41.

²⁰³ BOLTANSKI e CHIAPELLO.

²⁰⁴ “A principal raridade em nossa sociedade, pelo menos nas categorias não confrontadas com a necessidade imediata, como a dos executivos, não diz respeito aos bens materiais, mas ao tempo[...] Evidentemente, isso vale sobretudo para o tempo dedicado aos outros: não perder tempo é reservá-lo para estabelecer e manter conexões mais lucrativas, ou seja, as mais improváveis ou as mais longínquas, em vez de desperdiçá-lo na relação com pessoas próximas ou com pessoas cujo trato propicia unicamente prazer de ordem afetiva ou lúdica. Mas a boa administração do tempo livre também significa (e as duas coisas estão frequentemente juntas) acesso à informação e acesso ao dinheiro”. *Ibidem*, p. 190

valorização das atividades. Essas, por sua vez, não se dão mais no interior de empregos estáveis, mas na forma de sucessivos projetos com fim determinado.²⁰⁵ Por isso, “fazer alguma coisa, mexer-se, mudar são coisas valorizadas em relação à estabilidade, frequentemente considerada como sinônimo de inação”²⁰⁶

Essa é a chave para entendermos que, “num mundo conexcionista, a mobilidade, a capacidade de deslocar-se com autonomia, não só no espaço geográfico, mas também entre as pessoas ou mesmo em espaços mentais, entre ideias, é uma qualidade essencial dos grandes, de tal modo que os pequenos se caracterizam primordialmente por sua fixidez.”²⁰⁷ Vale ressaltar, como fazem os autores, que nessa realidade a mobilidade propriamente espacial não se distingue de outras formas de circulação. Isso porque as conexões se traduzem, em algum momento aproximação geográfica e, inversamente, as desconexões comportam forte probabilidade de redundar em distanciamento em termos espaciais. “A mobilidade geográfica ou espacial, portanto, pode ser sempre considerada como expressão paradigmática da mobilidade”²⁰⁸ *Tais considerações tem grande impacto em nossos estudos urbanos, pois daqui em diante a mobilidade urbana tem de ser vista como um aspecto basilar da mobilidade social. Ou mais, é preciso tratar ambas como um único processo de mobilidade sócio-espacial.*

Para Boltanski e Chiapello, o potencial de mobilidade nas redes não é um problema ou mal por si só, mas um atributo cujo valor gera duas figuras (personagens) e horizontes distintos. O primeiro pode ser entendido como o “integrador de redes” [mailleur], na medida em que coloca essas qualidades a serviço de um bem comum, portanto gera resultados compartilhados, aponta para formas de vida justas, o que Boltanski e Chiapello entendem pela “formação de uma cidade” – uma gramática de hábitos e valorações, instituições e direitos que conformam um mundo minimamente organizado, aceitável como legítimo²⁰⁹. Já o segundo personagem é o

²⁰⁵ “A vida é concebida como uma sucessão de projetos, válidos sobretudo por serem diferentes uns dos outros” [...] É exatamente por ser uma forma transitória que o projeto se ajusta a um mundo em rede: *sucessão de projetos, multiplicando as conexões* e provocando a proliferação de seus elos, tem como efeito *ampliar as redes*. Grifos dos autores, *ibidem*, pp142-143.

²⁰⁶ BOLTANSKI e CHIAPELLO, *op.cit.*, p. 193.

²⁰⁷ BOLTANSKI e CHIAPELLO, p.370

²⁰⁸ *ibidem*, p. 370.

²⁰⁹ Cidade aqui é um termo figurativo, entendida como um construto social, com uma gramática própria, coletivamente aceito como minimamente justo. Nos termos dos autores, “metafísicas políticas que, tal como as culturas e as línguas, tem existência histórica e são, portanto, situáveis no tempo e no espaço. Por isso, é pertinente apreendê-las numa duração, num devir, a partir do momento de sua formação até seu refluxo, passando pelo seu enraizamento em dispositivos, objetos e direitos. Em certo momento da história uma forma de vida é identificada e generalizada com o fito de servir de suporte a uma definição do bem comum e de padrão para juízos sobre o valor dos seres segundo a contribuição que eles dão para o bem de todos, assim concebido”. Logo adiante, “a cidade mostra-se então como um dispositivo crítico autorreferencial, interno, imanente a um mundo em vias de se fazer, mundo que precisa limitar-se para durar. Uma das características fundamentais da ordem das cidades é, de fato, impor limites à força dos fortes e dizer que eles somente serão grandes (legítimos, autorizados a revelar e usar sua força) se interiorizarem esses limites e a eles se adequarem” *Ibidem*, pp.520-522

oportunista, que se vale do potencial de mobilidade, seu acesso a redes superiores, exclusivamente para seus próprios fins e em detrimento de outros a quem ele torna imóvel, fixado. Esse é chamado de “redeiro”, ou “networker”. Essas duas figuras, concluem os autores, “compartilham do essencial, com a diferença (fundamental na lógica da cidade) de que o sucesso do redeiro só é proveitoso para ele mesmo, ao passo que o acesso do integrador de redes aos estados superiores é proveitoso a toda a cidade, sendo, portanto, um bem comum”.

210

Mas algo tem de ser destacado dessa argumentação. Nesse quadro, *a mobilidade é um bem em disputa, uma dimensão do conflito de classes – e por nossa conta podemos adicionar que tal conflito não exclui uma camada étnico-racial e a de gênero.*

Por isso, não menos importante é atentar para redefinições nas formas de exploração²¹¹, enquanto forma de usar a divisão social do trabalho para que o sucesso e a força de uns decorram, pelo menos parcialmente, da intervenção de outro atores cuja atividade não é reconhecida nem valorizada. Boltanski e Chiapello argumentam que o mundo conexcionista é habitado por uma tensão forte entre o próximo e o distante, o local e o global. Para adquirir grandeza, convem deslocar-se incessantemente, a fim de tecer novos elos. A divisão social do trabalho mais marcante se dá, portanto, num gráfico entre “os mais ligados e os menos ligados, os mais conectados e os menos conectados à rede, os incluídos no centro do diagrama e os excluídos, relegados às suas margens”²¹². Em termos sintéticos, os pequenos permanecem no lugar e permitem aos grandes se deslocarem e estabelecerem relações de maior distância.²¹³ É nesse momento em que se estabelece uma relação de exploração – sutil, sem enfrentamento *face to face* –, a saber, a imobilidade de uns é condição para o acúmulo de capital que outros auferem mediante a mobilidade, uma vez que o papel dos primeiros não é valorizado nem remunerado de maneira equitativa. Nesse sentido, os autores desenvolvem o argumento: “o diferencial de mobilidade é hoje uma nova mercadoria muito apreciada. Seu preço está subindo com rapidez e é pago exclusivamente pelos ‘lentos’, que assim conseguem que os ‘rápidos’ combinem seu ritmo e desacelerem um pouco”. No entanto, adicionam, “os rápidos não poderiam sobreviver sem o sustentáculo de atividades sedentárias, e a rede que eles animam não pode prescindir da inserção em territórios nem do trabalho de máquinas e homens, pesos

²¹⁰ BOLTANSKI e CHIAPELLO, p. 364

²¹¹ pp.375-ss

²¹² BOLTANSKI, p.369.

²¹³ “Num mundo em rede, cada um vive na angústia permanente de ser desconectado, ficar entregue à própria sorte, abandonado no local por aqueles que se deslocam”. Ibidem, p. 373

pesados por excelência”.²¹⁴ Essa mobilidade, vale lembrar, gera acesso diferencial a capitais, relações e saberes, fundamental para o êxito no espaço conexcionista.

Ainda segundo Boltanski e Chiapello, essas relações de exploração baseadas em “diferencial de mobilidade” valem desde os funcionários precarizados e a alta cúpula de uma empresa, mas também para o nível macro, isto é, vale para mercados financeiros versus países, mercados financeiros versus empresas, multinacionais versus países, grandes terceirizadores versus pequenos terceirizados[terceiristas]; especialista mundial versus empresa, consumidores versus empresa.

O que tais autores não desenvolvem são as formas com as quais, do ponto de vista do cotidiano urbano, esse diferencial de mobilidade determina as possibilidades de gerir o tempo e os acessos. Trata-se, por exemplo, de poder escolher o local de moradia, o modo de locomoção ao trabalho, ou mesmo o horário de ir e voltar desse. E mais, a rapidez com que se chega nos centros de decisão política. A classe detentora de capital decide seus ritmos no cotidiano urbano; já o tempo dos subalternos é determinado pelo transporte público, pelo horário previsto em seu contrato com a empresa. No caso de trabalhadores/as ambulantes não apenas seu tempo, mas também seu local de trabalho é em grande medida imposto pelas condições do mercado urbano: em dias chuvosos vendem guarda-chuva em eventos públicos, noutros dias vendem pequenos aparelhos eletrônicos no cruzamento de avenidas, ou também distribuem panfletos em frente à lançamentos imobiliários. Não muito diferente acontece com os empregados terceirizados.

Já Jeremy Rifkin, ao cartografar a nova cultura do capitalismo e os traços dominante nos modos de vida, destaca o papel do “acesso”. Para Rifkin, as forças propulsoras dessa economia são o “capital intelectual” -- conceitos, ideias, imagens, imaginação e criatividade humana – e o conjunto de relações que constituem “redes”²¹⁵ O sucesso nessa economia de acesso depende menos das trocas individuais de bens no mercado e mais do estabelecimento de relações comerciais a longo prazo de troca de serviços. As transações de mercado dão lugar a alianças estratégicas, ao uso conjunto de recursos e a acordos para a divisão dos ganhos. Por isso: “a propriedade é uma instituição lenta demais para se ajustar à nova velocidade de uma cultura veloz”²¹⁶. Não significa, vale reforçar, suprimir a propriedade, mas deslocá-la para um regime de bloqueio -- o uso limitado, restrito – ou de abertura ao acesso.

²¹⁴ *ibidem*, p. 381

²¹⁵ RIFKIN, Jeremy. *A Era do Acesso*. São Paulo: ed Pearson do Brasil, p. 4.

²¹⁶ *A Era do Acesso*, p.5

Do ponto de vista da composição de capitais, isso explica por que empresas diminuem investimentos em ativos fixos e aumentam o investimento em ativos intangíveis. Do ponto de vista das relações de trabalho, explica por que a crescente importância nos setores de desenvolvimento do “conceito” e da “cultura” das marcas e, ao mesmo tempo, a terceirização e periferação da produção.

Para Rifkin, tais transformações marcam a passagem da economia de produção industrial para a economia do acesso e produção de experiências culturais. Se o capitalismo industrial, atravessado por uma ética da disciplina e do trabalho, esse novo momento é marcado mais por uma “ética da diversão” e é esta que se torna o centro das atenções e das buscas por oportunidades²¹⁷. Sob os marcos da sociedade de consumo, trata-se do tempo dos parques temáticos, das comunidades de prestígio, da venda de estilos de vida, do leasing de automóveis e máquinas, da compra de créditos e de *time-shares*²¹⁸ de imóveis, da assinatura de serviços e, no que diz respeito às formas urbanas, o tempo de condominização e comunidades fechadas.

Não teremos tempo de avaliar aqui em que medida Rifkin é crítico a essa realidade, mas pode-se dizer que o texto se mantém ambíguo a respeito de tais fenômenos e deposita um tanto de entusiasmo noutro tópico, qual seja, o papel do “ciberespaço”. O autor crê que “o material dá lugar ao imaterial e a transformação do tempo em commodity se torna mais importante que a expropriação do espaço” e, ainda, que “as noções convencionais de relações de propriedade e de mercados, que vieram a definir o estilo industrial de vida, tornam-se cada vez menos relevante”²¹⁹. Mas a visão de Rifkin não é apologética; o autor lembra que “embora 1/5 da população mundial esteja migrando para o ciberespaço e para relações de acesso, o resto da humanidade ainda é vítima no mundo da escassez física”.²²⁰ Rifkin tem em conta o abismo entre o mundo das trocas intensificadas e aquele de uma subcidadania sem acesso a bens básicos, mas sua argumentação parece sugerir que o acesso à essa ponta da modernização ciberespacial prescinde dos avanços no cotidiano vivido – por exemplo, à mobilidade urbana, à moradia digna e aos centros de decisão

De nossa parte, entendemos a necessidade de reter de Rifkin a tônica do “acesso” e das “redes” na vida social, sem recair no entusiasmo pelo ciberespaço, mas elevando a discussão

²¹⁷ *ibidem*. Vale atentar para o argumento mais completo do autor: a metamorfose da produção industrial para o capitalismo cultural está sendo acompanhada por uma mudança significativa da ética do trabalho para a ética da diversão. Enquanto a era industrial era caracterizada pela modificação conjunta do trabalho, transformando-o em commodity, a Era do Acesso refere-se, acima de tudo, à transformação da diversão – a saber, o marketing de recursos culturais incluindo rituais, as artes, festivais, movimentos sociais, atividade espiritual e fraternal e o engajamento cívico na forma de entretenimento pessoal pago.

²¹⁸ O paradigma da comunidade fechada é a Disney World. O *time-share*, por sua vez, é uma forma de subdividir o uso, a compra do acesso temporário a um condomínio, seja ele uma casa ou um resort. Cf *ibidem*, pp.93-108

²¹⁹ *ibidem*, p. 12. A argumentação de fato segue nessa linha: “a mudança no comércio primário do espaço geográfico

²²⁰ *ibidem*, p. 11.

sobre o papel do *espaço urbano conexcionista* nessa tensão entre, por um lado, a intensificação das trocas – mercantis e não-mercantis -- no interior das redes e, de outro, o atraso gerado pelo bloqueio ao acesso, à mobilidade sócio-espacial. Mais do que nunca, o isolamento enquanto negação do acesso nunca foi tão danoso à cidadania, ou mais, tão constrictivo ao desenvolvimento das potencialidades humanas. A formulação positiva desta equação também é válida, isto é, *conferir mobilidade aos sujeitos privados da centralidade urbana nunca teve tamanha potência emancipatória como agora.*

Há uma última hipótese que podemos explorar com Rifkin e para além dele. No mundo do acesso, a mobilidade urbana (geográfica) não é substituída pelas conexões virtuais, no entanto é de se esperar que essas conectividades digitais mais rápidas, simultâneas e múltiplas, *tornem-se a referência de velocidade* para os sujeitos sociais. Nessa equação, a mobilidade urbana é o componente denso, que incomoda pela lentidão, o mesmo que acontecera, segundo Rifkin, com a propriedade. *Na medida em que a mobilidade física é vivida com ainda maior sofrimento e bloqueio, como ocorrem em nossas metrópoles, é muito provável que as insatisfações sociais se voltem contra este atraso.*

Ora, reestruturações produtivas provocam transformações nos horizontes do desejo e necessidades, no trabalho, no tempo livre e nas formas de participação. Se entendermos que, para os sujeitos formados no espaço conexcionista a mobilidade sócio-espacial tornou-se um bem fundamental, é possível compreender afinidades e solidariedades percebidas entre movimentos urbanos recentes, a saber, os movimentos por mobilidade urbana, os coletivos de midialivrisimo, adeptos do acesso aberto às informações e, ainda, pelos conhecimentos como bens comuns. Todos são lutas híbridas contra bloqueios e por acesso livre, às redes e ao espaço urbano.

As reestruturações produtivas do capitalismo pós-fordista incluem ainda mudanças nas habilidades técnicas e relacionais dos sujeitos que, em algum momento, decidem voltar-se contra o ordenamento social que os impõe bloqueios. Nesse sentido, tais habilidades tornam-se instrumentos de contestação, repertório das ações coletivas, da organização social na pressão a governantes. Para falarmos com Hardt e Negri, isso significa entender que as transformações da composição técnica do capital engendram novas competências técnicas do proletariado (ou da multidão)²²¹.

Com essas problematizações acerca da mobilidade sócio-espacial na modernidade urbanizada pós-fordista, pretendemos ter levantado a um novo patamar o debate sobre os

²²¹ Bem-estar comum, p.200 e 399-ss

conflitos e protestos dos quais trataremos adiante, que colocam o cotidiano em disputa. Primeiro, pois compreendemos que, em nossas condições histórico-sociais, manter a imobilidade de sujeitos é bloqueá-los no acesso a bens materiais e simbólicos que poderiam garantir-lhes o pleno desenvolvimento desses sujeitos e da sociedade. A máxima do Movimento Passe Livre é elucidativa: “uma cidade só existe para quem pode se movimentar por ela”.²²²

Portanto, torna-se mais claro que deslocar-se e acessar são bens fundamentais para o desenvolvimento.²²³ Garantir a mobilidade sócio-espacial a todos e todas tem um potencial transformador nada desprezível.

Passe Livre: de disparador a símbolo da cultura urbana insurgente



5) Ato contra o aumento das tarifas de trens e ônibus. São Paulo, 2015. Foto: Paolo Colosso

²²² Esta é uma palavra de ordem, já amplamente lembrada (CALDEIRA, Teresa. “Inscrição e circulação”, novos Estudos, São Paulo, Cebrap, n.94, nov 2012, p.58; ARANTES, Paulo (). Ela figura como epígrafe no site do movimento passe livre, o <http://tarifazero.org/>

²²³ Ainda que tenhamos realizado um percurso teórico muito distinto, nossas conclusões sobre a mobilidade urbana como experiência de liberdade e como bem em disputa, aproximam-se em muito daquelas do engenheiro Lúcio Gregori, que como Secretário de Transportes de São Paulo, nos anos 1980, propôs o projeto de Tarifa Zero. Texto que sintetiza sua posição é “Mobilidade urbana num período de contradições por governabilidade”. TarifaZero. Disponível em: <http://tarifazero.org/2018/04/22/mobilidade-urbana-num-periodo-de-contradicoes-pela-governabilidade/#more-6882>. Acesso em 10 de julho de 2018.

No Brasil, as revoltas populares contra as más condições do transporte público não são um fenômeno recente, mas remontam ao fim do século XIX, com a implantação da rede ferroviária de bondes. Talvez a mais antiga seja a Revolta do Vintem (1879-1880) no RJ monárquico, eclodida pelo aumento de tarifa. Já em meados do XX, quando em São Paulo o sistema precário de ônibus substituiu os bondes e a gestão dos serviços volta da Light para o Estado, a notícia da duplicação do valor do bilhete gera uma onda de indignação e depredações, dito “Quebra-quebra”(1947). Essas mais espontâneas, mas nos anos 1970 e 1980 se repetiram outras, por forças organizadas ²²⁴

As origens do *Movimento Passe Livre* residem, por sua vez, no que ficou conhecido como a *Revolta do Buzu*, um levante predominantemente jovem de Salvador(2003) e, ainda, à *Revolta da Catraca* em Florianópolis (2004), onde a campanha estudantil por passe já tinha alguns anos. Em ambas as mobilizações, o anúncio de aumento da passagem de ônibus fora o estopim para as manifestações cujo repertório de ação já era o travamento de vias, as assembleias em atos, as operações de pula-catraca e o confronto direto²²⁵ Na capital catarinense, o movimento -- puxado por jovens dissidentes da corrente *O Trabalho* do Partido dos Trabalhadores -- obteve a suspensão do aumento e, poucos meses depois, consegue aprovação da lei, de iniciativa popular, pelo passe livre estudantil.²²⁶ Não menos importante é lembrar que a ideia da tarifa zero era defendida também nos anos 1990 num projeto do então Secretário de Transportes, Lúcio Gregori, da gestão Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo.

A nacionalização do MPL se dá numa plenária do *Fórum Social Mundial* em Porto Alegre (2005), esse por sua vez um desaguadouro da onda de movimentos por justiça global. Referências importantes para esse ciclo foram os zapatistas mexicanos, com sua disposição disciplinada de “criar um mundo dentro de outros mundos” e o Centro de Mídia Independente (CMI) originado do *Indymedia*,²²⁷ cujos integrantes no Brasil cobriram os primeiros atos contra a tarifa e facilitaram, em grande medida, a conexão entre os grupos autônomos locais. No mesmo 2005, há mobilizações em São Paulo, uma revogação de aumento em Vitória (ES) e uma segunda revogação em Florianópolis.

²²⁴ Quem reconstitui o histórico dessas revoltas é VELOSO, André H.B. *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Dissertação de Mestrado no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Por sinal, o autor também faz mediações importantes entre a formação econômico-social da modernidade brasileira e o transporte coletivo como um sinal paradigmático do atraso e dos bloqueios da modernização.

²²⁵ Uma reconstituição detalhada da trajetória do Movimento Passe Livre, especialmente o de São Paulo, encontra-se em SPINA, Paulo Roberto. *O Movimento Passe Livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências. Humanas, Guarulhos, 2016. Vale lembrar que a Revolta do Buzu foi registrada no documentário homônimo dirigido por Carlos Pronzato, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>

²²⁶ ORTELLADO, 2004. Disponível em: <https://midia independente.org/pt/red/2004/12/296635.shtml>

²²⁷ DELLA PORTA, 2007;

A plenária imprime alguns marcos importantes para o Passe Livre, incluindo- o na linha dos movimentos que, naquele momento, percebiam certo esvaziamento nas entidades estudantis como a UNE.²²⁸ De acordo com a convocatória, seu caráter é de um movimento “autônomo, independente e suprapartidário, mas não apartidário”.²²⁹ Segundo ponto: o tratamento do transporte público como um direito a ser universalizado, para o qual o passe livre é um instrumento.²³⁰ Outro dado importante é o de que já nesta plenária os/as jovens atentaram para a vinculação entre transporte e acesso à educação, um direito constitucionalmente previsto²³¹

Nesses mesmos anos a questão circula por outros campos da vida social. Em 2004, sob um pedestal sem busto no Largo do Arouche (SP), artistas fixam uma catraca. A intervenção do coletivo Contra-filé denominada “Monumento à Catraca Invisível, que ganhou página na Folha de S. Paulo,²³² contava ainda com uma placa em letras douradas, na qual se lia: “Programa para a descatracação da vida”. Após a repercussão na mídia, a estátua foi retirada pela polícia, mas a figura da catraca se tornou tema da redação do vestibular da Universidade de São Paulo. Em 2009, o passe livre estudantil é aprovado no Distrito Federal; no mesmo ano em São Paulo, o movimento ocupa a Secretaria de Transportes.

Em 2013, o anúncio de aumento de passagem se torna, não pela primeira vez, estopim das convulsões sociais. Em alguns dias e após um protesto sob forte repressão policial, as manifestações ganham apoio de estratos diversos da sociedade. As ruas da cidade são tomadas, parando avenidas e ganhando espaço em redes sociais e mesmo na mídia pouco sensível a tais problemáticas.²³³ As mobilizações, antes restritas ao Rio de Janeiro e São Paulo, difundem-se por Brasília, Curitiba, Recife, Florianópolis, Porto Alegre e mesmo cidades

²²⁸ MOVIMENTO PASSE LIVRE. “Plenária Nacional do Movimento Passe Livre de 2005”. <http://tarifazero.org/2015/02/02/mpl-historia-plenaria-nacional-do-movimento-pelo-passe-livre>. A história da plenária de nacionalização é retratada em artigo de 2015: <http://tarifazero.org/wp-content/uploads/2015/02/pdfplenaria.pdf>

²²⁹ As resoluções tiradas na plenária de nacionalização estão disponíveis em: <http://tarifazero.org/wp-content/uploads/2015/02/pdfplenaria.pdf>

²³⁰ No texto da convocatória: “A luta pelo Passe-Livre estudantil não tem fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada”. Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/red/2005/01/302599.shtml>

²³¹ No mesmo texto da convocatória: “Em 2004, demos um grande passo rumo à construção de um movimento qualitativo de massas que deve ter por meta a imediata nacionalização da reivindicação, exigindo que o governo federal aprove imediatamente uma lei regulamentando o artigo 208, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, concedendo o direito de todos os jovens gozarem de passe livre para a garantia do acesso integral à educação”.

²³² “‘Catraca invisível’ ocupa lugar de estátua no Arouche”. Folha de S. Paulo. São Paulo, 04 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0409200419.htm>. Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

²³³ Para uma análise mais detida desta trajetória das mobilizações, vale conferir de JUDENSNAIDER, Elena; ORTELLADO, Pablo et alii. *20 Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: ed Veneta, 2013

interioranas²³⁴. As insurgências massivas chamam a atenção de autoridades; mais de 100 cidades suspendem o aumento das tarifas.

Os impactos das manifestações de junho de 2013 foram sentidos imediatamente. Nos meses seguintes, o clima político mais propenso à participação social encoraja diversas categorias a expor nas ruas suas demandas. Ocorrem greves de agentes metroviários, professores e estudantes. As mobilizações reverberam em diversas outras esferas da opinião pública, como por exemplo a Bienal de Arquitetura de São Paulo, que reservou espaço privilegiado para cartazes, grafismos e documentário produzidos no calor da hora por integrantes destes levantes.²³⁵ Em 2014 intervenções do *Movimento Passe Livre* circulam em outra exposição, esta sobre design gráfico, chamada *Cidade Gráfica*²³⁶. Pelo menos dois grandes veículos de informação, *Jornal Folha de S. Paulo* e *Revista Carta Capital*, produziram retrospectivas com suas versões dos acontecidos²³⁷; pesquisadores da área de comunicação social fizeram balanços sobre a presença dos fenômenos na opinião pública e as limitações da abordagem midiática.²³⁸

No caso de São Paulo, a administração pública mais progressista (2012-2015) soube dar sentido às tensões, transformando a pressão de junho de 2013 em força social para implementar políticas de valorização do transporte coletivo e de meios alternativos de circulação para médias distâncias.²³⁹ Em entrevista, o então prefeito Fernando Haddad reconhece que a força dos movimentos permitiu abrir, em seis meses, uma extensão de faixas e corredores exclusivos de ônibus que levaria quatro anos em clima de *realpolitik*.²⁴⁰ Entretanto, a relativa absorção das demandas do movimento não tem colocado a municipalidade em negociações fáceis com o MPL.

Um primeiro aspecto que merece destaque no repertório de ação do *Movimento Passe Livre* é a clareza sobre o fato da pauta específica da mobilidade exigir reestruturações diversas e mais profundas. Isto é, tem-se o transporte coletivo eficiente e universalizado como objeto central da demanda, mas se sabe que sua implementação exige uma repactuação política

²³⁴ Levantamentos afirmam que ocorreram mobilizações em 150 cidades, levaram 1,5 milhão de pessoas às ruas.

²³⁵ Cf. número especial da revista *Monolito* sobre a X Bienal de São Paulo.ed.17, 2013. Conferir Também COLOSSO, Paolo. “Uma Bienal como intervenção socioespacial”, disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.081/5197>

²³⁶ A exposição que contava com o manifesto do Movimento Passe Livre ocorreu no Itaú Cultural Av. Paulista, entre os dias 20 de Novembro de 2014 a 04 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://novo.itaucultural.org.br/programe-se/agenda/evento/cidade-grafica/>

²³⁷ Cf. documentário “Zerovinte” de Carta Capital e “Junho – o mês que abalou o Brasil” do jornal Folha de S.Paulo.

²³⁸ Cf. *Vozes Silenciadas – mídia e protestos*. São Paulo: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014

²³⁹ Cf. http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/03/politica/1388787506_411833.html

²⁴⁰ Cf. entrevista de Fernando Haddad ao jornal El País, em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/03/politica/1388787506_411833.html

ampla. Não por acaso, o Movimento afirma que “o transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbana”²⁴¹.

Um segundo aspecto fundamental para essa tese diz respeito ao método de ação do movimento, ligado ao bloqueio dos fluxos urbanos:

Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. *Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano.* É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais –, que se dá a verdadeira gestão popular²⁴²

A ocupação do espaço público não é mero dispositivo de contestação contra aumento da passagem. Como reconhecem seus integrantes, o bloqueio de um cruzamento leva a cidade ao caos, trazendo à tona a realidade de que a circulação urbana pautada pelo transporte individual – causa evidente dos grandes congestionamentos – é frágil e insustentável. Em termos sintéticos, *a cidade já é cotidianamente um caos.* De um modo impactante e doloroso, o movimento toma a cidade como mediação para fazer circular sua pauta e pressionar a opinião pública sobre a urgência de repensar uma outra matriz de mobilidade urbana, em que circular e acessar a cidade seja um direito de todos. Uma reforma, vale lembrar, sabida e veiculada pelos estudos urbanos há pelo menos trinta e cinco anos.

No excerto do MPL subjaz o que vimos chamando de um espaço conexcionista, fortemente marcado pelos fluxos de pessoas, informações e capitais. O avanço da modernização se apoia nessa conectividade e mobilidade, mas a crítica aos parâmetros dessa modernização, encarnada nas vozes do movimento, também se vale desses atributos. A potência do movimento está em bloquear os fluxos dominantes e abrir espaço para a ação direta daqueles e daquelas que visam disputar as narrativas e os rumos urbanos. O movimento impõe-se então como *força de contrafluxo*. Trata-se de colocar em circulação a experiência de destituição de uma ordem assentada cotidianamente e de assunção de um protagonismo coletivo. Há aí, diria Lefebvre, um baralhamento entre o possível e o impossível. Os corpos a princípio frágeis

²⁴¹ MPL. “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Cidades Rebeldes. São Paulo: ed. Boitempo, 2013, p. 16.

²⁴² Ibidem, p. 16

conseguem travar o ritmo da máquina gigantesca da metrópole e enunciar a possibilidade de reorganizar a urbanização, reinventar a vida urbana.

Como deixa claro o excerto acima, o *Movimento Passe Livre* evita mediações institucionais. Para o movimento, transformações políticas mais significativas acontecem quando há participação direta dos concernidos (os habitantes) nos rumos da produção do espaço urbano. Isto implica abrir as questões urbanas para além do centros de decisão e dos técnicos e especialistas. Implica, ainda, resgatar a presença do político na vida diária dos indivíduos e coletividades, moldando uma cultura urbana insurgente. É neste processo de protagonização que se refundam os princípios e as ações de uma democracia efetiva, orientada pela horizontalidade e pela gestão popular. É neste tom que afirmam: “a organização descentralizada da luta é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e da sociedade”²⁴³O acesso a um transporte democratizado não é apenas, portanto, uma demanda pela melhora nas condições de vida de certas camadas da população, o que já seria legítimo, mas forja a experiência de modos de vida horizontais e livres para todos. O Passe Livre constitui uma cultura política baseada na experiência da insurgência e na transformação cotidiana. Não por outra razão afirmam: “a ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões”²⁴⁴Aí está a chave de uma política do cotidiano que vai realimentar o imaginário de jovens impactados por aquele transbordamento de energias coletivas.

Apos o êxito de 2013, quando o aumento foi suspenso em São Paulo e em mais de cem cidades, o modelo de ação pautado por recusa institucional e cultura insurgente tem sido a potência do movimento e também sua fragilidade. O movimento obtém apenas resultados parciais, mas se torna uma referência para outras lutas, somando-se por exemplo a do estudantes secundaristas, outro levante que ocupou escolas, vias públicas e conseguiu barrar um processo de precarização do ensino. A consecução aqui e agora de um horizonte possível tem grande absorção pelas camadas jovens; estas trocas ampliam o repertório de ação de ambos. Além disso, são um magnetismo para as pautas irmãs, como por exemplo o aumento do número de pontos e a expansão de linhas de ônibus e trens. Torna-se perceptível que o espaço urbano não é produzido apenas por agentes institucionais – o Estado e grandes investidores. Abre-se a perspectiva de que o espaço urbano é passível de intervenção de quaisquer cidadãs e cidadãos, mesmo aquelas camadas para as quais as políticas públicas viram

²⁴³ MPL, *ibidem*, p. 17

²⁴⁴ MPL, *ibidem*, p.18

as costas. Esta experiência libera energias coletivas para amplas parcelas da população espoliada, é convocativa e aglomerativa.

Por outro lado, no início de 2014 protestos não conseguem barrar um novo aumento; o MPL, por sua vez, anuncia a estratégia de voltar os trabalhos de base às periferias – onde habita a população mais afetada pela precariedade e pelo alto custo do transporte –, o que exige uma rede militante maior e mais organizada. As ações tem menos visibilidade. No início de 2015, o poder público anuncia que estudantes de escolas públicas e bolsistas terão passe livre em trajetos casa-escola, sinalizando esforço em contemplar, ainda que parcialmente, as demandas do movimento que agora gozam de apoio de mais setores da sociedade. O MPL não celebra esta vitória, nem tenta ampliá-la junto ao poder público, mas o acusa de tentar fragmentar o movimento ao conferir o subsídio apenas a algumas parcelas da população.



6) Ato contra o corte do passe livre estudantil. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso

Em 2016, os atos pela mobilidade urbana recebem o reforço de estudantes secundaristas recentemente vitoriosos, sobre os quais falaremos com vagar adiante. Os jovens que encamparam a pauta já tinham protagonizado um ano antes uma ação política de grandes proporções, a saber, a ocupação das escolas públicas. Decreta-se tarifa zero para desempregados (2016), mas o governo tem de recuar, pois se trata de ano eleitoral.

Em 2017, quando da entrada de uma gestão que não estabelece diálogos com movimentos sociais, abre-se um período de regressões e escamoteamento da pauta. Mantem-se o valor das tarifas, mas há aumento no serviço de integração (bilhete único), cortes na tarifa zero de estudantes e cortes de linhas de ônibus. Já não se trata mais do momento de abertura pós-2013, mas agora de resistência.

Num período em que o Passe Livre vem perdendo força de negociação com a municipalidade, torna-se cada vez mais difícil obter resultados, por outro lado é inegável que a pauta da mobilidade atravessa parte expressiva de uma geração de jovens que viveram 2013, mas também aquelas e aqueles que ocuparam suas escolas em 2015 e, nesse cenário, reativaram instâncias do movimentos estudantil. O MPL fora o disparador de pautas irmãs que são absorvidas por ONG's, associações profissionais, comunidades de bairro e institutos universitários. São elas a crítica ao rodoviarismo, a luta por um transporte público eficiente e de qualidade, a defesa de mobilidades ativas como signos de reapropriação coletiva dos espaços públicos, da reumanização do tráfego e das cidades. Ligam-se às ideias de cidade aberta e da vida sem catracas. Essas forças já criam um outro patamar para os debates na opinião pública e outro enquadramento para as pesquisas vindouras.

A despeito da ausência de resultados imediatos, o MPL já se inscreveu na cultura urbana paulistana. A imagem de autonomia, juvenil e alva, talvez equivocada no quadro adverso do fim dos 2010, é um *símbolo*²⁴⁵ de grande adesão e rápida sensibilização. Não por acaso, uma ou duas vezes por ano, um simples chamado do Passe Livre leva 20 mil pessoas às ruas. Abre contrafluxos, reúne forças diversas, atualiza seus temas e afetos e, assim, multiplica marcos na experiência coletiva. Pode permanecer na memória por um tempo e voltar repentinamente. Suas expressões, práticas e representações passam a povoar a imaginação contracultural urbana e as experimentações estético-políticas ligadas ao desejo de colocar corpos nos espaços públicos e produzir uma cidade aberta. O símbolo detem essa propriedade de difundir-se quase independente dos sujeitos que o animaram inicialmente e, por isso, uma vida com muitas reencarnações. Isto é, sua identidade não está fixada em determinados atores com uma trajetória consolidada, pelo contrário, seu momento primaveril faz dele objeto de usufruto coletivo dos mais diversos²⁴⁶. Além disso, o símbolo reaparece com recorrência porque se trata

²⁴⁵ Entendemos aqui propriedades do símbolo com Freud associação mais livre, substituição de outros signos . Conferencia “a simbólica no sonho”.

Mas também Gombrich, em *Meditações sobre um cavaleiro de pau ou as raízes da forma artística*

²⁴⁶ Já é visível, a partir de 2017, que há uma segunda geração do MPL, ainda mais jovem, muito ligada às lutas secundaristas.

de um sintoma cultural, um conflito histórico não resolvido e postergado, impondo sofrimento às novas gerações.

Esse símbolo Passe Livre reaparece por exemplo num pequeno teatro da região central, o Matilha Cultural, quando cerca de dois anos depois das ocupações secundaristas de 2015, os jovens se encontram pra comemorar e rememorar os dias intensos vividos juntos. Nas paredes, cartazes feitos em stencil trazem os seguintes dizeres: “descatraque suas memórias” e, em outro, “o que aconteceu desde que pulamos os muros?”²⁴⁷ Após a exibição de algumas imagens e vídeos feitos pelos próprios estudantes, o microfone é aberto, uma das que estão no palco convida: “vem contar a primeira vez que você catracou!”. Com sentidos diversos, a catraca se tornou verbo, operador de todo um léxico desses jovens, ela enriquece o imaginário de cidadania ativa e insubmissão àquele tipo de cidade descrita acima, a cidade camarote. Inscritos na cultura urbana de São Paulo, catracar e descatracar permeiam as experiências coletivas de liberdade na cidade.

Outra síntese interessante desse argumento sobre o símbolo Passe Livre se encontra na performance teatral *Quando quebra queima*, ideada e protagonizada pelo grupo *Coletiva Ocupação*, constituído por ex-secundaristas, entre as/os quais muitos encamparam a pauta da tarifa zero. Foi encenada inicialmente no espaço da Casa do Povo, levada ao Teatro Oficina e em seguida reproduzida em SESCs e palcos internacionais. Sua performance *presentifica* a potência inventiva e liberadora dessas lutas recentes e, por romper a divisão entre palco e plateia, os espectadores participam da peça e daqueles acontecimentos, impressionados por eles. Junho de 2013 e ocupações secundaristas aparecem plasmados e ao mesmo tempo numa fabulação, não por saudosismo, mas sim tornados aquilo que ainda podem ser. Como nos atos de rua, os corpos se movimentam por espaços intensificados, em que sons e ruídos se entrecrocavam, assim como as cores, de várias fontes e cores – dos postes, dos faróis, semáforos e sirenes. Nesse *encontro*, os ânimos do símbolo se difundem e perpetuam.

²⁴⁷Estão registradas no anexo desta tese imagens do encontro, intitulado “Só me convidem para uma revolução onde eu possa dançar”, que nos detalhes incluem “narrar e catracar”. Até início de 2019, o evento também consta em <https://www.facebook.com/events/113079939370020/>



7) Peça de teatro *Quando Quebra Queima*. São Paulo, 2018. Foto: Paolo Colosso

Mas de volta ao domínio da literalidade, e agora do ponto de vista dos desafios organizativos do *Movimento Passe Livre*, talvez o maior deles resida em transformar a energia contestatória em agendas mais contínuas, estruturantes, em construções menos volúveis.²⁴⁸ Este seria um salto necessário ao enfrentamento da correlação de forças desfavorável do fim dos anos 2010, na qual a mobilidade urbana não é uma prioridade, mas sim a repressão das forças da ordem.

Do ponto de vista do potencial de aglutinação e de novas confluências, talvez o movimento pudesse explorar uma *dimensão ecológica* de sua pauta. O incentivo ao transporte público gratuito e de qualidade certamente teria efeitos na redução da poluição atmosférica – hoje em níveis muito problemáticos –, dos riscos de aquecimento global e, ainda, contribuiria para um uso mais equânime do espaço urbano.

²⁴⁸ VELOSO já identifica que esse desafio de dar persistência e densidade nos levantes pela mobilidade é um ponto antigo, remonta às revoltas dos anos 1970.

Se a pauta do movimento for pensada junto de políticas de aberturas de corredores e faixas exclusivas, implementação de redes ferroviárias, a opção pelo transporte coletivo se torna mais atraente em relação ao transporte individual. E se pensado junto de políticas de garantia das mobilidades ativas, não-motorizadas, esse conjunto de pautas poderia atacar o núcleo do paradigma rodoviário, desfazer o nexo no qual o automóvel é objeto-fetice e introduzir uma *outro paradigma de mobilidade urbana, menos limitado e individualista, mais ecológico*.

Não por acaso, esta priorização do transporte coletivo figura, por exemplo, como artigo primeiro num programa de transição para uma mudança qualitativa de desenvolvimento, que Michael Löwy denomina de uma “sociedade ecossocialista”.²⁴⁹ Para Löwy, a tarifa zero tem um caráter subversivo, pois ao colocar em circulação o princípio da gratuidade, “se contrapõe à lógica capitalista, na qual tudo deve ser uma mercadoria”²⁵⁰. Por essa razão é um “conceito insuportável, inaceitável e absurdo para a razão mercantil”.²⁵¹ Como lembra o autor, trata-se de colocar um horizonte deliberadamente utópico e, ao mesmo tempo, construir no aqui e agora transformações que sejam portadores de uma “dinâmica de mudança”²⁵².

Pós-junho: ânimos transbordam para organizações da juventude

Os momentos politicamente intensos, como os vividos no pós-junho de 2013, produzem uma fermentação de novos agenciamentos, adensamento de interações entre atores antes distantes e um despontar de novos protagonistas. Ações coletivas desse porte abalam um cotidiano até então reproduzido como natural. Por hibridação e contágio de matrizes discursivas, renovam-se os repertórios de ação e, num espaço urbano onde se concentram pessoas e informações, esses processos se intensificam. Como já dissemos acima, isso não significa depositar em Junho a imagem de marco inaugural de uma renovação política, tampouco considerá-lo simplesmente como a origem das regressões vistas na segunda metade da década. Pelo contrário, nossa posição segue a de *compreendê-lo em suas contradições* – como uma “abertura societária” com “classes e ideologias cruzadas” –, de modo a identificar

²⁴⁹ Cf. LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo:ed.Cortez, 2005, sobretudo pp.59-ss.

²⁵⁰ Esses dois elementos, o caráter ecológico e a importância do princípio de gratuidade, já foram mencionados por Lowy em “Movimento Passe Livre”: <https://outraspalavras.net/posts/o-passe-livre-segundo-michael-lowy/>

²⁵¹ *ibidem*.

²⁵² Cf. LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: ed.Cortez, 2005, sobretudo pp.59-ss.

forças sociais que deram sentido e força aos anseios de radicalização democrática presentes naqueles dias convulsivos.

Como sugerira Paulo Arantes, podemos entender os momentos pós-junho na chave da “insurgência”²⁵³: “a insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta”.²⁵⁴ Pode-se dizer, sem grandes riscos, que essa “insurgência” no sentido de Holston marcara a experiência coletiva de uma parcela significativa da juventude em 2013 e nos anos seguintes. Algumas das forças jovens já eram relativamente consolidadas, mas tomaram aqueles eventos como uma abertura societária²⁵⁵. Sem pretensões exaustivas, podemos elencar três dessas forças jovens.

Uma primeira das forças mais expressivas é o Levante Popular da Juventude. O movimento nasce em 2006 no Rio grande do Sul através de ações ligadas à luta por memória, verdade e justiça, que visava trazer a público os crimes obscurecidos pelo regime civil-militar. O Levante se nacionaliza em 2012, mesmo ano em que recebe uma menção honrosa no Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República, pelas ações em defesa da memória. Junho de 2013 marca os ânimos da militância jovem, que vê nos transbordamentos das ruas uma janela de oportunidade. Não por outra razão, envolveu-se na luta pelo Plebiscito para Constituinte Exclusiva, que naquele momento poderia encarnar parte das esperanças transformadoras de junho. Em seguida, somaram-se noutras campanhas como das críticas à Copa de 2014 – “a Copa pra quem?” --, contra a redução da maioria penal e, após a ruptura institucional, em lutas pela soberania nacional e em defesa da educação pública, então em desmanche galopante.

Um de seus momentos altos são os acampamentos, tidos como sua maior plenária. A primeira edição(2012) levou 1.000 jovens à Porto Alegre, o segundo 3.000 à Cotia e no terceiro 7.000 jovens à Belo Horizonte. Os “acampas” funcionam como espaço de sociabilização intensificada dos jovens dos diferentes Estados e regiões, entre análises de conjuntura, oficinas de batucada, muralismo, palestras de referências intelectuais e políticas, além da atividade cultural e a cozinha coletiva. Em todas essas há tarefas pelas quais todos e todas circulam. Do acampa também se tira uma carta-compromisso; do terceiro merece destaque o comprometimento

²⁵³ Em *O novo tempo do mundo*, pp.379-ss.

²⁵⁴ HOLSTON, J. *Cidadania Insurgente*. São Paulo: Cia das Letras, 2013, p. 62

²⁵⁵ A análise de junho como abertura societária já se encontra em BRINGEL, Breno.

com a construção cotidiana do Levante Popular da Juventude como um movimento popular de massas nacional e que contenha toda a diversidade do povo brasileiro. Nos desafiamos a organizar cada vez mais jovens para a construção de um projeto de país, melhorando sempre nossa capacidade de atuar. Cada militante tem a tarefa de organizar uma célula. Intensificando o trabalho de base, a formação política e a divisão de tarefas, voltadas para a luta.²⁵⁶

O Levante reitera o caráter de movimento popular que se constrói cotidianamente, como “fermento na massa da juventude brasileira”, cujo tripé é constituído por formação, organização e luta. Com tal tripé, o Levante visa cumprir o objetivo central de reaver o denominado trabalho de base e, desse modo, valer-se de uma tradição de movimentos sociais que colocam no centro das dinâmicas sociais o conflito de classes e no horizonte um projeto popular que culmine numa “sociedade sem classes.”²⁵⁷

Em São Paulo de 2016, o Levante conta com 14 células relativamente estáveis. Entre as sediadas em instituições estudantis, estão a da USP Butantã, USP São Francisco (Fac. De Direito), PUC-SP, Mackenzie, Uninove, FMU e secundarista; já as organizadas pelo território estão a célula Centro, Americanópolis e Heliópolis na Zona Sul, Brasilândia na Zona Norte, Sapopemba na Zona Leste, além de Poá e Célula ABC.

O Levante ascende nas contradições do lulismo, reavendo o denominado trabalho de base – um déficit identificado por referências teóricas de espectros diversos. Uma palavra de ordem que sintetiza essa aspiração é “nossa rebeldia é ver o povo no poder”.²⁵⁸ Agir nessas contradições também implica chegar nos jovens que tiveram acesso ao ensino superior, público e privado, mas encontram adversidades nesses ambientes – elitismo econômico de privadas, elitismo intelectual e econômico de públicas -- e na entrada no mercado de trabalho. Não só nesses jovens, mas também nos que se reproduzem no denominado “exílio da periferia”²⁵⁹

Os anos 2010 não foram uma explosão apenas para o Levante Popular da Juventude. Outras organizações reacendem o movimento estudantil com ânimos renovados. Sem pretensão exaustiva, devemos incluir aqui pelos menos mais duas forças. A primeira seria o *Juntos*, que tem origem na São Paulo de 2011 como um jornal online feito pela e destinado à juventude. No mesmo ano organiza um primeiro acampamento e se soma à construção da

²⁵⁶ A carta-compromisso do “Terceiro Acampamento Nacional” está disponível em: <http://levante.org.br/blog/?tag=3acampa>

²⁵⁷ Estas diretrizes podem ser vistas no documento disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/CArtilha%20-%20trabalho%20de%20base.pdf>. Acesso em 08 abr. 2018.

²⁵⁸ Vale conferir o artigo de Jessy Dayane, coordenadora do Levante, “A saída para a crise brasileira e a retomada do movimento de massas”. Brasil de Fato, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/04/saida-para-a-crise-brasileira-e-a-retomada-do-movimento-de-massas/>

²⁵⁹ A expressão vem de SANTOS, Milton. *São Paulo, metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, 1990.

Rede Emancipa – movimento social de educação popular, uma importante iniciativa na qual caminham *pari passu* a educação e inclusão social. Seu projeto pedagógico está centrado – mas não somente – em cursinhos pré-vestibulares, em que o ensino “possibilite à juventude um espaço inovador de debate, criação e recriação do saber acerca do mundo e da vida”²⁶⁰. Em meados de 2010, já são mais de doze unidades na região metropolitana de São Paulo, entre bairros periféricos, territórios precários da cidade principal e de outras cidades como Osasco, Diadema, Taboão da Serra etc.

Não por acaso o Juntos se define como a geração que se formou no caldo do movimento das praças -- os indignados espanhóis, tunisianos, gregos, os estudantes chilenos --, nos termos deles um “novo momento do mundo”, diante do qual os jovens se colocam dispostos a construir “um mundo radicalmente novo”.²⁶¹ O Juntos, em suas publicações, reforça um caráter internacionalista das mobilizações, vislumbrando conexões entre iniciativas locais e as insurgências globais, como aquelas dos estudantes chilenos – uma referência para as juventudes jovens latino-americanas --, mas também correspondências com as que ocorreram em 2016 no Nuit Debout francês, ou mesmo em ondas feministas nos EUA e Oriente Médio²⁶².

Em linha mais próxima da do Juntos, outra organização traz um nome elucidativo, o *Rua*. Sua identidade “anti-capitalista” se fundamenta, podemos dizer, no reconhecimento de acordo de que nossas democracias são um regime socioeconômico que não representa 99% da população mundial²⁶³. Também para esses jovens, somente se pode pensar em liberdade numa sociedade pautada pela igualdade de condições de produção da vida. O *Rua* está com os demais na centralidade da divisão de classe, na interseccionalidade de opressões e na construção cotidiana de bases nas periferias espoliadas. Em especial, conduz uma pauta anti-proibicionista radicada nos argumentos interseccionais, compreendendo como a atual “guerra à drogas” se alia e se converte em dispositivo de criminalização da população pobre e negra periférica; ainda nessa frente, defende uma luta anti-manicomial. O *Rua* divide suas frentes entre antiproibicionista, estudantil e popular. E é nessa última que ganha destaque a luta pelo “direito à cidade”²⁶⁴

²⁶⁰ Cf. Rede Emancipa em: <https://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/>

²⁶¹ Cf. <https://juntos.org.br/quem-somos/>. Consultado em 21 de outubro de 2017.

²⁶² Cf. Por exemplo <https://juntos.org.br/2015/06/chile-em-defesa-da-educacao-publica-estudantes-transbordam-as-ruas-outra-vez/>; <https://juntos.org.br/2016/06/o-amanha-comeca-aqui-direto-de-paris-nuitdeboit/>

²⁶³ Cf. a Tese do *Rua* para o 52 Congresso da UNE. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/4eb36a_c42d3c5c27b546329029e0bf5a05b6cd.pdf

²⁶⁴ <https://www.movimentorua.org/cultura-popular-e-periferia>. Consultado em janeiro de 2018: “A frente de Movimento Popular do RUA surge com o objetivo de reunir nossa atuação em favelas, quebradas, comunidades e bairros de norte a sul do Brasil. São pautas da frente o direito à cidade, a arte e cultura, a educação popular, a moradia, as pautas de combate às opressões, o esporte, a violência policial, combate à guerra às drogas, a luta contra o

Tendo em vista esse caráter plural das três organizações jovens, vale fazer alguns esclarecimentos gerais. Podemos dizer que todas estas têm um perfil heterogêneo do ponto de vista de classes. Há aquelas e aqueles de renda familiar média e alta, que são jovens estudantes, parcial ou completamente dependentes das famílias do ponto de vista de seu autoprovisamento e com tempo livre para dedicação exclusiva à universidade. Há outros que, vindos de classes populares, desenvolvem trabalhos remunerados para se manter nessas mesmas universidades. E há ainda jovens estritamente trabalhadoras/es, seja porque não fazem curso superior ou porque já o terminaram.

Do ponto de vista da idade, há desde aqueles que estão terminando o ensino médio, com cerca de 17 e 18, até aqueles em torno de 30 e poucos anos. Por isso, “juventude” nesses grupos não é apenas o intervalo definido pela idade, tampouco pela passagem na universidade como estudante. “Juventude” e vida estudantil são um momento da vida de distanciamento do controle direto da família, de experiência de novas situações interpessoais e outros horizontes existenciais. Por isso, tal momento traz consigo a condição de abertura de possibilidades de transformação nas formas de vida. Nesse sentido, esses sujeitos compartilham da noção de que “juventude” é uma força renovadora, dinamizadora da vida social, que pode romper – não sem conflitos – com o que lhes foi dado e tem o potencial de construir se não um mundo novo, espaços apropriados a este²⁶⁵ A distância em relação aos círculos anteriores de sociabilidade também é importante para o impulso ao convívio no interior dos novos círculos. É no interior desses que partilham suas expectativas, angústias, necessidades, gostos, repertório linguístico e, desse modo, reforçam-se reciprocamente. Por conta dessas identificações, essas redes também passam a nortear, em grande medida, as escolhas éticas, profissionais e políticas dessas/es jovens.

Do ponto de vista da pauta da mobilidade, parece-nos inegável que esta ganha outro patamar de capilarização entre as juventudes, mas é muito importante lembrar que, diferente do Movimento Passe Livre, essas organizações que mencionamos aqui não dão exclusividade à mobilidade, tampouco à agenda urbana, mas se posicionam diante de políticas de escala nacional, além de defendem pautas e disputarem espaços próprios à juventude. Nesse sentido, *o fato de a mobilidade ganhar corações e mentes não implica*

latifúndio, as pautas indígenas e quilombolas e quaisquer outros temas que digam respeito à vida cotidiana das quebradas do país. Combatemos, a partir de nossa frente de movimento popular, a lógica de empreendedorismo social que disputa conosco a perspectiva de transformação da realidade da juventude periférica popular. Estamos presentes realizando projetos e criando espaços de resistências como a Casa da BXD, os cursinhos populares “Nós e Educar é Transformar, o Cine Campana e o Rap School”.

²⁶⁵ Esses traços que trazemos aqui já foram identificados e bem desenvolvidos em FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, sobretudo nas páginas 303 em diante. A nossa definição de juventude e estudante como categorias sociais está bastante de acordo com essa contribuição.

aumento na capacidade de efetivação dela como política urbana, sobretudo quando a conjuntura regressiva impõe outros desafios.

Do ponto de vista da identidade política dessas organizações, é arriscado aproximá-las de modo rápido, porque na disputa de espaços e instituições estudantis como Centros Acadêmicos, DCE's e a UNE, demarcam-se as diferenças mais do que os pontos comuns. O Levante tende a agremiar-se em frentes mais amplas e, na UNE, constrói o “campo popular”. Nessa linha, forma coalizões com as correntes de juventude do Partido dos Trabalhadores e, na conjuntura mais adversa pós-impeachment, com a majoritária da UNE, a União da Juventude Socialista(UJS). Já o *Juntos* e o *Rua* constroem um outro campo na UNE, denominado “oposição de esquerda”. Nessa linha, não fazem coalizões com o campo majoritário e dialogam menos com as juventudes do Partido dos Trabalhadores.

É importante lembrar que esses movimentos jovens impõem-se a difícil tarefa de realizar trabalho de base com uma aposta na ação coletiva, de modo a ampliar o campo do possível e, ao mesmo tempo, tem de manter-se atentos ao lugar de suas organizações na correlação de forças de âmbito nacional. Todos estão cientes de que chamar para si uma radicalidade transformadora exige também incidência e capilarização capaz de engendrar uma construção social com tal estatuto; noutros termos, nenhum deles quer ser tido como um “esquerdismo” infantil²⁶⁶. Tampouco querem – olhando para o outro polo – reduzir-se a um burocratismo institucional ou menos ainda a um pragmatismo *realpolitik* daqueles a quem pretendem se opor. Essas posições entre radicalidade transformadora e conformismo estão em constante disputa, são recolocadas e reavaliadas ano a ano, tese a tese, de acordo com as mudanças na conjuntura e com os novos agenciamentos dos atores sociais. É inviável essa pesquisa tentar determinar erros e acertos, perdas e ganhos das escolhas de cada um.

O fato é que combinar o impulso entre expansão na luta transformadora e reconhecimento de uma posição na correlação de forças nacional é um exercício árduo e constante; ele acontece mediante a colaboração de referências. Intelectuais, figuras públicas e quadros políticos cumprem esse papel de contribuir nos posicionamentos que influenciam a formulação de – estas por parte dos jovens – resoluções e teses. É importante que isso seja dito, também para *evitarmos uma posição teoricamente redutora ou até desonesta de dizer que tais referências e partidos “aparelham” essa juventude*; é mais justo dizer que tais referências produzem as análises históricas e avaliações de conjuntura. Em última instância, quaisquer

²⁶⁶ Nos referimos ao clássico texto de Lenin, “Esquerdismo: doença infantil do comunismo” porque é justamente este o termo com o qual jovens atacam-se uns aos outros em contextos de acirramento.

dessas são intencionalizadas, o que não impede que os jovens façam críticas e ponham em movimento o campo no qual orbitam ou então constroem.

O Levante, por exemplo, pauta-se sobretudo por diagnósticos e prognósticos da Consulta Popular e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁶⁷. Podemos definir tal posição, com Armando Boito, como um “apoio crítico” característico do campo popular. Trata-se de reconhecer avanços e apontar limitações dos governos petistas, “combinando de maneira complexa o apoio a tais governos com a crítica, a cobrança, a pressão e a luta”, o que para Boito fora a tática correta, sobretudo quando se tratou do momento da ruptura institucional (2016), quando setores considerados mais à esquerda recaíram num extremo que coincidiu com a posição da direita, pois permaneceram passivos à “violação da democracia”²⁶⁸. Esses movimentos do campo do “apoio crítico” buscam preservar sua autonomia relacional com uma distância de cargos e posições na máquina pública. Desse modo reforçam o caráter de movimento junto da sociedade que não passa aos governos. Isso os permite fazer críticas programáticas e formulações mais contundentes, mas não os impede de apoiar o campo petista em momentos chave.

Já o Juntos e o Rua se pautam mais pelas referências que, desde o início dos anos 2000, foram dissidência do Partido dos Trabalhadores e passaram a construir um outro campo da esquerda, mais distante e independente do campo popular, tanto no que diz respeito aos movimentos quanto aos partidos daquela constelação. Estão mais próximos da Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-Conlutas) e, ainda, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Como estão liberados de frustrações históricas geradas pela experiência petista, tendem a se colocar mais na posição da renovação e, pelos mesmos motivos, podem passar mais rapidamente a disputar lugares nos centros de decisão.

Ainda que todas essas organizações lutem por uma renovação política com ampliação democrática, o fato é que tais apostas abrem novas possibilidades e dificuldades. Como o Levante se mantém mais poroso aos movimentos urbanos protagonistas no ciclo de democratização pós-ditadura, como a Central de Movimentos Populares (CMP) e o MST – ainda o maior movimento social da América Latina –, seu enraizamento tende a ser mais rápido e amplo em bases organizadas nesse ciclo. Seu desafio é transitar nessas redes com o que nelas

²⁶⁷ A Consulta Popular é uma organização política e movimento social que surge em 1997 impulsionada, em grande medida, pelo MST, no intuito de enfrentamento à ofensiva neoliberal e, ao mesmo tempo, aglutinar militantes de esquerda refratários à disputa eleitoral. Entre seus fundadores, estiveram João Pedro Stédile, Plínio de Arruda Sampaio e César Benjamin. É da Consulta que o Levante retira o tripé fundamental formação/elaboração, organização e luta. Cf. <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>

²⁶⁸ BOITO, Armando. “O legado dos governos do PT”, In: Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo”. São Paulo, Fundação Lauro Campos/ Boitempo, p. 32.

ainda é mais consistente, evitando ter suas energias canalizadas em pleitos controversos do ponto de vista ideológico. Já o Juntos e Rua são favorecidos ao poderem se afirmar como uma renovação mais à esquerda, uma ruptura mais radical, pois consentem menos com conciliações feitas pelos movimentos pós-ditadura. Mas pela mesma razão de contarem menos com aqueles da geração anterior de lutas, enfrentam maiores desafios no enraizamento e difusão de seus movimentos; tais dificuldades, vale destacar, podem relacionar-se pouco com conteúdos políticos mobilizados, mas sobretudo pelas agruras cotidianas, infraestruturais, de manter e expandir uma organização política popular num país sob forte poder do atraso.

De nossa parte, manteremos a seguinte linha. Tratam-se de movimentos jovens em ascensão, cujos desdobramentos estão em aberto. Estão, portanto, no interior de um campo de possibilidades e limitações que vai ser construído na trajetória relacional com outros sujeitos sociais e no interior de um quadro feito de correlações locais, mas também nacional e mesmo internacional. Nesse momento, podemos compreender suas tendências mais gerais e repertórios, mas é em vão pretender fazer juízos categóricos sobre suas apostas.

Por ora, é importante nos voltarmos a outra questão, isto é, o que confere organicidade a esses movimentos de juventude? Não há uma inscrição formal de integrantes, tampouco a contribuição mensal, de valor simbólico, é obrigatória. Não há uma liderança carismática e de personalidade forte à qual reverenciam. O que mantém o tecido do movimento é, primeiro, um conjunto aberto de avaliações, valorações e narrativas sobre a realidade, que são condições de possibilidade do entendimento entre esses sujeitos. São os diagnósticos do momento histórico e as análises de conjuntura, interiorizadas pelos jovens, que orientam uma agenda de ações coletivas, projetos e estratégias. Segundo fator é a presença persistente nas ações e atividades, atos de rua mas também formações, reuniões de núcleo/célula. Isto é, são os vínculos criados na vida cotidiana. Essa partilha diária do movimento permite uma inserção mais coesa e orientada na história.

Reflexões sociológicas sobre outros grupos jovens periféricos nos ajudam, na medida em que reforçam traços percebidos nos coletivos estudados aqui. Como lembra Jonas Medeiros, com Joarez Dayrell, a juventude é vivida como um distanciamento da família, o “jovem passa a valorizar o grupo de pares como um espaço privilegiado de sociabilidade, de busca de novas atitudes e experimentação de novos espaços sociais, fazendo do grupo uma referência tipicamente juvenil”²⁶⁹. Forma-se, deste modo, o que os autores denominam uma “cultura juvenil”, cujos círculos de sociabilidade “cumprem funções positivas que não estão resolvidas

²⁶⁹ Juarez Dayrell, citado em CAMPOS, A. et al., p. 111.

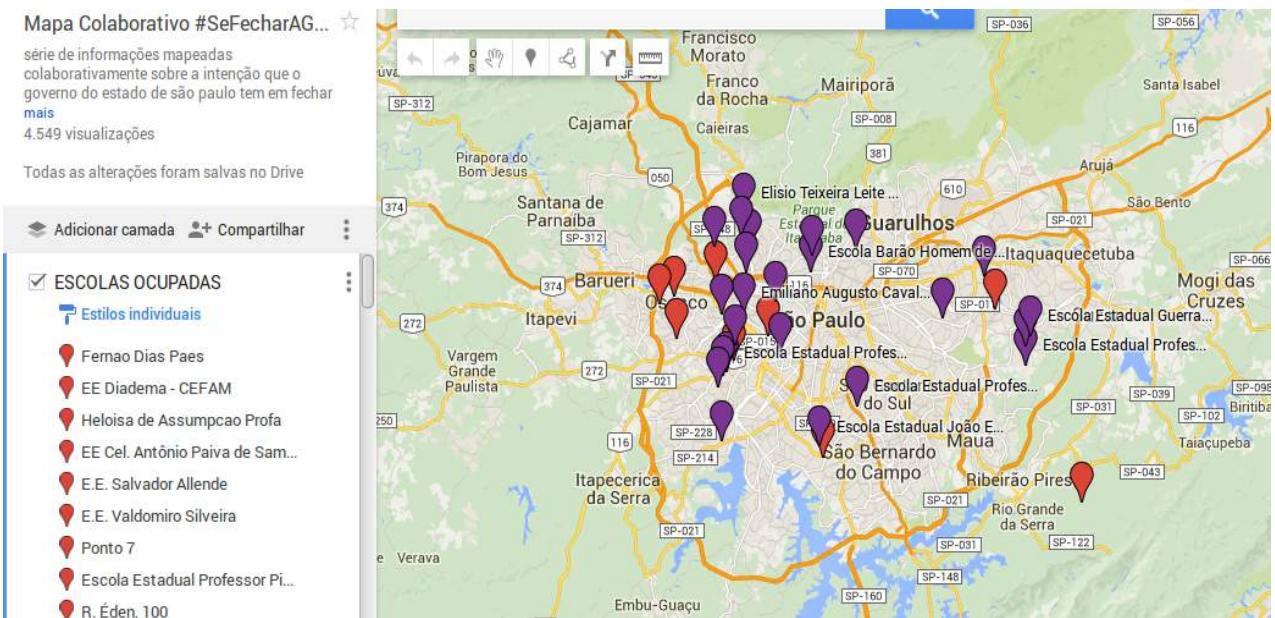
por outras instituições, significando espaços de autonomia e auto-estima para os jovens [...] [e] podem expressar novos valores em oposição e resistência a um código cultural-padrão”²⁷⁰. O que chamamos de um cotidiano em comum é muito próximo disse que Medeiros denomina com Dayrell de “cultura juvenil”.

Secundaristas e a rua como sala aberta

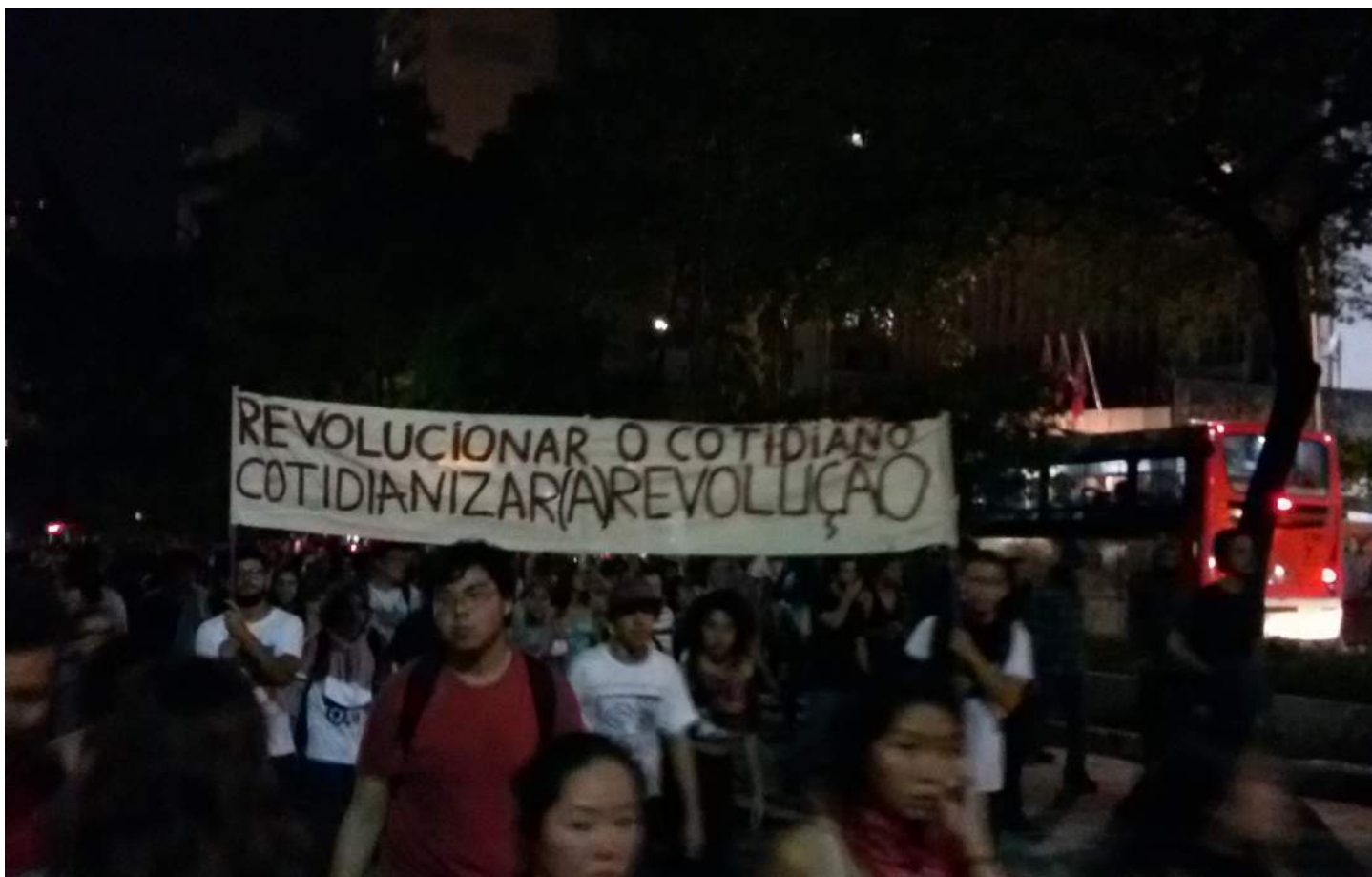
²⁷⁰ Ibidem, p. 112



8) Roda de conversa na ocupação da Escola Estadual Fernão Dias (2015). Foto: Paolo Colosso



9) Mapa colaborativo das ocupações secundaristas. São Paulo, 2015. Fonte: Google.



10) Ato dos estudantes secundaristas. São Paulo, 2015. Foto: Paolo Colosso

“Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar a moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas”(DO RIO, João. A alma encantadora das ruas).

"Se há uma especificidade de nosso presente, está nesse modo de vizinhança indecisa entre o militantismo político, a atenção às transformações das formas de vida e um mundo da arte que é marcado pelo cruzamento dos tipos de expressão e pela montagem de seus elementos mais do que por dinâmicas próprias às artes constituídas" (RANCIÈRE, J. *En quel temps vivons-nous?*, p. 48)

Em 2015, num quadro institucional já mais controverso, o clima de emergência traz à arena política grupos ainda mais jovens com outra pauta progressista: a defesa do ensino público. No estado de São Paulo, os jovens secundaristas, em grande medida influenciados pelo movimento chileno de 2012²⁷¹ ocupam suas escolas como forma de protesto contra um programa de “reorganização escolar” proposto pelo governo do Estado, que consistia em separar as unidades por ciclo de ensino por faixa etária(Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio) e previa, sob o argumento da diminuição da demanda pelo ensino público, fechar cerca de 90 escolas. Para além das justificativas controversas, o fato é que alunas e alunos seriam deslocados para outras unidades, mas isso não estava claro naquele momento. O cotidiano de

²⁷¹ A presença do movimento chileno se verifica de imediato. O primeiro panfleto, no qual constavam as orientações sobre “como ocupar um colégio”, que circulou na escolas paulistas, vem do denominado movimento dos pinguins.

muitas famílias seria afetado por uma decisão sem nenhum tipo de consulta prévia aos envolvidos. Era muito provável que, com o fechamento de turmas, problemas antigos ligados à superlotação de salas se acirrassem. A notícia se tornou estopim para as ocupações que, em menos de quinze dias, chegaram a 200 escolas da Grande São Paulo.

As/os jovens não apenas ocupavam, mas mostravam publicamente que estavam reabilitando, com zelo, aqueles espaços precarizados – e as más condições do ensino público é há muito partilhada no senso comum. Com isso, romperam estigmas conservadores iniciais e geraram uma onda de sensibilização de pais e vizinhos que passaram a doar alimentos para as ocupações. Professoras/es, pesquisadoras/es de outras instituições ofereciam aulas voluntárias e oficinas, a ponto de ser necessário abrir uma lista com inscrições online para a agenda cultural. Artistas e figuras públicas fizeram shows nas escolas ocupadas. Com essa multiplicação de apoiadoras/es, a mobilização transborda para protestos nos bairros, passeatas no centro da cidade.

O governo demanda ao Ministério Público uma reintegração de posse das escolas, o que é negado; na sentença, o juiz destaca que uma mudança de tal ordem deve contar com participação social.²⁷² O governo sofre um novo desgaste com o vazamento de um áudio no qual o chefe de gabinete do Secretário de Educação, numa reunião com Diretores/as de escolas, declara “guerra” aos estudantes.²⁷³

Já se entrava na quarta semana ocupações. Os jovens, por sua vez, redobram a aposta. Da articulação inventiva dessas táticas e sujeitos sai uma nova forma de ação direta, um aulão público junto do acampamento-vigília em frente à Fernão Dias, escola que, por conta de sua localização central, estava sob holofotes midiáticos e controle policial. O evento é rapidamente tido como um experimento a ser replicado. Como destaca a cartilha, “hoje a aula é na rua: e o primeiro ensinamento é como travar uma avenida”²⁷⁴. As orientações são: bloquear vias maiores em horário de pico, fazer cartazes, levar carteiras e mesas, solidariedade entre ocupações, registrar e divulgar os atos. E a palavra de ordem se parecia em muito com a dos protestos de 2013: “Se o governo não recuar, São Paulo vai parar”. Nos primeiros dias de dezembro de 2015 ocorreram atos em eixos estruturantes da metrópole, como a Av. do Estado na altura de Sto André, a Av. Nove de Julho, Av. João Dias, Rodovia Regis Bittencourt na altura de Taboão da Serra e a Av. Dr. Arnaldo. Os atos foram interrompidos duramente com bombas

²⁷² HEBMULLER, Paulo. “Secundaristas ocupam escolas e impõem raro revés a governo tucano”. Revista ADUSP, agosto 2016, pp.32-40. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/59/mat06.pdf>

²⁷³ O áudio da reunião é difundida pelos Jornalistas Livres. <https://www.youtube.com/watch?v=68qbymS6Xvc>

²⁷⁴ Cf. CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016, p. 237-ss.

de gás lacrimogênio e estilhaço, além de detenções a estudantes e professores. A escalada das ocupações continua, agora à prédios de Diretorias Regionais de Ensino. A tática de sair das escolas para outros espaços públicos dava certo, não apenas como multiplicar os protestos, mas para ganhar mais e mais apoiadoras/es, numa fração ampla da sociedade. É nesse momento que se efetiva uma ressignificação posta pelos secundaristas, a saber, *as ruas como salas abertas*.

Alguns dias depois, o conflito culmina na queda do Secretário de Educação do Estado e ao recuo do governador, que suspende o programa de reorganização escolar. E nesses mesmos dias, uma pesquisa do Datafolha registra que “ a popularidade de Alckmin despenca”.²⁷⁵

Para Ortellado, mas também para estudantes envolvidas/os, o movimento secundarista de 2015 fora “o primeiro desdobramento pleno de junho de 2013”²⁷⁶. Em entrevista, uma aluna salienta que, depois de 2013, “as pessoas se apropriaram de como fazer um ato, do porque de fazer um ato, da facilidade de fazer um ato, travar uma rua...Não é difícil. As pessoas veem o ato o tempo inteiro e isso fica no imaginário, né?”²⁷⁷ O trecho deixa claro que não se trata de um espírito insurrecional abstrato, mas de partilhar dessas experiências, direta ou indiretamente, numa história viva e presente; multiplicam-se marcos que formam um caldo efervescente de cultura urbana voltada à disputa dos rumos partilhados. É importante também perceber, por meio de relato dos próprios jovens, como se tratou-se de um momento intensificado, no qual aprendem em dias o que outras gerações demorariam talvez décadas.²⁷⁸

Outros aspectos já levantados por pesquisas recentes são dignos de nota. A mobilização dos secundaristas teve um caráter espontâneo, no centro e nas periferias da cidade de São Paulo. Em sua maioria, eram refratários às instituições do movimento estudantil organizado e a partidos, mas as experiências de politização tinham como antecedentes constelações de atores locais. Caetano Patta analisa um caso interessante no bairro José Bonifácio. A politização da juventude se deu no encontro de agentes culturais com um cursinho popular que, no pós-junho e no contexto das lutas contra a Copa, viu suas atividades se revigorarem.²⁷⁹ Depois de um

²⁷⁵ Cf. CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, op.cit, p. 281.

²⁷⁶ Idem, p. 15.

²⁷⁷ Ibidem, p. 71.

²⁷⁸ “Escolas ocupadas recebem artistas, músicos e apoiadores”. Rede TVT, 7 dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bakC7dDd1Pc>

²⁷⁹ No texto de Patta há um relato paradigmático de um garoto cuja família, no período da Copa, que elevou os preços da moradia no entorno do estádio, teve de se mudar de Itaquera para uma favela mais periférica. O jovem participou de atos contra a copa e foi agredido por policiais. Essa dupla experiência de perda de dignidade foi determinante para a politização do jovem. Cf. PATTA, Caetano. *Contestando a Ordem: um Estudo de Caso com Secundaristas da Zona Leste Paulistana*. Dissertação de Mestrado na FFLCH-USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017, p. 88-ss.

período sendo organizado pela Uneafro, com professoras/es jovens vindos de universidades do centro, o cursinho foi levado para um ponto de cultura e organizado pelo Coletivo Malembe, que nos termos de um de seus integrantes, fazia “do engajamento em torno da questão educacional uma “luta territorial”. Isto significaria, lembra Patta, “ser perpassado pelas múltiplas questões do seu entorno, refletindo e atuando sobre elas”.²⁸⁰ A questão central, obviamente, era a superação de barreiras dos jovens – o trabalho, mas também violência, discriminação étnico-racial -- para se ter acesso à universidade, uma oportunidade aberta no período, mas também as os riscos de cursar um ensino superior e manter-se em trabalhos considerados ruins.²⁸¹ O cursinho foi local da sociabilidade intensificada e também de debates, dos quais participavam integrantes de outros cursinhos, da Rádio Varzea e também do Movimento Passe Livre. Tais atores, lembra Patta, estavam fora do campo de influência do Partido dos Trabalhadores, mas estiveram diretamente ligados à ocupação da Escola Estadual Victor Jara.²⁸² A notícia da reorganização escolar chega ao cursinho através de um aluno, cuja mãe era inspetora dessa escola.

Como lembram seus comentadores, as transformações já se apresentam imediatamente na postura dos secundaristas em relação ao ensino. Grêmios estudantis mais horizontais e desvinculados de partidos são fundados em dezenas de escolas; a dinâmica das aulas tem sido alterada, com maior participação dos estudantes; pais se sentem mais aptos a cobrar e controlar as direções das escolas²⁸³. Nesses momentos intensos se forjam novas subjetividades políticas, reforçam-se outras tantas; processos entre os quais muitos dos frutos ainda nos são imprevisíveis.

Em 2016 ocorre uma nova onda de mobilizações de estudantes secundaristas. Em Goiás, ocuparam a Secretaria de Educação contra a entrega de escolas à gestão privada via “Organizações Sociais”; foram reprimidos com violência que ganhara atenção nacional. No Rio, denunciaram a falta de recursos para a educação. No Paraná, foram confirmadas 792 escolas. A onda irradia para todas as regiões o Brasil, com ocupações do Rio Grande ao Ceará, totalizando cerca de 1.000 mil escolas, 150 universidades e Institutos Federais. Em alguma medida, estas

²⁸⁰ O trecho do professor integrante do coletivo e a citação em seguida se encontram em PATTÁ, p. 93.

²⁸¹ Ibidem,

²⁸² Com esses relatos, Patta corrobora a hipótese de Lincoln Secco, em cujo texto de situação a respeito do fenômeno secundarista e sua relação com o impeachment de Dilma Rousseff, salientava a gravidade da situação: “o governo [do PT] caminhou tanto à direita que perdeu parte do apoio que tinha nos movimentos sociais e não recebeu nenhum alívio de seus opositores do mundo oficial da política”. SECCO, L. “Trabalho de Base”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/03/o-trabalho-de-base>.

²⁸³ Ponderações de Pablo Ortellado na apresentação ao *Escolas de Luta*, p. 13.

tinham em comum a resistência às propostas de congelamento nos investimentos em educação (PEC451) e contra mudanças na grade curricular impostas à toque de caixa pelo Governo Federal, sem diálogo com a população nem com especialistas. Em São Paulo, havia ainda uma pauta específica, ligada a casos de desvio de merendas. Os jovens ocupam a plenária da Assembleia Legislativa do Estado, protagonizando a luta pela instauração de uma comissão parlamentar de inquérito, exigindo a investigação de casos de desvios de verbas no provimento das merendas das escolas públicas.²⁸⁴ A mobilização foi batizada pelos estudantes de “primavera secundarista”.

Seus mapas colaborativos online, a convocação de aulas públicas e manifestações culturais pelas redes ampliaram significativamente o envolvimento de diversos simpatizantes que, mais cientes das questões, conseguiram se livrar da narrativa dominante de criminalização e vislumbrar ali uma fonte de esperança em lutas cidadãs. Nos termos do filósofo Peter Pál Pelbart, a mobilização dos jovens foi um dos gestos coletivos mais ousados na história recente do Brasil; algo que “destampou a imaginação política em nosso país”²⁸⁵ Isso não significa, lembra Pelbart, uma atividade sonhadora e desconectada, mas sim a capacidade de conectar as forças dadas numa situação e em seu entorno com as potências internas dos próprios sujeitos.²⁸⁶ É digno de nota que, entre os secundaristas, veiculam palavras de ordem que se remetem à irreverência juvenil do dito Maio de 68: “revolucionar o cotidiano, cotidianizar a revolução”.

Talvez poucos secundaristas estivessem presentes nas ruas em 2013, mas a “contiguidade contagiosa”²⁸⁷ se mostrara fecunda, entre outras razões, nessa combinação virtuosa entre impulso horizontalista, apelo pragmático a uma pauta concreta, ancorado na demanda por um direito – nesse caso, à educação pública. Em termos mais concretos, esse transbordamento se verifica se percebermos que, após a onda de ocupações escolares em 2015, essa categoria etária, “secundaristas”, difunde-se entre autônomos e organizados nos movimentos acima – Rua, Juntos, Levante, UJS e outros – esses sim, presentes desde o estopim daquele ano.

Não por acaso, quando em 2017 o então prefeito de São Paulo, João Dória Junior, corta pela metade o passe livre de estudantes, de modo que possam ir e voltar da escola, mas não deslocar-se para quaisquer outro ponto da cidade, a notícia dada no período de férias escolares deflagra uma onda de ações nas ruas. Mas em 2017 a conjuntura é de estreitamento ao

²⁸⁴ Uma análise mais detida das mobilizações secundaristas de 2015 se encontra em CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

²⁸⁵ PELBART, Peter P. *Carta aberta aos secundaristas*. São Paulo: n-1 edições, 2016, p.5

²⁸⁶ *ibid*, p. 7

²⁸⁷ Cf. ARANTES, Paulo, *O novo tempo do mundo*, p. 362

conservadorismo. O governador paulista nomeara para Secretaria de Educação um desembargador com bom trânsito na comunidade jurídica. A polícia já está instruída e legalmente respaldada a desfazer em poucas horas qualquer ocupação de escola, o controle nos atos é mais ostensivo. Sente-se que os poderes local e estadual estão bem menos porosos às reivindicações. A esse quadro adverso, soma-se o fato de que secundaristas autônomos e organizados se estranham por questões de encaminhamentos nos atos de rua, o que enfraquece a mobilização. Mas algo inusitado acontece. Cerca de cinquenta jovens, secundaristas e universitários, entre organizados e alguns autônomos, ocupam a Câmara dos Vereadores de São Paulo. Não menos potente e simbólico é que os estudantes se apropriam do painel eletrônico, com palavras de ordem como: Câmara Ocupada, #PasseLivreFica, #ContraPrivatização; este último referindo-se à linha declaradamente neoliberal do prefeito. O ato de grande irreverência ganha repercussão imediata na opinião pública, apoio de algumas vereadoras e vereadores. Fora um momento de ação convergente, onde as organizações reconheceram a necessidade, diante da adversidade, de agir conjuntamente. Os jovens permaneceram estancados no salão principal da Câmara, sem acesso a banheiros e acesso restrito a mantimentos, o que facilitou o esvaziamento em pouco menos de 24 horas.

Ainda que a tendência às regressões e fechamento – no que diz respeito à política institucional – se acentuem na segunda metade da década de 2010, a reconfiguração aberta em junho de 2013, a multiplicação de ações nas ruas em 2014 e a organização secundarista mais recente formam um caldo de experiências coletivas progressistas ao movimento estudantil brasileiro, de modo que a juventude volta a se ver chamada a lutar coletivamente por seu futuro – seja pela melhora ou pela garantia mínima dele. Volta também a atenção e a necessidade de pensar a juventude como uma força na disputa da correlação de forças, na produção de narrativas e contranarrativas acerca da vida social.



11) Jovens ocupam Câmara dos Vereadores contra o corte do passe livre estudantil. São Paulo, 2017. Foto: Levante Popular da Juventude.

Conexões geracionais

O que viemos relatando até aqui deve evidenciar em que medida junho de 2013 e seus anos seguintes significaram uma abertura societária e explosão de lutas urbanas plurais, confluências de forças ambíguas, mas com um destaque para o protagonismo e pautas da juventude.²⁸⁸ Há obviamente a entrada em cena de inúmeros novos personagens, cujos papéis ainda não sabemos quais serão, mas cujo repertório de ação e enquadramento interpretativo já são mapeáveis.²⁸⁹

A imagem da ocupação da Câmara dos Vereadores em 2017, em defesa do passe livre estudantil, é uma boa síntese de nosso argumento. Podemos compreender essas

²⁸⁸ Muita tinta ainda vai ser impressa para reconstituir o fenômeno junho. Mesmo no campo progressista, há setores para os quais 2013 foi o momento inicial da ruptura institucional de 2016. Não nos deteremos nesse trabalho hercúleo e talvez inglório. A tese desenvolvida aqui não é incompatível com essa acima, desde que nos mantenhamos cientes de que um evento daquela magnitude é sobretudo ambivalente e polissêmico, com desdobramentos e apropriações em todos os espectros políticos. Aceitamos ainda a tese acima, mas desde que ponderada por dois pontos: i) uma análise detida da eleição presidencial de 2014, quando a oposição vencida, dias seguintes, passa a buscar modos de desestabilizar o governo, com pedido de recontagem de votos, cartas e áudio do então vice que “vazam” à imprensa, pedidos diversos de impeachment, até que uma recomposição conservadora permite um acordo nacional para inviabilizar a president; ii) a análises terão de ir para uma análise geopolítica sobre as interações de atores locais com a inteligência estadunidense e, ainda, a desestruturação das esquerdas na América latina ao longo dos anos 2010.

²⁸⁹ A expressão citada é dos próprios jovens e se encontra, junto com os números mencionados, em: <<http://levante.org.br/blog/?p=1280>>.

aproximações e interações na chave das questões “geracionais”, estudadas por Karl Mannheim²⁹⁰. Não podemos dizer que há uma “unidade geracional”, porque não se forma nos sujeitos acima um grupo com alinhamento consistente e sem diferenças, com perspectivas e posições políticas unívocas.²⁹¹ Por exemplo, essas forças traçam estratégias distintas em termos da relação com instituições de representação estudantil. Parte dos secundaristas entendeu na época que a União Nacional dos Estudantes foi oportunista em 2015, pois se valeu do momento de efervescência para ir até as escolas, o que não ocorria com frequência anteriormente. Nessa linha, muitos ex-secundaristas não frequentam os espaços da UNE. Forças como o Juntos e o Rua compõem a UNE, mas constroem uma linha de oposição sem diálogo com o campo majoritário da UJS. Já o Levante da Juventude aposta na necessidade de “ocupar a UNE”, o que significa dialogar e, depois da ruptura institucional de 2016, fazer coligação com a majoritária, mas com crítica programática e sistemática das práticas pouco transparentes nas quais esta força esteve envolvida em momentos da construção da UNE. Há ainda os que integraram a majoritária, a UJS, na tentativa de formar uma geração de renovação desses quadros.

Portanto, não podemos conceber uma “unidade geracional”, mas podemos considerar que há uma “conexão geracional” em torno, por exemplo, da pauta da mobilidade, bem como numa certa afinidade no repertório de ação dos jovens. Ainda com Mannheim, podemos dizer que tal conexão ocorre na medida em que a experiência social recente – em seus bloqueios e janelas de possibilidades -- os marcaram com uma tendência pelo menos próxima, o que os colocaram em interações e em participação num destino coletivo comum, assim como partilharam de conteúdos que estão relacionados de alguma forma.²⁹² Por isso, mesmo que

²⁹⁰ Nos valem aqui do conceito de geração de Karl Mannheim em «The Sociological Problem of Generations». Em P. Kecskemeti (Ed.). *Essays on the Sociology of Knowledge*: Routledge and Kegan Paul, Londres, 1952, pp. 276-322. Mas mais especificamente de seu “conexão geracional”, o que nos permite entender em que medida uma experiência coletiva pode marcar um grupo social, de modo que esse construa significados comuns, mas sem que esses grupos se tornem um bloco unitário, o que os coloca em posições vizinhas, mas diversas. É suficientemente elucidativo o artigo de Wivian Weller “A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim”. Outro autor que tem trabalhado a noção de geração para pensar os desdobramentos pós-2013 é Rodrigo Nunes, em “Geração, acontecimento e perspectiva: pensar a mudança a partir do Brasil”. Em: *Nueva Sociedad*, n. 251, 5-6/2014, dezembro de 2014, disponível em <www.nuso.org/upload/articulos/4027_1.pdf>. Os desdobramentos de Nunes são outros, mas já é sintomático a mobilização dessa referência

²⁹¹ MANNHEIM: “Estas [unidades geracionais] se caracterizam não só pela livre participação de diferentes indivíduos em vivências coletivas, que, no entanto, adquirem para si o caráter de acontecimentos distintos, mas por uma identidade de repostas; uma certa afinidade no modo como todos se movem e se formam numa experiência em comum” *ibidem*, p. 306

²⁹² Há uma passagem de Mannheim bastante elucidativa a respeito dessas distinções: “Enquanto que a afinidade para a posição geracional seja apenas algo de caráter potencial, uma conexão geracional é constituída através da participação, dos indivíduos que pertencem à mesma posição geracional, no destino comum e nos conteúdos de conexão que, de alguma forma, formam parte disso. As unidades geracionais específicas podem nascer, então, dentro dessa comunidade de destino. Essas unidades geracionais são caracterizadas não só por significar várias conexões de eventos ligados em uma participação compartilhada fraca experimentada por diferentes indivíduos, mas também

não tenham uma mesma linha política, tendem a um coesionamento mais volúvel no próprio desenrolar da ação.

Se de um ponto de vista próximo as diferenças entre esses jovens são bastante marcadas, porque disputam os mesmos espaços no movimento estudantil, de um ponto de vista histórico mais distanciado há afinidades e “conexões geracionais” bastante visíveis. Todas elas atentam para o cotidiano sofrível das classes trabalhadoras urbanas precarizadas, mas já consideram que, na reprodução das relações sociais, há uma integração do conflito de classes com outros eixos de poder e subordinação. As organizações jovens não tem uma posição homogênea e assertiva de preferência pela noção de “interseccionalidade”, que remonta aos feminismos negros de Angela Davis e Kimberlé Crenshaw ou pela noção de “consustancialidade” do feminismo marxista de Daniele Kergoat e o de Heleiette Safiotti.²⁹³ Não é isso que distancia esses movimentos. No geral, reconhecem que há distinções entre os conceitos, mas o importante é menos a disputa pelo termo do que reconhecer que em nossa formação econômico-social há uma interação estrutural de camadas de opressão, um nó entre a dominação de classe, a discriminação racial de origem escravocrata e o patriarcado. Em síntese, deve-se enfrentar tais opressões conjuntamente.

Dito mais concretamente, está claro para todas essas organizações que, em termos concretos, a população com trabalhos precários é racializada, são em sua maioria os negros e negras. Pelas mesmas razões, as que enfrentam mais dura subalternização são as mulheres negras, com jornada dupla ou tripla, cujas energias se destinam ao cuidado do lar, dos filhos e ao emprego, onde recebem salários menores do que os dos homens com mesmo grau de instrução; essas mesmas mulheres negras são as que mais usam os transportes coletivos precários e sofrem assédios diários – por conta de uma hiperssexualização de seus corpos.

Em certa medida, todas essas organizações compreenderam que tais abismos se espacializam, isto é, as periferias são em grande medida a concreção dessas camadas de

porque significam uma maneira de reagir unitariamente - um "agitar juntos" e uma maneira de configurar que são moldados por um senso semelhante - dos indivíduos que são (na medida em que estão) diretamente ligados a uma certa conexão geracional"[...] Dentro da mesma conexão geracional, podem ser formadas várias unidades geracionais que lutam entre si a partir de posições polarizadas. Pois bem, essas unidades constituirão uma "conexão" precisamente quando estiverem em sintonia entre si, ainda que se combatam (pag 306 do inglês; 225 da versão em espanhol). Vale lembrar que, para Mannheim, a "posição geracional" diz respeito à experiência comum, contemporânea, sem ainda uma constituição em termos de interação coletiva, mas apenas em potencial. Assim como uma situação de classe ainda não é a constituição de classe propriamente dita.

²⁹³ Tampouco nós temos condição de adentrar nessa seara dos debates feministas. Vale lembrar, apenas, de alguns textos fundantes dessas correntes. O *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis (1981); Crenshaw, Kimberlé W. (1989), “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics” (1989). De Danièle Kergoat, o artigo “Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale”(1978). De Heleiette Safiotti em “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Um bom balanço e ajuste de contas dessas tradições se encontra em Helena Hirata, no artigo “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consustancialidade das relações sociais”(2014)

opressão e invisibilização. Mas a formulação inversa também é válida, isto é, os sujeitos subalternizados pela classe tem cor, gênero e local de origem, são os que foram historicamente lançados às periferias. Nesse sentido, a divisão social do trabalho é também racial, sexual e espacial urbana. A luta contra essas desigualdades só pode ser também uma luta por outro modelo de sociabilidade, de urbanização e de vida urbana.

A mobilidade é uma outra conexão geracional que aproxima esses movimentos. Ainda que não tenham a pauta da mobilidade como única ou prioritária, como é o caso do MPL, todos esses movimentos acima – Rua, Juntos e Levante -- entenderam a importância dessa agenda para a juventude e para a classe subalterna precarizada; todos estão nos atos contra aumento de tarifa, fazem formações a respeito e chamam plenárias com referências intelectuais e políticas no assunto.²⁹⁴

Já em 2011, em suas primeiras publicações, o Juntos demonstrava apoio a “uma política como a dos 4000 jovens que vão às ruas de São Paulo dizer não a um aumento absurdo da tarifa do transporte público”.²⁹⁵ Destacam que o aumento, acima da valorização do salário mínimo, impacta a vida cotidiana dos cidadãos e convoca a juventude aos protestos.²⁹⁶ Desnecessário dizer que todos esses jovens estiveram nas manifestações de Junho de 2013 e produziram materiais a respeito naquela conjuntura. O Rua, num Encontro Nacional de Educação em 2014, faz circular um panfleto em que enfatiza:

Na mobilidade urbana e na educação, encontramos uma situação semelhante em nosso país: ao mesmo tempo em que ambos são compreendidos no discurso oficial como direitos, na prática, estão condicionados em seu acesso, qualidade e funcionamento pelo lucro. Assim como precisamos pagar caro para garantir a nossa movimentação pela cidade, uma educação de qualidade só é acessível para quem pode pagar por ela; da mesma forma que o transporte mais precário é reservado às (aos) mais pobres, das(dos) mais pobres também são as piores escolas; se nossas ruas estão engarrafadas por veículos individuais – em detrimento do transporte coletivo, social e ecologicamente mais sustentável – porque é mais lucrativo para o grande capital, também a educação privada se prolifera em função do lucro. Por isso, as lutas educação e transporte públicos, gratuitos e de qualidade constituem uma só luta, uma luta anticapitalista [...]Tarifa zero nos transportes é fundamental para os estudantes irem até as escolas e universidades.²⁹⁷

²⁹⁴ A título de exemplificação, vale elencar aqui alguns artigos nos anos pós-2013. No site do Rua, de 2016: <https://www.movimentorua.org/blog/tag/Passo%20Livre>. Um do Levante Popular da Juventude, de 2015: <http://levante.org.br/blog/?tag=passo-livre>. Uma campanha do Juntos contra o corte do passe livre estudantil em 2017: <https://juntos.org.br/passelivre/>. O Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a UBES, contou com uma conferência de Lúcio Gregori, ex-secretários dos transportes na gestão Erundina e idealizador do projeto Tarifa Zero: <https://ubes.org.br/2017/lucio-gregori-transporte-publico-hoje-tem-papel-segregador/>

²⁹⁵ <https://juntos.org.br/2011/04/acampamento-do-juntos-traz-a-juventude-para-a-luta/>

²⁹⁶ Na ocasião, lembram, o salário mínimo aumentou 5,5%, a tarifa 11% e, no mesmo período, os vereadores de SP votaram um reajuste de 62% para si próprios. <https://juntos.org.br/2011/01/contra-o-aumento-das-passagens-em-sao-paulo/>

²⁹⁷ Extraído de panfleto do Rua que circulou no Encontro Nacional de Educação de 2014.

Importante frisar como a mobilidade urbana não é um tema setorial ou técnico, como poderia ser tratado em círculos de especialistas. Para esses jovens, a dificuldade de se deslocar e acessar os bens urbanos tem afinidades com o que ocorre na educação, a saber, uma defasagem entre um arcabouço legal no qual se prevê este direito²⁹⁸ e a realidade social que bloqueia o acesso ao mesmo. Ainda segundo o excerto do Rua, há afinidades entre uma economia política que rege a educação pública e aquela do transporte público; e mais, ainda, há uma afinidade entre a defesa da primeira e a garantia da mobilidade. Esses jovens organizados compreendem o caráter transversal das contradições sociais que os colocam em situação de bloqueio, tanto na mobilidade urbana quanto no acesso à educação. Nesse sentido, não é uma projeção nossa dizer que, na formulação desses jovens, já subjaz o que dissemos anteriormente, isto é, *de que a mobilidade urbana é sentida como indissociável da mobilidade social*.

Quando de um novo aumento nas tarifas em 2016, um artigo do Rua retoma o fenômeno Junho e reforça nosso argumento sobre a mobilidade atravessar uma geração – as ditas conexões geracionais.²⁹⁹ Segundo as autoras, Junho colocou o Brasil “na rota internacional dos indignados”³⁰⁰ que se insurgiram contra “os problemas cotidianos, com os partidos da ordem e as instituições democráticas”. Em tom de convocação para os atos da semana, destacam que junho “consolidou uma nova geração de lutadores e mostrou que mover-se é importante, que assim é possível conquistar vitórias”. Lembra que os ventos de junho sopraram na luta dos secundaristas e na primavera feminista e, ainda, que “a RUA passou a ser o principal lugar da cidade”.³⁰¹

Evento que merece destaque envolvendo o Levante da Juventude e a questão da mobilidade ocorreu em julho de 2017. Em frente à residência do prefeito João Dória – monitorada por

²⁹⁸ Vale lembrar que a Educação é um Direito Constitucional. A mobilidade se torna um direito pela lei federal 12587/2012.

²⁹⁹ MOVIMENTO RUA. “O aumento da tarifa veio quente ... nós já ta fervendo”. 8 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.movimentorua.org/single-post/2016/1/8/O-aumento-da-tarifa-veio-quente%E2%80%A6-Nois-j%C3%A1-t%C3%A1-fervendo>

³⁰⁰ Vale trazer o trecho completo: “A precarização da vida do povo brasileiro é uma realidade cada vez mais insuportável que colocou o Brasil na rota internacional dos indignados, onde milhares de pessoas foram às ruas nas manifestações de Junho de 2013, que também não era só por 0,20 centavos, mas uma indignação generalizada da população com os problemas cotidianos, com os partidos da ordem e as instituições democráticas. Foi Junho de 2013 que consolidou uma nova geração de lutadores e mostrou que mover-se é importante, que assim é possível conquistar vitórias. Não à toa vimos em 2015 a RUA ser o principal lugar de disputa das mentes e corações, e ainda hoje seguimos disputando com os setores da direita e governistas. Junho de 2013 ainda sopra seus ventos forte e fez emergir a luta dos secundaristas de São Paulo, Goiás, a Primavera Feminista, a luta contra o genocídio do povo negro e o #ForaCunha. Sem dúvidas, a RUA passou a ser o principal lugar da cidade”.

³⁰¹ Outro evento diretamente mobilizado pelo RUA e que merece uma nota aqui aconteceu no Rio de Janeiro em 2018. Os jovens participam ativamente na produção da Lei de Passe Livre estudantil intermunicipal para jovens de cursinhos populares. O projeto sofre veto, mas em seguida é sancionado.

câmeras e protegida por uma viatura da Guarda Civil militar –, o Levante monta um teatro, onde o protagonista põe em oferta bens públicos e patrimônios da cidade; a peça é musicada por canções que enfatizam um caráter elitista de um gestor que corta direitos no transporte estudantil (o passe livre de secundaristas), na alimentação de crianças de primeira idade e nos subsídios a coletivos culturais periféricos. Fora o que o Levante denomina de “escracho”, sobre o qual voltaremos adiante.

Podemos dizer que, para todos esses jovens, a experiência da imobilidade atualiza outras elaborações a respeito de um conflito mais fundamental com a qual compreendem a sociedade, isto é, o conflito de classe, raça e gênero é também uma disputa pelo espaço urbano e suas centralidades. A mobilidade, enquanto potencial de deslocamento e acessibilidade, é parte fundamental dessa disputa desigual a respeito de recursos públicos, do controle do próprio tempo e da possibilidade de intervir nas decisões coletivas.

Há outro fenômeno interessante, de forte conteúdo geracional e que mostra em que medida uma mesma conjuntura pode comportar tempos que apontam para direções contrárias. Após o impeachment de 2016, o quadro de desmanche de políticas sociais impacta imediatamente parcelas significativas de estudantes que perdem a possibilidade de cursar uma universidade, porque subsídios e programas federais foram cortados. Mas nesses mesmos anos ganha força uma pauta do movimento negro jovem, que é a adoção de cotas étnico-raciais em universidades públicas, historicamente elitizadas, de difícil acesso à população negra que se perpetua em postos e posições subalternizadas. Tal medida é tomada pela Faculdade de Arquitetura e pelo curso de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) em 2016. Em 2017, depois de negociações intensas, o mesmo acontece na Faculdade de Direito da USP, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e também na faculdade de medicina da USP Ribeirão Preto. No meio do ano de 2017, o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo segue essa tendência e aprova a instituição de cotas raciais e sociais em toda a universidade, uma virada considerada histórica para a instituição ainda fortemente restrita às elites.³⁰²

Em todos os casos a medida não foi adotada sem antes uma pressão persistente protagonizada pelos coletivos de jovens negras e negros, organizada junto das forças simpatizantes do movimento estudantil e, em alguns casos, com apoio de professores. São espaços que se abrem para uma outra etapa na universalização do ensino público de qualidade

³⁰² <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/07/1898485-conselho-da-usp-aprova-cota-de-50-para-alunos-de-escola-publica-ate-2021.shtml>

mais próximo da realidade das maiorias. E também é o caso de lembrar que a força social obtida nesse novo patamar das lutas tem como precedente, em alguma medida, a abertura gerada pelas políticas de ampliação do acesso ao ensino nos anos 2000.

Ao que tudo indica, ainda serão bastante válidas análises deste momento, de 2016 em diante, na chave da coexistência de tempos desencontrados, múltiplas camadas, aberta por Martins a partir de Lefebvre. Tal chave consegue compreender como as políticas do cotidiano e dos espaços urbanos conflitam, tensionam a orientação geral dos centros de decisão.

Nos tópicos anteriores reconstituímos algumas das forças mais expressivas que compõem esse quadro dos movimentos sociais urbanos, com suas identidades coletivas próprias. Nesse tópico as noções ligadas à questão da geração – posição, conexões e unidade geracionais – nos ajudam a compreender afinidades e solidariedades mais sutis entre os jovens que protagonizam as lutas na cidade. Os tópicos a seguir vão nessa linha. Vamos mapear práticas estético-políticas características de uma força jovem, sem perder de vista que tal repertório é absorvido explicitamente ou de modo sub-reptício por outras forças. A análise entra, portanto, num terreno pantanoso que é trazer um repertório partilhado entre personagens quem nem sempre gostam de se ver aproximados, já que no cotidiano os movimentos costumam disputar os mesmos espaços e demarcar suas respectivas identidades coletivas.

“Espírito de carnaval”: o êxtase no viver juntos a cidade aberta

As emoções, uma vez que são moções, movimentos, comoções, são também transformações daqueles e daquelas que se emocionam (DIDI-HUBERMAN, *Emoção? Que emoção?* p. 38)

“Quando o povo canta, luta mais valente

Quem é do samba, fica com a gente

Batucada chapa quente”

(Samba-enredo 2015 da Batucada Carlos Marighella- Levante Popular da Juventude de SP)

É de se esperar que o deslocamento da política institucional para o cotidiano urbano não se dê sem uma série de transformações em códigos e protocolos, na forma das tomadas de decisão e de criação de vínculos. Instaura-se um outro universo linguístico e prático. A presença nos espaços públicos tem um papel central, ao permitir aproximar emoções que a principio

parecem distantes, como negatividade e gozo, resistência e inventividade, liberação subjetiva e reforços recíprocos.

Numa análise em que o sujeito do conhecimento está isolado, cuja razão está pretensamente livre de qualquer contaminação por paixões, essas combinações são vistas ora como alienação, ora como esmorecimento da ação coletiva e da militância. Mas isso não se verifica no vivido desses mais novos personagens, para quem conhecimento crítico e ludicidade se constelam em ações estético-políticas contagiosas e de grande apelo popular.

Um operador que condensa essa polissemia é o que Paulo Arantes denomina “espírito de carnaval”.³⁰³ Festa aqui é uma liberação em relação a um cotidiano espoliativo, feito de trabalho como sacrifício, maçante, em torno do qual se desenvolve uma série de relações impessoais, submete-se a uma série de autoridades que nem sempre se mostra digna de tal posição. A festa é uma negação dessas relações e uma celebração. E como essa negação não é evasiva, mas uma confrontação, a festa não é um esvaziamento das emoções da luta, mas um alimento para o ânimo jovem que subverte organizadamente, destitui e desobedece, mas também demanda uma reestruturação da vida cotidiana.

Há um refrão amplamente utilizado em diversas canções, que é bastante elucidativo: “No poder só tem playboy/ A crise é dos ricos e os pobre é que se fode”. Remete-se diretamente ao fato de que os governantes, sobretudo em tempos de adversidade, visam concentrar o poder para as elites econômicas e, no limite, coincidem com elas. No entanto, os ônus da crise – entenda-se as políticas de austeridade -- são transferidos ao grosso da população. A ideia dos “outros 99%” usada pelos Occupy é novamente elucidativa.

Há outra canção dançada na qual temos signos operadores análogos, mas agora mais gerais:

Para avançar

Tem que lutar

Criar poder popular

Porque o povo não aguenta essa injustiça

Dos poderosos e sua corrupção

Vem pra rua, vem causando esse Levante

*Popular pela Revolução*³⁰⁴

³⁰³ Cf. ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014, p.406.

³⁰⁴ Acervo pessoal do autor.

Estão aí os elementos fundamentais desse conhecimento que se converte em repertório de ação: ele se insere num movimento de insurgência, no qual as camadas antes segregadas (os resíduos) tomam uma postura ativa e ganham voz, agora coletivamente e de forma organizada. Trata-se de uma “luta” que exige esforço e disciplina política, mas é também prazerosa, traz portanto afetos combinados. A expressão “criar poder popular” é amplamente compartilhada com outros movimentos jovens, mas também com os de moradia, tanto quanto outra expressão de sentido análogo: “quem não pode com a formiga não atica o formigueiro”.

Primeiro ponto. Preencher as resistências com cantigas e danças não é, nem de longe, retirar a contundência da luta -- como querem alguns espíritos austeros pouco atentos a essa nova sensibilidade. Pelo contrário, significa colocar em circulação afetos expansivos, reconectar potências corpóreas, reforçar laços entre si e com o entorno, elementos que compõem um caldo de autodeterminação coletiva com o qual essa juventude se movimenta entre as ruas e plenárias.

Não é um aspecto menor dizer que tais canções dançadas se dão basicamente em dois lugares. Ora em espaços de formação da militância, onde funciona como reforço interno, como disparador de interações, mas também como celebração, comemoração de uma vitória possível. Ora em espaços públicos, onde funciona como expressão da energia coletiva, como produção de vida urbana, como inscrição do poder popular em lugares de grande visibilidade – podem ser ruas, praças, mas também plenárias – que lhes são pouco usuais no cotidiano. Em ambos os casos, *a canção dançada é uma convocação quase sedutora ao movimento; subjaz ali um conjunto de práticas e valorações que se remete a uma outra sociabilidade e subjetivação mais integradas, abertas, inclusivas.*

Mas qual a relação entre o duplo festa-luta e as ruas? A rua marca o imaginário social como o espaço das interações espontâneas, do transbordamento, do encontro popular, porque não estratificado por renda nem poder de consumo; nela não se faz acepção de pessoas. Ora, na rua não há muros, tampouco catracas, é o outro da cidade-camarote. A rua é o lugar onde cabem todas e todos, lugar por excelência da abertura a um viver juntos. A rua é o lugar onde cabe essa explosão de libido deflagrada por tais manifestações.

O momento de levantar-se coincide com aquele no qual o cotidiano e corriqueiro se torna inaceitável e irrazoável; a rua é também o lugar onde cabem essas pulsões por aquilo que até então parecia imprevisível. O que se anseia não está logo ali, mas está mais próximo, por que há um corpo jovem, potente e coletivo que se coloca em movimento para tal empreitada. No ato de levantar-se, portanto, os sujeitos reclamam, em tom de quem clama, outro mundo.

Nessa experiência do *viver juntos a cidade*, há uma liberação insurgente e festiva com grande potencial no *contágio conector* da população; as energias convergentes transbordam e ressignificam o espaço. Anteriormente vivido como estranho e inumano, torna-se um lugar coletivamente reapropriado. A noção de “reapropriação” do espaço urbano não é gratuita aqui; já nos leva a uma chave lefebvriana, para esclarecer essa forma de sociabilidade e subjetivação não-hegemonica que rompe o regime de gozo no acúmulo de capital, mas se centra no princípio do uso e das trocas não-mercantis. No próximo capítulo trataremos com mais vagar esse contraste.

Por ora, é importante voltarmos a essa experiência de liberdade e júbilo coletivos no urbano, que é completamente estranha aos espaços de muros, à lógica do condomínio-camarote e também à política de gabinetes e centros de decisão. Esta é uma vivência urbana, na medida em que os sujeitos se vêem atravessados e tocados constantemente uns pelos outros. Convivem na presença de outro sem a vontade de colocá-lo/la apartado/a, bloqueado/a; querem interferir e alimentar-se reciprocamente, produzir-se coletivamente, na aposta de que apenas juntos se torna possível forjar as saídas necessárias. Por isso há uma criação de vida urbana.

Trata-se de práticas que reabilitam emoções que desassociaam a política enquanto gestão e estratégia, dispositivos que visam o controle dos corpos, com cálculo de interesses, um exercício do poder como subordinação de um outro – traços daquilo que Foucault denominou “governamentalidade”³⁰⁵. Colocar esses afetos em circulação reaproxima a política de uma experiência de liberdade coletiva, em que todos e todas são iguais, sem medo, sem necessidade de distinção ou de demarcação de um espaço individual ou de uma propriedade. Recoloca-se assim uma dimensão do pertencimento a uma comunidade e a um povo, mas também uma dimensão do encantamento. Tais emoções são fundamentais para aqueles e aquelas que apostam em saídas com base popular e criam uma poética política.

O espírito festivo nas ruas não é recente, mas sim um traço de manifestações talvez desde maio de 1968, ou para Lefebvre e Situacionistas, desde a Comuna de Paris(1871)³⁰⁶. Mas em nosso contexto, é importante sublinhar transformações perceptíveis entre as mobilizações dos anos pós-redemocratização e aquelas conformadas nos anos 2010, sobretudo no pós-junho de 2013. Atos convocados por operaístas e entidades sindicais predominam grandes carros de som, que funcionam como palanques. No nível do chão, há faixas já impressas em gráfica e

³⁰⁵ FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In:_____. Estratégia, poder-saber: ditos e escritos, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.

³⁰⁶ LEFEBVRE, Henri. *La Proclamation de la Commune*. Paris: ed. Fabrique, 1968

balões, onde fica o púlbcio militante que escuta e aplaude os líderes. Nos atos convocados pela juventude, a feitura de faixas e camisetas já é parte do processo de mobilização e aglutinação, as caixas de som são portáteis e vem no nível do chão, ou algumas vezes desaparecem. A rua não é apenas lugar do protesto, mas de uma performance coletiva, na qual se prefiguram os anseios de destituir autoridades, mas também instituir uma outra cidade.

A presença musical continua fundamental, mas na forma das batucadas. Estas funcionam como um elemento agregador desde os ensaios e, no momento da rua, intensifica a agitação da coletividade presente e, não raro, contagia transeuntes que compartilham desses códigos enraizados na cultura popular brasileira. Como em festas carnavalescas, a militância segue a batucada, desta vez com marchas que parodiam músicas pop's e trazem temas da agenda em questão. Difícil negar que há aí um traquejo e inventividade superiores à cena do caminhão de som com faixas prontas e palavras de ordem. Há também nessa geração um grau renovado de espontaneidade e improvisação.

No caso do Levante da Juventude, por exemplo, a batucada Carlos Mariguella ganha tamanha importância que integra um bloco do carnaval propriamente dito, o Bloco da Abolição. Já a batucada da Marcha das Mulheres é feita de tambores e tamburins em latas de tintas, chocalhos com latas menores e grãos. Leva-se ao paroxismo uma poética da economia e da precariedade com o princípio do faça-você-mesmo, como sinais claros da possibilidade de um protagonismo sem recursos, auto-organizado por sororidade, em que qualquer uma pode se associar.

Alguns desses atos dispensam o uso de microfone em nome dos denominados jograis, que são uma referência aos indignados espanhóis e aos Occupy. Dessas referências também vieram as mãos em giro como sinal de aprovação, quando do discurso de lideranças; é um gesto que, por não gerar ruídos, costuma substituir as palmas. Num ato secundarista, por exemplo, esses códigos são predominantes.

No ato da Greve Geral de abril de 2017, que contou com a presença de cem mil pessoas, esta diferença de códigos linguísticos ficaram mais claros. As forças operárias sindicais em carros de som, balões e faixas prontas estavam distribuídos e misturados espacialmente pelo Largo da Batata e ocupando a Avenida Faria Lima, conviviam com esses mais novos personagens em nome da defesa dos direitos perdidos, tanto por estudantes quanto pelas classes que vivem de sua força de trabalho. *Neste caso, uma diferença geracional não impedira a convergência na ação.*

Didi-Huberman, quando argumenta pela necessidade das emoções numa “boa política”, está ciente de considerações feitas aqui. Com Deleuze, o autor lembra que “a emoção não diz ‘eu’ ”: “ primeiro porque, dentro de mim, o inconsciente é muito maior, mais profundo, mais transversal que meu pobre pequeno “eu” ”. Em seguida completa o autor, “depois porque em torno do eu, a sociedade, a comunidade dos homens é, ela também, muito maior, mais profunda, mais transversal que cada pequeno “eu” individual”.³⁰⁷ Ainda nesse contexto, Didi-Huberman reforça o que dizemos: “se não podemos fazer política efetiva apenas com sentimentos, tampouco podemos fazer boa política desqualificando nossas emoções, isto é, as emoções de toda e qualquer pessoa, as emoções *de todos e qualquer um*”³⁰⁸. No entanto, nesse contexto argumentativo o autor ainda permanece num registro um tanto abstrato e ligado à esteira da experiência artística. Apenas mais recentemente, ao montar a exposição *Soulèvements*, no Brasil denominada *Levantes*, aparece essa *dimensão estética* mais ampla, do prazer dos corpos em estar em movimento, juntos nas ruas, com insurgência e festividade. Experiências, diga-se de passagem, onde se dissolvem as fronteiras entre a estética e a política.

Interessante notar que, mesmo entre forças progressistas, a presença da festividade por vezes é vista como uma despolitização, estetização sem força transformadora das organizações jovens. Mas tal crítica nos parece alheia à realidade desses mais novos sujeitos que entram em cena. Sobretudo, por ainda não perceberem as ligações sutis entre resistência e ludicidade, entre o festivo e o inventivo, entre erotização e insurgência, que aparecem combinados num mesmo ato de destituição do existente e aspiração instituinte de outra realidade.

Vimos argumentando nessa tese a importância desses personagens em ocupar e se valer do espaço urbano em seus repertórios de ação. Dissemos, noutra formulação, que o urbano funciona como mediação, infraestrutura. Nesse tópico, por sua vez, deve ter ficado mais claro que *esse valer-se do espaço urbano não se dá sem transformações nos sujeitos e na sociabilidade que ocupam esse espaço*. Em ações coletivas nas quais a aproximação dos corpos e as trocas de afetos propiciam a instituição de narrativas comuns, produz-se um conhecimento que não se desvincula da ação e do movimento de *insurgência aglomerativa*, uma *insujeição vinculante*. Remete-se ao popular e à conjuntura para dela extrair linhas mais gerais. Os afetos e emoções circulam rapidamente e coloca a todos e todas numa sintonia com menos ressalvas do que em uma plenária, menos divergências do que em um debate. Há uma potência expansiva, não-logocêntrica que envolve os corpos, entretecendo-os por um tempo posterior ao final do ato. E por que há um anseio de que esse momento e esse tecido se mantenha

³⁰⁷ (DIDI-HUBERMAN, Que emoção!Que emoção?, p. 30).

³⁰⁸ Ibidem, p. 38.

indefinidamente, os atos são engendrados ali plenos de uma exemplaridade. Essa é a composição de elementos capazes de produzir uma vida urbana reabilitada, que rompe os muros e catracas dominantes³⁰⁹.

Intervenções estético-políticas no cotidiano: prazer destituente, liberação subjetiva e vida urbana

“Não há levantes sem sons (músicas, hinos) e sem imagens. Eles são inventados e brandidos a qualquer custo, apesar das dificuldades a enfrentar”³¹⁰

³⁰⁹ Esse tópico sobre a produção de uma vida urbana renovada não é um aspecto menor, sobretudo se lembrarmos de debates dos anos 1990, nos quais prevalecia uma tônica no esvaziamento do público nos espaços de consumo ou no domínio do virtual, além do tópico sobre a “cidade do pensamento único”. Essa discussão foi mobilizada em COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed Annablume, 2017, sobretudo no terceiro capítulo.

³¹⁰ DIDI-HUBERMAN, George. “ Levantes: imagens e sons como formas de luta”, conferência proferida no SESC Pinheiros em 16 de outubro de 2017. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11440_LEVANTES+IMAGENS+E+SONS+COMO+FORMA+DE+LUTA



12) Levante escracha Dória. São Paulo, 2017. Foto: Levante Popular da Juventude.

Era um sábado, 7h30 da manhã, cerca de 15 jovens haviam dormido na secretaria do Levante da Juventude, o que não é usual, a não ser numa atividade que precisa acontecer em horários de pouco movimento nas ruas. Os jovens passam um café e, após a chegada de outros tantos, reúnem-se para organizar uma ação até então sem nome para muitos. Há tarefas específicas e bem determinadas: alguns responsáveis pela batucada, outros erguerão uma faixa, outros na segurança, outros farão uma encenação teatral. Essa atividade que envolve preparação e tensão é o denominado “escracho”.

Os escrachos são uma referência emprestada de organizações argentinas, de quando jovens denunciaram torturadores do período ditatorial; aqui também as primeiras edições tiveram essa pauta. Os jovens foram até as casas de ex-militares, pintaram calçadas e muros com dizeres como “aqui mora um torturador”. A ação trouxe a público questões de interesse coletivo que eram ignoradas ou pouco tratadas pelas instituições políticas e narrativas oficiais. Nos últimos anos, o Levante escrachou a Rede Globo (2013), lembrando o apoio da emissora ao regime civil-militar, lançou notas de dólares no deputado Eduardo Cunha (2015), quando vem à tona um dos envolvimento do então deputado federal em práticas de corrupção. Outro alvo

foi o também deputado Jair Bolsonaro(2016), figura conhecida e condenada seguidas vezes por suas posições discriminatórias com mulheres, negros e grupos homoafetivos.

O escracho ao então prefeito de São Paulo, João Dória Jr., envolveu cerca de duzentos integrantes do movimento. O clima de tensão é claro entre os jovens, pois sabem que se trata de uma ação que rompe protocolos. O percurso e os elementos da performance são deliberados com antecedência, mas por borrar os limites da ordem o desenrolar guarda uma dimensão do imprevisto.

Em frente à residência do prefeito – monitorada por câmeras e protegida por uma viatura da Guarda Civil militar --, o Levante performatiza uma peça musicada por canções que enfatizam um caráter privatista e ao mesmo tempo elitista de um gestor que corta direitos no transporte estudantil (o passe livre de secundaristas), corta na alimentação de crianças de primeira idade e no subsídios a coletivos culturais periféricos.

Ôh me libera, Dória!
Deixa eu ir estudar
Ôh me libera, Dória
Passe livre eu quero sim
Me libera, Dória
E para de privatizar
Cidade só e linda com o PROJETO POPULAR
Projeto popular (2x)

Nenhum dos versos é gratuito; cada um desses traz uma síntese importante. Subjaz a eles uma análise de conjuntura, uma crítica ao opositor e a evocação de um horizonte de sociedade. Isso por meio da paródia de uma música de grande circulação na indústria cultural, considerada um *hit*, esta com cerca de 8 milhões de visualizações no Youtube naquele momento. Escolher um ritmo já popular mantém a familiaridade e toca grandes públicos fora do meio militante; já a nova melodia busca levar o público à crítica pretendida.

“Deixa eu ir estudar” e “passe livre eu quero sim” remetem-se ao fato político daquelas semanas, o corte no passe livre estudantil. O “para de privatizar” aponta o que se considera ser a linha central e estruturante das políticas do prefeito gestor, isto é, o discurso da eficiência do mercado seguido das denominadas privatizações. Não por acaso compõem a cena do escracho cartazes e faixas com dizeres “SP não está à venda”, “nenhum direito à menos”. A canção traz também uma ressignificação do slogan oficial do prefeito, “a cidade linda”. Para os jovens, não se pode dizer que é bela uma cidade cujos espaços não estão abertos ao acesso das camadas

trabalhadoras. Com isso, a canção encarna a voz e os enunciados daqueles que não são representados por uma gestão de cunho elitista. A ação toda se move nesse tom, que reforça a necessidade de outro projeto para a cidade.

Outras palavras de ordem em tom de canção trazem a aproximação entre o prefeito e o então presidente, Michel Temer, cujas reformas de austeridade com a cidadania e generosidade com o patronato certamente entrarão para a história. “Nossa que delícia, esse grito é de luta. A unidade cresce, o Dória recua.” Importante perceber que ação cantada se faz nessa combinação entre *insurgência e festividade vinculantes*. Escrachar é um ato de insubordinação a uma autoridade considerada não-representativa e, ao mesmo tempo, um prazer, uma “delícia”; uma quebra da ordem à qual cotidianamente se subordina. Uma desobediência que provoca riso. Há nesse levante algo de cólera e de júbilo e, encenar a autoridade de modo cômico, significa também destitui-la simbolicamente, como ensaio para uma ação futura mais literal. Do ponto de vista dos afetos, esse levante representa uma vitória parcial no aqui e agora.

Esse escracho, em particular, foi potencializado por outros elementos do repertório dessa juventude. A canção é acompanhada de uma significativa batucada e esses corpos dançantes são acompanhados de outros que desenvolvem uma peça teatral, chamado pelo Levante de *Teatro de Agitprop*.³¹¹ O protagonista usa máscara e faz caricatura de gestos públicos do prefeito. Em tom cômico, põe em oferta bens e patrimônios da cidade numa pequena banca. O outro grupo com cartazes protestam contra o alcaide real, mas também contra o protagonista da peça.

Essa cena rompe em muito com a gramática de um mero protesto dividido entre lideranças num caminhão de som e a militância no chão na escuta. A agitação é um fenômeno coletivo, onde todas e todos participam ativamente, cumprem seu papel e gozam conjuntamente dos mesmos afetos. É esse transbordamento que produz uma vida social insurgente e vinculante, perpassada de uma inventividade estético-política.

O elemento previsto por poucos até então é o de que alguns dos integrantes coroarão a ação com um picho no muro da residência: “São Paulo não está à venda”. Os seguranças avançam assim que a jovem, encapuçada, escala os ombros de outro e imprime a tinta das primeiras letras. Uma corrente de outros jovens vão em direção aos guardas, defendendo que se trata de uma manifestação pacífica. Um grupo de quatro jovens saem em disparada por uma rua lateral, junto daquela que empunhou o spray; os guardas correm atrás dos jovens, mas não

³¹¹ Uma referência partilhada no Levante SP é o livro de ESTEVAM, Douglas et.al. *Agitprop: cultura política*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2015

o alcançam. Todos sabem que a ação vai ter uma repercussão midiática e será necessário ter um fato público. Os guardas detém, na pequena multidão, um integrante sem documentos pessoais, que aparece na mídia como o suspeito.³¹²

A ação tem um efeito multiplicador imediato, vai quase simultaneamente para versão online de grandes jornais – Estadão, Folha de S. Paulo –, mas também para jornais menores como Brasil de Fato e sites como G1-Globo, Conversa Afiada, além de mídia ativistas como Jornalistas Livres e Mídia Ninja. A pauta do corte do passe livre estudantil e das privatizações ganha, de algum modo, redes diversas da opinião pública. No mesmo dia o prefeito retira a pichação do muro e solta uma nota oficial de que suas políticas seguem a linha da campanha – referindo-se às privatizações que, na narrativa do alcaide, trata-se de modernizar a gestão.

O escracho é um ato deliberado de desobediência civil que tem gerado controvérsias. Objeta-se que a ação intervém no domínio privado de um indivíduo, portanto fere um direito de privacidade reservado a todo cidadão.³¹³ Mas numa argumentação mais próxima da dos jovens, não se trata de perturbar a privacidade de um sujeito individual, mas fazer explodir em visibilidade questões de ordem pública, portanto de caráter eminentemente político.

De nossa parte, diríamos que o escracho não se reduz a um ataque feito de impropérios, como também ocorrera com outras autoridades, noutras ocasiões e desferidas por outros atores sociais que não esses jovens. Tais ataques, vale atentar, partem de iniciativas mais individuais, não-planejadas, que tendem a se esvaziar politicamente, quando transparecem um desrecalque difuso e de ataque *ad hominem*.

O “escracho” tem um estatuto diferente, na medida em que é uma elaboração coletiva deliberada, na qual se tem clareza qual é a pauta a ser levantada, o oponente a ser atacado e a síntese política a ser produzida. O escracho é uma ação estético-política de agitação e propaganda e, no nosso caso, com várias camadas. Vale-se de ironias, caricaturas, um espírito de insubordinação festiva e linguagens artísticas de grande apelo popular – danças, músicas,

³¹² A ação ocorreu em 15 de julho de 2017, capa no site da Folha de S. Paulo, Estadão, Globo G1, Brasil de Fato, comentada em Conversa Afiada. Na Folha: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901564-doria-e-alvo-de-ato-contra-privatizacao-e-tem-muro-de-sua-casa-pichado.shtml>; No Conversa Afiada: <https://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/ao-vivo-levante-escracha-a-casa-do-prefake-doria>; No G1: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/protesto-em-frente-a-casa-de-doria-acaba-em-tumulto-e-manifestante-presopor-pichacao.ghtml>; No Estadão: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,manifestante-e-presodurante-protesto-na-frente-da-casa-de-doria,70001891564>. No Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/15/levante-popular-da-juventude-faz-escracho-na-casa-de-doria-manifestante-e-detido/>; Jornalistas Livres ao vivo no Facebook: <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/566027756854439/>

³¹³ Quem analisa essa controvérsia é Ana Paula BRITO em *Escracho aos torturadores da Ditadura*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2017.

teatralização -- , combinados com um olhar para a conjuntura e leitura da estrutura social.³¹⁴ A ação foi capaz de gerar um *efeito destituente* seguido de uma adesão à contranarrativa dos jovens, o que lhes conferiu popularidade.

No Levante, a *agitprop* chega por meio das referências do MST, mas em especial o escracho ao prefeito João Dória pode ser lido também na chave aberta por Gerbaudo para compreender o ciclo de lutas recentes. Para o autor, o movimento das praças visa tocar a sensibilidade dos cidadãos comuns com uma “identidade popular”, aproximar-se daqueles que permanecem de fora dos governos oligárquicos, os que já são majorias e podem constituir “multidão” através dessas práticas e narrativas aglutinadoras³¹⁵. A paródia hit do Levante em homenagem ao prefeito sintetiza bem essa proposta, mas o próximo tópico desenvolve esse ponto.

Vale lembrar que em nosso contexto o escracho parece se ligar mais à identidade do Levante, mas não é exclusividade desse. A prática também tem sido utilizada pelo Movimento Passe Livre em solenidades nas quais há presença de autoridades políticas, como por exemplo a missa em homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo na Catedral da Sé e, também, em inaugurações de estação de metrô e outros equipamentos urbanos.

A título de reforçar nossa tese central, devemos sublinhar uma relação entre esse evento dos escrachos e o espaço urbano. Esse não funciona apenas como pano de fundo para aquele, mas sobretudo como condição de possibilidade para seu efeito multiplicador. É preciso vislumbrar o fenômeno urbano como concentração não somente de capitais, mas também de camadas de infraestruturas (de transporte e comunicação), fundamentais para a circulação de pessoas e informações que participam na formação da opinião pública. O escracho por sua vez é uma intervenção estético-política que, somente consegue produzir tamanho impacto com número tão reduzido de integrantes, pois conta com essa plataforma infraestrutural que é o espaço urbano intensamente conectado. Vale-se das propriedades desse espaço para ampliação de seu impacto nas narrativas em disputa. É um impacto nas emoções das bases militantes, nos ânimos das redes de simpatizantes, que exige deslocamento, resposta de opositores e autoridades.

Mas se a relação entre a potência desse fenômeno estético-político e o espaço urbano ainda parece pouco consistente, seus nexos se tornarão mais firmes quando repassarmos, com Lefebvre, uma teoria social aberta à coordenada espacial, capaz de entender como o duplo processo de modernização e urbanização engendra novas contradições sociais – coerções e possibilidades.

³¹⁴ A ideia de “agitprop” é usada pelo Levante, a partir das referências do MST. Em *Agitprop: cultura politica* os autores reconstituem os fatores dessa prática estético-política.

³¹⁵ Cf GERBAUDO, P. op.cit, sobretudo no capítulo “99 per cent and the indignant citizen”, pp.89-112.

Conflitos centro x periferia na juventude organizada

Chega à coordenação do Levante uma carta de desligamento de uma militante de São Bernardo do Campo, que integrava a célula territorial do ABC. A jovem abre dizendo que sempre foi “mulher, preta, pobre e periférica”, que pode um dia deixar de ser pobre e periférica, mas vai ser sempre “mulher e preta” e, nesse sentido, sempre vai sofrer com o racismo e o machismo. Por isso, essas são suas “pautas prioritárias”. Para S., o movimento tenta chegar na periferia e trabalhar com os jovens, mas não consegue entendê-los, “não dialoga com minha realidade”. Nos termos de S., o movimento não atinge as pessoas das células territoriais, porque para essas a militância “é uma questão de sobrevivência”, é “abrir a porta de casa e dar de cara com esgoto a céu aberto”, é “enterrar amigos”. Referindo-se a uma campanha do Levante, ela ainda afirma: “aqui não tem uma semana nós por nós, aqui é um ano inteiro nós por nós”.³¹⁶ Ela lembra ainda que, somente no ano anterior, quatro conhecidos seus morreram. Destaca-se também da carta que S. está saindo porque não se sente parte desse movimento, não pertence de fato a ele, “nunca conseguiu vestir a camisa”.

Num acompanhamento breve das atividades da organização, percebe-se que há muitas/os jovens negras/os que integram o movimento, compõem coordenações, fazem formações a respeito – a campanha Nós por Nós é uma delas, as brigadas territoriais são outro caso. A preocupação em dar representatividade, abrir espaço de fala para integrantes negras/os é recorrente, a consciência de que há questões que somente são vividas pela população negra já é senso compartilhado. A própria S. integrou esses espaços, puxou batucadas e atos públicos, no centro e nas territoriais, literalmente vestiu a camisa e se tornava uma referência para o movimento. Nesse sentido, não vai ser o caso de analisarmos aqui o quanto essas avaliações que motivaram o desligamento de S. correspondem à realidade ou não. Mas desse conflito, elementos saltam aos olhos e serão desafios para o movimentos de juventude urbana do próximo período.

Primeiro, os relatos de S. atualizam o que historicamente define as periferias, ou se quisermos, o “padrão periférico de urbanização”³¹⁷, que combina aspectos ora geográficos e

³¹⁶ A carta se encontra no arquivo pessoal do autor dessa tese, mas não será colocada em anexo no intuito de preservar as partes envolvidas.

³¹⁷ Não vai ser o caso de recuperarmos aqui o conceito de periferia, que já conta com vasta literatura. Vale apenas indicar o canônico trabalho intitulado “São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza”, onde o termo designa

ora estritamente econômicos. Lugar da população de baixa renda que vive da força de trabalho, distante do centro, perpassado de precariedade extrema desde as infraestruturas básicas. Mas a carta de S. também traz outro traço importante já indicado por estudos mais recentes: a periferia é feita de sujeitos ativos, que elaboram suas adversidades cotidianas, constroem seus significados e narrativas, apropriam-se de sua ancestralidade. Em certa medida, protagonizam uma centralidade própria e querem uma política de acordo com suas necessidades, que reconstitua a dignidade dos seus próximos³¹⁸ Não por acaso a carta termina com um poema no qual se diz: “Navego-me eu—mulher e não temo/ sei da falsa maciez das águas / e quando o receio/ me busca, não temo o medo/ sei que posso me deslizar/ nas pedras e me sair ilesa/ com o corpo marcado pelo olor/ da lama”. Os versos mobilizados por S. são da poetisa negra Conceição Tavares, intitulados “Fêmea-Fenix”.

Segundo aspecto digno de destaque. O espaço urbano disperso e desigual é um obstáculo para os objetivos dos movimentos que pretendem articular as questões da juventude nas universidades àquelas dos jovens das periferias e, desse modo, “criar poder popular”. Os núcleos/células do movimento estudantil universitário tem seus pontos de encontro e uma cotidianidade partilhada. As reuniões acontecem nos pátios, nos intervalos entre um turno e outro, ou então numa secretaria localizada no centro, depois da aula e do expediente de estágio e/ou do trabalho. As formações e plenárias acontecem aos fins de semana. Mas como fazer com que esses jovens mantenham vínculos reiterados com aquelas e aqueles que demoram duas horas para chegar nas reuniões na secretaria, alguns vindos do extremos da Zona Leste, outros da Zona Sul, outros da Norte? Isso ainda é mais difícil quando se trata de uma reunião que vai até o cair da noite, em que os riscos do transporte público são maiores, sobretudo para as mulheres. Como mobilizar atividades conjuntas, se o deslocamento de um dos grupos em direção aos outros vai custar, no mês, 10% do que ganham de salário – lembrando que já dispendem mais 20% de seus ganhos com os deslocamentos casa-trabalho. Já há tentativas de reverter tais dificuldades, mas quando os militantes se encarregam de mais e mais tarefas, tais dinâmicas centro-periferia se tornam uma barreira às energias já em esgotamento. Nesses casos, vencer o deslocamento pendular centro-periferia já é um grande esforço.

“aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção” (CAMARGO et al, 1975, p. 25). Não menos importante será notar outros conteúdos atribuídos mais recentemente.

³¹⁸ Vale conferir. TIARAJU, Pablo. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

Terceiro ponto. Uma vez que a militância significa um esforço persistente para além dos compromissos e responsabilidades pessoais, é difícil criar condições para que jovens negros periféricos militem politicamente em agendas nacionais, quando suas vidas são atravessadas por sofrimento cotidiano, da indignidade de não ter saneamento básico, de ver seus próximos não apenas passarem por estigmatização mas pela violência institucional. *Como esse jovem pode dar respostas à conjuntura regressiva, quando suas demandas prioritárias foram ignoradas pelo Estado e o movimento ao qual faz parte não tem condições de reverter essa situação. A carta de S. já explicita isso: esses corpos são marcados por um dano e a sobrevivência já é uma militância.* O mais recorrente é esse jovem crer que os outros do movimento não sentem na pele algo parecido com seu próprio sentimento e esse isolamento afetivo se torna distância política. O mais recorrente é que ele se encerre em seus próximos territorialmente, aqueles que ainda vê como iguais, que vê como os seus.

Por isso, por mais que um movimento se esforce por criar espaços de pertencimento a esses jovens de perfis muito distintos, por mais que seja acolhedor, generoso, atento a essas diferenças, nessa cidade dupla feita de cotidianos tão díspares, não é tarefa fácil gerar uma compreensão mútua entre os que vem de uma realidade e aqueles que estão em outra.

As experimentações mais exitosas em dar organicidade num movimento jovem heterogêneo e com capacidade de incidência na conjuntura nacional, tem sido assumir que entre seus/suas integrantes há, de fato, prioridades distintas, mas que elas se interseccionam, consubstanciam e podem convergir em algum ponto. Em termos concretos, significa não raciocinar que a linha política nacional vai ser rebatida nas esferas locais, mas entender que, quando as/os militantes protagonizam sua pauta prioritária, aquela na qual se vêem mais diretamente, tendem a voltar a crer numa continuidade entre o local e o nacional. É algo por vezes pouco intuitivo, mas tem se verificado: quando o movimento permite descentralizar suas prioridades, aparecem mais sujeitos com disposição à militância e à liderança, porque mais pessoas estão agindo de acordo com aquilo que integra suas aspirações individuais à vida coletiva. Amplia-se o sentimento de efetivação das próprias potências e o de pertencimento a um todo. Tem-se uma virada para um regime de abundância, em que crescem os indivíduos e a organização em comum. Com a virada positiva, o movimento pode reforçar centralidades já existentes nas periferias -- como as de produção cultural -- e reforçar a capacidade de incidência em escalas maiores.

Outra iniciativa que tem sido exitosa é ter no movimento jovem um “setor de mulheres”, outro “setor de negras e negros”, que são grupos de afinidades. Esses setores protagonizam rodas de

conversa e formação nas células, onde elaboram coletivamente os traumas cotidianos, contam histórias de seus ancestrais de luta, reforçam-se umas as outras, uns aos outros. São esses setores também que identificam ocorrências de machismo ou racismo no interior do movimento. Tecer esses espaços é o que dá uma solidez à cada um(a) e ao coletivo.

Militar na cidade dispersa, desigual e bloqueada vai exigir deslocamento e interação incessante entre esses mundos e, sobretudo, uma dupla expansão. Movimentos para dentro, que reforcem desde os espaços locais uma tessitura de vínculos, que se faz com presença, olhos nos olhos e tempo partilhado. Será necessário, sobretudo, trabalhar pela dignidade que garanta as condições psíquicas mínimas de um militante, isto é, que o medo de ser morta/o não abata por completo a esperança de transformação com a luta. Mas além disso, são necessários também movimentos para fora, com a clareza de que projetos de amplo escopo implicam intersecção entre círculos distintos, diálogos que incluam divergências, heterogeneidades.

Conhecimento e ação coletiva: os cursinhos populares para jovens periféricos

Em 2002, 3,4 milhões de jovens ingressavam no ensino superior; em 2015, esse número subira para 8 milhões.³¹⁹ Nesse período, o país passou de 45 universidades federais em 148 campus para 65 universidades com 327 campus; somente nessas o número de matrículas passou de 512 mil para 1,06 milhões³²⁰. Foram construídos também centenas de Institutos Federais de formação superior, profissional e técnico, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni () Sobretudo pelo Programa Universidade para Todos - ProUni(2004) e pelo Fies, o investimento em bolsas e subsídios para financiamento estudantil -- via isenções fiscais para universidades privadas – cresceu ainda mais, aumentando em 95% o número de matrículas entre 2004 e 2014 (de 3 milhões para 5,86 milhões).³²¹ Do ponto de vista do orçamento para a pasta, os repasses para o setor privado foram os que mais cresceram no período; formam-se conglomerados de empresas privadas que figuram entre os maiores do mundo no setor de educação. A esta “forma híbrida de expansão” somaram-se ainda políticas

³¹⁹ VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013.

³²⁰ MERCADANTE et al(org). *O Legado dos governos do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, pp.30-31. O autor lembra ainda que o orçamento da pasta tem, nesse período, um aumento real de mais de 200%. No caso de Dilma, o investimento em educação foi de R\$54 bilhões acima do piso constitucional.

³²¹ CALDAS, Andrea e ARAÚJO, Luiz. “Na educação, avanços e limites”. In: *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. Org. de Gilberto Maringoni e Juliano Medeiros. São Paulo: ed. Boitempo, 2017.

afirmativas de cotas sociais e raciais – esta última se torna lei federal 12.711/2012³²².

A ampliação do acesso modifica em muito o perfil das universidades, incluindo setores historicamente excluídos. Não por acaso entre os jovens formados em 2015, 1/3 eram os primeiros de suas famílias a ter um diploma de curso superior. Muda também, com isso, o horizonte de oportunidades e expectativas: os postos de trabalho que essas/es jovens se colocam a ocupar, o autorrespeito que tem consigo, a relação com seus círculos familiares e meios mais amplos. Inevitavelmente, a sociedade com um todo se reposiciona com essas transformações. Famílias cujos pais estavam em funções subalternas formam advogadas/os, engenheiras/os, médicas/os, assistentes sociais, professores etc.

Entre as muitas mudanças advindas com essa oferta de ensino superior, uma significativa é o crescimento dos cursinhos populares para jovens periféricos e de baixa renda, vindos de escola pública e visando a entrada na universidade. Em São Paulo, desde os anos 1990 os cursinhos populares já existiam como iniciativas de formação e pressão por democratização no acesso à universidade pública, então muito mais restrito. Remonta ao Fórum dos Cursinhos Alternativos e ao denominado “Movimento dos Sem Universidade” (MSU).³²³ Pesquisas registram cerca de duas dezenas desses espaços no início dos anos 2000³²⁴, administrados por grêmios estudantis, movimento negro, comunidades pastorais e associações de bairro. Com a popularização do ensino superior nos anos 2000, ampliam-se as experiências dos cursinhos e ganham acúmulos organizativos os existentes.

A Universidade Federal do ABC (UFABC), por exemplo, mobiliza quadro docente para uma Escola Preparatória que ofereceu 627 vagas no ano de 2018³²⁵. Há cursinhos populares em ocupação do MTST, em ocupação da FLM. Diversas forças do movimento estudantil participam na construção de cursinhos por meio de suas organizações ou através dos Centros Acadêmicos; há ainda os de Igrejas remanescentes da teologia da Libertação, como na Igreja do Carmo em Itaquera. Com a popularização do ensino superior, há mais jovens interessadas/os, mas também

³²² Estas políticas de inclusão foram analisadas em FERES JR. et al. *A ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Rio de Janeiro: Iesp-UERJ, 2012. MESQUITA, Wilson. *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Proumi na cidade de São Paulo*. São Paulo: tese de doutorado em sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

³²³ CUSTÓDIO, Sérgio José. “**A emergência do discurso dos Sem Universidade no Brasil**”. 2014. 306f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

³²⁴ Cf. BACCHETTO, João Galvão. “Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao Ensino Superior”. São Paulo, Feusp, 2003. (Dissertação de Mestrado). Sem pretensão exaustiva, vale lembrar do Educafro, o Grêmio da Poli USP, APROVE – Associação de Professores para o Vestibular, Núcleos da Consciência Negra, XI de Agosto, Juventude Operária Católica (JOC), Centro Comunitário de Estudos Paulo Freire, Alunos da PUC-SP, Movimento Humanista, Alunos da Química da USP, CAIS/AFROBRAS – Sociedade Afro-brasileira de desenvolvimento cultural, Thema Educação.

³²⁵ Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br/cursos/escola-preparatoria-da-ufabc/selecao-alunos-epufabc-2018>. Acesso em 20 de julho de 2018.

maior numero de professoras e professores envolvidos.

Estes cursinhos tem caráter preparatório, mas por meio da formação sobre a realidade as/os jovens reveem sua própria história, reorientam o modo de enfrentar adversidades cotidianas, forjam formas de pertencimento distintas daquelas familiares e da escola anterior, revisam valores tradicionais, constituem novos vínculos e repertório de ação coletiva.³²⁶ Com a explosão dos movimentos urbanos pós-junho, intensifica-se a relação entre conhecimento e ação que perpassa esses espaços residuais da metrópole paulistana. Os transbordamentos dos ânimos em torno do direito à cidade chegaram também nesses sujeitos.

O Emancipa é um caso importante. A organização se autodefine como uma rede de cursinhos, mas também como um “movimento social de educação popular”.³²⁷ Teve início em 2007 e, dez anos depois, estima-se que já atendera mais de 20 mil jovens. A abertura de 2018 contou com a presença de 5.000 pessoas na aula inaugural proferida no Vale do Anhangabaú. Apenas na Grande São Paulo tem mais de uma dúzia de unidades, em bairros como Paraisópolis, Perus, Santana, Grajaú e em cidades conurbadas como Osasco, Carapicuíba. Os nomes das unidades deixam ver a constelação que orienta o projeto pedagógico: Paulo Freire, Chico Mendes, Vladimir Herzog, “Quilombole-se”, entre outros. Todas elas tem página na internet com contatos. No Brasil, estão em 19 cidades de 7 estados da federação. Em 2018, com participação de professoras/es universitários e intelectuais públicos a rede lança mão de um passo seguinte, a construção de um centro de formação de educadores populares, denominado Universidade Emancipa. Sua rede não é exatamente a mesma daquela do coletivo Juntos, que analisamos anteriormente, mas muitos de seus nós coincidem, com militantes que transitam entre um e outro.

A Uneafro tem um perfil parecido, também exitoso, combinando produção de conhecimento e ação coletiva, pautado nos entrocamentos entre raça, classe e gênero no espaço urbano³²⁸. Fundada em 2009, caracteriza-se como movimento por educação popular, que tem não apenas unidades mas “núcleos comunitários”, com perfis variados: alguns voltados ao pré-vestibular, mas também temáticos, ou então ligados à produção de cultura e esportes. Para otimizar o funcionamento, dividem-se também em Grupos de Trabalho (GT's) e compõem um conselho.

³²⁶ A compreensão dos cursinhos populares como espaços de formação de conhecimento e ação já estão em Educação, cidadania e reconstrução de identidades: caso Cooperativa Steve Biko. (Santos, 1997). Vale também conferir. SAFFIOTTI, Allan. Crise e transformação: um estudo sobre a experiência de alunos de baixa renda num Cursinho Popular. 2008. 350f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

³²⁷ Cf a plataforma em: <https://redeemancipa.org.br/>. Consultado em 22/06/2018

³²⁸ Cf a plataforma em: <http://uneafrobrasil.org/>. Consultado em 22/06/2018

Mapa dos Núcleos da Uneafro



13) Mapa da rede de cursinhos Uneafro na Grande São Paulo. Fonte: <http://uneafrobrasil.org/>

A própria rede já disponibiliza um mapa que, na grande São Paulo de 2018, conta com 18 núcleos, distribuídos entre áreas centrais e periféricas, além de unidades em ocupações de movimentos de moradia (Ocupação Nova Palestina Jardim Angela). De acordo com a rede, são atendidos 2.000 jovens por ano. Suas ações se dividem entre a área de educação popular e cultura negra (os cursinhos, pontos de cultura e oficinas), a área de combate ao racismo e ao genocídio negro(reuniões, audiências públicas e atendimento à vítimas) e área de mobilização (aulas públicas, campanhas e atos)

Há uma relação orgânica de alunas e alunos com os cursinhos. Por razões diversas, professoras/es estabelecem uma empatia com as/os adolescentes estudantes que se arriscam a essas veredas incertas. Isto se verifica, por exemplo, no fato recorrente de que estas e estes, depois da passagem pela universidade, retornam ao cursinho como professoras/es e às vezes coordenadores. Trata-se da vontade clara de partilhar com seus próximos a oportunidade que lhe foi dada, o direito que lhe foi garantido. Mas trata-se também da vontade de ser para esses jovens *um exemplo*, qual seja, o de que é possível superar as dificuldades, pular os muros colocados historicamente. E essa ação exemplar tem a potência de reforçar as apostas das alunas e alunos, mas também aquelas do próprio professor.

Reforça alunas e alunos, porque o conhecimento ganha um caráter fortemente *mimético*, na medida em que do exemplo a/o jovem extrai não apenas conteúdos de aula, mas referencias de comportamento e mesmo visuais. A jovem negra que, por conta de uma cultura dominante, alisa

seu próprio cabelo, vê na professora eloquente e de cabelos à “black power” a beleza do cabelo negro. A decisão de adotá-lo é um ato aceitação de si e de insubmissão a normas historicamente impostas pela classe dominante branca. Adiante veremos mais dessa afinidade entre exemplaridade e militância, como uma tessitura interna de movimentos e organizações.

Esse bem que o professor faz aos alunos é também um bem para si, pois trata-se do espaço onde ele deposita e percebe um sentimento de esperança, necessário para continuar a exercer o ofício árduo. E o que se percebe, nesse tipo de interação, é que a análise tende ao empobrecimento se se focar nos indivíduos, pois temos aí uma relação em que um sujeito passa noutro sujeito, de modo que de tais práticas se produzem bens comuns. São bens comuns estes que, no ato da partilha não se tornam propriedade de um indivíduo em exclusão outro; o ato da partilha multiplica este bem.³²⁹ *O bem comum gera abundância coletiva.*

Por essas razões, o vínculo professor-aluno nesses espaços é muito distinto, muito distante do paradigma da prestação de serviço a uma empresa, relação à qual esses mesmos professores também se submetem em outros espaços, mas que não fornecem, ou fornecem menos, o tipo de bem necessário a reproduzir a convicção em seu próprio ofício.

Já a experiência de dedicação ao estudo, na medida em que exige um *desejo persistente no tempo*, fornece elementos importantes para um espírito mais militante. Estudar nesses espaços, por escolha própria, significa cultivar uma disciplina interna capaz de suspender desejos imediatos, flutuações inevitáveis, em nome de um bem maior no futuro. Um bem como o conhecimento, vale lembrar, que nunca é só para o eu, mas um bem que se multiplica quando se compartilha. Tais traços de um desejo persistente, que nos marcos da sociedade do consumo são por si sós virtudes contraculturais, são imprescindíveis à construção de um movimento que pretenda ele também sobreviver no tempo, não somente disruptivo, mas combinando insurgência e construção social.

Mas tais experiências passam pela prova de fogo dos *conflitos centro x periferia*. Os jovens necessitam disciplina para acessar a universidade, confiança para superar deficiências anteriores, mas a dedicação não para por aí. Muitas vezes, soma-se o cansaço advindo do subemprego que

³²⁹ Ainda que tenham divergências, pelo menos nesse ponto estão de acordo teóricos do comum como Negri e Dardot e Laval.

lhe dá mais autonomia em casa, além do tempo e dos custos do deslocamento pendular entre casa, trabalho e cursinho.³³⁰

O fato de constituírem comunidades urbanas, espaços de esperança que reintegram conhecimento e ação, traduz-se na participação desses sujeitos em campanhas, atos e manifestações coletivas, identificados com distintivos – camisetas, estandartes – dos cursinhos. A Uneafro é uma presença certa e grupo de relevo nos atos da Consciência Negra, que ocorrem todo ano no dia 20 de novembro. Como muitas/os dos professores são discentes ou recentemente egressos das universidades, as pautas da juventude universitária também perpassam os cursinhos.

Esses sujeitos compõem a juventude urbana que se aproxima por meio de conexões geracionais, confluências sem unidade organizativa, mas eventualmente em ações conjuntas. Dessas redes despontam novas lideranças comunitárias, que migram para outros movimentos e vislumbram ocupar outros espaços da vida pública até pouco tempo circunscritos à homens brancos das classes mais abastadas. A ascensão desses sujeitos significa um tombar catracas, perfurar camarotes da cidade.

Do ponto de vista das subjetivações políticas, a experiência de reintegrar conhecimento e ação – que acontece de maneiras distintas em professoras/es e alunas/os -- tem um papel liberador no vivido, na medida em que os sujeitos se reconhecem naquilo que fazem e vivem próximos daquilo que pensam, portanto menos submetidos a um ordenamento exterior, estranho. Estão mais intimamente ligados a seu movimento interno. Não sem dificuldades de ordens diversas, da escassez de recursos, da dificuldade de reverter adversidades que alunas/os carregam do ensino progressivo, além das próprias dificuldades materiais e de deslocamento. Mas de algum modo, conseguem perceber suas ações individuais como inscrição num tempo da história. Sua liberdade reforça a liberação de seus pares e, lidos por esta chave, os cursinhos populares também podem ser incluídos no que chamaremos de *espaços de acolhimento e reforços recíprocos*.

³³⁰ Uma análise de caso interessante do perfil atual desses “estudantes-trabalhadores” e de suas famílias, seus conflitos internos e com as instituições de ensino superior se encontra em BONALDI, Eduardo V. “Tentando ‘chegar lá’: as experiências de jovens em cursinho popular”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.30, n.1, 2018.

Acolhimento e reforços recíprocos: temporalidades de um espaço tecido coletivamente

uma revolução ocorre quando as pessoas (não somente tal classe) não querem mais, não podem mais viver como antes. Então eles desencadeiam [déchaînement] e inventam – por meio de uma procura – uma outra forma de vida” (LEFEBVRE, Le Retour à la dialectique, p. 112.)

Com José de Souza Martins e Fraya Frehse, podemos dizer que o cotidiano é feito de múltiplas camadas temporais.³³¹ Nos valeremos dessas contribuições para aprofundar a análise feita aqui sobre os movimentos sociais, mais especificamente sobre a necessidade que estes tem de estabelecer vínculos fortes entre seus integrantes, como já destacara Cohen, Gohn e Eder Sader, quando este analisa as comunidades de bairro.

Num grupo de Whatsapp³³² do Levante, uma moça com cerca de 17 anos publica a mensagem a seguir: “pessoal, fiz um textinho saindo do armário, avisei meu pai e ele disse pra eu não postar, tem medo por mim. Ao mesmo tempo, acho que me expor é uma forma de resistência. Alguém já fez isso, prós e contras?” No mesmo grupo, algumas semanas depois, um garoto: “alguém que more perto da secretaria, pode me emprestar uma panela de pressão para amanhã?” Ainda nesse mesmo grupo: “compas, estou mal no Hospital Ignácio Proença, alguém fica comigo?”

Os espaços de militância funcionam como a possibilidade de constituir uma rede de interações não-mercantis, desde as trocas de gentilezas, passa pela formação da auto-estima e identidade, até o cuidado em situações de emergência. São espaços de abertura ao outro, de usar o tempo na dedicação a um outro, mas sem que se perca o próprio tempo. São cuidados, diálogos e escuta que funcionam como *reforços recíprocos*. Isto porque tem efeito nos envolvidos, como reforços positivos para ambos.³³³

No caso dos jovens, que ainda estão num período de interiorização dos ditames da vida produtiva, quando tais reforços recíprocos produzem espaços persistentes no tempo, como os movimentos de juventude, criam a *tessitura de um tempo relacional*. Essa *temporalidade relacional* é estranha e irracional ao espírito do capitalismo descrito por Boltanski e Chiapello. Neste, é inimaginável dispendir tempo com um outro, a não ser que esse outro seja uma promessa de ganho de algum capital(simbólico, social, econômico). Talvez ninguém entre esses jovens desconsidere a existência dessa temporalidade dominante, mas percebem nessa uma

³³¹ A Sociabilidade do homem simples. Ô Da Rua e livre-docência.

³³² Whatsapp é um aplicativo de smartphones para troca de mensagens individuais e em grupo, bastante utilizado na década de 2010.

³³³ Esta noção de “reforços recíprocos” que forjamos aqui nos remete à de “ação recíproca” da tradição dialética, amplamente usada de Hegel a Lefebvre. Foi usada justamente para suplantiar a relação de causa e efeito pensada de modo estreito, em que a causa é sujeito e o efeito é objeto. Adicionamos a ela a noção de “reforço positivo”, um jargão formulado pelos estudos de psicologia e atualmente já amplamente partilhado na linguagem corrente.

desumanização das relações sociais. Por isso, *os espaços de militância funcionam como um contraste, um respiro, onde se experimenta a possibilidade de forjar uma outra experiência de liberdade, na qual a fala e a presença do outro não significa a diminuição ou bloqueio à própria, mas um reforço recíproco à liberdade de todas e todos*. Se quisermos falar filosoficamente, forja-se uma sociabilidade na qual os dois sujeitos se formam enquanto sujeitos. Isto não acontece medianete um diálogo racional, mas num tecido de afetos e elaborações partilhadas.

A garota postou no Facebook sua “saída do armário”. Os/as militantes de seu grupo fizeram comentários reforçando a coragem de sua iniciativa e provavelmente a presença maciça desses reforços positivos evitou as possíveis retaliações conservadoras, que eram o temor do pai. A saída do armário a permitiu tratar mais abertamente da questão com os/as companheiros/as noutros espaços da militância, quase como uma elaboração coletiva. A pessoa que tinha uma panela de pressão a ceder não morava perto da que precisava. A que estava hospitalizada foi prontamente ajudada.

Já há outros estudos a respeito do Levante Popular da Juventude de Porto Alegre que repassam alguns desses pontos, embora com seus referenciais próprios. Bianca Rukowski e Marcelo K. Silva reforçam que para esses jovens “o espaço de militância atrai os indivíduos, em grande medida, pelas oportunidades de construção de relações interpessoais que transcendem o compartilhamento de um projeto político, envolvendo um forte conteúdo afetivo”³³⁴ Como lembram, esses vínculos se reforçam nos momentos de formação, nos encontros estaduais, nas mobilizações e nos trabalhos cotidianos, interações onde se criam os significados e identidades partilhadas.

Pode-se objetar que essas relações de acolhimento e cuidado nos movimentos não é uma novidade, mas já foi amplamente registrada por Eder Sader a respeito das associações de bairro³³⁵. Com efeito, a constituição de vínculos comunitários é característico, mas a tônica pretendida aqui está no fato de que essas práticas não reforçam apenas a organicidade do movimento ou organização, mas a estruturação psicossocial dos próprios sujeitos. E nos círculos de juventude isso fica mais evidente. Tais práticas *são ações recíprocas que coesionam ao mesmo tempo o grupo e a subjetivação política de seus integrantes*. Lefebvre notara esse ponto, quando descrevera práticas de autogestão e, ainda, quando em entrevistas salienta que os espaços de militância apaziguavam suas crises pessoais³³⁶

³³⁴ SILVA, Marcelo K; RUKOWSKI, Bianca, “Levante Juventude, Juventude é pra lutar”, Revista Brasileira de Ciência Política, no 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 41.

³³⁵ Quando novos personagens entram em cena.

³³⁶ Sobre a autogestão, CVQ II. A entrevista está em *La somme et le reste*,

A temporalidade tecida coletivamente desses diferentes espaços tem em comum o fato de não estarem vinculadas à pauta específica de seu movimento. Não é própria do movimento do Levante, do Juntos, do Rua ou de algum outro movimento de juventude, mas decorre de pelos menos três premissas partilhadas que tornam possíveis essas organizações. Primeiro, a militância é o lugar de experimentar e exercitar relações que se quer estender ao futuro e aos outros espaços da vida cotidiana – práticas exemplares. Segundo, a militância não apenas experimenta outra sociabilidade e forma de decisão distribuída, mas também constrói uma subjetividade mais transitiva, que passa constantemente nos seus pares. Isso somente é possível quando experiências comunitárias compõem, ao mesmo tempo, o viver juntos e as subjetividades a serem forjadas. Terceiro, os espaços-tempo de militância são onde se deposita as apostas mais íntimas, as energias e emoções mais vitais para uma vida em comum. Nesse sentido, não há problema em reconhecer que se trata de um *movimento para dentro do próprio movimento, um tecido interno que o sustenta*.

Esse espaço tecido coletivamente torna suportável as relações exteriores, do trabalho explorado, das privações cotidianas, das estigmatizações decorrentes da condição de gênero, de classe e de raça. Rancière compreendia muitos desses aspectos, quando afirma

A emancipação sempre foi uma maneira de criar, no seio da ordem normal do tempo um tempo outro, uma maneira distinta de habitar o mundo sensível e comum. Isso sempre foi uma maneira de viver no presente tanto quanto de preparar um mundo por vir. Não se trabalha pelo futuro, trabalha-se para escavar uma lacuna, uma brecha no presente, para intensificar a experiência de uma outra forma de ser³³⁷

O excerto é elucidativo ao evidenciar a relação entre esforços emancipatórios e o impulso de abertura de espaços onde se forjam ensaios de outra forma de vida, que está ligada a forjar um tempo outro. Cabem aqui as palavras de Mariana Lemos, coordenadora do Levante da Juventude: “portanto lembramos de que só a luta muda a vida. Só a organização popular tem condições reais e concretas de ganhos para a classe trabalhadora e que nesse momento de retirada de direitos, esse é o caminho da nossa vitória”³³⁸ Isto significa, destaca a seguir, que “lutamos e construímos a cada dia o mundo novo que queremos viver”.³³⁹ Ou seja, o anseio de mudar a vida se dá numa

³³⁷ L'émancipation, cela a toujours été une manière de créer au sein de l'ordre normal du temps un temps autre, une manière différente d'habiter le monde sensible et commun. Cela a toujours été une manière de vivre au présent dans un autre monde autant -- sinon plus -- que de préparer un monde à venir. On ne travaille pas pour l'avenir, on travaille pour creuser un écart, un sillon tracé dans le présent, pour intensifier l'expérience d'une autre manière d'être. (RANCIÈRE, En quel tempos vivons-nous?, p.32

³³⁸ O texto é de Mariana Lemos, Diretora de Universidades Particulares da UNE. “Ser jovem em tempos de crise e golpes: ousadia, luta e sonhos <http://levante.org.br/blog/?p=1786>

³³⁹ *ibidem*

política do cotidiano, na construção de uma organização popular capaz de se tornar força transformadora. Em termos concretos, este é o tempo outro que abre outros espaços. Esses espaços são o outro das vias bloqueadas, isto é, as práticas afirmativas daqueles espaços anteriormente negados.

Aí está uma característica fundamental desse outro tempo forjado junto: as práticas cotidianas ganham uma *exemplaridade*, o que garante um fio entre o presente e um futuro desejado, esperado. Por isso, se quisermos falar com Lefebvre, nestas interações exemplares estão uma forma de “participar da história”. Isto não é uma abstração, mas aparece em expressões de movimentos, como “exemplo militante” ou o militante como aquele que age pelo “exemplo pedagógico”. E esta reintegração entre o tempo de agora e aquele que se espera tem um forte efeito de liberação de energias internas das/dos jovens militantes. Entre outras razões, porque sente encarnar uma ancestralidade e sente encarnar desde já o que se espera. Sente-se um sujeito que traz consigo um “nós”. A partir de então, elas e eles tem uma firmeza no modo de agir, de interagir, de construir suas relações diárias desde seus próximos e com o mundo ao redor.

É fato que essas experimentações tem um forte teor comunitário, o que pode levantar objeções segundo as quais o comunitarismo tem uma tendência conservadora, na medida em que se trata de uma ética do cuidado com seus pares que não implica uma extensão ao conjunto da sociedade; ou mais, pode tender a uma utopia escapista.³⁴⁰ Todavia, devemos argumentar que esse tipo de regressão comunitarista tende a ser menos recorrente atualmente, por conta das condições urbanas nas quais estão assentadas, isto é, por participarem – inevitável e às vezes involuntariamente – da vivência urbana cotidiana. Noutros termos, por terem o fenômeno urbano como “framing”, isto é, como o enquadramento de seus conflitos, o modo como esses são sentidos e respondidos.

A militância jovem consitui espaços de negação em bloco da sociabilidade hegemônica, tem forte teor heterotópico – remetem-se a formas de vida cooperativas, solidárias, horizontalizadas e de gozo no tempo partilhado. A riqueza do espaços heterotópicos pode tender a um distanciamento da conjuntura, mas sua esterilização por completo é inconcebível, pois o ensimesmamento comunitário não está mais numa paisagem agropastoril, campesina, mas sim nos espaços residuais de uma metrópole de grande densidade. Esta é uma novidade desses espaços recentes em relação, por exemplo, ao paradigma dos anos 60, fortemente marcado pelas

³⁴⁰ A crítica aos comunitarismos tem uma longa fortuna. Conferir debate de BENHABIB, Seyla. *Situating the self*, sobretudo capítulo 6.

fugas ao pré-moderno, como o imaginário hippie e ecologismos comunitaristas.³⁴¹ Aqui, é inevitável o contato com as energias coletivas das múltiplas camadas e centralidades do tecido urbano consolidado; é inevitável ser afetado/a pelas contradições e desejos iniciais que motivaram a tomada de consciência. A/o militante deseja por um lado recusar a metrópole vivida como espaço estranhado (a experiência de ser cerceado por catracas e camarotes) mas, ao mesmo tempo, deseja manter-se conectado com seus pares, com as referências internas e externas à organização que reforçam suas escolhas, aquelas nas quais reconhece sua própria narrativa. Vale-se desse mesmo espaço urbano e seus recursos infraestruturais para instaurar as formas de vida às quais aspira. A/o militante não se encontra encerrado/a num espaço, não repõe muros, mas visa manter-se móvel, em interações e conexões, ocupando os vazios e resíduos urbanos.

Mas deve-se reconhecer também que a tendência à autossuficiência comunitária é menos um problema, quando o espaço-tempo da micropolítica convive com *movimentos para fora*, construções sociais mais amplas, quando se sente tensionada, para o melhor e o pior, pela conjuntura nacional e internacional. Donde a importância da noção de projeto. Esse é o momento no qual as experimentações -- a cultura micropolítica tecida -- são tomadas como possibilidade para a composição de redes mais amplas, num outro patamar das lutas, mais universalizável. O projetar implica uma maturidade do tecido social montado por esses espaços, bem como o deslocamento transparente entre tais escalas.

Essa *experiência de comunidade urbana* pode acontecer tanto em momentos adversos, de resistência, quanto nos mais expansivos e propositivos. Em ambos, transformação social e liberação subjetiva operam em direção convergente. Há frases de círculos militantes de juventude que são elucidativas, como “sozinho ando bem, mas com vocês ando melhor”, ou outra, “eu sou porque nós somos”.

Por isso, esses espaços-tempos tecidos em termos relacionais podem ser considerados, noutro registro, como *um urbanismo de base*.³⁴² Cria tecido social através do reforço recíproco entre espaços, da formação de redes com outros, ou mesmo da simples convergência em ações pontuais e concretas. Nem sempre o urbanismo de base é *bottom-up*, isto é, nem sempre produzem uma síntese no topo, mas transitam entre as escalas da micro à macropolítica, constroem uma cultura urbana de participação na vida em comum. Noutros casos ganham

³⁴¹ Essa discussão sobre como o modernismo as iniciativas coletivas de recusa à modernidade capitalista alimentavam-se de referências pré-modernas, vale conferir JAMESON, Fredric. “As antinomias da pós-modernidade”. Em : A virada cultural, pp. 117. Ao tratar dos autonomismos dos anos 70 na Europa, Paolo Gerbaudo também lembra da relação entre autonomia e as comunidades de pequena escala. Em: *The mask and the flag*, p. 68

³⁴² Remetemo-nos aqui a uma discussão já realizada em COLOSSO, Paolo. Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a *Bigness* e o *big business*.

expressão institucional, como fora a garantia do direito ao passe livre estudantil. Nesse sentido, essas forças são base social para avanços na agenda urbana.

Do ponto de vista teórico, é importante atentar para essas experimentações que são *movimentos para dentro dos movimentos*, isto é, para esses espaços que tecem *comunidades urbanas* e configuram *urbanismos de base*, pois as análises que, tratando de movimentos sociais, centram-se apenas nos resultados de curto prazo, nas oportunidades políticas, ou apenas na forma *a priori* identificada à organização – por exemplo horizontalismo strictu senso x centralismo democrático – perdem a riqueza necessária para pensarmos concretamente as dinâmicas que tem dado solidez a movimentos atuais.

Este movimento para dentro que forja outra temporalidade, abre outros espaços, é um tópico de grande importância porque ele está entre aqueles que marca as/os integrantes de um movimento, quase independentemente do resultado imediato de uma luta. Eles mantem um movimento, mesmo se as altas esferas dos centros de decisão apontam para a regressão.

Para dentro e para fora: cultura democrática nas organizações jovens

Há uma diferença significativa entre os movimentos aqui tratados, que ainda não foram analisados. Os jovens organizados – Juntos, Rua e Levante -- assumem uma série de expedientes no sentido de operacionalizar atividades, tarefas e decisões, que podem ser vistos pelos jovens ditos autônomos como traços de “burocratização” e “hierarquização”. Já os organizados consideram que os autônomos recaem num “assembleísmo”, ou “principismo”, fatores com os quais explicam o caráter mais sazonal da agenda de lutas desses últimos. Os organizados costumam dizer que um movimento não pode se definir por “não ter líderes”, como querem os autônomos, mas sim que “todos e todas devem se tornar líderes”.

Esses confrontos acirram diferenças, geram desgastes e, não raro, criam mundos incomunicáveis. Vale voltar a algumas práticas cotidianas que, nos movimentos organizados, combinam pragmatismo e cultura interna democrática. Não para sairmos em defesa dos organizados, mas a título de fornecer exemplos em que essa combinação pode ser frutífera e, ao mesmo tempo, apontar seus riscos. Alguns tópicos são dignos de ênfase.

Em plenárias e formações, por exemplo, há uma atenção em compor mesas paritárias em termos de gênero e, sempre que possível, em termos étnico-raciais. Na organização dessas

atividades, normalmente mais homens vão às cozinhas, como sinal claro de tentativa de inverter posições ainda hegemônicas. Na mesma linha, coordenações também vão às cozinhas e, como essas tarefas são consideradas maçantes por quase todas e todos, cultiva-se o clima de interação nesse espaço autogerido, com um agradecimento especial aos responsáveis no final do dia. A inversão de posições também acontece com mulheres, que sempre estão em tarefas de segurança. No sentido de acolher mulheres que já tem filhos nas atividades internas da organização, denomina-se “ciranda” a tarefa de cuidar das crianças enquanto as mães estão ocupadas na formação política.

No que diz respeito à operacionalização dessas atividades, as tarefas são atribuídas a pelo menos duplas, o que evita colocar responsabilidades excessivas em uma só pessoa. Há a dupla da infraestrutura para garantir a atividade – lugar, alimentação, transporte coletivo, recursos técnicos --, outras cuidam de acompanhar os/as convidados/as para ministrar o curso, outras acompanham militantes novos/as e simpatizantes convidados/as, outras cuidam da programação, outras da comunicação (registro, transmissão do evento), outras ainda do levantamento de recursos financeiros. Nos atos públicos, cuidar da segurança da militância implica avaliar o grau de risco e, em caso de violência policial, encontrar as rotas de fuga para todos. Há ainda outras divisões: figuras mais envolvidas, que conhecem melhor os códigos e práticas do movimento, tendem a se tornar coordenação nos núcleos/células, no município, nos estados e em nível nacional. Isso não torna secundária a preocupação com construir uma cultura democrática no interior da organização, por meio da valorização de práticas de equidade, companheirismo, acolhimento da diversidade, além de transparência e alternância de posições. Tais práticas são orientadas pelo que podemos chamar, de acordo com alguns círculos, de “princípios militantes”, ou então, de “exemplo pedagógico”.³⁴³ No Levante, costuma-se dizer que o exemplo é um modo de apresentar o movimento.

Outro ponto. As organizações sabem que os espaços de militância não rompem por completo com determinações estruturantes de nossa sociedade, onde ainda prevalecem relações de dominação por classe, gênero e étnico-racial. Há, por exemplo um setor com comissão de mulheres para avaliar denúncias de machismo. O mesmo no caso de racismo. A cautela é imediata, pois se os rumores não são analisados e devidamente esclarecidos nas instâncias (

³⁴³ O termo “exemplo pedagógico” é usado no Levante que, por sua vez, extraiu da Consulta Popular. Vale conferir: “Trabalhamos o exemplo pedagógico ao invés do discurso. Ante a banalização do discurso se retoma a centralidade na ação como exemplo pedagógico. Priorizamos investir na construção política em torno de ações concretas que possibilitem a construção da unidade das forças populares”. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>

coordenações e núcleos/células), os casos controversos se tornam rapidamente um motivo de grande instabilidade nos grupos de aplicativos de mensagem instantânea (Whatsapp, Telegram). Não é raro ouvir “eu não posso ficar numa organização que reproduza relações que não aceito ver no mundo”.

E nessa abertura permanente ao debate reside o teste de fogo para o caráter democrático desses movimentos. Nas plenárias ou nas redes de aplicativo Whatsapp, não há algo que não possa ser dito, não há uma proposição ou uma voz tida como ilegítima. Não há divisão entre pensadores e executores. Essa abertura ao debate existe como princípio das organizações, mas sobretudo como prática reiterada. É nesses espaços que os/as integrantes sentem-se à vontade para expor suas expectativas, projetos, vacilações e frustrações, pois os espaços que acolhem são também aqueles que lidam com os ânimos dissidentes. Com isso, as organizações tem a dura tarefa de amadurecer coletivamente através das posições e dos anseios pessoais e coletivos de seus/suas integrantes. Não há uma instância na qual prevaleça o silenciar, não há uma figura de grande proeminência que incorpore em si e dirija a vontade dos outros. O que os mantém unidos é uma teia de afinidades forjadas na interação, a cooperação persistente e a garantia de que, se necessário, o grupo terá de conviver publicamente com suas contradições. E na medida em que mantem a disposição para o autogoverno, de si e de seus pares, não há como negar que combinam o pragmatismo organizativo, tarefeiro, com uma cultura de companheirismo horizontal, feita de interações densas e distribuídas, que se remetem ao regime autogestionário.

Reforços recíprocos, alternância de posições, transparência, diálogo e repactuação persistentes são práticas com as quais as/os militantes instituem cotidianamente as práticas que pretendem ver na organização e na cidade; e nesse mesmo movimento, forjam os sujeitos imbuídos de construir coletivamente esse tipo de instituição, que escapa do pêndulo entre fusão coletiva e petrificação, não se perde nem efervescência nem na esclerose. A esses processos coletivos, Dardot e Laval denominam “atividade consciente de instituição”, ou então, a “práxis instituinte” de um comum.³⁴⁴ Não se trata, lembram os autores, de um ato solene de fundação e não precisa de um sujeito preexistente com um poder constituinte, mas produz seu próprio sujeito na continuidade de um exercício que deve se renovar para além do ato criador³⁴⁵. Nos termos de Dardot e Laval, “a práxis instituinte é ao mesmo tempo a atividade que estabelece um novo sistema de regras e a atividade que tenta reiniciar permanentemente esse

³⁴⁴ Cf. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo, Boitempo, p.462-ss.

³⁴⁵ Os autores montam esse contraste entre poder constituinte e práxis instituinte. Voltaremos a esse ponto adiante, quando refletirmos mais detidamente sobre a noção de “comum”.

estabelecimento pra evitar a paralisação do instituinte no instituído”.³⁴⁶ Esse processo forja uma sociabilidade aberta e orgânica e, ao mesmo tempo, engendra outras subjetivações. Por isso, a práxis instituinte é “ a autoprodução de um sujeito coletivo na e pela coprodução de regras de direito”.³⁴⁷ Os autores se valem dessa noção de “práxis instituinte” para entender cooperativas de produção dos “ Zanon”, “Nueva Esperanza” e na Brukman, ambas fábricas na Argentina geridas por operários, mas também outras experimentações sociais que combinam horizontalidade e igualdade com um acolhimento de heterogeneidades, gerado pelo encontro de trajetórias singulares. Essa práxis instituinte é a peça fundamental para pensar as formas de auto-instituição de uma sociedade, ou noutros termos, de produção coletiva de um comum. Como lembram os autores, isso se deve, em grande medida, ao fato de não separarem a finalidade da atividade que praticam das relações que constroem entre si pra realizá-la juntos, não separam as formas de reflexão daquelas de intervenção no que produzem. Sobre a importância dessa noção do comum como princípio dessas instituições, voltaremos a falar com mais vagar adiante.

Por ora, vale salientar que, para esses movimentos jovens, tal configuração que combina horizontalidade e divisão pragmática de tarefas e instâncias tem permitido um patamar mais elevado na dinâmica cotidiana de sua organização, o que não os libera de engendrar novas contradições com suas bases. O Levante, por exemplo, viveu algo nesse sentido no período do Congresso da UNE de 2017, quando os quadros presentes no evento votaram uma aliança com o campo majoritário. A tese defendida era de que o Levante continuaria a denunciar práticas anti-democráticas da majoritária, mas a conjuntura adversa nacional exigia unidade de forças, o que já vinha acontecendo numa Frente de organizações, que envolvia movimentos, entidades de classe, partidos etc.

A medida já vinha sendo debatida anteriormente nas células e coordenações, mas tratava-se de um ponto controverso, pois a identidade desses movimentos recentes -- dos quais fazem parte Levante, Juntos e Rua --- se dava em grande medida por negação da majoritária União da Juventude Socialista (UJS) e, ainda, pela construção de um outro campo no movimento estudantil (Rua e Juntos na “oposição de esquerda” e Levante no “campo popular”). A data do Congresso chegou e a decisão dos presentes por votar pela coligação com a UJS rendeu um período de instabilidade e acusações internas. A tese ganhou legitimidade por conta da marcha de retrocessos na política nacional, a aproximação rendeu ao bloco a vitória no DCE da USP, as contradições implicadas nessas escolhas mantem-se em aberto.

³⁴⁶ Ibidem, p.471

³⁴⁷ Ibidem, p. 472

Essa ideia do “movimento para dentro e para fora” significa essa dupla expansão: para o interior, o fortalecimento dos vínculos que constituem uma comunidade de luta e de vida. Para fora, a avaliação da correlação de forças e a construção com outros movimentos, entidades e organizações.

E podemos arriscar algumas tendências distintas no interior desses movimentos jovens que cresceram no período. O Levante, que orbita o campo do apoio crítico, tende a crescer com as redes de organizações irmãs, mas até o momento não disputa pleitos eleitorais; segue assim uma tradição do MST e da Consulta Popular. Já *Rua e Juntos*, que se estruturam na narrativa da renovação com superação ao dito lulismo, por estarem liberados dos vícios e erros históricos cometidos, distanciam-se da imagem em certa medida desgastada do Partido dos Trabalhadores e, talvez por isso, tendem a encontrar-se mais rapidamente nos pleitos eleitorais, numa ideia de “ocupar a política” institucional. ³⁴⁸ *Seria ingênuo tentar medir aqui quais organizações conseguirão manter sua “autonomia” ou buscar critérios únicos para medir o potencial transformador de cada uma dessas estratégias. O mais próprio por enquanto é saber que são apostas relativamente distintas, cada uma com suas possibilidades e riscos.*

Sobre o caráter democrático desses movimentos, o fato é que, embora organizados por núcleos e coordenações municipais, estaduais e nacionais, em nenhum deles se identifica um líder que domina pela retórica, ou influencia suas bases por sua personalidade forte e marcante, ou por sua visibilidade diferenciada. Não há um líder carismático cuja vontade se sobreponha à da coletividade. São movimentos jovens que constroem internamente, não sem dificuldades, uma cultura organizativa democrática, marcada pelos trabalhos cooperados e em equipe, pela exigência de administrar suas emoções, que saibam ouvir, dar a fala às outras e outros. Sujeitos implicados cotidianamente em construir saídas coletivamente, em que todas e todos se encontram juntos e lado a lado. O risco de esvaziamento da cultura democrática interna reside, na realidade, em tornar a escuta seletiva, deixar que se assimile mais a fala das coordenações do que aquela de outros integrantes do movimento.

Para essa juventude organizar-se é, portanto, o modo de tornar mais potente seus anseios e ousadia, ampliar seu horizonte de ação e sua capacidade de incidência na conjuntura. Isso tem se dado por meio das experimentações que combinam pragmatismo operacional, cooperativismo

³⁴⁸ Até o fim da escrita dessa tese, entre as figuras da geração de junho que encontraram no PSOL um campo de continuidade para suas pautas, já há vereadores/as, deputados federais e estaduais em São Paulo. Já no caso do Levante, as lideranças despontadas não encontram tradução nos espaços institucionais. Vale reforçar, o importante é perceber que são apostas distintas, com limitações e possibilidades também diferentes.

autogerido (a comunidade de luta) e participação ativa na história nacional. Nessa combinação atualizam a experiência de que “só a luta muda a vida”.

Ações convergentes, diversidade solidária e inteligência de enxame

A partir de 2016 conforma-se no Brasil um cenário nitidamente regressivo, que se insere num panorama internacional de mesmas feições. Analistas políticos, ao fazerem um balanço dos anos pós-2008, já falavam numa “desdemocratização”³⁴⁹. Constatava-se que, entre democracia e recuperação econômica, as saídas neoliberais dos estados nacionais optaram pela segunda. Outros retomavam a noção de “recessão democrática”, para pensar de que maneiras as democracias perdem suas características fundamentais mesmo mantendo a legalidade.³⁵⁰ Estes parecem ser os marcos do enquadramento da segunda metade dos anos 2010.

Em nosso caso, tais processos se dão após uma ruptura institucional que, sob a promessa de recolocar no eixo as contas públicas, repassa às camadas subalternas os ônus da austeridade fiscal, ao mesmo tempo que privatiza setores estratégicos, perdoa dívidas de grandes empresas e, em seguida, passa a reprimir movimentos populares e militarizar a vida urbana.³⁵¹ Para ficarmos em poucos exemplos mais gritantes e ligados a nosso objeto, vale lembrar dos cortes ao programa habitacional à entidades sociais, da venda de refinarias superavitárias do Pré-sal, da presença de um capitão do exército infiltrado em grupos de jovens manifestantes.³⁵² Abriu-se uma novidade jurídica para que escolas ocupadas pudessem ser desocupadas em 24 horas sem pedido de reintegração de posse³⁵³; a sede de um movimento de trabalhadores rurais sem-terra é invadida a tiros; um deputado federal propõe uma lei que considere MST e MTST como organizações terroristas.

Diante dessa adversidade e avanço das forças restauradoras, para alguns dos movimentos populares fica mais claro que o momento exige *convivência na diversidade*, isto é, exige

³⁴⁹ Cf Wendy BROWN em *Undoing the Demos*. Dardot e Laval também se valem do termo “desdemocratização” ao descreverem sobre “a nova razão do mundo”, em obra homônima.

³⁵⁰ Embora nossas análises históricas tenham diferenças em relação a dos autores, lembramos aqui de LEVITSKY,S; ZIBLATT, D. *How Democracies Die* e, ainda, RUNCIMAN, D. *How Democracy Ends*. Os dois livros saem em 2018.

³⁵¹ Um relatório sobre orçamento público, realizado pelo Instituto de Estudos socioeconômicos (INESC), Center for Economic and Social Rights(CESR) e OXFAM, mostra essa prioridade com a estabilização de empresas em detrimento dos direitos constitucionalmente previstos. Cf. INESC. “Monitoramento dos direitos humanos em tempos de austeridade no Brasil”. https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Rel_Dir_Hum_Temp_Aust-NOVO-1- V3.pdf?x63825

³⁵² Sobre o caso do Capitão infiltrado: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-julga-18-manifestantes-presos-com-militar-infiltrado-em-ato-contra-temer-em-2016.ghtml>

³⁵³ Cf. TAVOLARI, Bianca et.al. “As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): entre a posse e o direito à manifestação”. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v37 n.2, mai-ago2018.

construir ações convergentes ainda que as forças mantenham diferenças. Essa disposição também deve ser entendida na chave dos *movimentos para fora* e das “novas coalizões” mencionadas por Ruy Braga.

Sinal disso fora a Greve Geral de 28 de abril de 2017, com ações de bloqueio a ruas e rodovias do país, paralisação em terminais rodoviários e aeroportos. Mais de 150 cidades registravam atos públicos; em São Paulo, contabilizam-se mais de 100 mil pessoas. A greve fora um sinal de que os últimos anos acirravam a contradição deflagrada no pós-junho, isto é, novas coalizões se deram no campo conservador e no campo progressista, com renovação de repertórios de ação e de narrativas. Tanto o impedimento da presidente quanto a greve foram possibilitados por essas recomposições e ressignificações. Mas em 2017 isso significava, para o campo progressista, uma reorganização em posição defensiva.

Para os propósitos dessa tese não menos importante fora a aproximação entre as forças jovens urbanas cuja irreverência vinham baralhando as fronteiras do possível, isto é, os estudantes secundaristas, movimento estudantil e a pauta da mobilidade antes protagonizada pelo Passe Livre. Marco importante fora quando jovens do Rua, Juntos, Levante, União da Juventude Socialista, logo após ao anúncio do corte do passe livre estudantil, redobram a aposta. Não apenas travam ruas, mas ocupam também a Câmara Municipal dos Vereadores. Nesse momento, a conexão geracional torna-se ação convergente e unificada.



14) Estudantes ocupam a Câmara dos Vereadores de SP. São Paulo, 2017. Imagem: Levante Popular da Juventude.

Uma ação como esta não acontece sem mudança nas subjetividades e na disposição para a convergência para fora dos próprios grupos. A decisão de bloquear o cotidiano de uma instituição de tal porte somente é vista como possível quando há um reforço recíproco entre os grupos, uma certeza de que se trata de uma pauta legítima e, ainda, de que as autoridades políticas não tem condições de defendê-las. Trata-se de uma insurgência de grande risco, mas que coletivamente os jovens avaliam ser necessário correr a título de dar visibilidade pública àquilo que acreditam ser justo. Estabelece-se uma convergência na ação, que não seria possível no cotidiano dos movimentos, cujas linhas políticas são distintas.

Ao tomar pelo menos temporariamente esse espaço institucional, os jovens completam no vivido o repertório de espaços que necessitarão de reaproximação e reconfiguração: as ruas, as redes e os centros de decisão. Nesse momento não está claro de que modo isso vai se dar, mas a necessidade continua premente.

No paradigma dos estudos das redes, essa possibilidade de sincronizar diferentes sujeitos e forças com uma *pressão precisa* no opositor, tem sido denominada de “inteligência de enxame”. A *pressão precisa* tem uma íntima relação com a cidade, porque nessa se concentram infraestruturas comunicacionais; nessas os centros de decisão não são instâncias abstratas, mas estão encarnados em espaços concretos, localizáveis, passíveis de serem ocupados; e isso se torna possível com uma rede de articulação “tecnopolítica” na forma do enxame. Como lembram seus autores, “os fenômenos de enxame são formações que emergem em torno do que acontece, que se organizam a partir da força dos vínculos débeis e agrupamentos temporais de interesses e desejos”.³⁵⁴ É esse o caso aqui, uma ação unitária entre forças políticas com identidades e graus de organização diversos, mas convergentes num ponto específico. O grosso da mobilização é feito através das redes de aplicativos de mensagem instantânea, mas mais importante é que esse envolvimento culmina numa ação coletiva num espaço em disputa. E cabe também inserir tal evento na chave conceitual da “tecnopolítica”, na medida em que não se resume a um ciberativismo, mas sobrepõe as camadas das redes com os corpos em espaços públicos, sincronizados por afetos e significados partilhados.³⁵⁵

Esse caso dos estudantes na Câmara dos Vereadores pelo passe livre estudantil é importante para essa tese, na medida em que mostra um transbordamento da pauta da mobilidade. Mas enquanto *pressão precisa* e “inteligência de enxame” esse não foi o único. Na mesma chave podemos ler a ocupação em frente à mesma Câmara em 2014, por parte dos movimentos de

³⁵⁴ TORET, Javier(coord). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2013, p. 106.

³⁵⁵

moradia e sem-teto, pela aprovação do Plano Diretor Estratégico. E também a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de SP em 2016, pelos estudantes secundaristas, pedindo a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigasse um caso de desvio de merendas escolares no Estado. Poderíamos dizer ainda que essa tática da *pressão precisa* se torna mais difundida nesses últimos anos, mas já consta no histórico dos movimentos de moradia pela Reforma Urbana, dos anos 1980 e 1990. Nesse sentido, não se trata de algo completamente novo, mas apenas complexificado, apropriado por outros sujeitos. O novo aqui é sua complexificação na forma da “inteligência de enxame”, caracterizada pela multicamada entre os corpos nos espaços públicos e as redes, de onde se aglutinam forças mais diversas, através de uma campanha massiva, aberta não somente aos grupos já constituídos com identidades claras, mas para uma rede ampliada de sujeitos afetados e simpatizantes de uma pauta específica.

No caso da luta de 2017 pela redução da tarifa, a gestão municipal não se mostrou sensível à demanda, os estudantes não conseguiram reverter o corte, o que tende a acirrar os conflitos já existentes. E embora os jovens não tenham obtido resultados imediatos, a pauta não deixa de atravessá-los. Interessante perceber que desde pelo menos 2015 a “questão urbana” figura entre os tópicos do Conselho de Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes, com destaques para o tema da mobilidade e, especialmente, a defesa do passe livre estudantil³⁵⁶. O mesmo acontece com o Congresso de 2017 da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e na recepção de calouros de 2018 do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo (DCE-USP).³⁵⁷

São esses/as jovens que protagonizam e difundem os significados que se enraízam no tecido social e na opinião pública acerca da necessidade da mobilidade como um direito de todos e todas. Essas narrativas contra-hegemônicas constituem os nós a partir dos quais a questão da mobilidade inscreve novos marcos na cultura urbana. Relatar essa tendência de aproximação nos serve duplamente nessa tese. Evidenciar que um cenário adverso exige redobrar a solidariedade entre os movimentos sociais e, ainda, para reforçar o argumento segundo o qual nesse período a pauta da mobilidade transborda na opinião pública e marca boa parte da juventude, os mais novos personagens a entrar em cena.

³⁵⁶ <https://www.une.org.br/noticias/especial-eleicoes-2016-une-quer-mais-mobilidade-e-qualidade-de-vida/>

³⁵⁷ O CONUBES de 2017 promoveu uma mesa com a participação de Lúcio Gregori, ex-secretário de transportes na gestão de Luiza Erundina (1989-1993), idealizador do projeto tarifa-zero. Na mesa sobre mobilidade urbana na recepção de calouros, promovida pelo DCE da USP, ocorrida na Faculdade Politécnica, em março de 2018, a organização convidou Nilce Aravechia, professora da FAU-USP, Jilmar Tatto, ex-secretário de transportes na gestão Haddad, e o autor do presente texto.

Há ainda outras coalizões do pós-junho, que geram solidariedades entre movimentos e merecem ser destacadas. A primeira delas se dá entre o *Coletivo Rua* com o *Movimento de Trabalhadores Sem Teto* (MTST), em torno da Frente Povo Sem Medo. A segunda entre o Levante da Juventude e o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Em ambos os casos, trata-se de aproximar análises de conjuntura, táticas e estratégias; compatibilizar agenda de atos, fazer formações conjuntas das juventudes dos movimentos e, desse modo, gerar acúmulos partilhados.

Resiliência e crescimento organizativo em tempos ameaçadores

Uma ofensiva conservadora deflagrada em 2016 e que tende a se acirrar nos anos seguintes coloca o pesquisador num mar de dúvidas: o poder institucional consegue minar por completo forças que estão em ascensão? Por ora é impossível dar tal resposta, mas podemos deslocar o próprio olhar da pesquisa, no seguinte sentido.

Primeiro, não medir um movimento social pelos seus resultados políticos no curto prazo, mas observar suas dinâmicas internas, processos silenciosos e menos visíveis, que no entanto fazem crescer seu tecido organizativo. Decorrente disso, é preciso entender o momento presente como feito de múltiplas camadas, que apontam e caminham para sentidos contrários. Isto é, pode-se andar para trás nas altas cúpulas e até nas condições materiais, mas avançar políticas do cotidiano.

Com essa chave de leitura, evitamos duas perspectivas, ambas redutoras, às quais pode-se recair na segunda metade da década de 2010. A primeira é aquela que desqualifica tais movimentos e não vê nesse ciclo de lutas nenhum papel transformador. Nesse polo se encontra o grosso da mídia tradicional, o senso comum dominante, mas também forças progressistas que, ao disputar por muito tempo as altas esferas institucionais, desvincularam-se dessa realidade “das ruas”. Como estamos tratando de forças recentes, ainda não estabelecidas, há uma tendência a essa posição conservadora. No segundo polo estão os que anteriormente viam tais movimentos com idealização, projetando nesses o papel de únicos protagonistas da história. Com maior idealização, é maior também a frustração e o risco de “jogar o bebê com a água do banho”.

A saída para além desses polos passa por reconhecer as possibilidades de resiliência de um movimento e, ainda, por dedicar maior atenção às vulnerabilidades de seus integrantes, que nem sempre apareciam nos momentos expansivos.

Os sujeitos militantes acumulam instabilidades em suas vidas corriqueiras. São estudantes que precisam arcar com os custos de sua manutenção na universidade – deslocamento, alimentação, moradia, livros – e, às vezes, colaborar na família. Muitas e muitos trazem consigo a ambivalência de terem chegado a uma universidade cujas exigências não estão de acordo com as dificuldades das classes populares, como o domínio de línguas estrangeiras.³⁵⁸ Para se manter como militantes, esses jovens devem ter uma disposição interna persistente, que sobreviva a essas adversidades. E o grupo tem de lidar com o fato de que as atividades do movimento não vão contar com uma presença massiva num ato de rua, mas tais tarefas são imprescindíveis para a manutenção da organização.

Uma situação análoga deve ser mencionada no que diz respeito às mulheres. É perceptível um aumento significativo na presença delas em papéis de liderança dos movimento jovens, o que as coloca como protagonistas. Isso não as retira de conflitos internos com parceiros pouco habituados com uma voz feminina forte, tampouco as retira das tarefas profissionais e como mãe.

Por isso, em ambos os casos se torna importante incluir nas organizações as trocas afetivas ligadas ao acolhimento, aos reforços recíprocos, a atenção às necessidades de fala e de escuta. A organização reitera, com isso, um sentido fraternal de *comunidade urbana*.³⁵⁹ Os jovens nutrem esse cuidado frequentemente e seus militantes vêem esses vínculos como parte mesmo de uma organização forte.³⁶⁰

Não por acaso, em momentos de adversidades, os movimentos sobrevivem com aqueles e aquelas cuja vida pessoal está tecida nesses rumos coletivos. Tal constatação pode ser frustrante, mas também pode reverter-se em resiliência – enquanto capacidade de sobreviver e adaptar-se às turbulências. Uma organização resiliente assume que há graus distintos de envolvimento. Não raro, uma organização de grande porte sobrevive por bom tempo com poucas dúzias de coordenadores/as e uma “coluna de militantes” que conseguem manter as funções vitais cotidianas do movimento, manter a presença desse nas atividades das pautas mais centrais a esse

³⁵⁸ Não raro militantes se queixam de que professores esperam que, no primeiro ano de graduação, os alunos sejam capazes de ler textos acadêmicos em três línguas ou possam dispender somas significativas em copias de textos.

³⁵⁹ Entre os jovens, não é incomum militantes exporem nas atividades ou nos grupos virtuais que necessitam de uma ajuda urgente com um problema de saúde, ou no abrigo de um parente ou amigo, ou pedirem uma conversa sobre questões familiares.

³⁶⁰ Não é incomum militantes exporem nas atividades ou nos grupos virtuais que necessitam de uma ajuda urgente com um problema de saúde, ou no abrigo de um parente ou amigo, ou pedirem uma conversa sobre questões familiares.

e manter informados aqueles que não estão presentes, mas nem por isso deixam de se identificar com tais pautas. Cobrar participação nos momentos difíceis pode aumentar a frustração o melhor parece ser mostrar que aquele é um espaço de reforço recíproco, companheirismo e, ainda, *retomar a premissa básica de que individualmente estamos fadados à impotência, isto é, não há saídas que não sejam coletivas*. Além disso, assumir como fato os níveis distintos de envolvimento, mantendo firme os núcelos duros e, ao mesmo tempo, não deixando de manter ativas as redes mais amplas de apoiadores/as.

Essas *coordenações resilientes* descobrem, por outro lado, que o abatimento é localizado e, mesmo num quadro adverso, aparecem ânimos renovados de figuras relativamente novas no movimento, mas cuja força interna está sólida e ainda não se manifestava pelo lugar pouco visível que ocupava. Assim sobrevivem movimentos e, sobretudo em nossas atuais condições técnicas e informacionais, núcleos pequenos conseguem – por razões contextuais insondáveis – produzir efeitos massivos numa determinada ação, o que gera uma nova onda de transbordamento de ânimos e adesões³⁶¹.

Outros traços importantes do movimento resiliente. Primeiro, perceber que nas conjunturas adversas, onde muitas pessoas são afetadas pelas decisões de dirigentes políticos que não representam partes significativas da sociedade, multiplicam-se também o número daquelas e daqueles que querem agir, insurgir-se, mas ainda não encontraram um espaço coletivo no qual essa força se canalize e ganhe densidade. Muitas e muitos se sentem indignados, não podem nada sozinhos, mas buscam um espaço em que sintam ser grande e estruturado o suficiente para que seus próprios esforços não se esvaíam.

Segundo, nas conjunturas adversas, antigas diferenças consideradas inviabilizadoras na relações com outras lideranças e movimentos, passam a parecer menores. Por razões insondáveis, parece que em momentos de vulnerabilidade partilhada há maiores chances de se reabrir diálogos, reencontrar denominadores em comum, superar desavenças. Não necessariamente para construir unidades, mas produzir ações convergentes nas quais a divergência não imploda o esforço coletivo. Nos círculos militantes, isso é visto como uma “generosidade no olhar”.

Ainda do ponto de vista da ampliação do arco de interações, é importante perceber que os movimentos são protagonistas, mas suas lutas podem avançar muito quando conseguem interagir em redes que convergem com suas pautas, com atores de outros espaços, como laboratórios de universidades, ONG’s, entidades de classes, grupos de jornalistas e advogados ativistas ou mesmo figuras políticas de partidos progressistas. Essas solidariedades são um

³⁶¹ Vale conferir a ideia de transbordamento sendo usada no context espanhol, em 2014, portanto quatro anos depois da experiencia do 15M. <https://senti2comunes.wordpress.com/tag/15m/>

fenômeno contraditório, pois põem em risco a identidade coletiva do grupo, mas abrem novas possibilidades.

Terceiro ponto. Como tais sujeitos tem trajetórias e habilidades singulares, ao longo do tempo o movimento também se adapta relativamente de acordo com as inteligências de seus novos protagonistas resilientes. Por exemplo, o Levante desde o início tem como um de seus pilares a agitação: a batucada tem essa função, a mística de algum modo também. Passado alguns anos, integrantes fundamentais da batucada saíram do movimento, o que gerou um certo esmaecimento dessa prática agitativa. Mas por conta da explosão dos estudantes secundaristas – entre os quais muitos se organizaram – e de novos trabalhos em territórios periféricos, a batucada ganha uma energia e feições renovadas. Nessa segunda geração havia uma presença maior de jovens assumidamente gays, que não só tocavam os instrumentos mas também dançavam em performances sobremaneira mais expressivas, sem hesitações nem travas características da geração predominantemente hétero anterior.

Os exemplos acima trazem algo em comum, a saber, o fato de que o político implica uma dimensão do imprevisto. Mesmo numa conjuntura regressiva, fatos cotidianos ou uma ação coletiva podem sensibilizar um grande número de pessoas e fazer explodir o interesse por uma pauta. É preciso estar constantemente atento a essas dinâmicas que reabrem os ânimos coletivos desde esse nível do chão e do cotidiano, que pode se dar em grande medida noutra temporalidade que aquela dos centros de decisão.

A respeito das dinâmicas dos movimentos analisados nesse capítulo, há desafios distintos. O de grupos mais autônomos e com pauta específica, como o Movimento Passe Livre, parece-nos que a maior dificuldade é resistir nos tempos em que a mobilidade perde centralidade na opinião pública ou aqueles em que o movimento não consegue resultados. É um desafio ter uma agenda de atividades, espaços que funcionem como *tempos tecidos coletivamente*. Já jovens organizados – como Levante, Juntos e Rua – conseguem manter formações, envolver nova militância ao frequentar atividades de movimentos irmãos e de partidos mais próximos, mas seu desafio é seguir a linha política mais geral e, ao mesmo tempo, manter-se sensível às demandas concretas e pautas prioritárias de seus jovens, algumas já descritas nos tópicos anteriores. Em outros termos, o desafio é compatibilizar uma posição na conjuntura nacional e os laços orgânicos de perfil pré-figurativo.

Considerações sobre mobilidade sócio-espacial em tempos vindouros

A escolha de colocar num mesmo capítulo a trajetória recente do Movimento Passe Livre e os movimentos de juventude não é gratuita. Ao que tudo indica, mobilidade parece ser um traço central de uma geração constituída no paradigma conexcionista descrito por Boltanski e Chiapello e Jeremy Rifkin, formado nos últimos anos do século XX e virada ao XXI. A mobilidade em suas múltiplas e difusas formas – circular, acessar, tomar contato, participar da vida urbana – perpassa o imaginário social e consta em elaborações diversas. Podemos dizer, numa expressão, que *a mobilidade se torna experiência de liberdade*³⁶². Já na literatura especializada, tende a ficar cada vez mais claro que há uma relação íntima entre “mobilidade urbana e cidadania”.³⁶³

Em nossa perspectiva, a virada do ano de 2017 para 2018 reforça os sinais de que a luta por mobilidade acompanha essa geração. A opinião pública está centrada na turbulenta conjuntura nacional, a agenda urbana encontra-se secundarizada e no ano anterior o Movimento Passe Livre não conseguiu muito mais do que algumas formações em escolas de bairro e ações bem pontuais. Por outro lado, a notícia de aumento de passagem volta a mobilizar. O primeiro ato leva mais de dez mil pessoas às ruas, majoritariamente jovens, dos mais autônomos aos organizados; incluem manifestações de ruas, queima de pneus e bloqueio de avenidas. O Movimento Passe Livre opta por unificar a luta com o ABC Paulista, mostra-se mais aberto a dialogar com diferentes organizações profissionais e partidárias; o sindicato de metroviários também adere por meio de paralisações, incluindo na pauta a crítica à privatização de linhas do metrô e terceirização de bilheterias. Essas solidariedades dão pistas do que pode vir a ser um novo patamar para as lutas.

Os conflitos sociais urbanos por mobilidade tiveram em 2013 um momento de explosão transbordante, mas certamente não seu paroxismo. Poderíamos dizer que foi sua primeira grande onda recente, mas não pode se tornar uma fonte nostálgica. *Uma ideia não se resolve num primeiro ensaio, sobretudo quando suas contradições não foram superadas, mas continuam a se acirrar no cotidiano de largas parcelas da população.* Nos próximos anos, toda vez que São Paulo optar por enfrentar seus conflitos estruturais – o que nem sempre é o

³⁶²Argumentos muito próximos são defendidos pelo engenheiro Lucio Gregori, que foi autor do projeto de Tarifa Zero quando secretário de Transportes na gestão Luiza Erundina. “Mobilidade urbana num período de contradições pela governabilidade”. Tarifa Zero. Disponível em: <http://tarifazero.org/2018/04/22/mobilidade-urbana-num-periodo-de-contradicoes-pela-governabilidade/#more-6882>

³⁶³ Fazemos menção aqui ao livro de Eduardo Vasconcellos. *Mobilidade urbana e cidadania*.

expediente da gestão pública --, a mobilidade será uma pauta premente, a ser elaborada num esforço coletivo.

De nossa parte, devemos dizer que a expansão do transporte coletivo gratuito ou altamente subsidiado pode ser visto, no campo progressista, *como uma política de reparação de danos com as classes subalternas e vulneráveis que arcam, historicamente, com a espoliação da urbanização dispersa*. Não é desprovida de realidade a imagem do artista Bruno Berê, segundo a qual “todo vagão tem um pouco de navio negreiro”.³⁶⁴ Estender a mobilidade a essas cidadãs e cidadãos é parte da reparação dos atrasos engendrados pela herança patrimonialista e escravocrata que produziram o urbano disperso, desigual e bloqueado.

Ora, a mobilidade é condição fundamental para o acesso dessas camadas às informações, conhecimentos e postos de trabalho atualmente concentrados na camada de mais alta renda, que coincidem com a população letrada, branca, capazes de se deslocar, escolher seus lugares - e, em alguns casos, as mesmas que usam do como fonte de extração juros, lucros e rendas. Mas obviamente a questão da tarifa não pode ser isolada de medidas estruturantes que levem “o centro para as periferias e as periferias para o centro”. Isto é, diminuam o movimento pendular casa-trabalho, contenham a expansão da fronteira urbana, descentralizem equipamentos e oferta de empregos, além de retirar a prioridade dada ao automóvel (pelas políticas públicas e pelos desejos individuais). Tais medidas somente podem ser imaginadas através de um projeto de cidade que se ampare nas necessidades dessas camadas populares.

Considerações sobre formas urbanas de “constituir classe”

Até aqui relatamos o percurso de movimentos recentes, que marcam boa parte de uma geração presente nos dias seguintes a junho. Devem ter ficado claros os nexos entre a explosão com a mobilidade em 2013, seu transbordamento para as diferentes forças da juventude organizada. Houve também um contágio desses ânimos em 2015 com Secundaristas e sínteses

³⁶⁴ Essa relação entre o transporte coletivo e seu recorte étnico-racial é desenvolvida na pesquisa de SANTARÉM, Paulo Henrique. *A cidade Brasília (DFE) : conflitos sociais e espaciais significados na raça*. Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 2014. Outra pesquisa de grande envergadura sobre o Movimento Passe Livre de Brasília é o de SARAIVA, Leila. *Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: UnB, 2017

interessantes nos dois anos adversos seguintes: com ocupação da Câmara dos deputados pedindo uma CPI da merenda, a Greve Geral de 2017, a Ocupação da Câmara dos Vereadores também neste ano, pedindo a manutenção do passe livre estudantil. Para compor este quadro, ainda fica para próxima etapa um novo protagonismo e grau de visibilidade pública de movimentos de moradia, em especial do MTST.

Mas desde já sintetizamos a hipótese deste trabalho, que pode ter ficado esmaecida na pluralidade de experiências descritas. O modo como o espaço urbano está configurado atualmente, por razões diversas – objetivas e intersubjetivas –, tornou possível o que em termos tradicionais marxistas chama-se de uma experiência de “constituição de classe”. Os sujeitos se dão conta de que, no urbano, estão inseridos na reprodução das relações sociais capitalistas e, por isso, o espaço é estranho a eles, pensado contra eles.

Mas ao reelaborar significados sobre a cidade, esses sujeitos heterogêneos encontram seus pares e, de modo coletivo, tomam os espaços públicos urbanos demandando um outro sentido para as decisões coletivas, que afetam um destino em comum. O que nossa tese reforça, além disso, é que essa retomada do espaço também tem um repertório urbano, que visa bloquear fluxos existentes e reabrir novas conexões – em termos de leitura da realidade, de consecução de agenciamentos e de afetos coletivos.

Dito mais claramente nesses termos clássicos, fica mais fácil perceber que não se trata aqui de abandonar a categoria “classe”, tampouco a “classe trabalhadora”. *Mas sim compreender que os processos sociais envolvem a produção do espaço.* Isto elucida novos pontos do conflito de classes e coloca novos desafios.

Esse modo de produção do espaço sobrepõem as desigualdades de classe, raça e de gênero. A juventude em trabalhos precários é a mesma que mora nas periferias, eminentemente negras. As mulheres negras periféricas são as que tem jornada tripla no trabalho, em casa e com os filhos. Os jovens negros são os que estão em maior risco de homicídio. Constituir classe no urbano passa por reconhecer as possibilidades dessas sobreposições.

Em relação às lutas no campo e àquelas nas fábricas, talvez os dois maiores desafios das lutas urbanas sejam os seguintes. Primeiro, no campo o sujeito ao organizar-se e conseguir uma terra, obtem ao mesmo tempo abrigo e trabalho, isto é, supre duas necessidades básicas numa só tacada. No urbano, isto é mais difícil, a luta é sempre um sobre-esforço à sobrevivência material. Segundo, nas lutas sindicais características do mundo fordista o trabalho é estável e o espaço da fábrica aproxima os trabalhadores. No urbano pós-fordista, o trabalho precarizado é instável, as formas de aglutinação são diversas. Mas o próprio espaço urbano aproxima os subalternizados.

Isto ficará mais claro ao tratarmos das “periferias ativas” do MTST e, ainda, dos “condensadores sociais” da FLM.

Diante dessa miríade de movimentos, ainda não está posta uma formulação única para o que dissemos sobre “um outro sentido” ao fenômeno urbano, mas as diferentes elaborações aqui descritas apontam para horizontes identificáveis e em alguma medida convergentes. Trata-se de romper dinâmicas espoliativas da cidade camarote e de construir espaços abertos, de livre acesso, livre interação e desenvolvimento dos sujeitos; uma cidade que permita a todos e todas o uso pleno dos recursos urbanos, a efetivação plena do Direito à Cidade.

EXCURSO – Por que o cotidiano urbano

O que se produz ou se constroi nas esferas superiores da prática social deve mostrar sua verdade no cotidiano, que se trate da arte, da filosofia, da política. A autenticação não acontece a não ser neste nível. O que traz tal ideia ou tal obra? O que e até que ponto esta transforma a vida? É portanto ela, a vida cotidiana, que mede e encarna as transformações que se operam “alhures”, nas “altas esferas”. O mundo humano não se define apenas pelo histórico, pela cultura, pela totalidade ou pela sociedade global, pelas superestruturas ideológicas e políticas. Ele se define por este nível intermediário e mediador: a vida cotidiana³⁶⁵ (LEFEBVRE, **Critique de la vie quotidienne II, p. 50**)

Tornar patentes as virtualidades do cotidiano não é restabelecer os direitos da *apropriação*, esse traço característico da atividade criadora, pela qual o que vem da natureza e da necessidade se transforma em obra, um “bem” para e pela atividade humana, e em liberdade? (LEFEBVRE, **Vie quotidienne dans le monde moderne, p. 50**)

“A estratégia global que aqui revelamos (mais do que descobrimos) no plano teórico, constitui uma totalidade nova, cujos elementos, simultaneamente unidos(no espaço, pela autoridade e pela quantificação) e desunidos (nesse mesmo espaço fragmentado, pela mesma autoridade que reúne separando e separa unindo sob o seu poder), vão aparecendo. Há o cotidiano, reduzido ao consumo programado, afastado das possibilidades que a técnica abre. Há o urbano, reduzido a pedaços em torno da centralidade estatal. Há por último, as diferenças reduzidas à homogeneidade pelos poderes coercitivos”. (LEFEBVRE, H. **La survie du capitalisme – reproduction des rapports sociaux, p. 83**)

³⁶⁵ LEFEBVRE, H. (1962) *Critique de la vie quotidienne II - Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris: ed. L'Arché, 1962, p.50

Até o momento essa pesquisa esteve calcada em nosso solo histórico-social, partindo da hipótese de que o cotidiano urbano explicitou como um período de crescimento econômico, de distribuição de renda e de ampliação do consumo pode ao mesmo tempo a reproduzir relações sociais que mantêm condições de vida adversas para aqueles e aquelas que se valem da cidade como lugar do uso e do florescimento da vida. Para falar com nossas imagens, o cotidiano deixa ver os bloqueios da cidade de muros, camarotes, catracas e carapaças. Esse é um primeiro motivo que justifica esse excuro: o “cotidiano” é uma categoria importante para refinar o diagnóstico de uma formação econômico-social em suas dinâmicas vivas, suas acomodações diárias e instituições consideradas menores. Ao analisar contradições urbanas de São Paulo, o que nos deixa ver de que maneiras crescimento econômico e modernização podem conviver com a reprodução de condições de vida precárias é justamente o cotidiano.

Há um segundo motivo. As lutas da juventude retratadas aqui não são outra coisa senão uma *política do cotidiano*, isto é, um esforço coletivo de forjar outra sociabilidade e processos de subjetivação. O cotidiano continua o solo fértil das experimentações sociais que pretendem, com ânimos renovados, construir novas bases do viver juntos – no trabalho, no gozo e no autogoverno. O cotidiano baralha a produção de cultura e a instituição política.

Partindo da premissa de que o trabalho teórico goza de certa liberdade privilegiada em relação àqueles que estão na ação coletiva diária, este excuro expõe uma reflexão que não pretende dar direcionamento nem impor cobrança aos esforços concretos das lutas, mas apenas colocar em circulação substratos que podem enriquecer o campo do possível-impossível. Sem pretensões de autoridade intelectual, mas sob o nível do chão.

Voltamos às formulações de um pensamento fundador dos estudos sobre o cotidiano, a saber, os do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, com esse duplo objetivo. Primeiro, perceber como o “cotidiano” pode ser uma categoria fundamental para a leitura da realidade social. Segundo, compreender por que uma política que se pretende transformadora, como encarnam esses jovens, traduz-se num esforço coletivo por instituir um outro cotidiano urbano. Dito mais concretamente, mostraremos relações entre a “a luta que muda a vida”, o papel dos processos autogestionários na formação dos sujeitos e, ainda, da reapropriação como experiência de liberação. Essa atenção acurada para o cotidiano urbano reforça, nesse sentido, nossa tese geral: se quisermos dar respostas à altura desses fenômenos, precisamos formular uma teoria social mais sensível às contradições urbanas, em seus bloqueios e possibilidades.

O conhecimento multidimensional/ multi-escalar

Segundo Lefebvre, seu intuito inicial ao refletir sobre o cotidiano fora partir daquilo que é familiar, no entanto pouco refletido.³⁶⁶ Para o filósofo, sua análise visou fazer com o cotidiano o que Marx fez com o trabalho e Freud com a sexualidade. Isto significou, para Lefebvre, recuperar um elemento ligado às nossas ações diárias, portanto algo esquecido dos grandes temas filosóficos e, a partir deste, perceber os aspectos fundamentais da sociedade – constituição do Estado, os avanços técnico-produtivos, a cultura material e simbólica – e que, de algum modo, são introjetados pelo sujeito social.³⁶⁷ No caso de Lefebvre, não qualquer sociedade, mas sobretudo a da modernidade capitalista, marcada pelo desenvolvimento desigual. A tarefa do conhecimento é penetrar ativamente nesse objeto, trazendo à luz seu processo de formação.

Nesse sentido, quando se pergunta sobre o cotidiano, responde Lefebvre: “é ele a ‘base’ da sociedade”³⁶⁸. O autor vislumbra no cotidiano o lugar onde forças sociais se concretizam, reproduzem-se e constituem uma forma de vida. Não é exagero dizer, é a partir do cotidiano que Lefebvre entreve uma estruturação social, ainda que aberta e não-definitiva.³⁶⁹ Nesse sentido afirma no vol II da CVQ : “O mundo humano não se define apenas pelo histórico, pela cultura, pela totalidade ou a sociedade global, pelas superestruturas ideológicas e políticas. Define-se por este nível intermediário e mediador: a vida cotidiana”. E em seguida completa: “nesta, observa-se os mais concretos movimentos dialéticos: necessidade e desejo, gozo e não-gozo, satisfação e privação (ou frustração), preenchimentos e lacunas, trabalho e não-trabalho”³⁷⁰. O cotidiano possibilita, portanto, compreender esse domínio psicossocial que envolve os anseios e necessidades que constituem os horizontes de uma subjetividade e os marcos de uma sociabilidade. *Noutra formulação, a “vida cotidiana” permite compreender sensibilidades que compõem uma experiência histórica através de práticas sociais, entender elaborações culturais*

³⁶⁶ Lembrando Hegel, afirma Lefebvre que “o familiar não é por isto conhecido”. CVQI, p. 141.

³⁶⁷ Lefebvre ousa em dizer que a vida cotidiana é, também o que constitui um todo para a subjetividade do ser social. Nos termos do autor: “e é na vida cotidiana que toma forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano – e de cada ser humano – um todo”. CVQI, p.106

³⁶⁸ *Une pensée devenue monde*, p. 168.

³⁶⁹ CVQI, p. 106

³⁷⁰ Le monde humain ne se définit pas seulement par l’historique, par la culture, par la totalité ou la société globale, par les superstructures idéologiques et politiques. Il se définit par ce niveau intermédiaire et médiateur: la vie quotidienne. En elle, les plus concrets des mouvements dialectiques s’observent: besoin et désir, jouissance et non-jouissance, satisfaction et privation (ou frustration), accomplissements et lacunes, travail et hors-travail. Critique de la vie quotidienne II, [1961] 2014, p. 50)

e uma concepção de mundo sem se perder de suas fisionomias.³⁷¹ Se quisermos usar termos lefebvrianos dos anos 1960-70, a crítica do cotidiano permite compreender o “vivido”, a fim de transformá-lo. Ao mesmo tempo esse saber não supõe uma filosofia do sujeito -- seja do conhecimento ou de ação.

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a ‘sociedade’, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) etc. Eis, a nosso ver, a melhor maneira de tratar da questão, o procedimento mais racional para captar nossa sociedade, penetrá-la e defini-la.³⁷²

O cotidiano é, portanto, uma objetivação de dinâmicas mais gerais e de instituições mais abstratas. Ao penetrar o cotidiano, em seus detalhes pouco gloriosos ao poder e à história, compreende-se a sociedade; não qualquer uma, mas a sociedade moderna. Por isso, tem o estatuto de um fio condutor para uma teoria social ao mesmo tempo situada e de ampla envergadura, que não se fragmenta em especializações.³⁷³

Enquanto mediação privilegiada, o “cotidiano” está diretamente ligado à orientação geral de compreender como essa sociedade se perpetua mesmo marcada por desigualdade e conflitos, relações sociais de alienação, exploração, dependência e dominação, além de crises estruturais. Essa questão, pode-se dizer sem grandes riscos, acompanha os quase trinta e cinco anos que separam o primeiro do último volume da crítica. *Não por acaso, é a categoria “cotidiano” que, nesta tese, deixa ver como a cidade locomotiva do crescimento econômico brasileiro pode manter largas parcelas da população numa vida diária espoliativa, fonte de sofrimento psíquico.*

Mas de volta a CVQ de Lefebvre, é preciso ter em conta que, algumas vezes, tal questão aparece em contextos argumentativos mais específicos em que o autor já opera nos termos de Marx. Nestes, diz-se que o cotidiano está ligado não apenas à “reprodução dos meios de

³⁷¹ Entendido por um viés materialista, a “vida cotidiana” se torna uma categoria fundamental para compreender a cultura material e simbólica, que se assenta em práticas, elaborações e instituições. Isso explica por que autores dos denominados “estudos culturais” tem Lefebvre como uma referência. É o caso, por exemplo, de Kristin Ross ou mesmo Fredric Jameson.

³⁷² *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, p. 35

³⁷³ Se quisermos prosseguir numa aproximação entre o método da CVQ e um materialismo antropológico de Walter Benjamin, vale atentar para dois textos, o de Klaus GARBER e do Jeanne-Marie GAGNEBIN em “Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano?” Dossiê Walter Benjamin, Revista USP. São Paulo: ed. Universidade de São Paulo, n.15 set-out-nov de 1992.

produção” [reproduction de moyens de production], ou seja, à força de trabalho do capital móvel(os trabalhadores assalariados) e à do capital fixo(matéria-prima, utensílios e maquinário); o cotidiano está ligado também à reprodução das relações sociais” [reproduction des rapports sociaux], numa expressão, à reprodução das condições histórico-sociais determinadas³⁷⁴.

Essa atenção com a vida cotidiana permite à Lefebvre não recair em análises centradas numa totalidade abstrata, sem sujeito, característica por exemplo do estruturalismo althusseriano, mas sim avançar no objetivo de identificar os bloqueios que mantêm as relações sociais capitalistas e, sobretudo, as possibilidades de superá-las, ou dito de outro modo, os pontos frágeis a partir dos quais se pode forjar uma transformação social desde as raízes. E uma transformação deste estatuto passa pelo crivo justamente do cotidiano

O que se produz ou se constroi nas esferas superiores da prática social deve mostrar sua verdade no cotidiano, que se trate da arte, da filosofia, da política. A autenticação não acontece a não ser neste nível. O que traz tal ideia ou tal obra? O que e até que ponto esta transforma a vida? É portanto ela, a vida cotidiana, que mede e encarna as transformações que se operam “alhures”, nas “altas esferas”. O mundo humano não se define apenas pelo histórico, pela cultura, pela totalidade ou pela sociedade global, pelas superestruturas ideológicas e políticas. Ele se define por este nível intermediário e mediador: a vida cotidiana³⁷⁵ (LEFEBVRE, *Critique de la vie quotidienne II*, p. 50)

É na vida cotidiana que os indivíduos e as classes constituem, ao longo do tempo, a racionalidade e a verdade que se tornam mundo. Este ponto é central: na vida cotidiana – por meio das práticas sociais – que se verificam e autenticam as transformações das “esferas superiores”³⁷⁶, ou seja, nesta está o lastro e concretude dos avanços. Como salienta, é na vida cotidiana que se cumprem as grandes obras. Além disso, Lefebvre enfatiza por diversas vezes que na mesma cotidianidade moderna estão as condições técnico-produtivas, sociopolíticas e econômicas para a superação das alienações – do trabalho explorado, do lazer passivo e da vida

³⁷⁴ Cf. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, p. 37: “não há apenas reprodução biológica(e conseqüente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção e, ainda, reprodução das relações sociais”. Também em “A Reprodução das Relações Sociais”, p.222:

³⁷⁵ LEFEBVRE, H. (1962) *Critique de la vie quotidienne II - Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris: ed. L'Arché, 1962, p.50

³⁷⁶ CVQII, pp. 50. Vale atentar para a formulação mais completa: “O que se produz ou se constroi nas esferas superiores da pratica social deve mostrar sua verdade no cotidiano, que se trate da arte, da filosofia, da política. A autenticação não acontece a não ser neste nível. O que traz tal ideia ou tal obra? O que e até que ponto esta transforma a vida? É portanto ela, a vida cotidiana, que mede e encarna as transformações que se operam “alhures”, nas “altas esferas”. O mundo humano não se define apenas pelo histórico, pela cultura, pela totalidade ou pela sociedade global, pelas superestruturas ideológicas e políticas. Ele se define por este nível intermediário e mediador: a vida cotidiana”

atomizada. Portanto, o conceito de cotidianidade traz um aspecto central de seu pensamento dialético, a saber, o “princípio da dupla determinação”³⁷⁷

Um bom método para pensar essa realidade contraditória é perceber como no cotidiano convivem múltiplas temporalidades, cujas distintas camadas podem apontar para sentidos diversos. O poder institucional pode estar assentado em relações sociais arcaicas, regressivas, mas na sociedade pode haver múltiplos espaços e forças de dinamização, não controladas pelo poder. O autor que desenvolveu bastante as temporalidades do cotidiano, mas sem apostar em movimentos sociais, fora José de Souza Martins³⁷⁸.

No que diz respeito às disputas de seu momento histórico, a análise de Lefebvre acerca da vida cotidiana fora também uma crítica aos encunçados que entendiam na chave do “progresso”³⁷⁹ o aumento dos níveis de produtividade, de investimentos em setores de base – energia, infraestrutura e transporte – e o acesso crescente, por parte das camadas médias e populares, às tecnologias e bens de consumo de massa: a eletricidade, o telefone, televisão, mobilidade individual por automóvel, eletrodomésticos etc. Como lembram historiadores, esta modernização gozava de amplo consenso da opinião pública francesa. Em 1944 o secretário-geral do PCF declara que “produzir é hoje a forma mais elevada do dever de classe”³⁸⁰ O otimismo impacta inclusive a organização dos centros de produção de conhecimento. Criam-se institutos nacionais de pesquisas estatísticas, econômicas, com estudos a respeito da contabilidade e do PIB nacional. Em 1950, é inaugurada a “Associação Francesa pelo Crescimento da Produtividade” (AFAP). Mas um dos maiores entusiastas destes rumos sociais foi Jean Fourastié, conselheiro econômico do governo francês em 1945 e membro da futura OCDE. Para Fourastié, a produtividade seria um estado de espírito da modernidade, o aumento do nível de vida e de padrões de consumo seriam seus maiores bens. Esta figura pública, cujas publicações foram amplamente lidas, foi em grande medida responsável pelo mito da prosperidade daqueles anos, tornado celebre pela expressão dos “Trinta Gloriosos”³⁸¹

Essas noções de progresso e prosperidade são postas em xeque desde o volume de 1946, onde Lefebvre faz críticas ao produtivismo, ao economicismo e, ainda, à entrada na

³⁷⁷ CVQII, p. 52

³⁷⁸ Aí pode se encontrar uma chave interessante de análise do fim dos anos 2010.

³⁷⁹ Nessa crítica ao progresso, a posição de Lefebvre se aproxima daquela de Benjamin em relação à social democracia na Alemanha, sintetizada nas teses *Sobre o conceito de história*. Autor que salienta bem esse tópico do pensamento benjaminiano é Michael Lowy, em especial em LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: ed. Boitempo, 2005. Também em *Centelhas de Esperança*. São Paulo: ed. Boitempo, 2017.

³⁸⁰ FRESSOZ e JARRIGE, 2015, p. 63

³⁸¹ BOULAT, 2015, pp81-98

modernidade entendida sob o signo do consumo das tecnologias recentes.³⁸² Esta crítica vale, inclusive, tanto para o modelo de desenvolvimento norte-americano, em grande medida absorvido na França social democrata daqueles anos, quanto para o modelo soviético, tido como referência por boa parte da esquerda oficial. É neste contexto argumentativo que afirma: “os homens não lutam e não morrem por toneladas de aço. Nem por tanques ou bombas atômicas. Eles aspiram à felicidade e não a produzir”.³⁸³ Para Lefebvre, há um abismo entre crescimento econômico, portanto *quantitativo*, e uma ausência ou mesmo regressão em termos de desenvolvimentos do todo social concreto e cotidianos, portanto *uma transformação qualitativa nas relações sociais e formas de vida*. Donde a importância, já nesse contexto, da noção de desenvolvimento desigual³⁸⁴, da distinção entre crescimento e desenvolvimento e a afirmação segundo a qual “longe de suprimir a crítica da vida cotidiana, o progresso técnico moderno a realiza”³⁸⁵

Todavia, a crítica lefebvriana à técnica e ao produtivismo não traz um tom de utopia regressiva e passadista. Pelo contrário, o autor reabilita a aposta segundo a qual nos avanços técnico-produtivos há as condições infraestruturais para a superação do trabalho abstrato e lazer passivo que mantem um cotidiano empobrecido. É possível instituir um cotidiano feito de abundância coletiva, de organizações democráticas de decisão e formas não-alientantes de prazer e júbilo. Trataremos disso adiante, ao analisar as noções de “uso ótimo da técnica”, a “autogestão” e da “re-apropriação”

Historiadores confirmam o fato de que, no fim dos anos 1950 e início de 1960, o entusiasmo com a produtividade cede relativamente lugar, no imaginário político, para a tônica da planificação, onde o Estado tem de tomar em mãos os rumos do crescimento, do qual um dos pilares é o ordenamento do território.³⁸⁶ Nesse caso, a Crítica da Vida Cotidiana é incorporada numa análise do urbanismo e mostra em que medida o dirigismo estatal produz espaços abstratos, estranhos aos indivíduos.

³⁸² Esta crítica ao produtivismo aproxima a posição de Lefebvre de autores como Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, que naqueles anos animam a revista *Socialisme ou Barbarie*. Cf, por exemplo o primeiro número, em 1949, p.22

³⁸³ CVQ I, p.56.

³⁸⁴ José de Souza Martins é quem destaca a centralidade da noção de “desenvolvimento desigual” em Lefebvre. Como lembra o sociólogo, tal noção é extraída de Lenin. Cf. MARTINS, op.cit., p.17

³⁸⁵ CVQ I, p.16

³⁸⁶ BOULAT, op.cit., p.95; VEDRLOGE, op.cit., p. 120.

Ao analisar a modernidade capitalista de meados do século XX, sobretudo a sociedade francesa, Lefebvre se dá conta de que os avanços técnico-produtivos continuam em marcha, reorganizando não apenas o mundo do trabalho, mas incorporando outros domínios da vida e do tempo livre. Em sua crítica ao progresso e à modernização, Lefebvre nota ainda que camadas sociais que carregam o fardo destas relações sociais não aderiram às expectativas históricas que Marx havia lhes atribuído, mas aos poucos foram acomodados ao *ethos* burguês, mesmo que processos de alienação tenham se multiplicado e, agora, tornados mais multifacetados. Neste sentido afirma: “o lazer, o trabalho e a ‘vida privada’ constituem assim um conjunto dialético, uma estrutura global. Através desta estrutura global se restitui uma figura historicamente real do homem e do humano a um certo grau de desenvolvimento: a um certo estágio da alienação e desalienação”.³⁸⁷ Ainda que a visada seja para a “estrutura global” desta sociedade, Lefebvre empreende uma análise fina da materialidade da vida social.

Argumenta que a civilização industrial moderna, fortemente marcada por regimes de trabalho parcelares, abstratos e impessoais, necessita de um lazer que seja, ainda que previamente determinado, a “imagem inversa” ou a compensação do mundo do trabalho. Se neste espírito fragmentado o trabalho é tido como o reino da necessidade, o lazer é o da liberdade – num sentido específico. Mas para que o lazer tenha a aparência de suspensão das atividades cotidianas, este deve ser desprovido da inquietação intelectual, mas sim focar na *distração*, na *passividade*, no *relaxamento* destituído de caráter formativo ou pedagógico.³⁸⁸ Por isso afirma Lefebvre “o homem moderno espera portanto encontrar no lazer o que seu trabalho e sua vida familiar e privada não propiciam”³⁸⁹. Neste lazer apassivado e compensatório, portanto, os indivíduos se encontram alheios às suas potências internas criadoras e vivem parodias da modernidade.

O trabalho, por sua vez, é construído cada vez mais por atividades repetitivas, oscilando entre monotonia e tensão, num meio imerso em relações com máquinas e tratativas impessoais entre indivíduos.³⁹⁰ Estes traços são, de certo modo compartilhados, no entanto a

³⁸⁷ CVQI, p. 49.

³⁸⁸ *ibidem*, p. 41.

³⁸⁹ *ibidem*, p. 42.

³⁹⁰ Interessante lembrar as origens desta crítica à divisão do trabalho num autor como Adam Smith: “No progresso que a divisão do trabalho traz, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, ou seja, a massa do povo, limita-se a um numero de operações simples, quase sempre a uma ou duas. Ora, a inteligência da maioria dos homens forma-se necessariamente através de suas ocupações cotidianas. Um homem que passa toda a vida a cumprir um pequeno número de operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou muito

natureza dos frutos do trabalho ainda acentuam as diferenças entre classes e frações de classe. Para as classes proprietárias de meios de produção, há os privilégios da gestão de rendimentos, da organização da produção e dos excedentes consagrados ao ciclo de acumulação. Para as classes assalariadas, o trabalho ainda se impõe como potência estrangeira e opressiva,³⁹¹ esses se vendem enquanto força de trabalho abstrato, medido por hora, por mês, por ano³⁹², o que os extenua, embrutece e lhes dá a feição de coisa. A esses é bloqueado o acesso aos excedentes gerados, aos saberes e relações ligados à organização e controle. Estes aspectos constituem o que se denomina “condição proletária”, uma situação ao mesmo tempo de expropriação, invisibilidade ou não-reconhecimento, mas por outro lado de concreção da força social contrária à sociedade capitalista.

O trabalho é, portanto, isolado de conteúdo, desprovido de sentido ou função no todo social. Estabelecidas as proporções e respeitadas as diferentes naturezas, nenhum desses agentes se reconhecem nos resultados de suas atividades cotidianas; o trabalho, portanto, não é apropriado enquanto fim em si, mas para fins de sobrevivência. No caso da classe trabalhadora, é o trabalho por sobrevivência em senso estrito; no caso dos proprietários, sobrevivência porque a abundância produzida não possibilita a irrupção de um trabalho livre criativo, mas permanece no regime da racionalidade mercantil, convive por vezes com a escassez decorrente do *ethos* do entesouramento³⁹³. De todo modo, o trabalho é apenas um meio de vida, mas não uma parte integrante da autoprodução da vida dos indivíduos. Entre outras razões, porque o trabalho tende a despersonalização que reproduz um mundo inumano. Desaparece a possibilidade de um trabalho que coincida com uma *práxis* ou uma *poiesis* nas quais se realize a humanidade do homem.

A constituição da vida privada remonta, por sua vez, às origens da sociedade de classes na modernidade capitalista. Esta diz respeito ao domínio configurado historicamente pela desintegração do indivíduo burguês em relação ao tecido social da comunidade tradicional³⁹⁴. Num mundo crescentemente inumano, a vida familiar ganha o status de um reduto também compensatório. Com sua mulher e seus filhos, afirma Lefebvre, o homem se encontra em “foro interno”. Num ensaio escrito nos anos 1950 Lefebvre salienta que a vida privada é onde o

aproximadamente os mesmos, não tem como desenvolver a inteligência, nem exercitar a imaginação na busca de expedientes que afastem as dificuldades, que ele nunca encontra; assim, ele perde naturalmente o hábito de exercer ou expandir essas faculdades e torna-se, em geral, tão bruto e ignorante, quanto possa tornar-se uma criatura humana”. SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*, pp.734-735

³⁹¹ CVQI, p. 48

³⁹² Cf. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, p. 41

³⁹³ Cf. *ibidem*, p. 42

³⁹⁴ Vale lembrar que o tema da vida privada é trabalhado num ensaio dos anos 1950 “La Conscience Privée”. Encontra-se em LEFEBVRE, 1999, pp. 237-255.

sujeito se sente “ele mesmo”, por contraste com as relações do trabalho e às da vida pública. A constituição da vida privada decorre ainda do processo no qual o indivíduo se identifica apenas com suas propriedades: “o burguês não é ele mesmo senão em meio aos seres, aos objetos, as ideias que lhe pertence”. Em seguida completa: “Ela [a consciência] se afirma unicamente no que ela possui”.³⁹⁵ Há aí uma identificação entre atividade vital do sujeito e suas propriedades privadas, o que diz bastante a respeito tanto da configuração da subjetividade quanto de suas objetivações. Explica, entre outras, a razão pela qual os modos de satisfação deste indivíduo estão enredados nas posses individuais, mas também o porquê do trabalho se associar única e exclusivamente ao acúmulo de capital. Ora, apenas nestes momentos os sujeitos se percebem como tal.

Na perspectiva do filósofo, pelo fato de a vida privada se dar neste divórcio do eu pretensamente autônomo e distinto em relação ao meio social, esta é também a vida privada de realidade. Por isto afirma que “sua consciência, em vez de se ampliar e de conquistar o mundo, dobra-se sobre si mesma, contrai-se. E quanto mais ela se retrai, mais parece ‘sua’ ”.³⁹⁶ Neste quadro o sujeito, que se constitui e se desenvolve no seio de interações e relações histórico-sociais, inverte e reforça para si a ideia de que sua consciência é sua como suas posses, ou melhor, a de um indivíduo autônomo; crê-se, portanto, autossuficiente e independente. Neste distanciamento se torna mais fácil, inclusive, associar à origem da consciência uma entidade transcendental, seja ela um ser onipotente ou uma razão pura.

Esta cisão sujeito-mundo seguida de oposição pode ser entendida tanto na chave de um conhecimento falseado quanto em termos de uma dissociação emocional. Esta dupla determinação elucida o argumento segundo o qual “o indivíduo privado de realidade humana é privado de verdade. Ele é separado de sua realidade social e humana concreta, privado de uma consciência (hoje tornada possível e necessária, tendo em conta a estrutura social, a técnica e a ciência modernas) do conjunto prático, histórico, social”³⁹⁷. O indivíduo moderno em questão, fica claro, é o homem proprietário, figura dominante e expoente, cuja consciência está contraída sobre si mesma.

Esta dissociação da consciência privada individualista não é apenas uma força de desintegração social, mas traz impactos danosos para o próprio sujeito. “O indivíduo burguês ou pequeno-burguês não sofre apenas de uma cisão, de uma separação e de uma contradição entre o privado e o público, a consciência de si e a consciência social, a interna e a externa. Ele

³⁹⁵ LEFEBVRE. *La Conscience Privée*, 1999, p.239.

³⁹⁶ Cf. CVQ I, pp. 157-158.

³⁹⁷ CVQI [1947] 2009, p. 161

sofre de uma confusão inextricável, de uma interversão dos termos que o conduz à inconsciência, à angústia, à dissolução”³⁹⁸. O indivíduo proprietário atomizado oscila, se quisermos, entre a autoafirmação de suas forças considerada independente de qualquer outrem e o sofrimento pela ausência de vínculos com um mundo onde só ha relações inumanas, o que o leva à dissolução de suas forças. Estes tipos de sofrimento Lefebvre sintetiza na expressão “o individualismo contra o indivíduo”.³⁹⁹

Essa tríade – trabalho abstrato, lazer passivo e vida privada de realidade – compõe o conjunto de atividades e interações corriqueiras do homem contemporâneo e constituem a forma de vida na qual se estabiliza – por uma economia de compensações -- os tensionamentos impostos pela racionalidade social vazia e contraditória. A estabilização nesse quadro significa, obviamente, um apequenamento, na medida em que implica um alheamento em relação às potências do sujeito e da sociedade. “No trabalho, a passividade, a aceitação inevitável de decisões tomadas alhures e vindas do alto; na vida privada, os condicionamentos diversos, a fabricação do consumidor pelo fabricante de objetos; nos lazeres, a imagificação e espetacularização do ‘mundo’. Dito de modo breve, por toda parte a passividade, a não participação.”⁴⁰⁰ Na reprodução das relações sociais há, portanto, não apenas a dimensão da exploração do trabalho, mas também de aceitação e consentimento com tal cotidiano.

É necessário destacar que, ao ampliar o escopo da crítica para além do mundo do trabalho, Lefebvre formula um *materialismo complexificado*. Concebe que a formação e integração dos sujeitos sociais é capilarizada nesse quadro de interações e relações da vida ordinária. Mas essa ampliação do escopo fundamenta um embate político de sua época, qual seja, o de que transformações econômicas – o avanço produtivo ou mesmo a justiça distributiva -- são necessárias mas não são suficientes para superar os bloqueios e cisões às quais estão submetidos sociedades e sujeitos modernos. Isto se verifica, por exemplo, em sua crítica ao regime soviético, quando o autor já fora expulso do Partido Comunista Francês: “as forças produtivas não definem o socialismo. O nível elevado das forças produtivas, necessário como mostra o exemplo da URSS, não é suficiente para sua instauração, como nos mostra o exemplo dos EUA, ainda que um certo nível das forças produtivas seja indispensável para que a

³⁹⁸ L’individu bourgeois ou petit-bourgeois ne souffre donc plus seulement d’une scission, d’une separation et d’une contradiction entre le privé et le public, la conscience de soi et la conscience sociale, l’interne et l’externe. El souffre d’une confusion inextricable, d’une interversion des termes que le voue à l’inconscience, à l’angoisse, à la dissolution. *Conscience Privée*, p. 240)

³⁹⁹ CVQI, p. 91

⁴⁰⁰ Dans le travail, la passivité, l’acceptation inévitable de décisions prises ailleurs et venues d’en haut; dans la vie privée, les conditionnements divers, la fabrication du consommateur par le fabricant d’objets ; dans les loisirs, la mise en images et en spectacle du ‘monde’. Bref, partout, partout la passivité, la non-participation *Metaphilosophie* ([1965]2000), p. 111

‘vida se transforme’ ”⁴⁰¹. Lefebvre pretende chamar para si uma posição realista e mais complexa. De acordo com esta, “o socialismo (a sociedade nova, a vida renovada) não pode se definir concretamente senão no nível da vida cotidiana, com um conjunto de transformações no que se pode chamar de o vivido”⁴⁰². Com isso, Lefebvre reforça que uma mudança social radical não ocorre apenas mediante uma mudança político-econômica estritamente institucional, mas passa por reestruturações múltiplas e profundas das formas de vida, ou seja, nas valorações, na sociabilidade e nos regimes de autogoverno. Deste modo, o autor exponencia as exigências transformadoras que visam o estabelecimento de uma sociedade livre e efetivamente democrática. É, nessa medida, uma radicalização da crítica.

A divisão entre trabalho abstrato, lazer compensatório e vida privada ensimesmada tivera tamanha realidade na sociedade francesa que o reordenamento produtivo dos anos 1970 tenta internalizar a crítica da vida cotidiana. Ao cartografar os aspectos de um “novo espírito do capitalismo” para o ultimo quartel do século XX, Bolstanski e Chiapello identificam esse esforço das vanguardas do capital em valorizar os trabalhos criativos, baralhar a vida pública e a vida privada.

Mas no mundo corporativo, as ideias-força da criatividade e autonomia entram no redemoinho da inovação das mercadorias e, ainda, da flexibilização do trabalho assalariado, injunções extremamente necessárias para reverter a crise estrutural que abateu as taxas de lucro dos grandes players da época. Obviamente, a absorção da CVQ é também o engendramento de seu exato contrário, o que a mantém viva e necessária. Isso fica mais claro ao atentarmos que a crítica exige transformações profundas nas relações sociais, ou dito mais concretamente, exige um sentido para os avanços técnico-produtivos (a modernização), bem como nas formas de decisão coletiva e, ainda, de fruição e gozo do tempo livre.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 56.

⁴⁰² Ibidem, p. 57

Um outro cotidiano: uso ótimo das técnicas e participação efetiva

“Não desejamos saber de um mundo em que a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio”. VANEIGEM, R. *Tratado*, p. 8

Se há algo que está claro para Lefebvre desde seus textos de juventude e reaparece nas análises de momentos históricos efervescentes e revolventes como a Comuna de 1871 e Maio de 68, é o fato de que há uma relação inevitável entre transformação social e liberação subjetiva. Como já anunciara no texto de 1936, a tarefa filosófica marxiana de transformar o mundo somente se completa com a aposta rimbaudiana de *changer la vie*.⁴⁰³ Trata-se, se quisermos, de dois momentos indissociáveis de um único movimento societário.

Por isso, vai afirmar em tom de balanço que, diante da do mal-estar dos anos 1930 e 1940, escritores e artistas estavam em buscas muito próximas, ainda que com saídas distintas. Se as dos surrealistas apontavam para o imaginário e o inesperado, para Lefebvre e os jovens filósofos estava num cotidiano renovado: “não sem relações com o clima da Liberação, a crítica da vida cotidiana pretendia renovar o velho humanismo liberal, substituí-lo por um humanismo revolucionário”. Este humanismo exige um desvio para as condições histórico-materiais de formação dos sujeitos. Por isso, reforça: “esse humanismo não tinha por objetivo adicionar uma retórica e uma ideologia a algumas modificações nas superestruturas (constituições, Estado, governos), mas sim mudar a vida”⁴⁰⁴

Em Lefebvre, a ideia-força que integra os dois momentos de transformação social e liberação subjetiva é a de “participação”. Esta aparece em contextos argumentativos diversos, algumas vezes num sentido amplo para explicar a necessidade, a aspiração e o direito do sujeito social se formar, desenvolver-se e transformar seu meio social. Mas aparece também com um sentido mais estritamente político, designando a participação como uma prática que legitima decisões coletivas. Há no primeiro volume da CVQ uma passagem elucidativa dessa polissemia do termo.

Lefebvre discorre sobre aspectos da atomização psicossocial na modernidade burguesa e uma contradição profunda. Nesta, a sociabilização, aquilo que nos faz humano, é também o que nos torna inumano. Este é um dilaceramento que se torna um drama para as gerações jovens. Então se pergunta: “Como superar essa organização?” Sua resposta é: “por uma

⁴⁰³ Lefebvre comenta isso em : . O tópico aparece também em *68, une histoire collective*, para explicar

⁴⁰⁴ *Vie quotidienne dans le monde moderne*, p. 69.

participação prática e teórica, no trabalho e no conhecimento, na totalidade social e humana. Este é um problema fundamental que coloca a transformação do mundo”.⁴⁰⁵ No segundo volume da CVQ, ao refletir sobre a necessidade de superar a cisão entre a *vida privada*, individual, e vida pública, do cidadão, Lefebvre defende que a única solução proposta é a “a abertura, a participação, esta da vida privada na vida coletiva, social e política – esta do homem cotidiano no homem histórico, na problemática da totalidade (da sociedade global)”⁴⁰⁶.

Como lembra Lefebvre, isso não implica dissolver o individual no coletivo e o privado no público, mas sim de “elevá-los ao nível do histórico”.⁴⁰⁷ Trata-se de pensar uma força motriz que retire o indivíduo atomizado de sua pobreza e o abra conscientemente para as práticas sociais que podem reconfigurar a vida diária em seus mínimos detalhes. Nos termos do autor, “ a abertura da vida privada à vida pública assim como a participação ativa na história e na ação política visam delinear o homem cotidiano e negar sua ‘privação’. Sem desaparecer, a cotidianidade ia se enriquecer e ligar organicamente à totalidade: ao homem total”.⁴⁰⁸ Portanto, participar é uma força de restauração de vínculos sociais e, ainda, entre o indivíduo privado e sua humanidade genérica como parte do homem total(o conjunto das relações sociais).⁴⁰⁹

Ao nos deslocarmos de uma perspectiva mais ontológica do ser social para outra mais estritamente política, podemos notar que tais teses alicerçam a perspectiva segundo a qual a participação é ponto fundamental para um regime associativo que atualize na consciência dos indivíduos o fato de as vidas individuais serem diretamente tocadas pelos rumos gerais e, ainda, o fato de avanços sociais significativos somente se darem por saídas solidariamente pactuadas.⁴¹⁰ Trata-se, antes de tudo, de uma aposta radical na participação como construção democrática, de modo que o destino coletivo deixe de figurar como misterioso, inacessível e se torne de fato o lugar das decisões partilhadas, capilarizadas e distribuídas pelo tecido social. É

⁴⁰⁵ CVQ I, p.159

⁴⁰⁶ CVQII, p. 74. Mas uma formulação muito parecida já está no texto de 1947. Quando discorre sobre a atomização na modernidade burguesa, pergunta: “Como superar essa organização” e em seguida responde: “por uma participação prática e teórica, no trabalho e no conhecimento, na totalidade social e humana. Este é um problema fundamental que põe a transformação do mundo”. CVQI, p. 159

⁴⁰⁷ CVQ II, p. 75

⁴⁰⁸ CVQII, p. 75.

⁴⁰⁹ Vale lembrar de um trecho de *Sobre a Questão Judaica* citada em LEFEBVRE, H. Marx Morceaux Choisis, p. 217: L’émancipation humaine ne sera réalisée que lorsque l’homme individuel réel aura absorbé le citoyen abstrait, lorsqu’en tant qu’homme individuel dans ses rapports individuels, il sera devenu un être générique et qu’ainsi il aura reconnu ses ‘forces propres’ comme forces sociales et les aura organisées lui-même comme telles, et que par conséquence il ne séparera plus de lui la force sociale sous forme de pouvoir politique

⁴¹⁰ Na ultima parte dessa tese discutiremos sobre movimentos urbanos onde essa experiencia aparece nos envolvidos. Mas desde já vale conferir, a partir de 2min50seg, o video “Escolas ocupadas recebem artistas, músicos e apoiadores”. Rede TVT, 07 dezembro de 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=bakC7dDd1Pc>

fundamental, por isso, do ponto de vista da administração daquilo que é público e comum, mas é decisivo sobretudo para as classes e grupos sociais hoje subjugados postarem-se em posições libertadoras. Noutros termos, participar no futuro partilhado é uma força motriz para a libertação das populações subalternas, invisibilizadas, privadas de direitos e da possibilidade de forjarem para si mesmos sua história.

Para Lefebvre, desde Marx a aposta numa democracia concreta – que somente se efetiva para além dos marcos do capitalismo -- exige o avanço da participação, na medida em que não se pode esperar demais de dirigentes, especialistas da economia e da política.⁴¹¹ Isso ficará mais claro quando a autogestão voltar no debate sobre o fenômeno urbano.

A aposta é radical na medida em que Lefebvre insere estes insights numa “teoria do depercimento do Estado” [theorie du deperissement de l’État].⁴¹² Ainda que nos volumes da CVQ Lefebvre não se preocupe em conferir contornos mais precisos a esta perspectiva, vale explorarmos algumas linhas gerais.⁴¹³ Ora, não é novidade dizer que o Estado capitalista, desde suas origens, torna-se a maquinaria com a qual a classe dominante legitima, por meios institucionais e ideológicos, o acúmulo de capital seguido de exploração das classes trabalhadoras.⁴¹⁴ Mas o Estado é também, para Lefebvre, a força que cria coesão social de modo abstrato, sem substância vital mas por meio de coerções. O conhecimento crítico tem como horizonte, portanto, o desaparecimento deste Estado separado da sociedade, repressor que naturaliza e reproduz relações sociais de exploração, dominação e dependência, os motores dos constrangimentos e desintegração social modernos.⁴¹⁵ Deperecer deve ser entendido, portanto, não como desaparecimento ou morte, mas na complexidade com a qual a tradição dialética compreende, de Hegel a Marx, o termo “fim”.⁴¹⁶ Visa-se se o término do Estado separado da sociedade, mas isso significa também que o primeiro cumpra seu fim último, isto é, seus objetivos mais fundamentais. Esse é um tema de extrema profundidade, que por conta de nossas limitações nesse momento, não poderemos ir muito mais longe.

Precisamos por tónica no fato de que a participação com a qual se supera o Estado separado da sociedade implica um reordenamento da economia política, tornada efetiva na

⁴¹¹ CVQ, p. 45.

⁴¹² As elaborações aparecem em CVQII, p. 76, mas também – já em sua relação com a praxis – em *ibidem*, p. 242.

⁴¹³ Estamos cientes de que a tese lefebvriana daria ensejo para longos debates em torno da “Teoria do Fim do Estado” em Marx. No entanto, optamos por nos manter ancorados das problemáticas mobilizadas pelo próprio autor Lefebvre, na medida em que estas já deixam claro o sentido que tal teoria tem em seu projeto para o cotidiano.

⁴¹⁴ Basta lembrarmos do conhecido capítulo XXIV de *O Capital*, acerca das origens da acumulação primitiva. Cf. MARX, K. *O Capital* – livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: ed. Boitempo, 2013 pp. 785-834.

⁴¹⁵ CVQII, p. 77: Le privé ne se hausse au niveau du public que sip le public cesse de se situer dans les spheres inaccessibles et mystérieuses, s’il s’abaisse vers le privé pour se résorber dans le quotidien. Ce processus de dépassement entre aussi dans la détermination de la démocratie concrete. La démocratie v avers le dépérissement de l’État e vers le dépassement du conflit “privé-public”. Ou bien elle ne vit pas.

⁴¹⁶ Para entender essa complexidade do termo fim, uma boa referencia é o *Fim da História* de Lefebvre.

“autogestão”.⁴¹⁷ Sob esse signo, visa-se tornar equânime a distribuição dos meios de produção para que os indivíduos superem a alienação no trabalho explorado e forjem relações livres. Se quisermos, podemos dizer que essa é a aposta mais radical da associação cooperativa onde todos são senhores e não há escravos.

Mas em Lefebvre, essa liberação está para além do caráter redistributivo da produção estrito senso. Lefebvre dela se vale para pensar o fenômeno urbano, onde se concentram os avanços técnico-produtivos e também a circulação de informações e conhecimentos. Nesse meio urbano se abre novamente a possibilidade para criar redes complexas e organismos capazes de gerir o setor produtivo e as unidades territoriais. Essa hipótese, reconhecidamente como uma extensão difícil, é a que Lefebvre chama de “autogestão estendida da produção e das empresas às unidades territoriais.”⁴¹⁸ A autogestão vai ser central, como veremos adiante, para produzir espaços pautados pelas necessidades sociais dos usuários e pela primazia do uso.

E mais, o impulso autogestionário transborda num rompimento com o lazer passivo no consumo, reorganizando o tempo livre e os modos de prazer e gozo. Por isso, a ligação entre autogestão e o *changer la vie*: “a autogestão mostra a via de uma transformação da vida cotidiana. ‘mudar a vida’, assim se define o sentido do processo revolucionário”⁴¹⁹ “autogestão” está entre as demandas concretas que levam a reestruturações amplas na sociabilidade e subjetivação. Por esse vínculo com o tempo livre, a autogestão aparece sempre próxima de outro operador fundamental, a “reapropriação”.

Estamos aqui no núcleo do impulso utópico lefebvriano. Suas análises atualizam e agudizam o conhecido diagnóstico de Marx segundo o qual, no modo de produção capitalista moderno, “os homens fazem sua história, mas não de acordo com sua própria vontade”⁴²⁰. O conteúdo utópico-realista da crítica se assenta na aposta de que nesta mesma modernidade capitalista há condições socioeconômicas e técnicas de “uma história enfim orientada, dirigida e organizada [maitrisée] pelo conhecimento e pela vontade”⁴²¹. Participar na história via experimentos de autogestão visa colocar a marcha da modernização no sentido do enriquecimento coletivo da cotidianidade. Em última instância, concretiza a reorganização do progresso das forças técnico-produtivas. Por isso afirma, já em tom conclusivo, que “a crítica da vida cotidiana reclama um plano, isto é, uma política que coloca o cotidiano no nível tornado

⁴¹⁷ O Direito à Cidade, p. 77: “é evidente que a participação real e ativa já tem um nome. Chama-se autogestão”. Cf. *Du Rural à L’Urbain*, p. E em *L’Irruption*, p. 77.

⁴¹⁸ Cf. *A Revolução Urbana*, sobretudo nas páginas 135 e 161. Também em *La Survie du Capitalisme*, cap. VII e ainda, *L’Irruption de Nanterre au sommet*, pp. 82.

⁴¹⁹ LEFEBVRE, *Mai 68, L’Irruption...*, p. 82

⁴²⁰ CVQII, p. 76

⁴²¹ *ibidem*, p. 77

possível pela técnica”⁴²² Nesse sentido, a participação autogestionária, usualmente desenvolvida na chave das experimentações, caminha *pari passu* ou pelo menos aponta para um projeto de amplo escopo, o que adiante Lefebvre vai denominar de sociedade urbana.

Vale reforçar. A abertura do homem cotidiano ao homem histórico é uma maneira de restituir coesão no tecido social por meio não de constrangimentos (papel do Estado), mas de vontade ativa e liberdade positiva dos sujeitos que vêem a si próprios incluídos nas decisões coletivas e saídas compartilhadas. É, portanto, o modo de reaver a unidade das partes cindidas da consciência e das práticas sociais, isto é, de reaver uma totalidade concreta nos sujeitos e na sociedade. Trata-se de reconhecer – para nos valermos de expressões dos anos convulsivos de 1960 – que “o pessoal é político”. Não por acaso, em *68, une histoire collective* os autores destacam a influência de Lefebvre ao propor em Strasburgo que o departamento de sociologia fosse organizado de modo autogestionado. Lembram também da presença de Lefebvre e André Breton nas formulações situacionistas, que catalisaram entre as camadas jovens a combinação marxiana-rimbaudiana “transformar o mundo e mudar a vida”[transformer le monde et changer la vie].⁴²³

Hugues Lethierry e Léonore Bazinek resumem bem o que a autogestão significa para Lefebvre⁴²⁴. Um projeto de transformação radical da sociedade, de suas estruturas, comportamentos e representações. Segundo, uma forma de organização de relações sociais dentro e fora do trabalho fundada no reconhecimento da igualdade fundamental entre as pessoas e o respeito às diferenças, o que determina suas dimensões estruturais e relacionais. Terceiro, um movimento instituinte de negação de todos os processos de institucionalização e de separação que visem a perpetuar relações hierárquicas e burocratizadas de comando, isto é, estruturas verticalizadas, centralizadas e cristalizadas de conhecimento e poder.

Esses pontos são mais bem explicitados, quando Lefebvre analisa momentos históricos nos quais a experimentação da autogestão ganharam corpo. Aos dois fenômenos a que nos referimos, Lefebvre dedicou um livro em 1965 e um 1968, este último escrito no calor da hora dos eventos que abalaram a França e repercutiram por todo o mundo ocidental. A Comuna de Paris e Maio de 68 se tornam, para Lefebvre, marcos teóricos que o auxiliaram a pensar tanto o cotidiano reabilitado quanto uma vida urbana reintensificada.

⁴²² CVQ II, p. 78

⁴²³ CF. ARTIÈRES, Philippe; ZANCARINI-FOUNEL, Michelle. 68, une histoire collective. Paris: La Découverte, 2008, p.35-36

⁴²⁴ AJZENBERG, A; LETHIERRY, H; BAZINEK, L. *Maintenant Henri Lefebvre: renaissance de la pensée critique*. Paris: L’Harmattan, 2011, pp34-35

Em *La Proclamation de la Comune* Lefebvre busca expressamente uma análise do conjunto social daquele momento histórico -- o crescimento econômico sob o Segundo Império de Napoleão III (1852-1870), o papel do Estado e seu braço armado, a imagem de uma sociedade popular e as ideologias que a disputavam – bem como os disparadores dos eventos que reorganizaram Paris por aquele curto período entre 18 de março a 28 de maio de 1871. Soma-se a isto o esforço por evitar tanto as interpretações de seus participantes mais entusiastas, quanto as de seus adversários. Seria demasiado digressivo e trabalhoso reconstituir tais análises, todavia é possível trazer aqui elementos que lancem luz sobre os traços de um cotidiano reabilitado desde as raízes. Primeiramente, pela forte indissociação entre os destinos individuais e os rumos coletivos, representado pela ampla participação daqueles envolvidos, o que incluiu a ruptura das formas anteriores de decisão, trabalho e sociabilidade⁴²⁵ Segundo, o caráter inclusivo e horizontalista do governo popular.

« L'Insurrection de 1871, accomplie par le peuple entier de la capitale (à l'exclusion des seuls éléments de la réaction noire), animée par le noyau prolétaire, a eu ces objectifs paradoxaux : maintenir Paris contre Versailles en tant que capitale, tout en rendant la liberté, l'égalité et la fraternité avec Paris à toutes les villes et bourgades provinciales. E cela de manière à permettre une répartition égale et juste du progrès économique et social (de l'industrialisation, disons-nous). Plus et mieux : la ville restituée dans sa gloire, sa beauté et sa raison d'être profonde entrerait dans une fête sans fin. Le jour qui suivrait l'aube révolutionnaire éclairerait une vie profondément transformée, dans le cadre puissant jusqu'à la magie de la Cité splendide, « assise à l'occident »⁴²⁶

A Comuna de Paris nos permite compreender de modo historicamente situado uma mediação entre a CVQ e os estudos urbanos, qual seja, a significação ampla da ideia de participação em Lefebvre. Para o autor, na insurreição popular a participação horizontal dos envolvidos não foi uma diretriz formal ou apenas um motor de políticas redistributivas, embora este ponto fosse fundamental. Foi a experiência social de efetivação do Direito à Cidade enquanto direito a participar da vida urbana como produção coletiva. Para Lefebvre, “um dos sentidos da Comuna de Paris(1871) foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias, a sua reconquista da Cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada”.⁴²⁷ Por isso, em *A Revolução Urbana* retoma a questão tom indagativo: “Como e por que a Comuna não foi concebida como

⁴²⁵ Tópico a ser desenvolvido no andamento da pesquisa.

⁴²⁶ *La Proclamation de la Comune*, p. 33.

⁴²⁷ *O Direito à Cidade*, p. 16.

revolução urbana , mas como revolução encetada pelo proletariado industrial visando a industrialização ? o que não corresponde à verdade histórica”⁴²⁸

Com isso, a análise histórica da Comuna revela para Lefebvre dois pontos fulcrais para nossa pesquisa. Primeiro, a participação é central na reorganização produtiva e socialização de bens de produção, mas também a experiência coletiva de uma forma de vida na qual todas e todos os envolvidos são partícipes de uma obra coletiva e comum. Segundo, isso se deu concretamente numa luta, empenhada pelas classes segregadas, por resgatar a centralidade urbana. Essa nossa chave se reforça por um outro tópico da análise de nosso autor, qual seja, o de que para Lefebvre a Comuna foi também uma luta social mas também uma festa.

O outro momento histórico de grande relevância para Lefebvre foi a irrupção de Maio de 68. Ainda que tenha diferenças enormes em relação à Comuna, ambas ganham importância para Lefebvre por seu caráter de marco e transbordamento societário, dotados de uma efervescência capaz de gerar impactos sociais dos mais imediatos aos mais profundos, desde os diretamente engajados até espectadores de outros cantos do globo. Estes momentos revolucionam o repertório de ação e os hábitos cotidianos; neste sentido, foram práxis que fincaram mudanças culturais.

Em *L'Irruption de Nanterre au Sommet*, Lefebvre entende a recusa em bloco da cotidianidade em termos de “contestação”. Para o autor, esta religa o econômico, o político e as vidas particulares dos indivíduos. Por isto afirma: “não é mais o sujeito que fala apenas enquanto indivíduo, enquanto cidadão, enquanto pai ou filho, enquanto subordinando ou chefe”. Do mesmo modo, não fala mais enquanto uma pessoa com vida privada, mas “a contestação vem do global e vai ao global”⁴²⁹ Isto significa por em xeque ao mesmo tempo os papéis e hierarquias sociais instituídas, a divisão social e técnica do trabalho, a política especializada e separada, assim como a ideologia da felicidade como ato passivo de consumo. Em seguida se questiona: mas então o que se quer colocar no lugar? “A atividade, a participação mais efetiva, incessante, perpétua, portanto instituinte e constituinte.”⁴³⁰ Esta recusa global do existente e a exigência de um momento constituinte são marcados por uma

⁴²⁸ *REvolução Urbana*, pp.102 e 103.

⁴²⁹ Ce n'est plus le 'sujet' qui parle seulement en tant qu'individu, en tant que citoyen, en tant que père ou fils, en tant que subordonné ou chef, Celui à qui il s'adresse, ce n'est plus la personne en tant que responsable, en tant que personne privée, en tant qu'ayant une vie quotidienne ou une activité sociale. La contestation vient du global e va au global. (*L'irruption*, p. 60-61)

⁴³⁰ CVQII, p.63

dose de espontaneidade, um transbordamento e uma ocupação dos espaços não controlados pela política institucional, isto é, as ruas. ⁴³¹

Trata-se, lembra Lefebvre, de uma utopia concreta na qual revolução política coincide com revolução cultural, na medida em que o cotidiano participa do histórico. Os registros de um participante de Maio de 68 são elucidativos a respeito dos aspectos desta reintegração, quais sejam, ruptura das cisões entre conhecimento e ação, mas também entre vida privada e interações coletivas: “o que se fazia não era militância, não havia corte. Havia colegas em casa quase todas as noites. Havia uma relativa concordância entre o que eramos e o que dizíamos”⁴³² Quando a autora Kristin Ross analisa os desdobramentos dos eventos franceses, sua descrição sobre um cotidiano transformado reforça: “a criação de uma cultura não concebida como instituição mas como modo de vida, reproduzindo por um tempo suas próprias condições de vida na atividade do grupo que toma em suas próprias mãos seu papel e sua vida social”⁴³³

É nesse mesmo contexto argumentativo da *Irruption* que Lefebvre introduz tópicos relevantes à questão das organizações autogestionárias. Um deles é o de que esses processos implicam uma “pedagogia social”. Os processos autogestionários instituem espaços e tempos marcados por uma livre circulação de lugares e posições, de saberes e técnicas, onde há uma riqueza de interações formativas.

Dito de outro modo. Uma vez que suprime as formas anteriores centralizadas de decisão e controle, a pedagogia autogestionária rompe a separação entre cidadãos passivos e os ativos, distribui à base da sociedade as técnicas e informações – antes impedidas pela divisão social do trabalho – necessárias à organização daquilo que se torna comum a todos e todas⁴³⁴; além disso, exige uma ruptura com os conhecimentos especializados redutores, fragmentados, pois funciona nesse modo distribuído de saberes, práticas e afetos.

Em seguida, reforça Lefebvre que a autogestão “mostra a via de uma transformação da vida cotidiana”, que não pode ser revolucionada por um ato poético, mas exigem práticas que criam novas instituições. Na leitura de Lefebvre acerca de Maio de 68, os eventos que questionaram fortemente as hierarquias sociais no interior da universidade mas também da

⁴³¹ Já em tom de conclusão podemos falar com Lefebvre que a contestação: “corrode une rationalité prématurément identifiée au réel et au possible, qu’elle bloque. L’unité illusoire de l’État politique et de la hiérarchie sociale, cette unité qui se fonde sur des séparations qu’elle consacre, sur des dissociations insupportables entre l’avie quotidienne et la vie publique, entre la pensée et l’action, entre la production de biens matériels e celle de biens non matériels (d’oeuvres, de biens dits ‘culturels’), ce édifice fictivement unitaire se voit sapé par la base” ([1968] (1998), p. 63)

⁴³² citado em ROSS, K. *Mai 68 et ses vies ultérieures*, p. 24

⁴³³ *ibidem*, 224

⁴³⁴ Aqui, ao localizar seus opositores na “burocracia” e na “gestão estatal centralizada” se esclarece em que medida, desde a CVQ I, a tópica da participação e a da gestão vistas ao cotidiano são uma crítica ao modelo soviético.

sociedade, tentativas de autogestão aparecem como “ ‘a coisa’ sem o termo, a ação sem o pensamento”⁴³⁵

Nestes momentos históricos, o cotidiano efervescente se converte também em palco de lutas urbanas protagonizadas por aqueles que foram lançados para fora da cidade, em termos literais, sociais e políticos. Em ambos os casos, uma conjuntura feita de ânimos coletivistas produzem outra centralidade, agora sob as demandas de horizontalidade, participação e novas solidariedades sociais⁴³⁶ A Universidade de Nanterre, mais especificamente, torna-se o que Lefebvre chama de “heterotopia”, lugar de experimentações, da instauração de diferenças e alteridades. Lembrando Lenin, dirá Lefebvre, estes são os dias cujas lições valem por dez anos.

Trazendo para nossa chave de leitura, podemos dizer que A Comuna de Paris e Maio de 68 foram experiências coletivas temporárias – ensaios, se quisermos -- na tentativa de passar do segundo para o terceiro momentos identificados aqui – obviamente com dificuldades, limitações e ambiguidades de ações reais. Uma reinversão em bloco das relações sociais capitalistas de trabalho, lazer e vida privada, seguida de uma efervescência de interações coletivas, densidade participativa em questões coletivas. Tais relações renovadas visam ao mesmo tempo calcar uma vida cotidiana reabilitada e forjar instituições coerentes com suas práticas e valorações. Foram ambas “utopias concretas”, na medida em que as aspirações de uma sociedade livre foram presentificadas através de práticas diárias e na tessitura de espaços.

Os processos autogestionários são instituídos como experimentações utópicas. E é nessa chave que devemos compreender as iniciativas dos jovens descritas no capítulo anterior. Elas vem repletas de ambiguidades, dificuldades ligadas às determinações sociais e à conjuntura. Tampouco dispensam outras relações de poder, mas nem por isso deixam de trazer esse conteúdo formativo e organizativo, na medida em que forjam momentos intensos de trocas de saberes e afetos.

⁴³⁵ L’Irruption, p. 82.

⁴³⁶ cf STANEK, op. cit., p. 175-ss

Tornar patentes as virtualidades do cotidiano não é restabelecer os direitos da *apropriação*, esse traço característico da atividade criadora, pela qual o que vem da natureza e da necessidade se transforma em obra, um “bem” para e pela atividade humana, e em liberdade? (LEFEBVRE, *Vie quotidienne dans le monde moderne*, p. 50)

A idéia de “reapropriação dos espaços públicos” circula amplamente na onda de mobilizações dos anos 2010, mas cobrar de sujeitos que não nascem prontos e fazem história a despeito de suas vontades a consistência de conceitos e teses de um autor, será sempre um exercício frustrante. A realidade histórico-social ainda está, e talvez para sempre estará, muito aquém de uma ideia. Nesse sentido, é em vão esperar que alguma experimentação por si só concentre a potencia da ideia.

Por outro lado, um trabalho de pesquisa não pode desistir da aposta no possível contido nessa mesma realidade feita de esforços e experimentos, desejos e efetividade. Essas considerações iniciais servem para justificar nossa escolha em tratar de operadores que circulam nas redes de movimentos urbanos contemporâneos – de juventude, por mobilidade, por espaços públicos e verdes –, sem esperar que esses dêem conta, sozinhos, de engendrar transformações radicais previstas nas ideias-força aqui colocadas.

É o caso da idéia de “re-apropriação dos espaços públicos”. Nosso trabalho nesse momento é tão somente fomentar trocas entre esses sujeitos da ação e um autor que dela se valeu; com isso inserir nessas redes a potência de uma ideia.

O conjunto de experimentações com as quais se pode engendrar um cotidiano reabilitado, núcleo da CVQ lefebvriana, certamente inclui o momento das práticas insurgentes e vinculantes (o da decisão pela superação das clivagens modernas), exige instaurar formas horizontais e livres do trabalhar e viver juntos. Mas também, não menos importante, inclui práticas libertárias ligados ao uso do corpo, da experiência com o tempo e espaço vividos; mudanças engendradas nas necessidades e desejos que ultrapassem as formas dominantes da propriedade e do acesso via consumo. Essas exigências requerem uma *transformação ou reabertura na estrutura das sensibilidades*, no sentido de colocar os sujeitos em formas

⁴³⁷ Esta intuição sobre um momento estético na CVQ foi disparada pela leitura que faz Ruy Fausto em Marx *Logica e Política III* sobre uma tônica dos Manuscritos de 1844. Cf. op. cit, p. 157: “se, no plano das meta-suposições, temos nos Manuscritos tanto a constituição do homem como a da natureza, a suposição que se privilegia é evidentemente a satisfação. É essencialmente o universo do gozo, mais do que o da liberdade ou da riqueza, que encontramos no final do processo (...) E isto só é possível pela *educação das necessidades* (Bedürfnisse) que não é outra coisa senão a *educação da sensibilidade*”. Grifos do autor.

expandidas de objetivação, fruição e gozo. Por isso, podemos tratá-las como o *momento estético* da crítica, ou então, como o *programa de re-estetização da vida*. Estético, vale lembrar, em sua acepção primeira, da “aisthesis”, que trata daquilo que é dado à sensibilidade.

Talvez a maneira mais justa de compreendermos o escopo da noção de “apropriação” ou “re-apropriação”⁴³⁸, em sua relação de contraste com a propriedade, seja voltarmos a uma longa passagem dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx.

Assim como a propriedade privada é apenas expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano, que sua externalização de vida é sua exteriorização de vida, sua efetivação a negação da efetivação, uma efetividade estranha, assim a supressão positiva da propriedade privada, ou seja, a apropriação sensível da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da *fruição imediata*, unilateral, não somente no sentido da *posse*, no sentido do *ter*. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana; seu comportamento para com o objeto é o *acionamento da efetividade humana* (por isso ela é precisamente tão múltíplice quanto múltíplices são as *determinações essenciais e atividades humanas*), eficiência humana e sofrimento humano, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma autofruição do ser humano.

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso[objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc, enfim, usado. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização.⁴³⁹

Para Lefebvre, assim como para Marx, a formação social capitalista vai constituir, historicamente, um horizonte específico de necessidades, desejos e modos de satisfação. Tal configuração da sensibilidade estabelece um regime de preservação intocável propriedade privada. É “unilateral” e redutora, na medida em que o sujeito somente aspira aos bens que se encaixam no cálculo seguro e estreito de investimento e retorno de capital. Mas também porque esse homem não se abre às experiências cujo objeto não possa se tornar uma

⁴³⁸ Lefebvre utiliza os dois termos. Privilegio a “reapropriação” pois esta enfatiza, a meu ver, que se trata de um impulso e uma decisão de retomada do que foi expropriado ou alienado pela forma da satisfação através da posse. Já apropriação pode estabelecer uma relação de oposição desistoricizada e estática.

⁴³⁹ MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: ed. Boitempo, 2010, p. 108, grifos do autor. O texto é conhecido por Lefebvre e parte deste excerto é inclusive citado no volume I da *Crítica da Vida Cotidiana*, p. 180.

possessão. Ou seja, nessa estruturação o homem frui apenas quando o gozo se objetiva numa posse. Por isso, lembra Marx, quem tem atividade vital é a propriedade e não o homem, que nessa está fixado, alienado.

Com a CVQ, Lefebvre adiciona que essa experiência cujo caráter determinante é a posse tornou-se a figura da “consciência privada”, justamente o indivíduo apequenado e atomizado na reprodução da vida. O avanço da modernidade capitalista forneceu a esta consciência todo um circuito, da produção ao consumo, para a fixação de seus afetos e redução da atividade vital, de modo a garantir a circulação mais segura de que todo gozo torna seu outro ou em objeto possuído, ou em capital, ou de preferência em ambos. Isto reduz, obviamente, a relação dos sujeitos com a natureza, o tempo, o espaço vivido ou outros sujeitos. Por isso se fala num embrutecimento ou num sujeito amputado. A “re-apropriação” é a noção-chave para compreender a ruptura com este horizonte.

A re-apropriação é a prática a partir da qual indivíduos se desvencilham desta submissão redutora, abrem-se para formas mais ricas e complexas de gozo de suas objetivações e mesmo com outros sujeitos, o que exige tornarem-se sujeitos de seus desejos e de seu tempo. Está diretamente ligada, portanto, ao impulso emancipatório de auto-determinação, a superação da alienação. Afirma Lefebvre:

o que importa não é que eu tenha a possessão (capitalista ou igualitarista) do objeto, mas sim que eu tenha a fruição em sentido humano e total deste termo; é que eu tenha com o objeto – que pode ser uma coisa ou um ser vivo ou um ser humano ou uma realidade social – relações mais complexas, as mais ‘ricas em alegria ou felicidade’. E que através deste objeto, nele e por ele, eu entre numa rede complexa de relações humanas.⁴⁴⁰

A re-apropriação é, portanto, chave para o aguçar da sensibilidade que abre o homem à ampliação do vivido, ou nos termos dos Manuscritos de Marx, o “acionamento da efetividade humana”. Falamos em impulso, em prática, mas com Ruy Fausto podemos entender também como um processo de reeducação.⁴⁴¹ Quando se trata das relações entre sujeito e a realidade social em geral, a reapropriação implica esgarçamento da sensibilidade para com os objetos e o

⁴⁴⁰ CVQI, p. 164. Vale citar na íntegra: “ Le rapport de l’homme à l’objet est, selon le marxisme, différent d’un rapport de possession. Il est incomparablement plus large. Ce qui importe, ce n’est pas que j’ ai la possession (capitaliste ou égalitariste) de l’objet, c’est que j’en aie la jouissance au sens humain et total de ce mot ; c’est que j’aie avec l’objet – qui peut être une chose ou un être vivant ou un être humain ou une réalité sociale – les rapports les plus complexes, les plus ‘riches’ en joie ou en bonheur. C’est encore qu’à travers cet objet, en lui et par lui, j’entre dans un réseau complexe de rapports humains »

⁴⁴¹ Como já dissemos em nota anterior, é de Ruy Fausto a leitura segundo a qual, nos Manuscritos, Marx pressupõe uma “educação das necessidades (Bedürfnisse) que não é outra coisa senão a educação da *sensibilidade*”. Em *Marx Logica e Política III*, p. 157

meio, o que permite uma intensificação dos afetos. Os indivíduos exploram, portanto, o caráter “omnilateral” de seu aparelho sensível e das potências humanas – no ver, ouvir, cheirar, intuir, desejar, amar e pensar mencionados por Marx. Mas para além da consciência privada, podem ser fonte da satisfação a interação social e a atividade vital dos outros indivíduos, uma vez que a apropriação não é determinada pelo regime possessivo.⁴⁴² Por essas razões, noutros contextos Lefebvre eleva a apropriação à “modalidade superior da liberdade”⁴⁴³, ou se quisermos, de uma outra *experiência de liberdade*. *Com este nexos entre reapropriação e liberdade fica mais claro, então, que não se trata simplesmente de um regime de prazer e satisfação, mas de uma estrutura de sensibilidade cujo horizonte é também ético e político. Ou melhor, estamos no ponto onde se unifica uma transformação estético-política; essas duas instâncias se reunificam, num outro modo do viver juntos.*

Nos casos entre sujeito-sujeito, as relações ampliadas e mais ricas são aquelas onde um ser livre não possui o outro, isto é, não o objetiva ou aliena. Pelo contrário, mantém esse outro livre de maneira que ambos ampliem suas faculdades e competências, isto é, realizem suas possibilidades, seus desejos e, por essa via, multipliquem suas trocas e façam avançar as formas de associação. Essas interações enriquecidas são, conseqüentemente, centrais para um cotidiano reintensificado de relações, propício às objetivações e subjetivações, permitindo a consecução do “homem urbano polissensorial e polivalente”, o que em última instância coincide com uma sociedade livre e inventiva para todos. Para Lefebvre, essa possibilidade está aberta numa sociedade urbana.

Se a satisfação pela propriedade possessiva somente se efetiva mediante o retorno como valor de troca, a re-apropriação é orientada por um outro princípio de ação, a saber, o princípio do uso. Este princípio do uso confere a um objeto o estatuto de inestimável, exterior e portanto incomensurável, isto é, não-traduzível em termos de valor de troca. O uso permite fruição e gozo “em sentido humano e total do termo”, tanto na apreensão de objetos quanto nas interações humanas. Uma vez que o uso não circunscreve um objeto a um indivíduo privado, tal objeto se mantém como fruto coletivamente vivido, um comum pertencente a todos e todas⁴⁴⁴. Por isso, do ponto de vista coletivo, o uso não circunscreve os recursos de um objeto, mas o mantém disponível a essa coletividade. O uso remete a um tipo de prazer que não se remete a um eu, mas a uma comunidade.

⁴⁴² Na chave da oposição entre apropriação e as formas de satisfação características da sociedade de consumo, conferir por exemplo *A Vida Cotidiana no mundo moderno* nas p. 90, 92 e 94

⁴⁴³ LEFEBVRE, H. *Revolução Urbana*, p. 129.

⁴⁴⁴ Em momento oportuno, quando tratarmos dos teóricos do comum, voltaremos a essa relação íntima entre o uso e o comum.

Ora, se a re-apropriação está ligada à primazia do uso sobre a propriedade privada e ao valor de troca, então a re-apropriação é um modo de objetivação e fruição no qual os objetos – espaços, tempos e relações – são inapropriáveis. Parece pouco lógico, mas de fato é isso. Podemos dizer que a re-apropriação *é um principio de ação no qual o resultado das práticas permanecem como obra ou como comum, na medida em que se participa dela, mas ninguém se apropria dela enquanto propriedade. Donde a coerência entre apropriação e um regime produtivo de abundância coletiva (o uso da modernização para as necessidades sociais cotidianas) e, ainda, coerente com a participação intensa no todo coletivo (todas e todos participam dos rumos partilhados, cujos resultados se revertem para todos e todas).* Há, portanto, uma homologia entre esses elementos. Dizem respeito à áreas específicas da vida (o econômico, o político, o sensível), mas em todos eles a afirmação do sujeito não cinde nem bloqueia seu outro ou o todo social; pelo contrário, reforça-o de tal modo a enriquecer as trocas e interações. Pelo contrario, formam-se o que Lefebvre descreveu acima como “redes complexas de relações humanas”, espaços de “ alegrias e felicidades”, que podemos dizer, rompem a reprodução das relações de produção, de dominação e exploração. Trata-se de uma experiencia na qual a liberdade de um(a) reafirma a liberdade de todos e todas.

Não por acaso a relação íntima, nos afetos e narrativas de movimentos com os quais lidamos aqui, entre Direito à Cidade, participação e re-apropriação. Este último operador circula justamente nas vozes daqueles e daquelas que vivem o urbano como privação e retornam aos espaços públicos para demandar outro regime de produção do espaço urbano, no qual todos e todas possam gozar da centralidade, se valer da cidade (obra civilizatória por excelência) como valor de uso. Esses demandam e gozam um *viver juntos o espaço urbano*, que nada mais é do que uma experiência de *comunidade urbana de luta*.

Sob primazia do uso, a re-apropriação permite aos sujeitos orientar suas ações/objetivações não mais como produção estreita de mercadoria -- que retorna como dinheiro --, mas sim como obra resultante de suas potências mais íntimas e universais. Nesses casos, a ação deixa de ser meramente reprodutiva; ganha um caráter inventivo que Lefebvre caracteriza como “*ação poiética*”. Voltaremos a esse ponto adiante, pois essas interações inventivas pautadas na primazia do uso reaparecem no trabalho de Lefebvre, quando esse defende as experimentações utópicas capazes de efetivar o Direito à Cidade.

Importante perceber como a “reapropriação” pode ser operador fundamental para explicar aquelas experimentações estético-políticas descritas no capítulo anterior, que envolve os jovens às ruas e avenidas, na forma das performances, com batucadas, teatro de agitação e

escracho. *Trata-se de uma ideia-força capaz de esclarecer a experiência de liberdade coletiva vivida na reunião entre iguais no espaço urbano.*

Considerações: o cotidiano como critério da mudança qualitativa

Está claro para inúmeros intelectuais do século XX que a sobrevivência de uma formação econômico-social não é suficientemente compreendida apenas pela esfera do trabalho, ainda que a inclua necessariamente. Pelo menos neste ponto podemos aproximar pensadores como György Lukács, Theodor Adorno, Antonio Gramsci, Louis Althusser, Lucien Goldmann, Raymond Williams, mais recentemente Fredric Jameson, Boltanski e Chiapello, Michael Löwy e José de Souza Martins. O pensamento de Lefebvre está diretamente ligado a esta constatação segundo a qual a vida social na modernidade capitalista necessita de acomodações diárias, de uma capilarização pelas formas de racionalização no desejo e na linguagem, na organização do tempo vivido e no espaço socialmente produzido.⁴⁴⁵ Na mesma direção, está claro para Lefebvre que para a superação das limitações das democracias capitalistas são necessários mas não suficientes o avanço das forças técnico-produtivas, uma redistribuição equitativa de meios de produção e de oportunidades.⁴⁴⁶ Dito mais diretamente, as transformações sociais mais efetivas se inscrevem na cotidianidade, com formas reabilitadas de participação nos rumos coletivos e, com mais radicalidade, na reconfiguração dos prazeres e necessidades, do uso do corpo, na reorganização do tempo e do espaço vividos.

A necessidade de uma crítica da vida cotidiana é uma intuição dos anos de formação de Lefebvre, capaz de lançar luz sobre a relação entre condicionamentos coletivos e seus processos de interiorização por parte dos sujeitos sociais. Serve a entender os dispositivos com os quais a sociabilização modula a subjetividade dos indivíduos, mas também atenta para a plasticidade da subjetividade e das formas sociais. Deste modo, trata-se de um saber que reconstitui estes movimentos com os quais se constituem indivíduos e sociedade.

Em seus estágios mais maduros, a teoria materialista da vida cotidiana, parte fundamental da superação e realização da filosofia, fornece um arcabouço conceitual de grande escopo, com potencial explicativo para reintegrar campos parcelares do saber, resgatando a importância de

⁴⁴⁵ L'étude de l'espace social et de son organisation (en même temps que l'étude du temps social et de son organisation liée à celle de l'espace) a permis de montrer qu'il n'existe pas seulement entre rapports et mode de production (base et superstructure) des médiations abstraites, comme le droit, mais de médiations concrètes et pratiques comme l'espace

⁴⁴⁶ CVQI, p.48-49.

pensar concretamente a globalidade do fenômeno social e, além disto, reconstituir os vínculos entre ciência e experiência, teoria e ação. Isto significa, evidentemente, um grande ganho epistemológico e uma alavancagem para as práticas que pretendem ter um momento didático-crítico imbuído no avanço socioeconômico, político e cultural.

Este ganho epistemológico é obtido, em grande medida, porque as análises do autor acerca do cotidiano são multi-dimensionais, ou se quisermos, *multi-escalares*. Uma vigorosa análise de objetos concretos e relações diárias que permeiam a modernidade capitalista não impede, mas cimeta a passagem para compreensão dos processos mais globais. No que diz respeito às análises mais gerais, essas visam a uma totalização, mas até um ponto em que esta operação não complete um fechamento, não chegue a um sistema ou a qualquer tipo de todo coerente que ponha o pensamento em risco de esterilidade e dogmatismo. A volta ao nível micro é, neste movimento, recurso para reencontrar as contradições, matizes, pontos inexplorados; um passo renovado do “pensamento-ação”.⁴⁴⁷

Essa análise multi-escalar e por camadas permite a Lefebvre descortinar como se dá, nos seus mínimos detalhes, a arquitetura do poder e dos grandes capitais na organização, no ajustamento da vida e na reprodução das relações sociais. Por outro lado, a crítica mostra que exatamente por conter os mais diversos constrangimentos o cotidiano é o lugar de onde irrompem as insurgências e os desejos por transformação. Portanto, é onde se formam as relações mais basais na constituição de sociedades e subjetividades livres. E neste ponto reside a radicalidade de uma crítica assentada nas práticas: pensá-la como um deslocamento nos domínios do desejo, das satisfações e necessidades, da organização do tempo e espaço vividos.⁴⁴⁸

Vale reforçar. Estes expedientes decorrem de uma decisão metodológica mas também de uma perspectiva historicamente situada, segundo a qual uma transformação social radical não ocorreria enquanto estivesse circunscrita ao crescimento das forças produtivas e aos centros de decisão, seja no neocapitalismo da sociedade burocrática de consumo dirigida, seja na experiência “socialista” soviética – o autor está ciente de que a centralização das mudanças nos gabinetes só poderia levar a um Estado também opressor.⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ Termo do autor, CVQI p. 144.

⁴⁴⁸ Não é demasiado citar: “Le monde humain ne se définit pas seulement par l’historique, par la culture, par la totalité ou la société globale, par les superstructures idéologiques et politiques. Il se définit par ce niveau intermédiaire e médiateur: la vie quotidienne. En elle, les plus concrets des mouvements dialectiques s’observent: besoin et désir, jouissance et non-jouissance, satisfaction et privation (ou frustration), accomplissements et lacunes, travail et hors-travail. ([1962] 2014, p. 50)

⁴⁴⁹ “Je ne pense pas que cette conscience nouvelle et cette vie puissante se décrète d’en haut et s’introduire du dehors; il faut les engendrer et les enfanter avec le moins de douleur possible”. La Somme et Le Reste, p. 599.

E uma vez a crítica não pretendendo extingui-lo mas reabilitá-lo, o cotidiano é também um ponto de chegada, na medida em que somente este verifica a concretude e a amplitude das transformações – que devem ser éticas, políticas, econômicas e culturais. O projeto para uma sociedade livre e efetivamente democrática tem de incluir os mínimos detalhes, isto é, as práticas sociais da vida cotidiana, materiais e simbólicas. A riqueza da vida cotidiana se encontra em experimentações onde se redesenham coletivamente o trabalhar junto, o estar junto, o festar. Donde a máxima: o homem será cotidiano ou não será.

Com esta dupla determinação do cotidiano – seio dos empobrecimentos e da abertura às riquezas -- Lefebvre consegue forjar uma teoria dotada de um horizonte utópico-normativo sem que esta visada se torne um ponto demasiado distante — portanto desencorajador — das possibilidades das condições dadas. Pelo contrário, horizonte utópico e senso de urgência da ação estão conjugados e em retroalimentação. Os possíveis se encontram na miséria e na riqueza do cotidiano e, ainda, na apropriação e nas disputas pela participação na produção do espaço. Neste saber rigoroso e vivo, convive uma ciência que pode ser também práxis.

Ao fim e ao cabo, em nossa chave de leitura a crítica da vida cotidiana tem de ser entendida como uma *teoria da revolução complexificada*, para além do domínio da economia política e das exigências redistributivas. A estas, que são necessárias mas não suficientes, Lefebvre retoma o caráter ambivalente da técnica, que tem a possibilidade de colocar a modernização no sentido do desenvolvimento social e civilizatório. Mas também, Lefebvre incorpora o que viemos chamando de *experiência de comunidade urbana de luta* -- a participação de todos e todas nos rumos partilhados -- e a exigência da *reconfiguração da sensibilidade*, que engendra as formas expandidas do vivido mobilizadas pela reapropriação, pelo uso e pelo gozo nas interações humanas. Com isto, Lefebvre mantém e amplia o anseio por transformações que se tornam marcos, pontos de viradas, descontinuidades revolucionárias. Não no sentido de fazer do existente um zero absoluto, uma terra arrasada, mas como superação que institui um novo conjunto de práticas e valorações capazes de instaurar formas livres de associação, autogoverno e objetivação. Em suma, uma cotidianidade coletivamente enriquecida que se pode chamar de realização da filosofia.

Em Lefebvre, os anseios por esse possível se mantêm a despeito das frustrações históricas do século XX. Tanto que mesmo em entrevistas dos anos 1980 ainda reforça essa posição.

Parece-nos que Lefebvre resguarda a legitimidade do que alguns autores veem nele como um “coração pleno de juventude ” ou uma “juventude de coração [youthfulness of heart]”⁴⁵⁰.

Antes de passar ao capítulo seguinte, é importante lembrar que Lefebvre reflete o cotidiano do *Welfare State* europeu. Nos países periféricos, onde a modernização-urbanização se dá sobretudo por surtos, a urbanização desigual atinge outros patamares, de modo a gerar conflitos sociais de outra profundidade. Sem a perspectiva de extensão da cidadania e comprometido mais com a manutenção de uma modernização regressiva, Estado e sociedade brasileiros formam um quadro onde grande parcela dos habitantes sequer obtém uma moradia, mas arranja-se informalmente nas franjas periféricas do tecido urbano. A segregação significa um isolamento e separação bastante mais agudo, para além da ausência de acesso a infraestruturas mínimas como abastecimento de água tratada, rede de coleta de efluentes e a equipamentos públicos básicos. Muita vez, a participação no urbano não atinge esses tópicos mínimos à dignidade humana; exige-se da população trabalhadora um dispêndio tamanho de energia vital na sobrevivência cotidiana que a participação política nos rumos partilhados da cidade permanece, pelo menos até as últimas décadas do século XX, um privilégio das classes que detêm também poder econômico. Nesse sentido, a cotidianidade nos países periféricos introduz conteúdos sociais que lhes são próprios, alguns pouco imaginados por Lefebvre.

Do ponto de vista de nosso percurso até aqui, o tema do cotidiano tem contribuições decisivas para a tese defendida. A proliferação de uma política do cotidiano -- pelas juventudes diversas que encampam a pauta da mobilidade -- é critério fundamental para compreender um cenário social e cultural em ebulição. É através dessas experimentações cotidianas que se identifica os novos esforços de transformação, as apostas, as ressignificações que se verificam não apenas em novas matrizes discursivas, mas também nas práticas coletivas dos movimentos. Com resultados imediatos ou não, tais práticas atravessam, conectam uma geração e se tornam marcos de uma cultura urbana.

⁴⁵⁰ Quem o caracteriza desse modo é Andy Merrifield no prefácio à *Henri Lefebvre – a critical introduction*. Nova York/Londres: ed. Routledge, p. xix - ss

CAPÍTULO III – A luta pela terra urbana: entre a cidade como negócio e o Direito a reinventar a Cidade

A produção do espaço se efetua com a intervenção do Estado, que age segundo as intenções do Capital, mas parece obedecer senão as exigências racionais da comunicação entre as partes da sociedade, assim como do crescimento conforme os interesses de todos os usuários[usagers]. **LEFEBVRE, La Production de l'espace, p. 432**

A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopéia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas. A rua criou todas as *blagues*, todos os lugares-comuns (DO RIO, João. *A encantadora alma das ruas*, p. 2).⁴⁵¹

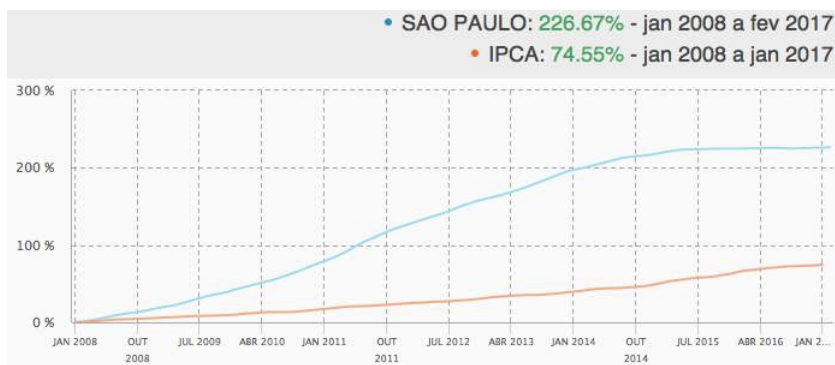
“Teremos um elemento concreto para pensar se considerarmos os bairros como prosaicos órgãos autogovernados. Nossos fracassos com os bairros são, em última instância, fracassos da autogestão. E nossos êxitos são êxitos da autogestão” **JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*, p. 125**

⁴⁵¹ http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf

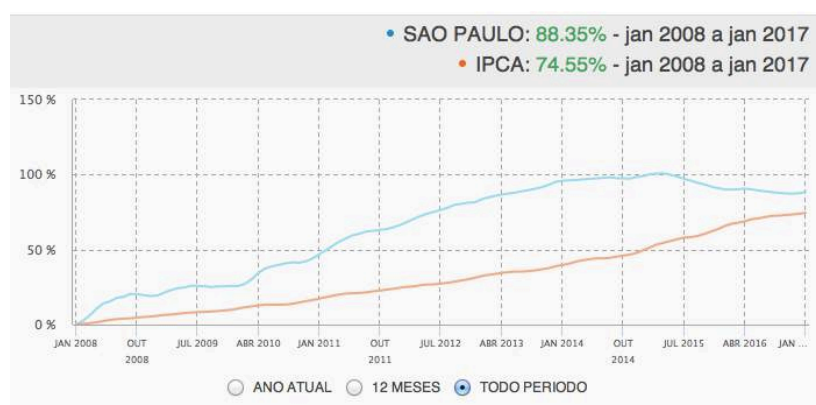
O capítulo e o excerto anteriores tiveram como tônica e operador fundamental o “cotidiano urbano”, enquanto força de reprodução das relações sociais numa cidade cuja modernização ainda traz consigo, em grande medida, o atraso. Mas mostramos também como o cotidiano é chave para os esforços e desejos por produzir outras sociabilidades e subjetivações, vividas em relações mais horizontais, solidárias e livres, que tecem outras temporalidades. O mesmo se pode dizer desse capítulo, na medida em que segue o movimento entre continuidades de processos sociais arraigados e descontinuidades que se voltam à busca por transformar o cotidiano urbano e produzir outros espaços.

Esse bloco se vale do anterior, mas agora coloca outra tônica, esse nos conflitos em torno da terra urbana, isto é, habitar no urbano agigantado e desigual. Portanto, do ponto de vista das lutas sociais, centra-se naquelas em defesa da moradia digna como inserção basililar na cidade. Dito mais concretamente, explicitamos as razões pelas quais, nesse período dos anos 2000 e meados de 2010, a modernização na produção habitacional conseguiu colocar os setores imobiliários e da construção civil na vanguarda do crescimento, ampliar a escala de produção de unidades habitacionais, mas ao mesmo tempo acentuou a expansão territorial desigual, gerou um *boom imobiliário* que elevou o custo de vida, manteve um padrão histórico de segregação e espraiamento, expandindo as tipologias anti-urbanas do mercado formal para os nichos de camadas populares. Argumentaremos que o período de crescimento combinou a entrada da mercadoria habitação nas dinâmicas da lógica financeira com um *ensaio desenvolvimentista anti-urbano*.

Em seguida, analisamos a absorção e respostas dos movimentos de sem-teto a esses processos, bem como desdobramentos das trajetórias destes. Aqui, faz menos sentido falar em “mais novos personagens”, mas mais em reconfigurações num campo que já goza de bastante acúmulo.



15) Tabela comparativa entre valorização de preços de imóveis em SP e a inflação geral. Fonte: fipezap. Disponível em <http://fipezap.zapimoveis.com.br>



16) Tabela comparativa entre a alta no valor de alugueis em SP e IPCA. Fonte: fipezap. Disponível em: <http://fipezap.zapimoveis.com.br>

Entre meados dos 2000 e a primeira metade dos anos 2010, as cidades vivem um período de acentuado crescimento econômico acompanhado de intensa modernização, em termos de infraestruturas e no mercado de provisão habitacional. Ao fim de 2010, o crescimento anual do PIB da construção civil atingia 11%, enquanto o do país estava em torno de 7,5%.⁴⁵² Esse dinamismo colocou a construção civil e a construção pesada entre os sustentáculos da recuperação econômica pós-crise global, no patamar do complexo exportador agromineral. É de se esperar que no bojo dessa modernização estivessem importantes reestruturações nas dinâmicas espaciais urbanas, nos processos técnico-construtivos, nas relações de trabalho e, ainda, no imaginário envolvendo a “casa própria”.

A mais gritante delas fora o *boom* imobiliário. Estima-se que em São Paulo, entre janeiro de 2008 e seu pico em julho de 2015, a valorização de preços de imóveis foi de 225%, mantendo-se relativamente estável mesmo nos anos de seguintes; desde 2008, a alta na locação atingiu pico de

⁴⁵² BARAVELLI, Trabalho e tecnologia no programa MCMV, p. 11.

100% em 2015, recuando ligeiramente nos anos seguintes; já a inflação IPCA, por sua vez, foi em torno de 55% entre 2008 e 2015.⁴⁵³ Mesmo que até 2016 estivéssemos num período de valorização de salários das camadas trabalhadoras, vale lembrar que essa taxa se dava poucos dígitos acima do índice da inflação geral.

Não é difícil perceber que os frutos do esforço trabalho não acompanharam o ritmo especulativo imobiliário. O mercado superaquecido, com alta no valor de venda, não atinge apenas quem procura comprar uma casa, assim como a alta na locação não atinge apenas quem mora de aluguel. A demanda em alta é o momento propício para que subam também os preços dos itens unitários da construção civil, materiais e serviços. Sobem todos os alugueis de edifícios comerciais, galpões industriais e das plantas livres usadas por escritórios. O comerciante e o profissional liberal obviamente repassam essa pressão para os produtos que vendem e para os serviços que prestam. Há, nesse sentido, um efeito cascata, que faz com que morar e viver no grande centro se torne mais caro.

O boom imobiliário e seu efeito cascata nas condições de vida foram externalidades de dinâmicas diversas, num período de intensa modernização alavancada pela inteligência de mercado e avalizada pelo planejamento territorial.

A primeira das inovações, já notadas em 2007, fora um novo grau de integração das dinâmicas entre mercado imobiliário local e mercado financeiro global. Nesse período, as principais empresas brasileiras do setor abrem seus capitais na bolsa de valores, o que as permite levantar capital de giro, ampliar seus lançamentos e alcance geográfico de atuação. No triênio 2005-2007, foram mais de R\$ 20 bilhões em ações emitidas por empresas do circuito. Por sua vez, a falta de parâmetros de avaliação do setor imobiliário e as flutuações naturais do cassino de investimentos exige das empresas mecanismos de demonstrar o lastro de suas respectivas capacidades de expansão. A resposta inovadora fora investir na formação de “bancos de terra” (os land banks), nas áreas centrais das metrópoles, mas também em mercados menos competitivos, áreas periféricas menos valorizadas e cidades médias, com a expectativa de expandir no dito “segmento econômico”. Por isso lembram Simoni e Sanfelici, atentos a esse fenômeno, que a “a prática de estocagem de terrenos assumiu um perfil especulativo, mas ela se diferenciava da tradicional especulação fundiária”⁴⁵⁴. A especulação não se orientava mais pela prática de extração de um diferencial de renda surgido entre o momento da compra e aquele da venda, mas sim para atrair mais investimentos internacionais. Nos termos de Fix, o estoque

⁴⁵³ As tabelas vem de <http://fipezap.zapimoveis.com.br>

⁴⁵⁴ SIMONI, César; SANFELICI, Daniel. “Caminhos da produção financeirizada do espaço urbano: a versão brasileira como contraponto a um modelo”. Revista Cidades, vol 12, n. 20

funcionava “como base para a criação de capital fictício, uma promessa de ganhos futuros antecipando o que poderá ser construído nos terrenos adquiridos”⁴⁵⁵ Alguns anos depois, a prática foi considerada imprudente mesmo entre seus operadores diretos⁴⁵⁶

Essa integração entre circuito imobiliário e setor financeiro, vale lembrar, não se dá num movimento geral e generalizado pelo território, como pode sugerir nossa exposição. Dá-se sobretudo com “expoentes” do setor, atuantes nas metrópoles, onde o mercado é mais oligopolizado por grandes empresas e as operações envolvem montantes da ordem dos milhões. Não teremos condições de avaliar esses matizes, espacializar o raciocínio, expedientes tão necessários. Mas tal trabalho foi bem feito nas pesquisas de Mariana Fix e de César Simoni.⁴⁵⁷

Outra estratégia usada pelas incorporadoras para aumentar os resultados e velocidades de vendas – critérios das análises do mercado -- foi assumir elas próprias a função de agentes financeiros, concedendo créditos ao consumidor final. Segundo Simoni e Sanfelici, em termos reais o tempo de retorno de capital praticamente não se alterava e, além disso, as incorporadoras multiplicavam seus riscos. A estratégia visava, antes de tudo, a aumentar os pontos positivos nos relatórios trimestrais da atividade imobiliária.⁴⁵⁸ Nos termos dos autores, formava-se um “fundo falso” da onda expansionista, na medida em que essa não se dava tanto na esfera produtiva das empresas, mas sobretudo na vitrine para os investidores.

Na realidade, uma série de dificuldades se impunham. Balanços negativos decorrentes da estocagem de terrenos e da venda à crédito levavam as empresas a buscar recursos noutras fontes – os empréstimos de terceiros denominados *debêntures*. O crescimento para regiões periféricas nas cidades e centros menos dinâmicos do país lançou-as em novas praças desconhecidas no que diz respeito ao perfil dos consumidores, aos trâmites burocráticos e extra-institucionais locais. Soma-se a isso que a expansão se deu em parcerias com empresas menores, subcontratações com alto nível de informalidade contábil e trabalhista, nem sempre preparadas para o ritmo exigido, o que multiplicou os transtornos das empresas.

Nessa integração das grandes empresas locais aos protocolos e aos ritmos acelerados do mercado de investimentos se deu a entrada do setor imobiliário à lógica financeira, mas esse

⁴⁵⁵ FIX, Mariana, *Financeirização no mercado imobiliário no Brasil*. Tese de doutorado, departamento de Economia da Unicamp, 2011, p.195

⁴⁵⁶ Cf. SIMONI, César. *A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana*. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Univ. de São Paulo, 2013. Como salienta, “a lógica da formação de extensos bancos de terrenos era completamente estranha à atividade e à circulação do capital no ramo da construção tal qual ele estava estruturado no Brasil”. p.223 e 224.

⁴⁵⁷ Vale conferir *Financeirização no mercado imobiliário no Brasil* de Fix e *A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana* de Simoni.

⁴⁵⁸ SIMONI, SANFELICI, FIX além de SÍGOLO e ROYER enumeram uma série de outras jogadas, riscos e descaminhos envolvendo o setor imobiliário financeirizado nesse período, que não teremos tempo de desenvolver aqui.

mesmo comprometimento fez com que empresas criassem uma miragem descolada do solo produtivo, que pôs em risco a solvabilidade desses campeões nacionais.

A crise global veio, por sua vez, agravar os limites estruturais da onda expansionista e lançou as empresas em meses de incertezas.⁴⁵⁹ Bancos quebraram, bolsas de todo o mundo recuaram e um clima de desconfiança generalizada se instaura. De modo geral, coube aos estados nacionais o papel de estabilizar essas turbulências.

No caso brasileiro, a reversão dessas adversidades somente foi possível com a entrada do governo federal, por meio do aporte de recursos no setor, através de uma política habitacional da história que produziu em meia dúzia de anos o que sua anterior levava duas décadas. Na expressão de Sanfelici e Simoni, fora uma “porta corta-fogo” para a instabilidade do setor imobiliário financeirizado. O papel do poder público federal fora reestruturar o sistema de financiamento via Caixa Econômica Federal e manter favorável o ambiente regulatório dos investimentos. Isso se deu com a injeção de fundos públicos e semi-públicos na forma de subsídios, na redução de riscos dos agentes privados, fatores que mantinham a demanda. Ao setor privado, coube definir as localizações dos empreendimentos, a tipologia construída e a execução das obras. Não menos importante é o papel dos poderes locais, que analisam tais projetos e compatibilizam os mesmos com planos diretores, legislação urbanística e ambiental em geral.

Apenas com o programa MCMV, foram entregues cerca de 4 milhões de unidades habitacionais populares, com investimento da ordem de 172 bilhões de reais até 2014.⁴⁶⁰ Em cinco anos, o programa contratou cerca de $\frac{3}{4}$ do que o BNH fizera em 22 anos.⁴⁶¹ Com operações de crédito em curva ascendente, o financiamento público para habitação subiu de 25,7 milhões em 2004 para 80 bilhões em 2009.⁴⁶² Na Região metropolitana de SP, entre 2007 e 2010, a média anual de unidades habitacionais lançadas foi de 57.712, quase o dobro da média de lançamentos dos quatro anos anteriores (2003-2006), de 29 mil unidades⁴⁶³. Criou-se, desse modo, uma segunda e muito mais ampla onda expansionista, agora assegurada pela presença maciça do poder público federal.

⁴⁵⁹ Há um relativo consenso entre comentaristas como Simoni e Sanfelici, Fix e Arantes, de que a crise econômica global não fora a causa das dificuldades do setor, mas viera apenas acentuar a mesma. São esses mesmos autores os que elencam os tópicos acima mencionados.

⁴⁶⁰ Conferir mais números e gráficos em MARICATO, E et ROYER, L. “A política urbana e de habitação”. Em: Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, pp. 147-165

⁴⁶¹ O Banco Nacional de Habitação, o BNH, fora o protagonista da política habitacional de grande escala anterior, no período da ditadura civil-militar. O número consta em SANTO AMORE, C. “Minha Casa Minha Vida para iniciantes”, artigo no qual o autor faz uma boa introdução às linhas gerais do programa MCMV.

⁴⁶² POCHMANN, Márcio. “Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula”, Ser Social(UNB), v.13, n.28, jan-jul 2011, p.27. Pochmann destaca que as operações de crédito passaram de 24,2% do PIB em 2002 para 45% do PIB em 2009.

⁴⁶³ SÍGOLO, Letícia. *Boom imobiliário na metrópole paulistana – o avanço do mercado formal para a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial*. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2014, p. 24.

O frenesi construtivo do período, sob os marcos do “ensaio desenvolvimentista” do Governo Federal, acentuara uma série de contradições, ou mesmo paradoxos, alguns anunciados desde seu lançamento e outros tantos já evidenciadas pelos estudos críticos⁴⁶⁴.

A primeira contradição reside no fato de que a intensa produção de moradia manteve o padrão de espraiamento e periferização característicos das metrópoles brasileiras⁴⁶⁵, mas agora com novos vetores de expansão. Não por acaso, se entre 2003 e 2010 os lançamentos de unidades habitacionais quase duplicou na metrópole paulistana, no mesmo período há uma diminuição de 83% para 55% na participação da capital no total construído; nas cidades do ABCD paulista, a produção subiu em até 6 vezes.⁴⁶⁶ Na capital, os bairros e distritos que mais receberam lançamentos foram periferias na zona leste (Itaim Paulista), sudeste(Sacomã, Sao Lucas e Carrão) e nordeste(Limão e Cachoerinha). O mesmo padrão se repete na linha de financiamento destinada às entidades organizadas da sociedade civil ⁴⁶⁷ Com isso, reforçou o caráter monofuncional das periferias, predominantemente habitacionais e desprovidas de atividades econômicas, o que mantém a distância em relação aos empregos – esses concentrados na área central da capital -- e o movimento pendular diário.

A inserção urbana dos empreendimentos reproduz a segregação sócio-espacial, mas introduz novos conteúdos.⁴⁶⁸ Sobretudo nas metrópoles consolidadas como SP, a faixa 1 do programa⁴⁶⁹ mostrou duas tendências ou padrões: os empreendimentos – de pequeno e médio porte -- ora se implantaram contiguamente a conjuntos habitacionais existentes, preenchendo vazios urbanos e áreas remanescentes, ora empreendimentos de maior porte abriam “frentes pioneiras” em áreas não urbanizadas, ampliando as franjas urbanas, o que Maricato denomina “a periferia da periferia”.⁴⁷⁰ Esse espraiamento, vale lembrar, tem ônus para a população diretamente impactada, mas também nos custos de produção e manutenção das infraestruturas urbanas, eminentemente públicas, arcadas por todas a sociedade.

⁴⁶⁴ Cf. MARICATO, E. “o ‘Minha Casa’ é um avanço, mas segregação urbana fica intocada”. Carta Maior, 2009. E ARANTES e FIX. (2009).

⁴⁶⁵ Cf. SHIMBO, L et. al(org). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015. Conferir também MARICATO, E. Crise Urbana. VOLOCHKO, Danilo. ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares(2015)*; ARANTES,P. e FIX. <http://www.correiodadania.com.br/content/blogcategory/66/171/> . Uma boa síntese também se encontra em RIZEK, Cibele. Política Habitacional e Políticas Sociais urgências, direitos e negócios. In: Ana Fani A. Carlos, Danilo Volochko, Isabel Alvarez. (Org.). *A Cidade como Negócio*. São Paulo: ed. Contexto, 2015

⁴⁶⁶ Sígolo, Leticia. P. , *ibidem*, p. 25.

⁴⁶⁷ Rafael Pereira traz mapas bastante elucidativos sobre a localização periférica dos empreendimentos do MCMV Entidades na RMSP. Em *Contribuição ao debate sobre A Reforma Urbana -- a localização na cidade na luta dos movimentos de moradia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FAU-USP, 2017, p. 58

⁴⁶⁸ Cf. RUFINO, Beatriz. “Escalas e análises”, p. 65-68

⁴⁶⁹ Em 2009, a faixa 1 previa famílias com renda de até R\$ 1395, 00. Em 2011, até R\$ 1600,00

⁴⁷⁰ CF. RUFINO, op.cit. As mesmas tendências ou padrões de localização estão registradas em ROLNIK,R *Guerra dos lugares*, p. 312

Outra novidade decorrente da tendência à inserção urbana periférica é a consolidação do que Shimbo denomina “habitação social de mercado”⁴⁷¹, nas áreas onde historicamente predominavam as formas de moradia ditas subnormais.⁴⁷² Se até o fim do século XX as periferias eram o lugar sobretudo dos loteamentos irregulares, da favelização e da autoconstrução, no qual a moradia ficava de fora do processo formal de produção de mercadoria e das regras de ocupação do solo urbano⁴⁷³, agora convivem com os conjuntos de grande porte e condomínios, tipologia anti-urbana característica da cidade de muros. Noutros termos, com a reestruturação do sistema dos créditos populares a força de trabalho continua a morar nas franjas urbanas, mas parte mais significativa está agora inserida no novo mercado formal, o do “segmento econômico”⁴⁷⁴. Isso se dá em muitos grandes centros brasileiros e em São Paulo não fora diferente.⁴⁷⁵

Há um quarto desdobramento, esse mais tocante à forma da produção da habitação como mercadoria. Segundo Eduardo Baravelli, nesse período a construção civil deixa o domínio da

⁴⁷¹ O termo é de SHIMBO, L.Z. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012

⁴⁷² Essa reestruturação é mais bem analisada em VOLOCHKO, Danilo. “Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano”. Em: *Crise Urban*, org. de Ana Fani A. Carlos. São Paulo: ed. Contexto, 2015, pp. 105-128.

⁴⁷³ Não custa lembrar do já clássico *A metrópole na periferia do capitalismo* de Ermínia Maricato (1997). Há passagens bastante elucidativas: “Não é somente o trabalhador do extensivo e atrasado terciário urbano informal (e que tantos autores denominaram de “inchado” nas análises comparativas), que habita as favelas, ocupando ilegalmente a terra e lançando mão do expediente arcaico da autoconstrução para poder morar em algum lugar. Nossas pesquisas mostram que até o trabalhador da indústria fordista (automobilística) é levado freqüentemente a morar em favelas, já que nem os salários pagos pela indústria e nem as políticas públicas de habitação são suficientes para atender as necessidades de moradias regulares, legais. Em 1980, 57,3% dos chefes de família ativos, moradores das favelas de São Paulo trabalhavam no secundário. Trata-se do “produtivo excluído”. A produção ilegal de moradias e o urbanismo segregador estão, portanto, relacionados às características do processo de desenvolvimento industrial - na medida em que o salário do operário industrial não o qualifica para adquirir uma casa no mercado imobiliário legal, -- às características do mercado imobiliário capitalista -- sobre cujos agentes não pesa nenhum constrangimento anti-especulativo como seria o caso da aplicação da função social da propriedade -- e também às características dos investimentos públicos -- que favorecem a infraestrutura industrial e o mercado concentrado e restrito” (ob.cit., p. 21-22). Um pouco adiante, reafirma Maricato: “A relação - legislação/mercado fundiário/exclusão - talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização)” (ibidem, p.30). Em seguida mas na mesma obra: “O direito à cidade para todos passa pelo acesso à urbanização como também pelo acesso à condição habitacional legal. Embora a ocupação ilegal da terra urbana seja genérica e crescentemente tolerada, seu reconhecimento legal é raro. É evidente que estamos diante de um conflito generalizado que exigirá alguma resolução institucional na medida em que as relações democráticas se ampliem e com elas a universalização dos direitos como reza a constituição. Mas aparentemente, tudo caminha para estender essa contradição até o limite do possível (ibidem, p. 37)

⁴⁷⁴ VOLOCHKO vai no mesmo sentido: “com isso não desconsideramos a existência de empresas e proprietários que possuem negócios imobiliários voltados à construção e locação de moradias populares para os trabalhadores, mas estamos admitindo que a produção imobiliária privada hegemônica se concentrava espacialmente em bairros centrais e/ou que iam se tornando centrais, sendo as periferias o lugar onde essa produção imobiliária-financeira não atuava de modo contundente até pelo menos a última década. Dadas às necessidades de continuidade de produção ampliada da acumulação urbana, e dadas algumas barreiras como a raridade do espaço em certas regiões valorizadas e densamente ocupadas das cidades e metrópoles, o setor imobiliário e o capital financeiro, como auxílio do Estado, passam a investir pesadamente na produção habitacional nos espaços periféricos – mas não apenas aí --, onde a pobreza historicamente constituída vem sendo mobilizada lucrativamente” (pb.cit., p. 112). A isso Volochko considera “uma nova rodada espacial da reprodução do capitalismo imobiliário no Brasil”.

⁴⁷⁵ O estudo mais situado de Leticia SÍGOLO em São Paulo também destaca o avanço da moradia formal e da tipologia condomínio nesse período.

manufatura e entra definitivamente no quadro da indústria.⁴⁷⁶ Numa análise centrada nas transformações na tecnologia e nos regimes de trabalho da habitação social recente, Baravelli mostra uma crescente especialização e divisão de funções, com progressivo domínio da gerência do capital sobre a produtividade e treinamento da força de trabalho. São introduzidos – por necessidade de adequação aos parâmetros do programa MCMV -- novos sistemas de gestão e controle da produção. Do ponto de vista do canteiro, isso implica a predominância do trabalho-tipo, a redução dos projetos a projetos de produção, a hegemonia da argamassa que cobre uma alvenaria estrutural. Do ponto de vista do empreendimento, possibilitou a ampliação dos regimes de subcontratação (a sub-empregada) como uma forma renovada de extração de mais valor de capital por capital, isto é, das empreiteiras maiores integradas às normas de controle sobre microempresários, esse sim com mão-de-obra pouco especializada.⁴⁷⁷ A modernização inclui, portanto, mudanças na relação com a terra, com o trabalho e com a técnica.

Soma-se a esse quadro que os avanços jurídicos -- o arcabouço urbanístico bastante avançado⁴⁷⁸ -- mantém sua baixa observância no tocante ao controle do uso do solo urbano, como a função social da propriedade e outros instrumentos que garantiriam uma ampliação do Direito à Cidade, enquanto acesso dos cidadãos e cidadãs a bens básicos, serviços públicos, bens comuns e participação nos rumos partilhados.⁴⁷⁹ Os tópicos centrais da Reforma Urbana avançam em termos formais e se tornam mais difíceis de ganhar efetividade.

Importante sublinhar que a política habitacional se sustentava no discurso oficial como um instrumento de recuperação do crescimento econômico e mitigação do “déficit habitacional”. Mas mesmo com alta produtividade, entre 2009 e 2015, na RMSP o déficit habitacional passa de 608.809 para 643.207 domicílios, de acordo com a Fundação João Pinheiro.

Outra defasagem dessa narrativa oficial é obscurecer a complexidade das necessidades habitacionais nas cidades brasileiras, ou dito de outro modo, centrar-se no déficit dificulta montar programas com frentes múltiplas. Segundo o Plano Municipal de São Paulo(2016), necessitam de intervenção no território 740 mil domicílios de loteamentos e favelas irregulares, mais 20.702 domicílios de conjuntos habitacionais irregulares e, ainda, 68.331 de cortiços. Em situação de rua

⁴⁷⁶ Essa contradição é mais bem desenvolvida por BARAVELLI, José Eduardo. *Trabalho e tecnologia no programa Minha Casa Minha Vida*. São Paulo: ed. Annablume, 2017.

⁴⁷⁷ Ibidem.

⁴⁷⁸ À criação do Ministério das Cidades em 2003, seguiram Conferências Nacionais das Cidades, criação de Conselho Nacional de Cidades (2004), Lei Federal do Saneamento Básico (n.11.445/07); em 2011 promulgada a Lei Federal dos Resíduos Sólidos (n.12.305); em 2012 a Lei da Mobilidade Urbana (n.12.587/12), que prevê a prioridade ao transporte coletivo; em 2015 o Estatuto da Metrópole (n.13.089/15), que demanda maior integração entre instâncias de poder.

⁴⁷⁹ A autora que mais se detém nesse aspecto é Ermínia MARICATO em *Impasse da Política Urbana* (2011), *Crise Urbana* (2015) e com Luciana ROYER (2017).

estão 15.905 pessoas ⁴⁸⁰ Já o ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em imóveis locados afeta 235 mil domicílios, o que poderia pelo menos em parte ser respondido com políticas de regulação do mercado de alugueis – uso do estoque público e privado, locação social e mesmo controle de aumentos escorchantes.

Diga-se de passagem, entre os vetores que compõem as necessidades habitacionais, o custo excessivo do aluguel fora o que mais cresceu no período recente, corroborando os gráficos acima do FIPEZAP sobre a curva do valor da locação acima da inflação. De acordo com as estatísticas da Fundação João Pinheiro, em 2009 a coabitação familiar era o maior componente do déficit habitacional, em 2015 o maior é o ônus excessivo. Nesse mesmo período de intensa produção, na RMSP o componente coabitação cai de 189.478 para 151.671 domicílios, já o ônus excessivo cresce de 291.414 para 373.108 domicílios. ⁴⁸¹

Não menos importante é o fato de que apenas 2% do total de liberações do Minha Casa Minha Vida são destinadas à modalidade Entidades, na qual a construção se dá via organizações sociais e regime de autogestão, portanto tangencial ao mercado, e entendemos por que razões a literatura crítica considera que o programa habitacional fora sobretudo uma política contracíclica, no intuito de reverter os sinais da crise econômica global. ⁴⁸²

Em suma, podemos dizer que o período entre meados dos 2000 e meados de 2010 marca a entrada da produção habitacional no que Paulani denomina de “regime de acumulação com dominância da valorização financeira”. ⁴⁸³ Em nosso caso, importante destacar, não porque o setor financeiro se sobrepõe ao produtivo, mas sobretudo porque o horizonte regulador – pelo menos entre os expoentes do setor -- é o da lógica de acumulação financeira, curto-prazista, com critérios menos ligados às condições de produção, mas tão somente à valorização dos ativos. A produção da habitação e da cidade, sobretudo nos momentos de intensa modernização, orienta-se por parâmetros ainda mais abstratos e alheios às condições histórico-sociais de sua feitura⁴⁸⁴.

⁴⁸⁰ Tais dados vem do Pano Municipal de Habitação de São Paulo de 2016, sobretudo no Anexo II, página 44 da versão online.

⁴⁸¹ Essa análise comparativa parte dos relatórios de 2009 e de 2015 sobre déficit habitacional da Fundação João Pinheiro, disponíveis em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>

⁴⁸² Ainda que haja maior ou menor cautela nas afirmações, essa contradição é relativamente consensual entre Maricato, Rolnik, Shimbo, Volochko e também Baravelli.

⁴⁸³ Quando define as características desse “regime de acumulação com dominância financeira”, Paulani sintetiza: “A dominância da valorização financeira não significa apenas que tal valorização seja hoje mais importante do que a produtiva. Significa, principalmente, que sua lógica se impõe ao processo total de acumulação e reprodução capitalista. Ela é rentista, quer dizer, apropria-se da renda gerada no setor produtivo; é curto-prazista, ou seja, arisca a projetos de longo prazo, porque preza antes de tudo a liquidez; é avessa ao risco, mas ao mesmo tempo é instável e arriscada, porque enseja e reproduz a especulação; é exterior à produção, porque não lhe importam as necessidades da atividade produtiva em si, mas tão somente a valorização dos ativos financeiros – originem-se eles ou não da esfera produtiva – e sua liquidez” (PAULANI, “Capitalismo financeiro, Estado de Emergência Econômica e hegemonia às avessas no Brasil”. In: OLIVEIRA, BRAGA e RIZEK(org). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 129).

⁴⁸⁴ Simoni, ao se valer das contribuições de Paulani, é assertivo: “Hoje, a dinâmica de reprodução do espaço urbano

Numa combinação *sui generis*, nossa entrada na lógica financeira é combinada a um ensaio desenvolvimentista que investe pesadamente no setor, mas conta com um *déficit espacial*, pois a forte presença do poder público federal se valeu de um dirigismo necessário para manter o ambiente de investimentos, mas *além de deixar à iniciativa privada definições importantes, não deu conta de contradições próprias à produção do espaço urbano, cujas competências são distribuídas pelos poderes locais*. De fato, houve efeitos multiplicativos diversos para a economia do país. A cadeia de investimentos gerou renda, emprego e tributos, mas o ônus para as cidades também foram diversos: boom imobiliário, reforço da segregação e periferização, a manutenção do grau de informalidade das relações de trabalho e, ainda, a expansão das tipologias muradas ao novo mercado formal das camadas populares.

Do ponto de vista de sua formulação, o ensaio neodesenvolvimentista foi *α-espacial* e, quando objetivado, *anti-urbano*. Quando defendemos a tese sobre a necessidade de uma teoria social sensível ao espaço, este também é um ponto fundamental. Num próximo ciclo democrático, será necessário construir um modelo de desenvolvimento atento às contradições do espaço.

Origens dos movimentos de moradia e sem teto em São Paulo

Esse quadro marcado pelas contradições entre crescimento econômico (2007-2014) e acirramento das condições de vida urbana, em grande medida decorrente do aumento exponencial no preço da moradia, reprodução da periferização segregacionista e seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, um caldo de cultura insurgente pós-junho, exige recobramos a atenção nas lutas que envolvem o direito à moradia digna. Entre outras razões, porque esses movimentos constituíram as forças que empunharam os primeiros conteúdos do Direito à Cidade em solo brasileiro e, nesse momento pós-junho, há ressignificações importantes, bem como uma recomposição desse campo.

Os movimentos de moradia e sem-teto em SP já tem um acúmulo de experiência política que remonta ao caldo de cultura do período de redemocratização do país, nos anos 1980, com uma nova onda de politização das questões do cotidiano espoliativo das classes trabalhadoras urbana. Entre as principais forças desse caldeirão, registradas no célebre *Quando novos personagens entram em cena* de Eder Sader, estavam o novo sindicalismo, as Comunidades

dos grandes centros metropolitanos foi também ela capturada pela esfera da valorização financeira em escala mundial. Essa é a lógica que regula, mais do que a oferta e as condições de realização dos lançamentos imobiliários, as próprias condições de acesso à moradia e ao espaço urbano de forma geral. Nesses termos, o direito à cidade se distancia na mesma medida em que a lógica da acumulação se afasta das condições sociais de produção do espaço urbano”. Op.cit, p. 227.

Eclesiais de Base, educadores populares, Clubes de Mães e outros associativismos de bairro. E como lembra Maria da Glória Gohn, outro elemento novo nessa composição foram os grupos de assessorias técnicas de médicos sanitaristas, de advogados e arquitetos, que faziam mediações, articulações e junto das classes populares construía consciência da necessidade da luta social⁴⁸⁵

Nesse período, salienta Sader, “as classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que as movia ou segundo algum princípio comunitário que as agrega”.⁴⁸⁶ Desse caldo se formou o Movimento do Custo de Vida, eclodiram as grandes greves do ABC, organizações como a Central Única dos Trabalhadores(1983), o Partido dos Trabalhadores(1980), a CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores(1982) e, com importância especial para esse estudo, o Fórum pela Reforma Urbana(1985). Desses mesmos processos surgiu a primeira das maiores forças do movimento de moradia, a União de Movimentos de Moradia(UMM).

O salto organizativo da União foi conseguir envolver as demandas diversas e dispersas ligadas à questão da moradia. As principais dessas eram: das famílias sem terra que ocupavam terrenos vazios, daquelas/es que pediam a regularização em favelas e loteamentos clandestinos) junto à prefeitura, *as lutas no âmbito do processo construtivo* na disputa com o Estado por financiamento para produção de moradia e, ainda, as lutas dos moradores de cortiços da área central⁴⁸⁷

Um traço determinante da identidade da UMM fora a proposta das construções autogestionárias. Essas aspirações tinham como referência arquitetos/as que, nos anos 1960, viam no canteiro o lugar da ruptura com a alienação do trabalhador e o ensaio de relações de trabalho livre e cooperado, no qual se reaproximavam os decisores e executores, entre projeto e canteiro, a obra propriamente dita. Com isso, refaziam-se desde os fundamentos sociais uma “poética da economia” que combinasse as técnicas modernas com saberes vernaculares e levasse arquitetura às camadas populares. Exploravam o caráter pedagógico das estruturas e instalações aparentes, a negação da ornamentação e, ao mesmo tempo, a experimentação espacial dos tetos abobadados. Essas referências da denominada *Arquitetura Nova*. Essas fizeram escola, ganharam corpo com escritórios de assessoria técnica aos movimentos. A poética da economia foi levada ao Programa de Mutirão que construiu os conjuntos habitacionais na Fazenda da Juta, na Zona Leste, na gestão Luiza Erundina. Influenciaram diretamente projetos interessantes como por exemplo da

⁴⁸⁵ GOHN, Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: ed. Loyola,1991, p. 57

⁴⁸⁶ SADER, E. Quando Novos personagens entram em cena, p. 313

⁴⁸⁷ Quem analisa com vagar essas diversas lutas em torno da moradia é GOHN, 1991, pp61-ss. Ela enumera 4: lutas pelo acesso a terra e à habitação, lutas pela posse da terra; luta no âmbito dos processos construtivos; luta dos inquilinos.

COPROMO - Cooperativa Pró Moradia de Osasco (1992-1998), o da Vila Albertina (Brasilândia, 1998), mais recentemente o Conjunto Che Guevara (Itaquera, 2008), Unidos e Paulo Freire, ambos em Cidade Tiradentes. Não menos importante era o fato de que a construção autogerida retirava do ciclo produtivo as empreiteiras, historicamente ligadas ao clientelismo político e conhecidas pelas edificações de baixa qualidade e alto custo.

Também desde seus anos iniciais, em grande medida embalada pelo projeto democrático-popular, a UMM protagonizou as demandas por ampliação dos canais de democracia participativa. Nos anos 1980 e virada aos 1990, este tópico era central para o questionamento do padrão centralizador, autoritário e excludente dos governos civis-militares, incapaz de responder às necessidades das frações da classe trabalhadora. A relação próxima das lideranças da UMM com a assistência técnica de advogadas/os e arquitetas/os e a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, com Erundina (1989-1993) e Marta (2001-2004) foram oportunidades para o avanço dessa pauta. Conquistas legais expressivas se deram ao longo dessas décadas, na elaboração da Lei Estadual de Compra da Terra no 10.535/00, na Lei Municipal da Autogestão na Moradia no 16.587/16. Em escala nacional, também foram base para a criação do Ministério das Cidades e na elaboração de Planos Diretores. Ao mesmo tempo, essa prioridade nos canais institucionais fora um dos pontos que no fim dos anos 1990 levou a organização a um racha.

O ano de 1997 consolidava um período de desmanche de políticas públicas, pauperização da população trabalhadora, mas fora também um ano intenso para os movimentos populares. Marcou a explosão das primeiras ocupações em edifícios ociosos na área central⁴⁸⁸, muitos deles públicos, como o edifício do INSS, mas tantos outros privados. Esses anos intensos também geraram divergências no interior do movimento popular por moradia. Algumas coordenações argumentavam que as ocupações fossem apenas uma ação de pressão e visibilidade, mas não mais como moradia provisória. Por pelo menos três razões: i) as ocupações reproduziam as condições de habitabilidade dos cortiços;⁴⁸⁹ ii) os governantes estendiam as negociações por longos anos como uma tática de enfraquecer o movimento instalado naquelas condições⁴⁹⁰; iii) os últimos anos abriram canais de comunicação entre sociedade e Estado que possibilitavam avanços. A militância que aderira à esta posição permaneceu com a UMM. A dissidência, por sua vez, agremiou-se na Frente de Luta por Moradia em 2004.

Já na perspectiva dos dissidentes era razoável ocupar os edifícios não apenas como forma de

⁴⁸⁸ PICCINI, 1998; BONFIM, 2004. GONÇALVES, 2008; KOWARICK, 2007; MIAGUSKO, p.138.

⁴⁸⁹ (NEUHOLD, 2009, p. 89)

⁴⁹⁰ NEUHOLD, p.90-92

pressão, mas também para morar. As condições e a trajetória de vida dos integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto justificava a transformação das ocupações em habitações provisórias: tratava-se de uma população empobrecida, no geral migrante, com vínculos empregatícios instáveis e baixa escolaridade, que comprometia parte significativa da renda pagando altos aluguéis nos cortiços da área central.⁴⁹¹ Somam-se a essas divergências táticas outras relacionadas à organização interna do movimento, a projetos políticos e mesmo dissensos entre lideranças. Para coordenações do MSTC – integrante da FLM –, o racha coincide com o momento em que lideranças dos movimentos de moradia foram trabalhar em gabinetes de parlamentares, aceitaram cargos no governo e, por essa via, teriam perdido a autonomia de organizar protestos e de fazer pressão para negociar por meio de outros canais⁴⁹²

As lideranças que fundaram a FLM tinham uma atuação mais intensiva na região da Mooca, onde nos 1990 se concentravam população operária, muitos deles moradores de cortiços.⁴⁹³ Com o passar dos anos, a militância local se amplia para outros bairros como Belém, Brás, Ipiranga, Luz, Tatuapé, Vila Formosa e funda a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1991. Nesse período, ULC tem conquistas importantes na região do Brás -- nos Casarões da Rua Madre de Deus e Rua Celso Garcia. O acúmulo de atuação no centro foi levado ao Fórum dos Cortiços e determinou um segundo traço identitário das forças que compõem a FLM, isto é, adicionar à luta da Reforma Urbana a disputa pela localização central.

Disputar a moradia na área central significou, para esses sujeitos mas também para os analistas, um salto da luta pela moradia para uma luta pelo Direito à Cidade, na medida em que os movimentos desafiam um padrão histórico de espoliação e segregação das classes subalternas aos espaços periféricos, desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos e sem oferta de emprego. Nesse sentido, afirma Trindade, as ocupações no centro “representam uma negação ao *modelo de urbanização historicamente consolidado na sociedade brasileira*, responsável por afastar as camadas populares das áreas mais valorizadas da cidade”.⁴⁹⁴ Trata-se de uma luta pelo espaço urbano, mas também uma disputa simbólica. Para essas camadas espoliadas, significa reconquistar politicamente um bem comum a que historicamente não lhes era reservado. E como lembra o autor, isso somente é possível mediante um alto grau de politização dessas populações organizadas.

⁴⁹¹ NEUHOLD, p. 78.

⁴⁹² NEUHOLD, 2009, p.42.

⁴⁹³ Rafael Pereira, 1997, p.

⁴⁹⁴ Um texto curto e bastante preciso sobre como as ocupações na área central desafiam um padrão de periferização das camadas populares é se encontra TRINDADE, Thiago. “O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais?”. Caderno CrH, Salvador, v. 30, n. 79, Jan./Abr. 2017, p. 167.

Ocupar o centro também diminui em muito o sofrimento com o deslocamento e aumenta em muito a chance de conseguir emprego. Já há na metrópole empregadores que simplesmente colocam como exigência o endereço de moradia nas redondezas, porque sabe da realidade da mobilidade⁴⁹⁵. Nesse sentido, o militante consegue vencer o desafio fundamental das lutas urbanas, que é garantir abrigo e melhorar as possibilidades de trabalho, assalariado ou mesmo informal.

Certamente a FLM ainda é a organização com mais ocupações no centro, mas com o lançamento do Minha Casa Minha Vida Entidades esta também diversificou seu repertório e passou a explorar as oportunidades abertas pelo programa habitacional. Ao longo dos anos 2000, passam a ocupar áreas na Zona Leste, Zona Norte e Zona Sul. Atualmente, coordenações estimam em torno de 6.000 famílias mais orgânicas a essa “entidade mãe” e mais de 15 movimentos. A FLM permanece filiada à Central de Movimentos Populares (CMP).

Há ainda uma terceira força, que é o Movimento de Trabalhadores Sem Teto, o MTST. Suas origens não remontam aos atores da Reforma Urbana, mas a um movimento de grande incidência social no Brasil, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra(MST). O Movimento de Trabalhadores Sem Teto surge em 1997, em meio às altas taxas de desemprego, avanço das políticas neoliberais, pouca atenção às pautas populares e abandono de perspectiva de reformas estruturais. A decisão por sua criação parte dos quadros do Movimento Sem Terra, em cuja avaliação os conflitos sociais atuais teriam se deslocado para o espaço urbano, assim como os processos de acúmulo de capital e concentração de poder. Nesse sentido, o movimento seria a força de resistência do MST no urbano.

A partir dessa avaliação, o MST libera militantes para construir o MTST na região metropolitana de São Paulo e realiza suas primeiras ocupações na região de Campinas Parque Oziel. Entre suas origens até 2005, o MTST passa um período de instabilidade e ambivalência. Acumulava problemas nas grandes ocupações como a Carlos Lamarca em Osasco, Anita Garibaldi em Guarulhos; passara por despejo violento na Ocupação Santo Dias em São Bernardo.

Os conflitos e despejos são traumáticos, levam a uma perda substancial de sua base – de cerca de 20 mil pessoas para 700 – e um desgaste desses com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Este último retira formalmente seu apoio e seus militantes, o que reduz também o corpo dirigente do MTST.⁴⁹⁶ Mas desses anos de adversidades o movimento extrai um série de reformulações em termos táticos.

⁴⁹⁵ Trazemos no anexo uma imagem interessante, de uma padaria no bairro Bela Vista à procura de balconista, na qual se exige do postulante à vaga “experiência” e que more por perto.

⁴⁹⁶ Episódios lembrados na dissertação de Rafael PEREIRA.

Primeiro, a força política do movimento não está na permanência no terreno ocupado e sim na persistência na organização, sendo o despejo visto não como derrota na luta, mas como parte do processo. Segundo, as camadas populares periféricas tem uma descontinuidade com o trabalho, por conta das relações instáveis, temporárias. Os sujeitos sem-teto não são os proletários fabris, mas precarizados. Por outro lado, há uma relação de continuidade das camadas trabalhadoras com o território, nas dificuldades com a vida urbana cotidiana. Portanto, é na continuidade que o movimento passa a atuar com mais intensidade.

É também nesse momento que se fortalece a identidade com a qual o MTST se vê não apenas como um movimento de moradia, mas sim como um movimento popular urbano que aglutina as classes trabalhadoras pelo território.⁴⁹⁷ Se quisermos operar em termos mais lefebvrianos, podemos dizer que o movimento pensa a sociedade a partir do espaço urbano. Pretende referenciar-se nas periferias e criar “cinturões de luta”⁴⁹⁸. Por isso, priorizam grandes áreas do ABC Paulista, os “latifúndios urbanos”.

Tanto para a UMM, quanto para a FLM e MTST os anos 2000 trouxeram melhoras em relação aos anos 1990. A possibilidade de diálogo com o Partido dos Trabalhadores sempre fora maior e, no caso da UMM, isto traduziu-se na incorporação de alguns de seus quadros ao governo. A criação do MCMV-Entidades, ainda que destinasse apenas 2% do montante do Programa, possibilitou conquistas de moradias à militância como nunca antes. Esse cenário dos anos 2000 merece uma análise com mais vagar.

Outra descoberta importante, reforçada nos anos pós-2013. A base do movimento se amplia no próprio processo de ocupação, um momento de intensificação das interações e conflitos com o poder público. Essa é uma aposta de risco, mas ao mesmo tempo traz um crescimento espontâneo muito maior. Há um acúmulo de forças em termos de “periferia ativa”.

Cenário e percursos dos sem-teto nos anos 2000

No contexto de desmanche dos anos 90, a abertura de canais de participação popular -- pela moradia mas não apenas -- fora uma aposta para experimentações institucionais importantes, algumas delas se tornaram inclusive referências para outros contextos, como fora o caso da reurbanização de favelas, dos mutirões autogeridos e do Orçamento Participativo. Na virada do milênio, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal ampliou a

⁴⁹⁷ Edson M, p. 185. Entrevista Boulos.

⁴⁹⁸ Cartilha do MTST, 2005. Em Edson, p.

oportunidade de gerar avanços da cidadania desde baixo até o topo e gerou uma nova janela de oportunidades para a construção de um governo que contasse com a contribuição dos movimentos populares. Isso significou a colaboração mais contínua entre sociedade civil e comunidade política, a entrada de quadros dos movimentos para a máquina pública e, em alguns casos, o consentimento com a regulação por cima de um governo que também precisava acolher as demandas das famílias e empresas que tradicionalmente se valiam da cidade para os grandes negócios, lucros, rendas e juros. Noutros casos, como destacou seus observadores próximos, incluía uma certa instrumentalização dos movimentos na agenda dos pleitos eleitorais.

Nesse sentido, os debates dos anos 2000 tendem a se estabelecer em termos de balanços críticos dessas experiências e percursos, com ressignificações importantes. Já em 2007 Maricato assinalava em tom de alerta que o tema da participação vinha sendo incorporado por setores diversos da esfera pública -- do Banco Mundial a ONGs -, na mesma medida do esvaziamento de seus conteúdos estruturais, sob a marcha das políticas neoliberais. A tônica da argumentação da urbanista a respeito desse cenário se assenta em pelo menos três pontos. Primeiro, os movimentos urbanos não poderiam perder de vista aspectos mais internos, como a renovação de lideranças e as formações pedagógicas sobre o papel dos movimentos sociais naquele contexto. Segundo, o controle sobre o Estado via canais de participação é muito importante, assim como as conquistas concretas que alimentam os movimentos, mas era preciso cautela nas relações complexas com os governos. Adiante, completa, tais relações envolvem “uma forma ambígua de cooperação, cobrança, cooptação que passa pelo atendimento das demandas de seus movimentos e não pela construção de uma política universalista ou republicana, onde cada um tem distintos papéis”.⁴⁹⁹ Terceiro, os movimentos urbanos, embora mantivessem a prática da ação direta através da ocupação de imóveis ociosos – portanto descumprindo a função social da propriedade -, pareciam tender a um caráter “demasiadamente ‘juridicista’ e institucional”⁵⁰⁰. O alerta não visava fazer tabula rasa dessas lutas, pelo contrário, reconhecia os ganhos diversos com a criação do Conselho Nacional das Cidades, as leis dos Consórcios Públicos, o marco regulatório do Saneamento Ambiental e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Mas apontava para o fato de que, em nosso país, a existência de leis não garante a observância das mesmas, o que garantiria o avanço da Reforma Urbana. O Estatuto da Cidade é o exemplo paradigmático e algo muito próximo vale para os Planos Diretores. Tais críticas destinavam-se aos movimentos urbanos, em especial aos de moradia, mas se estendia ao Fórum Nacional da Reforma Urbana, cuja construção a urbanista também integrava naquele momento; donde a avaliação em tom de

⁴⁹⁹ *O Impasse da política urbana*, p. 156

⁵⁰⁰ *ibidem*, p. 100.

“correção de rumos”

Em texto mais recente, quando Tatagiba analisa o percurso dos movimentos de moradia em São Paulo, reconhece também as conquistas legais do período em termos de cidadania, mas salienta que “os resultados da experiência concreta estão muito aquém das expectativas lançadas sobre elas”.⁵⁰¹ Tatagiba destaca a diferença do anos de redemocratização(1980) e de desmanche neoliberal (1990) com o cenário dos anos 2000, para compreender como esse contexto de oferta significativa de participação gera oportunidades e constrangimentos específicos, ou melhor, impõe “escolhas novas e dilemáticas”.⁵⁰² Em sua argumentação, a autora redefine termos fundamentais da análise sobre a interação entre movimentos sociais e comunidade política e, com isso, traz elementos importantes acerca das transformações dos movimentos de moradia nesse cenário mais complexo.

Com Gohn, Tatagiba identifica nos trabalhos influenciados pela teoria dos novos movimentos sociais um déficit na análise da interação entre movimentos e Estado, governos e partidos, uma vez que a concepção de “novidade” em muitos casos se relacionava justamente à negação desses vínculos. Como lembra Tatagiba, quando tais temas não eram negligenciados, eram tratados apenas sob o signo da “autonomia” como não-relação, ao mesmo tempo que uma série de pesquisadores e pesquisadoras mostravam um esgotamento dessa chave interpretativa.⁵⁰³ Tatagiba atesta que o discurso pautado pela oposição autonomia x institucionalização remete-se à luta contra o estado autoritário, mas para compreender o momento de reconstrução democrática essa dicotomia já tende ao que Doimo denominou um “imobilismo teórico”. A autora identifica que vias mais promissoras apontam para um “conceito mais relacional de autonomia” e é nesse leito que Tatagiba desenvolve seu argumento, tendo o movimento de moradia como objeto empírico.

A redefinição consiste em compreender a autonomia como a capacidade de determinado ator em estabelecer relações com outro atores (aliados, apoiadores e antagonistas) “a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita codefinir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir de seus interesses e valores”.⁵⁰⁴ Com isso, a autonomia exige a força de participar de interações com um outro sem perder certa “distância crítica”, o que

⁵⁰¹ Ibidem, p. 234

⁵⁰² Tatagiba, p. 235.

⁵⁰³ Num texto de 1991, quando Gohn identifica as principais linhas teóricas de análise dos movimentos sociais de então, a autora denomina de “paradigma neo-idealista” essa linha na qual “a luta básica gira em torno da autonomia. A não institucionalização é ponto de honra fundamental, pois se trata de impedir a burocratização, a robotização das ações. O espontaneísmo deve ser cultivado como nascedouro de práticas novas ou renovadas”. *Movimentos sociais e luta pela moradia*, p. 30.

⁵⁰⁴ Tatagiba, op.cit., p 236

permite “colocar a própria relação como objeto de reflexão”.⁵⁰⁵ Para isso, lembra a cientista política, é preciso ter poder, o que no caso dos movimentos advém da força dos vínculos mantidos com a sociedade civil. Isto porque é dessa capilaridade de suas redes de apoio ao cotidiano que o movimento retira a capacidade dessa difícil tarefa reflexiva. Desse modo, “a questão da autonomia dos movimentos remeteria a um esforço de investigação muito mais focado sobre a análise das relações dos movimentos com suas bases sociais, do que propriamente a sua relação com o sistema político”.⁵⁰⁶ Essa reinversão tem implicações teóricas de grande envergadura. Vai possibilitar análises mais cuidadosas da interação entre movimento e Estado e, ao mesmo tempo, a interação com a sociedade. Com isso, consegue enfrentar os descaminhos identificados por Maricato.

Tatagiba segue o texto não para dar parecer sobre o ponto resultante do movimento de moradia, mas para reconstituir o processo desses e apontar para as possibilidades de reflexão mediante “distância crítica”.

A autora argumenta que a interação mais intensa e continuada das lideranças de movimento com o campo político-institucional eleva a eficácia política, portanto obtém maior incidência na alocação de recursos, na produção de políticas públicas, mas acaba resultando numa “sobredeterminação dos aspectos instrumentais e estratégicos da ação, relegando ao segundo plano a comunicação dos movimentos com suas bases”⁵⁰⁷. Para Tatagiba, essa orientação mais instrumental explica, por exemplo, como a disputa por acesso a programas e a postos de poder se inclui entre as causas da fragmentação dos movimentos e a dificuldade em coordenar as ações no interior desse campo. Em termos mais concretos, podemos adicionar, explica um certo esvaziamento da força de mobilização desse campo, sentido por muitos ao longo dos anos 2000.

Tatagiba também reconhece, na mesma linha de Maricato que, nesse período os movimentos de moradia assumiram progressivamente um papel de mediação entre governos e comunidade e, ainda, de organizar e influenciar a seleção da demanda por moradia, isto é, indicar quais famílias serão beneficiadas por programas. Há pelo menos dois riscos aí subjacentes: i) os movimentos passarem “a atuar muito mais como demandantes de bens e serviços (a serem assim reconhecidos), do que como atores que oferecem à sociedade novas formas de nomeação da realidade, a partir do exercício de sua função crítica”. Nesses casos, os movimentos perdem sua capacidade de visibilizar contradições, irracionalidades sociais, ativar conflitos legítimos; ii) ao operacionalizar a política habitacional, tanto a relação Estado e movimento quanto a relação entre

⁵⁰⁵ *ibidem*

⁵⁰⁶ *ibidem*, p.237

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 237

lideranças e bases se redefinem para o que Tatagiba denomina um “pragmatismo envergonhado”, em que as interações se desenvolvem menos por alinhamento de princípios, mas mais sob o signo da clientela. O risco de fragmentação aumenta nos momentos em que a liberação de unidades é menor do que o número de famílias beneficiadas.

Para defender seu argumento central, a autora retoma com vagar a história retratada rapidamente em nosso tópico acima e amplamente debatida na literatura, a respeito da “sanfona participativa”. Nos governos Maluf e Pitta (1993-2000), a recusa do Estado em negociar com movimentos leva a uma redução dos canais institucionais de participação, ao aumento das ocupações, mas também à criminalização de lideranças. Com Marta Suplicy (2001-2004), canais e diálogos são reabertos, o que cria um ambiente de maior colaboração e conciliação. A diminuição da distância crítica, por sua vez, submete aos anseios de mais longo prazo dos movimentos ao ritmo e às exigências próprias às disputas eleitorais, o que gera frustrações e fragmentação. O exemplo paradigmático é o do Orçamento Participativo. A proposta decorreu da vontade de diálogo entre governo e sociedade, a escuta do primeiro à segunda. Mas na pesquisa empírica dos anos 2000, prevalecia na amostragem a frustração que apontava a cisão entre discussão e deliberação, entre debate e execução, visível pela falta de resultados e na instrumentalização daquele espaço. No texto de Tatagiba, há avaliações das próprias lideranças reconhecendo esse déficit contestatório num governo que consideravam próximo delas. Dessa incorporação de quadros ao governo decorre outra mudança destacada, a passagem de “lideranças voluntárias” para “lideranças profissionalizada”, remunerada.

Em síntese, para Tatagiba é importante perceber como a presença de governos de esquerda amplia as chances de sucesso dos movimentos, com o efeito colateral de que esses passam a gravitar mais em torno de estruturas estatais, “tendo como dinâmica propulsora as energias advindas das disputas eleitorais”. Com Maristela Svampa, a autora reforça que esses movimentos populares brasileiros vivem ainda “o dilema de acomodar a urgência das demandas com aspirações de corte emancipatório”,⁵⁰⁸ que se tornara mais complexo nos anos 2000. Do ponto de vista do avanço teórico, reitera Tatagiba, é importante evitar análises dicotômicas e simplificadoras. Sua grande contribuição é mostrar como a perda de autonomia não é apenas perda de distância crítica, mas aumento da distância – em termos de transparência e comunicação – das lideranças em relação aos anseios ético-políticos de suas bases.

Para análise dos desdobramentos recentes dos movimentos dos sem-teto urbanos, extraímos de Tatagiba as contribuições a respeito dos anos 2000, em especial a redefinição da

⁵⁰⁸ *ibidem*, p. 249.

noção de autonomia e, ainda, a posição analítica na qual a pesquisa não vai dar parecer sobre os resultados dos movimentos, mas reconstituir processos recentes. Como são forças consolidadas, buscamos compreender continuidades e descontinuidades, sem idealizar neles “o novo”, mas tampouco esvaziar os potenciais daqueles e daquelas que se mantem em ação, com bloqueios, experimentações e desafios.

E de ambos os textos, continuará atual o fato de que os movimentos de moradia, por si sós, não dão conta de mudar a correlação de forças que impede o avanço da agenda urbana. Não se deve esperar apenas desses movimentos uma Reforma Urbana. Se essa fora uma expectativa dos anos 1990, agora é o caso de superar essa frustração histórica, sem no entanto desprezar os potenciais transformadores que esses movimentos desempenham em redes com outros atores sociais e, ainda, para os sujeitos que desses fazem parte.

UNMP, continuidades e desdobramentos



17) Conjunto Florestan Fernandes. Cidade Tiradentes, SP(2018). Foto: Paolo Colosso

Mais recentemente os movimentos que compunham a União Nacional reúnem-se na agora denominada UNMP, União Nacional por Moradia Popular. Ainda que o *Minha Casa Minha Vida Entidades* tenha representado pouco mais de 1% das verbas do programa, para os movimentos de moradia há uma ampliação grande dos seus lançamentos e de seu raio de intervenção. Em São Paulo, são importantes por exemplo os grandes conjuntos Florestan Fernandes, Alexius Jafet e

Barra do Jacaré. Além disso, a quantidade de unidades entregues consolida o movimento de moradia como uma força social fundamental para implementação de política habitacional massiva. Apenas o Movimento Sem Terra-Leste 1, uma das maiores forças que compõe a UNMP em São Paulo, contabiliza mais de 5.000 unidades entregues ao longo de sua história.

A oportunidade aberta pelo financiamento MCMV-E gera desdobramentos em alguns aspectos importantes do movimento. Primeiro, há um ganho de escala na produção de unidades, o que tende a reverter frustrações de décadas anteriores ligadas ao longo tempo das construções autogeridas. Nesses últimos anos, há mais apartamentos entregues e, como a escassez agora está nos terrenos, os edifícios tendem a ser mais verticais. Os do conjunto Florestan Fernandes, por exemplo, contabilizam 390 unidades em blocos com 15 andares. No conjunto Alexius Jafet, no bairro do Jaraguá, são mais de 950 apartamentos com gabaritos dessa mesma ordem de grandeza.

A construção via autogestão continua ser um ponto de honra, uma bandeira prioritária que define a organização, mas essa modernização dos últimos anos também implica mudanças. Como os grandes arranha-ceus são edificações de grande complexidade, a participação mutirante tende a se deslocar. Em alguns casos, formam-se comissões para atividades administrativas: compras (pesquisa de preço, realização de orçamentos), controle financeiro, controle de almoxarifado (caso da Florestan Fernandes). Noutros, os mutirantes se envolvem na cozinha comunitária (caso da Alexius Jafet), ou em edificações menos especializadas como muros de arrimo, rejuntamento de pisos, plantação de gramas, segurança noturna. Em outros ainda, envolvem-se nos trabalhos sócio-educativos exigidos pelo programa e que, como lembram integrantes, são o que constituem vizinhança entre as famílias. Entre pontos relativamente consensuados, esse último é um deles: a construção via mutirões, mesmo com essas transformações em relação aos anos 1990, ainda é um processo por meio do qual se fazem vínculos. Como disse uma integrante, “eu conheço qualquer criança que esteja fazendo bagunça nos corredores, posso dar bronca e sei quem é a mãe”. Outros pontos consensuados: nesse formato a construção consegue reduzir custos substancialmente e, com isso, produzir apartamentos maiores e mais equipamentos. Os projetos tem sempre espaços comunitários e de vivência, as unidades chegam a 60m², enquanto no MCMV via empreiteiras gira em torno de 50m².

Além disso, um passeio pelas franjas da Zona Leste e Noroeste -- onde há conjuntos de diversas idades -- nos permite perceber, também, que os conjuntos via mutirão tem não apenas qualidade arquitetônica superior, mas também no que diz respeito à edificação. A massa do

reboco, os caixilhos, os pisos utilizados sobrevivem melhor ao tempo e dão ar de mais dignidade às camadas populares que ali vivem⁵⁰⁹.

Nesses tempos de abundância, trabalhar com um movimento como a UNMP continua a ser uma possibilidade de realizar projetos arquitetônicos com tom de experimentação, que fogem das demandas de mercado imobiliário concentradas na lógica do menor custo e maior retorno de capital, ou então das demandas privadas de residências para uma classe média não raro com gostos duvidosos. Como já ocorria nos anos 2000, a “poética da economia” ganha novos contornos e desdobramentos. Os movimentos de moradia seguem como um laboratório para a disciplina arquitetônica, isto é, a “Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social”(ATHIS)⁵¹⁰.

A ATHIS já é prevista em lei federal, mas como muitas outras, tem efetividade restrita a ensaios de governos locais progressistas. Nesse sentido, mesmo que tenham sofrido mudanças desde seus anos iniciais, para arquitetas e arquitetos o canteiro dos movimentos mantém-se como lugar da horizontalidade solidária, cooperativa e didática. Pautam-se em relações cotidianas ainda bastante distantes daquela piramidal e abstrata do capital-trabalho, em que a figura do arquiteto está ao lado do último, entre os subservientes aos caprichos do primeiro. Essa articulação entre governo local atento às necessidades habitacionais, movimento de moradia e ATHIS é um modelo a partir do qual profissionais redescobrem “função social da arquitetura” e a dignidade do ofício.

Do ponto de vista do repertório de ação, há na UNMP continuidade na participação em conselhos, sobretudo no Conselho Municipal de Habitação, mas por vezes leva representantes também no Conselho de Saúde, em articulação com a Central de Movimentos Populares (CMP). Avalia-se que, embora a participação institucional tenha gerado frustrações em relação às expectativas dos anos 1980, esses canais não são dispensáveis. As frustrações anteriores vão sendo absorvidas como acúmulo e resiliência, sobretudo às novas gerações de lideranças.

⁵⁰⁹ Talvez o bairro mais paradigmático nesse sentido seja o de Cidade Tiradentes. Um bom retrato desse se encontra em RIZEK, Cibele. “Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo”. Em: *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁵¹⁰ Sabemos aqui da celeuma entre defensores do termo original “assistência técnica” e os da “assessoria técnica”. Mantemos o primeiro apenas para reforçar que se trata de uma atividade prevista em lei, o que pode facilitar as lutas por sua efetivação.



18) Assembleia UNMP. São Paulo, 2017. Foto: Evaniza Rodrigues

Importante trazer essas *continuidades* em suas matizes, pois mostram *desdobramentos* que exigem novos enquadramentos interpretativos. Esses percursos concretos mostram, por exemplo, a necessidade de superar uma oposição binária entre ou participação institucional ou ação direta. A UNMP, mas também a FLM monta repertórios combinados. Escalam de suas bases militantes figuras que se interessam por ocuparem os conselhos, mas estão cientes da necessidade de fazer protestos em edifícios administrativos. Sobretudo pós-impeachment, são recorrentes os atos na CDHU, em frente ao edifício da Caixa Econômica Federal e Tribunal de Justiça. Atos relativamente pequenos que variam entre 200 a 2 mil pessoas, com cartas públicas endereçadas e reuniões com as autoridades responsáveis por avaliar o pedido de despejo ou de liberação de um empreendimento. Esse repertório de bloquear/intervir nos órgãos competentes, descoberta pelos jovens urbanos, já é algo consolidado nos movimentos de sem teto.

As interpretações atentas a *continuidades com desdobramentos* também são importantes para evitarmos histórias lineares e teleológicas, nas quais se percorre entre a expectativa de um “novo” transformador sem precedentes e se teme constantemente que o fechamento de um ciclo histórico signifique o fim de um movimento. No intuito de cultivar uma maturidade analítica vale notar que, não raro, quem aponta “o novo” e decreta “o fim” de uma força anterior está implicado na construção do primeiro tentando deslegitimar os acúmulos do segundo. Ou então

pior, nessa mesma linha teleológica, há os que não vêem nada de novo, então resignam-se a um ceticismo imobilizado pela crítica melancólica. Esse tipo de finalismo histórico é algo que se deve evitar, se não queremos repetir as frustrações de intelectuais modernistas, seja com as ciências positivas seja com as vanguardas artísticas.

De nossa parte, tentamos lembrar como essas organizações populares consolidadas pedem raciocínios complexificados. Há *continuidades que geram desdobramentos, descaminhos que geram lições, acúmulos e renovações no seu próprio interior*. Pode-se diminuir a expectativa de que tais sujeitos sejam o proletariado essencial, de que sozinhos protagonizarão uma Reforma Urbana, mas não se pode ignorar que há indivíduos implicados, cujo investimento emocional multiplica noutras gerações esperança na luta política. O potencial desses aumenta, quando triangulados com redes mais amplas e heterogêneas com intelectuais orgânicos em pesquisas de ponta, entidades profissionais e ONGs compromissadas no avanço da agenda urbana. É nessa nova escala que se deve redimensionar o papel da UNMP e, ainda, reconstruir uma hegemonia em defesa do Direito à Cidade.⁵¹¹

FLM, enfrentamento do judiciário e condensadores sociais



19) Ato da FLM em frente à CDHU. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso

⁵¹¹ Não posso deixar de dizer que tal formulação apareceu para mim em diálogos informais mas não pouco frutíferos com Ermínia Maricato, a partir de meados de 2017.

Nos anos 2010 a FLM tornara operativo o que parecia impossível no fim dos 1990. Já há uma *expertise* técnica em refazer instalações e serviços básicos que permitem permanecer em edifícios ociosos com grau de dignidade visivelmente maior do que dos cortiços. Na mesma linha, ocupar a área central sob grande risco de despejo deixa de ser um grande enfrentamento e entra para as tarefas rotineiras das lideranças. Dificilmente uma família militante da FLM vai ficar sob o viaduto, porque o movimento já tem uma rede de ocupações que permite realocar a mesma.

Perceber que o Estado coloca o direito do monopólio da força física militar para desalojar pessoas pobres, numa lógica de guerra com civis desarmados, é traumático para os iniciantes no movimento, e grintantemente desumano e injusto para um observador participante; já para as lideranças se tornou uma tarefa árdua e pragmática, pois não há alguém outro para resolvê-la. Essas são continuidades persistentes que geram acúmulos organizativos.

Além disso, a militância da FLM tem introjetada a competência de ler a luta de classes através do espaço urbano, isto é, entender pelo cotidiano urbano vivido o papel dos trabalhadores na divisão socio-espacial do trabalho e o lugar desses na reprodução das relações sociais. Ocupar o centro é um exercício permanente de fissurar esse ordenamento⁵¹²

Em 2017, com a crescente dificuldade de diálogo com o poder público, a FLM investe na tática de intervir nos órgãos diretamente envolvidos nos processos. No dia 04 de abril de 2017 um ato protagonizado pela Frente de Luta por Moradia caminhou do Pátio do Colégio, passando pelo edifício da CDHU (Rua da Boa Vista) e ocupou a frente do edifício da COHAB⁵¹³ na rua Libero Badaró. Em coro lembravam que o direito à moradia, fundamental à dignidade, não pode continuar a ser tratado com vagar, descaso ou em termos de sorteio sobre quem será contemplado ou não. A força política não estava no número de manifestantes, que não passava de 300, mas sim em intervir com precisão na vida cotidiana da instituição competente. Os manifestantes, que travaram a rua e usavam de uma potente caixa de som, prometiam que, caso as remoções viessem a acontecer, essas famílias acampariam nos edifícios dos órgãos responsáveis. Em algumas horas, uma comissão do movimento foi recebida para a negociação.

Em carta onde estavam listadas as ocupações sob risco de despejo, os movimentos convidavam promotores, juízes e desembargadores a atentarem para a prevalência dos direitos fundamentais da pessoa humana. Nesse tom declarava: “enquanto o Poder Público (judiciário,

⁵¹² Thiago Trindade tem escrito bons artigos a respeito disso. Cf. por exemplo “O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais”. Caderno CrH, Salvador, v. 30, n. 79, p. 157-173, Jan./Abr. 2017 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792017000100010>

⁵¹³ CDHU é a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano; COHAB é a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

executivo e legislativo) não fizer valer estes dispositivos legais e princípios, o Estado Democrático de Direito não existe para os sem-teto”.

A carta aberta do início de 2017 nos deixa ver um papel importante cumprido pela FLM nesse período recente, que é publicizar contradições do poder judiciário, ou mais, por à prova preceitos constitucionalmente previstos.

Em seus materiais e pronunciamentos públicos, o movimento sem-teto argumenta que os operadores do direito não seguem um princípio de neutralidade defendido pelos marcos das democracias liberais e, nesse sentido, estão presos a uma condição de classe dominante. Em suas marchas e notas públicas os movimentos da FLM destacam como, diante de casos de ocupação de imóveis ociosos, as decisões dos agentes da justiça tendem a dar prioridade ao direito de propriedade, mesmo que constitucionalmente não haja hierarquia entre esse e o princípio da função social da propriedade (artigo 5º, inciso XXIII, da CF). Ao emitir uma reintegração de posse num edifício ocioso há mais de cinco anos e sem perspectiva de reativação, um magistrado acaba por desconsiderar o direito à moradia presente artigo 6º, inserto no Título II, do Capítulo II da CF a muitas famílias, enquanto sacraliza a propriedade privada. Aqui falamos em termos ainda gerais, mas Manoel Del Rio relata um caso específico e nominal, em uma “Carta aberta à Corregedoria Geral da União”. Soma-se aos fatores acima, mais paradigmáticos, o de que a contenda envolvia um imóvel com dívidas antigas de IPTU e a ação é conduzida e reconduzida mais de uma vez a uma mesma Vara, cujas decisões são todas a favor do proprietário.⁵¹⁴

A divergência está posta como litígio. Para os sem-teto da FLM, a ocupação significa uma desapropriação indireta do imóvel ocioso, de modo a recuperar um uso efetivo para esse, agindo em substituição ao Estado que se mostrara inerte e ineficaz.⁵¹⁵ Afinal, este há décadas não faz cumprir o princípio da função social da propriedade, tampouco tem garantido políticas públicas de moradia digna para cidadãos e cidadãos.

⁵¹⁴ A carta entra como um relato no livro de Manoel del RIO. *No meio do redemoinho – a luta é sempre*. São Paulo: Casa Flutuante, 2016, pp. 353-ss. O autor traz outros relatos de mesmo teor, nos quais não poderemos nos deter nesse momento.

⁵¹⁵ Esta não é uma interpretação excêntrica da lei. Vale conferir a posição do jurista Jorge Luis Souto Maior num caso paradigmático, o do Pinheirinho, que entrou para a história como um flagrante desrespeito a direitos humanos. Souto Maior salienta o direito constitucional à moradia, o princípio da função social da terra urbana e, mais adiante destaca: “a ocupação representa uma desapropriação indireta do imóvel, que recupera a função social da propriedade, agindo o particular em substituição ao Estado, que se mostra inerte em duplo sentido: no aspecto da realização de políticas públicas efetivas de construção de moradias dignas para todos; e no que tange à exigência plena das finalidades sociais das propriedades privadas. Nesse caso, confere-se ao proprietário a possibilidade de acionar judicialmente o Estado para pleitear o recebimento de indenização equivalente ao valor de mercado do imóvel, que, então, deve ser desapropriado para atender sua função social”. Cf. “Direito de propriedade deve atender à função social”. Em CONJUR, 30 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jan-30/pinheirinho-direito-propriedade-atender-funcao-social>

Não raro a posição de juízes consiste em afirmar que o movimento de sem-teto fura a fila de espera para a moradia. O movimento responde, por sua vez, que seus integrantes estão na fila desde que nasceram, isto é, esse é um problema histórico que não conta com a boa vontade de resolução por parte do Estado, portanto não há outra saída senão a luta.

Para o movimento sem-teto, essas são demonstrações de que as decisões da justiça tem lado, ou mais, tende a manter-se confortável com as elites que, historicamente, detêm privilégios sociais, econômicos e políticos. As mesmas que frequentam as universidades de Direito, de onde saem os juristas públicos e advogados de renome no mundo corporativo privado. Para levar a cabo essa argumentação sobre o caráter classista do judiciário, o movimento segue expondo publicamente que não raro esses mesmos operadores do Direito recebem salários acima do teto constitucional, ou então, recebem auxílio-moradia mesmo tendo moradia própria na cidade em que trabalham. Ou ainda, os movimentos questionam outros benefícios exclusivos à categoria, como férias de 60 dias ao ano e aposentadoria que se estende a familiares. Num período em que o discurso da austeridade econômica é ventilado aos quatro cantos, como na segunda metade da década de 2010, tais críticas dos movimentos tendem a sensibilizar outros setores da sociedade.

Nesse embate, ambos os atores envolvidos são postos a recobrar sua coerência interna. Trata-se de um processo desgastante, mas que ao mesmo tempo pode impulsionar a formação de uma esfera pública mais democrática. No que diz respeito aos movimentos de sem-teto, o conflito de todos eles com o judiciário vão, em alguma medida, nessa linha. Mas a FLM desenvolve esse repertório de modo mais sistemático e consistente, porque sua atuação na área central – onde terrenos são mais visados pelo mercado -- exige maior recrudescimento nesse ponto. Sabem que é o ônus de disputar o centro.



20) MTST ocupa a Av. Paulista São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso

Entre os movimentos de sem-teto, certamente o o MTST foi o que passou por maior virada no caldo de cultura política pós-junho de 2013. Um sinal disso foi sua ampliação para estados do Nordeste, de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e Pernambuco⁵¹⁶. Por sua presença maciça nas ruas e na opinião pública o movimento se torna uma referência para expectativas de avanço e, depois de 2016, para as de resistência. Com uma força crescente, tende a reconfigurar os ânimos do campo de movimentos de moradia.

O MTST explorou as contradições da política urbanística de exceção investida na realização dos megaeventos. Desde 2011 vinham fazendo protestos, mas logo após os dias convulsivos de junho reuniram-se num Comitê Popular e, em 2014, realizaram uma jornada de lutas com o tema “Copa sem povo, tô na rua de novo”. A ocupação mais paradigmática desse momento esgarçava esse conflito: escolheu-se um terreno ocioso em Itaquera, próximo ao estádio que receberia jogos, no mesmo bairro onde a especulação imobiliária constrangia boa parte da população. Não menos importante é lembrar que desde 2013 o tema dos gastos com a Copa

⁵¹⁶ Esses processos de luta estão registrados na edição de SIMÕES, Guilherme. et al. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: ed. Autonomia Literária, 2017.

tomava a opinião pública, desgastando o governo federal. Numa só tacada, o MTST crescia como referência de luta e, por tocar num ponto já frágil, aumentava as chances de obter um novo terreno. Em poucos meses, a demanda foi atendida.

Neste mesmo ano de 2014 o movimento leva, seguidas vezes e junto de outros movimentos de sem-teto, milhares de pessoas a protestar e acampar em frente à Câmara dos Vereadores de S. Paulo, pressionando o Legislativo na aprovação do Plano Diretor de SP,⁵¹⁷ que previa o aumento de zonas destinadas a habitação de interesse social – além de avanços em políticas ambientais, de contenção do espraiamento, da especulação e de melhoria na mobilidade. Novamente a inteligência de enxame e pressão precisa postas em circulação para bloquear um centro de decisão. A presença incômoda daquelas corpos e materiais populares no espaço legislativo constrange boa parte dos eleitos da casa e, em algumas semanas e com algumas modificações, o Plano Diretor é aprovado. O ano de 2014 já sinaliza uma ascensão do MTST, que, segundo suas lideranças, realizaram 60 manifestações naquele ano.

A tática espacial antes usada para bloquear fluxos urbanos como rodovias, agora se estende como uma inteligência de deslocamento no espaço político, que inclui as disputas sobre o presente, suas narrativas oficiais e contranarrativas. Esse trânsito envolve maior agudez nas análises de conjuntura, nos diagnósticos e projeções, além de direção assertiva sobre multidões de corpos que ocupam espaços públicos bem definidos. *Ocupar passa a ser um modo de engendrar coletivamente, de modo performativo, um fato de relevância para a opinião pública capaz de pressionar as autoridades.* Um bom exemplo fora a ocupação em frente à Secretaria da Presidência na Avenida Paulista, em 2017.

Depois do impeachment de Dilma Rousseff, o programa Minha Casa Minha Vida, que já deixava ver suas deficiências, descaracteriza-se ainda mais. Amplia-se o teto do financiamento, inclui-se no programa famílias com renda maiores e, por outro lado, são bloqueadas as verbas justamente onde o déficit habitacional continua alto, a saber, nas famílias de mais baixa renda. Suspende-se também os processos do Minha Casa Minha Vida Entidades, nas quais as construções são geridas por entidades organizadas (Associações, cooperativas).

Com uma série de demandas bloqueadas na Caixa, o MTST decide ir para um dos nós mais densos da vida urbana paulistana, a saber, a Av. Paulista. Em poucos dias cerca de 300 pessoas montam suas barracas nas calçadas dessa avenida das mais emblemáticas da capital. Há

⁵¹⁷ Trata-se de um Plano cujas diretrizes visam regular o desenvolvimento urbano ao longo de dez anos. Em 2014, o movimento por moradia se tornou a base social para cobrança do chamado IPTU progressivo, isto é, o aumento do imposto territorial de imóveis ociosos há mais de cinco anos. Mas também força para outras medidas como transformar em índice 1 o aproveitamento do solo no centro expandido, o que possibilita destinar verbas de outorga onerosa para um Fundo Urbano (FUNDURB). Esta visibilidade e presença do Movimento facilita, ainda, a criação do Projeto de Intervenção Urbana (PIU), decreto de 2016 que desburocratiza a desapropriação de imóveis cuja função social não é cumprida.

acampamento para famílias, há quartos e cozinha coletivos, uma despensa para doações e uma tenda para um “festival permanente”.⁵¹⁸ Aqueles corpos e materiais são visivelmente estranhos ao cotidiano do coração financeiro da América Latina. As lonas pretas geram insegurança, incerteza e opacidade nos espaços onde predominam vidros espelhados e acesso catracado.

O entorno não estava preparado para essa presença e pequenos conflitos se instauram quase instantaneamente. Diante de pedidos de retirada impetrados por vizinhos, os sem-teto reagem reforçando esse contraste, com um clima quase constante de atividades ruidosas, festivas, que param momentaneamente o trânsito, mas também despertam empatia de passantes. Mais do que nunca, a cozinha das “tias” e o comer juntos é o momento de gerar novos pertencimentos, proximidades, reforços recíprocos.⁵¹⁹

O acontecimento se torna ícone espontâneo para simpatizantes das causas populares e outros tantos assustados com o momento regressivo, carentes de referências de luta. Há shows de figuras emblemáticas da música negra, periférica, muitas delas com a pauta feminista. Em 22 dias de ocupação, quando o movimento sai vitorioso mediante o compromisso de liberação dos contratos do MCMV, foram mais de 200 atividades culturais.

⁵¹⁸ A remissão à ideia lefebvriana de que festa e luta social caminham combinadas é imediata. Outros agentes isso trazem isso textualmente em “A gente não separa militância de festa”, em *Cartografias da Emergência: novas lutas no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

⁵¹⁹ A “cozinha das tias” aparece por diversas vezes nas análises e relatos de Edson Miagusko, Alana Moraes e Guilherme Boulos.



21) Marcha do MTST São Bernardo do Campo ao Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso

Nesse mesmo 2017, o MTST realiza uma grande marcha, com mais de 20 mil pessoas, que vai da ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo até o Palácio dos Bandeirantes, sede do legislativo estadual. O objetivo era o mesmo, destravar as negociações pelo MCMV. Nesse caso, não se tratou apenas de travar vias, mas de inscrever conscientemente marcos simbólicos importantes da história do movimento. Há 20 anos uma grande marcha era realizada por outro movimento popular brasileiro, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST; e nesse mesmo ano de 1997 nascia o MTST. Há cerca de 40 anos, ferviam as greves do ABC Paulista e em particular as de São Bernardo, cidade fundamental para o novo sindicalismo dos anos 1980 e agora local da Ocupação Povo Sem Medo.

Essa inscrição de sua própria história não é um detalhe menor do MTST, sobretudo porque o movimento ganha prioridade com atores centrais para Junho de 2013, a saber, coletivos de midiativismo, como o coletivo Midia Ninja e outros. A presença desses grupos em atos, ocupações e festividades garante registros e comunicação quase constantes, instantâneos, com uma expertise técnica e acuidade estética que, certamente, as bases do MTST sozinhas não dariam conta de produzir e difundir. Com transmissões em tempo real, mas também com

documentários, pequenos vídeos, cartazes e publicações, esse redeamento se fortalece com os Ninja quando o MTST passa a construir a Frente Povo Sem Medo, que pretende incidir em questões da conjuntura nacional.

Essa nossa leitura sobre a projeção rápida e quase contagiosa do MTST no pós-junho é reforçada pela grande visibilidade ganha por lideranças. Para ficar apenas no exemplo maior, vale lembrar que um de seus coordenadores nacionais, desde 2014, passa a escrever periodicamente em grandes veículos de comunicação, como o Jornal Folha de S. Paulo e Revista Carta Capital. Em 2018, o mesmo se torna candidato a Presidente da República pelo Partido Socialismo e Liberdade.

Outro aspecto não menos importante para esse avanço é o de que, nesse período entre meados dos 2000 e e 2010, os próprios empreendimentos habitacionais crescem em escala. Se nos anos 1990 os conjuntos autogeridos variavam entre 100 e 200 unidades, quando muito 500, nesse período recente os movimentos seguem a onda de crescimento da produtividade habitacional. Seus empreendimentos não raro superam 1.000 unidades. Cresce assim a possibilidade de responder às demandas das bases também crescentes.

Diante desse crescimento exponencial que tem feito do MTST uma referência para lutas urbanas em geral, magnetizando iniciativas diversas e lutas menores, vai ser natural que pesquisas futuras com maior distância histórica se coloquem pelo menos três questões. Primeiro, perguntem-se como o MTST deu organicidade a essas novas forças que se agremiam em torno do movimento. Segundo, como essa posição de referência gera mudanças no comportamento e no repertório de ação de outros movimentos do campo da luta por moradia? É de se esperar que essa trajetória exitosa gere efeitos miméticos em seus pares, mesmo entre aqueles movimentos consolidados que constroem seu próprio percurso. Terceiro, uma vez que o MTST visa incidir na correlação de forças nacional, é importante identificar em que medida o movimento será capaz de compor um campo político para além dos atores envolvidos na pauta da moradia. Por fim, vai ser importante avaliar como o movimento será capaz de enfrentar tempos em que o conservadorismo implica não somente criminalização de organizações populares, mas monitoramento, perseguição de lideranças. É preciso reconhecer um risco de interrupção de trajetórias em ascensão. Por enquanto, nossa chave de leitura permanece razoável: inúmeros personagens entram em cena, cujos papéis ainda não sabemos exatamente quais serão.



22) Oficina de Beatbox na Ocupa Paulista. Março 2017. Foto: Paolo Colosso

Paradigmas dos movimentos sem-teto e o risco dos mundos incomunicáveis

Como vimos, os movimentos de moradia e sem-teto de São Paulo tem um longo acúmulo em termos de história, o que inclui vasta produção acadêmica e debates a respeito dos mesmos. A reascensão desses movimentos nesse período de crescimento econômico seguido de emergência generalizada, com um ganho exponencial de visibilidade pública do MTST, tem gerado debates acalorados, entre os quais podemos identificar duas posições mais nítidas.

Numa primeira se aglomeram aqueles que, de algum modo, participam dessa narrativa e passam a vislumbrar relações entre o MTST, as lutas pós-crise global de 2008 e os teóricos que acompanham tal ciclo. Nessa esteira, atentam para esses sem-teto como os indivíduos precarizados, aplacados pela dívida interiorizada como culpa, que no movimento podem se tornar os sujeitos que constroem um tempo livre propício ao tecimento de novos vínculos e produção de afetos, não tanto no trabalho associado num canteiro autogerido, mas nas atividades cotidianas.⁵²⁰ Salientam o protagonismo feminino que vai das cozinhas coletivas às coordenações, temperando o movimento com práticas de cuidado que reforçam os comuns. Aproximam tais práticas instituintes com contribuições de feministas contemporâneas que pensam a importância política dos afetos e de toda uma esfera não-racional, com destaque para a vulnerabilidade pensada na chave de Judith Butler, as “tecnologias de pertencimento” de Isabelle Stengers e a

⁵²⁰ As referências fundamentais para pensar os indivíduos atomizados pela dívida e o comum como ideia-força é, sobretudo, Lazzarato.

reabilitação das “bruxarias” com Silvia Federici. Atentam ainda para a presença da população majoritariamente negra das periferias, que introduzem novas solidariedades para o movimento, ligadas à conteúdos discriminatórios, à violência institucional, mas também questões de ancestralidade das lutas dos povos de matriz africana. Com isso, entendem a importância da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, como desenvolvidas por Angela Davis, Sueli Carneiro e outras teóricas do feminismo negro.

Ainda nesse círculo, as análises apostam na força de organizar uma população através do território periférico, que acumula camadas de trabalho precário, discriminação étnico-racial e espoliação de um cotidiano marcado pela privação de direitos a serviços básicos. Com isso em vista, conseguem perceber em que medida um movimento por moradia pode ser uma mediação para tratar de conflitos mais amplos da urbanização e, a partir daí, vislumbrar costuras mais ousadas. Vêem mesmo a latência de uma luta multitudinária. Neste enquadramento, o devir sem-teto no MTST aparece com um amplo potencial na reorganização das forças populares do país.

Em alguma medida, essas percepções tem se verificado pelo magnetismo que o movimento desperta entre setores do movimentos jovens, entre coletivos de mídia ativista, entre intelectuais públicos e mesmo entre ONGs internacionais e artistas que cultivam sensibilidade progressista, gozam de destaque nos meios de espetacularização e, alguns, de capital para investir em causas humanitárias. Esses pesquisadores, técnicos e simpatizantes participam das novas composições políticas em grande medida encabeçadas pelo MTST.

Há uma segunda posição para quem o maior potencial do movimento de moradia se encontra na experiência do canteiro autogerido como o espaço do trabalho livre associado, que em sua forma concreta se deu com os mutirões tecnicamente assessorados. Autores/as que se aglutinam nessa posição costumam estar ligados/as à tradição que vai da Arquitetura Nova – encabeçada pelo trio Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre –, passando pelas experiências uruguaias às das prefeituras democráticas e populares dos anos 1980-1990. Esses costumam identificar os movimentos mais recentes como o MTST com um pragmatismo atuante sob a lógica de resultados e oportunidades abertas, que opera no interior da disputa por recursos de políticas públicas como o MCMV, deixando ver o encurtamento de horizontes transformadores e a reestruturação produtiva neoliberal e financeirizada da produção habitacional popular. Nesse sentido, mobilizam autores críticos contemporâneos sobretudo para comprovar que o MTST traz os sinais de seu tempo. Isto significa ver nas bases dos movimentos não mais o trabalhador em luta, mas um cidadão que requer consumir a mercadoria habitação através do endividamento compulsório.

De fato, nesse período o MTST tem reiterado frustrações ao campo político-militante ligado à reaproximação entre projeto e canteiro. Em momentos decisivos, entre garantir unidades com mais rapidez às demandas e lidar com a instrumentalização da habitação popular pelo capital e pelos técnicos públicos, o MTST tem satisfeito as expectativas urgentes de suas bases. Entre a escala do espaço arquitetônico-urbanístico e aquela da correlação de forças no espaço político nacional, o movimento tem optado por expandir nesse último, tendo o primeiro como mediação.

Há ainda algumas críticas que aparecem nos dois pólos do debate, mas nem por isso os aproximam. A primeira é a de que os canais de participação institucional dos conselhos e conferências, no modo como estão, tem pouca efetividade política. Tal crítica costuma ser destinada à UNMP e à FLM, já que MTST por enquanto cultiva pouco esse repertório. Outra crítica recorrente na literatura é a de que um movimento perde seu caráter transformador assim que estabelece como meta uma propriedade privada. Ambas as avaliações – sobre os conselhos e sobre a propriedade –, colocadas assim de modo sumário, são esterilizantes, na medida em que fecham um juízo categórico sem o trabalho matizado de analisar trajetórias concretas. No caso dos Conselhos, UNMP e FLM tem tido visão mais pragmática: os conselhos não são satisfatórios, mas é pior sem eles, portanto mantém-se um(a) ou poucos(as) lideranças para acompanhar as atividades e momentos mais decisivos. Sobre a propriedade privada, a crítica tem seu momento de verdade, tanto que movimentos já mobilizam outras soluções habitacionais – como a locação social -- e também absorveram a crítica de que “um movimento não quer só casa”.

O maior risco da polarização na literatura se dá quando ambas posições tendenciais comprovam suas teses e estabelecem entre si e com movimentos uma incomensurabilidade de tal modo, que se tornam mundos incomunicáveis. Na medida em que não encontram mais nada em comum, tendem a fragmentar um campo que precisaria ser reforçado, perdem trocas que poderiam ser frutíferas, ou mais, despendem tamanha energia nesse enfrentamento que perdem de vista os atores sociais reais que mantem a cidade dividida, bloqueada, lugar da valorização do espaço e do acirramento de desigualdades. Desse modo, abre-se ainda mais vias para as forças sociais a quem não gostaríamos de fazer nenhuma concessão. Isso do ponto de vista sociopolítico. Do ponto de vista teórico, à medida que uma posição se circunscreve a um dos polos, deixa ver que o esforço para reiterar a realidade de uma tese pode recair na redução da complexidade de um objeto real, inserido numa teia de relações sociais e de significados em disputa.

E já que esse é um tópico de balanços, vale fazer mais um. A FLM, mas também o MTST desprendem sua identidade pública da pauta da autogestão, que tem sido em nosso contexto uma utopia do trabalho livre. Pelo menos em seus momentos mais inspirados, *isso não significa*

para os movimentos um abandono de conteúdos utópicos, mas significa deslocá-los para outras matrizes narrativas, mais no sentido de produzirem para si utopias de um cotidiano urbano liberado de coerções e constrangimentos impostos pela cidade estranhada. O movimento é, para aqueles/as que o constroem, o lugar do investimento afetivo na possibilidade de relações mais solidárias e definidas pela equidade de tratamento. Aqui não estamos mais falando como analista isolado, mas tão somente afirmando o que percebemos no vivido desses sujeitos que moram e vivem na luta.⁵²¹ No limite, são essas vozes e narrativas que se difundem cotidianamente entre as bases e suas franjas, orientam práticas e representações desses tecidos sociais, mais até do que pesquisas universitárias; nesse sentido, a realidade dessas narrativas caminham à despeito de nossas avaliações.

Obviamente, a coerência entre práticas e representações não se dá sem conflitos, sem reprodução de determinações, sem hesitações por parte de muitos, abandono por parte de tantos outros, mas reaparece em momentos de conquista coletiva, de celebração ou de constatação de que um enfrentamento só é possível quando feito pelo coletivo. Não raro, esses mesmos momentos reacendem paixões e são os mesmos em que despontam novas lideranças, com empenho renovado.

Os movimentos por moradia digna já tem uma trajetória maior e mais capilarizada em São Paulo. Tentamos evitar fazer uma história com tendência finalista, teleológica, como se algum movimento pudesse dar conta de superar todas as contradições de um mais antigo, pois esse é um erro que costuma acometer lideranças de um movimento específico, no momento em que defende com unhas e dentes a sobrevivência de sua própria organização. Ou então pode acometer uma pesquisa que projeta num movimento social a reencarnação do “proletariado”, um único sujeito histórico transformador. Um proletariado, diga-se de passagem, essencializado. Ambas são posturas, podemos dizer, dogmáticas, na medida em que se descolam da complexidade dos processos sociais. E mais, não se dão conta de algo a nosso ver fundamental: cada uma dessas forças sociais tem suas incompletudes e precariedades, isto é, sozinhas são insuficientes na transformação de uma realidade tensionada em favor dos detentores de capital e de grupos políticos fisiológicos ao poder por décadas. São ainda mais insuficientes no embate de narrativas que forjam um imaginário urbano.

Em síntese, podemos dizer que a análise dos movimentos de sem-teto, há dois grandes paradigmas: um primeiro consolidado nos anos 1980 orientado pelos marcos do movimento pela Reforma Urbana, basicamente em dois pontos: a construção por autogestão como signo

⁵²¹ A expressão é da antropóloga Stella PATERNIANI, que faz uma boa etnografia no livro homônimo. *Morar e Viver em Luta*. Annablume, 2017.

do trabalho livre e a disputa pela localização central como radicalização do direito à cidade. O segundo paradigma, mais recente e emergente, tende a vislumbrar a organizar a população pauperizada pelo território, em periferias ativas e tem o espaço urbano como uma mediação para mobilizar lutas mais amplas, de escopo nacional. Sua experimentação está mais ligada ao cotidiano e à importância do movimento na elaboração do sofrimento social. No nível do chão, tentamos construir mediações entre tais paradigmas, mostrar que os sujeitos coletivos dessa história produziram suas próprias contradições, o que nesse dado momento -- o fim dos anos 2010 -- confere a cada um desses uma série de possibilidades, limitações e desafios. Parece-nos mais seguro conviver com os múltiplos mundos dos movimentos, apontar para suas dificuldades e defasagens, portanto reconhecer os momentos de verdade das críticas acima, mas também continuar a apostar no potencial em aberto de sujeitos que se mantêm em ação. Feito o balanço, seguimos nesses potenciais, sobretudo em relatos que aproximam tais movimentos, isto é, experiências que retratam alguns mas poderiam ser facilmente transportados a outros.

“Quem não luta, tá morto”: da autoculpabilização à luta que mantém a vida



23) FLM ocupa a frente do Tribunal de Justiça contra despejo da Ocupação Mauá. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso

É inegável que a população sem-teto é para as cidades um resíduo social. Sua inserção no urbano se dá como privação e bloqueio de horizontes de ação. A segregação urbana lhes impõe entrave ao acesso a bens fundamentais, uma barreira a participar das decisões coletivas e a despossessão de seus próprios tempos cotidianos. Mas justamente por ser mantida como resíduo social, nessa população reside a potencialidade de negação dessa forma de sociabilidade e produção do espaço urbano. Mas precisamos avançar em como essas dinâmicas se dão no vivido desses sujeitos. Argumentaremos que se dão num percurso que vai da autoculpabilização à enunciação de que “quem não luta, tá morto”, ou então, de que “só a luta muda a vida”. Trata-se de um processo de reelaboração de suas vivências na cidade estranhada, tornado possível por formas de pertencimento e sociabilidade que reconectam os sem-teto com suas potências mais internas e com a aposta na ação coletiva.

A cidade dos muros, catracas e camarotes é para essas classes subalternas o lugar de não-pertencimento, da desigualdade de tratamento, isto é, da discriminação e até humilhação. Nessa cidade essas pessoas vivem com inibição, ensimesmamento, sofrimento para si e para seus próximos. A sensação de impotência, de incapacidade de reverter essa situação e de não dar conta de se manter diante de tantas instabilidades – alta nos custos, endividamento, trabalhos precários ou desemprego – são as fontes da auto-culpabilização. Usualmente, esses sujeitos justificam essas condições adversas pela ausência do estudo formal na infância e adolescência. É o que as mães e pais costumam dizer aos filhos, “vocês vão estudar pra ter um futuro diferente do meu”.

Mas ao tomar contato com os movimentos, esses sujeitos se dão conta de que tais adversidades não dizem respeito apenas a si mesmos/as, mas afeta a muitas e muitos. Essa condição não é apenas sua, mas de uma série de outras pessoas. Aplacou seus ascendentes e é um risco real para seus filhos. Entendem que a periferização, segregação e informalidade são traços estruturais da urbanização paulistana e que recaem sob gerações e gerações de famílias cujos integrantes viveram de baixos salários, ou de trabalhos informais, portanto, não-detentores de capital. Passa-se então da auto-culpabilização individual à indignação com uma condição socialmente produzida, uma desigualdade sócio-espacial que reserva a cidade como privilégio de poucos e expõe maiorias à más condições de vida. Podemos sintetizar esse contato com um movimento como uma experiência de desnaturalização da urbanização

segregacionista, na qual desculpabilizar-se significa também retomar a própria dignidade.⁵²² Passa então a perceber que é digna de enunciar suas demandas, desejos e expectativas. Para usarmos expressões clássicas, é desse modo que, com seus iguais, “constituem-se como classe”.

Nesse estranhamento diante da cidade desigual, percebem que os governantes desde há muito não se mobilizam pelas necessidades da população que trabalha e produz, mas estão em desacordo com essas. Das classes mais altas, por sua vez, tampouco pode-se esperar algo. Portanto, se se quer conquistar a moradia, um direito social, isso somente é possível com a luta coletiva, o que no vocabulário deles se traduz como “união”, “companheirismo”.⁵²³

Esse processo engendra uma mudança na subjetividade desses indivíduos e sobretudo no modo como se posicionam nas interações na cidade. Não é um insight único, mas um novo enquadramento para o cotidiano urbano vivido⁵²⁴. A experiência de injustiça, da desigualdade de tratamento, é reforçada quando um magistrado entende ser razoável despejar centenas de famílias para preservar o direito de propriedade de uma família que mantém o patrimônio ocioso por décadas -- acumulando lixo e desperdiçando a oferta de recursos urbanos do entorno -- quando nas mesmas leis constam que um imóvel deve cumprir sua função social. A condição de desigualdade injusta é reiterada quando se tem notícias de que o próprio Prefeito, de origem abastada, incorporara irregularmente uma área a sua residência. Quando se trata da elite, esse é um detalhe quase despercebido, quando envolve os subalternos, a justiça age com um rigor exemplar.

Em sentido próximo é a experiência de que uma administração pública investe milhões em publicidade, no embelezamento de áreas historicamente beneficiada, mas seus secretários não dão respostas concretas às famílias sem-teto sob a justificativa da restrição do orçamento público. A questão que toma o peito desses sujeitos é: por que pessoas são tratadas de modo

⁵²² Há uma literatura que trata desses pontos mencionados aqui. Vale conferir. FERNANDES, Marco. “Luta, que cura -- aspectos terapêuticos das lutas de massa e alguns aspectos do trabalho de base contemporâneo”. *Passa Palavra*, 22 de maio de 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/05/98612> Intuições análogas se encontram em BOULOS, Guilherme. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. Mestrado em psiquiatria. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2016. Numa entrevista, Carmen Silva, coordenadora do Movimento de Sem-Tetos dos Centro – movimento ligado à FLM -- afirma o seguinte: “A contribuição que eu dou é transformar pessoas que estavam totalmente arrebatadas socialmente, financeiramente. Arrasadas e até com depressão. E mostrar que ela é capaz. Isso é resultado de um coletivo, de uma união, que tem como propósito o desenvolvimento humano”. Em artigo disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/cronica-de-uma-ocupacao-urbana-a-utopia-possivel-ao-alcance-das-maos/>

⁵²³ Um estudo recente, que retrata de modo bastante situado experiências que discorremos aqui, encontra-se em PATERNIANI, Stella. *Morar e viver em luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo*. São Paulo: ed. Annablume, 2016

⁵²⁴ Sobre essa noção de enquadramento [frame], vale conferir. Benford, Robert; Snow, David. “Framing processes and social movements: an overview and assessment”. *Annual Review of Sociology*, n. 26, 2000, pp. 611-39. O artigo de Thiago TRINDADE(2017) capta bem os deslocamentos simbólicos do movimento de moradia.

tão diferentes, umas como merecedoras de direitos e privilégios, já outras tratadas como lixo? Por que aqueles que tomam conta da cidade e dos bens de todos não tomam partido para reverter essa situação?

Esse incômodo e retomada da dignidade é potencializado ao descobrirem que a moradia já é um direito social, previsto num arcabouço legal, portanto o que pedem não é um favor, menos ainda um favorecimento, mas o cumprimento de uma lei. Reconhecer-se com o direito a ter uma moradia é, por sua vez, uma fonte de legitimação das demandas. De algum modo, porque reconhecem o direito a protestar por esse direito. Essa chave aberta em nosso texto aparece numa expressão recente, criada pelos movimentos num momento de criminalização das organizações populares: #QuemOcupaNãoTemCulpa.

Interessante que, já numa primeira visita e conversa com um militante do MTST, quando perguntamos o que ele mais aprendeu com o movimento, o rapaz, próximo de trinta anos, menciona os seguintes pontos: “fazer a trilha, ir aos atos, saber dos nossos direitos. Se todos soubessem, o país seria muito diferente”.⁵²⁵ Obviamente já se trata de um bordão que o rapaz nos repete porque sabe que está sendo entrevistado. Mas é fato também que o direito a ter direito possibilita que esses sujeitos, mulheres e homens recubram sua dignidade independentemente de terem capital ou distinção social, mas pelos simples fato de ser uma pessoa humana. Isso os permite forjar com seus pares uma sociabilidade que se paute – não sem dificuldades e contradições – nesse princípio da igualdade. O movimento passa a ser visto como o lugar dessa nova forma de pertencimento, em contraste com a cidade de muros e camarotes. Tanto que a transformação subjetiva tem um caráter transversal, que é levada por exemplo às relações de gênero. É usual ouvir que “mulher de movimento não aguenta desaforo de marido”⁵²⁶

James Holston, ao analisar processos análogos, reforça que esses argumentos baseados em direitos “ofereciam uma estratégia de contrapor (não favorecer) a ilegalidade e a marginalização por meio de demonstrações de competência (‘conhecer seus direitos’) e negar a humilhação através da dignidade da participação na esfera pública como portadores de direitos”. Em seguida, lembra Holston, que “os argumentos por direitos fazem isso exatamente porque seu meio, a lei, tem uma aura bem-aceita de legitimidade e poder sociais”.⁵²⁷ Holston

⁵²⁵ Conversa em treze de setembro de 2017. Fazer a trilha é a expressão para a ronda noturna de segurança da ocupação.

⁵²⁶ Isso me surgiu numa conversa com uma coordenadora da FLM, mas também é retratado no documentário “Leva” por outra coordenadora, a Neti (por volta do 30’).

⁵²⁷ *Cidadania Insurgente*, p. 311.

também reconhece que essa apropriação da linguagem do direito significa uma mudança na subjetividade:

a articulação era como uma performance que muda o status dos atores, nesse caso, de simples súditos que historicamente tinham seus direitos negados, a quem o Estado e suas elites não reconheciam como cidadãos nacionais com direito intrínsecos, a cidadãos que passaram a ter direitos a despeito de outros atributos. Dito de forma diferente, os argumentos baseados em direitos constituíram seus proponentes como portadores do direito a direitos e tão merecedores dessa distinção quanto qualquer outra classe de cidadãos [...] Os argumentos envolvendo o “direito à cidade” dos movimentos sociais urbanos corporificam as lutas dos moradores por esse reconhecimento de serem cidadãos portadores do direito a direitos.

Em Holston aparece com clareza essa transformação subjetiva ocorrida, quando os indivíduos passam a defender suas demandas com base em direitos; mais especificamente, no Direito à Cidade.

Essa reelaboração nas subjetividades dessas mulheres e homens lhes confere uma reativação de suas potências vitais, saberes e práticas. Mas é um idealismo um tanto ingênuo crer que as determinações sociais anteriores são simplesmente suprimidas. Isso é importante, por exemplo, para pensarmos como a participação na luta ressignifica a noção de estabilidade. Se antes “a casa própria” era um “sonho da vida”, agora essa vida é preenchida com muitos outros sonhos, como uma cidade mais humana e popular, que possa ser chamada de nossa por todas e todos. Tais sonhos tem na comunidade urbana do seu movimento o lugar de sua estabilidade e concretude. Isto é, o movimento passa fornecer a esses sujeitos, mulheres e homens, uma estabilidade emocional decorrente do senso de pertencimento, da participação ativa num presente em comum. O movimento é o lugar onde aqueles sujeitos se vêem tendo função, sentem-se partícipes de um todo social, ao realizarem atividades, práticas e trabalhos que tem importância para um grupo⁵²⁸.

No entanto, tais sujeitos continuam a estar numa metrópole vivida em grande medida como hostil. Nesse sentido, a “casa própria” ainda significa para muitos uma segurança para a velhice e para suas próximas gerações, o que não é nada desprezível para aqueles que passaram uma vida destituídos/as dos bens mais básicos e direitos mais fundamentais. Como já salientara Kowarick, “[a casa própria] é a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, pobre porém honesta, o trabalho disciplinado, enfim, a vitória da perseverança que leva

⁵²⁸ Marco Fernandes, ao mencionar um diálogo com o MST: “Talvez estejamos voltando a perceber que nosso povo, além de possuir demandas materiais, como terra, teto e melhores salários, também precisa, igualmente, de bens simbólicos, como sentimento de pertença, beleza, acolhimento, equilíbrio psíquico etc”. Em “Luta que, cura”

à conquista da propriedade”⁵²⁹. Kowarick também reforça, é o teto que representa a proteção contra os perigos da rua e a esperança de maior segurança.

Não dizemos isso como um fatalismo de que a luta social é uma fase da vida, tampouco para justificar a política da casa própria como única. Pelo contrário, o objetivo é trazer experiências de que esse abrigo pode não significar a entrada na reprodução das relações sociais e o centramento no regime de propriedade. Pode significar sim uma estabilização que permite um novo patamar para a luta e cooperação no seu movimento.⁵³⁰ Uma conquista é sinal para si e para seus pares de que a luta vale a pena e tem resultado. É digno de nota o caso de um senhor, por volta de 60 anos, que esteve num ato da FLM em frente à CDHU em 2017. Ele obtivera sua casa na Fazenda da Juta, nos anos 1990. Quando perguntado por que entrara na luta, ele disse “debaixo da ponte a gente não é ninguém, mas entrar pra luta a gente volta a ser gente”. E quando um grupo de manifestantes adentra o prédio da CDHU, o senhor se volta para esse pesquisador e fala: “entendeu o que é união?” Esses sujeitos, mulheres e homens, estão cientes de que, mesmo tendo uma casa, sua posição na cidade continua a ser a dos subalternos. Para a transformação dessa condição, para si, seus filhos e netos, não há outra saída senão a organização num movimento e a luta coletiva. Não raro se ouve nas reuniões das lideranças: “se queremos mudança não podemos ficar em casa vendo TV”, ou então, nosso movimento “não é bunda na cadeira”. A síntese é “quem não luta tá morto”.

Espaço urbano e subjetivações políticas

É relativamente consensuada a formulação de que pessoas procuram o movimento para ter uma casa própria, mas nesse processo entram numa “comunidade”, numa “família”, na qual experimentam outras maneiras de lidar com seus pares, de enfrentar as adversidades cotidianas e de se posicionar frente a autoridades. Em alguma medida, isso é válido para todas as forças aqui analisadas e pode ser lido na chave do que podemos chamar de uma subjetivação política que, nesse caso, dá-se no *contato* com contradições – bloqueios e possibilidades -- do espaço urbano.

Uma coordenadora da FLM destaca que a Frente faz formações sobre função social da propriedade, direito à moradia, mas é ao passar por “situações”, como uma ocupação, que

⁵²⁹ KOWARICK, *Escritos Urbanos*, p. 90

⁵³⁰ É digno de nota o caso de um senhor A., que esteve num ato da FLM em frente à CDHU em 2017. Ele obtivera sua casa na Fazenda da Juta, nos anos 1990. Quando perguntado por que ele entrara para o movimento de moradia, ele disse “debaixo da ponte a gente não é ninguém, mas quando a gente entra pra luta, a gente volta a ser gente”. E quando um grupo de manifestantes adentra o prédio da CDHU, o senhor se volta para esse pesquisador e fala: “entendeu o que é união?”.

militantes entendem sua posição. O exemplo dado é o do despejo. “Ali a pessoa revê tudo que aconteceu, estava ocupando um imóvel parado há muito tempo, foi só ocuparmos e apareceu o dono, que deve milhões de impostos pra Prefeitura. O juiz sabe disso tudo, sabe que a propriedade tem que ter função social e que todo mundo tem direito à moradia, mas mesmo assim ele pôs a polícia pra nos despejar, tratar que nem bicho”.⁵³¹

No caso acima a subjetivação política de uma integrante dos sem-teto se dá em situações marcantes, podemos dizer até traumáticas. Apreender as contradições urbanas é uma elaboração desses impactos, por parte desses sujeitos que tiveram sua dignidade violada. Tal processo é facilitado porque se dá nas racionalizações interativas, falas e escutas com seus pares de movimento, com quem viveram o momento. Mas há algo de imprescindível nesse processo, a saber, a presença dos corpos em ação no espaço, pois não se trata de um aprendizado em abstrato, mas diretamente ligado ao vivido.

A própria coordenadora W. se reporta ao texto de Luiz Kohara e Marcos Silva, onde desenvolvem a ideia de “formação na ação”. Para os autores, trata-se de um processo de aprendizagem que, pautado na educação popular de Paulo Freire, evita tanto um populismo pedagógico quanto um elitismo pedagógico – no primeiro o povo já tem todo o saber, no segundo não sabe de nada. Nos relatos colhidos por Kohara e Silva a ocupação também figura entre essas situações vividas que preparam a militância, mas os autores também listam outras: i) as negociações com autoridades, gestores e técnicos, onde entendem as responsabilidades e desarticulações entre instituições públicas; ii) os atos de rua, que exigem capacidade de mobilização e de avaliação de riscos e de clareza para defender publicamente uma causa; iii) as assembleias, situações de teste para a capacidade de diálogo, escuta e deliberação coletiva; iv) a construção de cisternas, no intuito de reverter a escassez de água; v) a participação em conselhos, nos quais descobrem as possibilidades e limitações do controle social sobre os investimentos públicos. Os mais frequentados são o Conselho de Habitação, o Conselho Municipal do Verde e Meio Ambiente e, ainda, os conselhos participativos de subprefeituras.⁵³² Tais situações formam o repertório desses sujeitos que, ao pretenderem incidir na conjuntura através da luta coletiva, inevitavelmente precisam se apropriar de saberes ligados às contradições da produção do espaço, legislação urbanística, divisão de poderes da máquina pública, funcionamento de políticas públicas etc.

Há outros casos mais sutis nos quais a criação de *situações espaciais* abre sujeitos à

⁵³¹ Conversa deste autor com uma coordenadora da FLM.

⁵³² KOHARA, Luiz; SILVA, Marcos. “Processos de Formação e Aprendizagem promovidos pelo Programa Urbanos Movimentos de Moradia em São Paulo”. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 519 – 544 abr./jun.2016, pp.535-536.

compreensão de um fenômeno político. Fomos em visita à Ocupação do MTST em São Bernardo do Campo, que naqueles meses de 2017 já contava com algo em torno de 5000 pessoas. A coordenadora insistia para que ficássemos para a assembleia, o que fizemos. Talvez mais de mil pessoas já estivessem na plenária, quando nos chamaram a subir no pequeno palco de madeira, situado no ponto mais alto do terreno. A sessão combinava uma análise de conjuntura, com a evocação de palavras de ordem cantadas com os encaminhamentos da luta. A coordenadora também chamou mais dois responsáveis por grupos internos (os G's) da ocupação e perguntou publicamente a eles: e aí, o que acham de acompanhar a assembleia daqui de cima, o que estão sentindo? Os senhores ruborizaram um pouco sem muitas palavras, mas mostravam comoção. Nos visitantes idem. Subir ao palco numa assembleia lotada, vislumbrar dali as energias coletivas ali presentes, *é um ato formativo nos põe a redimensionar as possibilidades das forças coletivas organizadas.*

Asseguro-me de que não se trata da habilidade de uma só pessoa, pois essa inteligência que envolve o *deslocamento espacial* reaparece num relato de outra coordenação do MTST, quando conversávamos a respeito da vitória da Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo, na obtenção de 4 terrenos. M. conta da marcha ocorrida em novembro de 2017, na qual caminharam do local e, encontrando outras pelo percurso, chegaram a cerca de 25 mil pessoas em frente ao Palácio dos Bandeirantes. De fato, tal ato fora um dos maiores daquele ano, talvez o maior puxado por uma única organização; impressionava muito a multidão tomando as rodovias urbanas que ligam o ABC Paulista ao bairro do Morumbi. Ao chegar em frente do órgão do estado, lideranças anunciam uma reunião com secretários do governador. Mas segundo M., decisivo fora o momento em que o Secretário de Habitação subiu ao caminhão e dali avistou o mar de pessoas. Certamente, se as tratativas se dessem apenas nos gabinetes, as autoridades não dimensionariam as forças envolvidas no conflito. O deslocamento até o caminhão o colocou nesse enquadramento. O relato de M. foi convincente, pois com câmera na mão e presente no ato, meu desejo fora o mesmo: para registrar a dimensão daquele ato, seria necessário estar sob o caminhão.

O caso dos sem-teto despejados é bastante diferente do da assembleia, por sua vez distinto da experiência na marcha ao Palácio dos Bandeirantes, mas eles partilham entre si o fato de que a situação espacial criada permite a percepção imediata das forças envolvidas num conflito urbano emblemático. Dito de outro modo, *é a presença dos corpos em movimento no espaço urbano que permite essa subjetivação política.* No primeiro, os sem-teto vivem a posição do subalterno diante de uma justiça que confere prioridade à propriedade privada em detrimento da vida humana, diga-se de passagem, de muitos. Já o segundo e o terceiro casos deixam ver o potencial do poder

popular daqueles e daquelas que não estão nos centros de decisão, mas do andar de baixo podem pressionar os do andar de cima pelo direito à moradia digna e à cidade. Entendem, mesmo, a razão de ser de um movimento social.

É evidente que as experiências organizativas nos movimentos marcam sujeitos de modo muito distintos. Desses processos despontam novas lideranças; outras tantas pessoas se tornarão bases para a luta, outras apenas simpatizantes envolvidas temporariamente. Mas em todas essas o movimento gera lembranças intensas.

Do ato da FLM e CMP na CDHU em abril de 2017, chama a atenção desse pesquisador os diálogos com um homem, na faixa dos 70 anos. O senhor A. tem sua moradia regularizada na dita “fazenda da Juta” há mais de dez anos, diz que “entrou pra luta” porque em albergue é muito mais difícil a vida, não tinha perspectiva nenhuma. O fato de ele estar ali depois de ter obtido sua residência há tantos anos já é algo relevante pra mim, pois contraria uma opinião corrente de que pessoas se desmobilizam após a obtenção da “casa própria”. Quando o movimento, após um estardalhaço na frente do prédio e o travamento da rua, consegue uma reunião com os técnicos da Companhia, o senhor se aproxima desse pesquisador e diz em tom de intimidade: “entendeu o que é união?”

Alguns meses depois relatei esse diálogo a uma coordenadora da FLM, pois o tema da persistência das bases militantes é uma preocupação recorrente, exige inventividade e esperança na luta por parte das lideranças. A intenção de meu relato era enaltecer como a participação no movimento marcara aquele senhor. Certamente ele sente até hoje que, para os de baixo, as saídas são coletivas. Não há direito sem luta. A coordenadora consentiu, mas sua ponderação me deslocou novamente.

A moça não contou outros casos semelhantes, que certamente ela teria, e assim iria me envolver e entusiasmar. Em tom realista, fez uma ponderação que merece atenção de pesquisadoras/es compromissadas/os: “nem sempre as pessoas ficam no movimento, mas todo mundo que passa por ele sabe sua posição. Ninguém é o mesmo, não acredita na grande mídia e não vota nos candidatos deles”. Essa observação ao mesmo tempo frustrava um pouco minhas expectativas. Eu gostaria de saber de mais e mais casos nos quais pessoas se transformaram em lutadores/as para sempre. Por outro lado, a observação realista da coordenadora me livrou de uma outra posição também presente entre pesquisadores/as, a saber, a frustração decorrente de uma desidealização, que por vezes pode levar a um ceticismo. Essa é uma posição perigosa, pois deslegitima qualquer iniciativa de luta social transformadora.

Talvez sem perceber, a coordenadora me ajudara em perceber mais um aspecto da ideia de “formação em ação”, que circula muito entre elas. Muitas pessoas podem deixar o movimento, mas o movimento marca para sempre a memória dessas pessoas. É provável que muitas vão “cuidar da família e das próprias vidas”, mas não vão se autoculpabilizar por suas mazelas, como antes. Terão noção do papel da urbanização desigual, segregadora, que os coloca em subcidadania. Nos momentos decisivos saberão, como disse W., qual sua posição nesses processos. Certamente vão escolher representantes que compreendam e também se posicionem diante dessas dinâmicas.

Aqui nos focamos nessa relação entre a presença no espaço urbano e a formação de subjetividades políticas, isto é, uma pedagogia tornada possível por meio da sensibilização, da percepção advinda com deslocamentos. Já a autora Maria da Glória Gohn atenta para fenômenos análogos, sem passar pela coordenada espacial, mas estende o caráter de “educação não-formal” da experiência em movimentos sociais.⁵³³ Vale atentar para os eixos de aquisição de habilidades destacados por Gohn:

1) Aprendizagem prática organizativa: sobre como as pessoas se unem, aglutinam-se e mantem um movimento militante;

2) Aprendizagem teórica: uma habilidade em identificar os os conceitos-chave que mobilizam as forças sociais em confronto e como objetivá-los em práticas concretas;

3) Aprendizagem técnica instrumental: como funcionam os órgãos governamentais, a burocracia, seus trâmites e papéis, quais as leis que regulamentam as questões em que atuam etc. Além disso, no movimento de moradia, envolve saber minimamente dos processos técnico-construtivos envolvidos.

4) Aprendizagem política: quais são seus direitos e os de sua categoria, quem é quem nas hierarquias do poder estatal governamental, quem cria obstáculos ou usurpa seus direitos;

5) Aprendizagem cultural: quais elementos constroem a identidade do grupo, quais suas diferenças, qual a cultura política do grupo e a cultura dominante à qual tem de enfrentar;

6) Aprendizagem linguística: diz respeito à construção da linguagem comum que possibilita ler o mundo, decodificar temas e problemas, entender seus interesses em meio às narrativas em disputa. Com essa linguagem, criam uma gramática própria com códigos e símbolos que os identificam;

⁵³³ GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na contemporaneidade”. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

7) Aprendizagem sobre economia: um movimento precisa subsistir no tempo, assim como seus integrantes; é preciso calcular investimentos e custos;

8) Aprendizagem simbólica: quais as representações sociais sobre eles próprios (demandatários) e de que modo se auto-representam. Isso implica imprimir ressignificações sobre si e sobre suas demandas;

9) Aprendizagem social: como falar e ouvir em público, hábitos e comportamentos de grupos e pessoas, como se portar diante do outro, como se comportar em espaços públicos;

10) Aprendizagem cognitiva: a partir da participação em reuniões e atos, observação, informações transmitidas por assessorias etc, adquire-se conteúdos novos, temas ou problemas que lhes dizem respeito.

11) Aprendizagem reflexiva: através das interações comunicativas, observar suas próprias práticas;

12) Aprendizagem ética: a partir da vivência ou observação do outro, centrada em valores como bem comum, solidariedade, compartilhamento, valores fundamentais para a construção de um campo ético-político.

O que Gohn lista como aspectos de uma educação não-formal, as “aprendizagens”, reforça nossa leitura segundo a qual *a sociabilização nos movimentos sociais engendram subjetivações*. Para falarmos como antropólogos, há mesmo um *devoir sem-teto*. Não podemos secundarizar, por isso, o fato de que esse vivido se dá cotidianamente no espaço urbano desigual e segregado, traduz-se em saberes e práticas capazes de se oporem à urbanização hegemônica, bem como produzir outros espaços, outros usos e fluxos. E esses sujeitos, na mesma medida em que lutam pela transformação urbana e criam seus espaços coletivos, transformam-se a si mesmos.

Arranha-céu como condensador social

Nos anos 1990, as ocupações urbanas buscavam um controle bastante rígido de seu cotidiano. Salvo raras exceções, somente eram aceitas famílias constituídas por pares heteronormativos, havia horário de entrada e saída e os edifícios eram frequentados basicamente pelos moradores. Esses expedientes facilitavam o ordenamento da organização e, ainda, evitavam qualquer risco de reiterar estigmas colocados pela sociedade naquelas pessoas pobres. Mas também reproduziam no interior desses espaços um conservadorismo de costumes.

Ao longo dos anos 2000 e 2010, por razões diversas essas ocupações abriram-se para uma série de atividades que multiplicam no interior do edifício eventos aglutinadores e experimentações culturais, aproximam novos sujeitos, aumenta a base de legitimação social do movimento e, ainda, sua presença na opinião pública. Estas práticas fazem dos arranha-céus ocupados o que, na história da arquitetura, foram denominados “condensadores sociais”⁵³⁴ Isso que descrevemos aqui existe como tendência e potencial.

A referência do “condensador social” provém da Rússia dos anos 1920, usada para caracterizar “residências comunais” ou “comunitárias” e mesmo “fábricas-escolas”. Seu maior expoente construído foi o Narkonfim, de Moisei Guinzburg. Permitimo-nos aqui transpor a referência desavisadamente, sem tanta cautela com os respectivos contextos, mas sim retomando seus princípios germinais.⁵³⁵ Em termos espaciais, há a coletivização de ambientes como cozinhas, lavanderias, áreas de trabalho e estudo, todos que, no dito mundo burguês, estão sob as quatro paredes do lar introspectivo e privado. Há uma revalorização dos espaços de sociabilização e, ainda uma aposta na inventividade coletiva mediante as trocas entre arte, educação e política, constituindo os nós necessários à produção de uma cultura transformadora. No limite, *trata-se de retomar a premissa de que uma nova sociedade precisa de sujeitos com outra sensibilidade e nada mais envolvente do que um espaço construído de acordo com essas premissas.*

Colaborações iniciaram em meados dos anos 2000, na paradigmática Ocupação Prestes Maia, com coletivos artísticos, esses também um fenômeno em ascensão naquele período. Essas interações foram registradas numa pesquisa de Sebastião Oliveira Neto⁵³⁶. Mais recentemente, entre 2016 e 2017, um diálogo parecido se deu com artistas ligadas/os a premissas das poéticas da participação, na chave da estética relacional, nas quais cabem às artes reativar sociabilidades mais tangenciais à mercantilização. Esses vêm nas ocupações um espaço para fugir do circuito de espetacularização-institucionalização das artes. Esse processo se deu no Hotel Cambridge⁵³⁷ e rendeu ao grupo propositor o Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) 2016. Nesse mesmo período, o hotel sediou uma produção cinematográfica com protagonismo de integrantes do MSTC, que resultou no filme, por sinal

⁵³⁴ Uma boa análise desses se encontra em KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo, mas sim uma causa*. São Paulo: ed Nobel, 1990, p.96 e 113.

⁵³⁵ Os condensadores sociais tem sido retomado por diversos arquitetos na historia. Entre os mais recentes está Rem Koolhaas, em *Nova York Delirante*.

⁵³⁶ *Situação Prestes Maia: o processo de colaboração entre artistas, coletivos artísticos e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Ocupação Prestes Maia/ São Paulo 2003-2007. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

⁵³⁷ Vale conferir FLYNN, Alex. “Contemporary Art in Global South: occupation// participation// knowledge”. Em: FILLITZ, Thomas et. Al. *An Anthropology of Contemporary Art: Practices, Markets and Collectors*. Londres: Bloomsbury, 2018

bastante premiado, *Era o Hotel Cambridge*. Incluindo questões ligadas à migração, o filme certamente trouxe a público o cotidiano dessas pessoas que são estrangeiras em sua própria cidade.

Essas interações acima se deram com sujeitos cuja atuação é centrada no circuito artístico. No entanto, os nós se estendem para outros. Recentemente a célula Centro do Levante da Juventude fez formações com mulheres do Cambridge sobre questões de gênero. Há trabalhos de assistentes sociais e de psicólogas. A Ocupação Nove de Julho, por sua vez, abriga um cursinho popular organizado pela rede Educafro, que atua na formação jovens de baixa-renda, majoritariamente negras e negros. Na conjuntura mais difícil, este mesmo edifício passa a se abrir com frequência para uma “virada cultural na ocupa”, para “almoço de domingo”, além de ter sala de cinema e áreas voltadas para exposições artísticas⁵³⁸

Evidentemente haverá nas obras certa literalidade, pouca opacidade ou elaboração poética, entretanto não deixa de haver também um charme popular, nascido com o enorme impulso de vida presente no produzir com esmero e recursos parcos, nas horas de tempo livre, valendo-se de práticas vernaculares, em experiências com trocas de saberes e afetos.

Mas talvez o que pode mais surpreender um observador iniciado nas artes seja ver ali nesses “condensadores sociais”, onde pesam as condições adversas e precariedades da vida, uma *necessidade de beleza*, uma demanda por satisfação simbólica. Merecem muito respeito os sujeitos que, “vendendo almoço pra comprar janta”, numa cidade que os despreza, guardam libido para tais formas de prazer.

Ocupação como repertório partilhado e cultura urbana

Os sujeitos aqui analisados – movimento por mobilidade, movimentos de juventude e movimento sem-teto – tem agendas muito distintas, mas tem em comum o fato de explorarem as contradições do cotidiano urbano, adversidades e recursos, o que do ponto de vista das lutas sociais significa usar um repertório relativamente partilhado: as ocupações, o bloqueio de acessos, a abertura de outros fluxos, além de se reapropriarem das ruas como lugar do encontro insurgente e vinculante. Depois de termos reconstituído episódios e trajetórias recentes de muitos desses atores sociais, pode-se dizer que o repertório urbano das

⁵³⁸ Conferir cartazes das atividades nos anexos desta tese.

mobilizações pós-junho de 2013 ganha um estatuto de cultura urbana, na medida em que se enraíza no tecido social e no imaginário coletivo, não apenas de seus protagonistas mas também das forças reativas e de controle.

A ideia de ocupação, que remonta historicamente aos movimentos de luta por terra, rural e urbana, estendera-se outras lutas e, mais do que isso, para outras esferas sociais⁵³⁹ O MTST traz textualmente em suas cartilhas de formação que, para o movimento, bloquear vias e travar a circulação urbana – de pessoas, matérias-primas e capitais – significa algo como uma greve⁵⁴⁰. Essa mesma inteligência está presente no Passe Livre, quando esses afirmam que⁵⁴¹ a retomada do espaço urbano também “se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos”. Trata-se, em nosso ver, um repertório menos operáista e mais urbano, pois em ambos se trata de travar não somente a produção de mercadoria em si mesma, como no modelo de greve fabril, mas travar a circulação que inclui capitais, pessoas, materias-primas, isto é, põe em curto circuito uma multiplicidade de redes.

As formulações são menos claras nos movimentos de juventude, mas isso não significa que estes não se apropriem desse repertório urbano. O manual sobre “como travar uma avenida” dos secundaristas paulistas é um caso exemplar, em que tais sujeitos, garotas e garotos, se valem inventivamente dessa inteligência, ao levarem para as ruas suas mesas e carteiras das escolas, fazendo dessas verdadeiras salas abertas. Ocupar a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Vereadores trava outros fluxos um tanto diferentes daqueles das ruas, mas podemos entender como se trata de uma extensão, uma radicalização do raciocínio. Trava-se o maquinário do centro de decisão, a instância que deveria mediar os conflitos sociais, mas nem sempre o faz.

Algo análogo acontece com o Levante. Não há formulações teóricas sobre a potência política de bloquear fluxos cotidianos, tampouco há muito acúmulo sobre a produção do espaço urbano

⁵³⁹ A análise de que “ocupação” se difunde pelos movimentos urbanos e se torna uma matriz comum, é desenvolvida nessa tese com um ar de novidade, mas para o bem e para o mal precisamos reconhecer que não se trata de uma descoberta. Em seminários e apresentações, essas intuições já figuram também em trabalhos ainda não sistematizados de pesquisadores como Danilo Volochko(UFPR) e Luciana Tatagiba (Unicamp). Não é nossa pretensão disputar ineditismo, pelo contrário, tais intuições reforçam nossa leitura.

⁵⁴⁰ Este argumento se encontra na cartilha de princípios do MTST, circulada desde 2005 e, mais recentemente, foi para a aba que define o “quem somos” do movimento: “Por fim, uma forma de ação que é estratégica para o MTST são os bloqueios de rodovias e avenidas importantes. Por essas vias circulam as mercadorias das fábricas até os locais de venda, o que faz com que nossos bloqueios representem para o capital algo parecido a uma greve: não conseguem vender suas mercadorias”. Disponível em <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>.

⁵⁴¹ Vale trazer novamente o argumento do Passe Livre: “Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso”. Em *Cidades rebeldes*, p. 16

desigual, segregado. Mas quando pretendem dar visibilidade para uma pauta, não raro fazem isso por meio das *agitprops* nos transportes coletivos, intervenções no interior de ônibus e metrô com performances musicadas e panfletagem.⁵⁴² É politicamente intuitivo.

Talvez nos grupos de juventude esteja o maior gosto por ocupar as ruas como forma de reativar uma espontaneidade popular, de corpos que se insurgem com lutas dançantes, vinculativas. A inventividade dos jovens se vale ao máximo da centralidade das ruas para emplacar suas palavras de ordem, suas narrativas e convidar simpatizantes. Esse é um nó importante de nossa tese sobre o caráter urbano dessas lutas.

Ora, se a população mantida de fora da cena -- os subalternos da dita classe trabalhadora e da juventude -- não tem incidência na correlação de forças, a força política desses sujeitos é intervir no espaços públicos físicos, sediados na cidade, bloquear seu funcionamento e, deste modo, exigir que a opinião pública absorva suas vozes, que as instituições lidem com esse conflito. O mesmo se pode dizer quando a FLM acampa em frente ao Tribunal de Justiça, exigindo a observância do direito à moradia e à cidade para famílias que deram uso a uma propriedade ociosa há uma década. Trata-se de expor uma contradição. O judiciário está em conflito, pois tem de avaliar se mantém precedência ao direito de propriedade à um imóvel sem função social e com dívidas ou opta por preservar dignidade a essas famílias. Em geral, essas ocupações, travamentos, por serem fatos de grande visibilidade, exigem que as autoridades dêem respostas urgentes e a sociedade, por sua vez, avalie e se posicione.

O que pretendemos reiterar é que *essa inteligência de utilizar os recursos urbanos na luta política se assenta na compreensão -- mais ou menos consciente -- de que, no espaço urbano, bloquear pontos específicos gera impactos políticos amplos*. Travar um nó viário desestabiliza processos sociais sem os quais a vida em comum não prossegue; ocupar um órgão administrativo é uma escolha certa de travar o centro de decisão responsável pelo destino de coletividades envolvidas. É uma *pressão precisa*. Isso acontece, em grande medida, porque o urbano se caracteriza pela concentração de infraestruturas, serviços, capitais, pessoas e saberes, lugar da intensificação das trocas, das interações e dos conflitos de narrativas.

Há ainda outros pontos importantes a respeito das ocupações. Ocupar é uma decisão que aparece como razoável após o sentimento compartilhado de que dialogar e conciliar não é suficiente. Isso ficou claro no processo dos Secundaristas em 2015, mas é lembrado desde os estudiosos do Movimento Sem-Terra⁵⁴³. É uma experiência extremamente intensa do ponto de

⁵⁴² Constam nas imagens em anexo o manual dos secundaristas e imagens de outras ações jovens.

⁵⁴³ Em CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: ed Expressão Popular, 2012, p 244.

vista político, mas também consta entre os momentos didáticos para os/as envolvidos/as. Há nesse momento uma mudança de postura em relação as autoridades, aos de cima. É também uma experiência intensa pois se trata de vivência direta do enfrentamento, da denominada consciência de classe: ver-se nos seus pares, o olho no olho entre os iguais com quem se pode contar. Mas vê também diante de si seu outro, o proprietário das terras ociosas ou o Estado que não cumpre suas funções. Em termos mais concretos, essas duas dimensões aparecem unidas quando se descobre que, embora os de cima sejam as autoridades detentoras de poder, quando organizados os debaixo também impõem resistência, pressão e medo nos de cima. Esses polos opostos se colocam, nesse momento, em posição de igualdade. Para Roseli Caldart, a ocupação traz consigo uma terceira dimensão formativa, mais simbólica, na qual os indivíduos reencontram-se com suas potências vitais, a energia mais interna que os move e os permite produzir-se a si mesmos como sujeitos de sua própria história. Condensa essa experiência a expressão difundida e partilhada entre movimentos de moradia e de jovens, segundo a qual “quem não pode com a formiga, não atifa o formigueiro”. Ou então, “Estado veio quente, nós já tá fervendo”.

Ocupar também é romper regimes discursivos, códigos e protocolos de espaços públicos institucionais. Os militantes por moradia não fazem requerimento institucional para ter uma reunião com o juiz ou a juíza responsável pelos casos em que estão envolvidos. Até porque, muito provavelmente, não conseguiriam se o fizessem. Tampouco os secundaristas, ao adentrar na plenária da ALESP. O mesmo se pode dizer das barracas de lona preta instaladas em frente à Câmara dos Vereadores ou na calçada da Avenida Paulista. Por vezes propositalmente, mas nem sempre, os códigos contrastantes levados por esses sujeitos aos espaços de decisão e poder são códigos que remetem ao universo das classes populares, à sociabilidade dos homens simples e, nessa interação conflitual, sugerem o quanto tais espaços estão descolados da realidade do povo.⁵⁴⁴ Esses atores sabem e performatizam o fato de que tais espaços de poder não comportam as feições populares, assim como não trabalham por suas demandas, embora em termos formais tais instituições públicas devessem servir universalmente a toda à população.

Esse é o ponto que permite a reinversão: tais sujeitos assumem o papel dos que, num só gesto, evidenciam a distorção das instituições democráticas e demandam que essas voltem a

⁵⁴⁴ Tive a oportunidade de presenciar uma liderança de movimento de moradia contar, em tom anedótico, uma tática coletiva usada anteriormente em uma reunião com um juiz. A tática foi levar mãos com filhos de colo, inquietos, e outras tantas pessoas com frutas cítricas do tipo mexerica cuja casca, quando rompida, exala forte odor. Esses últimos integrantes descascavam as frutas em meio à conversa com a autoridade e, com isso, infestavam pelos ambientes o odor da fruta. Está claro o contraste montado aqui: os integrantes do movimento levam ao espaço asséptico e controlado uma prática dos homens simples, das classes populares, sugerindo que esse espaço não está preparado para receber esse povo.

operar de maneira a serem dignas de tal status. Noutros termos, evidenciam que tais instituições não tratam das necessidades e dos direitos dos mais vulneráveis, dos segregados, dos que ainda vivem em subcidadania. Ali, suas vozes ecoam as aspirações de uma coletividade.

Outro indicador de que a ocupação se torna um operador partilhado nesse ciclo de lutas recente reside no fato de que contagia também o mundo das artes e da produção de conhecimentos. Nesses mesmos anos, multiplicam-se ocupações promovidas por coletivos artísticos. São alguns exemplos a Ocupação Cultural Ermelino Matarazzo, Ocupação da rua Ouvidor 63, a Ocupação Casa Amarela – Quilombo Afroguarany na rua da Consolação. Há ainda a tentativa de incentivar trocas entre artistas e movimentos de moradia. Um dos prêmios da Associação Paulista de Crítica de Arte de 2016 foi para um trabalho coletivo que desenvolveu uma “residência artística” na ocupação do Movimento Sem Teto do Centro no Hotel Cambridge, localizado no centro de São Paulo. Em 2017, um prêmio especial é dedicado à iniciativa de um teatro de contêiner instalado como ocupação numa área pública ociosa da região da Luz, O Teatro Mungunzá.⁵⁴⁵

Há outros desdobramentos mais ambíguos. Desde 2013, o Centro Itaú Cultural na Av. Paulista tem chamado de “ocupação” algumas de suas exposições. O mesmo acontece com uma companhia de Teatro.⁵⁴⁶ Este contágio da ocupação como símbolo por esses circuitos pode ser tanto um bom sinal, na medida em que um elemento antes estigmatizado passa a transitar pelo tecido urbano, em nós e circuitos diversos. Ao mesmo tempo, a absorção da “ocupação” pelo mundo das artes oferece o risco da estetização que retira conteúdos de seu solo histórico-social e o transforma num ícone do espetáculo midiático-corporativo. Nesses casos, “ocupação” pode facilmente se tornar um evento, não um *événement* como pensado por Badiou, mas entretenimento. Com o mesmo compromisso social com o qual o Banco Itaú criara, há alguns anos, uma publicidade que trazia a expressão “descratacalize sua vida”. Nesses casos, portanto, trata-se de uma inteligência de nicho de mercado. Ocupação é um termo tão em alta que entra para os setores de *cool* marketing do big business.

Esse aplanamento e neutralização são previsíveis, já identificados na “lógica cultural do capitalismo tardio” de Fredric Jameson, de acordo com a qual a história tende a se tornar um amontoado de clichês desencarnados, significantes livres para associações mais lucrativas.

⁵⁴⁵ Registrado em “APCA escolhe os melhores de 2017”. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1942551-apca-escolhe-os-melhores-de-2017.shtml>.

⁵⁴⁶ Conferir, por exemplo, “Ocupação Vilanova Artigas”: <http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/vilanova-artigas/>, ou então, “Ocupação Hilda Hirst: <http://www.itaucultural.org.br/ocupacao-hilda-hilst>. Também em: <https://taanteatro25anos.wordpress.com/ocupacao-deleuze/>

Todavia, parece-nos desnecessário temê-lo, porque isso não diminui em nada a urgência da agenda originária da qual o termo foi extraído, tampouco é capaz de reproduzir as experiências coletivas ligadas à criação de poder popular profundamente orgânicas às ruas e aos espaços dos sem-teto. São lugares muito distintos da vida social.

Para continuar a análise dos contágios entre o mundo das artes e aquele dos movimentos sociais sob a ideia de ocupação, mais interessante é a apropriação de referências artísticas em atos nas ruas, portanto espaço refratário à espetacularização. Em dezembro de 2016, alunos e professores da Universidade Federal de Minas Gerais organizaram um ato – por sinal no interior da campanha #ocupatudoUFMG --, no qual os cerca de cem pessoas se valeram do *Divisor* de Lygia Pape⁵⁴⁷. O imenso tecido de cor branca, estendido por ruas e avenidas centrais da capital do Estado, expande a presença dos manifestantes, que não eram tão numerosos. Se estivessem todos próximos numa marcha, talvez ocupassem um décimo do espaço público que foi envolvido pelo que denominaram o “mar” formado nesta ação. Ao mesmo tempo, o tecido que vestiu aqueles corpos, sobre o qual se destacava apenas as cabeças, era também um tecido que os unia e aproximava. Nos termos dos/as próprios/as envolvidos/as, era um “comum”. A presença e o impacto desse ato público foi multiplicada ainda pelo “rastros de cores da Praça Sete até a Praça da Assembleia”; os dois quilômetros de tintas, derramadas e pisoteadas pelos envolvidos e envolvidas. A marcha se valeu do “Painting Reality” do artista IEPE para inscrever nas vias públicas as marcas e os pigmentos de seu esforço coletivo.

É importante frisar que essa argumentação não é um abandono do referencial marxista clássico para o qual o mundo do trabalho é fundamental na explicação da constituição da dita classe trabalhadora. Não significa dizer que agora não é mais o trabalho, mas o espaço urbano que organiza as lutas. Trata-se de pensar em que medida o espaço urbano sobrepõe as camadas de dominação e exploração social e produz outras, como a segregação física e simbólica. Em termos concretos, implica perceber que as/os mesmos cidadãos e cidadãs que estão em trabalhos explorados e precários, são os que perdem 4 horas diárias no transporte e moram mal e irregularmente. No caso da juventude, estuda e trabalha e sofre na mobilidade.

O que argumentamos aqui tende apenas a complexificar o raciocínio sobre a organização das lutas sociais, para evitar uma busca saudosa de um “proletariado” industrial, numa realidade urbana tendencialmente pós-fordista, como é o caso da metrópole paulistana. E

⁵⁴⁷ O vídeo do ato está registrado em: <https://www.facebook.com/CanalOcupacaoUFMG/videos/vb.560439594150615/563802697147638/?type=2&theater>

aposta que a reapropriação do espaço urbano pode ser, portanto, um nó para diversas redes de movimentos.

Considerações sobre a intensificação da vida urbana insurgente paulistana

Percebe-se que os movimentos contemporâneos mais potentes são aqueles cujas práticas são coerentes com a complexidade da realidade urbana. Isto é: não reproduzem o modelo de ação coletiva do paradigma industrial, a greve de fábrica que emperra a produção. Tampouco resumem-se a demandas redistributivas.

Trata-se de modos urbanos de constituir classe, isto é, por meio do espaço urbano vivido compreender seus papéis na divisão social do trabalho, sua posição na reprodução das relações sociais, mas também insurgir-se contra essa. No nosso caso, são ações híbridas, que se valem de oportunidades e recursos urbanos, sobrepondo a força dos corpos nas ruas à pressão precisa aos centros de decisão(o poder público e seus financiadores) e, ainda, à disputa argumentativa na opinião pública, fazendo desta uma disputa de imaginários. E na medida em que a política institucional ignora as demandas dos movimentos, a ocupação desses centros de decisão se torna o meio mais eficiente de forçar o avanço das negociações. Aí estão sintetizados os elementos desse repertório de ação: i) disputar as redes, ii) bloquear fluxos(ruas e avenidas), iii) pressão precisa nas autoridades e, desse modo, produzir vida urbana. *Essas movimentações tem alto impacto e visibilidade, mas nem de longe significam espetacularização da luta. Significam, sim, explorar as diversas camadas de recursos sócio-técnicos dos grandes centros urbanos.*

O modelo de ação do movimento de moradia é relativamente distinto daquele do MPL. Mas ambos tem em comum a clareza de que pautas específicas exigem reestruturações e repactuações amplas. Em ambos os casos, a demanda concreta é seguida por iniciativas de participação nas questões relativas ao destino comum das cidades. Trata-se portanto de uma demanda redistributiva sem expectativa assistencial, mas movida pelo desejo dinamizar transformações mais profundas. Todavia, o movimento de moradia utiliza suas conquistas mais imediatas, com as quais pressionam e negociam com o poder público, para acumular capital político e partilhar a experiência de empoderamento do movimento. Ao mesmo tempo, não dispensam as práticas insurgentes nas ruas, que visibilizam as contradições do modelo excludente de urbanização e, em grande medida, travam os fluxos cotidianos da cidade. O *Movimento Passe Livre*, por sua vez, tende a ver conquistas imediatas como estratégia do poder público para enfraquecer o movimento. E como agravante, de 2014 até 2016 tem assistido ao

aumento – ainda que abaixo da inflação – do valor da tarifa, que é o núcleo de sua pauta. Nesse sentido, a sensação de ausência de avanços, somada à uma organização mais flexível, põe à prova os ânimos e a resiliência de sua militância e de seus apoiadores.

Muitas dessas iniciativas que tem o espaço urbano como suporte, palco ou pauta de suas práticas e experimentações, trazem fatores decisivos para a superação da vida urbana de baixa densidade e, em última instância, essas iniciativas são ensaios para fissurar a urbanização estranha à sociedade. Isso porque, em geral, compreendem a cidade em seus horrores e suas grandezas sem escapismos ou aspiração de retorno a ordens anteriores, mas respondem a essas contradições com a injeção de libido coletiva que vislumbra no urbano o lugar de realização de formas mais solidárias do viver juntos, formas transparentes e horizontais de autogoverno, além da possibilidade do prazer no uso e no comum.

Num clima de reintensificação da vida urbana insurgente, a agenda em torno das questões da cidade circula mais pelo tecido social, algo que os próprios centros produtores de conhecimentos (as universidades) não conseguem por si sós. Diferente de um quadro marcado por apatia e esvaziamento, este quadro intensificado e propício ao debate exige que o poder público abra à população as questões que lhes concernem. Isto é, o alto impacto das mobilizações exige das autoridades resposta e abertura à negociação.

Além disso, esse quadro permite localizar quais grupos sociais estão mais dispostos às mudanças necessárias – por exemplo, a adoção de um modelo de circulação voltado ao transporte público e a observância do direito à moradia – e quais buscam se ancorar no estado atual de divisão social de espaços. Vale destacar que as narrativas mais sensíveis à agenda dos movimentos se capilarizam, em grande medida, por mídias livres, redes sociais (incluindo aplicativos telefônicos), opondo-se às narrativas mais tecnocráticas com as quais os meios de comunicação tradicionais se fundamentam.

A explosão dos movimentos por transporte e por moradia traz uma nova onda de politização destas questões. Num momento anterior, até 2013, marcado por reprodução de consensos públicos e implosão da vida urbana, as adversidades tendiam a dizer respeito, pelo menos nos circuitos *mainstream* da opinião pública, apenas àqueles que não contavam com poder de aquisição de seu imóvel e automóvel. Eram, portanto, questões de ordem privada. Quando tais questões passam a circular mais intensamente pelo tecido social, tem-se novamente o reconhecimento de que é preciso pensar um modelo de mobilidade pautado por transporte coletivo e criar mecanismos para a observância do direito à moradia digna.

Importante destacar que o poder público, sobretudo em seus momentos mais conservadores, não se dá conta de que esses movimentos societários poderiam contribuir ativamente na agenda urbana. Tais movimentos tem um acúmulo de experiências de associação e autogoverno que poderiam ser um poderoso auxílio na administração coletiva de bens urbanos, no sentido de transformá-los efetivamente em comuns e gerar modelos de gestão mais eficiente e distribuída do fenômeno urbano. São redes de cidadãos e cidadãos com uma trajetória de interesse por seu entorno, de valorização de vínculos comunitários, de disposição para agir coletivamente e de capacidade considerável de agenciamento para resolver questões importantes para o cotidiano das cidades. Com raras exceções, o poder público prefere estigmatizar tais agenciamentos societários a explorar essa energia política que poderia frutificar a vida urbana, gerar usos e empoderamento popular desde as bases da sociedade, fatores fundamentais na construção de espaços mais orgânicos aos usuários, bases para uma sociedade urbana.

CAPÍTULO IV - Elementos para uma teoria social espacializada

“Ainda um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que seria obra e não produto. Ou a superação simultânea do velho ‘animal social’ e do homem da cidade antiga, o homem urbano, polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com ‘o mundo’; ou então o nihilismo”. LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*, p. 98

Uma revolução que não produz um espaço novo não vai até seu próprio fim; ela falha; ela não transforma a vida; ela não modifica senão as superestruturas ideológicas, as instituições, os aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica por sua capacidade criativa de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não necessariamente no mesmo passo que outro.⁵⁴⁸

Mais importante para a “guinada para os direitos” nos movimentos sociais urbanos foi a influência do trabalho de Henri Lefebvre sobre o “direito à cidade” e a “vida cotidiana” como arenas para a luta política, o de Manuel Castells sobre a “questão urbana e os movimentos sociais” e o de David Harvey sobre “a justiça social e a cidade”. Essas ideias conquistaram a imaginação de planejadores, arquitetos, advogados e cientistas sociais, que promoveram os movimentos sociais urbanos e acabaram se tornando líderes de ONGs e de governos locais. HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente*, p.438

⁵⁴⁸*La Production de l'espace*, p.66. No original: une révolution qui ne produit pas un espace nouveau ne va pas jusqu'au bout d'elle même; elle échoue; elle ne change pas la vie; elle ne modifie que des superstructures idéologiques, des institutions, des appareils politiques. Une transformation révolutionnaire se vérifie à sa capacité créatrice d'oeuvres dans la vie quotidienne, dans le langage, dans l'espace, l'un n'allant pas nécessairement au même pas que l'autre, également.

A urbanização que vimos analisando até aqui – a da cidade de muros, catracas e camarotes -- é suficientemente elucidativa para entendermos que, em nossa formação econômico-social, largas parcelas da população são mantidas em espoliação, expropriadas das condições de seu pleno desenvolvimento, enquanto os investimentos públicos e privados são, em grande medida, destinados à reprodução de capitais – juros, lucros e renda. Mas tais contradições só vem à tona mediante a crítica, pois a cidade é feita de representações que naturalizam, instituições que legitimam a urbanização bloqueada, como aconteceu em grande medida nos anos 1990 e 2000 nas “cidades do pensamento único”. No entanto, a fragmentação das ciências, muitas vezes já identificada, nem sempre permite uma compreensão ampla e transversal da produção do urbano – produção da sociedade e processos de subjetivação.

Este último capítulo faz outro giro na tese a respeito da dominância espacial das dinâmicas sociais -- na reprodução das condições de acumulação capitalista e nas lutas sociais –, retomando contribuições que, em grande medida, já deram esses avisos. Mas dessa vez, com a tônica na necessidade de uma “teoria unitária do espaço”, que não recaia na fragmentação das ciências parcelares. Pretendemos, com isso, trazer elementos para uma *teoria social espacializada*.

Esta próxima rodada se dá em alguns passos. Primeiro, um diagnóstico especializado para a modernidade exige reconhecer o *pari passu* de industrialização e urbanização; trata-se de um duplo processo que, numa mesma marcha, acirra os conflitos de classe e amplia as virtualidades de uma sociedade livre à autoprodução coletiva. Segundo, tratamos das teses em torno da noção de “Direito à Cidade”, argumentando que a observância de tal direito passa por aspectos redistributivos e de participação social, mas se conclui com a instituição de outras relações sociais e formas de subjetivação, o que somente é possível com um projeto de sociedade urbana. Vai ser necessário também destacar que o “Direito à Cidade” ganha potencial transformador, quando entendido como ideia-força que, na reinversão de um mundo de representações dominantes, confere legitimidade às práticas coletivas insurgentes e aos atores sobre os quais recai o peso da urbanização desigual, hierarquizante e fragmentadora.

Num terceiro passo, retomamos a teoria da produção do espaço lefebvriana, a partir da qual apostamos ser possível uma *teoria social especializada*. Para tanto, é necessário assumir a indissociabilidade entre produção da vida e produção do espaço, compreendendo o fenômeno urbano não apenas enquanto palco de uma economia política, tampouco apenas pano de fundo das lutas emancipatórias.

Com isso, empenhamo-nos numa nova rodada de fundamentação de por que razões os conflitos sociais são também lutas espaciais – tratadas no primeiro capítulo – e, por essa via, cremos contribuir com substratos para as ações coletivas que tem o urbano como objeto central para a consecução de modos de existência mais igualitários e justos. Tais substratos podem subsidiar novos enunciados, fomentar novas respostas positivas.

Um diagnóstico da modernidade sensível ao espaço

O pensamento crítico tem como objeto a modernidade e a modernização, suas possibilidades e limitações. Mas foi novamente Lefebvre quem, nos anos 1960, compreendeu que o avanço das forças técnico-produtivas não podem ser dissociados de seu aspecto espacial, qual seja, a urbanização da sociedade. Para o autor, “as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx”⁵⁴⁹ e, nessa interação, industrialização e urbanização formam um “duplo processo”⁵⁵⁰. Isto significa desenvolver a análise da modernidade tendo como escopo o impacto da industrialização nas cidades, mas também as possibilidades abertas por uma sociedade urbana. Isto porque o urbano é um vetor central na reestruturação das forças produtivas e das relações de produção, na composição dos capitais e na organização da denominada classe trabalhadora. Permite novas formas de gerar valor, implica outras alienações cotidianas e conflitos que não apenas aqueles deflagrados no chão das fábricas.⁵⁵¹

A industrialização continua a ser o ponto de partida da análise, até certo momento a força indutora determinante da modernidade. A cidade, por sua vez, é anterior ao capitalismo industrial; foi desde a Grécia clássica, passando pelo modo de produção asiático e o mundo medieval, a maior obra das civilizações. A cidade antiga fora o centro da vida social, criara as condições para o florescimento da filosofia e dos códigos escritos; no fim da Idade Média, com o crescimento dos excedentes agrários, as cidades estão ligadas ao renascimento do comércio, portanto concentrando as riquezas e técnicas da época. As corporações de ofícios guardam o traço orgânico de vida comunitária, o que não impede a existência de conflitos e relações de coerção na obra que é a cidade.⁵⁵² A industrialização então nascente – a tecelagem, a extração mineral e a metalurgia – tende a se instalar fora das cidades, na busca por matéria-prima, fonte

⁵⁴⁹ ibidem, p.8

⁵⁵⁰ LEFEBVRE, H. *Le Droit à la Ville*, p.6. A partir daqui, as referências à esta obra virão apenas como “DV”.

⁵⁵¹ Nos anos 1970, esta ampliação do escopo permitiu viradas importantes à sociologia urbana e à geografia. Conferir, por exemplo, HARVEY, D. *Justiça social e cidade*. E *A Questão Urbana* de Manuel Castells.

⁵⁵² Em a Revolução Urbana Lefebvre as denomina, respectivamente, de “cidade política” e “cidade comercial”.

de energia e facilidade do escoamento da produção. Todavia, as cidades permanecem como o local de reserva de mão-de-obra, de residência de trabalhadores e proprietários, centro de comercialização e de concentração destes meios de produção. Portanto, desempenham papel fundamental na arrancada da indústria.

Os traços extraídos de estudos situados permitem a Lefebvre compreender tendências comuns à industrialização-urbanização moderna capitalista, cujo marco histórico foi a Paris de Haussman na segunda metade do século XIX. Ali esteve o ato inaugural da retórica da modernização que implica um remanejamento espacial de acordo com a sociedade de classes. Em uma das mãos, remove-se as camadas populares da área central, lança-as para áreas menos valorizadas, por vezes próximas de indústrias ou apenas distantes. Na outra, a conversão do solo urbano concentrado de infraestruturas e serviços num ambiente de negócios, ou na expressão já marcada, tido como valor de troca. Além disso, a substituição das ruas tortuosas por longas avenidas, lembra Lefebvre, abriram Paris para a circulação, mas foram sobretudo a demonstração de força e poder do Estado bonapartista, visando apaziguar os conflitos urbanos daquele período tencionado e convulsivo. Esses processos marcam a “implosão-explosão” da cidade tradicional, uma “urbanização desurbanizante”⁵⁵³, na qual se engendra também um duplo formado por “segregação” e “centros decisoriais”.

A segregação torna-se a expressão espacial da divisão social do trabalho e dos conflitos de classe – completamos nós, com os conflitos étnico-raciais e de gênero. No entanto, não é uma mera expressão, porque traz novos conteúdos e determinações. Hierarquiza (física e simbolicamente) as camadas sociais, desfaz as formas tradicionais de sociabilidade espontânea –aquela ligada às ruas. É um vetor no desenraizamento, na dissociação de vínculos, além de retirar parcelas da população da arena das decisões coletivas e exclui-las dos bens socialmente produzidos na cidade.⁵⁵⁴ Deste modo, a segregação contribuiu para esvaziar a vida urbana⁵⁵⁵ e instalar na sociedade a cotidianidade e, com isto, a fragmentação interior e exterior dos sujeitos, a separação/isolamento, o tédio e a monotonia, características da modernidade capitalista industrial. ⁵⁵⁶ Por isso afirma: “a cotidianidade não se instaura no seio do urbano

⁵⁵³ Termo de Lefebvre em DV, p. 15

⁵⁵⁴ Quando discorre sobre a relação entre fenômeno urbano e conflitos sociais: “isso que dizer que o urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais do que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando-os no terreno. Segregação que produz uma desagregação da vida mental e social”. (LEFEBVRE, H[1970] 2008: 157).

⁵⁵⁵ Em DV, p. 15: “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) das formas de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade.

⁵⁵⁶ Não é o momento de tratar da crítica da vida cotidiana de Lefebvre, mas vale lembrar que “cotidianidade” é o conceito com o qual o autor pensa este momento da modernidade em que a racionalidade e o *ethos* de acumulação capitalista se expandiram para além do trabalho, organizaram as práticas diárias do lazer e a esfera da vida privada. Uma organização, diga-se de passagem, que separa as práticas entre trabalho estranhado, lazer passivo e vida familiar reclusa. A cidade do

como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades”.⁵⁵⁷ A segregação sócio-espacial reforça, portanto, a vida psicossocial cindida entre trabalhos abstratos, lazeres passivos compensatórios e vida privada separada da história.

Na segunda metade do século XX, o processo industrialização-urbanização engendra uma crise prática e teórica (representacional) da cidade, o que faz Lefebvre preferir tratá-la a partir de agora como “fenômeno urbano”⁵⁵⁸. A essas dinâmicas que atingem um momento convulsivo, Lefebvre denomina “zona crítica” ou “ponto crítico”.

Na acepção do autor, as crises e pontos críticos são aqueles onde os processos contraditórios cumulativos, portanto envolvidos por continuidades, atingem um grau de tensionamento tal que se abre a exigência por transformações profundas, o de irrupção de descontinuidades que são também viradas qualitativas. Em termos sintéticos, afirma Lefebvre que, quando a realidade urbana se põe nessa escala mundial, “o induzido torna-se dominante (indutor)”⁵⁵⁹. Isso explica sua tese central de acordo com a qual a industrialização e o crescimento das forças produtivas cedem o centro da aposta emancipatória para a urbanização, ou melhor, o desenvolvimento urbano.

Marx não mostrou (em sua época não podia fazê-lo) que a urbanização e o urbano contém o sentido da industrialização. Ele não viu que a produção industrial implicava a urbanização da sociedade, e que o domínio das potencialidades da indústria exigia conhecimentos específicos concernentes à urbanização. A produção industrial, após um certo *crescimento*, produz a urbanização. A problemática se desloca e torna-se problemática do *desenvolvimento* urbano⁵⁶⁰.

Com essa tese, Lefebvre faz a crítica ao produtivismo para o qual o crescimento das forças produtivas é suficiente para a emancipação social; com essa ataca tanto a URSS quanto a social democracia europeia. Subjaz a essa tese a premissa de que *crescimento* econômico e acúmulo de capital não implica um *desenvolvimento* social. Não por acaso, dirá logo adiante “na falta de

zoneamento monofuncional é um correlato desta fragmentação. É neste quadro que afirma: “a cotidianidade não se instaura no seio do urbano como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades”. (LEFEBVRE, H. [1970] 2008, p. 127

⁵⁵⁷ LEBVRE, H. [1970] 2008, p. 127

⁵⁵⁸ “As diferentes formas de entrada na sociedade urbana, as implicações e consequências dessas diferenças iniciais, fazem parte da problemática concernente ao *fenômeno urbano* ou “o urbano”. Esses termos são preferíveis à palavra “cidade”, que parece designar um objeto definido e definitivo, objeto dado para a ciência e objetivo imediato para a ação, enquanto a abordagem teórica reclama inicialmente uma crítica desse “objeto” e exige a noção mais complexa de um objeto virtual ou possível”. A Revolução Urbana, p. 25.

⁵⁵⁹ A Revolução Urbana, p. 24

⁵⁶⁰ *ibidem*, p.78; p.80 da versão em português. Com isso, Lefebvre está atentando, obviamente, para como o processo de *crescimento* econômico e de acúmulo de capital não implica um processo de *desenvolvimento* social. Cf. “Accumulation et progrès”. Cahiers de L’Institut de science économique appliquée, n.110, fev 1961.

uma elaboração teórica suficiente, o duplo processo (industrialização-urbanização) se cindiu e seus aspectos se separaram, e assim destinaram-se ao absurdo”.⁵⁶¹

Para que o ponto de viragem ganhe a orientação crítica da superação das contradições sociais tensionadas no espaço urbano, é necessário um duplo deslocamento, o que algumas vezes o autor caracteriza como uma “ reinversão do mundo invertido”.⁵⁶² Um deles (que não tem prioridade lógica) é teórico, diz respeito ao conhecimento. Implica, de saída, negar o distanciamento abstrato do saber filosófico, mas também a fragmentação das ciências e o saber ideologizado do urbanismo tecnocrata. Deve-se assumir que o urbano é mediação privilegiada de um ordenamento social -- uma totalidade sempre aberta – no intuito de forjar um pensamento ligado ao vivido e voltado à ação coletiva e, mais do que isso, às experimentações utópicas e a transdução⁵⁶³ Para tanto, é preciso reconhecer no urbano a possibilidade de efetivar as potências coletivas engendradas no duplo modernização-urbanização.

Como lembra Lefebvre, diversas vezes, o fenômeno urbano é a obra civilizatória que -- nas contradições entre destruição da cidade histórica e produção de nova centralidade -- cria as condições materiais e sociais de uma transformação dessa magnitude. O urbano concentra infraestruturas, meios de produção, saberes e técnicas, converge redes de comunicação e informação, além de reunir espacialmente sujeitos sociais.

Mas a reinversão necessária não se dá obviamente apenas a partir desta constatação e do conhecimento, mas são mudanças que se constituem a partir das práticas sociais numa “estratégia urbana”, de modo a efetivar as latências do presente.⁵⁶⁴ Como lembra Lefebvre, essa reinversão não ocorre de cima para baixo nem do interior dos centros de decisão. Isso seria uma ilusão dirigista, a quem nesse contexto argumentativo o autor atribui ao pensamento urbanístico, que não por acaso serviu tão bem ao Estado.

Essa reinversão exige base social e força política com vistas a uma sociedade que instaure outra racionalidade social, na qual o urbano é pensado como obra da realização de todos e todas. Nesse sentido afirma Lefebvre: “ainda um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que seria obra e não produto”⁵⁶⁵. Noutros termos, é

⁵⁶¹ DV, p. 79

⁵⁶² *Revolução Urbana*, p. 94.

⁵⁶³ Como lembra Lefebvre, “a transdução elabora e constroi um objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma realimentação (feed-back) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas”. DV, pp.99-100.

⁵⁶⁴ Esses dois passos estão mais bem estabelecidos no capítulo “Para uma estratégia urbana”, do *A Revolução Urbana*.

⁵⁶⁵ DV, pp.97-98.

preciso forjar uma prática coletiva com horizonte numa sociedade sem restrições materiais e feita de um cotidiano – tempo de trabalho e tempo livre – plenamente inventivo. Por isso já afirmara pouco antes que a sociedade urbana “tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria. É um outro mundo. O urbano se baseia no valor de uso”⁵⁶⁶ Para tanto, “o urbano só pode ser confiado a uma estratégia que ponha em primeiro plano a problemática do urbano, a intensificação da vida urbana, a realização efetiva da sociedade urbana (isto é, de sua base morfológica, material, pratico-sensível”⁵⁶⁷. Mais adiante trataremos de traços da vida social reintensificada que constituem a sociedade urbana, como o uso ótimo das técnicas a serviço das necessidades sociais e da transformação da cotidianidade, a autogestão estendida como regime de decisão interativo e pedagógico e, ainda, a apropriação como forma superior de fruição para além do regime de propriedade.

A questão que decorre imediatamente é: que sujeitos serão capazes de engendrar tal transformação nos saberes e na ação coletiva? Para Lefebvre, tal estratégia “não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária [classe ouvrière], a única capaz de por fim a uma segregação dirigida contra ela”.⁵⁶⁸ Tal formulação exige uma análise mais detida.

Assim como a problemática de Lefebvre atualiza a de Marx, a aposta no sujeito histórico também é complexificada pelo diagnóstico espacializado, matizado e sem dogmatismos. Primeiro, há aí um deslocamento decisivo no modo como se concebe a constituição da classe. Esta não se dá apenas por sua condição no trabalho, mas por suas condições de vida nas cidades. Nessa chave de análise, Lefebvre já previa a possibilidade de uma aglutinação que constitui classe por múltiplas camadas, através das condições de moradia, da segregação⁵⁶⁹ -- e, incluímos de nossa parte, pela condição de bloqueio à mobilidade.

Ao analisar o contexto pós-2008, David Harvey lembra que Lefebvre foi o primeiro marxista a salientar o caráter urbano das lutas sociais desde o século XIX, quando analisara a Comuna de Paris. De acordo com Harvey, Lefebvre estava ciente de que “a classe trabalhadora revolucionária era formada por trabalhadores urbanos, e não exclusivamente por operários fabris”⁵⁷⁰.

No mesmo intento de atualização de Marx, a tarefa da classe é complexificada. Passa pela socialização dos meios de produção, mas envolve forjar outra vida cotidiana para além da tríade trabalho abstrato, lazer passivo compensatório, vida privada de realidade. Nos termos do

⁵⁶⁶ DV, p. 80

⁵⁶⁷ ibidem, p. 80

⁵⁶⁸ DV, p. 108

⁵⁶⁹ Isso fica mais claro quando o autor analisa a segregação decorrente dos conjuntos habitacionais franceses dos anos 1960, os *grands ensembles*.

⁵⁷⁰ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: ed. Martins Fontes, p. 16

autor, é preciso *changer la vie*. Para Lefebvre, isso é possível se atentarmos para o urbano como lugar do avanço técnico-produtivos e, sobretudo, das experimentações, do encontro, da possibilidade da autogestão estendida e da re-apropriação, fontes de uma abundância coletiva e de uma forma superior da liberdade.

Tal aposta implica que “a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível”⁵⁷¹. A classe operária é necessária mas não suficiente. É preciso, dirá Lefebvre, contar com estudantes, intelectuais, com moradores de periferias, com os colonizados, todos aqueles que padecem numa cotidianidade empobrecida. Para dizer mais propriamente, é preciso compreender que, “como ha um século atrás, ainda que em novas condições”, a classe operária é aquela que “reúne os interesses[...] de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que *habitam*”.⁵⁷² Isso porque – aqui a imagem lefebvriana é elucidativa –, esse sujeito é como um elemento residual, aquele que, justamente por não ser integrado à sociedade capitalista, é capaz de estar para além dela.⁵⁷³ Noutros termos, “classe operária” não é atributo essencial de indivíduos empíricos, mas o nome daqueles e daquelas pautados/as pela reinversão crítica do mundo invertido e o horizonte da sociedade liberada da escassez, do economicismo e da cotidianidade empobrecida pelos bloqueios urbanos.

Outras complexificações ainda são dignas de nota, embora não as resolveremos em definitivo. A classe operária, no francês *classe ouvrière*, é aquela que se constitui enquanto classe em nome de criar as possibilidades da vida coletiva como obra, *l’oeuvre*, um tópico fundamental da sociedade urbana. Outro ponto. Os mesmos atributos que Lefebvre confere àqueles que se constituem como “classe operária”, o autor destina ao “proletariado”. Isso nos auxilia a evitar essencializar um termo ou outro, numa perspectiva dogmática, mas compreendê-los como figuras com as quais o marxismo, aqui o de Lefebvre, identifica uma subjetividade política com potencial transformador. Essa definição não-essencializante pode gerar angústia em espíritos mais ortodoxos, mas por outro lado dá abertura a pensar de nosso lugar no capitalismo periférico, profundamente urbanizado, do início do XXI. Esses sujeitos são, portanto, aqueles que voltam aos centros urbanos reivindicar uma vida urbana transformada, renovada, sob outras relações sociais cotidianas, na forma da sociedade urbana.

Nos anos 1990 e início do século XXI a questão sobre quem são os sujeitos transformadores parece esmaecer diante de um esvaziamento da vida urbana e da reprodução

⁵⁷¹ DV, p.108

⁵⁷² DC, p. 117

⁵⁷³ Vale voltar à passagem: “Para Marx, não era o proletariado um elemento residual da sociedade capitalista, ao mesmo tempo além e fora dela?”. *Metaphilosophie*, p. 274

dos consensos ligados ao “pensamento único”.⁵⁷⁴ Como sintetiza Jameson, naqueles anos parecia mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo⁵⁷⁵ Mas a crise econômica de 2008 trouxe à tona as contradições escamoteadas pelas democracias liberais. Foram as vozes das ruas e das praças, os corpos nas cidades rebeldes que trouxeram de volta o “Direito à Cidade” e, rapidamente, os centros de decisão também tentam recuperá-lo. Isso justifica aqui nossa retomada do termo, no intuito de mostrar os potenciais dessa ideia-força.

Lefebvre e os conteúdos utópicos do Direito à Cidade

“Onde está então a utopia? No coração do real em que habita. Onde está a ‘realidade’? No possível? Sem dúvida.”⁵⁷⁶

Em Lefebvre, a implosão-explosão das cidades, cujos desdobramentos principais são a segregação e a constituição dos centros concentrados de decisões (poder político, econômico e cultural), são parte de uma análise ampla do fenômeno urbano, a partir do qual se entende de modo espacializado a reprodução das contradições sociais. O Direito à Cidade e a Revolução Urbana são *respostas teórico-práticas à altura deste diagnóstico*. Funcionam como ideias-força, para a reivindicação social que exige a “reversão do mundo invertido”⁵⁷⁷.

Um bom caminho para reconstituir esse trajeto é antes reiterar aquilo que o direito à cidade não é, ou melhor, aquilo a que ele se opõe. De saída, o direito à cidade deve negar frontalmente a segregação, fonte da dissociação psicossocial e da instauração da cotidianidade empobrecida. Mas não se trata tampouco de uma mera oportunidade de visitar a cidade existente, isto é, ter acesso a seus bens e serviços. Quando sintetiza as teses sobre a cidade, Lefebvre defende que não se trata de voltar “à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontros e de trocas, aos ritmos de vida e empregos de tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc”⁵⁷⁸. Isso significa proclamar “a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca)”, o que exige “ o domínio do econômico” pela hegemonia das classes subalternizadas pela segregação.⁵⁷⁹ A questão

⁵⁷⁴ Sobre isso, sobretudo em autores como Fredric Jameson e Rem Koolhaas, vale conferir nosso *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a bigness e big business*. São Paulo: Annablume, 2017. Sobre “ as cidades de pensamento único”, vale conferir

⁵⁷⁵ JAMESON, F. Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio.

⁵⁷⁶ *O Pensamento Marxista e a Cidade*, p. 76.

⁵⁷⁷ Nossa chave de leitura decorre, em grande medida, do que já foi colocado por Carlos em GEOUSP (Online), São Paulo, v. 18, n. 3, p. 472 – 486, set/dez 2014, p. 485

⁵⁷⁸ DV, p. 133

⁵⁷⁹ *ibidem*, p. 133

fundamental então é: quais práticas sociais e sujeitos são capazes de reinventar a vida urbana desde seus fundamentos?

O Direito à Cidade tem sido mal compreendido como mero dispositivo institucional, enquanto política pública visando a garantir o acesso da população a bens básicos (moradia) e bens da cidade (infraestruturas) existente. Por esta via a noção tem sido implementada sem romper com a reprodução da cotidianidade bloqueada e da urbanização desurbanizante que estão nos fundamentos da sobrevivência da sociedade de classes. Esse é um achatamento de sua potência transformadora, pois desconsidera que gira em torno do termo uma teoria da ação coletiva para a realidade intensamente urbanizada.

O Direito à cidade exige uma transformação social que passa pela revolução urbana. Isto implicaria pelo menos três fatores: i) uma reinversão da economia política em sentido redistributivo, o que anteriormente Lefebvre denominara de “uso ótimo das técnicas de acordo com as necessidades sociais”; ii) o envolvimento ativo de todos os sujeitos nos processos decisórios (dimensão estritamente política) e, ainda, iii) uma reconfiguração ou reabertura na estrutura de sensibilidade (dimensões estético-políticas). Os dois primeiros podem ser subsumidos à noção de participação -- da qual a autogestão é a versão mais efetiva --, já ao último fator se articulam as noções de “obra” e de “reapropriação”. Não por acaso, esses conteúdos utópicos são aqueles com os quais, na *Crítica da Vida Cotidiana*, Lefebvre apostou no “*changer la vie*” [mudar a vida]. A *Crítica da Vida Cotidiana* é incorporada nesses estudos urbanos.

Primeiramente, o Direito à Cidade diz respeito ao anseio latente por acesso dos grupos que permanecem segregados, aquelas classes e frações de classe que são extremamente necessários para o funcionamento da sociedade, mas se encontram, de modo bastante literal, para fora dos bens coletivamente produzidos. Obviamente a necessidade primeira é o acesso à terra, que possibilite um habitar, mas também acesso à infraestrutura básica, aos serviços e aos meios de produção.

Esse ponto está no seio de uma crítica da economia política do espaço. Ora, o avanço das forças técnico-produtivas (a industrialização) abriu a possibilidade de realizar uma sociedade de abundância coletiva, livre da escassez, das opressões naturais e humanas. Esta virtualidade se encontra concentrada no fenômeno urbano, mas bloqueada pelo desenvolvimento desigual⁵⁸⁰,

⁵⁸⁰ o tópico aparece menos do que a segregação, mas nos parece bastante importância para completar o raciocínio da implosão-explosão. Cf, por exemplo, em *A Revolução Urbana*, p 152: Se a União Soviética conheceu, entre 1920 e 1935, um período de desenvolvimento intenso, as forças produtivas deixadas em atraso por essa plosão ‘superestrutural’ e o crescimento tomado como objetivo estratégico tornaram-se de meio em fim. Em suma, esses ‘fatores’ objetivos foram à desforra. Não foi o mesmo que ocorreu na França depois da explosão de Maio de 1968? A

pela segregação urbana e concentração dos centros decisoriais. Tais processos impõem, sobretudo à classe que vive da sua força de trabalho, o sofrimento cotidiano.

A passagem que expressa bem nosso argumento vem de *A vida cotidiana no mundo moderno*, também de 1968, quando Lefebvre discorre sobre um nível econômico de uma transformação radical:

Nível econômico: a estratégia da revolução explicita seu objetivo. O crescimento industrial e seu planejamento são necessários, mas não suficientes. O fim, o sentido(isto é a orientação e a finalidade) se determinam assim: realização da economia da abundância, produção industrial em crescimento pela automatização completa, em função das necessidades sociais (e não das necessidades individuais programadas), as quais se detectam como demandas da sociedade urbana em gestação. A automatização da produção não pode ter como fim e sentido a automatização dos consumidores. Essa substituição revela uma trapaça colossal. No nível econômico considerado isoladamente, o ato revolucionário vai a pique, perde de vista o objetivo.⁵⁸¹

Trata-se de defender que crescimento econômico via avanços técnico produtivos são necessários, mas não suficientes. Estes não tem levado as sociedades a rumos emancipatórios, mas reproduzido alienações, bloqueios subjetivos e coerção social – é o caso soviético e o da social democracia, que o autor chama de burocrática de consumo dirigida.⁵⁸² A tônica do argumento reside no fato de ser necessário dar um sentido à industrialização, qual seja, o da abundância coletiva e riqueza da vida cotidiana de uma sociedade em gestação. Este é o sentido que rompe com a direção dada desde os idos dos anos 1960, quando já se desenhava a sociedade em que as técnicas avançavam, em grande medida, para alimentar o ciclo do consumo e reprodução da divisão social entre capital e trabalho assalariado.

O salto necessário tem caráter redistributivo dos meios de produção, no sentido de coloca-los em coerência com a vida em comum. Mas como um inveterado crítico do economicismo produtivista — seja o europeu ou o soviético --, Lefebvre adiciona à exigência da socialização dos meios de produção uma outra, qual seja, a “orientação das forças produtivas às necessidades

lei de desenvolvimento desigual (Lênin) deve ser ampliada, diversificada e formulada de outro modo para dar conta do conflito entre crescimento e desenvolvimento revelado no curso do século XX”

⁵⁸¹ *A vida cotidiana no mundo moderno*, versão em português, p. 208

⁵⁸² No texto, não vamos nos alongar com mais citações, mas vale trazer em nota passagens de outros contextos que apontam para o mesmo argumento. Este vem da Revolução Urbana, p. 158: “A época industrial(em outras palavras: a chamada ou pretensa ‘sociedade industrial’) aparece, assim, diferentemente do que aparecia a si própria. Ela se via como produtora e criadora, dominando a natureza e substituindo os determinismos da matéria pela liberdade da produção. De fato, ela era, na sua verdade, radicalmente contraditória e conflituosa. Acreditando dominar a natureza, ela a devastava, a destruía completamente [...]Com ela, o meio tornava-se fim, e o fim convertia-se em meio: a produção em estratégia; o produtivismo em filosofia; o Estado em divindade”

sociais”, o que no contexto da CVQ aparecia na proposição de colocar a técnica a serviço de um cotidiano renovado. As expressões, relativamente simétricas, aparecem na *Crítica da Vida Cotidiana*, n’*O Direito à Cidade* e n’*A Revolução Urbana*: “a realização da sociedade urbana exige uma planificação orientada às necessidades sociais, aquelas da sociedade urbana”.⁵⁸³ Portanto, se a tensão entre crescimento e desenvolvimento tiver o segundo como prioridade, vai possibilitar a *virada qualitativa* das sociedades industrializadas para a sociedade urbana.

Há diferenças significativas entre Lefebvre e os situacionistas em termos de diagnóstico e de proposições emancipatórias, mas pelo menos nesse ponto estão próximos: apostar que a tecnologia pode ser colocada a serviço da superação do trabalho alienado, das desigualdades, desde que opere no sentido de uma abundância coletiva e riqueza da vida cotidiana.⁵⁸⁴

Essa virada qualitativa da modernização compreende também o Estado como mediador dos processos sociais e do sentido da modernização. Trata-se de uma crítica à alocação de recursos, mas sua orientação para a economia da abundância toca imediatamente na abertura estatal à participação social em processos decisórios. Ao concebermos este ponto, entende-se que há uma dimensão estritamente política na revolução urbana⁵⁸⁵. É o caso, por exemplo, quando afirma: “se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através da mediação de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso”.⁵⁸⁶ Nesta acepção, participar do urbano implica ter voz ativa nas questões do destino comum, aquelas que impactam as vidas individuais e ao mesmo tempo a de todos e todas. Ou noutros termos, significa formular “a instituição de relações sociais novas, notadamente entre governantes e governados, entre ‘sujeitos’ e objetos de decisões”⁵⁸⁷. A participação ativa pode ser considerada, dirá o autor, um “critério de democracia”⁵⁸⁸.

Este participar – que é também disputa -- em sentido estritamente político contribui para a concreção do Direito à Cidade, na medida em que as questões da cidade saem do domínio dos

⁵⁸³ Esta é a quinta tese sobre o urbano em DV, p. 132. Mas o argumento completo já havia aparecido um pouco antes, em DV p. 117: “é suficiente a definição dessa sociedade pela organização planificada da produção? Não. Atualmente o socialismo só pode ser concebido como produção orientada para as necessidades e por conseguinte para as necessidades da sociedade urbana. Os objetivos emprestados apenas à industrialização estão em vias de serem superados e transformados”.

⁵⁸⁴ Interessante notar como volta recentemente essa questão da imaginação utópica. Obviamente com distinções, a ideia de um igualitarismo com abundância coletiva reaparece sob a forma de um “comunismo plenamente automatizado. Mas entre esses contemporâneos some de vista que o urbano concentra infraestruturas, saberes e sujeitos que ampliam essa utopia possível. FRASE, Peter. *Four futures: life after capitalism*. O livro desenvolve e amadurece argumentos presentes num artigo publicado em 2011 na revista *Jacobin*, traduzido e disponível em: <https://ominhocario.wordpress.com/2015/07/13/quatro-futuros/>

⁵⁸⁵ É exatamente nesses termos que trata Lefebvre n’*A vida cotidiana no mundo moderno*, isto é, “o nível político” de uma transformação radical.

⁵⁸⁶ DV, p. 113/123 da tradução.

⁵⁸⁷ DV, p.117

⁵⁸⁸ DV, p.123

centros de decisão e da tecnocracia, abrem-se aos concernidos e circulam pelo tecido social, conferindo densidade à vida urbana.

Não por acaso Lefebvre é cuidadoso em especificar que participar não se resume a apresentar projetos urbanos prontos para a população, mas deve ser “a intervenção ativa e perpétua dos interessados”⁵⁸⁹. Isto requer uma porosidade do poder aos habitantes, aos usuários da cidade e, sobretudo, às classes lançadas para fora do urbano – a dita classe operária. Esta participação dos concernidos permite que o espaço se configure a partir de suas bases sociais e, portanto, seja mais orgânico a elas, diferente dos espaços estranhados produzidos por gabinetes. Em suma, somente mediante essa participação ativa e direta é possível produzir espaços pautados pelo uso, ou se quisermos, pelo amplo Direito à Cidade de todas e todos.

Novamente como crítico à social-democracia europeia e ao regime soviético, Lefebvre vai salientar que a participação em sentido mais radical é acompanhada de um “depercimento do Estado [déperissement de l’État]”.⁵⁹⁰ Um tópico de grande complexidade, em torno do qual o autor dedicou outras centenas de páginas nos anos 1970⁵⁹¹. Para os nossos propósitos, vale retomar pelo menos que a forma Estado tem sido, historicamente, a força de ordenamento social através de coerções – físicas, jurídicas ou ideológico-discursivas --, que conferem unidade a um corpo social de modo abstrato, sem substância humana. Além disso, o Estado capitalista tem sido aquele que legitima e organiza os processos sociais de acumulo de capitais e reprodução social da escassez às classes trabalhadoras. Nesse sentido, uma participação em sentido forte está para além dos marcos do Estado capitalista. Mas essas problemáticas nos renderia uma digressão para muito além do direito à cidade. Vale, antes, voltarmos para o potencial da participação autogestionária, que aparece com recorrência nas obras fundamentais para nossa tese.

A autodeterminação da classe operária seria para ela, hoje, se desvincular conscientemente da ideologia produtivista comum, por razões que não coincidem, com o capitalismo de estado e o socialismo de Estado. Para qual finalidade? Assumir o controle do desenvolvimento, guiar o crescimento (conhecido e dominado como tal) em direção às necessidades sociais. Além disso, quem pensa a autodeterminação da classe trabalhadora, quem diz autonomia, diz imediatamente: autogestão.⁵⁹²

⁵⁸⁹ Du Rural a l’Urbain. ([1970]2001: 227). Ou mesmo no Direito à Cidade, p.100(v.portugues): Outro tem obsedante: a participação (ligada à integração). Mas não se trata de simples obsessão. Na prática, a ideologia da participação permite obter pelo menos preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Apos um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e de atividade social, elas voltam para a sua passiva tranquilidade, para o seu retiro. É evidente que a participação real e ativa tem um nome. Chama-se *autogestão*.”

⁵⁹⁰ Ver, por exemplo, A vida cotidiana no mundo moderno, p.209. A Revolução Urbana, p. 161. La Survie du capitalisme, p. 170. L’irruption a Nanterre, p.

⁵⁹¹ Nos referimos aos volumes de De l’État.

⁵⁹² La Survie, p. 34, tradução nossa do original: “Sans doute des années et des dizaines d’années seront-elles nécessaires pour extirper les confusions; d’autant qu’il ne s’agit en rien de revenir au spontanéisme.

O excerto nos ajuda a entender que a virada qualitativa do *crescimento* para o *desenvolvimento* não se dá pela boa vontade dos centros de decisão, mas através da participação ativa dos envolvidos, sob a forma da autogestão. É preciso que a classe dos expropriados do urbano tomem o controle dos avanços técnico-produtivos de modo a coloca-los na direção da abundância coletiva e da riqueza da vida cotidiana. Importante destacar esse vínculo:

a autogestão mostra a via de uma transformação da vida cotidiana. “Changer la vie”, assim se define o sentido do processo revolucionário. Mas a vida não se transforma magicamente, por um ato poético, como acreditavam os surrealistas[...] a transformação da vida cotidiana passa por instituições. Se tudo se deve dizer, não é suficiente dizer, menos ainda escrever. A prática social que supera as dissociações e pode criar instituições novas para além dessas que reiteram as dissociações, essa prática tem um nome, [autogestão], mas não se reduz a uma linguagem.⁵⁹³

Na autogestão reside a força social que orienta o crescimento para as necessidades sociais, o que por sua vez torna possível uma transformação radical da vida cotidiana, o persistente objetivo lefebvriano de “changer la vie”. O excerto traz uma polêmica de Lefebvre com os surrealistas, que não trataremos aqui, mas também outra novidade importante. Uma mudança social profunda implica criar novas instituições e a autogestão é essa prática social instituinte, que supera dissociações entre vida privada, trabalho abstrato e lazer compensatório, que como vimos, são os pilares do cotidiano empobrecido. A autogestão é, portanto, um “movimento instituinte” de outro cotidiano urbano, capaz de forjar instituições que rompem as coerções impostas pelo controle do Estado separado das necessidades, mas também rompem a reprodução das relações de produção capitalistas. É uma prática radicalmente transformadora, que escapa dessas formas institucionais anteriores marcadas pela petrificação, esclerose e alienações.

A autogestão exigida pelo Direito à Cidade e na Revolução Urbana tem de ser estendida da produção, na indústria, às unidades territoriais urbanas⁵⁹⁴, o que implicaria, nos termos do autor, “implantar desde a base uma rede complexa de organismos”⁵⁹⁵. Ainda que Lefebvre não discorra extensamente sobre suas características e reconheça a dificuldade de concretização dessa via,

L'autodétermination de la classe ouvrière consisterait pour elle, aujourd'hui, à se déprendre en connaissance de cause de l'idéologie productiviste commune, pour des raisons qui ne coïncident pas, au capitalisme d'État et au socialisme d'État. Dans quel but? Pour prendre en mains le développement, pour orienter la croissance (connue et maîtrisée comme telle) vers les besoins sociaux. De plus, qui pense auto-détermination de la classe ouvrière, qui dit autonomie, dit aussitôt: *auto-gestion* ».

⁵⁹³ LEFEBVRE, L'irruption, p. 82

⁵⁹⁴ Revolução Urbana, p.135 e p.161;

⁵⁹⁵ L'Irruption, p. 79

pelos contextos argumentativos em que tal problemática aparece podemos arriscar alguns de seus traços e fatores envolvidos.

A autogestão é o momento mais radical de uma democracia efetiva, a forma associativa mais intensa e plástica possível, na qual os envolvidos tomam em mãos os rumos coletivos,⁵⁹⁶ isto é, tornam-se sujeitos de sua própria história. As coerções estatais ou das relações capitalistas de produção transmudam-se de tal modo que se instituem práticas sociais – um trabalho livre e criativo que não se opõe mais ao lazer passivo – renovadas, nas quais o desenvolvimento de um indivíduo garante o florescimento de todos.⁵⁹⁷ À gestão coletiva dos meios de produção, soma-se à socialização dos bens produzidos e, ainda, à horizontalidade cooperativa na produção do destino partilhado. E como se suspende a divisão de funções e atribuições, o processo autogestionário envolve uma “pedagogia social”, cujos resultados são avanço dos envolvidos e do todo social⁵⁹⁸, uma vez que os saberes e informações circulam pelo tecido social.

Para entendermos melhor esse caráter formativo ou pedagógico, é válido conceber a participação autogestionária em termos de “ação recíproca” ou “reciprocidade de ação”, isto é, aquela que surte efeitos tanto para os sujeitos da ação quanto para o objeto produzido – neste caso o espaço urbano.⁵⁹⁹ Do ponto de vista dos sujeitos, participar na produção do urbano é conferir as condições para o florescimento de cidadãos – mulheres e homens – ativos, polivalentes e polissensoriais, capazes de enfrentar a realidade complexa do fenômeno urbano.⁶⁰⁰ Do ponto de vista da sociedade, é mediante inclusão de todos e todas que se faz do urbano a obra coletiva por excelência. A autogestão é, portanto, uma formação pela interação e como modo relativamente orgânico de promover autodeterminação dos sujeitos e coesão social.

Essas ações recíprocas forjam espaços e tempos ricos em interações formativas e organizativas. São o extremo oposto das formas de vida nas quais o desenvolvimento de uma classe ocorre por um lado pela controle concentrado de saberes e poderes e, por outro, pela reprodução de grandes contingentes populacionais em nível de escassa sobrevivência, o que evidentemente culmina num

⁵⁹⁶ Cf. La Survie, p.170

⁵⁹⁷ Cf. AJZENBERG, Armand et al. *Maintenant Henri Lefebvre – Renaissance de la pensée critique*. Paris: ed. L’Harmattan, 2011, pp.34-35

⁵⁹⁸ L’Irruption, p. 78. Entre leitores mais assíduos de Lefebvre, a ideia segundo a qual a autogestão envolve uma pedagogia é bem trabalhada em DUCROT, Thierry. *Autogestion Pedagogique – entre l’utopie et le possible*. Pref. REmi Hess.Lyon, ed. Chronique Sociale, 2012.

⁵⁹⁹ Lefebvre não utiliza o termo “ação recíproca” neste contexto, mas sim noutros artigos como , por exemplo, “A Noção de Totalidade em Ciências Sociais”. Como reconhece Lefebvre, tal noção é proveniente de Hegel, usada justamente para explicar realidades históricas nas quais é impossível pensar apenas em termos de causa e efeito, ou melhor, sujeito ativo(causa) e objeto passivo(efeito). Cf, por exemplo, “Hegel: morceaux choisis”. LEFEBVRE, H; GUTERMAN, N. Paris: Gallimard, 1939, p. 139

⁶⁰⁰ Esta caracterização do indivíduo urbano “polivalente e polissensorial” é digna de nota. Vale conferir em LEFEBVRE, H. [1969]1991a: 106

empobrecimento das interações e relações sociais⁶⁰¹. Esses processos transformam, portanto, os espaços sociais mas também os sujeitos envolvidos.

Mais de uma vez Lefebvre salienta que a autogestão estendida às unidades territoriais se torna possível no ambiente urbano por conta de sua própria concentração em termos de infraestrutura, de tecnologias, de circulação de saberes e de interações sociais⁶⁰². Portanto, trata-se de uma experimentação utópica, mas o espaço urbano tem condições infraestruturais objetivas para uma transformação dessa magnitude.

Vale reforçar que nossa análise setoriza, divide o Direito à Cidade e a Revolução Urbana, apenas no intuito de compreender sua complexidade. A segmentação nos ajuda, pelo menos, a compreender teses onde estes elementos do Direito à Cidade já aparecem articulados:

Somente o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para quem e por quem a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, *apropriação*, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material⁶⁰³

O leitor atento se deu conta de que os fatores intrínsecos ao Direito à Cidade são os mesmos que apareceram no cotidiano reabilitado da CVQ: o avanço técnico a serviço das necessidades sociais, a participação autogestionária e a reapropriação. E de fato é isso o que acontece, pois a Revolução Urbana traz o acúmulo e os anseios do projeto de *changer la vie*. Agora, nos anos 1960 e 1970, tal projeto ganha uma imagem-síntese, a da sociedade urbana. Ainda que apontem para saídas distintas, pelo menos num ponto Lefebvre está com os situacionistas, a saber, a indissociabilidade entre *changer la vie* e *changer la ville*.

Esses elementos também aparecem mais bem articulados no projeto para reestruturação da Nova Belgrado, na antiga Iugoslávia, do qual Lefebvre participa com os arquitetos Serge Renaudie e Pierre Guilbaud. O memorial do projeto afirma : “este direito [à cidade] conduz à participação ativa do cidadão-cidadino no controle do território, à sua gestão, cujas modalidades estão a ser precisadas. Conduz também à participação do cidadão-cidadino à vida social ligada ao

⁶⁰¹ Para o desenvolvimento, conferir o artigo Problemes theoriques de l'autogestion Mitchell Trebitsch. Autogestion en Henri Lefebvre ; Hugues Lethierry, p. 172-. Sites: <http://www.autogestion.asso.fr/?p=5695> ; <http://www.imec-archives.com/fonds/bourdet-yvon/>

⁶⁰² L'Irruption, p. 79: Quant à l'ensemble e à sa gestion, les techniques nouvelles peuvent intervenir. Automatisation à la base dans les forces productives—utilisation des moyens électroniques (ordinateurs et calculatrices) pour fournir à une gestion décentralisée les informations ascendants et descendants, ces nouvelles techniques fondent des possibilités nouvelles.

⁶⁰³ Esta é a décima tese sobre a cidade e o urbano, em DV p. 134

urbano”.⁶⁰⁴ Lefebvre lembra que não se trata de evitar a explosão do tecido urbano por meio da verticalização que empilha os habitantes, mas sim um participar que conduza à inventividade “em todos os domínios e níveis do arquitetônico, do urbanístico, do territorial”. Em seguida destaca que “esse direito supõe uma transformação da sociedade, de acordo com um projeto coerente, respondendo às interrogações e resolvendo teoricamente(em sentido forte, implicando o momento da *prática*) os problemas e, por outro lado, criações nos domínios onde a arte e o conhecimento, o cotidiano e o global interferem: a arquitetura por exemplo, mas mais amplamente, o tempo e o espaço”⁶⁰⁵

A observância do Direito à Cidade exige, como vimos, um ordenamento redistributivo em termos econômicos e de descentralização ou mesmo distribuição do poder político⁶⁰⁶. Mas logo em seguida o autor completa o argumento com uma proposição que não é facilmente depreendida das anteriores: “o direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no Direito à Cidade”.⁶⁰⁷ Esta passagem confirma o que vimos argumentando sobre a dimensão estética do Direito à Cidade, a saber, subjaz a ele uma *reabertura da sensibilidade*.

Isso implica compreender que a demanda por este direito não prevê uma transformação apenas no espaço urbano objetivado, mas nos próprios sujeitos que o engendram. E aqui, que transformação é essa? É da ordem dos desejos e necessidades, portanto no vivido, ou pra falar em termos atuais, nas formas de subjetivação⁶⁰⁸

Esta primazia do uso e do gozo sobre o valor de troca e sobre a propriedade não são outra coisa senão uma *expansão do vivido*, aquela abertura que Lefebvre já relacionou na CVQ com a “re-apropriação, pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço, objetos” e, dirá com recorrência, de seus desejos e do corpo.⁶⁰⁹ O importante a ser adicionado agora é o fato de que, por ser a obra coletiva por excelência⁶¹⁰, o urbano é também o lugar privilegiado da apropriação. Por essa razão vai reforçar Lefebvre que “o período da apropriação, período pós-histórico, só pode ser pensado em função da sociedade urbana. Entramos já nessa sociedade e neste período”⁶¹¹.

⁶⁰⁴ BITTER, Sabine; WEBER, Helmut. *Autogestion or Henri Lefebvre in New Belgrade*. Viena: Fillip e Sternberg Press, 2009. p.2. Em francês, p. 35.

⁶⁰⁵ Ibidem, p.2 em inglês e p. 35 em francês

⁶⁰⁶ Estamos chamando de redistributivo o artigo da estratégia que é: “o emprego ótimo e máximo das técnicas(de todos os meios técnicos) na solução das questões urbanas, a serviço da vida cotidiana, na sociedade urbana” *Revolução Urbana*, p. 129.

⁶⁰⁷ *Droit à la Ville*, p.125

⁶⁰⁸ Vejamos por exemplo uma citação como: “o Direito à Cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. *Droit à la Ville*, p. 125

⁶⁰⁹ *Revolução Urbana*, p. 161. A tópica de re-apropriação está também Em DV, p. 79, p. 124, p. 134

⁶¹⁰ “a forma urbana se caracteriza pelo encontro e a reunião de tudo o que constitui uma sociedade, produtos e obras. Nesse sentido, a cidade foi e segue sendo a obra suprema, a obra entre as obras”. *La Presencia y la Ausencia*, p. 261.

⁶¹¹ LEFEBVRE, H. *O fim da história*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1981, p.281

Não por acaso essa forma de fruição pautada na *intensificação de interações livres, no uso pleno dos espaços e dos tempos, bem como na produção de obras*, condiz com o que Lefebvre associa aos sujeitos, homens e mulheres da sociedade urbana, polissensoriais e polivalentes⁶¹². Há portanto uma relação íntima entre sociedade urbana e a produção da vida como obra, mediante a reapropriação do tempo e do espaço em seu valor qualitativo.

Uma sensibilidade que se libera do regime de propriedade, abre-se à reapropriação do urbano, lançando-se em interações inventivas (poiéticas) que não engendram apenas produtos, mas obras civilizatórias. Aí reside o possível do Direito à Cidade. As ações poiéticas não são meramente reprodutivas, mas são aquelas nas quais os sujeitos forjam a si mesmos na mesma medida em que criam suas condições de vida -- e com isso re integram na práxis o cotidiano e o histórico. Por isso, dirá Lefebvre, “em vez de refletir o real (tese empobrecedora) a obra suplanta, desloca o real e parece engendrá-lo. Propõe e superpõe uma ‘realidade’ diferente”⁶¹³. Trata-se, como disse o próprio autor, das práticas coletivas que produzem o real.

Ora, no fenômeno urbano há as condições infraestruturais mais favoráveis à multiplicação dessas ações poiéticas, capazes de engendrar outras relações sociais e, mais do que isso, outra realidade social urbana. Por isso, em sua definição, o Direito à Cidade é “um direito à vida urbana, transformada, renovada”⁶¹⁴.

Mais adiante, vai reiterar. O Direito à Cidade prevê o acesso “à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais”.⁶¹⁵ Aí está “a proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso”, a sétima tese sobre a cidade.

Essa nossa segmentação forçada dos elementos do Direito à Cidade e da Revolução Urbana não devem ser assumidas como estanques, mas apenas dar subsídios para compreender mais minuciosamente que são fatores constituintes de uma transformação profunda – teórica e política – unida num projeto de sociedade. Lefebvre está ciente, esses fatores que compõem o Direito à Cidade e a Revolução Urbana não são de fácil concreção. Mas já nos é sabido que a teoria lefevriana toca no núcleo do possível-impossível, visa baralhar essas fronteiras.

Ora, se a cidade e o urbano não podem ser pensados como um objeto qualquer, meramente instrumentais, mas estão entre os bens civilizacionais maiores, como uma língua, que indivíduos e

⁶¹² Termos de Lefebvre em DV, p. 98

⁶¹³ LEFEBVRE, *La Presencia y la Ausencia*, p. 251

⁶¹⁴ DV, p. 108

⁶¹⁵ *Le Droit à la Ville*, p. 133

grupos recebem, interiorizam e modificam. Se as obras são produzida e sedimentada histórica e coletivamente em ações criadoras, momentos de presença plena, interações intensas e práticas instituintes,⁶¹⁶ é fundamental saber: a quem é possível fazer da cidade uma obra?

Responderemos em dois passos. Em nossa perspectiva, um bom ponto de partida é lembrar do francês *oeuvre*, para entendermos o sentido que tem para Lefebvre a classe operária, isto é, *la classe ouvrière*, aqueles que na sociedade existente estão dentro mas estão fora. Estão dentro, pois são a força de trabalho que faz funcionar a produção econômica e a produção do urbano, sua infraestrutura e seus fluxos. Mas estão fora, pois segregados da cidade em termos físicos mas também em termos das valorações dominantes. E justamente por tais razões são esses que podem recusar o existente (a negação determinada) em nome de uma outra realidade, a da sociedade urbana.

Se essa nossa reaproximação filológica parece grosseira, voltemos ao contexto argumentativo no qual nosso autor afirma que o Direito à Cidade como direito à vida urbana, transformada, renovada e, logo em seguida completa: “somente a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”⁶¹⁷. Pelas atualizações que faz Lefebvre a respeito das dinâmicas sociais e produtivas, talvez aqui a “classe ouvrière” não seja apenas o que estão no chão da fábrica, o proletariado, mas justamente todos aqueles e aquelas lançados para fora da cidade que vivem a necessidade da sociedade efetivamente urbana,⁶¹⁸ em condições de abundância coletiva⁶¹⁹. Além disso, devem ser aqueles que assumirão o urbano como obra coletiva para a construção do mundo humano. Neste sentido, objeto de direito de todos e todas.

⁶¹⁶ Essa relação entre obra e momentos instituintes encontra-se também em *Vers le cybernanthrope*, p. 144-ss.

⁶¹⁷ Da tradução, p. 117. Do original, p.108: Le droit à la ville ne peut se concevoir comme un simple droit de visite ou de retour vers les villes traditionnelles. Il ne peut se formuler que comme droit à la vie urbaine, transformée, renouvelée. Que le tissu urbain enserme la campagne et ce qui survit de vie paysanne, peu importe, pourvu que ‘l’urbain’, lieu de rencontre, priorité de la valeur d’usage, inscription dans l’ espace d’un temps promu au rang de bien suprême parmi les biens, trouve sa base morphologique, sa réalisation pratico-sensible. Ce qui suppose une théorie intégrale de la ville et de la société urbaine, utilisant les ressources de la science et de l’art. Seule la classe ouvrière peut devenir l’agent, porteur ou support social de cette réalisation ».

⁶¹⁸ Lefebvre não marca distinções entre “classe operária” , “proletariado”, mas introduz nessas figuras novos conteúdos: “la classe ouvrière subit les conséquences de l’éclatement des morphologies anciennes. Elle est victime d’une ségrégation, stratégie de classe permise par cet éclatement. Telle est la forme actuelle de la situation négative du prolétariat. L’ancienne misère prolétarienne s’atténue et tend à disparaître dans les pays industriels. Une nouvelle s’étend, qui touche principalement le prolétariat sans épargner d’autres couches et classes sociales: la misère de l’habitat, celle de l’habitant soumis à une quotidienneté organisée(dans et par la société bureaucratique de consommation dirigée). À ceux qui douteraient encore de son existence comme classe, la ségrégation et la misère de son ‘habiter’ désignent sur le terrain la classe ouvrière”. DV, p. 132

⁶¹⁹ Para nos resguardar dos olhares mais desconfiados em relação ao marxismo, que procuram neste o risco de uma outra ditadura, vale destacar a oitava tese sobre o urbano: “Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojadas da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de ‘habitantes’, para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tonrar eficazes essas obsessões. DV, p. 133

Um segundo passo é responder simplesmente a quem é possível produzir uma obra. A isto Lefebvre se dedica em *A Presença e a Ausência*. O autor evita o paradigma estetizante da ação poética como a expressão de um gênio criador⁶²⁰. Para Lefebvre, a capacidade criadora se encontra em figuras sociais do “homem deslocado, o marginal, o periférico, o anormal, o excluído da horda”. Estes que detem uma consciência infeliz do mundo moderno e da sociedade existente, mas também “a capacidade totalizadora do atual por sua negação”. Noutro contexto, fala num “homem de fronteiras” que “suporta uma tensão que mataria outros”, pois “está dentro e está fora, incluído e excluído, sem por isso desgarrar-se até a separação”⁶²¹. Não é difícil perceber nessas descrições a figura do trabalhador urbano, aquele que vive às margens do urbano e da modernidade, incluído como força de trabalho mas bloqueado em seu direito à transformar as relações sociais, o Direito à Cidade.

Para completar nosso argumento, vale atentar para o momento histórico que foi para Lefebvre o maior ensaio da revolução urbana, a saber, a Comuna de Paris, em 1871. Naqueles processos estiveram condensados os fatores listados acima e o sujeito que mencionamos. Para Lefebvre, “um dos sentidos da Comuna de Paris(1871) foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias, a sua reconquista da Cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada”.⁶²² Por isso, no texto de mesmo nome retoma o ponto em tom indagativo: “Como e por que a Comuna não foi concebida como *revolução urbana*, mas como revolução encetada pelo proletariado industrial visando a industrialização ? O que não corresponde à verdade histórica”⁶²³

A experiência do direito à cidade como confronto político

Na tradição crítica marxista, cujo objeto é a modernidade capitalista, o direito não raro foi visto como uma das superestruturas que dão feições legais e pacíficas à manutenção da ordem da sociedade de classes, portanto força na reprodução das relações sociais de produção. Lefebvre está ciente dessas críticas, mas o Direito à Cidade é engendrado por outra experiência

⁶²⁰ La Presencia y la Ausencia, p. 254.

⁶²¹ Ibidem, p 250.

⁶²² *Le Droit à la Ville*, p. 13.

⁶²³ *Revolução Urbana*, pp.102 e 103.

coletiva. Nesse sentido, a luta por esse direito não diminui a radicalidade da ação coletiva, pelo contrário, presentifica um outro projeto de sociedade.

Como assíduo leitor de Marx, Lefebvre está ciente da crítica empreendida em *Sobre a Questão Judaica* (1843), onde o filósofo alemão argumenta que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão era um instrumento ideológico de preservação de privilégios das classes proprietárias, ou se quisermos, de defesa da segurança e da propriedade do indivíduo burguês.⁶²⁴ Por sinal, é dessa fonte que Lefebvre retira uma crítica ao caráter abstrato do direito moderno e também, de modo geral, retira a compreensão de que marcos legais podem ser invertidos como um aparelho institucional de manutenção da ordem desigual.⁶²⁵

Podemos lembrar que, para ter acesso e participar da obra coletiva, exige-se que os trabalhadores urbanos, os “usuários” da cidade recusem a segregação e intervenham ativamente no espaço urbano que lhes tinha sido negado. Por isso, o direito à cidade precisa ser empunhado e enunciado, de modo a evidenciar a irrazoabilidade da ordem social vigente. Exige a crítica à urbanização desigual, num impulso associativo contestatório e a decisão pelo confronto político, a demanda e o protesto.

O Direito à Cidade não somente emerge da luta social como lança outro conjunto de exigências que não aquele previsto no direito liberal – grosso modo, segurança e propriedade. É preciso lembrar que no cerne do Direito à Cidade está a exigência do direito ao uso da técnica de acordo com as necessidades sociais, à participação autogestionária na obra coletiva por excelência e ainda, à liberdade na forma da re-apropriação. Estas são, justamente, as relações sociais que rompem com as dinâmicas de privatização do e alienação no urbano, nas quais sujeitos se tornam objeto de dominação e exploração uns dos outros. Trata-se de reclamar pelo direito de instaurar as relações abertas e livres, que se dão sob a égide do uso pleno. E ainda, demandar interações nas quais indivíduos em coletividade se desenvolvem de modo a multiplicar uma obra civilizatória. Por isso está ao lado do direito à diferença e à informação.⁶²⁶ Em última instância, o fim último do Direito à Cidade é a participação de todos e todas no urbano como obra coletiva e comum, da qual se toma parte mas não faz mais sentido falar em propriedade.

Vale reiterar. O Direito à Cidade não é um direito individual para assegurar propriedades privadas de sujeitos atomizados, mas demanda um esforço partilhado e a formação de direitos

⁶²⁴ Lefebvre repassa esse tópico em, por exemplo *Le Manifeste Différentialiste*. Paris: Gallimard, 1970, p. 43

⁶²⁵ Para conferir a clareza de Lefebvre acerca do estatuto ideológico tomado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, vale atentar para o texto de abertura da obra coletiva *Du Contrat de Citoyenneté*. Paris: ed. Syllepse/ Péricope, 1990, pp. 15-37.

⁶²⁶ Não vamos adentrar no que significa este direito à diferença. Vale conferir *Manifeste Différentialiste* (1970). Já o direito à informação é tratado brevemente em *Contrat de Citoyenneté*.

coletivos tecidos por solidariedades sociais. É um ponto concreto, legítimo, de demanda que mantém a força da experiência associativa de mobilização e, ao mesmo tempo, traz consigo a imagem de uma outra sociedade ou, se quisermos, os conteúdos de um projeto de sociedade. É, portanto, um direito a partir do qual se expande a experiência de uma sociedade livre, inventiva e efetivamente democrática. A questão que permanece é: a cidadania plena prevista no Direito à Cidade pode ser observada nos marcos das democracias capitalistas? Para Lefebvre, não. Isto somente é possível com um projeto de sociedade urbana que tem um nome: socialismo.

Outro autor francês contemporâneo de Lefebvre, Claude Lefort, que também estava ciente das críticas marxistas ao caráter abstrato da *Declaração dos Direitos do Homem*, pode nos auxiliar a compreender a posição lefebvriana. Lefort compreendeu que a modernidade se caracteriza por não definir um poder detentor do direito, como ocorria no Antigo Regime ou em estados totalitários;⁶²⁷ essa desvinculação prática e simbólica entre a lei e a vontade de um soberano está no cerne do que Lefort chama de “invenção democrática”, o que funda uma nova experiência do direito. Uma vez que o poder não pode ser ocupado definitivamente por um homem, um grupo ou uma classe, mas permanece como um “lugar vazio”, ele está destinado a buscar incessantemente seu fundamento e obrigado a acolher o conflito de opiniões sobre onde se encontra a justa medida que observa a prerrogativa da liberdade e igualdade de todos.⁶²⁸ Abre-se então o espaço para os embates públicos por reivindicação aos direitos formalmente previstos, mas também e sobretudo, a luta por tornar mais concretos os direitos.

Como diz Lefort, ao apropriar-se de uma expressão de Hannah Arendt, trata-se de enunciar que a democracia inaugura “o direito a ter direitos”.⁶²⁹ Foi o caso, por exemplo, do direito de associação dos trabalhadores e do direito à greve no século XIX. Esses inscrições legal desses direitos significavam uma intervenção na correlação de forças daquele momento, o que implicou significativos confrontos políticos, mas conseguiram um apelo suficiente na opinião pública para serem reconhecidos como uma extensão legítima da liberdade e de resistência à

⁶²⁷ Uma reconstituição da leitura operada por Lefort às críticas de Marx ao direito pode ser encontrada também em RAMOS, Silvana. “Claude Lefort: democracia e luta por direitos”. In: *Trans/Form/Ação*. Marília, v.39, n.2, pp217-234, abr-jun. 2016.

⁶²⁸ “o poder deve doravante obter sua legitimidade enraizando-se nas opiniões, ou ao menos sem se entrincheirar da competição entre partidos. Ora, a competição entre partidos procede do exercício das liberdades civis e ao mesmo tempo o mantém – faz mais: ativa-o. É verdade que o Estado parece neutro, sem opiniões, ou acima das opiniões; porém, as transformações que conheceu [...] surgiram da evolução da opinião pública, ou foram produzidas em função desta, inclusive essa separação que, separando-o da Igreja, constitui- no Estado laico”. LEFORT, Claude. *Pensando o político – ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, 1991, p. 52

⁶²⁹ REconstituir essa argumentação sobre o direito a ter direitos toca imediatamente os estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais urbanos. Ver por exemplo como o tema aparece em SCHERER-WARREN, Cidadania sem fronteiras, p. 60. Também em HOLSTON. *Cidadania Insurgente*, p.302-ss.

opressão. Como sintetiza Lefort, “tudo se passa como se os novos direitos viessem retrospectivamente incorporar-se ao que foi considerado constitutivo das liberdades públicas”.⁶³⁰ Processo análogo ocorreu com o voto das mulheres, com boa parte dos direitos sociais e econômicos.

Em todos esses casos, podemos dizer, temos a passagem de um direito apenas formalmente previsto para direitos ligados às exigências coletivas concretas, numa sociedade feita de conflitos. Todos esses casos, vale sublinhar, exigiram a iniciativa reivindicatória daqueles e daquelas que, numa situação de dano, apontaram na consciência pública as parcialidades, as distorções e deficiências da democracia existente, ou noutros termos, a inconformidade dos processos sociais reais em relação ao espírito dos direitos fundamentais. Por isso, conclui Lefort, “a democracia convida-nos a substituir a noção de um regime regulado por leis, de um poder legítimo, pela noção de um regime fundado na legitimidade de *um debate sobre o legítimo e o ilegítimo* – debate necessariamente sem fiador e sem termo”.⁶³¹ Pode-se objetar que essa plasticidade do tecido democrático, que por um lado é um avanço político, por outro reproduz a tendência de os direitos se manterem formalidades sem observância, manuseadas pelas classes dominantes. Ao responder tal objeção, Lefort defende que esse argumento negligencia o fato de que “essas liberdades formais tornaram possível as reivindicações que conseguiram fazer evoluir a condição dos homens”.⁶³²

Para Lefort, muito mais perigoso é o desprezo pelo direito – de onde não raro provem a objeção acima -- , na medida em que tem incitado, historicamente, pretensos agentes transformadores a recusar o direito a ter direitos de determinadas classes e grupos sociais. Isto é, a tendência a desprezar o direito, mesmo entre ditos revolucionários, significou a supressão da democracia e a entrada em regimes totalitários. Com essa crítica Lefort reforça as vozes, entre as quais esteve a de Lefebvre, de repulsa sem concessão ao regime stalinista. Para Lefort, a invenção democrática é a manutenção dessa plasticidade que acolhe riscos de regressão e possibilidades de avanços legítimos, sempre com grau de indeterminação. Em termos concretos, é a aquela que “suprime o juiz, mas reporta a justiça à existência de um espaço público – um espaço tal que cada um é suscitado a falar, a ouvir, sem estar sujeito à autoridade de um outro”⁶³³

Mais recentemente, outros estudos críticos tem refletido sobre o duplo papel do direito e, ainda, sobre a relação entre o papel da crítica e o avanço democrático. Quando refletem sobre

⁶³⁰ *ibidem*, p. 55

⁶³¹ *ibide*, p.57, grifos do autor.

⁶³² *Ibidem*, p. 58

⁶³³ LEFORT, C. *Pensando o politico*, p. 59

o novo espírito do capitalismo, Boltanski e Chiapello evidenciam o papel da crítica na exigência de recobrar a pretensão de justiça ligada ao direito. Tendo isso em vista, ponderam que o direito pode ser visto de dois modos: a maneira como “legitima as desigualdades que tenham manifestado e favorecido aqueles que tiraram proveito dessas desigualdades”, mas também enfatizando “a maneira como ele (na qualidade de depositário do padrão de medida da prova justa) possa servir de recurso àqueles que tenham sido desfavorecidos por uma prova”.⁶³⁴ Os autores não trazem elementos novos à reflexão, mas reiteram insights tidos pela geração de Lefebvre e a de Lefort, segundo os quais o regime democrático permite que os grupos e classes espoliados tomem publicamente o lugar daqueles que exigem direitos em nome da pretensão normativa da justiça.

De volta ao Lefebvre dos anos 80, quando esse faz um balanço acerca de suas contribuições, percebemos em que medida o direito à cidade pode ser entendido nessa chave dos embates por reivindicação aos direitos formalmente previstos, mas também e sobretudo, a luta por tornar mais concretos os direitos.

O direito à cidade (completado pelo direito à diferença e pelo direito à informação) deveria modificar, tornar mais concretos e práticos os direitos do cidadão, tornado cidadão, usuário dos múltiplos serviços. Afirma de um lado o direito dos ‘usuários’ a se pronunciarem sobre o espaço e o tempo de suas atividades no território urbano; e mais, o direito ao uso da centralidade, lugar privilegiado, em vez de se verem dispersados, recalcados em guetos (para trabalhadores, para imigrantes, para ‘marginalizados’ e mesmo para ‘privilegiados’)⁶³⁵

Para passar do direito abstrato dos cidadãos para os direitos concretos da classe trabalhadora, dos negros e das mulheres foram necessárias lutas sociais, demandas com as quais esses sujeitos rompessem a categoria abstrata do homem. Do mesmo modo acontece com o direito à cidade, isto é, são necessárias lutas nas quais se evidencie que não há avanço democrático concreto sem a participação dos sujeitos na vida urbana. ⁶³⁶ O Direito à cidade é

⁶³⁴ BOLTANSKI e CHIAPELLO, op. cit, p.415

⁶³⁵ *Le Retour de la dialectique*, p. 170. « Le droit à la ville (complété par le droit à la différence et par le droit à l’information), devrait modifier, rendre plus concrets et pratiques les droit du citoyen, devenu citoyen, usager des multiples services. Il affirmait d’une par le droit des ‘usagers’ à se prononcer sur l’espace et le temps de leurs activités dans le territoire urbain ; et de plus, le droit à l’usage de la centralité, lieu privilégié, au lieu de se voir dispersés, refoulés dans des guettos (pour travailleurs, pour immigrés, pur ‘marginalisés’ et même pour ‘privilegiés » [...] Ce droit conduit vers la participation active du citoyen-citadin au contrôle du territoire, à sa gestion, dont les modalités restent à préciser. Il conduit aussi vers la participation du citoyen-citadin à la vie sociale liée à l’urbain »

⁶³⁶ Vale conferir, por exemplo, as considerações de Ana Fani A. Carlos sobre as lutas urbanas na São Paulo contemporânea: “Desse modo é possível pensar que os movimentos reivindicatórios (que pontuam a vida urbana, particularmente a metropolitana), as manifestações nas ruas questionam aquilo que funda nossa sociedade: a apropriação diferencial da riqueza, a desigualdade sempre repostas com o desenvolvimento do capitalismo, a mercantilização do mundo, as alianças políticas visando à acumulação do capital, os desmandos do poder e,

um conhecimento-ação com o qual indivíduos voltam aos centros urbanos, reclamando o fim de uma ordem que os coloca como habitantes de segunda categoria, privados da centralidade urbana. É a negação da modernização-urbanização que os considera passíveis de ser isolados das interações da vida urbana. Nesse sentido, trata-se de uma ideia-força na reinversão do mundo invertido. Portanto, afirmar que o direito à cidade torna concreto o direito dos cidadãos não significa recuar na radicalidade da crítica, mas dar a ela uma demanda bem circunscrita, situada, em torno do qual se estrutura uma luta ampla.

No entanto, a radicalidade de uma ideia-força, por mais transformadora que seja, não a exime de ser disputada, recuperada e absorvida, em correlações de força específicas de cada formação econômico-social. Isto precisa ser dito, pois nos anos recentes a própria noção de cidadania passa por deslocamentos, em grande medida lida na chave do consumo de bens e serviços, quase sempre ligada a um estreitamento dos horizontes emancipatórios. Por isso, os conteúdos utópicos do Direito à Cidade recolocam o horizonte transformador e alimentam as experimentações.

Nesse sentido, é preciso reafirmar o Direito à Cidade como uma síntese com a qual se torna legítima uma luta e se desenha uma estratégia de cidade, de sociedade (a sociedade urbana) e de sujeito (o do humanismo revolucionário).

A respeito da disputa pelo que é legítimo e o que não, ela faz parte do cotidiano dos integrantes de movimentos por mobilidade e por moradia. Quando os jovens demandam a tarifa zero, um governo conservador responde imediatamente que se trata de algo irrealizável e um desejo de privilégio pretender não pagar o transporte. Já o movimento vai argumentar que se trata de um direito e que não se trata de um problema de contabilidade, mas de inversão de prioridades políticas. Aí está montada uma contenda.

Ao ocuparem um edifício ocioso, os militantes do movimento de moradia são categorizados como invasores, ao que costumam responder que a moradia é direito social previsto na Constitucional, assim como a função social da propriedade. Tais princípios não são secundários em relação ao direito de propriedade. Os magistrados que, uma vez tendo decidido por dar prioridade a este último, são questionados pelos primeiros princípios acima. Se mantiver sua posição pedindo a reintegração de posse, tende a se deslocar para o argumento de que o movimento “fura a fila” de espera pela moradia social. A isso, o

fundamentalmente, o afastamento de parcela significativa da sociedade da esfera pública”. Em: “Virada espacial”. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015, p.8

movimento costuma responder que “já nascemos na fila”, apontando para o fato de se tratar de um problema estrutural e histórico. Outra contenda está montada.

Sociedade urbana e as condições históricas de realização da filosofia

A reflexão de Lefebvre sobre o urbano opera deliberadamente no campo do possível, ou melhor, do baralhamento entre o possível e o impossível. Entendidos os conteúdos utópicos do Direito à Cidade – em torno do uso ótimo das técnicas a serviço das necessidades sociais cotidianas, dos processos autogestionários estendidos ao território e da reapropriação do urbano como experiência de liberação -- entendemos o que estrutura a ideia de “retomar o sentido da modernização”. Para avançarmos, precisamos entender esses conteúdos numa outra chave também trabalhada nos estudos lefevrianos sobre o urbano, a saber, a da “realização da filosofia”:

Atualmente, a realização da filosofia pode retomar seu sentido, isto é, dar um sentido à história, assim como à atualidade(...) A partir do momento em que a sociedade urbana revela o sentido da industrialização, esses conceitos desempenham um novo papel (...)Numa sociedade e numa vida urbanas libertadas dos antigos limites – os da escassez e do economismo – as técnicas, a arte, os conhecimentos passam para o serviço da cotidianidade a fim de metamorfoseá-la. Assim se define a realização da filosofia⁶³⁷

A hipótese da sociedade urbana, que coincide com a realização da filosofia, não provém de uma abstração distante da realidade, mas decorre do mesmo diagnóstico sócio-espacial da modernização, isto é, uma exposição que, por sua extração dialética, evidencia o tensionamento gerado entre vetores regressivos e forças transformadoras do mesmo objeto e, por essa vida, concebe que tais processos engendraram, ao mesmo tempo, o pior e o melhor de todas as sociedades.

O avanço das forças produtivas e da urbanização acirraram a reprodução social, mas também elevaram à enésima potência a cidade como obra coletiva por excelência, onde se concentraram pessoas, infraestruturas, saberes, tecnologias e capitais; portanto, as condições e meios necessários à superação da concentração e escassez, características do desenvolvimento desigual da sociedade estratificada. O fenômeno urbano, cuja forma social é a do encontro, da simultaneidade e da dinamicidade descentralizada, levou a uma intensificação das interações

⁶³⁷ DV, p. 129

sociais, extensão de conexões e ampliação dos conflitos e dos contatos.⁶³⁸ Com isso, tornou cabíveis organizações coletivas, formas de associação, convivialidade e autogoverno, práxis e poiesis à altura da tarefa de efetivar o programa da modernidade, que não é outra senão o programa de realização da filosofia. Em termos concretos, é a sociedade liberada da escassez e do economismo, na qual as técnicas, as artes e os conhecimentos respondem às necessidades sociais que tornam possíveis a transformação desde o cotidiano.

Essa formulação da realização da filosofia, que aparece nos textos d’O Direito à Cidade e Revolução Urbana, remete a um tópico que se perdera, por razões históricas diversas, dos horizontes do pensamento radical.⁶³⁹ Mas se este relativo abandono prevalecera no último quartel do século XX, o tema é retomado em análises recentes do filósofo francês Etienne Balibar e também nas do brasileiro Vladimir Safatle, quando estes argumentam pela necessidade de reler Marx.⁶⁴⁰

Para os intuitos dessa tese, a formulação se torna ainda mais urgente, na medida em que um período de crise generalizada, com encurtamento de expectativas e desorientação, pede que o pensamento crítico recoloque horizontes, vislumbre possibilidades, o que por vezes exige refazer também as bases do conhecimento, de tal modo que esta não se distancie da ação e, em última instância, possa dar respostas à altura dos desafios colocados.

Trata-se de uma revolução teórica e prática, cujo horizonte e experimentações apontam para outras relações sociais e outras subjetividades políticas.⁶⁴¹ Para Lefebvre, tal transformação teórico-prática, cujo conteúdo é deliberadamente utópico, tem como horizonte a sociedade urbana. Nesse sentido, *a realização da filosofia é também realização da sociedade urbana*. Mas para compreender esses nexos, precisaremos de uma digressão que retome os ajustes de contas de Lefebvre com o pensamento filosófico.

De acordo com Lefebvre, no século XX a filosofia ainda tem pouco a dizer sobre processos e práticas sociais do presente, e pouco pode colaborar na elaboração de diagnósticos ou no apontamento de possibilidades de avanços. Criou-se, numa expressão, “a ruptura entre a

⁶³⁸ cf. por exemplo, LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*, p. 79: “As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro não podem desaparecer(...) ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível”.

⁶³⁹ Verificar, por exemplo, o prefácio ao livro de Paulo Arantes.

⁶⁴⁰ Verificar de Balibar, *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 33. Cf. também o curso “Reler Marx” de Safatle, ministrado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, em 2016, já em sua aula 1.

⁶⁴¹ Vale repetir o excerto acima mencionado: “Ainda um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que seria obra e não produto. Ou a superação simultânea do velho ‘animal social’ e do homem da cidade antiga, o homem urbano, polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com ‘o mundo’; ou então o niilismo. DV, p.98

inteligência e o real”⁶⁴². Deste isolamento persistem problemas metafísicos de longa data – a possibilidade do conhecimento, a existência de um mundo exterior – que, por sua vez, negam constatações mais corriqueiras, como o fato de o sujeito concreto estar, desde o início, em relação com um mundo, lidando e aprendendo com a natureza e com outros sujeitos.⁶⁴³

O reconhecimento da inoperância da filosofia diante de conflitos sociais e uma proposta de “superação materialista da filosofia” não vão recair num abandono dessa em nome das ciências. Por isso Lefebvre vai afirmar em *Metaphilosophie*, já nos anos 1960: “a superação da filosofia não significa, portanto, nem sua abolição pura e simples (tese positivista ou cientificista), nem o prolongamento, sob forma mais ou menos renovada, do pensamento tradicional, especulativo, em forma de sistema (tese ‘filosofante’)”.⁶⁴⁴ A visada lefebvriana será, com Marx e para além de Marx, forjar um modo de pensamento e ação capaz de tornar mundo a filosofia e tornar filosofia o mundo. Esta aposta reabilita, é preciso lembrar, os anseios mais antigos e persistentes de reunificar no homem suas habilidades intelectivas e sensoriais, suas capacidades de apreensão da realidade e de intervenção nesta. Estes anseios também não dispensam – e isto também o próprio Lefebvre reconhece desde a juventude até a maturidade -- a busca rimbaudiana por *changer la vie*.

Em linhas esquemáticas, o que defende o filósofo francês, segundo este com Marx, é o seguinte:⁶⁴⁵ Supera-se a filosofia abstrata, a dos *detachés*, na medida em que não se visa mais um pensamento voltado aos eternos e imutáveis (os imóveis), o domínio do que ocorre necessariamente - portanto se repete indefinidamente –, ou das ideias separadas de toda experiência. Tampouco é uma reflexão centrada na busca do originário, cujos retornos são infundáveis e torna o pensamento passadista. Por isso, podemos dizer, trata-se de um empreendimento filosófico rigoroso e coerente, mas *antifundacionista*.⁶⁴⁶ Visa-se, noutra

⁶⁴² LEFEBVRE, *La Conscience Mystifiée*, ([1936]1999, p. 31)

⁶⁴³ Conferir este “problema do conhecimento” em *Lógica Formal Lógica Dialética*, pp.50-52.

⁶⁴⁴ “Le dépassement de la philosophie ne signifie donc ni son abolition pure et simple (thèse positiviste ou scientiste), ni la prolongation, sous forme plus ou moins renouvelée, de la pensée traditionnelle, speculative, systématique (‘these philosophante’). *Metaphilosophie*, p.39. Sobre a relação de Lefebvre com as ciências, voltaremos mais adiante. Por ora, vale lembrar de suas considerações em *Methodologie des Sciences; Une Pensée Devenue Monde*, p. 107;

⁶⁴⁵ É também nesta chave de uma filosofia que se religa à práxis e enfrenta o presente que Lefebvre pretende ler o materialismo dialético de Marx em sua integralidade. Conferir, por exemplo, o prefácio de *Marx-morceaux choisis* (1935), p. 29: “le matérialisme dialectique surmonte la philosophie précisément en la réalisant avec ses promesses, ses ambitions, ses aspirations à l’humain, en quittant ce qu’il y avait de limitative dans l’idéalisme et la spéculation. Il complète la tradition philosophique par la pratique conçue non comme oppose à la pensée et substitue à la pensée (ce qui serait le ‘pragmatisme’), mais comme donnant sa plénitude à la pensée.

⁶⁴⁶ Esta é uma questão de grande importância, da qual talvez não tenhamos oportunidade de tratar devidamente. Lefebvre, na esteira de Hegel, recusa a tradição metafísica que dispense um esforço filosófico na compreensão de condições primeiras de possibilidade do conhecimento. Em Lefebvre, prova-se o conhecimento como Diógenes provou a existência do movimento. Não por teoremas, mas andando. Conhecer é um fato, que acompanha o pensamento e a experiência do homem desde sua tenra idade, antes de se por o problema: “desde a vida prática mais imediata e mais simples, nós conhecemos objetos, seres vivos, seres humanos” (*Logica Formal, Lógica Dialética*, p. 49) Para se tratar este conhecimento como fato, basta termos em conta: a) o conhecimento, por mais teórico, começa pela experiência, está

direção, reencontrar os vínculos entre saber e experiência do presente, entre *logos* e *práxis*, que foram dissociados pelo idealismo metafísico e pela divisão social do trabalho. Nesse reordenamento, deve-se reconhecer a insuficiência do pensamento, a primazia da ação e o aspecto contingente das dinâmicas sociais. Isto que dizemos se verifica em formulações com as quais Lefebvre caracteriza o pensamento de Marx, mas que servem para descrever o seu próprio: “a especificidade e originalidade de Marx [...] seria ter orientado seu pensamento para o virtual e não ao que já está realizado [*l’accompli*], sobre o nascente e não sobre o fato ou sobre o original. Isto malgrado flutuações inevitáveis”.⁶⁴⁷

Sob essa perspectiva, a tarefa do conhecimento é investir-se ativamente na realidade posta mas não acabada, compreender seus tensionamentos e suas tendências, revolver as camadas que compõem sua formação, apontando para os possíveis nela contidos. Esses possíveis não noutro lugar ou no futuro, mas no próprio presente, cujas linhas de força estão em aberto. Outra tarefa desse pensamento é buscar por aquilo que não se reduz ou esgota pelos conhecimentos estabilizados, autonomizados e especializados. A estes Lefebvre denomina de “resíduos”, ou por vezes de “irredutíveis”, onde se encontram potências inexploradas ou insubmissas às coerções sociais.⁶⁴⁸ É um conhecimento, portanto, que realiza diagnósticos – compreende as condições histórico-sociais do presente e seus horizontes –, busca aberturas e aponta vias.

Trata-se de um pensamento, cujo próprio movimento intervém nesta realidade da qual é participante, que reabilita a prática como um de seus momentos.⁶⁴⁹ Nesse caso, um movimento que vai da aspiração pela superação àquela pela realização da filosofia, que já está esboçado nos textos dos anos 1930, mas amadurecido e desenvolvido nos anos 1960. Para Lefebvre, esse

ligado e emerge da prática; b) o conhecimento é social. No interior da vida social nos formamos, nas interações e relações agimos uns sobre os outros. Além disso, nela adquirimos conhecimento pelo exemplo e pelo ensino; c) o conhecimento humano tem um caráter histórico. (idem, pp.49,50). Conferir o texto didático *Methodologie des Sciences*,. Ou então, *La somme et le reste*, p. 710. E ainda o tópico “um mito: o começo absoluto” de *Une pensée devenue monde: faut il abandoner Marx*, pp. 96-106.

⁶⁴⁷ “la spécificité et l’originalité de Marx (...) seraient d’avoir axé la pensée sur le virtuel et nos sur l’accompli, sur le naissant et nos sur le fait ou sur l’originel. Ceci malgré des fluctuations inévitables” . (*pensee devenue monde*, p. 218).

⁶⁴⁸ Cf. *Metaphilosophie*, p. 31 e, entre outras, p. 274: “chaque systemme laisse un résidu, qui lui échappe, qui lui résiste, et d’où peut partir un résistance effective(pratique)” (...) Le résidu manifesté deviant par ce detour l’essentiel, mieux perçu et valorize après sa reduction (...) Pour Marx, le proletariat n’était-il pas un element résiduel de la société capitaliste, à la fois au-delà e en dehors d’elle? “

⁶⁴⁹ O tema da realização da filosofia parece ter se tornado menos frequente nos autores de extração marxista na medida em que as frustrações históricas se impuseram ao longo do século XX. Desaparece também dos círculos onde prevalecem a leitura althusseriana do dito “corte epistemológico”, na qual se recusa um jovem Marx e, ao mesmo tempo, atribui um estatuto de ciência da crítica da economia política. Todavia, vale notar que a questão da superação da filosofia como realização reaparece, mais recentemente, em ex-althusserianos como em *A Filosofia de Marx*, de Etienne Balibar.

movimento de superação ainda deve ser pensado na chave da *Aufheben*⁶⁵⁰ da tradição dialética:

superar [*dépasser*] significa ao mesmo tempo abolir e elevar (conduzir a um nível superior). O conceito designa um ato, e a dupla determinação deste ato. Designando uma atividade criativa, a superação não se refere tanto ao “real” quanto a sua realização, isto é, um tornar-se. Entre as duas designações (abolir, elevar) se situa a indeterminação, a abertura: a possibilidade de realizar por uma ação o projeto.⁶⁵¹

É exatamente nesses termos que trata Hegel: “assim, o superado é algo ao mesmo tempo conservado, que apenas perdeu sua imediatidade, mas, por isso, não foi aniquilado”.⁶⁵² Portanto, lembra o próprio Hegel, o superado não é suprimido nem se torna um nada no movimento do conhecimento. Podemos dizer que o superado é um *momento*, o ponto a partir do qual novas mediações são feitas. A superação envolve, portanto, um resgate mas, além disso, transformação. A superação como *Aufheben* é uma reativação, recoloca em marcha um movimento que se encontrava estéril por um pensamento estabilizado. Este reânimo permite, para Lefebvre, que a filosofia retome suas ambições maiores. A tese já foi colocada no texto de 1936: “o materialismo dialético *ultrapassa* [*surmonte*] a filosofia, mas guardando suas aquisições válidas e mesmo realizando suas esperanças, suas ambições, suas promessas”.⁶⁵³

Lefebvre reconhece que provém da tradição legatária de Hegel a ideia de superação como realização, ou então, *como reativação da potência criadora do pensamento no sentido de superar posições esterilizantes*. Hegel foi o filósofo moderno que concebeu o pensamento não meramente como representação do objeto, mas atividade expansiva em direção ao real. Todavia, Lefebvre está com Marx no sentido de lembrar que a potência do pensamento hegeliano não cumprira suas premissas.⁶⁵⁴ Primeiro, pois no espírito enciclopédico “conhecimento e existência coincidem”, na medida em que se subsume toda ação do homem a

⁶⁵⁰LEFEBVRE, H.(1965) *Metaphilosophie*. Paris: Syllepse, 2000, p. 40. Falamos em « ainda deve ser pensada », pois nesse mesmo período filósofos importantes como Adorno, com um diagnóstico bastante distinto, assumiam uma dialética se, *Aufhebung*.

⁶⁵¹ Ibidem, p. 40. Vale trazer no original a passagem: “Dépasser signifie à la fois abolir e élever (porter à un niveau supérieur). Le concept désigne un acte, et la double détermination de cet acte. Designant une activité créatrice, le dépassement ne porte pas tant sur du ‘réel’ que sur une réalisation, c’est-à-dire un devenir”

⁶⁵² HEGEL. Ciência da Lógica – e excertos. Trad. de Marco Aurélio Werle. p. 98.

⁶⁵³ *La Conscience Mystifiée*, p. 62

⁶⁵⁴ Ainda que não façamos esta reconstituição aqui, vale lembrar que Lefebvre faz uma análise mais cuidadosa das contribuições da dialética hegeliana frente ao saber analítico. Foi Hegel quem devolveu ao pensamento seu caráter dinâmico por meio da potência de negatividade, evidenciando que um conceito passa diante de seu contrário. Porém, com Marx, Lefebvre salienta as deficiências de Hegel no que diz respeito à primazia do pensamento sobre a prática, ao apostar no sistema concluído e, ainda, na crença na liberdade no interior do Estado. Cf. *Metaphilosophie*, pp. 45-55. Esta reconstituição é feita ainda diversas vezes em *Hegel, Marx e Nietzsche*(), em *O Fim da História*

uma ação do pensamento.⁶⁵⁵ Outro erro de Hegel foi apostar num conhecimento filosófico capaz de ter o domínio exaustivo e completo da realidade e, deste modo, completar-se como num *círculo*, que se fecha sobre si mesmo na estrutura de um sistema.

Quando a realidade não é outra senão a confirmação do conhecimento erigido em sistema, Hegel não argumenta mais, mas faz filosofia por decretos. Com isso, trai a si próprio, pois a fenomenologia que fora a imensa exploração da realidade pelo conhecimento, quando se conclui num círculo, “a filosofia, que se pretendia totalmente desalienante, torna-se assim, enquanto metafísica, alienação total”.⁶⁵⁶ Hegel não cumpre suas próprias premissas, pois, lembrará Lefebvre noutro contexto:

se há uma verdade ligada ao termo dialética, é esta: o pensamento (a reflexão) humana não pode parar, fixar-se. Ele não pode se congelar sem deixar de ser pensamento e reflexão. Portanto, rejeita e refuta toda forma estacionada, fixada, congelada; logo que uma tal forma se perfila no horizonte, o pensamento se emprega a abalá-lo.⁶⁵⁷

Ao fechar, o sistema culmina justamente na forma de pensamento que se fixa, congela e portanto um dogmatismo que vê na realidade histórica apenas repetição e reforço de sua própria arquitetônica. Para Lefebvre, por sua vez, a dialética assume que o pensamento e reflexão mantem-se na atividade -- crítica e criativa -- com a realidade sem jamais esgotá-la. Não por acaso uma imagem usada para retratar essa experiência intelectual é a da “aventura” .

658

Um último ponto com o qual Lefebvre, assim como Marx, não partilha com Hegel é a expectativa de que conflitos sociais possam ser reconciliados por meio do Estado. Para Lefebvre, em última instância o Estado moderno continua a ser uma força estranha que confere

⁶⁵⁵ Na realidade, Lefebvre repõe uma crítica já feita por Marx: “o trabalho que Hegel unicamente reconhece é o *abstratamente espiritual*. O que forma, assim, a *essência* da filosofia em geral, a *exteriorização do homem que se sabe*, ou a ciência *exteriorizada que se pensa*, isto Hegel toma como sua essência, e por isso pode, frente à filosofia precedente, reunir seus momentos isolados, e apresentar sua filosofia como a filosofia. (MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010, p.124). Em *A Ideologia Alemã*, as passagens são muitas: “segue-se daí que a transformação da história em história mundial não é um mero ato abstrato da ‘autoconsciência’, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste”. São Paulo: Boitempo, 2013, p.40.

⁶⁵⁶ *Metaphilosophie*, p. 47.

⁶⁵⁷ *La Sommet et le Reste*, p.32-33 : « S’Il y a une vérité attachée au terme dialectique, c’est bien celle-ci: la pensée (la réflexion) humaine ne peut s’arrêter, se fixer. Elle ne peut se figer sans cesser d’être pensée et réflexion. Donc elle rejette et refuse toute forme arrêtée, fixée, figée; dès qu’une telle forme se profile à l’horizon, la pensée dialectique s’emploie à l’ébranler”

⁶⁵⁸ Essa remissão acontece de modo direto em Remi Hess: Henri Lefebvre et l’aventure du siècle” . Mas nesse ponto, não é muito distante *A sociologia como aventura: memórias* de José de Souza Martins.

coesão à vida social em decomposição por meio de constrangimentos [*constraints*] e de procedimentos abstratos – a burocracia⁶⁵⁹

De acordo com Lefebvre, embora Hegel esboce uma teoria da superação [*dépassement*] e da práxis,⁶⁶⁰ foi com Marx que a filosofia tomou os rumos da superação. Isto porque “a superação das esferas limitadas e alienadas se abre sobre a práxis. A práxis é superação, abertura em direção à realização e à liberdade efetiva”.⁶⁶¹ Isto é, com Marx reconhece-se a impossibilidade de esgotar a experiência intelectual numa representação de síntese completa e, justamente por isso, a potência inventiva da consciência reativa a plasticidade que lhe é intrínseca. Nos termos de Lefebvre, com Marx “a potência criadora (presente na *práxis*) cessa de estar fixada por uma representação e acabada numa síntese. A noção de superação retoma sua vitalidade e rigor”.⁶⁶² Alinhado a Marx, Lefebvre constata que a superação produzida pela crítica hegeliana é excessivamente formal ou, em outros termos, não se realiza em uma transformação material do mundo, mas apenas em uma mudança de perspectiva do pensamento que, em grande medida, legitima e justifica a ordem de coisas da modernidade capitalista então em curso.⁶⁶³

Marx, por sua vez, evita abstrair-se num sistema especulativo, tampouco aposta na imagem política da síntese, que é a do Estado racional, mas sim volta ao campo no qual a superação ocorre de fato e se mantém aberta, isto é, o da *práxis*.⁶⁶⁴ Marx compreendeu com profundidade, nesta noção, a relação entre o homem e o rompimento desde as raízes com a reprodução da ordem existente, o que o possibilita tornar-se protagonista na produção concreta de sua existência, a saber, um conjunto de ações e interações por meio do qual transforma a natureza, inscreve na realidade seus produtos e suas obras e, desta maneira, faz história.⁶⁶⁵

O desvio materialista pelas condições histórico-sociais e a aspiração de realização da filosofia constituem, portanto, uma revolução na forma de pensamento e ação, em termos

⁶⁵⁹ Metaphilosophie, p. 51);

⁶⁶⁰ Metaphilosophie, p.48: Hegel a donné une esquisse d’une théorie de la praxis (...) Le dépassement des sphères limitées et aliénées s’ouvre sur la praxis. La praxis est dépassement, ouverture vers la réalisation et la présence effective de la liberté. La théorie de la praxis est là. Et cependant elle n’y est pas : la praxis entière est attachée à la spéculations et finalement absorbée dans l’État »

⁶⁶¹ “Le dépassement des sphères limitées et alienantes s’ouvre sur la *praxis*. La *praxis* est dépassement ». Metaphilosophie, [1965]2000,p. 48

⁶⁶² ibidem, p. 50.

⁶⁶³ Lefebvre apresenta de modo mais detido as críticas a Hegel, as quais coincidem quase completamente com as de Marx a Hegel, em diversas obras na Introdução à *Hegel: morceaux choisis; Hegel, Marx e Nietzsche*,

⁶⁶⁴ Por isso, salienta Lefebvre, “há na superação um risco, uma possibilidade de malogro ao mesmo tempo de que realização, uma promessa, uma aposta [*un pari*] se se quiser, traços comuns de toda ação criativa”(2000, p. 40)

⁶⁶⁵ Metaphilosophie, p.53

epistemológicos e no que diz respeito ao lugar social da filosofia.⁶⁶⁶ A este movimento de metamorfose radical Lefebvre denominará “metafilosofia”: “Superação da filosofia, ligação de seus temas com modificações (que alguns designarão como ‘sociológicas’, mas que, a nosso ver, ultrapassam, englobando-a, a pesquisa chamada sociológica) na práxis, eis um primeiro sentido do termo ‘metafilosofia’”).⁶⁶⁷ Para Lefebvre, este novo regime prático-discursivo trata da experiência intelectual na qual o movimento do pensamento coincide com ação criadora e transformadora. Por isso, pode-se falar de um “pensamento-ato” ou “pensamento-ação”⁶⁶⁸. Um excerto do texto sobre o Direito à Cidade esclarece esses nexos:

“a filosofia se realiza. O filósofo não tem mais direito à independência frente à prática social. A filosofia insere-se na prática. Há mesmo o tornar-filosofia o mundo e tornar-mundo a filosofia, simultaneamente, portanto tendência para a unidade (conhecimento e reconhecimento da não-separação)”⁶⁶⁹.

Não é preciso muito para perceber em que medida esta ideia-força lefebvriana de superação e realização da filosofia versa sobre a décima primeira das *Teses sobre Feuerbach*, segundo a qual a filosofia até então tinha se ocupado de interpretar o mundo de diversas maneiras, e que seu próximo passo seria transformá-lo.⁶⁷⁰ Para Lefebvre, como para Marx, quando o movimento do pensamento apresenta o movimento interno da realidade com a qual lida, é não apenas um conhecimento com perspectiva crítica, mas também ação revolucionária. Isto porque opera a transformação que as interpretações do mundo eram incapazes de produzir, ou mais, mostra como o entendimento correto do que existe inclui a necessidade de sua transformação, a superação do estado de coisas existente. A direção dada por Lefebvre é análoga: “a passagem do possível ao real, do germe ao ato, do residual ao essencial, não pode se efetivar pelo pensamento. Menos ainda por uma pensamento reflexivo (filosófico). Ele

⁶⁶⁶ “Le type du philosophe a eu quelque chose de morbide. Il faut d’abord changer ce type d’homme et de pensée”. *Metaphilosophie*, p. 124

⁶⁶⁷ *Metaphilosophie*, p. 176. A respeito desta operação de inserir o prefixo “meta” no pensamento antes filosófico, Cf. também *Qu’est-ce que penser*, p. 131: “Le méta? L’être humain va toujours au-delà de soi, au-delà de l’acquis, de la conscience et de ce qui échappe à la conscience. Le langage ne procede que par méta-phore. Dépasser? Surmonter? C’est une chance a tenter, un acte, qui réussit ou ne réussit pas, mais la nécessité consiste en une transition du ‘réel’ vers une (autre chose), vers un possible qui peut se révéler impossible”. Na mesma obra, página 96, Lefebvre associa o prefixo “meta” ao *Aufheben* da tradição dialética.

⁶⁶⁸ Cf. *Metaphilosophie* [1965]2000, p. 155, p.276 e também *Critique de la Vie Quotidienne I*, p. 144 É com esta expressão que Lefebvre sintetiza o escopo teórico e prático de seu empreendimento de superação da filosofia e reintegração aos domínios da *praxis* e da *poiesis*.

⁶⁶⁹ (LEFEBVRE, H. [1968]1991, p. 33, friso do autor).

⁶⁷⁰ As teses são um momento importante para Lefebvre. Encontram-se em *Marx- morceaux choisis*. Mas Lefebvre é mais generoso do que o Marx das Teses a respeito da filosofia. Introdução à modernidade, p. 9: “quando Marx reprova aos filósofos terem interpretado o mundo sem transformá-lo, ele é um pouco injusto aos olhos desses. Toda filosofia contém na sua interpretação um certo projeto de transformação do mundo. Interpretar era ir além do existente [*accompli*]. Ultrapassar e realizar a filosofia é querer exatamente o que quiseram, sem ir até o fim, os filósofos”

implica uma práxis”⁶⁷¹. Mas para Lefebvre está claro não se tratar aqui de abandonar o conhecimento filosófico em nome de algum pragmatismo ou cientificismo, mas sim de realização da filosofia, o que coincide com a transformação radical da vida em todos seus âmbitos, suas práticas materiais e simbólicas.⁶⁷² É tendo isso em vista que ele adiciona um termo à tese marxiana: “ transformar o mundo no lugar de interpretá-lo não é apenas transformar o mundo exterior, mas sobretudo transformar a cotidianidade”⁶⁷³ Essa é uma contribuição original de Lefebvre em relação a Marx, isto é, introduzir a categoria “cotidiano” na fórmula clássica marxiana⁶⁷⁴

Para Lefebvre, essa possibilidade da realização da filosofia como prática coletiva transformadora está reaberta no momento em que a urbanização atinge o nível planetário – e porque o processo segue em marcha, com novos desafios, o diagnóstico permanece válido. E a possibilidade da “realização da filosofia” continua atual, pelo menos segundo Étienne Balibar e Vladimir Safatle, autores para os quais não se pode reler Marx por meio de uma clivagem, uma “ruptura epistemológica” entre juventude e escritos científicos de maturidade. Ambos estão de acordo que é preciso retomar este autor em sua integralidade e com seus conteúdos utópicos. E as questões que se coloca Safatle sobre a possibilidade de um comum e do comunismo de Marx, cabe aqui a respeito de Lefebvre e a sociedade urbana: “este movimento foi de fato tentado? Ele foi de fato compreendido?”⁶⁷⁵

Um humanismo revolucionário para a sociedade urbana

Os tópicos acima devem ter deixado ver que a transformação social prevista pelo Direito à Cidade visa também uma transformação dos sujeitos que compõem a sociedade. Por isso afirma Lefebvre que o objetivo é “produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência”. A este novo, Lefebvre denomina “o humanismo do homem urbano”⁶⁷⁶

⁶⁷¹ “Le passage du possible au réel, du germe à l’acte, du rédisuel à l’essentiel ne peut s’accomplir par la pensée. Encore moins par une pensée réflexive (philosophique). Il implique une *práxis*”. [1965] 2000, p.286)

⁶⁷² “le savoir du quotidien est nécessaire mais ne suffit pas et ne se suffit pas; car l’objectif et l’enjeu ne sont pas d’entériner le fait accompli, mais d’aller vers le possible – le savoir du quotidien n’est pas cumulatif, selon le schéma et le projet habituels des sciences dites sociales, parce qu’il se transforme lui-même avec son objet” (CVQ III, p. 12)

⁶⁷³ Critique de l’avié quotidienne II [1962] 2014, p. 243

⁶⁷⁴ As razões para essa introdução da categoria “cotidiano” estão explicitadas no excerto.

⁶⁷⁵ Esta é a questão com a qual Safatle conclui o curso. Cf. Aula 14. Os manuscritos do curso estão disponíveis em <https://usp-br.academia.edu/VladimirSafatle>

⁶⁷⁶ Esta é a décima tese sobre a cidade e o urbano, em DV p. 134

O “humanismo abstrato” ou “liberal” ao qual Lefebvre se opõe tem como pressuposto um sujeito ahistórico e autônomo, suas virtudes são as racionais, que incluem controlar os desejos e paixões. Cada homem é um todo fechado – as imagens são a do átomo e a da mônada – cuja fronteira é o outro também fechado. A liberdade desse sujeito liberal é a ausência de interferência externa de um outro sujeito; sua liberdade existe até o ponto onde toca a liberdade de um outro e é isso que ordena uma sociedade. Por isso, o humanismo abstrato liberal promulga a liberdade já num sentido de separação, demarcação de fronteira, entre um sujeito privado e outro sujeito privado.⁶⁷⁷ Neste caso, cada homem vê em outro não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. Por isso, se quisermos, trata-se de uma liberdade negativa.⁶⁷⁸

Já o humanismo concreto, forjado a partir da crítica materialista às concepções abstratas de homem e tornado possível nas condições histórico-sociais modernas, prevê o florescimento do indivíduo não *apesar* das coerções da sociedade, mas seu engendramento se dá na mesma proporção em que floresce a sociedade. Dizendo o mesmo a partir de outro ângulo: o desenvolvimento de um indivíduo passa pelo desenvolvimento de todos. Reconhece-se, portanto, um polo do sujeito e um polo da totalidade social, mas estes caminham *pari passu*.

Lefebvre se distancia da matriz antropológica liberal, primeiro porque os indivíduos concretos, os únicos verdadeiros, não são autônomos cerrados em si mesmos, mas são aqueles cuja formação e desenvolvimento (de vontades, de atributos e atribuições) se dão numa teia de interações e relações sociais situadas historicamente. Isto inclui compreender o caráter relacional de suas identidades, mas sobretudo a plasticidade intrínseca de suas faculdades, o que lhes permite, quando liberadas suas potências inventivas, produzirem a si mesmos coletivamente.⁶⁷⁹

Segundo porque no humanismo concreto se tem uma liberdade não como isolamento, mas mediante interação, reunião e encontro. As possibilidades de subjetivação e objetivação se ampliam coletivamente. Estas considerações esclarecem, por exemplo, uma proposição do texto de 1936 como “o homem é mais realmente livre em se ligando às massas revolucionárias

⁶⁷⁷ Reproduzimos aqui a explicação de Marx escolhida por Lefebvre, em Morceaux Choisis, p. 215.

⁶⁷⁸ Vale lembrar que esta argumentação já se encontra em Marx. Por exemplo, na primeira parte de *A Questão Judaica*.

⁶⁷⁹ “Sabe-se já que a lenta maturação do ser humano, que o faz depender de sua família, do habitar e do habitado, da vizinhança e da sociedade urbana, tem como implicação a educabilidade e por consequência uma inquietante plasticidade”. (LEFEBVRE, H., *Revolução Urbana*, p. 258). Ou em *Metaphilosophie*, p. 176.

do que se proclamando ‘homem livre’ no abstrato, acentuando sua individualidade formal, em meio às fatalidades capitalistas. Uma vez retirando o peso, ele coopera com a história – ele existe de veras”⁶⁸⁰. É nesse mesmo sentido que afirma, na Crítica da Vida Cotidiana: “a liberdade do indivíduo se funda sobre aquela de seu grupo social (nação, classe). Não há liberdade para um indivíduo em uma nação ou classe subjugada. Somente uma sociedade livre permite o desenvolvimento livre das possibilidades individuais”.⁶⁸¹

Mas o “humanismo concreto”, “humanismo revolucionário” requer o estudo e a transformação das condições objetivas de realização dos indivíduos em sociedade. Ora, se a formação dos sujeitos ocorre mediante sociabilização, portanto traz as marcas desta, nada mais coerente que o florescimento livre do homem exija também a construção de uma sociedade livre de coerções e bloqueios. Dito de outro modo, não há liberdade humana enquanto houver relações de dominação e exploração. Decorre disso, portanto, que a construção deste novo humanismo é também a luta por outra sociedade. É por isso, uma teoria do desenvolvimento humano. Livros de Lefebvre introdutórios, com caráter pedagógico, são elucidativos:

a noção de *homem* que se encontra no centro do materialismo dialético não é uma *definição* da natureza humana, da alma ou da consciência. Esta noção implica o *movimento* inteiro, o desenvolvimento do homem. Não é portanto uma noção fechada, isto é, restrita [*restreinte*] [...] Única restrição: é o homem tal qual ele é, o homem de nossa época, em sua situação, em seus conflitos e com todos os problemas concretos, que está no centro das preocupações⁶⁸².

Este humanismo renovado, definido pela dupla exigência de liberação subjetiva e engendramento de uma sociedade livre, está empenhado no homem atual, concreto e, ao mesmo tempo, visa reativar aquilo que os indivíduos, homens e mulheres, compartilham no homem genérico: a possibilidade de produção inventiva de suas virtudes. É nesse sentido que esse novo humanismo tornado factível com os avanços técnico-produtivos não visa um homem dado, cuja natureza está definida e pronta, mas o homem aberto – portanto por fazer – ao desenvolvimento pleno. Onde a importância, também aqui, de constar nesta concepção do homem o traço da superação e do ser em devir.

Segundo Lefebvre, este é o humanismo subjacente ao materialismo de Marx: “a verdadeira individualidade estenderá ao homem uma vitalidade natural desabrochada e uma lucidez

⁶⁸⁰ LA Conscience Mystifiée [1936]1999, p. 68: “Un homme est plus réellement libre en se liant aux masses révolutionnaires qu’en se proclamant ‘homme libre’ dans l’abstrait, en accentuant son individualité formelle, au milieu des fatalités capitalistes. Déjà il soulève le poids, il coopère à l’histoire – il existe davantage «

⁶⁸¹ CVQ I, p. 179.

⁶⁸² LEFEBVRE, H. *Methodologie des Sciences*, p. 171

completa, capaz de ação prática e de pensamento teórico, tendo superado todas as atividades mutiladas e incompletas (os trabalhos parcelados e divididos). Esse será, nos diz Marx, o indivíduo livre numa sociedade livre”.⁶⁸³ Esse será o que Lefebvre denomina “homem total”,⁶⁸⁴ ou por vezes, “homem socializado”;⁶⁸⁵ o máximo de objetivação e o máximo de subjetivação não somente de um indivíduo, mas de toda uma sociedade – já que para Lefebvre, como para Marx, a própria definição de homem não é senão o conjunto das relações sociais.

O humanismo concreto é, nessa chave, teoria social e teoria do sujeito, dependendo apenas do momento da análise, de seu recorte ou do polo focado.⁶⁸⁶ Se quisermos, e como já dissemos acima, é uma teoria das relações sociais e as organizações coletivas capazes de fornecer as melhores condições de objetivação e subjetivação para todos e todas, o que não tem sido possível por enquanto.

Portanto, nesse humanismo de indivíduos concretos se tem, por contraste com a anterior, uma liberdade positiva, participante e vinculativa, na medida em que a emancipação do sujeito social contribui com e inclui necessariamente a construção de uma sociedade livre.

Há ainda neste deslocamento da experiência de liberdade uma reestruturação no domínio do desejo. Na concepção liberal de homem, somente está pressuposto o desejo em direção ao conflito com o desejo de outrem. No humanismo concreto, aposta-se na possibilidade do desejo em comum, ou por um comum. Quando em *Le Nationalisme contre les nations* Lefebvre recusa o sentimento nacionalista que cinde a sociedade e os indivíduos lançando a nação contra si mesma, o autor põe novamente, já nesta chave e sob os termos de um humanismo concreto, uma formulação que orienta esta reestruturação: “o homem total é um ser individual cuja vontade de viver está de acordo com a comunidade que o entorna. Sua vida biológica é elevada ao nível da lucidez e do espírito. É natureza, instinto que encontra no social as condições de seu desenvolvimento”⁶⁸⁷. De acordo com Lefebvre, um indivíduo que supera a atomização predominante na ordem burguesa (da qual o nacionalismo foi um capítulo), é capaz de orientar sua própria vontade de modo que esta desenvolva a totalidade social.

⁶⁸³ LEFEBVRE, H. *Marxismo*. Porto Alegre: LePM Pocket, Porto Alegre, 2013, p.60 e 61

⁶⁸⁴ Um bom contexto argumentativo para compreender a posição de Lefebvre neste tópico, reconhecidamente controverso, encontra-se em *La Somme et Le Reste*, pp. 579-593.

⁶⁸⁵ Esta última expressão remete à X das Teses sobre Feuerbach, que Lefebvre e Guterman trazem em *Marx: morceaux choisis*, p. 52.

⁶⁸⁶ Quando trata do estatuto de seu próprio pensamento, Lefebvre costuma recusar denominá-lo tão somente filosófico, pois, como vimos, é necessário superar os resquícios metafísicos da filosofia. Por outro lado, não o considera uma ciência, sociológica por exemplo, pois usualmente as ciências reproduzem os sintomas do parcelamento dos afazeres e dos saberes. Sua saída é tratá-lo como uma filosofia para além da filosofia. Em 1967 esta orientação o fez cunhar o termo “Metafilosofia”, o que não o impede de considerá-lo, em *Une Pensée Devenue Monde* (1980), como “teoria social”.

⁶⁸⁷ *Le Nationalisme Contre Le Nations*, p. 184: “L’homme total est un être indiviudel dont la volonté de vivre s’accorde avec la communauté qui l’entourne. Sa vie biologique est élevée au niveau de la lucidité et de l’esprit. ”.

A ideia de um “humanismo revolucionário” foi recuperada recentemente, sem no entanto passar em Lefebvre, quando Harvey reflete o cenário pós-crise de 2008 e as contradições estruturais do capitalismo. O autor está ciente de que não se trata apenas de uma crise econômica, mas civilizatória. O humanismo revolucionário é ao mesmo tempo uma ética e um projeto de sociedade⁶⁸⁸.

O lugar do espaço na produção da sociedade e nos processos de subjetivação

Para chegarmos a uma teoria social sensível ao espaço, é inevitável partir do paradigma teórico para o qual os sujeitos produzem histórica, social e cotidianamente seus meios de vida e, neste ensejo, constituem-se e se desenvolvem. Trata-se, para usar os termos de José de Souza Martins, de pensar a questão central da “constituição da humanidade do homem.”⁶⁸⁹ Até esse ponto, o pensamento materialista marxiano já fora bastante elucidativo. O salto epistemológico dado por Lefebvre está em compreender que há uma indissociabilidade entre produção da vida social e da produção do espaço.⁶⁹⁰ Ou dito de outro, a produção da vida implica espacialização.

Neste momento mais digressivo, nos daremos ao luxo de refazer com Lefebvre rapidamente esse percurso do pensamento materialista à abertura deste à coordenada espacial. Os textos mais didáticos escritos para a militância do PCF são esclarecedores:

O homem ativo modifica a natureza – em torno dele e nele mesmo. Ele cria sua própria natureza agindo sobre a natureza. Ele se supera na natureza e a supera em si(...) Ele se forma e se tem como potência ao criar objetos, ‘produtos’. Ele avança resolvendo ativamente seus problemas colocados por sua própria ação.⁶⁹¹

⁶⁸⁸ HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: ed. Boitempo, 2016

⁶⁸⁹ MARTINS, J. op.cit., p. 15

⁶⁹⁰ Esta formulação da indissociabilidade não é nossa, mas já está em Ana Fani Alessandri Carlos, ao se valer do paradigma lefebvriano.

⁶⁹¹ “L’homme actif modifie la nature – autour de lui et en lui-même. Il crée sa propre nature en agissant sur la nature. Il se dépasse en la nature et la dépasse en lui (...) Il se forme et se saisit comme puissance en créant des objets, des ‘produits’. Il progresse en résolvant activement les problèmes posés par sa propre action ». *Materialisme Dialectique*. [1939] 1949, p.102

Aqui se entende que os sujeitos sociais não são entidades prontas e acabadas, cujas propriedades essenciais são perenes, bastando à razão acessá-las. Os indivíduos concretos, mulheres e homens, formam-se pela interiorização de um mundo e se desenvolvem nas interações e relações sociais que estabelecem entre si e com a natureza. Os indivíduos se inscrevem na realidade social, nela intervêm, por meio de objetivações que, por sua vez, constituem sua potência criadora de produtos e obras. Não se trata, vale salientar, de ações com causa e efeito como num modelo explicativo mecanicista, mas exteriorizações complexas feitas de efeitos recíprocos, uma vez que “em todo esforço humano se aplicando a um ‘produto’ se forma uma unidade concreta do sujeito e do objeto, considerados praticamente”.⁶⁹² Isto não significa, lembra o autor, que sujeito e o objeto se confundam, mas sim que não há uma separação em última instância entre esses; “eles se opõem numa certa relação”.⁶⁹³ Portanto, uma análise mais refinada não se fixa num dos polos, mas atenta para seu caráter *relacional*.

Neste quadro onde sujeito e objeto não têm uma existência prévia e separada, mas erigem-se num processo dialético, “descobre-se o que se é naquilo que se faz”.⁶⁹⁴ No processo reiterado de fazer por tateamento e experimentação, seguido de uma organização na forma de técnica, “a consciência se forma praticamente, pela cristalização da atividade em condutas e comportamentos determinados, bem mais do que pelo refúgio ou um retiro subjetivo”⁶⁹⁵. Por isso reforça adiante: “o homem é atividade criativa. Ele se produz por sua atividade. Ele se produz – mas não é aquilo que ele produz”.⁶⁹⁶ Ao ignorar este caráter não-contemplativo do conhecimento e não-recluso da consciência, os indivíduos concretos ignoram suas possibilidades:

Os homens vivos ainda compreendem mal sua essência e o valor real de sua grandeza. A análise da produção do homem por si mesmo mostra que todas as definições filosóficas da essência humana correspondem a momentos dessa produção. O termo « produção é essencial, porque ele envolve as outras e as explica: porque ela envolve e supõe no homem a natureza, a ação, o conhecimento. Este termo, por

⁶⁹² Dans tout effort humain s’appliquant à un ‘produit’ il se forme une unité concrète du sujet et de l’objet, considérés pratiquement. Le sujet et l’objet ne sont pas confondus; ils s’opposent dans une certaine relation. ([1939] 1949, p.105)

⁶⁹³ *Materialisme Dialectique*[1939] 1949, p.105

⁶⁹⁴ *ibidem*, p.108.

⁶⁹⁵ La conscience se forme pratiquement, par la cristallisation de l’activité en conduits et comportement déterminés, bien plus que par un repli ou un retrait subjectif. ([1939] 1949, p.108)

⁶⁹⁶ *Materialisme Dialectique*, [1939] 1949, p.133.

vezes tão trivialmente compreendido – por que nós o tomamos numa escala mínima – significa toda a grandeza humana⁶⁹⁷

A ideia de uma produção do mundo humano tem impactos teóricos e práticos, no sentido de reaproximar os dois domínios distanciados pela tradição filosófica, quais sejam, pensamento e ação, saber e experiência. Um primeiro desdobramento reside em conceber que o materialismo lefebvriano, com Marx, não apenas compreende o sujeito social em suas condições materiais, histórico-sociais, mas *é também um materialismo da atividade, para o qual o sujeito se faz na prática - ou mais, o sujeito é a prática*. Um segundo consiste em reconhecer que esta reabilitação da produção abre as potências humanas, individuais e coletivas, para dimensões ainda inexploradas no que diz respeito à generosidade de suas vidas concretas, a “grandeza humana”, qual seja, a da potência criadora [*puissance creatrice*].⁶⁹⁸ De fato, para Lefebvre a produção em sentido humano implica criação, engloba as artes e as ciências, as instituições e as formas de vida coletiva. Um terceiro desdobramento fundamental consiste em reconhecer que a emergência da grandeza humana somente se torna possível em condições sociais mínimas, que garantam a dignidade e a sobrevivência dos indivíduos, a base razoavelmente sólida para o florescimento da humanidade no homem. Isso exige, portanto, pensar as relações sociais e as organizações coletivas capazes de fornecer essas condições para todos e todas.

Preservar esse alto estatuto da noção de “produção” elucidada o caráter histórico-social da formação de sujeito e sociedade, mas será decisivo em pelo menos mais dois momentos-chave da experiência intelectual lefebvriana. Primeiro, quando o autor se opõe a um “economismo”, no qual a noção de produção está reduzida ao domínio da produção-circulação- consumo de mercadorias, por isso ao domínio da econômica política estrito senso.⁶⁹⁹ Embora não façamos um resgate exaustivo acerca da questão, ao que tudo indica o economismo e produtivismo aos quais Lefebvre se opõe são aqueles presentes na II Internacional difundido como marxismo

⁶⁹⁷ *ibidem*, p.140. No original: Les hommes vivants comprennent encore mal leur essence et leur véritable grandeur. L'analyse de la production de l'homme par lui même montre que toutes les définitions philosophiques de l'essence humaine correspondent à des moments de cette production. Le terme 'production' est essentiel, parce qu'il enveloppe les autres et les explique: parce qu'il enveloppe et suppose en l'homme la nature, l'action, la connaissance. Ce mot, parfois si trivialement compris – parce qu' on le prend à l'échelle la plus minime – signifie toute la grandeur humaine.

⁶⁹⁸ *Metaphilosophie*, ([1965]2000, p. 41).

⁶⁹⁹ Este balanço sobre o primeiro volume da crítica seguido de acerto de contas com o marxismo ocorre, entre outros momentos, no elucidativo prefácio à segunda edição. Cf. LEFEBVRE,H.(1947) *Critique da le Vie Quotidienne I – Introduction*. Paris: ed. Syllepse, 1999, p. 11. Acertos acontecem também em *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, pp33-45. Vale lembrar que, a partir daqui, designaremos o primeiro volume da Crítica por CVQI.

oficial na França desde os anos 1930⁷⁰⁰ e, ainda, ao produtivismo do bloco soviético.⁷⁰¹ Essa crítica acompanha Lefebvre da juventude às obras de maturidade.

O segundo momento-chave para a ideia de produção, e que mais nos interessa aqui, encontra-se nos anos 1960 e 1970. O fato de os homens se constituírem historicamente não é novidade pelo menos desde Hegel e Marx, mas a abertura da coordenada espacial é uma das contribuições filosóficas mais originais de Lefebvre, desenvolvida com mais consistência em *A Produção do Espaço*, onde o autor defende a tese já consagrada segundo a qual “o espaço (social) é um produto (social)”.⁷⁰² É nesse sentido que estudiosos da obra lefebvriana, como Ana Fani Alessandri Carlos, chamam a atenção para o fato de esse autor refundar os estudos sócio-espaciais, uma vez que problematiza o espaço enquanto objeto.⁷⁰³

Essa reviravolta epistemológica foi engendrada quando o autor refletia sobre o papel central do espaço na manutenção de sociedades desiguais inerente à reprodução das relações sociais capitalistas. Lefebvre reconhece que o espaço não é apenas o palco ou pano de fundo onde os processos sociais se desenrolam – como acontece nas representações naturais mas ainda em muitas ciências – ou se localizam, mas sim a própria objetivação das relações e interações sociais.

A problematização do espaço a partir da noção-chave de “produção social” tem implicações importantes, para as quais já vale atentarmos.⁷⁰⁴ Primeira implicação: na segunda metade do século XX, é difícil, se não impossível, apreender um espaço natural(físico) em seu estado original, no momento anterior ao homem, anterior a todo processo transformação e de significação. Segunda implicação: cada sociedade, cada modo de produção, com suas relações de produção e de reprodução da vida, produz um espaço que lhe é próprio e lhe diz respeito, enquanto espaço coletivamente percebido, concebido e vivido. A terceira implicação se refere a uma mudança na compreensão desse objeto, a saber, se o espaço é um produto, o conhecimento sobre esse tem de reconstituir seu processo de produção.⁷⁰⁵ Isto porque pelo espaço se vê, diz o autor, que “o passado deixou suas marcas, suas inscrições, escrituras do tempo. Mas este espaço é, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual,

⁷⁰⁰ (SOJA, 1993, p.113),

⁷⁰¹ Cf. *Le Somme et Le Reste*. CVQ, I.

⁷⁰² LEFEBVRE, H. *La Production de l'espace*, p. 35

⁷⁰³ CARLOS, Ana Fani. 2007 A, p.11 e Também em MARTINS, José de Souza, op.cit., p. 18.

⁷⁰⁴ Como Lefebvre de fato é mais lido pelos estudiosos da Geografia e da Sociologia, ainda pode haver dúvidas se o texto d'*A Produção do Espaço* pode ser lido nessa chave do deslocamento da filosofia. Para evitar esse mal estar, vale atentarmos para o excerto do próprio autor: “ a pesquisa e elaboração teórica aqui perseguida se situa em relação à filosofia tradicional: como metafilosofia. A metafilosofia desloca [*dégage*] o que foi a filosofia, sua linguagem, seus objetivos, suas implicações. Ela mostra os limites daquela e os ultrapassa”. Op.cit., p. 466

⁷⁰⁵ *ibidem*, p.46.

com suas ligações e conexões em ato”.⁷⁰⁶ Quarta implicação: se há um processo produtivo do espaço, “então estamos lidando com *história*”⁷⁰⁷, por isso o autor monta um quadro no qual relaciona uma formação econômico-social à sua forma espacial -- suas práticas e representações.⁷⁰⁸ Tais espacialidades não se sucedem simplesmente, como num historicismo simplista, mas se estabelecem sob as bases da anterior, conservando-as como sedimento e emergindo a partir dessas. Por isso, uma historicidade complexificada pela presença no espaço de diversos tempos.

O que essas implicações nos indicam é esclarecido por Ana Fani A Carlos, quando a autora sintetiza que, em Lefebvre há “uma indissociabilidade da produção do humano e produção do espaço”⁷⁰⁹. Portanto, *a teoria da produção social – sujeito, sociedade e espaço-tempo – ocorre em coordenadas consubstanciadas*: i) nas modulações sociais do tempo, no que diz respeito à vida cotidiana e à processos históricos; ii) como “espacialização”, o processo de inscrição das relações sociais no que existe e o engendramento de outros espaços.⁷¹⁰

Essas coordenadas, vale reforçar, estão integradas numa razão que é imanente à atividade produtiva e criadora. Essa razão, afirma Lefebvre, compõe temporal e espacialmente uma ordem de operações que se encadeiam. Elementos espaciais (o corpo e seus membros) se colocam em movimento, incluindo matérias (pedra, madeira, osso, couro etc.) e material (instrumentos, armas, linguagem, comandos e palavras de ordem). Nesse sentido afirma adiante: “mais que invariâncias ou constâncias, essa passagem incessante da temporalidade (sucessão, encadeamento) à espacialidade (simultaneidade, sincronização) define toda ação produtora”⁷¹¹.

Essa indissociabilidade entre produção da vida social e produção do espaço é um giro para as análises críticas, portanto da ordem do conhecimento, mas é também uma intuição fundamental para as práticas sociais. Pelos menos dois pontos merecem destaque. Primeiro, o de que os conflitos sociais – a luta de classes mas não só de classes -- podem ser lidos pelo espaço ⁷¹². Segundo, as transformações sociais somente se tornam efetivas quando reconfiguram sua espacialidade. Vale voltar a um excerto mencionado acima, agora com seus desdobramentos:

⁷⁰⁶ ibidem, p.p.47

⁷⁰⁷ ibidem, p. 59.

⁷⁰⁸ REferimo-nos ao que o autor denomina “espaço absoluto”, “espaço político” “espaço abstrato” e “espaço diferencial”

⁷⁰⁹ CARLOS, Ana Fani A. “A virada espacial”. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, dez. 2015, p. 9.

⁷¹⁰ Se ainda faltam mediações entre a disciplina de Estética e os estudos lefebvrianos, há aqui outra porta de entrada razoável. Lefebvre desloca para o solo histórico-social aquilo que, na Estética Transcendental de Kant, eram as formas puras da percepção – atemporais e livres de toda experiência –, a saber, o espaço e o tempo.

⁷¹¹ LEFEBVRE, H. La Production de l’espace, p. 87

⁷¹² ibidem, pp. 68-69.

uma revolução que não produz um espaço novo não alcança seu próprio fim, ela fracassa, não transforma a vida; somente modifica superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criativa de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não acompanhando o passo de outro, igualmente”.⁷¹³

Ora, se desde Marx a produção da humanidade se dá na dialética na qual o homem transforma a natureza e faz história e, se com Lefebvre, o espaço entra para os processos histórico-sociais, então é de se esperar que uma transformação radical nas formas de vida, para além de marcos legais, instituições e discursos, deve produzir outra espacialidade. Em termos sintéticos, mudanças na forma social culminam em novas formas espaciais.

Com estas teses, a obra seminal torna mais geral as percepções advindas dos estudos empíricos, nos quais Lefebvre se dera conta de que as classes dominantes buscam configurar e gerir o espaço de modo a torná-lo produtivo para si, na manutenção de acessos a privilégios, enquanto as classes desfavorecidas arcam com os ônus da urbanização desigual e, por não participarem dos centros de decisão, sofrem com os espaços urbanos que lhes são estranhos, coercitivos e hostis. Mas do ponto de vista das lutas, é fato que, quando eclodem as irrupções, esses espaços entram em disputa. Por isso vai dizer que a burguesia e espaço capitalista “não podem reduzir a prática (o prático-sensível, o corpo, e a prática social-espacial) ao espaço abstrato. Novas contradições, aquelas do espaço, aparecem e se manifestam”.⁷¹⁴ Isto é, a classe dominante não consegue impor a todo espaço urbano a racionalidade abstrata capitalista, mas por ela própria produz as forças que se voltam contra ela: “de um controle político forte, de um aumento significativo das forças produtivas e um insuficiente controle de mercados, resulta um caos espacial em todas as escalas, da pequena vizinhança à escala global”.⁷¹⁵ Por isso vale se perguntar: “o caos espacial engendrado pelo capitalismo, apesar de sua potência e racionalidade do Estado, não se torna ele próprio um setor fraco, seu corpo vulnerável?”⁷¹⁶

De acordo com o autor, essa aposta na relação entre transformação radical – construir outra vida social e outras relações sociais – e produção de outro espaço coletivamente

⁷¹³ Ibidem, p. 66

⁷¹⁴ ibidem, p. 76

⁷¹⁵ Ibidem, p. 76. Recentemente, ao pensar o contexto da segunda metade da década de 2010, a autora Naomi Klein expressa uma intuição bastante análoga: “os capitalistas do desastre de TRump controlam uma parte muito poderosa do governo americano – mas não controlam tudo. Eles não controlam o que as cidades e os estados fazem. Não controlam nem mesmo o que o Congresso faz em grande parte do tempo. Certamente não controlam o que as universidades, as instituições religiosas e os sindicatos fazem. Eles não controlam o que os tricunais fazem(ainda). Eles não controlam o que outras nações soberanas fazem. E não controlam o que fazemos como indivíduos e em grupos ao redor do mundo. Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2017, p. 283

⁷¹⁶ LEFEBVRE, *La Production de l'espace*, p. 76

apropriado é uma “hipótese estratégica, isto é, um projeto teórico e prático de longo prazo”⁷¹⁷. Nesse sentido podemos falar numa teoria unitária do espaço. Trata-se tanto de fundar um código geral para o espaço em torno da ideia de produção -- de modo a reunificar as representações fragmentadas e as ciências parcelares; quanto aspira realizar um projeto de sociedade, aquele da sociedade urbana.

Este projeto, sublinha Lefebvre, explora o intervalo entre ciência e utopia, realidade e idealidade, ou então, explora as fronteiras do “possível-impossível”. Vale lembrarmos que em termos concretos essa aposta reside numa sociedade urbana com uma práxis urbana, que recoloca o sentido dos avanços técnico-produtivos, reformule os modos de associação, de autogoverno e, mais, de uso do tempo e do espaço, do corpo e dos prazeres. Isso será tratado mais detidamente adiante.

Foi importante refazermos esse percurso com Lefebvre, pois essas elucidações nos ajudam a costurar melhor as análises que vínhamos fazendo nos capítulos anteriores. O diagnóstico pretendeu mostrar em que medida, na São Paulo dos anos 2000, o espaço é produzido como vetor de reprodução de capital em detrimento do florescimento da vida. Isso explica porque as condições de vida se acirram mesmo num período de crescimento econômico. A análise das lutas pretendeu mostrar em que medida os movimentos produzem práticas e representações que desnaturalizam a urbanização desigual e, por essa via, colocam em disputa os rumos do fenômeno urbano. Bloqueiam fluxos, abrem contrafluxos, novas centralidades e, com isso, produzem uma vida urbana que são ensaios de uma cidade mais livre e igualitária. Mas antes de passarmos para as considerações finais, vale atentarmos para reestruturações recentes na produção do espaço, que exigem irmos com Lefebvre para além dele.

Desdobramentos da crítica da economia política do espaço urbano: do dirigismo tecnocrata ao empresarialismo do big business

A virada na noção de espaço permite um avanço epistemológico com o qual se abre muitos níveis e percursos analíticos. Um deles, central, é compreender as relações entre economia política e produção do espaço nas economias capitalistas da segunda metade do século XX, ou melhor, uma “crítica da economia política do espaço”.

⁷¹⁷ *ibidem*, p. 73

De acordo com o autor, seu trabalho parte de insights de Marx e Engels. Do primeiro, assume a “fórmula trinitária” que inclui capital x trabalho x renda da terra, trabalhada no capítulo XXXIV do volume III de *O Capital*.⁷¹⁸ Isto o permite compreender em que medida as relações produtivas sempre estão situadas no espaço e a propriedade fundiária não é uma questão menor para a Crítica da Economia Política. Já os trabalhos de Engels foram importantes por mostrar que a situação adversa da classe trabalhadora na Inglaterra do XIX não se resumia às relações de exploração no trabalho, mas a espoliações e vulnerabilidades diversas nas condições de vida nas cidades, sobretudo no que diz respeito a moradia.⁷¹⁹ Ambos os autores, cada um a seu modo, contribuíram para analisar a formação econômico-social incluindo a urbanização e a coordenada espacial de modo geral.

Se desde o século XIX estes fatores já eram dignos de atenção, em meados do século XX, com a expansão da modernização capitalista ao campo, aos países periféricos e, ainda, em sua versão não-produtiva financeira, incluir o espaço na economia política é inevitável. Por isso já afirmava em *A Revolução Urbana*

Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se diz). O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção e, por conseguinte, da formação da mais valia⁷²⁰

Para Lefebvre, o espaço passa a ser mediação para reorganizar de modo “racional” a produção, circulação e consumo das outras mercadorias, de acordo com os imperativos dos centros decisão. Torna-se ele próprio produto, objeto de compra, venda e troca de parcelas do espaço, por meio de grandes obras de construção civil e especulação imobiliária. Este setor, salienta Lefebvre, é para onde migram os excedentes não absorvidos pelo circuito da produção industrial.⁷²¹ Entretanto, o espaço não é produzido como outros produtos, mas adiciona conteúdos políticos estratégicos que permitem conservar as condições de acumulação,

⁷¹⁸ Cf. por exemplo, *Espace et politique*, p.42; ou então, *La production de l'espace*, p. 262

⁷¹⁹ Cf. por exemplo *O Pensamento Marxista e a Cidade*, pp.9-28;

⁷²⁰ LEFEBVRE, H. *Revolução Urbana*, p. 140)

⁷²¹ Por isto afirma: “Na medida em que o setor principal, o da produção industrial corrente dos bens ‘mobiliários’, arrefece seu impulso, os capitais serão investidos no segundo setor, o imobiliário. Pode até acontecer que a especulação imobiliária se transforme na fonte principal, o lugar quase exclusivo de ‘formação de capital’, isto é, de realização da mais valia” *ibidem*, p. 144.

segregação e, ainda, da cotidianidade.⁷²² Nos termos do autor: “na produção do espaço, há algo mais, um lado estratégico e político de uma importância capital. A produção do espaço não é uma produção qualquer, ela adiciona algo de decisivo na produção, ela é também reprodução das relações sociais”⁷²³

Quando a exploração do tempo de trabalho – a chamada mais valia absoluta -- mostra seus limites, a busca pela continuidade de acumulação deslocou sua ênfase para a extração de mais valia relativa, através de mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, de novos modos de participação do Estado, de ampliação por novas esferas da vida social -- como vimos, no cotidiano – e, ainda, de extensão geográfica para novas fronteiras do globo. As crises de superprodução e subconsumo no circuito industrial são estabilizadas nesse último circuito, o do espaço – como infraestrutura e imobiliário. Por essas razões, o espaço social se tornou a instância onde o capitalismo industrial encontrou, em dimensão global, alentos para suas crises sistêmicas.⁷²⁴ Esta tese tem gozado de amplo consenso entre autores como Soja, Harvey, Jameson e Ana Fani A Carlos.⁷²⁵

Do ponto de vista dessa economia política, as democracias capitalistas produziram um “espaço abstrato”, na medida em que os processos hegemônicos são anônimos, não-orgânicos às necessidades sociais e humanas, mas de acordo com a demanda de formação e realização de mais-valia. As tendências dominantes -- mas não exclusivas nem definitivas – dessa economia espacial são a fragmentação, a hierarquização e a homogeneização. É isso que sintetiza a passagem:

A produção do espaço se efetua com a intervenção do Estado, que age segundo as intenções do capital, mas parece não obedecer senão às exigências racionais da comunicação entre as partes da sociedade, assim como de um crescimento conforme aos interesses de todos os usuários. De fato, produz-se um círculo vicioso, mas invasivo[envahissant] e portador de interesses econômicos dominantes⁷²⁶

Desde as contribuições de Lefebvre, a transformação do espaço urbano num setor estratégico do acúmulo de capitais tem ganhado novas feições.⁷²⁷ Partindo de cidades estadunidenses mas também apontando para metrópoles europeias, as análises de David

⁷²² Sobre os motivos para se considerar o espaço como um especial, vale conferir, por exemplo, David Harvey em *Jusitça social e a cidade*, p.135-ss.

⁷²³ *Le Temps de Meprises*, p. 227

⁷²⁴ *La Production de l'espace*, p. 125

⁷²⁵ SOJA, 1993, p. 111; FANI, 2008 ; HARVEY, 2005. JAMESON, 1991.

⁷²⁶ *La Production de l'espace*, p. 432

⁷²⁷ HARVEY, D. “Do administrativismo ao empreendedorismo da governança urbana”. In: a produção capitalista do espaço. CARLOS, Ana Fani. *A Cidade como negócio*.

Harvey destacam que, nos anos de crise econômica e reestruturação produtiva da década de 1970, governanças urbanas de diferentes cidades caminharam em direção muito próxima. Para Harvey, há uma concordância geral de que as bases de justificação dessa virada foram a desindustrialização, a ascensão de políticas neoconservadoras e um apelo à racionalidade do mercado. Além disso, Harvey lembra que a ênfase na ação de poderes públicos locais – a municipalidade tomando a frente na recuperação econômica das cidades – relaciona-se com a capacidade declinante dos Estados-nação em controlar os fluxos financeiros de empresas transnacionais e a dificuldade de repasse de verbas para municípios.

O geógrafo inglês nos auxilia a compreender como as reestruturações produtivas de um capitalismo fordista para o regime de acumulação flexível, quando somadas à crise da utopia modernista de racionalização completa do espaço, redefine em grande medida o campo de ação dos governos municipais. Para Harvey, ocorre nos anos 1970 uma passagem do que se podia denominar “administrativismo” para um “empresarialismo” [*entrepreneurialism*] das governanças urbanas. Essa virada ocorre num momento em que a crise econômica do início desta década é respondida com políticas de austeridade fiscal, com diminuição dos repasses federais aos municípios, uma redução do papel estatal na planificação do ambiente construído e, com isso, estabelece-se uma nova correlação de forças entre Estado e agentes da iniciativa privada. Se nos anos do Welfare State o poder público local agia no ordenamento do território como regulador do crescimento, na gestão empresarialista estabelecem-se relações de *coalizão* entre Estado e capital privado, sob a forma das já conhecidas “parcerias público-privadas”.⁷²⁸ Ainda segundo Harvey, “o empreendedorismo enfoca muito mais a economia do lugar do que do território”,⁷²⁹ isto é, projetos não são idealizados com vistas a mudanças numa entidade jurídica (um município), mas se destinam a intervenções estratégicas com a tentativa de reativar áreas específicas e valorizar a imagem da cidade,⁷³⁰ de modo a colocá-la em posição de destaque numa situação de competição interurbana crescente. Harvey nota, ainda, que a governança empresarialista, ao conduzir o poder público sob os moldes da gestão corporativa – estimular negócios, atrair empresas e solventes,⁷³¹ corre o risco de focar-se por demais em

⁷²⁸ Id., “Do administrativismo ao empreendedorismo urbano”, op. cit. O caráter inevitavelmente interdisciplinar de nosso objeto de estudos por vezes nos impossibilita de desenvolver questões fundamentais. Pelo menos em nota, vale salientar consequências notadas por sociólogos como Carlos Vainer.

⁷²⁹ Ibid., p. 171.

⁷³⁰ Cf. *ibid.*, pp. 170-71.

⁷³¹ Vale salientar consequências levantadas por autores que desenvolvem essas questões. O sociólogo Carlos Vainer, ao analisar as discursivas do empreendedorismo urbano, chama a atenção para o caráter de “cidade-empresa”, ou “cidade-mercadoria” que adquirem, por exemplo, o Planejamento Estratégico de Barcelona. Vainer salienta como “a analogia cidade-empresa desliza, suave e sutilmente, para uma analogia cidade-empresários”. E em seguida conclui: “O que nos parece central extrair destas leituras é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou

investidores em detrimento de cidadãos, o que implica algumas vezes deixar em segundo plano as necessidades reais e próprias dos habitantes. Nessas situações, permitem-se coexistir projetos de grande visibilidade com entornos degradados e más condições de vida. A estes casos, nos quais a governança se torna por um lado obtusa a aspectos socioeconômicos estruturais e por outro entusiasta dos projetos-ícone, Harvey denomina “cidades duplas”.⁷³²

Uma das estratégias do empresarialismo está em criar infraestruturas físicas que insiram a cidade numa posição relevante na circulação de pessoas e mercadorias. Como fez a cidade de Lille na França com o Trem de Grande Velocidade (TGV), ligando Paris, Bruxelas à Londres. Outra estratégia, muita vez combinada à anterior, é preparar a cidade para o setor de serviços, por meio de equipamentos que minimizem o tempo e custos de transações, com o objetivo de “dar a impressão de que a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento) se torna a base econômica para a sobrevivência urbana”.⁷³³

Outra estratégia destacada por Harvey diz respeito ao foco na cultura. Para Harvey, ao processo de desindustrialização dos grandes centros capitalistas seguiu um deslocamento ao setor de serviços e, entre eles, uma posição privilegiada ao turismo. Como destaca o autor, segundo as opiniões oficiais, os eventos e festivais culturais criam um clima de otimismo e “o espetáculo e a exibição se transformam em símbolos de uma comunidade dinâmica”.⁷³⁴ Segundo o autor, é preciso compreender como, por meio das artes e da cultura, as cidades em regime de competição interurbana visam criar “capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar”.⁷³⁵ Nessas operações, visa-se acentuar o caráter único da cidade. É neste momento que as arquiteturas de alto impacto, no mais das vezes ligadas à cultura – museus, centros culturais e afins –, ganham o centro do palco, operando como verdadeiros chamarizes do marketing e da espetacularização urbana. Do texto de Harvey até os dias de hoje, projetos com as estratégias combinadas do empresarialismo

operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos do poder público por grupos empresariais”. VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria”. In: *Cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 89.

⁷³² Termo do autor em “Do administrativismo ao empreendedorismo”, op. cit., p. 186.

⁷³³ Ibid., p. 175. Para um caso bastante ilustrativo, vale lembrar a análise de Otilia Arantes a respeito do novo “cyber district” de Barcelona, que é o 22@. Cf. *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas*. São Paulo: Annablume, 2012, pp. 87-96.

⁷³⁴ HARVEY, David. “Do administrativismo ao empreendedorismo”, op. cit., p. 174.

⁷³⁵ Ibid., p. 231.

urbano se concretizam no distrito 22@ em Barcelona, na Potsdamer Platz em Berlim, na região Faria Lima em São Paulo, no “centro financeiro mundial” de Shanghai, bem como na Pequim Olímpica.

Mas o exemplo mais paradigmático no que diz respeito às afinidades entre empresarialismo, projetos urbanos voltados à “animação cultural” e arquitetura de grife é certamente o Guggenheim de Bilbao. Nos anos 1980, período em que a cidade passava pela crise de desindustrialização, levou ao paroxismo a ideia do edifício icônico, este assinado pelo arquiteto Frank Gehry, feito de formas contorcidas e fragmentadas, construído em estrutura metálica e vedação de titânio com peças *high tech* cortadas *in loco*. O projeto é uma escultura em escala monumental, que deixa em segundo plano questões funcionais ou de relação com o entorno, mas mobiliza novas aproximações com instituições museológicas, com periódicos que promovem os projetos para a opinião pública e, ainda, com o mercado financeiro – já que o museu tem capital aberto.⁷³⁶ Por essas e outras o fenômeno ficou conhecido na crítica como “efeito Bilbao”.⁷³⁷ Ciente da expectativa gerada nas outras grandes cidades em regime de competição e dos riscos dessas ilusões, Harvey se pergunta: quantos Guggenheim podem ser repetidos mundialmente, ou noutros termos, este é um modelo a ser repetido indefinidamente?⁷³⁸ O geógrafo lembra com mesmo tom que “quanto mais facilmente negociáveis se tornem tais itens, menos únicos e especiais eles se afiguram”,⁷³⁹ isto é, quanto mais tais iniciativas sejam replicadas, menos elas proporcionam o caráter de singularidade visado. As inquietações pareceriam pouco relevantes se não soubéssemos que a reprodução do modelo Bilbao já dá mostras de sua ineficiência em cidades como Valência, onde as extravagâncias de Santiago Calatrava na Cidade das Artes e Ciências conseguem parca vida pública, grandes espaços para exposições, mas pouco acervo, a ponto de ceder áreas para expor automóveis de luxo.⁷⁴⁰

O pensamento de Lefebvre, assim, como o de Harvey, partem de lugares onde a modernização via burocracia estatal fora um processo consolidado e se deu, em grande

⁷³⁶ Vale conferir o fenômeno que ficou conhecido como “McGuggenhenisation”, após a política expansionista da rede de museus em parceria com grandes arquitetos do *star system*, com projetos de Gehry em Abu Dhabi (Emirados Árabes), de Zaha Hadid em Singapura, de Jean Nouvel no Rio de Janeiro e em Guadalajara, de Koolhaas em Las Vegas, de Hans Hollein em Salzburgo e Viena.

⁷³⁷ O termo é de Hal Foster no artigo “Master Builder”. In: *Design and Crime*. Nova York: Verso, 2000, p. 42.

⁷³⁸ A questão é, na realidade, uma pequena reformulação daquela feita por Harvey: “quantos centros de convenções, estádios, Disney Worlds, zonas portuárias renovadas e shopping centers espetaculares podem existir”. “Do administrativismo ao empreendedorismo”, op. cit., p. 180.

⁷³⁹ Id., “Arte da renda”, op. cit., p. 221.

⁷⁴⁰ A difusão do modelo de empresarialismo urbano já tem análises extensas na crítica. Vale conferir, por exemplo, Carlos Vainer anteriormente citado e, também, Pedro Arantes, em *Arquitetura na era digital-financeira – desenho, canteiro e renda da forma*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010, sobretudo entre as páginas 21 e 122.

medida, numa conciliação entre capital e trabalho. Tais economias caminharam para o pós-fordismo, mas tem fortes bases industriais. Trazê-los para nosso solo histórico social exige compreender que em nosso contexto tal modernização é um processo inconcluso, a burocracia estatal não se desligara por completo das forças sociais dos patrimônios e os abismos sociais trazem os sinais de uma sociedade marcada pela herança escravocrata. Isso nos exige ter cautela na transposição, mas por outro lado nosso lugar de capitalismo semi-periférico é extremamente didático sobre o potencial e a atualidade da teoria unitária do espaço. A ausência de um pensamento urbano consistente levou ao absurdo um ensaio desenvolvimentista, se quisermos, mostrando suas feições mais conservadoras.

Certamente, as feições mais perversas dessa economia política espacial caracterizada como empresariamento urbano ficam mais visíveis nas cidades duais dos países periféricos. Por meio de operações urbanas, o empresarialismo eleva à segunda potência as dinâmicas descobertas por Lefebvre, nas quais com um rosto público o Estado – a municipalidade, governo estadual e governo federal – se coloca a serviço da multiplicação de capitais, produzindo espaços estranhos à maior parte dos cidadãos e cidadãs.

O caso do Rio de Janeiro fora paradigmático. Para produzir a cidade espetacular da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas(2016), a máquina pública necessitou dispendir enormes montantes de verbas e investir capacidades técnico-administrativas na organização das operações, cujas externalidades negativas foram remoções massivas de populações locais – muitas vezes ferindo direitos humanos⁷⁴¹, a valorização do solo três a quatro vezes acima da inflação média. É fato que o Museu de Santiago Calatrava goza de exuberância formal e um VLT passa a impressão de valorização do transporte coletivo, mas também é fato que uma parcela muito pequena de habitantes se sente contemplada por aqueles espaços, já que o VLT vai da Barra da Tijuca ao aeroporto, áreas que não atendem a população de baixa renda.

Em São Paulo o urbanismo dos megaeventos foi menos prolífero do que no Rio, mas o caso de Itaquera também retrata um pouco das contradições da política de valorização do espaço. A escolha por construir um estádio na Zona Leste da capital, historicamente feita de bairros populares, encheu de ânimos o mercado imobiliário, esse sim integrado aos jogos. O projeto urbano realizado em 2010 previa criar uma nova centralidade, em torno de um polo institucional. O estádio seria o “dinamizador” do entorno, um “novo vetor de desenvolvimento” junto de equipamentos que com este entraria em “sinergia”: uma FATEC, um “shopping metrô”, nova rodoviária, SENAI, um Fórum, um Poupatempo, salas comerciais,

⁷⁴¹ O caso do Rio de Janeiro talvez seja o mais paradigmático. Conferir Giselle TANAKA (2017). Também Fernanda SÁNCHEZ, Glauco BIENENSTEIN et al.(org). *A copa do mundo e as cidades*

centro de convenções, um parque linear onde na ocasião se encontrava um assentamento precário(Comunidade da Paz) etc.⁷⁴² O projeto traz um estudo comparativo com outras cidades ditas globais como Seul, Barcelona, Atlanta e Sidney, que investiram e tiveram bons retornos com os megaeventos. Lembram também de episódios mais pontuais, em que projetos como o AT&T Stadium em São Francisco. Neste, afirma o relatório, os imóveis nas áreas adjacentes tiveram uma valorização de 15% a 44% acima de qualquer outra área da cidade⁷⁴³ O estudo prevê ainda que as obras em Itaquera deixarão um “legado” até 2020 de adição de R\$ 30 bilhões ao PIB da cidade, com aumento nas arrecadações em todas as instâncias. Aumento de até 900 milhões na receita municipal, 1,8bi na estadual e 3,7 bi na federal.

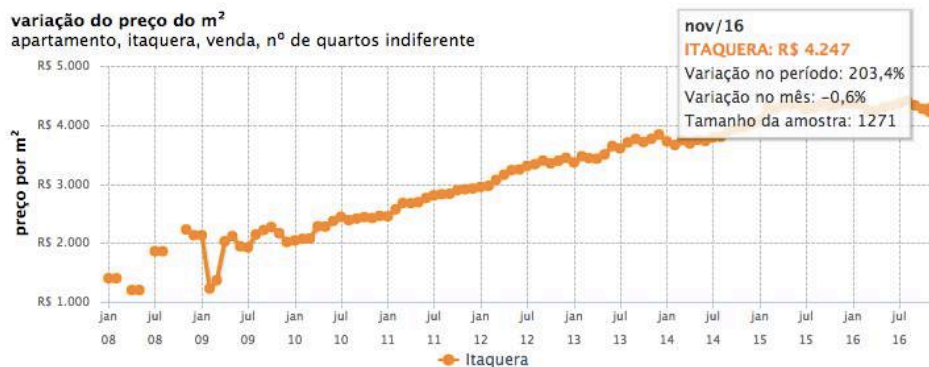
Para os autores desses estudos, é intuitivo e espontâneo que o aumento na receita gerará um crescimento generalizado para a cidade, o que evidentemente não é uma consequência lógica. Os autores não se perguntam quais as camadas da sociedade serão beneficiadas com a operação e quais serão mais impactadas pela valorização imobiliária exponencial. Vale lembrar que, de fato, o preço dos imóveis aumentou bastante acima da valorização de salários. De janeiro de 2008 a julho de 2016, o aumento no valor de venda foi de 203,40%.



Projeto urbano para Itaquera. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo

⁷⁴² ACCENTURE. “Estádio da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da Zona Leste e da Cidade de São Paulo”. Relatório Final, janeiro de 2011. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/arquivos/itaquera.pdf>

⁷⁴³ ACCENTURE, idem, p. 25



fonte: fipezap

Não por acaso houve respostas dos movimentos de moradia e de juventude. Eles é que mobilizaram os atos “Copa pra quem?” e “Copa do povo: tô na rua de novo”. Este último ainda emprestou o nome à ocupação realizada pelo MTST, que já teve vitórias parciais. Em 2015, obteve para o movimento a transferência do título de propriedade do terreno, mas ainda não a liberação da construção para as mais de 2000 famílias.

Em nossa perspectiva, a questão fundamental dessa economia política espacial centrada no empresarialismo diz respeito às prioridades na alocação de recursos, que se deslocam das necessidades sociais para os ditames de agentes econômicos descompromissados com a expansão do direito à cidade. Essa distorção de prioridades, cuja resultante é a ampliação das desigualdades sócio-espaciais, permite um crescimento urbano regressivo, com ônus diversos para a cidade enquanto obra civilizatória. Consoante à valorização do solo urbano está a concentração deste como patrimônio e sua exclusão como valor de uso, possibilidade de produção da vida. Ai está a definição mesma do espaço urbano como negócio numa cidade do capitalismo periférico, ainda muito marcado pelas relações de patrimonialismo e negação da cidadania.



24) Assembleia na Ocupação Povo Sem Medo. São Bernardo do Campo, 2017. Foto: Paolo Colosso

Se estivermos de acordo que, em nossas condições históricas, bloquear determinados acessos e abrir outros é uma racionalidade relativamente comum entre os movimentos urbanos, já podemos assumir também que tal lógica funciona em duas camadas distintas e sobrepostas: aquela das redes digitais e a do espaço urbano propriamente dito.

As tecnologias de informação e comunicação, popularizadas há alguns anos, foram amplamente absorvidas e entram para o repertório de ação como recursos sócio-técnicos. Isto explica por que os ciclos não apenas nacionais mas globais se deram no que Castells denominara de “espaços híbridos”⁷⁴⁴. Entre os movimentos aqui analisados, há graus de hibridismo muito diferentes, mas todos eles contam com plataformas virtuais (sites), perfis em rede social, valem-se de plataformas de financiamento coletivo(crowdfunding), utilizam cotidianamente dos aplicativos de mensagem instantânea via internet e registram seus atos com telefones móveis. Essas tecnologias são populares, funcionam como modo de comunicação rápida, para preservar memória de momentos importantes

Os aplicativos de troca de mensagem por telefone móvel são uma plataforma que facilitou em muito a organização de tarefas, resolução de pequenos tramites, acesso a

⁷⁴⁴ CASTELLS, Manoel. *Redes de indignação e esperança*.

informações importantes sobre a conjuntura etc. Há uma economia significativa em termos de custo e de aproveitamento do tempo. Isso já está naturalizado entre nós contemporâneos, mas vale imaginar a mudança dessas práticas em relação às tecnologias dos anos 1980.

Essas mensagens textuais, visuais e em áudio estão conectadas às redes sociais. Para o bem e para o mal continuam a ser materiais importantes na veiculação de informações para redes mais amplas, além de transmissão e registro de atos. Telefones móveis se tornam uma infraestrutura pessoal da militância urbana.

Na primeira metade dos anos 2010, essa hibridização foi vista como uma grande potência de abertura societária. Essa combinação multiplica a presença dos corpos nos espaços urbanos, a geração dos significados partilhados e o contágio desses afetos na opinião pública. Não por acaso as inquietações na Turquia foram chamadas “revolução do Facebook”; na Espanha pós 15-M se formulara uma teoria da “tecnopolítica”, para sistematizar esse repertório híbrido que está muito além do “ciberativismo” e do “clickativismo”, mas significa mesmo um paradigma da ação coletiva em múltiplas camadas.

Ainda que as avaliações tenham se deslocado ao longo da década, a noção de tecnopolítica continua elucidativa. O grupo *@Dataanalysis*, formado por intelectuais da Universidade Aberta de Catalunha, compreendem os eventos engendrados pelo 15M como “um marco conceitual de tipo experimental”, uma concatenação de fenômenos, práticas e acontecimentos geradores de um antagonismo frente ao poder constituído.⁷⁴⁵ Consideram-no com este estatuto pois além de ser um fio historicamente demarcável entre a primavera árabe e as mobilizações ocidentais subsequentes, trouxe uma série de novidades em termos de conhecimento e ação política.

Para o grupo, ainda que o uso das tecnologias em rede já tenham sido utilizadas e estudadas amplamente entre o fim dos anos 1990 e primeira década de 2000, “uma problemática fundamental que apresenta o 15M é a de pensar um sujeito e uma subjetividade política como construção coletiva, híbrida, eventual” e, mais do que isso, “multicamada, auto-organizada e autônoma”⁷⁴⁶ Este paradigma de ação coletiva e subjetividade política da sociedade em rede é condensado no termo “tecnopolítica”. Em termos gerais a noção, que é também uma chave analítica, pode ser entendida como o uso tático e estratégico de ferramentas digitais para organização, comunicação e ação coletiva. E em termos mais específicos, “tecnopolítica é a re-apropriação das ferramentas e espaços digitais para construir estados de ânimos e noções comuns necessários para empoderar-se, possibilitar

⁷⁴⁵ TORET et. al, p.13

⁷⁴⁶ TORET, p. 19

comportamentos coletivos nos espaços urbanos que levem a tomar as rédeas dos assuntos comuns”.⁷⁴⁷ Vale elencar alguns de seus elementos basilares.

Primeiro, o modelo de estudo e ação da tecnopolítica engloba a ideia anterior de ciberativismo e os estudos sobre os fluxos de informação em rede, mas pretende ir além disto. Reforça, a partir da experiência do 15M, que se trata de uma capacidade coletiva de combinar uma ação distribuída entre os espaços públicos físicos e digitais. As ações coletivas tem essa estruturação “multi-camadas”; tornam-se mais potentes quando produzem narrativas relativamente convergentes nessas três: a dos corpos nas ruas, avenidas, de grande impacto na vida urbana; ii) as redes sociais feitas de usuários e outros nós relativamente autônomos com envolvimento mais persistente; iii) os meios de comunicação massiva, como rádios e TV’s.

Segundo aspecto. Compreende-se que a crise econômica foi condição necessária para as mobilizações, mas não suficiente. Essas não eclodem apenas pela pauperização e desesperança da população. É preciso compreender um solo antropológico dessas mobilizações, isto é, a necessidade de uma massa crítica em forma de “multidão conectada”⁷⁴⁸, no interior da qual esteja minimamente solidificada uma cultura política de desejo e luta por defesa de liberdades e, ainda, cum caldo de práticas com repertório tecnopolítico. No caso espanhol, isto se deu ao longo dos anos 2000, com a multiplicação das práticas colaborativas e ativistas distribuídas, desde os compartilhamentos de arquivos de música e vídeo, até a defesa politizada, por colunistas, blogueiros e internautas, de uma internet livre e neutra.⁷⁴⁹ Isso é o que fez das redes um espaço de sociabilização e uma esfera pública, vivida como autônoma e comum, ao contrario da regra privatizante hegemônica⁷⁵⁰.

Terceiro aspecto. Nessa perspectiva se entende que a mobilização não é organizada apenas racional e estrategicamente, mas depende de uma explosão emotiva e simbólica que funciona como um “contágio tecno logicamente estruturado”.⁷⁵¹ Esse contágio é construído por uma campanha viral da massa crítica no sentido de mobilizar a indignação e empoderamento da sociedade civil, tornando as redes e as ruas lugares de manifestação de cidadania ativa e de auto-organização. No caso espanhol, as emoções que mais motivaram a adesão massiva às manifestações foram, obviamente além da indignação com a política econômica, a empatia com os que protestavam pacificamente nas praças e eram desalojados, a

⁷⁴⁷ *ibidem*, p. 45

⁷⁴⁸ Esta pode ser definida como “a capacidade de conectar, agrupar e sincronizar, através de dispositivos tecnológicos e comunicativos e em torno de objetivos, os cérebros e corpos de um grande número de sujeitos em sequências de tempo, espaço, emoções, comportamento e linguagens”. TORET, 2013, p. 20

⁷⁴⁹ TORET, *ibidem*, p.33.

⁷⁵⁰ Quem desenvolve essa última relação é LUMBRERAS, Alberto. In TORET et al., *ibidem*, p. 36.

⁷⁵¹ TORET, *ibidem*, p. 59.

indignação com a ação desmesuradamente repressiva da polícia, a emoção de encontrar-se e tomar legitimamente os espaços públicos. Quando estas emoções são amplamente partilhadas, tem-se o que denominaram “acontecimento aumentado”, um momento que suspende o regime cotidiano de sociabilidade e as representações cristalizadas, tornando-se um marco experiencial coletivo de reabertura de possibilidades.⁷⁵² Quando isso acontece, estabelece-se a circulação intensa “da rede à rua, da rua à praça rede”. Esse “acontecimento aumentado” que parte de uma rede de militantes e ganha a empatia de amplos setores da sociedade é o que aconteceu com os secundaristas em 2015 e tem ocorrido com ocupações do MTST – a de São Bernardo em 2017 talvez seja a mais paradigmática.

De volta ao contexto espanhol, com suporte teórico de Castells os autores defendem que esses espaços mobilizados ganham uma autonomia relativa em relação ao contexto geral; e permitem um agrupamento não por proximidade física, mas por uma proximidade de interesses, gostos, desejos e projetos, o que constitui uma identidade coletiva e um ambiente propício à uma sociabilidade mais inventiva. Portanto, a tecnopolítica diz respeito também à capacidade de construir acontecimentos, primeiro desejados e projetados na web e depois efetuados no espaço urbano. Há, por isso, uma “dimensão performativa” da tecnopolítica, na medida em que a ação é criada propositivamente pelos agentes e ganha vida por meio da interação social que a apropria⁷⁵³

O texto traz outros aspectos da tecnopolítica do 15M, dos quais extrairemos pelo menos mais um, qual seja, seu caráter de estrutura aberta, emergente, policêntrica, marcada pela cooperação entre nós. Para os autores, isto é necessário para entendê-la não somente como um movimento social, tampouco como clima político, mas como um comportamento coletivo autônomo e dinâmico na forma de “sistema rede”. Isto permite entender, por exemplo, que o 15M não tem apenas objetivos específicos, mas age de modo transversal. Além disso, “os movimentos sociais fazem alianças entre sujeitos constituídos, o 15M é sempre uma atualização expressiva, sem modelos de representação. O sistema rede 15M é configuracional e não afiliativo”⁷⁵⁴ Deste modo, os autores pretendem enfatizar que um sistema emergente nascido de redes digitais e humanas, incluindo os elementos do “contágio tecnologicamente estruturado” e do “acontecimento aumentado”, tem maiores possibilidades de agir como um conjunto de redes, comunidades, procedimentos e práticas que nascem e evoluem

⁷⁵² TORET, *ibidem*, p. 67. “O 15M como acontecimento opera uma modificação radical e súbita entre o intolerável e desejável. Desterritorializa as identidades prévias, com a modificação dos sentidos, linguagens e emoções. O acontecimento transforma os limites entre os corpos, provocando um impacto na lógica da sensação, obrigando-nos a novas produções de sentidos”

⁷⁵³ TORET, *ibidem*, p.52

⁷⁵⁴ TORET, *ibidem*, 86

conjuntamente, em fases distintas, com nós que se somam, sobrepõem-se ou se desfazem – por isto se fala num sistema multi-camadas e multi-escalas físicas e digitais. Torna-se, no limite, um sistema autopoietico dotado de dinâmicas vivas⁷⁵⁵. No que diz respeito às fases ou momentos deste sistema rede de organização distribuída, reconhecem a de gestação, de explosão, de evolução-mutação ou globalização e, ainda, de aniversário. Estas fases compreendem níveis variados de envolvimento e de apoio da população, de número de nós, de conectividade e de sincronização e coesão das redes humanas e digitais.

O paradigma de pesquisa e ação da tecnopolítica foi forjado no contexto europeu, mas influencia amplamente a geração marcada por essa onda de mobilizações pós-junho de 2013 no Brasil. Os desdobramentos espanhóis também foram muito diferentes dos brasileiros, sobretudo na segunda metade da década. Mas ainda assim, isto não invalida seus marcos conceituais. Os sujeitos que entraram em cena no pós-junho não terão uma trajetória apenas nos próximos dois ou dez anos; nesse sentido, as contribuições da tecnopolítica servem também para os dias depois de amanhã.

Mas é importante ter em conta que, na segunda metade dos anos 2010, a esperança com a possibilidade das redes em gerar transformações é significativamente menor do que no início da mesma década. Há uma reconfiguração do campo político entusiasta da eficiência da iniciativa privada e com graus diversos de conservadorismo nos costumes a se valer das redes. Manifestações de preconceitos e mesmo de ódio, nacionalismos, xenofobia, estigmas de classe, criminalização de movimentos populares e produção de notícias falsas (fakenews).

Para esses, as redes permitem o uso de uma nova maquinaria e exército de robôs – denominados “bots” – imbuídos na difusão de (des)informações e mobilização de afetos. As mesmas tecnologias tornam possíveis que empresas formem bancos de dados com os perfis de usuários e vendam tais informações, de modo que as mensagens sejam direcionadas para os nichos certos. Em momentos eleitorais, essa nova maquinaria tem efeitos inéditos.⁷⁵⁶

Tais fenômenos são internacionais. Não por acaso, segundo o dicionário atualizado anualmente pela Universidade de Oxford, o termo do ano de 2016 é “pós-verdade”(post-truth), um substantivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”⁷⁵⁷. Na segunda metade da década, as redes foram o lugar privilegiado para a viralização desses

⁷⁵⁵ TORET, p. 89.

⁷⁵⁶ Vídeo de Sergio Amadeu sobre Alt-Right; <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2018/12/o-que-sabemos-sobre-o-uso-do-whatsapp-nas-eleicoes.shtml?loggedpaywall>

⁷⁵⁷ A notícia e a definição do termo estão disponíveis em <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>

afetos destrutivos, tóxicos aos laços sociais, que repõem muros e constroem barreiras entre povos e no próprio interior das sociedades. Por não serem mediadas por órgãos de jornalismo profissional, tampouco pelo crivo de espaços públicos consolidados, as redes possibilitam os disparos em massa de notícias falsas, dão vazão à conteúdos discriminatórios, fantasias reativas e persecutórias.

As denominadas “fake news” se tornaram armas de grande impacto na difamação de adversários políticos e um elemento central nos momentos de pleitos eleitorais.⁷⁵⁸ Estas se tornam “reais” porque reforçam as convicções e crenças dos grupos já formados, mas também porque apelam a montagens e efeitos visuais que as tornam mais verossímeis e, algumas vezes, pois trazem figuras consideradas autoridades num assunto ou para o grupo. Deste modo, as fake news são a versão massificada da pós-verdade. A absorção dessas informações foi facilitada, obviamente, pela crise generalizada de legitimação das autoridades. Torna-se um desafio para os tempos vindouros civilizar esses conflitos, por meio de novos mecanismos de regulação, checagem de fatos e imputabilidade aos crimes digitais.

Quando estes expedientes tornados possíveis pelas redes chegam ao poder, tornam-se outro fenómeno, denominado “fire-hose” of “falsehood”. Dito de modo breve, são modos com os quais governantes conseguem despistar a opinião pública de temas fundamentais, através da proliferação de outras controversias, declarações bombásticas, que são emitidas e logo desmentidas ou retificadas, dificultando o acesso da população à decisão real e à linha política de um governo. No geral, estas tempestades de informações desencontradas não são mera desorientação, mas escamoteiam uma agenda de austeridade com as camadas populares e generosidade com grandes capitais, uma linha que caracteriza os regimes neoliberais desse fim dos anos 2010.

Num quadro bastante mais tensionado, o carácter híbrido da vida social não tem somente um vetor regressivo, de desorientação, tampouco deixa de ter um potencial emancipatório. Novamente, é um esforço pensar essas contradições que estão efervescentes.

Outras formas urbanas de constituir classe: técnica da montagem e paralaxe.

De volta às formas urbanas de constituir classe, é possível vislumbrar uma síntese. Devemos perceber agora uma inteligência coletiva profundamente ligada à leitura do espaço

⁷⁵⁸ Foram um fenómeno de destaque nas eleições dos Estados Unidos em 2016, do Brasil em 2018, da Índia e Portugal em 2019.

urbano, que pode ser percebida em episódios retratados ao longo deste texto, como a ocupação da Câmara dos Vereadores pelos estudantes, o acampamento da FLM em frente ao Tribunal de Justiça pela FLM, o do MTST na Av. Paulista e também sua marcha até o Palácio dos Bandeirantes. Trata-se de levar para um determinado espaço os corpos que são estranhos a ele e, com isso, gerar um *efeito de choque*. No campo das práticas estéticas, esta inteligência pode ser entendida como parte da *técnica da montagem*.

Emprestar conceitos usados em teoria das artes para pensar uma política do cotidiano nada tem de estetização da política. Trata-se, antes de tudo, de entender que o campo do político não é alheio àquele da *percepção*. Trata-se de estética apenas nesse sentido primeiro da *aisthesis*, cujo objeto é tudo aquilo que nos é dado à sensibilidade, conhecido por ela. Nesse caso, trata-se de inteligência que visa, via choque, sensibilização para bloqueios e possibilidades do espaço urbano.

Desde Baudelaire e Benjamin, o choque é próprio da experiência na metrópole, assim como em práticas dadaístas e no cinema. Ao desvelar um conflito, o choque interrompe o fluxo rotineiro, desloca abruptamente os modos de percepção dos envolvidos. Há ainda uma tendência a suprimir distâncias, horizontalizar, trazer ao solo o que estava no alto, profanar, como fizeram as vanguardas com as artes e a cultura vitoriana do início do século. Os sujeitos são impactados de tal modo que ou sentem repulsa ou mobilizados a agir.

Mas se muitas vezes o choque é ambíguo, no caso desses movimentos esses elementos estão assentados na *literalidade* e trazem escolhas políticas definidas. O choque vai gerar uma repugnância e escândalo naqueles que foram retirados de sua posição, seu lugar cotidiano. A mesma operação gera um deslocamento interno nos sujeitos que são estranhos àquele espaço, com uma ressignificação ainda mais significativa. A experiência coletiva fundamental para esses é a de que, quando juntos, são ouvidos. Isto é, coletivamente eles conseguem intervir numa correlação de forças. Aquilo que era vivido como alto e *distante* agora está no solo e em sua altura, ou melhor, próximo de todas e todos. Essa inteligência de montagem, que *cria uma nova disposição espacial dos corpos*, engendra a experiência plasmada de igualdade e liberdade coletiva. É uma experiência do político por excelência e suas marcas ficam na memória que visa a construção de um futuro.

Se quisermos, podemos entender também esse deslocamento como uma operação de *paralaxe*. O autor que a retomara recentemente também é teórico das artes, a saber, Hal Foster. Como lembra Foster, trata-se de um movimento no qual o deslocamento do sujeito observador desloca também a realidade observada. Isto vale para o nosso contexto: quando

esses corpos entram naquele espaço estranho a eles – seja uma plenária ou outro edifício administrativo – nem os sujeitos nem aqueles espaços continuarão a ser como antes. Ninguém será o mesmo.

Para ter uma orientação política coerente com os avanços democráticos, essa montagem no espaço urbano, que implica um deslocamento nas percepções, orienta-se pelo “empoderamento”, como é compreendido por Angela Davis. Trata-se de “desenvolver estratégias que iluminem o caminho rumo ao poder econômico e político para nós mesmas e para nossa comunidade” isto é, “devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independente da classe social, assim como todos nossos irmãos, subam conosco. Essa deve ser a dinâmica essencial da nossa busca por poder – um princípio que não deve apenas determinar nossas lutas enquanto mulher afro-americanas, mas também governar todas as lutas autênticas das pessoas despossuídas”. Esta orientação é, lembra Davis, um princípio que pode intensificar “a batalha geral por igualdade”⁷⁵⁹. Utilizamos aqui este termo não por escolha arbitrária, mas porque é o mais próximo da experiência desses atores com os quais lidamos. Eles diriam, em palavra de ordem cantada: “gerar, gerar poder popular”.

Considerações finais

Nossa tese geral segundo a qual é preciso conferir uma tônica à produção do espaço, extraímos das contribuições de Lefebvre. No entanto, foi preciso compreender as feições concretas dessa tese em nosso solo histórico-social recente. Os argumentos que sustentam a tese foram os seguintes.

O primeiro é o de que do ponto de vista da produção do espaço urbano, a metrópole paulistana assistira no período recente um ciclo de crescimento econômico e modernização de múltiplas contradições: a reprodução do padrão de urbanização periférico, espreado, com matriz rodoviarista; a elevação inédita no valor dos imóveis, com impacto direto na habitação mas também noutros usos do solo. Isso não a impedira de, em pequenos intervalos, ter políticas mais avançadas na mudança da matriz de mobilidade urbana e de revalorização de espaços públicos. A metrópole segue sendo também o epicentro e o palco mais paradigmático da precarização no mundo do trabalho e na manutenção de uma sociedade dividida,

⁷⁵⁹ DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: ed. Boitempo, 2017, pp. 15-17.

estratificada, com desigualdades de classe, raça e gênero. A essa denominamos a *cidade-camarote*.

Esse quadro explica em grande medida a onda de protestos que coloca em jogo essa sociabilidade bloqueada e toma as ruas, com demandas diversas, ligadas pelo desejo de reapropriação do urbano e pelo Direito à Cidade. Como vimos, o disparo se deu na luta por mobilidade, mas transborda em movimentos juventude. De modos distintos, apontamos a absorção dos ânimos de Junho de 2013 em três organizações – o Rua, o Juntos e o Levante Popular da Juventude –, bem como nos estudantes secundaristas. Tais movimentos plurais não tendem a uma unidade, mas estabelecem conexões geracionais. Ainda que tenhamos mostrado as diferenças políticas entre essas redes de jovens, nossos avanços etnográficos tentaram perscrutar experiências que os aproximam, isto é, as elaborações da cidade desigual, desafios comuns e, sobretudo, um repertório de ação compartilhado. Defendemos que desta juventude urbana temos os mais novos personagens a entrar em cena, cujos papéis ainda não sabemos quais serão, mas cujas práticas já são identificáveis.

O repertório desses jovens combina: i) ações com maior mobilização que bloqueiam os fluxos urbanos; ii) ações com número reduzido mas de amplo impacto na opinião pública, com pressão precisa, o que exige resposta e negociação das autoridades; iii) ações que funcionam como reforços recíprocos, permeados de uma cultura democrática e ações dotadas de exemplaridade; iv) as ruas são reapropriadas com um transbordamento de energias coletivas, multiplicam ensaios estético-políticos que criam uma insurgência festiva e vinculante; v) constroem espaços que reintegram conhecimento e ação; vi) dispõem corpos através de uma técnica estético-política de montagem, que desloca significados e provoca elaborações por parte dos envolvidos. Por aí se vê a relação entre o repertório e as características do espaço urbano metropolitano, onde se concentram infraestruturas físicas e comunicacionais, redes sócio-técnicas de grande centralidade.

Além disso, é menos uma tática de enfrentamento do que um traço geracional o fato de os movimentos serem, para os jovens, um espaço de reforços recíprocos, elaboração da espoliação cotidiana, que constrói uma sociabilidade e os próprios sуетos políticos.

No capítulo IV, fizemos outra rodada de análise de conflitos. Esta se centrou na disputa pela terra urbanizada, contendidas entre forças desiguais que não se dão tête à tête, mas mediadas por instituições e narrativas que as naturaliza e inverte. Assistimos a um período de forte crescimento econômico e modernização dos setores ligados à produção do espaço, um novo grau de integração do imobiliário com o mercado global de ações. A expansão se deu

bastante ligada à abertura de novas fronteiras e à exploração das periferias existentes, com um novo nicho de “habitação social de mercado”. Este movimento foi fortificado pelos programas federais contracíclicos, que denominamos de *neodesenvolvimentismo anti-urbano*, mas também por megaeventos. Entre suas externalidades diversas, talvez a mais central delas fora um boom imobiliário inédito, com altas 300% maiores do que a da inflação geral, o que inevitavelmente impactara o custo de vida na metrópole.

Ainda no interior desse conflito pela terra e embalado pelos ânimos pós-junho, apresentamos as forças populares ligadas à luta por moradia e, em especial, uma reconfiguração no campo dos sem-teto, em especial por conta da ampliação de oportunidades aberta pelo governo do Partido dos Trabalhadores e, ainda, por um novo protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Argumentamos que, nesse campo, o MTST certamente fora o movimento que soube absorver e dar consequência aos ânimos plurais e ambíguos do pós-junho. Não por acaso, o repertório de ação do MTST é o que estabelece mais conexões com aqueles da juventude, embora não coincida com os mesmos.

A pesquisa também se valeu de um diálogo com contribuições do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, no que diz respeito à crítica do cotidiano e à produção do espaço. O cotidiano é o nível da realidade social que deixa ver as inconsistências da modernização sob os marcos capitalistas, seu caráter regressivo, fragmentador da vida social. Por outro lado, o elemento retorna, uma vez que os movimentos aqui analisados tem uma ligação profunda com a tentativa de reinventar o cotidiano, com outra sociabilidade e subjetivações. É onde se verifica a riqueza de experimentações utópicas, das novas apostas, das reconfigurações da disciplina militante que visa mudar a vida.⁷⁶⁰

A escolha de Lefebvre se deve também a outros fatores, a saber, porque o caráter urbano dos movimentos recentes estava claro desde a eclosão de sua efervescência internacional em 2011 e, ainda, foi nas vozes desses mesmos que voltou com força a demanda por “Direito à Cidade”. Trata-se, a nosso ver, de um operador fundamental, que circula com formulações diversas nos coletivos de juventude, movimentos de sem teto e mesmo absorvido no discurso

⁷⁶⁰ Muito importante é ter em conta que lançar luz sobre esse caráter urbano das lutas atuais não significa abandonar o paradigma do trabalho e da produção, mas compreender de modo mais situado as diferentes camadas de coerções sociais que perpetuam uma sociedade desigual. O trabalho produtivo continua a ser aquilo que caracteriza o homem (e a mulher), o modo por excelência com o qual se insere na vida social. Mas esses homens e mulheres, que tem classe, também tem gênero, raça e endereço. Mais do que isso, tem condições espaciais peculiares de viver o trabalho, de acessar bens fundamentais e de habitar. Por se formarem e se desenvolverem num espaço urbano, suas respostas políticas se valem desses meios e infraestruturas. Esse é um raciocínio complexificado por contradições espaciais, que nosso momento histórico pede. Precisamos desse tipo de leitura da realidade social, se quisermos dar respostas à altura das inquietações que estremecem o mundo dito globalizado. Novamente, não há de ser um capricho intelectual, mas um preparo para extrair possibilidades e identificar limitações das lutas das “cidades rebeldes”.

oficial. Justifica, portanto, voltar às suas formulações originais mais radicais. Embora passemos por outras referências nos debates atuais, Lefebvre é o autor que sozinho conseguiu dar maior consistência à pluralidade de questões colocadas pelas contradições sociais que pretendíamos enfrentar.

É ainda sob os ombros das formulações lefebvrianas que desenvolvemos a tese geral a respeito da necessidade de uma *teoria social sensível à coordenada espacial*. Somente com diagnósticos mais atentos às contradições do espaço, torna-se visível o sofrimento do cotidiano urbano espoliativo aos quais são submetidos as classes subalternas precárias. Somente com a tônica nessas mesmas contradições, vem à tona externalidades negativas da política neodesenvolvimentista que, paradoxalmente, catalisou a irracionalidade da inteligência de mercado. E, por fim, é preciso um raciocínio espacial mais aguçado para compreender em que medida o repertório de ação dessa juventude se vale dos recursos urbanos da metrópole.

Portanto, uma teoria social sensível às contradições do espaço precisa ser capaz de empreender uma crítica da economia política do espaço, no intuito de desvelar os mitos do crescimento e do “progresso”. Entretanto, não se pode esperar que a superação dessas contradições se dê automaticamente, isto é, essa mesma teoria social precisa atentar também para as forças vivas com as quais se pode construir um outro modelo de desenvolvimento e de sociedade.

Bibliografia Lefebvre

LEFEBVRE, Henri. *Marx – morceaux choisis*. Paris:ed. Gallimard, 1934

_____. (1936) *La Conscience Mystifiée*. Paris: Syllepse, 1999

_____. (1937). *Le Nationalisme contre les nations*. Paris, Meridiens Klincksieck, 1988

LEFEBVRE, Henri. *Hegel – morceaux choisis*.

_____. (1939)*Le matérialisme dialectique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

_____. (1939). *Nietzsche*. Cidade do México: ed. Fondo de Cultura Economica, 1993

_____.(1947) *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1995

_____.(1946) *Critique de la vie quotidienne I. Introduction*. Paris: ed. L’Arché, 2009

_____.(1954)*La Vallée de Campan: étude de sociologie rurale*. Paris. Presses Universitaires de France – PUF, 1990.

- _____. (1959). *La Somme et Le Reste*. Paris, ed. Anthropos/ Economica, 2009.
- _____. (1961) *Critique de la vie quotidienne II - Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris: ed. L'Arché, 1962
- _____. (1962). *Introduction à la Modernité*. Paris: Ed. Minit, 1962.
- _____. (1965) *Metaphilosophie*. Paris: Syllepse, 2000
- _____. (1965) *Proclamation de la Comune*. Paris: ed. Anthropos, 1999
- _____. (1966) *Sociologie de Marx*. Paris: presses universitaires, 1966. (335.4 L489s)
- _____. (1967) *Position: Contre les technocrates*. Paris: Gonthier, 1967.
- _____. (1968) *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. Trad. Alcides J. de Barros. São Paulo: ed. Ática, 1991.
- _____. (1968) *Droit à la ville*. Paris: ed. Anthropos, 2001
- _____. (1968) *O Direito à Cidade*. Trad. de Eduardo Frias. São Paulo: ed. Moraes, 1991
- _____. (1970) *Du Rural à L'Urbain*. Paris: ed. Anthropos, 2001.
- _____. (1970). *A Revolução Urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2008
- _____. *Manifeste Differentialiste*. Paris: ed. Gallimard, 1970
- _____. *Au-delà du structuralisme*. Paris : Anthropos, 1971.
- _____. (1972) *La pensée marxiste et la ville*. Paris: Castermann, 1972
- _____. (1973) *La Survie du Capitalisme*. Paris: ed. Anthropos, 1973
- _____. (1973) *Espace et Politique – Le droit à la ville II*. Paris:ed. Anthropos/ Economica, 2 edition, 2000.
- _____. (1974). *La Production de l'Espace*. Paris: ed. Anthropos/ Economica. 4 edition, 2000.
- _____. *Les Temps des Meprises*. Paris:ed Stock, 1975
- _____. *A Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro Forense-Universitaria, 1979
- _____. *Une Pensée Devenue Monde*. Paris: Fayard, 1980
- _____. *O fim da história*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1981,
- _____; AJZEMBERG, A; BONNAFÉ, L.[et al]. *Du Contrat de Citoyenneté*. Paris: ed. Syllepse, 1990
- _____. *Elements de Rythmanalyse: introduction a la connaissance des rythmes*

Artigos de Lefebvre

- _____. "Toward a Leftist Cultural Politics: remarks occasioned by the centenary of Marx's death". In: *Marxism and the Interpretation of Culture*. Illinois: Board of Trustees of the University of Illinois, 1988.
- _____. "La dictature de l'oeil et du phallus". *Actuel* 18(1972), pp.48-52
- _____. "La notion de totalité dans les sciences sociales". *Cahiers internationaux de sociologie* 18-19, 1955, pp55-77.
- _____. " A Propos de la Recherche Interdisciplinaire em sociologie et en urbanisme" *Urbanose* 15: Entetien avec Henri Lefebvre, dir. Michel Régnier, 1972

_____. “Les illusions de la modernité”. *Le monde diplomatique*, “La maniere de voir”, 13 (1991): 14-17

_____. “La planification démocratique”. *La nouvelle revue marxiste* 2(1961), p.71-93. Republicado em *Au-delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971, pp. 137-164.

LEFEBVRE, H. et COORNAERT, Monique. “Ville, urbanisme et urbanisation”. In: *Perspectives de la sociologie contemporaine, homage à Georges Gurvitch*. Ed. Georges Balandier, Roger Bastide, Jacques Berque, and Pierre George, 85-105. Paris: Presses Universitaires de France, 1968 89

_____. “Henri Lefebvre ouvre le debat sur la theorie de l’autogestion”. *Autogestion* 1. 1966

_____. “La Planification Democratique.” *La nouvelle revue marxiste* 2(1961): 71-93. Republicado em: *Au delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971, pp137-164.

Avant-poste, *Revue de litterature et critique*. n.2

—, et Catherine Régulier, « Le projet rythmanalytique », *Communication*, n° 41, 1985, pp. 191-199.

“Habiter: L’éveil et le réveil de la pensée architecturale”. Em : *Construire pour Habiter*. Paris: ed ‘ Equerre-plan Cosntruction 1982

“Espace Architectural Espace Urbain”. Em: *Architectures en France: modernité post-modernité*. Paris.

_____. *Lefebvre on the Situationists*. Interview Conducted and Translated by Kristin Ross. *October*, Massachusetts: MIT Press, n.79, winter 1997, p.69-83.

Bibliografia geral: livros, capítulos de livros e pesquisas

ARANTES, Paulo Eduardo. *Ressentimento da dialética*. São Paulo: Paz e Terra, 1996

_____. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: ed. Boitempo, 2014.

ARANTES, Pedro. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BACCHETTO, João Galvão. *Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991- 2000): a luta pela igualdade no acesso ao Ensino Superior*. São Paulo, Feusp, 2003

BALIBAR, Étienne. *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

BARAVELLI, José Eduardo. *Tecnologia e trabalho no MCMV*. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado, 2014

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: ed. UFMG/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2009

_____. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: ed. Brasiliense, 2012

_____. *Obras escolhidas II*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: ed. Brasiliense, 2012

BLYTH, Mark. *Austeridade, a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: ed. Autonomia Literária, 2017

BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, ed. UNICAMP, 2018

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O Novo Espírito do Capitalismo*. Trad. de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

BOULOS, Guilherme. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. Mestrado em psiquiatria. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2016

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: ed. Boitempo, 2012

_____. *A pulsão plebeia*. São Paulo: Alameda, 2015.

_____. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*. São Paulo: ed. Boitempo, 2017

BRINGEL, Breno. PLEYERS, Geoffrey *Protesta y Indignación Global – los movimientos sociales en el nuevo orden global*. Buenos Aires: CLACSO / Río de Janeiro: FAPERJ, 2017

BRITO, Ana Paula. *Escracho aos torturadores da Ditadura*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2017.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution*. MIT Press, 2015

CABANES, R. (Org.) ; Georges, Isabel (Org.) ; RIZEK, Cibele (Org.) ; TELLES, V. S. (Org.) . *Saídas de Emergência - ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: ed Expressão Popular, 2012

CAMARGO, Camila Moreno. *Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016

CAMARGO, Cândido P. et. al. São Paulo, 1975: crescimento e pobreza. São Paulo, ed. Loyola, 1976.

CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escolas de Luta*. São Paulo: ed. Venetta, 2016

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e tempo na metrópole*. São Paulo: ed. Contexto, 2001

_____. *A (Re) produção do espaço urbano*. São Paulo, Edusp, 2008

_____. *O lugar no/do mundo*, São Paulo: Hucitec, 1996; segunda edição www.fflch.usp.br/dg.gesp, São Paulo Labor edições, 2009

_____, [et alii]. *A Produção do Espaço Urbano – agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: ed. Contexto, 2013.

_____. *Espaço público e 'nova urbanidade' no contexto do direito à cidade. Espace public et nouvelle urbanité dans le contexte du droit à la ville*. Confins (Paris), v. 18, p. 2, 2013

_____. *A Cidade como Negócio*. São Paulo: ed.Contexto, 2015

CARVALHO, Laura. *A Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: ed. Todavia, 2018

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COLETIVO INTERVOZES. *Vozes Silenciadas – mídia e protestos*. São Paulo: Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014

COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed. Annablume, 2017.

COSTES, Laurence. *Lire Henri Lefebvre, Le Droit à la ville: étude de sociologie urbaine*. Paris: ed. Ellipses, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Commun – essai pour la revolution au XXI siècle*. Paris: ed. La Découverte, 2014

_____. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: ed. Boitempo, 2016

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* de Ângela Davis. Trad. De Heci Regina Candiani. São Paulo: ed. Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Educação) – FE/USP, São Paulo, 2001.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quand les images prennent position – l’oeil de l’histoire,1*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2009

_____. *Que emoção! Que emoção?* São Paulo:ed.34, 2016.

_____. *Peuples en larmes, peuples en armes*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2016

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: ed. Boitempo, 2015.

ELDEN, Stuart. *Understanding Henri Lefebvre – theory and the possible*. London/ New York: ed. Continuum, 2004.

ESTEVAM, Douglas et.al. *Agitprop: cultura política*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2015

FAORO, Raymundo[1958]. *Os donos do poder -- formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro/São Paulo: Globo, 1958

FERES JR. et al. *A ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Rio de Janeiro: Iesp-UERJ, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: ed. Globo, 2008.

FERREIRA, João Whitaker. *O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: ed. Vozes, 2007.

_____. "Cidades para poucos ou para todos. Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um urbanismo às avessas' ". In: OLIVEIRA, Francisco(org). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FLYNN, Alex. "Contemporary Art in Global South: occupation// participation// knowledge". Em: FILLITZ, Thomas et. Al. *An Anthropology of Contemporary Art: Practices, Markets and Collectors*. Londres: Bloomsbury, 2018

FINCHER, Ruth; IVESON, Kurt. *Planning and Diversity in the City – redistribution, recognition and encounter*. Houndmills/New York: ed. Palgrave Macmillan, 2008

FISCHBACH, Franck. *Sans objet, capitalisme, subjectivité, aliénation*, Paris, Vrin, 2009

FIX, Mariana A. B. (2011). *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*.São Paulo: ed. Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. (1967). "Espaços outros". São Paulo: Revista Estudos Avançados 27 (79), 2013, p.113-122.

FREHSE, Fraya. *Ô da Rua! O Transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. Dossiê "O Espaço na Vida Social". In: Estudos Avançados, 27 (79). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2013.

_____. Da cidade ao corpo e vice-versa: Tempos e espaços (Um percurso). Tese de livre-docência. Departamento de Sociologia da USP, 2017

GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest*. Oxford University Press, 2017

_____. *The Digital Party: Political Organisation and Online Democracy*. Londres: Pluto Press, 2018.

GIMMLER, A. *Pragmatics aspects of Hegel's thought*. In: EGGINTON, W. *The Pragmatic turn in philosophy*. New York: Suny, 2004.

GIUGNI, Marco [et al]. *From Contention to democracy*. Oxford/New York: Rowman and Littlefield Publishers, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GONÇALVES FILHO, JM. Humilhação: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*. 1998

_____. Humilhação social: humilhação política, In: de Paula Souza B. *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GOTTDIENER, Mark. "A Marx for Our Time: Henri Lefebvre and the Production of Space". *Sociological Theory* 11, n.1, 1993, pp.129-134

GORZ, André. (sob o pseudônimo Michel BOSQUET). *Critique du capitalisme quotidien*. Paris: Galilée, 1973.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984

HARVEY, David. [1973] *Justiça Social e a Cidade*. Trad. de Armando Correa da Silva. São Paulo, ed. Hucitec, 1980

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Ed. Annablume, 2005

_____. *A Condição Pós-moderna*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

_____. *Rebel Cities- from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012.

_____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2014

_____. *O enigma do capital. Contradições do capitalismo*. São Paulo: ed. Boitempo,

HESS, Remi. *Henri Lefebvre et l'Aventure du Siècle*. Paris: ed: Metailié, 1988.

_____. *Henri Lefebvre et la pensée du possible. Theorie des moments et construction de la personne*. Paris, Metailié, 2009.

HOBBS, T. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Coleção Os Pensadores, trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOLSTON, *Cidadania Insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUSSON, Laurent. « Sartre et Lefebvre : Aliénation et quotidienneté », *Sartre et Le Marxisme*, Paris, La Dispute, 2011, pp. 217-239.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. *Direito à Cidade: uma outra visao de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017

IPEA. Atlas da Violência de 2017. http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2011

JAMESON, Fredric.(1991). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

JESUS, Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo, ed. Ática, 2014.

JUDENSNAIDER, Elena; ORTELLADO, Pablo et alii. *20 Centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: ed Veneta, 2013

KLEIN, Naomi. *Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2017

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo, mas sim uma causa*. São Paulo: ed Nobel, 1990

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro:ed. Paz e Terra, 1975

_____. *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo, Editora 34, 2000

LASSANCE, Antonio et. al (org). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.*

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2015

_____. *Commun: essai sur la revolution au XXI siècle*. Paris: La découverte, 2014

LAVAL, C. “IL n’y a pas de monde commun”. *Le Monde*, 26 de janeiro de 2017.

LEFORT, Claude[1986]. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Trad. De Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Trad. Isabel Loureiro e Maria L. Loureiro. Belo Horizonte: ed. Autêntica, 2011

LEVITSKY, S; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die: What History Reveals about Our Future*. Nova York: Crown, 2018.

LÖWY, Michael. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2002

_____. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: ed.Cortez, 2005

_____. *Revolta e melancolia -- o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: ed. Boitempo, 2015

_____. *Afinidades revolucionárias*. São Paulo: ed. Unesp, 2016

_____. *La révolution est le frein d’urgence: essais sur Walter Benjamin*. Paris: Éditions d’Éclat, 2019.

LÖWY, M; BENSÄID, D. *Centelhas*. São Paulo: ed. Boitempo, 2017

MACHEREY, Pierre. *Petits riens, Ornières et derives du quotidien*. Paris:Le Bord de l’Eau, 2009

MANDEL, Ernest.(1978). O Capitalismo Tardio. Trad. Carlos Eduardo Silveira matos et al. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARICATO, E. MetrÓpole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Preço de desapropriação de terras: limites às políticas públicas nas áreas de habitação, meio-ambiente e vias públicas em São Paulo. Relatório de pesquisa. ed. São Paulo: [s.n.], 2001.

_____. O impasse da política urbana. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Para entender a Crise Urbana. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2015.

MEDEIROS, Jonas. Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos. Tese de Doutorado na Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 2017.

MENDES, Elisa Rosas. “Por uma vida sem catracas: Um estudo sobre o Movimento Passe Livre”. Monografia de conclusão de curso. Brasília: Departamento de Antropologia, 2007.

MERCADANTE, Aloizio et al(org). *O Legado dos governos do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018

MESQUITA, Wilson. Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. São Paulo: tese de doutorado em sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

MORAES, Alana; TIBLE, Jean; TARIN, Bruno. *Cartografias da Emergência: novas lutas no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

JARCZYK, G.; LABARRIÈRE, P-J. De Kojève a Hegel. 150 ans de de philosophie hegelienne en France. Paris: Albin-Michel, 1996

MARCOLINI, Patrick. *Le Mouvement Situationniste – une histoire intellectuelle*. Montreuil: L’Échappée, 2013

MARTINS, José de Souza(org). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: ed. Hucitec, 1996.

_____. *(Des) figurações – a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: ed. Hucitec, 1996

_____. *Sociologia da Vida Cotidiana*. São Paulo: ed. Contexto, 2014

_____. *A Sociabilidade do homem simples*. São Paulo: ed. Contexto, 2014.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo:ed. Boitempo,

_____. *A Guerra civil na França*. São Paulo: ed Boitempo,

_____. *Grundrisse*. São Paulo: ed Boitempo,

_____. *O Capital – Livro I*. São Paulo: ed Boitempo,

_____. *O Capital – Livro III*. São Paulo: ed Boitempo,

MESQUITA, Wilson. *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo*. São Paulo: tese de doutorado em sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

MIAGUSKO, Edson. Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche. São Paulo: Alameda editorial, 2012

MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York:

Guilford, 2003.

MORIN, Edgar. "O jogo em que tudo mudou". In: Sérgio Cohn e Heyk Pimenta (orgs.). Maio de 1968. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: ed Ática, 1988.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009

NEGRI, Antonio et HARDT, Michael. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

NEUHOLD, Roberta. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

OLIVEIRA, Francisco. *A Crítica da Razão Dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. (Org.) ; Braga, R. (Org.); RIZEK, Cibele(Org.) *Hegemonia às Avestas*. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OLIVEIRA NETO, Sebastião. *Situação Prestes Maia: o processo de colaboração entre artistas, coletivos artísticos e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Ocupação Prestes Maia/ São Paulo 2003-2007. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PALLAMIN, Vera. *Arte, Cultura e Cidade – aspectos estético-políticos contemporâneos*. São Paulo, Annablume, 2015.

PATERNIANI, Stella. *Morar e viver em luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo*. São Paulo: ed. Annablume, 2016

PAULANI, L. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. "Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência Econômico e Hegemonia às Avestas no Brasil". In: OLIVEIRA, BRAGA & RIZEK (orgs). *Hegemonia às Avestas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 109-135.

PEREIRA, Rafael. *Contribuição ao debate sobre a Reforma Urbana -- a localização na cidade na luta dos movimentos de moradia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FAU-USP, 2017,

PERNIOLA, Mario. *Os Situacionistas: o movimento que profetizou a "Sociedade do Espetáculo"*. trad. Juliana C. Torres. São Paulo: ed. Annablume, 2009

PESSIS, Céline [et al]. *Une autre histoire des "Trente Glorieuses – modernization, contestations et pollutions dans la France d'après-guerre*. Paris, La Découverte, 2013

RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: ed. 34, 2013

_____. *A Partilha do sensível: estética e política*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: ed. 34,2005

_____. *En quel temps vivons-nous? Paris: La Fabrique, 2017*.

RIFKIN, Jeremy. *A Era do Acesso*. São Paulo: ed Pearson do Brasil, 2001

RIO, Manoel del. *No meio do redemoinho – a luta é sempre*. São Paulo: Casa Flutuante, 2016

RIZEK, Cibele. "Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo" In: OLIVEIRA, Francisco(org). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. "O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: provisão de moradia no avesso da cidade?" *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 11, p. 234-265, 2014.

_____. CARVALHO, C. S. ; CAMARGO, C. M. “Política Habitacional e Políticas Sociais: urgências, direitos e negócios”. In: Ana Fani A. Carlos, Danilo Volochko, Isabel Alvarez. (Org.). *A Cidade como Negócio*. São Paulo: ed. Contexto, 2015

_____. “Fases do Lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo”. In: André Singer; Isabel Loureiro. (Org.). *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: ed. Boitempo, 2016.

ROLNIK, R. *Guerra de Lugares*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ROSS, Kristin. *Mai 68 et ses vies ultérieures*. Marseille, ed. Agone, 2010

ROSSI, Pedro(org). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e saídas para o Brasil*.São Paulo: ed. Autonomia Literária, 2018.

RUNCIMAN, David. *How Democracy Ends*. Londres: Profile books, 2018

SADER, Éder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988

SAFFIOTTI, Allan. Crise e transformação: um estudo sobre a experiência de alunos de baixa renda num Cursinho Popular. 2008. 350f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

SAFFIOTI, Heleiette. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: ed. Vozes, 1976

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício Leal & NOVAIS, Pedro (eds.) (2014). *A Copa do Mundo e as cidades*. Niterói: Editora da UFF.

SANTARÉM, Paulo Henrique. A cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2014

SANTO AMORE, Caio. Lupa e telescópio. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. *São Paulo, metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, 1990.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: ed. Hucitec, 1999.

SCHMID, Christian. *City, Space and Society: Henri Lefebvre and the Theory of Production of Space* (2005).

SCHMID, Christian [et alii]. *Space, Difference, Everyday Life*. London, Routledge, 2008

SERRAO, Rafael S; DIAS, João Marcus P. “A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho”. Em: *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Bógus e Pasternak(org). Letra Capital. São Paulo, 2015.

SIMÕES, Guilherme. et al. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: ed. Autonomia Literária, 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, 2012. Companhia das Letras.

_____. *O Lulismo em crise – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2018.

SÍGOLO, Letícia. *Boom imobiliário na metrópole paulistana – o avanço do mercado formal para a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial*. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2014

SIMONI, César. A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana". Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Univ. de São Paulo, 2013.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1993.

STANEK, Lukasz. *Henri Lefebvre on Space. Architecture, Urban Research, and the Production of Theory*. Minneapolis: MIT Press, 2011.

SHIELDS, R. *Lefebvre, Love and Struggle: Spatial Dialectics*. London: Routledge, 1999

SHIMBO, L.Z. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira, quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TARROW, Sydney G. *Power in movement*. New York: Cambridge University Press, 1998.

TATAGIBA, Luciana. "Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de SP: o caso do movimento de moradia", in: *Novos percursos e atores*. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques(org). São Paulo:ed, 34, 2011

TIARAJU, Pablo. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

TILLY, Charles. "Contentious Repertoires". In: TRAUOGOTT, Mark. *Repertoires and cycles of collective action*.

TOSEL, André. *Le Marxisme du XX Siècle*. Paris: ed. Syllepse, 2009

TRAUGOTT, Mark(org) *Repertoires and Cycles of Collective Action*. London/Durham: Duke University Press, 1995

TRINDADE, Thiago Aparecido. *Ampliando o Debate sobre Participação Política e a Construção Democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro de São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas, Departamento de Ciência Política da Unicamp, 2014.

_____. "Direitos e Cidadania: reflexões sobre o Direito à Cidade". *Lua Nova* 87. São Paulo, 2012, pp. 139-165.

TORET, Javier(coord). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2013

WISNIK, Guilherme. *Dentro do Nevoeiro*. São Paulo: Ubu, 2018.

VANEIGEM, Raoul.(1967) *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes generations*. Paris: Gallimard, 1992

VASCONCELLOS, Eduardo A. *Transporte urbano, espaço e equidade: análises das políticas públicas*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. *A Política de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente*. Rio de Janeiro: ed Manole, 2014.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida et al. (orgs.) *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: ed. Contexto, 2013

VELOSO, André H.B. *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Dissertação de Mestrado no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. "Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora". In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

Artigos

ALMEIDA, Marco A. B e SANCHEZ, Livia. "Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil". *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ALONSO, Ângela. "Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito". *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, 2012, pp. 21-41.

ARANTES, Otilia; COLOSSO, Paolo. "Entrevista com Otilia Arantes: mediações entre Teoria Crítica, arquitetura e cidades". *Paralaxe*, v.2 n1, 2014.

BENFORD, Robert; SNOW, David. "Framing processes and social movements: an overview and assessment". *Annual Review of Sociology*, n. 26, 2000, pp. 611-39.

BOURDIEU, Pierre. (1991) "Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado". Em: *Estudos Avançados* 27 (79), 2013, pp.133-144.

BLANCHOT, Maurice. "Everyday Speech". Em: *Yale French Studies – everyday life*. N.73. Yale: Yale Press, 1987

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. "Junho de 2013: dois anos depois – polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil". *Nueva Sociedad*, out 2015. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf

CARLOS, Ana Fani. « Une lecture de la ville », *La somme et le reste*, n°9, Paris, 2007a.

_____. "O giro cultural e os estudos urbanos", 2012b. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/es/node/185>

_____. "A luta é urbana, o caminho está ainda sendo construído", 2013. Disponível em : <http://gesp.fflch.usp.br/node/197>

_____. "O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade". *GEOUSP (USP)*, v. 18, p. 472, 2014.

_____. "A Virada Espacial". *Mercator UFCE*, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015. Disponível em:

<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1779/608>

COHEN, Jean. "Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias". *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, n° 3, 2003, pp. 419 a 459.

COLOSSO, Paolo. "Uma Bienal como intervenção socioespacial", disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.081/5197>

CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.

_____. (1991), "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". *Stanford Law Review*, 43 (6): 1241-1299, jul. 1991

_____. (2002), "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188.

DAYANE, Jessy. “Saída para a crise brasileira e a retomada do movimento de massas”. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/04/saida-para-a-crise-brasileira-e-a-retomada-do-movimento-de-massas/> . Acesso em 10 de julho de 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. “ Levantes: imagens e sons como formas de luta”, conferência proferida no SESC Pinheiros em 16 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11440-LEVANTES+IMAGENS+E+SONS+COMO+FORMA+DE+LUTA>. Acesso em 10 de julho de 2018.

FERNANDES, Marco. “Luta, que cura -- aspectos terapêuticos das lutas de massa e alguns aspectos do trabalho de base contemporâneo”. Passa Palavra, 22 de maio de 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/05/98612>

FOUCAULT, Michel. « Des espaces autres », dans *Dits et écrits : 1954-1988*, t. IV (1980-1988), Paris : Éditions Gallimard, coll. « Bibliothèque des sciences humaines », 1994 [1984], p. 752-762.

FREHSE, Fraya. “Potencialidades do método regressivo-progressivo: Pensar a cidade, pensar a história”. Tempo Social (USP), São Paulo, v. 13, n.2, p. 169-184, 2001.

_____. “Apresentação” ao dossiê “O espaço na vida social: uma introdução”. Estudos Avançados vol.27 no.79 São Paulo 2013

_____. Tempos no corpo: Contribuições do método lefebvriano para a pesquisa urbana (latino-americana). Estudos de Sociologia (Recife), v. 1, p. 73-119, 2015.

_____. “A vida cotidiana na metrópole contemporânea como um problema da sociologia”. Revista Sociologia e Antropologia UFRJ. Rio de Janeiro, ano 6, vol6 n1, jan-abr 2016.

_____. Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros. Sociologia & Antropologia, v. 6, p. 129-158, 2016.

_____. Relational space through historically relational time - in the bodies of São Paulos pedestrians. CURRENT SOCIOLOGY, p. 11-22, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie; GARBER, Klaus. “Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano?” Dossiê Walter Benjamin, Revista USP. São Paulo: ed. Universidade de São Paulo, n.15 set-out-nov de 1992.

GODEIRO, N. “Transportes urbanos no Brasil, 2% do PIB para solucionar a crise da matriz metroferroviária”. *Revista Universidade e Sociedade*, ano 22, n. 50, p. 32-45, jun. 2012.

GOHN, M. Movimentos sociais. *Revista Novamerica/Nuevamerica: movimentos sociais e globalização*, n. 89, mar. 2008. Disponível em www.msebrasil.org/artigos/msg_ler.asp?ID_MSG=97

_____. *Los movimientos sociales brasileños de la última década*. In: ALMEIDA, P; et al. *Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2017. pp. 619-639. Disponível em: alainet.org/es/file/12478/download?token=gHQzFIdU Acesso em: jan. 2018.

GREGORI, Lúcio. “O mercado, a voz das ruas e a mobilidade urbana”. Tarifa Zero, 26 de novembro de 2014. Disponível em: <http://tarifazero.org/2014/11/26/o-mercado-a-voz-das-ruas-e-a-mobilidade-urbana/#more-6441>. Acesso em 05 de fevereiro de 2015.

_____. “Mobilidade urbana num período de contradições por governabilidade”. TarifaZero. Disponível em: <http://tarifazero.org/2018/04/22/mobilidade-urbana-num-periodo-de-contradicoes-pela-governabilidade/#more-6882> . Acesso em 10 de julho de 2018.

HEBMULLER, Paulo. "Secundaristas ocupam escolas e imõem raro revés a governo tucano". Revista ADUSP, agosto 2016, pp.32-40. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/59/mat06.pdf>

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. São Paulo. Tempo social: revista de sociologia da USP, v.26 n.1, 2014

INESC. "Monitoramento dos direitos humanos em tempos de austeridade no Brasil". https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Rel_Dir_Hum_Temp_Aust-NOVO-1-V3.pdf?x63825

JACOBI, Pedro. "A cidade e os cidadãos". Lua Nova, v. 2, n. 4, 1986.

Jornal Estado de São Paulo. "Temer perdoou 47,4bi de dívidas de empresas, maior anistia em 10 anos". Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-perdoou-r-47-4-bi-de-dividas-de-empresas-maior-anistia-em-10-anos,70002687574>

KERGOAT, Danièle. "Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale". *Critiques de l'Économie Politique*, 5: 65-97, 1978

KOHARA, Luiz. SILVA, Marcos. "Processos de Formação e Aprendizagem promovidos pelo Programa Urbanos Movimentos de Moradia em São Paulo". Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 519 – 544 abr./jun.2016.

KUYMULU, Mehmet. "The Vortex of Rights: 'Right to the City' at a Crossroads". International Journal of Urban and Regional Research, v.37, n.3, 2013a.

LEÃO, Danuza. "Ser especial". Folha de São Paulo, 25 de nov. De 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/80046-ser-especial.shtml>

LEMOS, Mariana. "Ser jovem em tempos de crise e golpes: ousadia, luta e sonhos". Site Levante Popular da Juventude. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1786>. Acesso em 10 de julho de 2018.

LÖW, Martina. On spatial turn: por uma sociologia do espaço. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2, pp 17-34. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/78763/82815>

Löwy, Michael. " Movimento pelo transporte gratuito no Brasil", MPL-RJ, 2014. Disponível em: <https://mplrio.wordpress.com/2014/01/16/o-movimento-pelo-transporte-gratuito-no-brasil-michael-lowy/>

MANNHEIM, Karl. «The Sociological Problem of Generations». Em P. Kecskemeti (Ed.). Essays on the Sociology of Knowledge: Routledge and Kegan Paul, Londres, 1952, pp. 276-322.

MARICATO, Ermínia. O automóvel e a cidade. In: Revista ciência e ambiente, n.37, julho de 2008. Santa Maria: UFSM, 2008, p. 05-12.

MARICATO, E; COLOSSO, P. "São Paulo: da cidade segregada à cidade insurgente". Outras Palavras, 11 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>

MAIOR, Jorge Luiz Souto. "Direito de propriedade deve atender à função social". Em CONJUR, 30 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jan-30/pinheiro-direito-propriedade-atender-funcao-social>

NAKANO, Kazuo. "A crise da mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo". In: São Paulo: transformações na ordem urbana. Org. Lúcia M. M Bogus et al. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/ Letra Capital, 2015.

PARRA, Henrique. “Política do protótipo: o caminho se faz caminhando” <https://urucum.milharal.org/2017/09/14/politica-do-prototipo-o-caminho-se-faz-caminhando/>

REDE NOSSA SÃO PAULO. “Mapa da Desigualdade 2017”. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/tags/mapa-da-desigualdade>

RIBEIRO, Fabiana V. Notícias de experiências de luta pela moradia I », 2013. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/es/node/193>

RIZEK, Cibele. “O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: provisão de moradia no avesso da cidade?” *Cidades* (Presidente Prudente), v. 11, p. 234-265, 2014.

_____. CARVALHO, C. S. ; CAMARGO, C. M. . Política Habitacional e Políticas Sociais: urgências, direitos e negócios. In: Ana Fani A. Carlos, Danilo Volochko, Isabel Alvarez. (Org.). *A Cidade como Negócio*. São Paulo: ed. Contexto, 2015

ROSS, Kristin. 2002. *Yale French Studies – everyday life*. N.73, 1987

ROLNIK, Raquel. KLINTOWITZ, Danielle. “(I)mobilidade urbana. ESTUDOS AVANÇADOS 25 (71), 2011

_____. *Uma faixa exclusiva de ônibus incomoda muita gente*. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/raquel-rolnik.html>>

ROQUE, Tatiana. “Os novos movimentos se constituem a partir de diagramas, não de programas”. *Revista DR*. n.1. Disponível em: <http://www.revistadr.com.br/posts/os-novos-movimentos-se-constituem-a-partir-de-diagramas-e-nao-de-programas>

SALDIVA, Paulo. “Nossos doentes pneumopatas e a poluição atmosférica”. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, São Paulo, vol.34, n.1, jan 2008.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?* In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008. Disponível em: <scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf>. Acesso em: set. 2017.

SECCO, L. “O trabalho de base” (2015). Em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/03/o-trabalho-de-base/>. Acessado em 08/12/2016.

_____. “A escola retomada” (2015). Em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/A-Escola-retomada/13/35027>. Acessado em 08/12/2016.

SINGER, A. “Classes e ideologias cruzadas”. In: *Novos Estudos*, n.97, novembro de 2013.

_____. “Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994”. São Paulo, 2000. Edusp.

_____. “Quatro notas sobras as classes sociais nos dez anos do lulismo”.

SILVA, Marcelo K; RUKOWSKI, Bianca, “Levante Juventude, Juventude é pra lutar”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 23-48

SIMONI, César; SANFELICI, Daniel. “Caminhos da produção financeirizada do espaço urbano: a versão brasileira como contraponto a um modelo”. *Revista Cidades*, vol 12, n2

SINAY, Philippe. “Une Autre ville pour une autre vie. Henri Lefebvre et les situationnistes”. In: <https://metropoles.revues.org/2902>

SINGER, Paul. “Tarifa zero e a municipalização do transporte público”. <http://tarifazero.org/2009/08/04/a-tarifa-zero-e-a-municipalizacao-do-transporte-coletivo-por-paul-singer/>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

SOUTO MAIOR, J. L. “Direito de propriedade deve atender à função social”. *Conjur*, 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jan-30/pinheiro-direito-propriedade-atender->

funcao-social.

SOUZA, M.L. "Which right to which city? In defense of political-strategic clarity". *Interface*, Maynooth, v. 2, 2010, p. 315-333.

_____. *O transporte urbano no Brasil*. 2012. Disponível em www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1181

TAVOLARI, Bianca et.al. "As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): entre a posse e o direito à manifestação". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v37 n.2, mai-ago2018.

TOLEDO, Luiz Henrique. "Quase lá: a Copa do Mundo no Itaquerão e os impactos de um megaevento na sociabilidade torcedora". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.19, n.40, jul-dez-2013

TRINDADE, Thiago. "O que significam ocupações de imóveis em áreas centrais?" *Caderno CrH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 157-173, Jan./Abr. 2017

Sites consultados

"APCA escolhe os melhores de 2017". *Folha de São Paulo*, dez 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1942551-apca-escolhe-os-melhores-de-2017.shtml>.

"Escolas ocupadas recebem artistas, músicos e apoiadores". *Rede TVT*, 07 dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bakC7dDd1Pc>. Acesso em 10 de julho de 2018.

"Acabou a paz: isto aqui vai virar o Chile". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

"Lute como uma menina". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo do Campo. <https://www.youtube.com/watch?v=QdRm0MGriE0&sns=fb&app=desktop>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

"Grafias de Junho". *Grafias de Junho*. Disponível em: www.grafiasdejunho.com.br. Acesso em: 10 de julho de 2018.

"Terceiro Acampamento Nacional". *Levante Popular da Juventude*. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?tag=3acampa>. Acesso em 10 de julho de 2018.

CONSULTA

POPULAR.

<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/CArtilha%204%20-%20trabalho%20de%20base.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2018.

DAYANE, Jessy. "Saída para a crise brasileira e a retomada do movimento de massas". *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/04/saida-para-a-crise-brasileira-e-a-retomada-do-movimento-de-massas/>. Acesso em 10 de julho de 2018.

REDE EMANCIPA. "Quem somos". Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/>. Consultado em 21 de outubro de 2017.

COLETIVO JUNTOS. <https://juntos.org.br/quem-somos/>. Consultado em 21 de outubro de 2017.

_____. “Chile em defesa da educação pública”.
<https://juntos.org.br/2015/06/chile-em-defesa-da-educacao-publica-estudantes-transbordam-as-ruas-outra-vez/>;

_____. “O amanhã começa aqui”. <https://juntos.org.br/2016/06/o-amanha-comeca-aqui-direto-de-paris-nuitdeboit/>

COLETIVO RUA. “Tese para o 52 Congresso da UNE”. Disponível em:
https://docs.wixstatic.com/ugd/4eb36a_c42d3c5c27b546329029e0bf5a05b6cd.pdf
<https://www.movimentorua.org/cultura-popular-e-periferia>

“Escolas ocupadas recebem artistas, músicos e apoiadores”. Rede TVT, 7 dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bakC7dDd1Pc>

“Conselho da USP aprova cota de 50% para alunos de escola pública até 2021”. Folha de São Paulo, julho de 2017. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/07/1898485-conselho-da-usp-aprova-cota-de-50-para-alunos-de-escola-publica-ate-2021.shtml>. Acesso em 10 de julho de 2018.

“Dória é alvo de ato contra privatização e tem muro de sua casa pichado”. Folha de São Paulo, julho de 2017. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901564-doria-e-alvo-de-ato-contra-privatizacao-e-tem-muro-de-sua-casa-pichado.shtml> ;

“Levante escracha a casa do prefake Dória”. Conversa Afiada, julho de 2017. Disponível em:
<https://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/ao-vivo-levante-escracha-a-casa-do-prefake-doria>;

“Protesto em frente a casa de Dória acaba em tumulto e manifestante é preso por pichação”. Globo G1, julho de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/protesto-em-frente-a-casa-de-doria-acaba-em-tumulto-e-manifestante-presos-por-pichacao.ghtml>

“ Manifestante é preso durante protesto na frente da casa de Dória”. Estadão, julho de 2017. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,manifestante-e-presos-durante-protesto-na-frente-da-casa-de-doria,70001891564> .

“Levante Popular da juventude faz escracho na casa de Dória e manifestante é detido”. Brasil de Fato, julho de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/15/levante-popular-da-juventude-faz-escracho-na-casa-de-doria-manifestante-e-detido/>

“1% dos donos de imóveis concentra 45% do valor imobiliário de São Paulo”. Estadão, 13 de agosto de 2016. Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,1-dos-donos-de-imoveis-concentra-45-do-valor-imobiliario-de-sao-paulo,10000069287>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

“Ocupação Vilanova Artigas”. Itaú Cultural. Disponível em:
<http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/vilanova-artigas/>. Acesso em: 15 jan 2018.

Ocupação Hilda Hirst. Itaú Cultural. <http://www.itaucultural.org.br/ocupacao-hilda-hilst>. Acesso em: 15 jan 2018.

“Crônica de uma ocupação urbana: a utopia possível ao alcance das mãos”. MTST. Disponível em: <http://www.mtst.org/noticias/cronica-de-uma-ocupacao-urbana-a-utopia-possivel-ao-alcance-das-maos/>. Acesso em 15 jan 2018.

“Mesa do Congresso da UBES com Lúcio Gregori”. UBES Disponível em:
<https://ubes.org.br/2017/lucio-gregori-transporte-publico-hoje-tem-papel-segregador/>

MOVIMENTO PASSE LIVRE. “Plenária Nacional do Movimento Passe Livre de 2005”. <http://tarifazero.org/2015/02/02/mpl-historia-plenaria-nacional-do-movimento-pelo-passe-livre>.

“‘Catraca invisível’ ocupa lugar de estátua no Arouche”. Folha de S. Paulo. São Paulo, 04 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0409200419.htm>. Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

Exposição Cidade Gráfica. Itaú Cultural. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://novo.itaucultural.org.br/programe-se/agenda/evento/cidade-grafica/>. Acesso em 18 de julho de 2015.

“Só me convidem para uma revolução onde eu possa dançar”,narrar e catracar”. Evento Secundarista. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/113079939370020/> .
Acesso em

COLETIVO JUNTOS. “Chile em defesa da educação pública: estudantes transbordam as ruas outra vez”. <https://juntos.org.br/2015/06/chile-em-defesa-da-educacao-publica-estudantes-transbordam-as-ruas-outra-vez/>;

_____ . “ o amanhã começa aqui”. <https://juntos.org.br/2016/06/o-amanha-comeca-aqui-direto-de-paris-nuitdeboit/>

“Passe Livre”. Rua. Disponível em: <https://www.movimentorua.org/blog/tag/Passe%20Livre>.

“O aumento da tarifa veio quente ... nois já ta fervendo”. 8 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.movimentorua.org/single-post/2016/1/8/O-aumento-da-tarifa-veio-quente%E2%80%A6-Nois-j%C3%A1-t%C3%A1-fervendo>

LEVANTE POPULR DA JUVENTUDE. “ Passe Livre”. <http://levante.org.br/blog/?tag=passe-livre>.
campanha do Juntos contra o corte do passe livre estudantil em 2017: <https://juntos.org.br/passelivre/> .

“Excursão de escola pública é barrada em shopping de SP e educadora acusa discriminação”. G1 Globo, março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/03/20/excursao-de-escola-publica-e-barrada-em-shopping-de-sp-e-educadora-acusa-discriminacao.ghtml>. Acesso em 22 de março de 2019.

Lista de imagens

- 1) Indignados Puerta del Sol, Madrid 2011. Fonte: ficheiros. publico.es
- 2) Mapa população “preta e parda” na cidade de São Paulo. Fonte: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>
- 3) Mapa valor venal de imóveis na cidade de São Paulo. Fonte: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>
- 4) Mapa da distribuição de empregos formais em São Paulo. Fonte: <https://outraspalavras.net/posts/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>
- 5) Ato contra o aumento das tarifas de trens e ônibus. São Paulo, 2015. Foto: Paolo Colosso

- 6) Ato contra o corte do passe livre estudantil. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso
- 7) Peça de teatro *Quando Quebra Queima*. São Paulo, 2018. Foto: Paolo Colosso
- 8) Roda de conversa na ocupação da Escola Estadual Fernão Dias (2015). Foto: Paolo Colosso
- 9) Mapa colaborativo das ocupações secundaristas. São Paulo, 2015. Fonte: Google.
- 10) Ato dos estudantes secundaristas. São Paulo, 2015. Foto: Paolo Colosso
- 11) Jovens ocupam Câmara dos Vereadores contra o corte do passe livre estudantil. São Paulo, 2017. Foto: Levante Popular da Juventude.
- 12) Levante escracha Dória. São Paulo, 2017. Foto: Levante Popular da Juventude.
- 13) Mapa da rede de cursinhos Uneafro na Grande São Paulo. Fonte: <http://uneafrobrasil.org/>
- 14) Estudantes ocupam a Câmara dos Vereadores de SP, 09 de agosto de 2017. Imagem: Levante Popular da Juventude.
- 15) Tabela comparativa entre valorização de preços de imóveis em SP e a inflação geral. Fonte: fipezap. Disponível em <http://fipezap.zapimoveis.com.br>
- 16) Tabela comparativa entre a alta no valor de alugueis em SP e IPCA. Fonte: fipezap. Disponível em: <http://fipezap.zapimoveis.com.br>
- 17) Conjunto Florestan Fernandes. Cidade Tiradentes, SP(2018). Foto: Paolo Colosso
- 18) Assembleia UNMP. São Paulo, 2017. Foto: Evaniza Rodrigues
- 19) Ato da FLM em frente à CDHU. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso
- 20) MTST ocupa a Av. Paulista São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso
- 21) Marcha do MTST São Bernardo do Campo ao Palácio dos Bandeirantes. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso
- 22) Oficina de Beatbox na Ocupa Paulista. Março 2017. Foto: Paolo Colosso
- 23) FLM ocupa a frente do Tribunal de Justiça contra despejo da Ocupação Mauá. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso
- 24) Assembleia na Ocupação Povo Sem Medo. São Bernardo do Campo, 2017. Foto: Paolo Colosso

Anexos



Ato secundarista. São Paulo, 2015. Foto: Paolo Colosso



Ato no Dia da Consciência Negra. 20 de novembro de 2017. Foto: Paolo Colosso



Brigada de Agitprop Levante da Juventude. São Paulo, Maio, 2018. Imagem: Levante Popular da Juventude

**Escracho ao Prefeito João Dória Jr. “São Paulo não está à venda”
(Funk – glamorosa)**

João Dória
Playboy e oportunista.
Quer só lucro e fecha com golpista
É assim que tá São Paulo
Veja a situação
O Dória quer entregar tudo pra privatização.

Marchinha

Ei se liga o Dória não é gari (2x)
Desse jeito não vai dar não
Quer entregar tudo pra privatização
E pra piorar, ele é higienista e seus direitos quer cortar

Funk

Ele mente, também golpista
Ai que surpresa, eleito pela mídia
É entreguista, playboy e marqueteiro
Se o povo não lutar, troca tudo por dinheiro.

Arrocha

Ôh me libera, Dória!
Deixa eu ir estudar
Ôh me libera, Dória
Passe livre eu quero sim
Me libera, Dória
E para de privatizar
Cidade só e linda com o PROJETO POPULAR
Projeto popular (2x)

Manual secundarista “Como travar uma avenida”

MANUAL DE COMO TRAVAR UMA AVENIDA

Estamos entrando na 4ª semana de ocupação e já são mais de 200 escolas sob o domínio estudantil! Mas o governo decidiu fingir que nada está acontecendo. Temos que tirar o conforto do Seu Geraldo. Se não dermos um passo radical agora podemos perder o tempo e a luta, ou eles vencem ou nós. Com duzentas ocupações podemos fazer centenas de atos e trancamentos de ruas pela cidade. Se o governo não recuar, São Paulo vai parar!

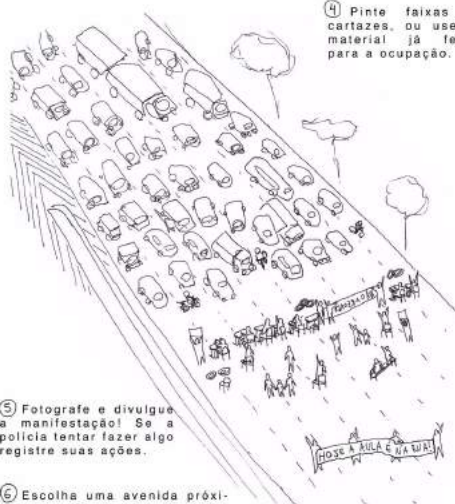


1 Convoque todos os alunos, pais, professores, apoiadores e comunidade para a frente da escola. Se houver poucas pessoas, combine um ato com outras ocupas, mas o mais importante não é quantidade, é disposição (10 pessoas já conseguem travar uma rua!).



2 Leve mesas e carteiras para o ato. Além de ajudar a bloquear a passagem dos carros, elas são o símbolo da nossa luta. Hoje a aula será na rua!

3 Não deixe a ocupação vazia. Garanta que um grupo de alunos e apoiadores fiquem na escola. Lembre-se, a polícia só pode entrar na ocupação com mandado judicial ou se presenciar um crime em flagrante. Fechar a rua não é crime.



4 Pinte faixas e cartazes, ou use o material já feito para a ocupação.

5 Fotografe e divulgue a manifestação! Se a polícia tentar fazer algo registre suas ações.

6 Escolha uma avenida próxima a escola que seja bastante movimentada. De preferência, faça o ato pela manhã, entre as 6 e às 9. Se for um cruzamento de duas avenidas, melhor ainda!

7 Repita o ato ao longo do dia, o importante é fazer o máximo de pressão possível!



Ato contra o corte do passe livre estudantil. São Paulo, 2017. Foto: Paolo Colosso



Encontro “ Não me chame para uma revolução onde eu não possa dançar”. São Paulo, set 2017. Imagem: Paolo Colosso



Encontro “ Não me chame para uma revolução onde eu não possa dançar”. São Paulo, set 2017. Imagem: Paolo Colosso

Imagens sobre Movimentos de moradia e sem teto



Assembleia UNMP. São Paulo, 2017. Foto: Evaniza Rodrigues



Notícias
ATO PELA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: MUITA GENTE SEM CASA; MUITA CASA SEM GENTE
 12 de dezembro de 2016 • Heloisa Regina • 0 Comentários

MUITA GENTE SEM CASA E MUITA CASA SEM GENTE: Neste sábado, 10/12, o Movimento de Moradia Vila Missionária e as

Lata mais

QUEM NÃO LUTA, TÁ MORTO!
SEM TETOS ACUSAM O GOLPE E OCUPAM IMÓVEIS ABANDONADOS

Por Heloisa Regina

Notícias
OCUPAÇÕES LIMPAM A SUJEIRA QUE CONTAMINA A CIDADE
 9 de dezembro de 2016 • Heloisa Regina • 0 Comentários

Tópicos recentes

ATO PELA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: MUITA GENTE SEM CASA; MUITA CASA SEM GENTE

BOLETIM FILM NOVEMBRO 2016

OCUPAÇÕES LIMPAM A SUJEIRA QUE CONTAMINA A CIDADE

SEM TETOS OCUPAM DOZ IMÓVEIS ABANDONADOS

BOLETIM DE NOVEMBRO DE 2016

Tags

arrendamento alugamento ato av. piranga av. 583 (c/c) CDHU CNH CVP Conselho câmara desapropriação Dfms

Diretor azeiteiros favela **FLM** fórum João mendes fórum grito Habitação Haddad hotel azeiteiros João mendes limite

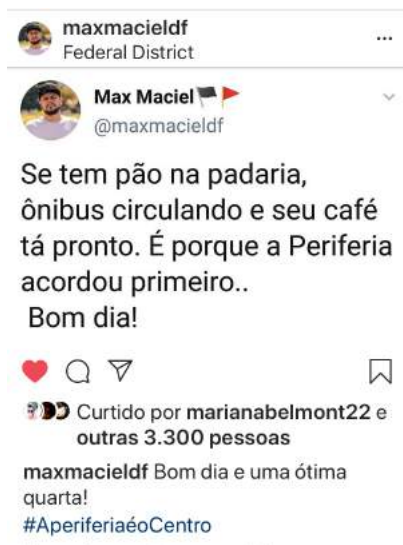


Cartazes de atividades da Frente de Luta por Moradia



Cartazes de atividades na Ocupação 9 de julho, publicados na rede Instagram.

Exemplos de leitura da luta de classes através do espaço.



Perfil Instagram de Max Maciel, ativista da cultura do Distrito Federal.



“Precisa-se de balconista com experiência e more na região”. Padaria no bairro Bela Vista, São Paulo, 2018. Foto: Paolo Colosso.